

Universidade Federal Fluminense  
Programa de Pós-Graduação em História - doutorado

# **O Novo Mundo na França**

**Discursos e poderes**

**(c. 1530 – c. 1630)**

Luiz Fabiano de Freitas Tavares

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

T231n Tavares, Luiz Fabiano de Freitas

O novo mundo na França : discursos e poderes (c. 1530  
– c. 1630) / Luiz Fabiano de Freitas Tavares.—2014.

431f. ; enc.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em  
História, Universidade Federal Fluminense, 2014.

Bibliografia : f. 422-431

Orientador : Rodrigo Bentes Monteiro

Universidade Federal Fluminense  
Centro de Estudos Gerais  
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia  
Programa de Pós-Graduação em História

Luiz Fabiano de Freitas Tavares

# **O Novo Mundo na França**

**Discursos e poderes**

**(c. 1530 – c. 1630)**

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal Fluminense,  
como pré-requisito parcial para obtenção  
do grau de doutor em História

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro

NITERÓI

2014

Qualificação aprovada em 18/03/2014 pela comissão examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Rodrigo Bentes Monteiro (UFF)

---

Prof. Dr. Ronald Raminelli (UFF)

---

Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves (UFF)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jacqueline Hermann (UFRJ)

---

Prof. Dr. Jean Marcel de Carvalho França (UNESP)

## Sumário

<b>Agradecimentos</b>	<b>7</b>
<b>Resumo</b>	<b>8</b>
<b>Introdução</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I – A doação de Netuno</b>	<b>21</b>
I – Uma festa a ser lembrada	21
II – O Atlântico visto da Mancha	44
<b>Capítulo II – Em torno do almirante</b>	<b>88</b>
I – O cartógrafo	88
II – As colônias	101
III – O vingador	127
<b>Capítulo III – Navegar em tempos de ferro e sangue</b>	<b>142</b>
I – Terapia ultramarina	142
II – Inesperadas alianças	161
III – Estranhas viagens	182
<b>Capítulo IV – Do Equador ao Ártico</b>	<b>197</b>
I – A fé e o comércio	197
II – Almas, minas, galinha na panela	237
III – Amigos e inimigos da paz	247
IV – O bom francês e o mau ibérico	273

<b>Capítulo V – A hora do cardeal</b>	<b>291</b>
I – Pressões periféricas	291
II – Alvorecer de um império	311
III – Família entre dois mundos	329
<b>Capítulo VI – Mares de papel</b>	<b>342</b>
I – Entre retórica e apropriação	342
II – Traduzindo o Novo Mundo	358
III – Estética, política e colonização	376
<b>Conclusão</b>	<b>382</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>386</b>

À Priscila, com amor

## **Agradecimentos**

Antes de tudo, agradeço ao Prof. Rodrigo Bentes Monteiro, pela paciência com todos os prazos estourados (!), mas principalmente pela inestimável contribuição em minha formação como historiador durante os últimos sete anos, a guiar-me nas travessias turbulentas do mestrado e do doutorado. Muito obrigado! Também manifesto minha imensa gratidão pelo Prof. Denis Crouzet, cujos esforços possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa em Paris.

Agradeço também a todas as instituições que me acolheram durante os últimos anos, e especialmente aos funcionários e professores que lhes dão vida: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional, Bibliothèque Nationale de France, Centre Roland Mousnier, Maison du Brésil e, principalmente, os departamentos de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Também à CAPES, pela bolsa de doutorado e pela bolsa sanduíche, cujo aporte financeiro tanto contribuiu para o enriquecimento da pesquisa.

Um agradecimento especial vai para o embaixador Vasco Mariz, pelo incentivo constante e, particularmente, por ter despertado minha atenção para a trajetória de Isaac de Razilly.

Devo mencionar os profissionais e alunos das instituições onde trabalhei nos últimos anos, especialmente da Escola Municipal Quintino Bocaiúva, particularmente os membros da “Quintinada”, destacando Rosiane, Vinicius e Tiago. Todos os meus amigos tornaram essa jornada mais especial, mas menciono particularmente Kainã, Igor e Rogério.

Um agradecimento muito especial para a minha família, pelo apoio ilimitado, especialmente minha mãe, minha avó, minha tia, meus sogros e minha esposa – sem falar no Gandalf, por todas as horas de companhia canina nas madrugadas solitárias de trabalho.

Acima de tudo, à força que torna possíveis todas as convergências.

## **Resumo**

O presente estudo aborda as relações entre a monarquia francesa e o Novo Mundo nos séculos XVI e XVII, entre os reinados de Francisco I e Luís XIII, analisando de que maneiras foram pensadas e articuladas as iniciativas marítimas e coloniais durante o período abordado, marcado pelas Guerras de Religião e pelo processo de centralização do poder monárquico. Para tanto, empregamos fontes de gêneros variados, impressas ou manuscritas. A pesquisa privilegiou as relações entre discursos e poderes, bem como as dinâmicas envolvendo o centro e as periferias do poder no que tange à formulação de políticas ultramarinas durante esse período. As experiências coloniais da França Antártica, da Flórida francesa, da França Equinocial e da Nova França receberam particular atenção, abordadas de forma comparativa e buscando evidenciar as múltiplas conexões entre elas.

Palavras-chave: França – América – Política – Guerras de Religião – Colonização – Navegações – França Antártica – Flórida – França Equinocial – Nova França

## **Résumé**

La présente étude traite des rapports entre la monarchie française et le Nouveau Monde aux XVI<sup>e</sup> et XVII<sup>e</sup> siècles, entre les règnes de François I et Louis XIII, analysant de quelles manières furent pensées et articulées les initiatives maritimes et coloniales pendant la période traitée, marquée par les Guerres de Religion et par le procès de centralisation du pouvoir monarchique. Pour ce faire, on employa divers genres de sources, imprimées ou manuscrites. La recherche privilégia les rapports entre discours et pouvoirs, aussi bien que les dynamiques entre le centre et les périphéries du pouvoir, concernant la formulation de politiques pour l'outremer pendant cette période. Les expériences coloniales de la France Antarctique, de la Floride française, de la France Équinoxiale et de la Nouvelle-France reçurent particulière attention, traités de forme comparative et essayant de remarquer les multiples connexions entre elles.

Mots-clé: France – Amérique – Politique – Guerres de Religion – Colonisation – Navigations – France Antarctique – Floride – France Équinoxiale – Nouvelle France

*Souls cross ages like clouds skies,  
and though a cloud's shape nor  
hue nor size don't stay the same,  
it's still a cloud and so is a soul.  
Who can say where the cloud's  
blowed from or who the soul'll be  
tomorrow?*

**David Mitchell**

## Introdução

Nosso mundo é feito de encruzilhadas.

Uma delas é a estação Châtelet-Les Halles, no subterrâneo de Paris – na verdade, um polo ferroviário interligado, composto pelas estações Châtelet, Châtelet-Les Halles e Les Halles, formando um intrincado labirinto de plataformas, escadarias, corredores, salões, além de escadas e esteiras rolantes. Para Châtelet, coração do sistema de transporte urbano parisiense, convergem nada menos que sete linhas de metrô e RER (trens intermunicipais), recebendo mais de 1.500 composições ferroviárias por dia. Todos os dias desembocam ali milhares de passageiros oriundos das mais de 300 estações componentes do sistema ferroviário da Île de France. Estima-se que seja a estação subterrânea mais movimentada do mundo.

Diariamente o mundo inteiro atravessa suas dependências, pois por ali circulam pessoas oriundas da África, da Ásia, da Oceania, da América e, obviamente, da Europa. Em Châtelet é possível ver gente das mais variadas etnias, a maior parte trajando roupas ocidentais contemporâneas. Mas há também aqueles que envergam trajes das mais diversas regiões da África subsaariana, do Oriente Médio ou do subcontinente indiano – para ficar entre os mais comuns. Não são raras as combinações curiosas, como homens de turbante na cabeça e Nike nos pés, crianças vestindo túnicas africanas sob casacos Adidas, ou ainda moças com chador e apertadas calças jeans. A quantidade de idiomas que ali ecoam está além da compreensão do mais erudito poliglota, sem contar com a impressionante variedade de sotaques com que se pronuncia a língua francesa entre aquelas paredes, formando verdadeira Babel subterrânea, como que buscando o centro da terra, em lugar das alturas celestes. Boa parte dessas pessoas é oriunda de antigas colônias francesas, como Quebec, Madagascar, Indochina e outras mais; muitos outros são imigrantes permanentes vindos de outras regiões, como o Irã ou o Brasil, residentes temporários ou apenas turistas de passagem.

Um viajante carioca pode ter a estranha impressão de viajar no tempo, à medida em que a heterogênea multidão pode lembrar as imagens do francês Débret sobre o Rio de Janeiro em princípios do século XIX; a bem dizer, Châtelet – Les Halles lembra mais o Rio daquele tempo que a Paris da mesma época. Curiosamente, o Velho Mundo de hoje parece emular o Novo Mundo de outrora. A ver a Paris multiétnica e pluricultural do século XXI parece difícil acreditar ser a mesma cidade que durante o

inverno de 1613 recebeu com grande comoção popular um grupo de seis índios tupinambá que atravessaram o Atlântico como embaixadores de seu povo junto a Luís XIII, rei de França. Tal comparação convida-nos a refletir sobre as assimetrias do processo de globalização - ou mundialização, como preferem os franceses – vivido em cada lugar do mundo com grandes variações de intensidade e qualidade ao longo dos últimos séculos.

Mas há outras encruzilhadas.

Tomando um TGV, esse mesmo viajante poderá chegar em poucas horas à cidade portuária de Saint Malo, na região da Bretanha. Trata-se hoje de aglomeração urbana relativamente extensa. No entanto, no século XVI ela resumia-se a uma ilhota fortificada, cujos muros permanecem impávidos até hoje, a maravilhar seus visitantes. Adentrando esse recinto guarnecido, o viajante encontrará uma turba de turistas a acotovelar-se pelas estreitas ruas de Saint Malo *intra muros*. Com pequeno esforço de imaginação seria capaz de entrever outra aglomeração, a de marinheiros, pescadores, comerciantes e corsários – como Surcouf ou Duguay-Trouin – que durante séculos representaram a força vital da cidade. Alguns deles traziam ares (ou ouro) dos trópicos; outros, notícias do Báltico. Vez por outra, entre esses homens do mar, seria também possível avistar alguns ameríndios vindos à França ao longo do tempo, como Taignoagny e Domagaya. Talvez essa multidão de outrora lembrasse vagamente aquela que hoje percorre os caminhos de Châtelet-Les Halles.

Subindo ao caminho de ronda das fortificações, o viajante encontraria o Atlântico quase a cercar a cidade, como uma segunda muralha; singrando suas águas, durante séculos, os *malouins* encontraram o grosso de seu sustento na pesca do bacalhau, ao largo da América do Norte. Com um pouco de exagero e outro tanto de poesia, podemos pensar Saint Malo como um posto avançado do continente americano na costa da França. De fato, tamanha era a força que o povo da cidade encontrava em sua relação com o oceano e o Novo Mundo que, durante a última década do século XVI, quando a monarquia francesa parecia soçobrar nas Guerras de Religião, seus habitantes tiveram a coragem - ou a vaidade - de proclamar Saint Malo uma república independente. Embora o experimento tenha sido efêmero, sugere o quanto os negócios marítimos inspiravam aos *malouins* a confiança para fundar uma comunidade política autônoma alicerçada sobre a quilha de suas embarcações e lastreada no bacalhau da Terra Nova. “Ni français, ni breton, malouin suis”, repetem até hoje seus descendentes.

Saindo do recinto fortificado e tomando um ônibus, o viajante poderá seguir rumo à localidade um tanto afastada de Limoëlou, na periferia de Saint Malo. Apeando de sua condução, poderia caminhar mais alguma distância à beira de uma estradinha asfaltada, margeada por campos verdejantes. Ao fim dessa pequena jornada chegaria a um simpático *manoir*, tradicional habitação rural francesa, que desempenha hoje a função de museu. Passando por seu portão, encontrar-se-á ante a casa, num simpático pátio cercado por arbustos floridos. Com um pouco de atenção, perceberia a diferença entre as pedras com que foram erguidas suas paredes, evidenciando que a construção foi executada em três períodos diferentes: a porção do edifício à sua esquerda data do século XV e a da direita foi concluída no XIX, enquanto a porção central foi levantada no século XVI, por encomenda de Jacques Cartier.

Ali, longe das fortificações de Saint Malo, longe do mar e de seus rigores, o navegante viveu seus últimos anos de vida, com sua esposa Catherine. Comprara o terreno e a casa por volta de 1540, ampliando a edificação. No térreo encontra-se uma grande sala, onde uma enorme lareira ocupa espaço considerável; provavelmente o casal sem filhos passava ali boa parte dos gélidos invernos da Bretanha. Podemos imaginá-los sentados à beira do fogo, enquanto o vento uivava do lado de fora, a chuva caía ruidosa sobre o telhado ou os flocos de neve acumulavam-se sobre os vidros das janelas. Nessas tardes e noites frias, conversavam sobre as distantes terras do Novo Mundo? Ensimesmado, lembrava Cartier o terrível inverno que passara do outro lado do Oceano, entre os índios do Canadá, entre 1535 e 1536? Rememorava as aventuras da juventude, quando desbravara as terras da América do Norte e o curso do rio São Lourenço, sob a proteção do monarca Francisco I?

Que significava a América para o explorador em seus anos de velhice? E o Atlântico para os habitantes de Saint Malo? E o Novo Mundo para a multidão de parisienses ávida por ver os índios do Maranhão?

Em suas formas específicas, tais perguntas são difíceis de responder. No entanto, elas nos convidam a formular questionamentos mais amplos: qual o significado da América para a monarquia francesa no início da Idade Moderna, entre os reinados de Francisco I e Luís XIII? Por outro lado, o que significava aquela monarquia para a história do Novo Mundo nesse mesmo período?

O período em questão foi marcado por variadas experiências marítimas e coloniais francesas, das quais vale a pena traçar aqui um breve esboço. Sob o reinado de Francisco I (1515-1547) organizaram-se as primeiras grandes expedições francesas ao

Novo Mundo, com destaque para as mencionadas expedições de Cartier na região do atual Canadá e os empreendimentos liderados pelo armador normando Jean Ango na costa do atual Brasil. Entre os reinados de Henrique II (1547-1559) e seus filhos Francisco II (1559-1560) e Carlos IX (1560-1574) as navegações francesas encontrariam novos horizontes, sob os auspícios do célebre almirante Gaspard de Coligny, especialmente através de duas tentativas de colonização na América, a França Antártica (1555-1567) e a Flórida (1560-1562). As duas empresas fracassariam fragorosamente, especialmente no caso norte-americano, no qual os colonos foram quase completamente massacrados por forças espanholas.

Após anos de arrefecimento, os empreendimentos navais franceses ganhariam novo ânimo sob Henrique III (1574-1589), especialmente no período entre 1575 e 1582, marcado pelas aventuras marítimas de Philippe Strozzi. O lance mais espetacular de sua carreira seria a investida contra os Açores, projetada através da aliança entre Catarina de Médici e o Prior do Crato, no contexto da guerra de sucessão portuguesa. Das ilhas atlânticas, a expedição deveria rumar para o Brasil, de que tomaria posse para a coroa francesa. Apesar disso, a esquadra francesa sofreria terrível derrota na Ilha Terceira, onde o próprio Strozzi encontrou a morte.

Fechando o período analisado, nos reinados de Henrique IV (1589-1610) e Luís XIII (1610-1643) ver-se-ia um novo período de robustecimento das empresas navais, sobretudo coloniais, com destaque para a França Equinocial (1612-1615), na atual região do Maranhão e a Nova França, fundada em 1604 por Samuel Champlain na região do atual Canadá, que encontraria sucesso e prosperaria até 1763, quando o território seria cedido à coroa britânica.

Marcado por constantes fracassos, especialmente no campo colonial, esse período é geralmente interpretado pela historiografia como uma época de menor importância, em comparação ao século XVII tardio e ao século XVIII, durante o qual a colonização francesa no Novo Mundo tornou-se mais sólida. Por exemplo, a *Histoire de l'Amérique française* de Cécile Vidal e Gilles Havard dedica pouquíssima atenção a essas experiências, especialmente do século XVI, qualificadas como *tatônements*, mero prelúdio à verdadeira colonização. Da mesma forma, outra *Histoire de l'Amérique Française*, de Jean-Marie Montbarbut Du Plessis, trata esse período de modo bastante

superficial, voltando sua atenção principalmente para a América do Norte; a França Antártica e a França Equinocial são mencionadas apenas *en passant*<sup>1</sup>.

Tal postura não é recente. Paul Gaffarel, entusiasta da colonização, ao publicar suas obras sobre a Flórida francesa e a França Antártica, em 1875 e 1878, considerava importante analisar as duas experiências como forma de conhecer os erros do passado para evitá-los no processo de construção do novo império colonial francês que então se elaborava. Por sua vez, Paul Leroy-Beaulieu, em seu clássico *De la colonisation chez les peuples modernes*, de 1874, concedia pouquíssima atenção a esse período, que menciona de modo marginal e mesmo com graves equívocos<sup>2</sup>. Por outro lado, na mesma época, Ferdinand Denis inauguraria outra tendência historiográfica, enfatizando o impacto cultural das navegações francesas, em oposição a sua aparente irrelevância política. Nesse sentido, a contribuição mais emblemática de Denis à historiografia do tema talvez seja o resgate da famosa “festa brasileira” em Rouen, a qual discutiremos no Capítulo I.

Nesse sentido, há que se destacar os dois últimos capítulos de *Les voyages de découverte et les premiers établissements*, de Charles-André Julien, publicado pela primeira vez em 1948. Nesta obra, largamente tributária aos trabalhos de Gaffarel, apesar de sua postura política declaradamente anticolonialista, o historiador dedica-se a estudar a experiência naval e colonial francesa ao longo do século XVI, com especial ênfase nos episódios da França Antártica e da Flórida francesa. Nos capítulos em questão, o autor reflete especificamente sobre a literatura produzida a partir dessa experiência e sua importância para a ruptura com as concepções medievais sobre o homem e o mundo, e a elaboração de uma reflexão e um paradigma modernos sobre esses temas. Seguindo caminho paralelo, mas notavelmente convergente, temos *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, de Afonso Arinos de Melo Franco, de 1937, cuja proposta é inventariar os modos como o conhecimento sobre os povos do Novo Mundo, especialmente os índios do Brasil, afetou e influenciou a elaboração do pensamento europeu entre os séculos XVI e XVIII. Em suma, Melo Franco constrói um quadro bastante amplo da repercussão das novidades brasileiras na Europa, com destaque para a

---

<sup>1</sup> Cf. DU PLESSIS, Jean-Marie Montbarbut. *Histoire de l'Amérique française*. Montreal: Typo, 2004; VIDAL, Cécile e HAVARD, Gilles. *Histoire de l'Amérique française*. Paris: Flammarion, 2008.

<sup>2</sup> Cf. GAFFAREL, Paul. *Histoire de la Floride française*. Paris: Firmin-Didot, 1875; GAFFAREL, *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878; LEROY-BEAULIEU, Paul. *De la colonisation chez les peuples modernes*. Paris: Guillaumin et Cie., 1902.

França, enfatizando as inúmeras apropriações culturais movidas pelo fascínio do Novo Mundo<sup>3</sup>. Emmanuel Le Roy Ladurie sintetiza esse ponto de vista em *L'État Royal*:

Culturalmente, o impacto é considerável: os índios que os marinheiros normandos ou bretões levam a Rouen, Dieppe, Saint-Malo, ou que eles frequentam de modo amigável ou conflituoso nos litorais brasileiro e canadense já disseminam nas opiniões dos homens desse tempo a dupla imagem do indígena<sup>4</sup>.

Mais recentemente, encontramos abordagem semelhante nos estudos do francês Frank Lestringant e da brasileira Andrea Daher, centrados na descrição do Novo Mundo por autores franceses. Devemos destacar nesse sentido *Le cannibale, grandeur et décadence*, no qual Lestringant empreende um estudo de amplo corte cronológico sobre a literatura de viagem e a construção da imagem do “canibal” ou “selvagem” entre os séculos XVI e XVIII<sup>5</sup>. Já *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial*, de Daher, analisa especialmente os escritos dos capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, que participaram da empresa da França Equinocial. A historiadora explora principalmente a ambiguidade da escrita “capuchinha” sobre os indígenas, à medida em que tenta descrevê-los em seus costumes, ao mesmo tempo em que se constitui como a escrita de sua conversão. O trabalho é profundamente marcado pela conceituação cunhada por Certeau, nomeadamente pelo emprego que faz dos conceitos de *aqui* e *lá* tal como utilizados pelo autor<sup>6</sup>.

Explorando outras possibilidades, em *Le huguenot et le sauvage*, Lestringant analisa diversas obras produzidas no campo reformado, que em seu conjunto elaboram e articulam um discurso colonial protestante, apresentando propostas alternativas de ocupação das Américas e, sobretudo, questionando a hegemonia ibérica sobre o Novo Mundo, baseada nos princípios de *mare clausum*. Lestringant emprega principalmente a noção cunhada por Marcel Bataillon de *corpus de textos huguenotes sobre o Novo Mundo*, interpretando a produção literária reformada sobre a América como conjunto coeso e articulado, com considerável dose de premeditação, tendo seu impulso inicial nas malfadadas experiências coloniais da França Antártica e da Flórida huguenote. Dessa forma, identifica um movimento internacional que tem início na década de 1570, especialmente com as obras dos pastores Jean de Léry e Urbain

---

3 O desenvolvimento da tese central da obra se dá em seus três últimos capítulos (FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, pp. 125-310).

<sup>4</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *L'État Royal*. Paris: Hachette, 2009, pp. 210-211.

<sup>5</sup> Cf. LESTRINGANT, Frank. *Le cannibale, grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994.

Chauveton, ganhando amplo desenvolvimento a partir dos anos 1580, fazendo adeptos principalmente na Inglaterra e nos Países Baixos e desenvolvendo uma tradição crítica que perpetua-se até meados do século XVII. A obra tende principalmente a uma reflexão nos moldes da história intelectual, desentranhando a elaboração de um discurso político a partir dos vínculos entre os autores e obras examinados, com pouca ênfase à trama política coetânea<sup>7</sup>. Outras obras exploram profundamente essas conexões entre protestantismo e atividades marítimas no âmbito francês, como os coletivos *Coligny, les protestants et la mer* e *Les huguenots et l'Atlantique*, oferecendo interessante visão de síntese. Ousamos apontar aqui nossa humilde contribuição ao tema em *Entre Genebra e a Guanabara*, no qual analisamos o modo como os huguenotes concebiam sua participação na experiência da França Antártica, assim como em *Da Guanabara ao Sena*, onde abordamos as polêmicas relacionadas à colônia, com especial atenção para sua inserção no contexto político das Guerras de Religião.

Concluindo essa breve revisão historiográfica, parece-nos necessário mencionar ainda *O Rio de Janeiro da pacificação*, de Paulo Knauss de Mendonça, assim como as biografias *Villegagnon e a França Antártica* e *La Ravardière e a França Equinocial*, produzidas por Vasco Mariz e Lucien Provençal, livros significativos no quadro da produção brasileira sobre a temática. Ao longo desse trabalho dialogaremos com essas obras e muitas outras. No entanto, julgamos desnecessário alongarmo-nos sobre elas na introdução. Também não serão raras as interlocuções com obras e autores de diferentes áreas temáticas, como Carlo Ginzburg, Serge Gruzinsky, Anthony Pagden, Peter Burke, Norbert Elias, Reinhart Koselleck, entre muitos outros.

Assim, dialogando com a historiografia mencionada, o objetivo da presente pesquisa é investigar de que modo foram concebidas as relações entre a América e a monarquia francesa, com especial atenção às relações entre o exercício do poder e a formulação de saberes e discursos acerca do Novo Mundo. O conjunto de saberes em questão é bastante complexo, envolvendo os conhecimentos produzidos à época em diversos campos, hoje qualificados por linguístico, etnográfico, naturalístico, econômico, cartográfico, náutico, militar, artístico, literário, teológico, jurídico, médico, etc. Convém evitar anacronismos, lembrando que essa produção de conhecimentos

---

6 Cf. DAHER, Andrea. *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

7 Cf. LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004. Remetemos a trabalho anterior, onde tivemos oportunidade de discutir mais detalhadamente a estrutura de *Le huguenot et le*

seguia paradigmas pré-cartesianos, elaborados a partir de visões de mundo que dificilmente poderíamos reconhecer como aquilo que convencionamos denominar “ciência”.

Assim, acompanhamos as diversas perspectivas através das quais a navegação atlântica e a colonização americana aparecem nos horizontes da monarquia francesa entre os reinados de Francisco I e Luís XIII. Para tanto, procuramos explorar como as propostas e iniciativas sobre o Atlântico e a América relacionaram-se às tramas políticas do reino em seu constante devir nos séculos XVI e XVII, entre o crepúsculo dos Valois e a aurora dos Bourbons, concedendo particular atenção às redes de aliança e clientela, reformuladas a cada momento. Como observa Jouanna, essas dinâmicas constituíam as principais articulações da vida política francesa na época; os indivíduos procuravam atuar politicamente principalmente através da inserção nesses grupos. É interessante ainda destacar a posição central da figura do monarca na articulação dessas redes; o rei era o centro de onde emanava o poder, tornando-se vetor determinante na formação de alianças e redes clientelares. Na maior parte das vezes esses grupos visavam lograr proximidade para com o rei, de modo a usufruir de seu poder e, da mesma forma, as rivalidades frequentemente articulavam-se com o fito de afastar do monarca os grupos opostos. Essas redes de alianças não devem ser pensadas como algo estático, mas como grupos dinâmicos, constantemente alterando sua configuração, assim como suas maneiras de agir e pensar<sup>8</sup>.

Para tanto, lançamos mão de vasto *corpus* documental, constituído por fontes impressas e manuscritas dos mais variados gêneros, desde relatos de viagem a descrições de festividades e cerimônias, passando por panfletos, epístolas, mapas, documentos judiciais, memórias, traduções, entre outros. Através dessa documentação é possível rastrear boa parte das complexas dinâmicas políticas unindo a monarquia francesa ao Novo Mundo no período abordado. A bem dizer, o universo de fontes empregado leva-nos a um campo mais vasto que a própria França, açambarcando o que poderíamos qualificar como “mundo francófono”, com especial atenção para a república de Genebra, muito influente sobre os huguenotes da França; os reformados genebrinos atuaram de modo particularmente significativo no desenvolvimento da polêmica em torno da França Antártica. Muitos dos personagens e autores aqui abordados deixaram

---

*sauvage*. (TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011, pp. 66-69).

poucos vestígios, sendo muito difícil rastrear suas pistas ou mesmo os dados mais básicos a seu respeito; aprofundá-los talvez enriquecesse a pesquisa, mas também exigiria um mergulho tão profundo nos arquivos que possivelmente consumiria mais de uma década e cujos resultados, ao fim e ao cabo, talvez não compensassem os esforços dispendidos. Assim sendo, sempre que necessário, procuramos contrabalançar a escassez de informação pela cautela na análise, preferindo o embasamento sólido às interpretações temerárias.

Esse cuidado é particularmente importante devido ao amplo corte cronológico e geográfico adotado, abrangendo cerca de um século e as experiências coloniais francesas na América do Sul e do Norte. Essa abordagem torna necessário fazer a “poda”, como fazem os enxadristas, estabelecendo prioridades e limites para o aprofundamento, que poderia prolongar-se virtualmente ao infinito. Assim, é preciso selecionar fontes e itinerários específicos, relegando algumas pistas a segundo plano ou guardando-as para futuros estudos – por vezes, com coração pesado. O mesmo deve ser dito da bibliografia empregada, sendo impossível conceder toda a atenção desejável a cada contribuição historiográfica.

Por outro lado, essa abordagem favorece a adoção de perspectiva comparativa, esmiuçando as ligações complexas entre personagens e iniciativas, permitindo-nos escrever não simplesmente um conjunto de histórias de cada experimento colonial e marítimo, mas principalmente uma história das relações complexas entre essas experiências, lançando nova luz sobre cada episódio. Na verdade, trata-se menos de história comparada que de uma história “interligada” ou “conectada”, uma investigação mais preocupada em compreender a floresta que analisar as árvores, encarando as experiências marítimas francesas dos séculos XVI e XVII como um conjunto, muito mais que a soma de suas partes isoladas. Ao mesmo tempo, essa abordagem abrangente tornou muito difícil selecionar o recorte ideal dos capítulos. Assim, alguns deles são formulados em torno de episódios específicos, enquanto outros privilegiam determinadas obras, temas ou personagens como nexos a dar-lhes sentido.

Assim, o Capítulo I leva-nos à cidade de Rouen, onde o rei Henrique II foi recebido com grande pompa no ano de 1550, comemorando o triunfo contra os ingleses na retomada da cidade de Boulogne, episódio conhecido na historiografia – com certo exagero - como “festa brasileira”, pela participação de índios tupinambá em um dos

---

<sup>8</sup> JOUANNA, Arlette. *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont, 1998, pp. 806-808, 1185-1186.

espetáculos. Discutimos os discursos políticos vinculados a essa festividade e articulados através de suas alegorias e de que maneira o Novo Mundo e as navegações eram ali apresentados à monarquia francesa. O capítulo também aborda aspectos importantes da exploração marítima durante o reinado de Francisco I, com destaque para alguns personagens, como o almirante Chabot, o armador Jean Ango e, principalmente o navegante Jacques Cartier, com especial atenção aos relatos de suas viagens à América do Norte.

O Capítulo II toma por centro o almirante Gaspard de Coligny, protetor das colônias da França Antártica e da Flórida, examinando a densa trama de relações tecida em torno do almirante, buscando repensar e relativizar os aspectos confessionais de seus desígnios ultramarinos, com atenção às nuances e diferenciações entre os huguenotes franceses à época – um grupo bastante heterogêneo, como veremos. Particularmente a relação entre Coligny e os reformados de Genebra precisa ser analisada com muito cuidado.

O capítulo seguinte ocupa-se principalmente do período em que as Guerras de Religião acirravam-se sob os últimos anos do reinado de Henrique III. Revisitamos as obras do huguenote Lancelot de La Popelinière, enfatizando sua apropriação dos paradigmas da medicina humoral para compreender a situação vivida pela França e propor iniciativas coloniais como uma cura para o reino. Também debruçamo-nos sobre a atuação naval de Philippe Strozzi no quadro das aproximações estratégicas entre a rainha-mãe Catarina de Médici e D. Antônio, Prior do Crato, no contexto da sucessão portuguesa após a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir. Finalizamos discutindo as implicações políticas de uma curiosa narrativa acerca de uma viagem imaginária ao Novo Mundo.

No Capítulo IV procuramos explorar as articulações entre a França Equinocial, no Maranhão, e a Nova França, no Canadá, no início do século XVII. Adotamos como fio condutor para essa análise a *Histoire de la Nouvelle France*, publicada por Marc Lescarbot. Também discutimos a recepção em Paris dos embaixadores tupinambá do Maranhão e suas ligações com a elaboração do “mito do bom francês”, abordado sumariamente nos capítulos anteriores.

O Capítulo V aborda a iniciativa do cardeal Richelieu e do marechal de Effiat para reorganizar os empreendimentos marítimos e coloniais franceses durante o reinado de Luís XIII, para isso analisando um interessante conjunto de manuscritos destinados aos dois personagens. Ao mesmo tempo, procuramos avaliar de que modo as

dinâmicas entre as periferias e o centro do poder contribuíram para a formulação das ações ultramarinas no âmbito da monarquia francesa. Parte do capítulo dedica-se à trajetória dos irmãos Razilly, cuja família envolveu-se tanto com a experiência da França Equinocial quanto da Nova França.

O último capítulo empreende uma síntese dos temas abordados, tratando das peculiaridades da circulação de notícias, informações, discursos e saberes acerca do Novo Mundo na França até meados do século XVII, com ênfase para as práticas de tradução e as clivagens entre difusão impressa e manuscrita. Também concedemos bastante atenção aos usos políticos da retórica e de suas implicações para as relações de poder formuladas através dos diferentes usos da escrita.

Os ventos sopram, então. Partamos...

# Capítulo I

## A doação de Netuno

Durante o reinado de Francisco I os franceses ganham os mares, principalmente os normandos e bretões. De Dièppe, Saint-Malo e do Havre, entre outros portos, partem navios que fomentam a prosperidade da região e a formação de uma significativa comunidade de armadores, navegantes e marinheiros. Boa parte dessa navegação buscava o Mar do Norte, mas também as costas americanas – sem falar de certas aventuras no litoral atlântico da África. O reinado de Henrique II veria os desdobramentos dessa história, especialmente nos empreendimentos coloniais da França Antártica e da Flórida.

Mas comecemos por uma festa...

### I – Uma festa a ser lembrada

Em 1º de outubro de 1550 a cidade de Rouen celebraria com grande fausto a entrada de Henrique II. O anônimo autor do mais extenso relato dessas comemorações não hesita em qualificá-las como “festins de imortal memória”<sup>1</sup>; de certo modo, não estava errado. Como observa Ivan Cloulas, imagens relacionadas aos festejos seriam incorporadas à decoração de igrejas, casas e castelos da Normandia; mais ainda, sublinha que “a descrição da entrada teve uma fortuna literária maior que um simples documento de circunstância. Ela foi largamente difundida entre o público de Rouen e estrangeiro por seus quatro relatos, um sendo ornado de pinturas e dois outros de xilogravuras”<sup>2</sup>.

O mais extenso, completo e detalhado relato é um texto de 140 páginas, longamente intitulado *C'est la déduction du sumptueux ordre, plaisantz spectacles et*

---

<sup>1</sup> “festins d'imortelle mémoire” (ANÔNIMO. *C'est la déduction du sumptueux ordre plaisantz spectacles et magnifiques theatres dressés et exhibés par les citoiens de Rouen ville Metropolitaine du pays de Normandie, à la sacree Maiesté du treschristian Roy de France, Henri Secōd leur souverain Seigneur, et à Tresillustré dame, ma Dame Katharine de Medicis, la Royne son espouze, lors de leur triumphant ioyeux & nouvel advenement en icelle ville [...]*. Rouen: Robert le Hoy, Robert & Iehan dictz du Gord, 1551).

*magnifiques theatres dressés et exhibés par les citoiens de Rouen ville Metropolitaine du pays de Normandie, à la sacree Maiesté du treschristian Roy de France, Henri Secôd leur souverains Seigneur, et à Tresillustre dame, ma Dame Katharine de Medicis, la Royne son espouze*<sup>3</sup>. Por motivos óbvios, referir-nos-emos a esse texto simplesmente como *Déduction*. O autor do relato não é conhecido. Foi publicado em Rouen pelos livreiros Robert le Hoy, Robert e Jean du Gord, em dezembro de 1551, ou seja, mais de um ano após a celebração dos festejos. É possível que tal demora se explique pela grande abundância de gravuras no impresso, totalizando 29, algumas delas de página dupla; embora não sejam obras primas, essas imagens mostram algum apuro técnico, sugestivo do tempo necessário para sua execução. Também seguiam impressas as partituras de algumas músicas compostas para o evento. Como se percebe, a publicação buscava restituir a grandiosidade dos festejos ao leitor do modo mais completo possível. Como observa Massa, a *Déduction* seria impressa novamente em 1557, apresentando as mesmas gravuras da edição original. Essa republicação parece confirmar a sugestão de Cloulas, de que em sua época a memória da festa teria superado seu caráter efêmero<sup>4</sup>.

Também seria publicado em Paris um relato bastante sumário, com cerca de 30 páginas, *L'entrée du Roy nostre Sire faicte en la ville de Rouen le mercredy premier de ce moys d'Octobre, pareillement celle de la Royne qui fut le iour en suivant*, doravante *Entrée*<sup>5</sup>. Assim como a *Déduction*, não há identificação de autoria; foi publicada pelo livreiro parisiense Robert Masselin. Trata-se de texto muito superficial, limitando-se a uma apressada descrição de cada elemento dos festejos, quase sempre vaga e pouco detalhada. Além disso, não mostra qualquer preocupação em identificar ou esclarecer o significado das alegorias, esboçando apenas sua aparência. É necessário notar ainda que é relato bastante incompleto, simplesmente omitindo elementos importantes do espetáculo. Ainda assim, constitui um complemento interessante a cotejar à *Déduction*.

---

<sup>2</sup> CLOULAS, Ivan. *Henri II*. Paris: Fayard, 1985, pp.291-292.

<sup>3</sup> “É a dedução da ordem suntuosas, agradáveis espetáculos e magníficos teatros montados e exibidos pelos cidadãos de Rouen, cidade metropolitana do país da Normandia, à sagrada majestade do muito cristão rei de França, Henrique II, seu soberano senhor, e à muito ilustre dama, senhora Catarina de Médici, a rainha sua esposa”.

<sup>4</sup> MASSA, J.-M. *Le monde luso-brésilien dans la joyeuse entrée de Rouen*. In: JACQUOT, Jean e KONIGSON, Elie (org.). *Les fêtes de la Renaissance*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1975, Tomo III, p. 106.

<sup>5</sup> “A entrada do rei nosso senhor feita na cidade de Rouen na quarta-feira, primeiro de outubro, e igualmente aquela da rainha que foi no dia seguinte” (BEAUCOUSIN, A. (org.). *L'entrée à Rouen du Roi et de la Reine Henri II et Catherine de Médicis d'après la relation imprimée en 1550*. Rouen: E. Cagniard, 1882).

Vale observar que essa relação entre os dois textos não era acidental, como explica Beaucousin, bibliófilo que organizou a edição fac similar da *Entrée* no século XIX. Le Hoy e du Gord, editores da *Déduction* obtiveram do rei ainda em 5 de agosto de 1550 o privilégio para publicação do relato do triunfo de Rouen. No entanto, Robert Masselin conseguiu em 11 de outubro uma concessão limitada, sob a restrição de que só poderia comercializar o impresso durante três meses, de modo a não ferir o privilégio dos livreiros de Rouen. Lidando com prazo tão curto, fica evidente que o editor parisiense precisava compor e imprimir o relato com a maior pressa possível, de modo a tirar o melhor proveito financeiro possível de sua breve concessão. Tendo em mente essas condições desfavoráveis, não causam estranhamento a linguagem lacônica, a composição tipográfica pouco cuidadosa e a completa ausência de gravuras sobre a festa. Condenada por decreto à efemeridade, a *Entrée* sobreviveu em apenas um exemplar, conservado na Bibliothèque Nationale de France<sup>6</sup>.

A majestosa entrada de Henrique II celebrizou-se como a “Festa brasileira de Rouen”, desde que foi “redescoberta” pelo literato Ferdinand Denis em meados do século XIX. O tema tornou-se quase incontornável em obras que abordem as relações históricas entre Brasil e França, consolidando sua “imortal memória”. Vale citar uma curiosidade pouco conhecida: no século XIX a festa conheceria dois “remakes”, em junho de 1858 e 1880, organizadas como “Grande Fête Historique”, como demonstra um livreto de programação da segunda festividade. Num século XIX ébrio de História, nacionalismo e romantismo, podemos imaginar o sucesso alcançado pela festividade; sua repetição em menos de 25 anos é bastante sugestiva desse êxito<sup>7</sup>.

Como veremos, para a entrada de Henrique II em Rouen foi organizada uma gigantesca encenação sobre os costumes dos “selvagens” do Brasil, incluindo animais silvestres, árvores “disfarçadas” e até a reprodução de uma aldeia tupinambá. Havia cerca de 300 “índios” em cena, entre os quais 50 autênticos tupinambás. Os espectadores puderam ver dramatizado o cotidiano ameríndio, assim como o abate e o transporte do pau-brasil, culminando a dramatização em uma batalha entre tribos indígenas.

---

<sup>6</sup> Embora exiba no final um retrato bastante tosco de um rei (certamente representando Henrique II), como observa Beaucousin, é provável que se tratasse de uma gravura genérica do estoque do livreiro (Idem, pp. VII-X).

<sup>7</sup> ANÔNIMO. *Grande fête historique des 12, 13 et 14 juin: entrée de Henri II à Rouen*. Rouen: Cagniard, 1880.

Costumeiramente os trabalhos que citam a “Festa brasileira” a consideram apenas em seus aspectos mais exóticos e pitorescos, enfatizando principalmente a presença francesa no Brasil, através da iniciativa naval e mercantil normanda. No entanto, o triunfo de Henrique II em Rouen foi realmente uma “festa brasileira”? Vale observar que o anônimo autor do relato publicado pelos livreiros Hoy et du Gord não concede aos tupinambá lugar de destaque em sua descrição dos festejos; de fato, conclui com um epigrama onde os selvagens são enumerados sem qualquer privilégio entre os elementos do triunfo:

[...] Ninfas, tritões, selvagens e peixes,  
Agradáveis acordes de instrumentos e canções,  
Semelhante a todos os triunfos dos césaes,  
Carros, elefantes, troféus, escudos,  
Teatros, parques e os triunfantes arcos<sup>8</sup>.

Como se vê, o espetáculo dos “selvagens” foi apenas um dos elementos da entrada de Henrique II em Rouen, que contou com inúmeras outras atrações igualmente chamativas: peixes gigantes evoluindo nas águas do Sena, uma movimentada batalha naval, carros alegóricos, combates de gladiadores, um sofisticado espetáculo de autômatos e uma apoteose teatral de Francisco I<sup>9</sup>... Massa destaca ainda a pequena atenção dedicada ao espetáculo indígena pelas representações iconográficas da festa<sup>10</sup>.

Assim sendo, cabe indagar qual seria o papel dos “selvagens” *no conjunto* dos festejos. Afastando-nos do sedutor exotismo da encenação, procuraremos discutir o significado do espetáculo brasileiro em suas relações com as demais apresentações do triunfo de Rouen e, mais ainda, analisá-lo em sua conjuntura política. De fato, raramente se observa que a entrada de Henrique II em Rouen não foi cerimônia ordinária, mas sim a comemoração de um triunfo militar, a retomada francesa da praça de Boulogne, anteriormente ocupada pelos ingleses.

Essa vitória tinha grande importância, tanto simbólica quanto estratégica. O conflito franco-britânico iniciara-se em 1543, ainda no reinado de Francisco I. Henrique VIII da Inglaterra mostrava-se insatisfeito com dívidas não pagas pela coroa de França, mas principalmente com as ingerências francesas na política interna da Escócia. Em 1542 falecera Jaime V da Escócia, deixando uma filha recém-nascida, Maria Stuart; o rei da Inglaterra tentaria então forçar o casamento da menina com seu filho Eduardo,

---

<sup>8</sup> ANÔNIMO. *C'est la déduction...*, op. cit..

<sup>9</sup> É possível ler um relato aprofundado desses festejos em CLOULAS, op. cit., pp. 276-290.

como forma de unir as duas coroas, através de pressões militares e diplomáticas, culminando com a assinatura do Tratado de Greenwich pelo conde de Arran, regente da Escócia. No entanto, havia na Escócia, apoiado por Francisco I, um forte partido contrário a seus objetivos, incluindo a própria rainha-mãe, Maria de Guise, oriunda da nobreza francesa. Esse grupo “pró-francês” conseguiu fazer com que o parlamento escocês rejeitasse o Tratado de Greenwich, frustrando os planos de Henrique VIII. O monarca inglês atacaria a França em 22 de junho de 1543, nas vizinhanças de Calais. Ao mesmo tempo, forjava uma aliança com o imperador Carlos V, grande rival da monarquia francesa à época<sup>11</sup>.

Em 13 de setembro de 1544, após longo sítio, a praça de Boulogne era tomada por forças inglesas. Segundo Cloulas, a capitulação da cidade seria marcada por atitudes humilhantes por parte dos ingleses: pilhagem e destruição de igrejas, profanação de relíquias, além de roubos e ofensas contra os habitantes obrigados a se retirar. Henrique II faria a Nossa Senhora de Boulogne o voto solene de restaurar seu santuário, cuja principal imagem fôra levada para a Inglaterra. O combate aos ingleses protestantes tomava ares de guerra santa, ecoando os esforços da coroa francesa contra a Reforma em seu próprio reino. Os militares franceses considerados culpados pela perda da praça foram julgados, e um deles chegou a ser condenado à morte e executado, o que sugere a importância atribuída a essa derrota<sup>12</sup>.

Nos anos seguintes, a luta contra a monarquia britânica dar-se-ia em duas frentes, na Picardia e na Escócia. Por um lado, os franceses tentavam inutilmente retomar Boulogne; por outro, forneciam importantes reforços aos escoceses em sua guerra contra a Inglaterra. Particularmente a partir de 1547, Henrique II prestaria grande apoio à Escócia, aconselhado pelos Guises – tios de Maria Stuart. Os franceses enviariam grande número de tropas, embarcações e armamentos para o combate ao lado dos escoceses. Um dos momentos mais importantes dessa campanha seria a fuga de

---

<sup>10</sup> MASSA, in: JACQUOT e KONIGSON (org.), *Op. cit.*, p. 111.

<sup>11</sup> A aliança entre a França e a Escócia era antiga, conhecida pelos escoceses como “Auld Alliance”, a “Antiga Aliança”, datando de 1295, embora no século XVI se dissesse que vinha dos tempos de Carlos Magno. Na época aqui abordada, o partido “pró-francês” na Escócia era liderado pelo cardeal Beaton, que estava preso quando da assinatura do Tratado de Greenwich. Sua fuga da prisão foi essencial para que o grupo recuperasse sua influência, levando ao repúdio do tratado pelo parlamento (CLOULAS, *Op. cit.*, pp. 117-118; JOUANNA, Arlette. *France de la Renaissance – Histoire et dictionnaire*. Paris: Robert Laffont, 2001, pp. 585-586, 778-779).

<sup>12</sup> Jacques de Coucy, responsável pela defesa de Boulogne, foi decapitado em Paris em 1549. Seu corpo foi esquartejado e seus membros foram expostos nas principais praças próximas à cidade tomada, enquanto sua cabeça foi espetada com o rosto voltado para Boulogne. (CLOULAS, *Op. cit.*, pp. 262-263).

Maria Stuart para a França, onde ficaria a salvo dos ingleses, prometida ao jovem delfim. A guerra da Escócia não era vista na França como simples questão estratégica, mas como solidariedade entre dois reinos católicos contra a sanha dos protestantes ingleses<sup>13</sup>.

A retomada de Boulogne foi possível através de uma grande e custosa operação militar marítima e terrestre, iniciada no verão de 1549. Embarcações trataram de cortar as comunicações da praça com a Inglaterra, enquanto as tropas em terra isolaram Boulogne de Calais, então pertencente aos ingleses. A empreitada contava com a participação direta da fina flor da nobreza francesa, como o condestável de Montmorency, seu sobrinho Gaspar de Coligny, François d'Aumale (futuro Duque de Guise) ou Leone Strozzi, primo da rainha Catarina de Médici<sup>14</sup>.

É interessante destacar a interferência de Carlos V, que então mandou ao rei francês um emissário, comunicando que o Sacro Império atacaria a França caso a operação contra os ingleses fosse levada adiante. Através de hábeis argumentos, Henrique II dissuadiu o imperador desses intentos, provando a ilegitimidade das ações britânicas na região. Contudo, como observa Cloulas, ameaças veladas de um ataque naval aos Países Baixos também parecem ter contribuído para a decisão de Carlos V. Tal vitória diplomática só aumentava a glória francesa em Boulogne<sup>15</sup>.

Com a praça cercada e isolada, os ingleses assinaram a paz em 24 de março de 1550. Os termos eram vantajosos à França, incluindo a devolução de Boulogne e a evacuação das tropas inglesas na Escócia, mediante compensação de 400 mil escudos. Além disso, esboçava-se a negociação do matrimônio do jovem Eduardo VI à princesa Elisabeth, filha do rei de França, promissora de paz duradoura. Era o primeiro grande êxito militar e diplomático do reinado de Henrique II. Como se vê, a vitória tomava grandes proporções para a monarquia francesa, justificando a grandiosidade do triunfo celebrado em Rouen<sup>16</sup>.

---

<sup>13</sup> Lembrando que Henrique II fôra coroado em 1547, após a morte de seu pai. A guerra aberta entre ingleses e escoceses se iniciara em 1547, com a batalha de Pinkie (CLOULAS, Op. cit., pp. 124-125, 167-169, 185-188).

<sup>14</sup> CLOULAS, Op. cit., pp. 263-264, 266-268.

<sup>15</sup> A esquadra de Leone Strozzi foi avistada com apreensão em Middelbourg, na província da Zelândia. “A esquadra ali fora levada por um golpe de vento, mas interpretaram sua vinda como uma demonstração de força replicando à insolência do arauto do imperador” (CLOULAS, Op. cit., pp. 265-266).

<sup>16</sup> CLOULAS, Op. cit., pp. 268-271.

É interessante destacar a importante participação de Nicolas Durand de Villegagnon, futuro chefe da França Antártica, ao longo de toda essa campanha, tanto na frente escocesa quanto nas manobras navais pela retomada de Boulogne. Seu grande papel, todavia, foi organizar e comandar a bem sucedida fuga de Maria Stuart rumo à França, numa ousada operação naval. É muito provável que o cavaleiro de Malta estivesse entre os espectadores dos festejos; é tentador imaginar Villegagnon assistindo aos espetáculos e, anos depois, lembrando essas cenas enquanto planejava suas ações no Novo Mundo...<sup>17</sup>

A escolha de Rouen para a comemoração do triunfo não foi aleatória, como destaca Cloulas. Em primeiro lugar, era próxima de Boulogne, e outrora também fora conquistada pelos ingleses, durante a Guerra dos Cem Anos. Além disso, seu governador era o almirante Annebaut, que tivera destacado papel na recente campanha. Por fim, Rouen era uma das principais cidades comerciais do reino, comandando boa parte dos negócios franceses no Atlântico, inclusive no Novo Mundo<sup>18</sup>.

A festa seria organizada pelos notáveis de Rouen, que escolheram “capitães” representantes de cada estado para a execução do projeto. Os trajes foram desenhados e passados aos artesãos da cidade que iriam produzi-los, às custas de cada participante dos festejos. Da mesma forma, foram meticulosamente planejadas pelos organizadores todas as peças de arquitetura efêmera que deveriam ornar as ruas, pontes e praças para o grande evento. Também foram construídos carros alegóricos à moda italiana, o que constituía novidade na França. Cloulas observa que houve mesmo oportunidade para ensaiar os festejos, durante os funerais do cardeal-arcebispo de Rouen, um mês antes da entrada real<sup>19</sup>.

O rol de convidados era impressionante, com destaque para a presença da pequena Maria Stuart e de sua mãe, Maria de Guise, vinda da Escócia apenas para a celebração. Também compareceram os representantes diplomáticos do papa, da Espanha, de Veneza, da derrotada Inglaterra e de Portugal – certamente constrangido

---

<sup>17</sup> Mariz e Provençal oferecem uma detalhada narrativa dessa fuga cheia de peripécias (MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005).

<sup>18</sup> CLOULAS, Op. cit., p. 272.

<sup>19</sup> Idem, pp. 275, 279.

por uma parte do triunfo, como veremos. Boa parte da alta nobreza e do alto clero da França também estava presente, como seria de esperar<sup>20</sup>.

Como era comum nessas ocasiões, desfilaram diante do rei e sua comitiva, sempre em suntuosos trajes, representantes dos principais grupos da sociedade de Rouen: membros do clero, das corporações de ofícios, da administração local, magistrados, militares, entre outros. Tampouco faltaram simulações de combates de “gladiadores” e números musicais. Não há necessidade aqui de abordar detalhadamente a passagem desses grupos e apresentações, mas dedicaremos particular atenção às diferentes alegorias articuladas na festa<sup>21</sup>. Buscamos assim interrogar que imagem da monarquia francesa era esboçada através dessas alegorias e, particularmente, de que modo o Brasil e seus “selvagens” integravam essa imagem.

Entre os elementos a destacar, encontramos os carros alegóricos do Renome, Religião e Feliz Fortuna<sup>22</sup>. O carro do Renome era precedido por um cortejo de 50 capitães arvorando as insígnias da Normandia, representando os combatentes normandos do passado que serviram à coroa francesa, mas também as próprias conquistas normandas em Nápoles, Sicília e na Inglaterra. Já o carro propriamente dito era conduzido por guerreiros encouraçados, trazendo uma mulher sentada em um trono, sobre um amontoado de despojos de guerra, como espadas, armaduras e capacetes; dois corpos de homens armados se encontravam estirados a seus pés. A mulher trazia pela mão esquerda um homem coberto por um pano com um esqueleto pintado, significando que o renome do rei superaria a morte, como esclarece a *Déduction*. Vale ressaltar que ficava muito claro que as vitórias militares eram a garantia desse renome. Deixando poucas dúvidas, o carro era seguido por 57 homens armados e a cavalo, representando todos os antigos reis da França<sup>23</sup>.

O carro da Religião era conduzido por dois homens trajados como turcos. Sobre um trono vinha Vesta, “a deusa da religião”, trazendo nas mãos uma miniatura de

---

<sup>20</sup> Idem, pp. 275, 283.

<sup>21</sup> Vale citar a interessante digressão de Massa: “De maneira geral, uma entrada é sempre composta de dois elementos, mesmo se no curso da festa eles se confundem momentaneamente: o cortejo, do qual sabemos que não reterá nossa atenção e o espetáculo, que tem uma organização e uma estética próprias. Aliás, o cortejo é em si mesmo uma sorte de espetáculo, já que o rei é visto pelo cortejo ao mesmo tempo que ele o vê. Além disso, durante o espetáculo propriamente dito, o rei e seu séquito permanecem um ponto de mira em razão de sua importância, sendo espectadores e críticos, mas também espetáculo” (MASSA, In: JACQUOT e KONIGSON, Op. cit., p. 106).

<sup>22</sup> Renomé, Religion e Heureuse Fortune.

<sup>23</sup> CLOULAS, Op. cit., p. 279.

igreja em ouro. Vinha acompanhada de outras mulheres simbolizando a Majestade Real, Vitoriosa Virtude, Reverência e Temor<sup>24</sup>. Atrás do carro vinha um homem trazendo uma madona de prata. Como observa Cloulas, “o significado desta cena é claro: o rei, protetor da religião e que obriga mesmo os infiéis [...] a respeitá-la, colocou-se ele mesmo sob a proteção de Notre-Dame de Boulogne”<sup>25</sup>. Essa nova sequência reforçava a imagem de Henrique II como “Roi Très Chrétien”, especialmente após sua vitória contra os ingleses reformados, representados pelos turcos.

Em seguida desfilava um grupo representando a vitória de Boulogne: homens carregando maquetes das fortificações, vasos representando o butim e painéis pintados com paisagens da região. Logo após, quatro cavalos vestidos de elefantes exibiam sobre o dorso maquetes de arquitetura exótica alusivas ao recente êxito, como um palácio, um farol e um navio naufragando, uma estranha mistura de elementos locais representados sob uma estética oriental. Cloulas sugere que os organizadores buscavam assim simbolizar suas navegações nas Índias, “de onde traziam riquezas, especiarias, lucros da guerra de corso”. Logo atrás, completando o quadro, vinha um cortejo de prisioneiros vestidos à turca, assimilando os prisioneiros ingleses protestantes aos infiéis muçulmanos<sup>26</sup>.

O carro da Feliz Fortuna vinha precedido pela deusa Flora, acompanhada das ninfas da Justiça e da Paz. Sobre o carro, um homem representava Henrique II sentado num trono, acima do qual se erguia uma alada Fortuna, segurando uma coroa sobre a cabeça do rei. A seus pés, quatro crianças representavam os filhos do monarca. Atrás do carro, a cavalo, seguia um jovem representando o delfim, futuro Francisco II. Segundo a *Déduction*, a função da alegoria era “declarar que a soberana majestade dos reis de França emana apenas de Deus”. De certo modo, era o reverso do carro da Religião, a retribuição divina à proteção da Igreja pelos monarcas franceses<sup>27</sup>.

Findo o desfile, o rei e sua comitiva abandonaram a tribuna, encaminhando-se às etapas seguintes do espetáculo. Chegava o momento brasileiro dos festejos. Como cenário, um vasto prado às margens do Sena fôra transformado em floresta tropical. Às árvores europeias foram acrescentadas folhas artificiais, para que ficassem “muito próximas

---

<sup>24</sup> Majesté Royale, Victorieuse Vertu, Révérence e Crainte.

<sup>25</sup> CLOULAS, Op. cit., p. 280.

<sup>26</sup> CLOULAS, Op. cit., p. 281.

<sup>27</sup> CLOULAS, Op. cit., pp. 281-282.

do natural” das árvores brasileiras. Também foram penduradas em seus galhos imitações de frutas da terra, enquanto alguns troncos eram pintados de vermelho, à semelhança do pau-brasil. Em meio a essa vegetação circulavam (devidamente acorrentados) aves e micos levados do Brasil, complementando o quadro natural<sup>28</sup>.

Nas extremidades opostas do cenário foram montadas duas réplicas de aldeias indígenas, com suas respectivas cabanas e paliçadas. Em outro ponto se erguia um forte francês, à beira do rio, perto do qual estava ancorado um navio cuidadosamente ornamentado com estandartes dos Valois, ostentando a flor de lis dourada sobre campo azul, enquanto outras flâmulas exibiam âncoras e crescentes prateados, emblema adotado por Henrique II desde seus tempos de delfim. O autor do relato dá bastante atenção ao armamento do navio, expondo canhões na proa, na popa e nos flancos, além de muitas lanças, dardos e projéteis.

Em terra estavam presentes 50 genuínos índios “frescamente trazidos do país”, acompanhados de marinheiros normandos habituados à terra, supostamente capazes de imitar os nativos com perfeição, todos devidamente nus, sem cobrir “a parte que ordena a natureza”<sup>29</sup>. Somados, totalizavam cerca de trezentos “selvagens” em cena. No início da encenação simulavam atividades do cotidiano. Alguns imitavam a caça com arco e flecha, enquanto outros descansavam em suas redes presas aos troncos das árvores. Outros cortavam o pau-brasil, conduzindo ao primeiro momento importante da encenação.

Alguns dos “índios” levavam as toras cortadas ao forte francês, onde era simulada uma troca, onde a madeira era permutada por “machados, foices e cunhas de ferro”<sup>30</sup>. Dali as toras eram transportadas ao navio ancorado, onde se exibiam marinheiros luxuosamente vestidos em cetim, subindo no cordame com grande agilidade, mostrando sua perícia nas manobras náuticas. Vale indagar se o fortim que compunha o cenário seria uma alusão às instalações francesas em Cabo Frio existentes à época, mas nenhum dos relatos permite entrever algo nesse sentido.

A seguir, a exibição se encaminhava ao clímax. Se aproximava um grupo de índios “tabagerres”, conduzidos por seu “rei”, o “Morbicha”. O líder pronunciava então

---

<sup>28</sup> “assez près du naturel” (*C’est la déduction...*, Op. cit.).

<sup>29</sup> “fraîchement apportés du pays”; “la partie que nature commande” (Idem).

<sup>30</sup> “haches, serpes et coins de fer” (Idem).

uma arenga em “langage brésilien”, incitando-os a combater contra os “toupinamboulx”. Iniciava-se encarniçada batalha entre os dois grupos, com flechas disparadas e golpes de maças e bastões de guerra. Logo os “toupinamboulx” sobrepujavam os inimigos, provocando a fuga dos “tabagerres”. Os vencedores então se dirigiam às habitações dos adversários, ateando fogo à aldeia rival, num apoteótico triunfo dos aliados americanos dos franceses. Vale destacar o cuidado para com que os “toupinamboulx” lutassem em legítima defesa, sendo antes atacados pelos inimigos, conferindo à encenação aparência de guerra justa.

Parece instigante observar que os elementos do espetáculo brasileiro politicamente mais significativos são também os mais negligenciados: a fortificação e o navio franceses que compõem o cenário e a ação e, em última análise, explicam a presença dos ameríndios na festa. Afinal de contas, o espetáculo era organizado como comemoração do triunfo em Boulogne; o exotismo americano não se justificava em si, mas como mais um modo de exaltar Henrique II e a monarquia francesa. Por sinal, o autor da *Déduction* dá bastante atenção ao navio, cuja descrição ocupa cerca de um quarto das páginas dedicadas à porção brasileira dos festejos.

Ao contrário da circunstanciada narrativa da *Déduction*, a *Entrée* dedica dois meros parágrafos ao momento americano da festa – bastante confusos, diga-se de passagem. Os índios são identificados apenas como “sauvages”, sem distinção entre “toupinamboux” e “tabagerres”, tornando ininteligível o combate entre os dois grupos, abandonado à dedução do leitor. Mesmo assim o texto menciona a encenação das trocas comerciais entre franceses e indígenas.

Não parece exagerado sugerir que o espetáculo brasileiro apresentava um esboço de colonização francesa no Novo Mundo, em seus mais básicos aspectos econômicos e militares. Por um lado, exibia as relações comerciais com os indígenas, fonte de riquezas e prosperidade. Por outro, o forte e o navio representavam o potencial militar francês; a ênfase no pesado armamento da embarcação deixa pouco lugar para dúvidas nesse sentido.

Além disso, o triunfo dos tupinambás contra seus inimigos ao fim da encenação também era uma alegoria do poderio francês, ecoando a vitória de Boulogne e seus desdobramentos. A festa de Rouen não era apenas da monarquia de França, mas também de seus aliados, fossem eles escoceses ou ameríndios. Assim como a rainha

Maria de Guise, os tupinambás estavam ali presentes como parceiros dos franceses, guardadas as devidas proporções.

A evolução dos festejos desenvolvia essas sugestões. Findo o espetáculo brasileiro, o rei se encaminharia para uma ponte sobre o Sena, rumo a um inusitado encontro. Cinco homens o aguardavam, caracterizados como Netuno, acompanhado de quatro tritões. Avançando em direção a Henrique II, Netuno se ajoelhou então diante dele, entregando-lhe o tridente, enquanto recitava os seguintes versos:

Sob teu poder, ó rei de honra muito digno,  
Ainda que seja o grande deus do mar,  
A meu tridente e poder renuncio,  
Vendo-te Marte pela virtude de se armar,  
E para mostrar, que tudo treme sob tua mão,  
Descer quero, para teu nome sublimar,  
Ao fundo da água, junto com meus tritões<sup>31</sup>.

Concluindo, os cinco mergulhavam na água, realizando acrobacias. A seguir vinham pelo rio diversas embarcações ornadas como se fossem gigantescos animais marinhos, precedendo uma imponente “carruagem” aquática, de onde Netuno saudava novamente o rei. O novo quadro vinha complementar o espetáculo brasileiro, novamente sugerindo que o poderio militar de Henrique II, vitorioso “Marte”, deveria se estender ao domínio dos mares.

O desfecho do espetáculo aquático vinha reforçar essa noção. Em seu último ato avançavam dois navios, um normando e outro português. Numa miniatura representando os festejos é possível ver essas embarcações ostentando escudos com as quinas de Portugal e com os lírios da França<sup>32</sup>. Após uma troca de canhonadas, a embarcação francesa lançava seus ganchos contra a caravela lusitana. Os marinheiros franceses então abordavam o navio inimigo, seguindo-se um combate tão vivaz que, segundo o autor da *Déduction*, parecia real, a ponto de algumas pessoas temerem que os marinheiros se ferissem de verdade. A naumaquia terminava com a vitória francesa, enquanto o navio lusitano incendiado se desmantelava fragorosamente e seus marujos lançavam-se à água.

A *Entrée* acrescenta um detalhe instigante a essa cena: enquanto o navio português soçobra, é abordado e saqueado pelos selvagens, que em seguida ateam fogo

---

<sup>31</sup> Idem.

à embarcação. É difícil saber se essa situação realmente foi encenada ou se é mais um dos equívocos dessa obra composta às pressas. Massa sugere outra hipótese interessante: a de que o texto já estivesse redigido antes mesmo da celebração da festa e a participação dos índios nessa cena tenha sido originalmente planejada e cancelada de última hora, sem que o texto fosse corrigido<sup>33</sup>. Fato ou lapso, essa passagem reforça o caráter interligado das duas cenas a partir de uma interpretação de época; mesmo que os organizadores das festividades não tenham planejado essa conexão, alguns espectadores, como o autor da *Entrée*, podem tê-la realizado por conta própria. Massa também ressalta a contiguidade entre esses dois momentos dos festejos:

Além de tudo, o espetáculo não é talvez composto por duas partes, mas por uma parte em dois quadros. Com efeito, pela aproximação da scyomaquia e da naumaquia, a festa encontra sua unidade. O grande navio que recebia o carregamento de pau-brasil parece ser o mesmo que aquele que derrotava a caravela portuguesa. Nenhuma das ilustrações esclarece esse ponto, mas ao menos simbolicamente, é o mesmo navio que comercia com os índios e que, em seguida, esmaga os portugueses<sup>34</sup>.

De certa forma, esse último combate era complemento e desdobramento da batalha dos ameríndios. Em terra ou no mar, os franceses e seus aliados derrotavam os inimigos, realizando a concessão de Netuno a Henrique II, novo senhor dos mares. Essa naumaquia anti-lusitana parece ainda mais significativa pelo fato de não apresentar relação direta com a vitória de Boulogne, visto que a coroa portuguesa não tomara parte no conflito. Nesse sentido, a escolha dos antagonistas para a encenação não tinha nada de aleatório. Não é improvável que para os organizadores da festa a antiga aliança entre Portugal e Inglaterra justificasse suficientemente tal liberdade. De qualquer maneira, podemos imaginar que o espetáculo não deve ter parecido exatamente empolgante para o embaixador português.

Após os jogos aquáticos, a comitiva se dirigia a um arco representando a Idade de Ouro, sobre o qual duas enormes sibilas sustentavam um crescente prateado, onde se sentava um Saturno de ouro. A presença das sibilas de Cumas e Tibur confirmava o caráter profético da alegoria. Sobre o pórtico, um dístico vaticinava a grandeza universal do reinado de Henrique II, trazendo de volta a era áurea:

---

<sup>32</sup> Essa imagem se encontra reproduzida em Philippe HAMON. *Histoire de France: Les Renaissances (1453-1559)*. Paris: Belin, 2009.

<sup>33</sup> MASSA, In: JACQUOT e KONIGSON (org.), Op. cit., p. 110.

<sup>34</sup> Idem, p. 114.

A idade de ouro, que floresceu  
Antes da prata, do ferro e do cobre,  
Por um rei de virtude crescente,  
No mundo recomeça a viver<sup>35</sup>.

Na mesma página, reafirmando esses pretensiosos augúrios, o autor da *Déduction* explica a divisa real (“Donec totum impleat orbem” – “Até que encha o mundo inteiro”), citando os seguintes versos:

Já que Henrique II tomou  
Por sua divisa um celeste crescente,  
Sem escolher nada de terrestre  
É bem razão que em felicidade seja crescente  
Até que todo o orbe tenha sob sua mão<sup>36</sup>.

As alegorias seguintes continuavam as grandiosas e ambiciosas profecias através de engenhosos autômatos. Sob um teto de nuvens pintadas erguia-se uma imponente figura do troiano Heitor. Repentinamente as nuvens se moviam, deixando visível uma plêiade de divindades antigas. Nesse momento, no flanco de Heitor se abria uma ferida, da qual um jato de sangue “esguichava” até atingir o céu representado, fazendo com que aparecessem três crescentes entrelaçados. Reiterando os simbolismos de expansão e poder, um quadro explicava em versos que o guerreiro não lamentava o fim de Tróia ou seus ferimentos, por ver que de seu sangue se formava como favor celeste “um triplo crescente,/ Que preencherá esta redonda máquina”<sup>37</sup>. Parece-nos que a “máquina redonda” em questão seria o mundo.

A seguir a comitiva se deparava com um complicado teatro mecânico, onde a temática profética era retomada sob os auspícios das parcas Clotho e Atropos. Impressionantes efeitos pirotécnicos faziam uma cortina de fogo arder sem queimar o cenário. Em meio às chamas via-se uma salamandra, emblema do falecido Francisco I, sobre a qual uma serpente mordida a própria cauda, representando sua continuidade em Henrique II, segundo a *Déduction*. Esse grupo de figuras era então envolvido e ocultado por um globo celeste; nesse momento as chamas se elevavam, e no lugar do globo surgia uma representação de Pégaso, alçando voo aos céus. Para o autor da *Déduction* o cavalo alado representava

---

<sup>35</sup> “L’âge d’or, qui fut florissant,/ Avant l’argent, le fer et le cuivre,/ Par un Roi, en vertu croissant,/ Au monde recommence à vivre” (*C’est la déduction...*, Op. cit.).

<sup>36</sup> “Puis que Henri second du nom a pris/ Pour sa divise un céleste croissant,/ Sans rien choisir du terrestre pour pris/ C’est bien raison qu’en bonheur soit croissant/ Tant que tout l’orbe ait sous sa main compris” (Idem).

<sup>37</sup> “un triple croissant,/ Qui remplira cette ronde machine” (Idem).

[...] a constante promessa de feliz e longa vida, divinamente feita à sagrada majestade de nosso rei e senhor, para a tutela e defesa deste reino, conservação e manutenção da paz, e união da santa Igreja, fazendo atos memoráveis, dignos certamente do nom e título de muito cristão e primeiro filho da Igreja [...] <sup>38</sup>.

O autor extrapola a alegoria de Pégaso, lembrando que na mitologia o mesmo originara uma fonte cuja água dera forças a Belorofonte para derrotar a Quimera; da mesma forma, o rei era também fonte de inspiração aos súditos pelos seus “atos virtuosos no mar e na terra”<sup>39</sup>, cujo renome só aumentaria com o tempo. Devemos destacar mais uma vez a emergência da temática naval nesse trecho.

Por sinal, chegando ao alto da cena, o cavalo alado era recebido por um imponente tritão vestido em escamas prateadas, que soava uma trombeta em respeito a Pégaso, filho de Netuno, reatando com o simbolismo da encenação sobre a ponte. Nesse momento o globo celeste girava e se reabria, desta vez exibindo um simulacro do rei de pé sobre um crescente prateado, pousado sobre um cubo de mármore, onde se lia a palavra “Fides” gravada em letras douradas, representando a fé como garantia da estabilidade do reino. Ao mesmo tempo, o fundo do cenário era substituído por uma paisagem pintada.

Em sua parte superior viam-se sete deuses antigos, estendendo ao rei cetros e coroas imperiais, reais e ducais. Completando a cena, do coração de Henrique II se lançavam vinhas dos dois lados. Na parte inferior da pintura, personagens representando as nações estrangeiras “tomavam na mão as uvas da vinha e espremiam o licor pela doçura e suavidade do qual eles eram atraídos a toda confederação amigável e obediência”<sup>40</sup>. Era nada menos que a representação do rei como monarca universal, coroado pelos céus e acatado pelos povos da terra.

Os festejos terminavam com uma representação teatral dos Campos Elíseos, onde Francisco I era acompanhado por duas ninfas, enquanto a seus pés dormiam tranquilamente um nobre e um lavrador, respectivamente identificados por suas armas e ferramentas. O falecido rei trazia um livro em cuja capa se viam caracteres latinos, gregos e hebraicos. De fato, essa última alegoria visava enaltecer o finado monarca e Henrique II como patronos das artes e das letras, como explicavam inúmeras tabuletas

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> “actes vertueux en mer et en terre” (Idem).

com versos, explicitando que o cultivo desses saberes eram a garantia do repouso de seu povo, representado nas figuras adormecidas. Esse mesmo motivo aparecera anteriormente em outro momento da festa; logo após o espetáculo brasileiro o rei passara por um rochedo artificial, onde Hércules matava a Hidra de Lerna e Orfeu tocava sua harpa, sublinhando o duplo caráter do poder monárquico manifesto no exercício da força e no estímulo às letras e artes.

É interessante cotejar essas alegorias à introdução do relato da segunda viagem de Jacques Cartier, onde a superação do conhecimento cosmológico dos filósofos antigos era atribuída ao mecenato de Francisco I às navegações, capaz de fazer com que simples marinheiros suplantassem a sabedoria dos ilustres antepassados:

Mas eu direi como minha réplica que o príncipe desses filósofos [Aristóteles] deixou entre seus escritos uma breve passagem de grande consequência que diz que experientia est rerum magistra [“a experiência é a mestra das coisas”], pelo ensinamento do qual eu ousou empreender de destinar à vista de vossa majestade real essas palavras à maneira de prólogo deste meu pequeno trabalho pois seguindo vosso real comando os simples marinheiros do presente não tendo tanto receio de se pôr à aventura desses riscos e perigos pois tiveram e têm desejo de vos fazer muito humilde serviço no aumento da muito santa fé cristã conheceram o contrário daquela opinião dos filósofos pela verdadeira experiência<sup>41</sup>.

Após os festejos foi celebrado um *Te Deum* na catedral de Rouen, sucedido por outras cerimônias protocolares. No dia seguinte todos os espetáculos seriam reencenados com pequenas alterações para a entrada da rainha na cidade.

A festa articulava suas alegorias de modo a elaborar uma imagem bastante entusiástica da França personificada em Henrique II, esboçando o perfil de uma monarquia com vocação universalista. A emblemática régia do crescente, constantemente destacada nas alegorias aponta sempre nesse sentido de crescimento e expansão universal, tendo por base e pretexto a vitória francesa em Boulogne.

De fato, o recente triunfo sobre os ingleses era a caução desse programa monárquico, dando sentido a essas ambições, como demonstração concreta do potencial político, militar e diplomático francês. Embora tal discurso triunfalista fosse

---

<sup>40</sup> “prenoient à la main des raisins de la vigne et en exprimoient la liqueur pour la douceur et suavité duquel ils étaient attirés à toute amiable confédération et obeissance” (Idem).

<sup>41</sup> CARTIER, Jacques. *Voyages au Canada*. Montréal: Lux, 2000, p. 56.

relativamente comum e inteligível por si só, a conjuntura específica provavelmente o tornava mais crível ou plausível para os espectadores da festa, como consequência de conquistas reais e tangíveis. O autor da *Déduction* argumenta nesse sentido, quando vaticina o futuro renome de Henrique II e seus supostamente inevitáveis êxitos contra os inimigos, “como ele já mostrou por efeito abertamente mostrado, de sua coroação até hoje”<sup>42</sup>.

Deve-se salientar ainda que o triunfo de Rouen não pertencia apenas ao rei, tendo-se em consideração que a reconquista de Boulogne foi uma operação de consideráveis dimensões, reunindo grande contingente de ativos colaboradores em terra e mar, com destaque para a alta nobreza e para os ricos armadores normandos que desempenharam importante papel logístico, além de ceder embarcações para as manobras navais. A atenção da *Déduction* ao desfile dos guerreiros normandos do passado buscava justamente marcar nitidamente esse papel. Em última análise, tratava-se também de enaltecer os súditos que lutavam pela glória do monarca, reforçando laços de identidade e pertencimento.

Em linhas gerais, a festa transfigura e destila os acontecimentos de Boulogne através das alegorias, expressando-os em linguagem mítica e ampliando o alcance de seus significados. Desse modo, a luta contra os ingleses protestantes motiva a reafirmação do papel de Henrique II como “Roi Très Chrétien” ou “Premier fils de l’Église” e da imagem da França como defensora do catolicismo, reiterada em diversas alegorias, especialmente naquelas relacionadas aos carros da Religião e da Feliz Fortuna. Era particularmente importante sublinhar tais aspectos num momento em que o reino começava a enfrentar problemas religiosos domésticos com a expansão da Reforma.

Por outro lado, os resultados do conflito tendiam a reforçar o papel internacional da França como potência mediadora, devido aos êxitos diplomáticos em favor da Escócia. A presença de Maria de Guise nos festejos tornava isso ainda mais evidente. Além disso, o episódio dera oportunidade a Henrique II de desafiar Carlos V, afirmando mais uma vez sua autonomia perante o imperador. O autor da *Déduction* sugere que o rei estenderia aos italianos as vantagens obtidas pelos escoceses,

---

<sup>42</sup>“comme il a ja par effect appertement montré, de son avènement à la couronne, jusques à ce jour d’huy” (*C’est la déduction...*, Op. cit.).

remetendo às disputas entre os Valois e os Habsburgos na Península Itálica; em seu poema final, sustenta que a festa

Celebrará os amplos benefícios  
Que desse rei, a Escócia recebeu  
De que a Itália tal esperança concebeu  
Que depois do ensaio de sua força e proeza,  
De que o argumento do triunfo saiu,  
Livra-la-á da mão que a oprime,  
Convertendo em doçura a rudeza  
Do inimigo, por força ou outros meios<sup>43</sup>.

A cena final do teatro de autômatos caminhava nesse sentido, através da imagem das nações estrangeiras colhendo os frutos do coração de Henrique II. Para o autor da *Déduction*, a própria festa teria repercussão internacional, sublinhando a admiração dos estrangeiros presentes aos festejos. Segundo ele, particularmente a alegoria de Heitor gravaria nas “nações estrangeiras presentes” a “celeste ideia” da grandeza do monarca francês, que comunicariam aos seus conterrâneos<sup>44</sup>.

A partir desse quadro, uma possível expansão americana e marítima se apresentava como corolário ou extrapolação dessa imagem entusiástica e ambiciosa da monarquia francesa triunfante. Como já observamos, o espetáculo brasileiro é um dos elementos-chave das festividades de Rouen para a articulação desse discurso. Normalmente a historiografia sobre o tema tende a interpretá-la como um artifício dos comerciantes e armadores normandos para atrair a atenção e o interesse de Henrique II às possibilidades coloniais das costas que há muito frequentavam em busca do pau-brasil.

Embora essa interpretação nos pareça indubitavelmente correta, cremos ser possível expandi-la e explorá-la de modo mais complexo. Em primeiro lugar, como já sinalizamos, é interessante contextualizar o espetáculo brasileiro em relação ao conjunto dos festejos, mais especialmente à naumaquia no Sena e ao encontro de Henrique II com Netuno, mítico senhor dos oceanos. De certo modo, essas duas apresentações e o momento brasileiro formam um tríptico devidamente articulado. Certamente a batalha naval e o combate dos índios constituem as partes mais aparatosas e impressionantes

---

<sup>43</sup> “Celebrera les amples bénéfiques/ Que de ce Roi, l’Écossais a reçu/ Dont l’Italie a tel espoir conçu,/ Qu’après l’essai de sa force et prouesse,/ Dont l’argument du triomphe est issu,/ Il l’ôtera de la main qui l’opresse,/ Convertissant en douceur la rudesse/ De l’ennemi, par force ou par moyen” (Idem).

<sup>44</sup> “étranges nations presentes”; “celeste Idée” (Idem).

desse núcleo naval e americano da festa. No entanto, o detalhe politicamente mais significativo é provavelmente a doação de Netuno.

Vejamos. Em primeiro lugar, seu caráter é virtualmente universal e ilimitado, ao contrário das outras alegorias. A batalha dos índios só pode ser explicitamente referida a um contexto específico: as navegações francesas nas costas brasileiras; já o confronto naval alude diretamente apenas à rivalidade entre normandos e lusitanos nos mares. Mas Netuno, cedendo seu poder a Henrique II tornava-o senhor de todos os mares - e presumivelmente de todas as terras no caminho das rotas marítimas.

Em termos menos grandiloquentes, a cena materializava a postura francesa de desafio ao *mare clausum* defendido pelas coroas ibéricas, cuja expressão mais conhecida é sem dúvida o tratado de Tordesilhas; não menos famosa é a *boutade* de Francisco I, desejoso de saber onde estava o testamento de Adão que deixava os franceses fora da herança da terra. A encenada doação de Netuno não apenas retoma a defesa do *mare liberum*, mas virando o problema de ponta cabeça, estabelecia uma situação alegórica de *mare clausum*, onde o exclusivismo era agora favorável à coroa francesa.

Evitando esses extremos de interpretação, a concessão de Netuno pode ser vista simplesmente como a noção de que a coroa francesa deveria ou poderia expandir o escopo de suas atividades marítimas. Nesse sentido, a representação da presença francesa no espetáculo brasileiro e a naumaquia podem ser interpretadas como simples casos “aplicados” da doação de Netuno, explorando e exemplificando suas possibilidades e viabilidade, com base em feitos normandos já consolidados e bastante notórios na França.

Por sinal, vale problematizar: o espetáculo brasileiro pode ser efetivamente considerado uma alegoria? Em primeiro lugar, cabe observar que não se tratava de situação mitológica ou ficcional, mas de dramatização de fatos e práticas vivenciados regularmente no Novo Mundo, desde as transações comerciais entre franceses e ameríndios à guerra tribal. Com efeito, o autor da *Déduction* salienta que se tratava de imitação fidedigna do que se passava na América:

[...] executada tão próximo da verdade, tanto em razão dos selvagens naturais, que estavam entre eles, como pelos marinheiros, que em diversas viagens tinham traficado e durante

muito tempo domesticamente residido entre os selvagens, que ela parecia coisa verdadeira, e não simulada, pela experiência da coisa, tendo muitos personagens desse reino de França, em número suficiente, frequentado longamente o país do Brasil e dos canibais, atestarão de boa fé o efeito da figura precedente ser o preciso simulacro da verdade<sup>45</sup>.

Como se percebe, o autor punha a veracidade da encenação acima de qualquer dúvida, recorrendo mesmo ao testemunho dos viajantes experimentados que bem conheciam a região. Sem grande esforço o mesmo teor de realismo poderia ser reivindicado para a naumaquia.

De certo modo, a presença física dos índios no espetáculo reforçava enormemente essas reivindicações de realismo, servindo ao mesmo tempo como testemunho da presença francesa no Novo Mundo; os ameríndios ali presentes tornavam-se provas materiais dos feitos navais normandos, conferindo verossimilhança às ambições delineadas pelos festejos. O mesmo pode ser dito dos animais silvestres empregados na composição cenográfica. Além disso, a abundância de homens e bestas do Novo Mundo configurava-se como evidência quantitativa do volume e da frequência com que essa ligação comercial era assegurada. Como destaca Massa, “Rouen pode alinhar [...] 50 brasileiros, mas seus elefantes são falsos”<sup>46</sup>. Suposta ou verdadeira, a destreza dos marinheiros normandos em simular os costumes e a língua dos índios tão enfatizada pelo autor da *Déduction* também não deixava de ser uma demonstração indireta desse prolongado e constante contato. Com algum exagero, o autor chega a afirmar que era quase como se tivessem nascido no Novo Mundo<sup>47</sup>! Vale citar a síntese de Massa:

A presença real dos índios, seu número, *havia bem 50*, sua participação que é como uma realização, já que eles ao menos consentiam, tudo isso prova, se necessário fosse, as excelentes relações entre os marinheiros normandos e os indígenas do Brasil. Por outro lado, a presença dos brasileiros retira da festa uma parte de sua irrealidade<sup>48</sup>.

Desse modo, o núcleo naval dos festejos se articulava pela fusão desses elementos declaradamente realistas à doação de Netuno, indiscutivelmente alegórica.

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> “Rouen peut aligner [...] cinquante Brésiliens, mais ses éléphants sont feints” (MASSA, In: JACQUOT e KONIGSON (org.), *Op. cit.*, p. 107).

<sup>47</sup> *C'est la déduction...*, *Op. cit.*

<sup>48</sup> MASSA, in: JACQUOT e KONIGSON (org.), *Op. cit.*, p. 111.

Essas diferentes modalidades de representação se somavam e correspondiam, ampliando e robustecendo mutuamente seus significados, quase como entre argumentos realistas conduzindo a uma conclusão alegórica. A veracidade explicitamente afirmada e enfaticamente salientada do espetáculo brasileiro e do combate naval tornavam a concessão dos mares por Netuno o reflexo de uma realidade possível, o emblema de uma ambição sustentada em fatos concretos, notoriamente conhecidos no reino.

Contudo, como indaga Massa, “a alegre entrada de Henrique II não é principalmente, ou melhor, também a alegre entrada do Brasil e da América”<sup>49</sup>? O questionamento parece pertinente, especialmente levando-se em conta o caráter fortemente universalista sugerido pela concessão de Netuno. Não devemos esquecer que os navegantes franceses frequentavam outras costas do Novo Mundo; como veremos adiante, durante o reinado de Francisco I a França também recebeu sua cota de visitantes indígenas vindos da América do Norte.

Por sinal, a presença francesa no continente americano também estava relacionada às recentes disputas contra a Inglaterra. Uma das justificativas para a ofensiva contra Boulogne apresentadas por Henrique II a Carlos V era a de que os ingleses atacavam e capturavam navios pesqueiros franceses em retorno da Terra Nova, por vezes atirando os tripulantes ao mar. Por sinal, era o único fato relacionando diretamente o Novo Mundo à guerra recente<sup>50</sup>. Embora o Brasil fosse o alvo principal das ambições marítimas francesas, não era o único. É possível, se não provável, que o espetáculo brasileiro também fosse a representação indireta dessas pretensões. De qualquer modo, tal extrapolação interpretativa não devia estar distante dos horizontes de muitos dos espectadores. Vale lembrar que Jacques Cartier, o grande explorador da América setentrional ainda se contava entre os vivos nessa época; por sinal, fora ele um dos líderes da primeira tentativa francesa de colonização no Novo Mundo, que ocorreu no Canadá entre 1541 e 1542 – menos de uma década antes do triunfo de Rouen.

Todavia, é imperativo diferenciar a festa propriamente dita das interpretações elaboradas em torno dos festejos. Como diria Massa, “o espetáculo, como

---

<sup>49</sup> “la joyeuse entrée d’Henri II n’est-ce pas plutôt, ou mieux, aussi la joyeuse entrée du Brésil et de l’Amérique”? (Idem, p. 112).

<sup>50</sup> CLOULAS, op. cit., p. 265.

toda fábula, permite muitas moralidades”<sup>51</sup>. Em certo sentido, o conjunto articulado do triunfo de Boulogne pode ser encarado como um discurso elaborado pela miríade de organizadores do espetáculo – desde os “capitães” eleitos pelos três Estados de Rouen aos inúmeros alfaites, carpinteiros, ourives e tantos outros que confeccionaram os cenários e o figurino, passando pelas centenas de pessoas que participaram das encenações. É instigante imaginar que cada um desses componentes imprimiu suas próprias paixões, concepções, motivações e intencionalidades ao rico espetáculo presenciado pela corte nos primeiros dias de outubro de 1550. Os relatos produzidos em torno do triunfo só podem ser, obviamente, uma interpretação particular e sintética dessa realidade complexa e multifária, por definição inapreensível em sua totalidade. No entanto, é justamente aí que reside seu maior interesse. Em seu caráter irremediavelmente contingente e peculiar, os textos nos remetem às condições em que o conjunto dos festejos podia ser compreendido e decodificado em sua época a partir de pontos de vista específicos.

A *Déduction* nos fornece uma perspectiva *insider*: os livreiros responsáveis eram membros da própria burguesia de Rouen. Provavelmente participaram da escolha da comissão organizadora dos festejos. Obtiveram com meses de antecedência o privilégio para a publicação. A própria narrativa do processo de elaboração do triunfo evidencia que o autor do texto acompanhou de perto seu desenvolvimento. Com isso em mente, não espanta a facilidade com que transita pelas alegorias, esclarecendo seu significado com desenvoltura e segurança. Isso não quer dizer que sua interpretação corresponda integralmente às intenções dos responsáveis pela organização da festa. Todavia, é sem sombra de dúvida uma perspectiva em profunda sintonia com a dos organizadores e de grupos significativos da elite de Rouen, cujas ambições e discursos determinaram em boa medida o resultado final desse processo criativo.

A seu turno, a *Entrée* oferece um contraponto interpretativo à *Déduction*, um ponto de vista *outsider*, elaborado a partir de Paris com severas restrições de tempo. Em sua crueza e concisão, sugere outro espectro de recepção da festa, menos erudito, mais superficial, limitado em suas capacidades de decodificação das alegorias, não apenas por diferenças de formação, mas simplesmente por não pertencer ao grupo pelo

---

<sup>51</sup> “le spectacle, comme toute fable, permet plusieurs moralités [...]” (MASSA, In: JACQUOT e KONIGSON (org.), *Op. cit.*, p. 114).

qual aquela linguagem fora articulada e para o qual a mesma ganhava determinados sentidos.

O exemplo mais significativo para nós é a indiferença da *Entrée* ao encontro do monarca com Netuno, apresentado apenas em seus aspectos visuais, simplesmente explicando que sobre a ponte havia quatro homens “vestidos em escama de peixe que saudaram o rei”<sup>52</sup>. Reduzindo Netuno e seus tritões a meros homens escamados, o autor despia o momento de qualquer significado mais amplo. Nesse sentido, o discurso de expansionismo naval que aqui assimilamos a essa alegoria não teria qualquer significado para seu leitor e talvez mesmo para seu autor. Mesmo que este tenha decodificado nesses termos a doação do senhor dos mares, não a julgou digna de interesse – talvez pelo fato de ser um parisiense indiferente aos desenvolvimentos da presença normanda no Atlântico e no Novo Mundo.

Por sinal, a própria difusão dos relatos deve ter produzido novas ressonâncias, servindo de base para outras interpretações na época, inclusive entre os leitores que estiveram presentes aos festejos, redirecionando e mobilizando suas percepções e memórias num processo dialético, provavelmente gerando concordâncias ou discordâncias – novos movimentos interpretativos mutuamente alimentados.

Ante tais questionamentos, vale perguntar: como a mensagem articulada pela festa teria sido recebida pelo próprio rei? De que maneiras Henrique II foi atingido pelos espetáculos? É impossível responder positivamente a essas indagações, mas seu posterior apoio à iniciativa da França Antártica é bastante sugestivo...

## **II – O Atlântico visto da Mancha**

Para melhor explorar as ressonâncias políticas do triunfo de Rouen, é interessante ter em mente alguns questionamentos: que formas de saber sobre o Novo Mundo circulavam na França da década de 1550? Que linguagens e discursos políticos se articulavam a respeito da América e do Atlântico? Quem elaborava esses saberes e posturas, e a partir de onde? Enfim, cabe sondar a “opinião” sobre o ultramar na França entre os reinados de Francisco I e Henrique II. Como analisa Massa com muita propriedade, a festa de Rouen era “o resultado de meio século de contatos e trocas

amigáveis ou hostis entre Rouen, Portugal e o Brasil”<sup>53</sup>. Por sinal, essas relações já eram suficientemente relevantes para motivar - em parte - um escândalo na corte. Em 1541, Philippe Chabot de Brion, almirante de França e governador da Borgonha seria acusado, julgado e condenado por malversação e prevaricação. Parte das acusações se relacionava ao exercício do cargo de almirante.

Chabot nascera na aristocracia de Saintonge, em uma família de pouca expressão política. No entanto, passou a infância ao lado de Francisco de Angoulême, futuro rei Francisco I; tinham quase a mesma idade, e foram criados juntos. Na juventude, tornaram-se companheiros de armas. Tais circunstâncias foram determinantes de sua posterior ascensão social, alavancada por seu régio companheiro de brincadeiras. Aparentemente, sua participação ao lado de Francisco I na batalha de Pavia foi parte importante desse processo. Segundo Hamon, toda a fortuna e poder posteriormente conquistados por Chabot dependiam quase inteiramente do favor régio – o que também tornava sua posição bastante frágil ante a possibilidade de cair em desgraça. Le Roy Ladurie afirma, talvez com algum exagero, que ele fora “primeiro ministro *de facto* por algum tempo, a partir de 1535”<sup>54</sup>.

Como almirante de França, foi grande incentivador das navegações normandas e da exploração do Novo Mundo. Sob sua proteção foram organizadas três expedições ao Brasil, chegando mesmo a investir 4000 libras e um navio em uma delas. Mantinha estreita ligação com o poderoso armador Jean Ango, a quem logo retornaremos<sup>55</sup>. Nada disso impedia o almirante de tomar atitudes ambíguas, como mostram os autos de seu processo. Em 1540, motivado por queixas contra Chabot, Francisco I instaurava uma comissão especial para investigar e julgar o caso, fora da alçada de qualquer parlamento do reino. Essa comissão era composta por juízes convocados de diversas partes da França, o que parece sugestivo da mobilização em

---

<sup>52</sup> “vêtus en écaille de poisson qui saluèrent le Roi” (BEAUCOUSIN, Op. cit.).

<sup>53</sup> “le résultat d’un demi-siècle de contacts et d’échanges amicaux ou inamicaux entre Rouen, le Portugal et le Brésil” (MASSA, in: JACQUOT e KONIGSON (org.), Op. cit., p. 115).

<sup>54</sup> “premier ministre de facto pour quelque temps, à partir de 1535” (BÉLY, Lucien. *La France Moderne 1498-1789*. Paris: PUF, 2006, p. 86; HAMON, Op. cit., pp. 36, 212. LE ROY LADURIE, Emmanuel. *L’État royal*. Paris: Hachette, 2009, p. 213).

<sup>55</sup> Cf. JOUANNA, Arlette (org.). *La France...*, Op. cit., pp. 109, 686.

torno do caso e de sua relevância. O conjunto do processo é composto por cinco documentos, cuja minuta pode ser consultada na Bibliothèque Nationale de France<sup>56</sup>.

A quantidade de acusações contra Chabot é impressionante, assim como sua grande variedade, sem falar em sua dispersão pela França. Por exemplo, em 1530 fizera cobranças indevidas aos nobres da Borgonha, supostamente para o resgate do delfim aprisionado na Espanha. Deixou de realizar reparos ordenados pelo rei nas praças fortes *bourguignones*, embora tenha recebido o dinheiro correspondente; pior ainda, cobrou impostos de cidades da região com a mesma finalidade. Era igualmente acusado de desvios de verbas destinadas à compra de munição e obras públicas na Borgonha. No Languedoc, cometera irregularidades na venda de cargos públicos, majorando preços - inclusive em alguns parlamentos<sup>57</sup>. Desviara pagamentos de soldados e tomara peças de artilharia pertencentes à coroa para uso pessoal. Vendia indevidamente *congés* para transporte de trigo, “mesmo no tempo da grande fome que havia na dita região [Borgonha]”<sup>58</sup>.

Além dessas malversações, era acusado de abusos na administração da justiça. Havia queixas de ter tolerado como governador da Borgonha, “meurtres et homicides” cometidos por pessoas de seu séquito, apesar de ter recebido denúncias. Mandou libertar indevidamente um tal Chastenier, preso e condenado pela justiça, que estava na prisão real de Chalons; fez o mesmo com um certo Maschault, e o processo menciona “muitos outros casos semelhantes”<sup>59</sup>. Permitiu que membros de sua criadagem castigassem fisicamente um “pobre lavrador”<sup>60</sup> que dera uma pedrada em um falcoeiro de Chabot que havia roubado suas galinhas; como sublinham os autos, o caso deveria correr na justiça real, julgado pelos magistrados, pois ninguém devia “se imiscuir na justiça ordinária”<sup>61</sup>. Manteve pessoas em cárcere privado por injúrias ditas

---

<sup>56</sup> O códice registra grande quantidade de processos criminais desde o século XIV, todos com a mesma caligrafia, copiados no século XVI (Recueil de copies de pièces. 52. Arrest contre M.re Phelippes Chabot, admiral de France; 53. Lettres de grâce données par François Ier en faveur dudit amiral; 54. Commission pour revoir le procès de l'admiral Chabot; 55. Advis donné par les commissaires de l'innocence de l'admiral Chabot; 56. Absolution et abolition de l'admiral Chabot. Bibliothèque Nationale de France, Département des Manuscrits, Ancien Fonds Français, FR 3876; páginas sem numeração).

<sup>57</sup> Lembrando que nessa época a venalidade dos cargos era legal; a manobra de Chabot era irregular pelo aumento dos valores.

<sup>58</sup> “mesmement du temps de la grande famine qui estoit audit pays [Borgonha]” (Idem).

<sup>59</sup> “plusieurs autres cas semblables” (Idem).

<sup>60</sup> “pauvre laboureur” (Idem).

<sup>61</sup> “se entremesler au faict de la justice ordinaire” (Idem).

contra ele. Também usara seus poderes para confiscar terras em benefício próprio, inclusive empregando documentos falsos.

Essa é apenas uma amostra dos desmandos cometidos por Chabot em suas inúmeras atribuições, mas nos interessam realmente as queixas referentes ao cargo de almirante de França. Em 1536 e 1537 teria cobrado indevidamente seis libras por cada barco pesqueiro da Normandia – apesar de ter sido instruído pelo rei a não fazê-lo. Para tanto, teria vendido salvos-condutos a esses pescadores, tendo para isso tratado com o almirante de Flandres, sem conhecimento e permissão do monarca. Como agravante, existiam acordos prévios entre Francisco I e Carlos V que garantiam a livre circulação dos pescadores entre suas costas em tempos de paz. Todavia, outras acusações interessam mais diretamente ao presente estudo, expondo as atitudes ambíguas de Chabot em relação às navegações francesas:

Também havíamos declarado e declaramos o dito Chabot acusado de ter deslealmente e [ilegível] tomado e recebido diversas quantias [?] das mãos dos embaixadores do rei de Portugal, inclusive a soma de dez mil escudos de uma parte, quinze mil escudos por outra, vinte mil francos a pretexto de composição [?] feita em nome de Jean Ango, visconde de Dieppe de outra parte, uma tapeçaria no valor de dez mil escudos a título de empréstimo por outra parte e havíamos condenado e condenamos o dito Chabot a nos entregar e restituir as ditas quantias como coisa indevidamente e ilicitamente tomadas de príncipe estrangeiro sem nosso sabido querer e permissão [...]<sup>62</sup>.

O trecho deixa entender que o almirante recebera elevadas somas de D. João III, a título de conciliação entre a coroa portuguesa e o armador Jean Ango. Os autos qualificam essa atitude como crime de lesa-majestade. O documento não deixa suficientemente claro, mas parece que essa acusação estava relacionada a outra, registrada em seguida:

Declaramos igualmente o dito Chabot acusado de ter mal e injustamente tomado do dito Jean Ango e Pierre Prevost, mercadores de Rouen, buscando junto a nós cartas de marca contra o dito rei de Portugal e seus súditos, um diamante estimado em dois mil e quinhentos escudos[...]<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> Idem.

<sup>63</sup> Idem.

Ao que tudo indica, Chabot recebera um suborno dos armadores Ango e Prevost para usar de sua influência junto ao rei para a obtenção de uma carta de corso contra os portugueses; depois, fôra pago pela coroa portuguesa para obter uma “composição” com Ango, ou seja, para resolver amigavelmente a questão<sup>64</sup>. Por outro lado, impunha obrigações indevidas a outros comerciantes:

Também havíamos declarado e declaramos o dito Chabot acusado de ter mal, indevidamente e injustamente extorquido de Guillaume d`Aguécourt e Simon Huet, mercadores de Rouen, certa obrigação por eles em Varennes na data de 19 de maio de 1523, pela qual os ditos d`Aguécourt e Huet se obrigaram para com o dito Chabot, mediante a permissão que ele lhes concedeu, para ir às ilhas da África com três ou quatro navios, de entregar e pagar ao dito Chabot ou seu recebedor a dízima de todas as coisas que eles trariam nos ditos navios da dita viagem, e caso por fortuna do mar eles se vissem obrigados a arribar no Brasil, entregar ao dito Chabot todo o pau-brasil que eles trouxessem ao preço que ele valia quando da dita obrigação e todas as outras que foram feitas e passadas ao dito Chabot de forma ou substância semelhantes, seja por [malagueta?], pau-brasil ou outras mercadorias como abusivamente e por constrangimento, força e violência públicas extorquidas sob o estado e autoridade do dito Chabot [...]<sup>65</sup>.

Parece bastante claro que com certa frequência o almirante se aproveitava de sua condição para garantir transações comerciais privilegiadas com mercadorias de valor, assegurando grandes quantidades desses produtos a preços inferiores ao mercado, comprando a preço defasado e vendendo por valores inflacionados. Chabot transformou a venda de permissões para viagens comerciais num lucrativo negócio, por vezes indo contra ordens expressas do rei, como sugerem outras queixas<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Cf. JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements*. Paris: P.U.F., 1948, pp. 98-99, 105-108.

<sup>65</sup> Bibliothèque Nationale de France, Departamento de manuscritos ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 3876.

<sup>66</sup> “Igualmente havíamos declarado e declaramos o dito Chabot culpado de ter mal, injustamente e abusivamente tomado e extorquido inúmeras quantias de diversas pessoas, em grande número e quantidade, tanto por ele quanto por sua gente e servidores para os attaches[?] ou permissões entregues para fazer viagem e navegações no mar em diversos anos e estações, ainda que que houvesse em alguns deles, cartas patentes de nossa permissão, cometendo o dito Chabot a dita exação contra nosso direito declarado por nossas ditas cartas patentes, e em outros anos houve proibições expressas de nossa parte por cartas patentes, não obstante as quais ele teria clandestinamente e ocultamente concedido inúmeras permissões mediante quantias que teriam sido recebidas por ele ou seus servidores[...]” (idem). Ou ainda: “Igualmente declaramos o dito Chabot acusado de ter mal, injustamente e ilicitamente introduzido, querido novamente submeter e introduzir ou feito e permitido fazer e introduzir pelos oficiais sobre nossos súditos novo tributo de cinco soldos por cada tomada de sal ou de um dízimo em obrigações sobre os mestres dos navios de guarda, redundando sobre os mercadores indo em viagem da costa da

Reunida em Melun em 10 de fevereiro de 1540, a comissão considerou Chabot culpado de todas as acusações, condenando-o a pesadas multas e indenizações, totalizando mais de quinze milhões de libras, confiscação de bens, exoneração de todos seus cargos e mesmo ao confinamento no castelo de Vincennes, nos arrabaldes de Paris. Além disso, deveria comparecer como prisioneiro na Borgonha e na Normandia para a execução dessa determinação; a pública humilhação implícita é bastante óbvia.

Contudo, o assunto ainda não estava concluído. Em 12 de março de 1540 – menos de um mês depois – Francisco I assinava em Blois um documento onde, usando de suas “naturais” clemência e liberalidade, revogava praticamente todas as penas estabelecidas pela comissão, exceto as indenizações a terceiros prejudicados por Chabot. Estava dado o passo para que um ano depois fosse convocada nova comissão para revisão do processo. Em 27 de março de 1541, após um mês de atividade, essa comissão declarava Chabot inocente de todas as acusações. Nos dias subsequentes o rei assinava uma “Absolvição e abolição do almirante Chabot”<sup>67</sup>, onde citava seu dever de clemência, exercida “em consideração também das grandes virtudes, louváveis e recomendáveis serviços que nosso dito primo tanto nos prestou em grandes e principais negócios de nosso reino”<sup>68</sup>.

Ainda em 1541 Chabot já se encontrava plenamente reabilitado, de volta ao exercício de seus cargos e mesmo retomando seu lugar no conselho privado do rei – mais poderoso que nunca, devido à recente desgraça de seu principal rival, o condestável de Montmorency. Morto no mesmo ano de causas naturais, seria sepultado com todas as honras na igreja dos Célestins em Paris. Seu belíssimo gisante em mármore se encontra hoje na exposição permanente do Louvre<sup>69</sup>.

O caso de Chabot e seus desdobramentos permitem entrever em filigrana um campo de forças em tensão em torno das navegações francesas, marcado por ambiguidades, a começar pelas atitudes do próprio monarca; seu perdão final, quase incondicional, é bastante significativo do quanto o comércio atlântico representava um interesse marginal para o rei e a coroa, apesar dos célebres protestos de Francisco I

---

Normandia, também que ele mal, injustamente e ilicitamente exigiu algumas obrigações para obter pagamento do dito novo tributo (Idem).

<sup>67</sup> “Absolution et abolition de l’amiral Chabot” (Idem).

<sup>68</sup> “en considération aussi des grandes vertus, louables et recommandables services que notredit cousin nous a fait tant en grands et principaux affaires de notre royaume [...]” (Idem).

<sup>69</sup> JOUANNA (org.), *France...*, Op. cit., p. 686.

contra o tratado de Tordesilhas. Mesmo as manobras de Chabot junto aos embaixadores portugueses não parecem ter incomodado muito ao rei. Por sinal, o “caso Chabot” também parece bastante ilustrativo da atenta observação das coroas ibéricas ao que se passava nos portos franceses da Mancha.

Vale lembrar que as penas originalmente estipuladas pela comissão eram bastante severas; caso o monarca desejasse fazer do almirante um exemplo, seria a melhor oportunidade. É curioso cotejar essa situação às draconianas punições impostas menos de uma década depois aos responsáveis pela perda de Boulogne, como já citamos; pelo visto, os crimes de Chabot lesavam menos dolorosamente a majestade. No mesmo reinado também não faltaram condenações capitais entre altos encarregados das finanças, como o *grand argentier* Semblançay, enforcado em 1518 ou Jean de Poncher, tesoureiro geral do Languedoc, executado em 1535<sup>70</sup>. Aparentemente, Francisco I não tinha interesse em pagar um preço muito alto pelo sucesso de suas ambições marítimas – pelo menos, não tanto quanto pela manutenção de suas posses europeias ou pela organização competente de suas finanças.

Também eram ambíguas as relações entre Chabot e a burguesia normanda ligada ao comércio marítimo. Por um lado, o almirante se mostrava um incentivador das navegações atlânticas; por outro, extorquia os armadores e mercadores com tarifas indevidas, por vezes bastante pesadas. Apoiava os normandos contra os lusitanos, mas recebia subornos de Portugal. Parece bastante evidente que Chabot fazia um jogo de múltiplas facetas, habilmente manipulando os interesses, ambições e receios da burguesia normanda e das coroas de França e Portugal. De todos esses lados o almirante obtinha poder ou benefícios pecuniários, por vias legais e ilegais, explorando ao máximo as possibilidades abertas por seus cargos, por sua posição na corte e por sua influência pessoal junto ao monarca.

Durante muitos anos esse arranjo parece ter sido suficientemente satisfatório para os comerciantes e armadores normandos, cujas reivindicações junto à coroa recebiam apoio do almirante; em períodos em que o rei havia proibido expressamente certas viagens, Chabot também lhes vendia permissões por baixo dos panos, possibilitando seus empreendimentos. As queixas tardias contra os excessos de Chabot parecem sustentar essa hipótese. Aparentemente, seu auxílio político contra as pressões

---

<sup>70</sup> Cf. LE ROY LADURIE, Op. cit., pp. 212-213.

diplomáticas ibéricas compensava as perdas financeiras que infligia ao comércio marítimo. Talvez ambas as partes entendessem a situação como mutuamente benéfica<sup>71</sup>.

Em algum momento difícil de definir, esse acordo parece ter se tornado intolerável para a burguesia normanda, por motivos igualmente difíceis de sondar. Teria sido a descoberta dos acordos secretos de Chabot com a coroa portuguesa? É muito provável que tal revelação tenha abalado a relação dos normandos com o almirante. Também é possível que os normandos tenham se julgado suficientemente poderosos para prescindir do apoio de Chabot a suas atividades. Em todo caso, as denúncias chegaram de algum modo a Francisco I, talvez aproveitando os rumores da iminente desgraça do almirante<sup>72</sup>. Todavia, o resultado final do processo evidencia que os burgueses da Normandia e da Borgonha não eram totalmente desprovidos de influência naquele momento. Afinal de contas, Chabot foi inocentado e perdoado, mas ainda teve de pagar as vultosas indenizações contra aqueles que prejudicara, mostrando que não poderiam ser facilmente negligenciados pelo rei.

Figura bastante representativa dessa posição ocupada pelos comerciantes e armadores normandos no seio da monarquia francesa é certamente Jean Ango, um dos protagonistas do processo contra Chabot. Nascera em 1480, poucos anos antes da pioneira viagem de Colombo. Pertencia a uma família pouco expressiva da burguesia de Dieppe, vinda originalmente de Rouen, mas o envolvimento em empreendimentos marítimos permitiu sua impressionante ascensão social. Seu sucesso estava ancorado numa ampla rede de relações com a burguesia local, onde angariava muitos associados – a começar entre os parentes da esposa, armadores de velha cepa. Seus negócios eram muito abrangentes e variados, desde a navegação do Mar do Norte às costas do Novo Mundo e da África, sem falar em uma expedição ao Índico em 1530. Hamon considera Ango um dos dois mais bem sucedidos comerciantes franceses da época, ao lado de Jacques Coeur, na região do Berry<sup>73</sup>.

Seu primeiro grande êxito foi a expedição comandada em 1523 por Jean Fleury, que capturou a esquadra que conduzia à Espanha o riquíssimo tesouro do imperador asteca Guatimozin, enviado por Cortez. Além da enorme fortuna, tal butim

---

<sup>73</sup> Cf. JOUANNA (org.), *France...*, Op. cit., pp. 587-588; HAMON, Op. cit., p. 100; JULIEN, Op. cit., pp. 73-76.

garantiu a Anjo grande renome na França e fora dela. O armador de Dieppe também foi um dos principais financiadores das viagens dos irmãos florentinos Giovanni e Girolamo Verrazano, que buscavam uma rota atlântica para o oriente, como Colombo fizera décadas antes. A primeira dessas viagens, em 1523, foi realmente pioneira, sendo a primeira expedição europeia conhecida a explorar profundamente o litoral norte americano, da Flórida à Terra Nova. Em 1526, 1527, 1528 e 1529 os Verrazano retornariam ao Novo Mundo, explorando o Brasil e as Antilhas; embora essas novas viagens tivessem pouca relevância no contexto geral das navegações foram muito importantes para a acumulação de conhecimentos e dados sobre a América no âmbito francês, particularmente registrados numa carta traçada por Girolamo; segundo Anthiaume, esse mapa teria considerável repercussão sobre a cartografia de décadas posteriores<sup>74</sup>.

Ao longo dos anos o prestígio e a fortuna de Anjo lhe garantiram crescente destaque político em Dieppe e na Normandia, onde ocupou inúmeros cargos na administração real. Também prestou serviços consideráveis à coroa em diversas ocasiões, emprestando dinheiro e mesmo cedendo navios para operações militares de Francisco I, particularmente contra os ingleses em 1545. Ainda em 1523, Marguerite de Navarre diria que ele servia “maravilhosamente bem o rei no que se refere à marinha e guerra naval, tudo a suas próprias custas e despesas”<sup>75</sup>. Sua atuação em benefício da coroa lhe valeu a nobilitação sob o prestigioso título de visconde de Dieppe, contrariando a lenta e gradual ascensão social mais comum entre as famílias burguesas da França quinhentista. Em 1535, ao visitar sua cidade natal, o rei se hospedou na residência de Anjo, o que dá boa medida de sua importância política na região e no reino. Torna-se mais fácil entender a atitude conciliadora de Francisco I no desenlace do processo contra Chabot<sup>76</sup>...

Seria um equívoco considerar a trajetória de Jean Anjo como típica dos armadores e comerciantes normandos; pela amplitude, diversidade e sucesso de seus negócios, era um percurso excepcional. No entanto, podemos tomá-la como uma

---

<sup>74</sup> Segundo Cloulas, Anjo seria uma das “personnalités extraordinaires, entrées de leur vivant dans la légende” ligadas às navegações normandas. Du Plessis e Anthiaume apresentam relatos bastante detalhados das viagens dos Verrazano (Cf. CLOULAS, Op. cit., p. 272-273; BÉLY, Op. cit., p. 137; JOUANNA (org.), *France...*, Op. cit., pp. 1119-1120; DU PLESSIS, Jean-Marie Montbarbut. *Histoire de l'Amérique française*. Montréal: Typo, 2004, 10-12; Anthiaume, II, pp. 70-78).

<sup>75</sup> “merveilleusement fort le roi sur le fait de la marine et guerre de mer, le tout à ses propres coûts et dépenses”.

medida da crescente importância do comércio marítimo no âmbito da monarquia francesa, mesmo porque Anjo não estava sozinho. Pelo contrário, seu maior mérito era de canalizar, organizar e orientar os investimentos de seus parceiros mercantis, não apenas nas praças comerciais da Normandia, mas também em outros pontos da França, como os banqueiros italianos de Lyon e mesmo alguns mercadores de origem ibérica radicados em terras normandas. Como bem observa Lestringant, as atividades francesas no Atlântico se articulavam através de um eixo comercial e financeiro Rouen-Lyon-Gênova-Veneza. É pouco provável que suas operações tivessem alcançado um sucesso tão grande sem essa vasta rede de associados <sup>77</sup>.

Enquanto Anjo impulsionava as iniciativas normandas, os bretões também empreendiam seus esforços. A grande cidade das navegações bretãs é certamente Saint-Malo, e seu mais célebre explorador Jacques Cartier, piloto de origens humildes, mas bastante reputado por suas habilidades. “Na falta de fortuna, ele possui um título muito invejado, o de piloto do porto, difícil de adquirir [...]”<sup>78</sup>. Cartier realizou três grandes viagens de exploração na América do Norte, registradas em interessantes manuscritos destinados a Francisco I.

A autoria desses relatos é bastante enigmática. Tradicionalmente atribuídos ao próprio Cartier, parece hoje certo que ele não os escreveu; por sinal, narrados na terceira pessoa, os textos não expressam nenhuma pretensão nesse sentido. Um dos personagens mais comumente sugerido como o misterioso redator é Jean Pouillet, escrivão de bordo durante as viagens. Mesmo que não fosse ele, o constante uso da primeira pessoa do plural (e eventualmente do singular) sugere que os textos foram redigidos por alguém que tivesse participado pessoalmente das expedições. Alguns historiadores cogitam ainda a possibilidade de um suposto revisor eclesiástico, devido à erudição do texto – hipótese que nos parece bastante frágil, considerando-se a quantidade de eruditos leigos na França da época. Para todos os efeitos, a questão é supérflua aos nossos propósitos. Quem quer que tenha redigido ou revisado os manuscritos é muito provável, quase certo, que Cartier os tenha lido e aprovado antes de apresentá-los ao monarca. Nesse sentido, sua participação no processo de elaboração do

---

<sup>76</sup> Cf. JOUANNA (org.), *France...* Op. cit., p. 588.

<sup>77</sup> Cf. LESTRINGANT, Frank. *Présentation*. In: LE TESTU, Guillaume. *Cosmographie universelle selon les navigateurs tant anciens que modernes*. Paris: Arthaud, 2012, pp. 11-12.

texto, mesmo que pequena, deve ter sido a mais decisiva no resultado final – e a mais relevante em termos políticos<sup>79</sup>.

Em boa medida, Cartier era o continuador das aventuras dos Verrazano a serviço da coroa francesa. Em 8 de julho de 1524, de volta de sua primeira viagem, Giovanni Verrazano escrevia a Francisco I:

Minha intenção era chegar, durante essa navegação, ao Cathay e à extremidade oriental da Ásia; eu não pensava encontrar um tal obstáculo do lado da terra nova que descobri. Se eu estimava, com efeito, por certos motivos, dever encontrar esta terra, eu pensava que ela oferecia um estreito permitindo passar ao Oceano oriental. Era a opinião universalmente admitida pelos antigos que nosso Oceano ocidental fazia apenas um com o Oceano oriental das Índias, sem nenhum continente interposto. Aristóteles, notadamente, adere a esta opinião, apoiando-se sobre diversas analogias, mas sua opinião é descartada pelos modernos e parece falsa à experiência<sup>80</sup>.

Com três décadas de intervalo, os irmãos florentinos reencenavam o drama de Cristóvão Colombo: a infrutífera busca de uma rota ocidental para a Ásia. O texto deixa patente a decepção de Verrazano; para eles (e Francisco I), a América significava principalmente *um obstáculo*. Embora deixasse claro que esperava encontrar essa barreira, o navegante italiano manifestava sua esperança de encontrar um estreito que levasse os franceses às ricas terras do "Grande Câ".

Em 1533, Cartier assumia a missão de buscar essa promissora passagem, explorando o espaço desconhecido a oeste da Terra Nova, frequentada pelos bretões havia algumas décadas, para a pesca do bacalhau. Saint-Malo era um polo particularmente ativo nesse negócio, garantindo à paisagem peculiaridades inusitadas: via-se bacalhaus secando por toda a cidade, nas ruas, sobre as muralhas e mesmo no cemitério... É extremamente provável que Cartier já tivesse alguma experiência de navegação nos bancos da Terra Nova. Durante muito tempo se pensou que a Terra Nova

---

<sup>78</sup> “Faute de fortune, il possède un titre très envié, celui de pilote du port, difficile à acquérir [...]” (HUE, Bernard. *Jacques Cartier – De Saint-Malo de l’Ile aux Rapides de la Chine*. Saint-Malo: Editions Armine-Ediculture, 1997, p. 15).

<sup>79</sup> Uma ampla discussão desses problemas de crítica das fontes pode ser encontrada no livro de Hue (Idem, pp. 34-35; ver também FRAÏSSÉ, Marie Hélène. *Introduction*. In: CARTIER, Op. cit., p. 37).

<sup>80</sup> VERRAZANO apud HAMON, op. cit., p. 452, grifos nossos.

fosse uma região continental; a primeira viagem do navegante *malouin* confirmou sua insularidade<sup>81</sup>.

Em outubro de 1533, a patente do almirante Chabot o encarregava de armar dois navios para “viajar, descobrir e conquistar na Nova França, assim como achar, pelo norte, a passagem do Catai”<sup>82</sup>. O almirante expressava assim o caráter duplo da tarefa confiada a Cartier: explorar e tomar posse das terras já consideradas uma Nova França, mas principalmente, encontrar a rota para a China. Nesse sentido, a grande esperança da expedição era a larga passagem des Chateaux, entre a Terra Nova e o continente, ainda mal explorada. No entanto, em carta ao tesoureiro da marinha, datada de 12 de março de 1534, Francisco I descrevia a missão de Cartier como “descobrir certas ilhas e terras onde se diz que se deve encontrar grande quantidade de ouro”<sup>83</sup>. Ao que tudo indica, a percepção do significado da navegação de Cartier não era uniforme, mesmo no centro do poder que a projetava e financiava.

O relato da primeira viagem reflete essa postura ambígua ou indecisa da coroa, alternativamente enfatizando um ou outro aspecto. Por exemplo, salienta que a duas léguas de Cap Royal havia “a maior pescaria de bacalhau que seja possível, dos quais bacalhaus pegamos [...] mais de um cento em uma hora”<sup>84</sup>. Mas as terras também interessavam aos redatores. Ao avaliar os primeiros portos examinados, lamentavam a má qualidade do terreno:

Se a terra fosse tão boa quanto há bons portos seria um bem, mas ela não deve se chamar Terra Nova, mas pedras e rochedos assustadores e mal aplainados, pois em toda a dita costa do norte eu não vi uma “carretada” de terra, e desci em vários lugares. Fora em Blanc Sablon, há apenas musgo e pequenos bosques [ou árvores?] abortados<sup>85</sup>.

Com algum humor, sugeriam a mudança de nome de Terra Nova para “Pedra Nova”... Por outro lado, é nítido o entusiasmo na descrição da ilha de Brion:

---

<sup>81</sup> Como observa Du Plessis, a Terra Nova também era o cenário da caça à baleia por parte dos bascos. Sobre as peculiaridades da pesca do bacalhau, ver HUE, *Op. cit.*, pp. 25-26; DU PLESSIS, *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>82</sup> “voyager, découvrir et conquérir à Neuve-France, ainsi que trouver, par le nord, le passage du Cathay”. Parece-nos que nesse contexto o termo “conquérir” designava o mero ato de tomar posse formal da terra, não de uma conquista de fato. As reduzidas dimensões da expedição apontam nesse sentido (CHABOT, apud HUE, *Op. cit.*, p. 24).

<sup>83</sup> “découvrir certaines îles et pays où l’on dit qu’il se doit trouver grande quantité d’or” (FRANCISCO I, apud HUE, *Op. cit.*, p. 24).

<sup>84</sup> “la plus grande pescherie de morues qui soit possible, desquelles morues en primes [...] plus d’un cent en moins d’une heure” (CARTIER, *Op. cit.*, p. 33).

<sup>85</sup> Idem, p. 31.

Esta dita ilha é a melhor terra que tenhamos visto, pois um arpent [antiga medida de área] desta terra vale mais que toda a Terra Nova. Nos a encontramos cheia de belas árvores, pradarias, campos de trigo selvagem e de ervilhas em flor tão espessas e tão belas como nunca vi na Bretanha, que pareciam [semeadas] por lavrador. Há muitas groselheiras, morangueiras e rosas de Provins, salsa e outras boas ervas de grande odor<sup>86</sup>.

Mas a busca pelo caminho da China também figura no relato de modo tanto dramático quanto emblemático, deixando mesmo uma marca na toponímia estabelecida por Cartier. Em 3 de julho de 1534, encontraram uma promissora abertura, funda de 55 braças e larga de quinze léguas, com visíveis mudanças de altitudes às margens. “E pelas ditas profundidade, largura e mudança de terras, tivemos esperança de aí encontrar a passagem, como há na passagem des Chateaux [passagem na Terra Nova atravessada anteriormente, na mesma viagem]. [...] O cabo da dita terra ao sul foi chamado de Cabo da Esperança, pela esperança que tínhamos de ali encontrar passagem”<sup>87</sup>. Em 4 de julho começaram a explorar o caminho. No oitavo dia, chegaram ao fim da linha, tomando “conhecimento do fundo da dita baía, do que ficamos dolentes e aborrecidos”<sup>88</sup>. Como observa Hue, no século XVI os adjetivos “dollant” e “marri” tinham carga emocional muito mais forte que atualmente, expressando com eloquência o quanto a revelação lhes era penosa<sup>89</sup>.

Em 1º de agosto encontravam nova esperança de passagem – não sabiam ainda, mas era a foz do rio São Lourenço; batizaram a abertura de estreito de São Pedro. O verão se aproximava do fim e os ventos viravam em direção ao leste; durante cinco dias o capitão e seus homens tentaram inutilmente avançar no rumo oposto. O relato deixa entrever inquieta expectativa; Cartier liderou um grupo em barcas a remo e depois a pé, para sondar o caminho à frente. Podemos imaginar sua ansiedade ao constatar que o estreito se alargava ainda mais<sup>90</sup>. De volta aos companheiros, era preciso tomar uma grave decisão, como o texto registra enfaticamente:

E chegando aos navios reunimos todos os capitães, pilotos, mestres e companheiros para ter a opinião e juízo do que seria bom fazer. E depois que um após o outro tenha dito que considerados os grandes vendavais que começavam e que as

---

<sup>86</sup> Idem, p. 35.

<sup>87</sup> Idem, p. 40.

<sup>88</sup> “connaissance du fonds de la dite baye, dont fûmes dollants et marris” (Idem, p. 43).

<sup>89</sup> Cf. HUE, Op. cit., p. 46.

<sup>90</sup> Cf. CARTIER, op. cit., pp. 51-52.

marés eram tão fortes que nos faziam apenas recuar e que não era possível passar adiante nesta estação e também que as tormentas começavam neste tempo na Terra Nova e que estávamos ainda bem longe [da China?] e não sabíamos os perigos que estavam entre eles [?], que era tempo de se retirar ou invernar por lá; e ainda por cima, se uma monção de vento contrário nos pegasse seria inevitável ali invernar. Depois das quais opiniões tomadas chegamos largamente à decisão de retornar<sup>91</sup>.

Como observa Bernard Hue, essa passagem revela um traço positivo da personalidade do navegante, o respeito aos subordinados e a consideração a seu saber e experiência, renunciando às prerrogativas que a posição de capitão lhe garantia; com algum bairrismo, o historiador qualifica a atitude como “belo exemplo de democracia malouine e marítima”<sup>92</sup>. Contudo, é interessante observar o emprego retórico dessa consulta na economia do relato. A decisão de fazer meia volta às portas de um caminho tão promissor, renunciando à possível concretização do principal objetivo estabelecido pelo almirante para a viagem, era bastante grave, com consequências políticas potencialmente significativas. Assim sendo, o texto devia deixar bastante claro a seus destinatários na corte que o retorno era a manobra mais acertada e prudente, ou ao menos uma escolha feita de modo consciencioso.

Em primeiro lugar, vale ressaltar a ênfase na partilha da responsabilidade. Ao esclarecer que todos os capitães, pilotos, mestres e companheiros participaram da deliberação, a resolução de Cartier deixava de ser exclusivamente sua. Mais ainda, a manobra ganhava maior legitimidade, tornando uma decisão nomeadamente técnica, baseada na opinião de experimentados e competentes homens do mar, conhecedores das condições habituais de navegação na Terra Nova. O respeito do chefe a esse saber parece evidente, mas essa atitude precisava ficar nítida e patente aos leitores do relato – especialmente o rei e o almirante, podemos imaginar. Por outro lado, é interessante observar que o texto omite quaisquer discordâncias, oferecendo a imagem – provavelmente exagerada – de um consenso absoluto.

A esse argumento de autoridade somavam-se outros, de necessidade. O texto enumera cuidadosamente todos os aspectos que embasavam a decisão de retornar, em metódica acumulação de argumentos. Desse modo, os leitores não apenas tomavam

---

<sup>91</sup> Idem, pp. 52-53.

<sup>92</sup> “bel exemple de démocratie malouine et maritime” (HUE, op. cit., pp. 50-51).

conhecimento da resolução coletiva, mas das evidências climáticas e geográficas que orientavam esse julgamento, ou seja, os ventos e marés desfavoráveis, e a distância supostamente grande do destino da esquadra, com perigos imprevisíveis. Como corolário dessas evidências, o relato explicita que só restavam aos exploradores duas opções, o retorno imediato ou a invernagem – pelo pequeno porte da expedição, envolvendo apenas dois navios de pequena tonelagem, era quase evidente a inviabilidade da segunda alternativa.

Contudo, é interessante observar que o trecho em questão também já presumia a probabilidade ou ao menos a possibilidade de uma nova expedição, perceptível na constatação de que o avanço pela passagem recém-descoberta não seria possível “en cette saison”... Mas qual era o saldo dessa primeira viagem?

Como vimos, os documentos oficiais mostram que o poder central pendia entre duas expectativas quanto à primeira expedição de Cartier: a busca de ouro ou de uma passagem para o Oriente. O relato manipula habilmente essa hesitação, silenciando o total fracasso quanto à perspectiva de achar metais preciosos. Por outro lado, sublinhava a descoberta do promissor estreito de São Pedro, incentivando a impressão de um sucesso parcial, ou ao menos a perspectiva de futuros avanços. A configuração final do relato ganhava assim uma dimensão dialética, formada nas linhas de fratura entre as metas estipuladas pelo rei e pelo almirante e a experiência da viagem realizada, equilibrando desejos e frustrações de modo a alimentar as esperanças em relação a uma futura expedição. E de fato, em 1535 Cartier partia para nova viagem, explorando profundamente o curso do São Lourenço rumo ao interior do continente.

Retornando da primeira jornada, Cartier trazia dois inesperados passageiros, os indígenas Domagaya e Tagnoany, filhos do chefe Donnacona. Ambos vinham numa situação ambígua, um tanto como prisioneiros raptados, outro tanto como ilustres visitantes. Seu rapto era resultado de um encontro fortuito, mas teria grandes consequências para as futuras expedições de Cartier e – por que não? – para as navegações francesas. Os franceses encontraram os indígenas em questão num grande grupo vindo do interior do continente em busca de pesca de água salgada na foz do São Lourenço. Atraindo os dois jovens às embarcações, os europeus os detiveram à força;

prometendo retornar com mercadorias europeias, Cartier obteve de Donnacona permissão para levar seus filhos<sup>93</sup>.

Chegando à França, Domagaya e Tagnogny aprenderiam o francês, tornando-se informantes de Cartier sobre as terras de onde vinham e prometendo guiar o navegante em sua nova jornada através das terras de Canadá e Hochelaga, rumo ao rico reino do Saguenay. É necessário destacar que nos relatos das viagens seguintes o termo “Canada” designa apenas a aldeia de residência de Donnacona e terras circunvizinhas sob a influência do chefe, identificadas como “Province de Canada”. Como sublinha Bernard Hue, o testemunho dos índios estava longe de ser desinteressado: seu retorno à terra natal dependia da habilidade de garantir o interesse dos franceses por uma nova expedição. A julgar por suas atitudes de volta ao Novo Mundo, os dois estavam plenamente conscientes disso<sup>94</sup>.

É assim que emerge nos relatos o maravilhoso reino do Saguenay, capaz de eclipsar a busca pelo caminho do Catai, tão almejado na expedição anterior<sup>95</sup>. Como esclarece o preâmbulo do terceiro relato, ao retornar da primeira viagem, Cartier estivera pessoalmente com o rei, mas Francisco I também havia “... visto e conversado com pessoas que o dito Cartier trouxe desses lugares...”, ou seja, os citados Tagnogny e Domagaya<sup>96</sup>. De qualquer forma, certamente as informações sobre o fabuloso Saguenay haviam chegado ao rei e ao almirante. Deve-se ressaltar que a comissão assinada por Chabot no fim de outubro de 1534 não mais incumbia o capitão de procurar uma passagem para o oriente; sua missão agora era o “...aperfeiçoamento da descoberta das terras ocidentais”<sup>97</sup>.

A narrativa da segunda viagem é pontuada por constantes referências ao Saguenay e suas riquezas, a começar na narrativa da chegada à foz do São Lourenço, de onde se avistavam ao longe algumas montanhas, que Taignogny e Domagaya então identificaram como “...o começo do Saguenay e terra habitada [sic] e que de lá vinha o cobre vermelho que eles chamam caignedazé”<sup>98</sup>. Logo adiante o texto identifica o São

---

<sup>93</sup> Cf. CARTIER, *Op. cit.*, pp. 48-49.

<sup>94</sup> Cf. HUE, *Op. cit.*, p. 53.

<sup>95</sup> A busca pela passagem através da América rumo ao oriente permanece presente no segundo relato, mas de forma muito atenuada, havendo apenas uma referência a essa busca (Cf. CARTIER, *Op. cit.*, p. 64).

<sup>96</sup> “vu et convenu avec des gens que le dit Cartier a ramené de ces contrées” (Idem, p. 129).

<sup>97</sup> “parachèvement de la découverte des terres occidentales” (Apud HUE, *Op. cit.*, p. 58).

<sup>98</sup> “le commencement du Saguenay et terre habitée et que de là venait le cuivre rouge qu'ils appellent caignedazé” (CARTIER, *Op. cit.*, p. 63).

Lourenço como “...o rio e caminho do reino e terra do Saguenay” – novamente segundo o dizer dos intérpretes indígenas<sup>99</sup>. Por sinal, em alguns momentos o relato usa o nome Saguenay como identificação do próprio rio.

Mas os autores mostravam o cuidado de apresentar outros testemunhos que corroborassem adequadamente o de seus guias. A passagem mais importante nesse sentido está ligada à narrativa da subida do Mont Royal (Montréal), no território de Hochelaga, habitado por um grupo rival ao de Donnacona. Do alto do monte, Cartier descortinava amplo panorama, que estimava abranger trinta léguas, dominando boa parte do curso do São Lourenço. Seus anfitriões de Hochelaga prestavam informações sobre a paisagem que tinham diante dos olhos.

E além disso nos mostravam que passados os ditos saltos, podia-se navegar mais de três luas pelo dito rio. E também nos mostravam que ao longo das ditas montanhas em direção ao norte há um grande rio que desce do ocidente como o dito rio. Nós estimamos que seja o rio que passa pelo reino e província do Saguenay e sem que lhes fizéssemos nenhuma pergunta ou sinal tomaram a corrente do apito do capitão o qual é de prata e um cabo de punhal que é de latão amarelo como ouro o qual pendia ao lado de um de nossos marinheiros e mostraram que aquilo vinha de rio acima [...]. O capitão lhes mostrou cobre vermelho o qual eles chamam caignedazé lhes mostrando a dita direção e perguntando por sinal se vinha de lá [da terra dos agojuda] e eles começaram a balançar a cabeça dizendo que não e mostrando que ele vinha do Saguenay que é ao contrário do precedente<sup>100</sup>.

Sugerem os autores que tal testemunho seria ainda mais confiável por sua alegada espontaneidade. Mais ainda, os habitantes de Hochelaga ampliavam as presumidas riquezas minerais do Saguenay, acrescentando prata e ouro ao humilde cobre anteriormente apontado por Tagnoagny e Domagaya! Decididamente, o Saguenay se tornava cada vez mais atraente que a China... No entanto, as difíceis corredeiras do São Lourenço tornavam quase impossível seguir adiante na direção do rico Saguenay. De volta ao Canadá, os franceses teriam recebido de Donnacona novas informações sobre o maravilhoso reino, agora trazendo esclarecimentos sobre a vida de seus habitantes. Falavam ainda de um “mar doce”, mais a ocidente do Saguenay,

---

<sup>99</sup> “la rivière et chemin du royaume et terre du Saguenay” (Idem, p. 66).

<sup>100</sup> Idem, pp. 90-91.

continuando a navegar pelo rio, assim como de férteis terras a sudoeste, tomando-se um afluente:

E nos fizeram entender que no dito lugar as pessoas se vestem de tecidos como nós e há muitas cidades e povos e boas gentes e que eles têm grande quantidade de ouro e cobre vermelho. [...] e que passado o dito Saguenay vai o dito rio entrando em dois ou três grandes lagos de águas largas e depois se encontra um mar doce do qual não há menção de se ter visto o fim como eles ouviram daqueles do Saguenay pois eles nos disseram não ter ido lá. [...] há um rio que corre para sudoeste [...] a uma terra onde nunca há gelos nem neves mas que nessa dita terra há guerras contínuas uns contra os outros e que nessa terra há laranjas, amêndoas, nozes, ameixas e outras sortes de frutas em grande abundância. E nos disseram que os homens daquelas terras se vestiam de peles como eles. Depois de lhes perguntar se há ouro e cobre nos disseram que não. Eu estimo por seu dizer que o dito lugar fica em direção à Flórida, pelo que mostram por seus sinais e marcas<sup>101</sup>.

Ao longo da metade final do segundo relato os autores reforçam cada vez mais a imagem de Donnacona como grande conhecedor das obscuras terras tão cobiçada pelos europeus – o que o tornava um informante igualmente cobiçável. Para os exploradores, o velho nativo podia se tornar o mapa para riquezas inimagináveis. Parece que a situação foi percebida pelos índios, e Donnacona deixou de frequentar os franceses, evitando contatos diretos. Após elaboradas e complicadas maquinações, Cartier e seus homens conseguiram raptar Donnacona, seu filhos e mais alguns membros da tribo. Da margem, seus subordinados passaram a assediar os navios franceses, gritando e clamando pela libertação do chefe. Preocupado, o capitão bretão exigiu que Donnacona os acalmasse:

Então ordenou o capitão elevar o dito Donnacona para falar a eles e lhes dizer que o capitão lhe oferecera boa mesa e que depois de ter falado ao rei da França seu mestre e contar o que ele tinha visto no Saguenay e outros lugares que ele retornaria em dez ou doze luas e que o rei lhe faria um grande presente. Do que ficou muito feliz o dito Donnacona e o disse aos outros lhes falando. Os quais fizeram três maravilhosos gritos em sinal de alegria<sup>102</sup>.

O trecho deixa bastante claro que, autorizado pela presumida experiência de suas andanças pelo Novo Mundo, Donnacona serviria como a testemunha chave para

---

<sup>101</sup> Idem, p. 104.

<sup>102</sup> Idem, p. 117.

convencer Francisco I da existência do célebre e inatingível reino do Saguenay. Todavia, antes de continuar, é interessante citar as instigantes observações do historiador canadense Bernard Assiniwi, indígena do Québec. Segundo interpreta, o nome de “Saguenay” remeteria aos mitos das populações algonquinas relacionados a terras maravilhosas e sobrenaturais. “O reino do Saguenay é o mundo do espírito ou do sonho, que os Montanhese e os Cree chamam Sagana”<sup>103</sup>. De fato, a convergência morfológica entre as palavras é muito chamativa. Essa hipótese parece bastante razoável, especialmente se levarmos em conta certo trecho do relato, onde os autores justificam o desejo de levar Donnacona ao rei para contar

...o que ele tinha visto nos países ocidentais das maravilhas do mundo. Pois ele nos certificou ter estado na terra do Saguenay onde há infinitos ouro, rubis e outras riquezas e homens brancos como na França e vestidos em roupas de lã. Ainda disse ter visto outra terra onde as pessoas não comem nada, mas apenas fazem água pela vara [sic]. Também disse ter estado em outra terra dos Picquenyans e outra terra onde as pessoas têm apenas uma perna e outras maravilhas longas [demais] para se contar *O dito senhor é homem velho e nunca cessou de viajar por muitas terras de seu conhecimento tanto por rios, quanto por terra* (Grifos nossos)<sup>104</sup>.

Talvez Donnacona fosse de fato um grande viajante, explorando as paisagens oníricas e sobrenaturais proporcionadas pela experiência xamânica... É importante destacar que, quase insensivelmente, a imagem do reino do Saguenay transmitida pelos autores passa por drásticas mudanças conforme o relato se desenvolve. A princípio, as descrições nada têm de inesperado, espantoso ou fabuloso; as primeiras referências ao reino imaginário o retratam apenas como um território rico em cobre, metal de menor valor, a que se acrescentam posteriormente informações sobre ouro e prata. Nada de inacreditável para europeus que acabavam de conhecer as riquezas conquistadas por Cortez no México, especialmente para franceses que uma década antes viram o rico tesouro de Guatimozin desembarcar na Normandia, saqueado por Jean Fleury. No entanto, paulatinamente o Saguenay se tornava aos fascinados ouvidos de Cartier uma terra fabulosa, onde se encontravam as “maravilhas do mundo”, vizinha de regiões onde os homens viviam de vento, tinham uma só perna e onde se passavam “maravilhas longas de se contar”.

---

<sup>103</sup> “Le royaume du Saguenay est le monde de l’esprit ou du rêve, que les Montagnais et les Cris appellent Sagana” (ASSINIWI, Bernard. Apud HUE, *Op. cit.*, p. 100).

<sup>104</sup> Idem, p. 113, grifos nossos.

Na verdade é possível detectar duas imagens sobrepostas do reino de Saguenay, elaboradas a partir de testemunhos diferentes. A primeira, predominante no início do relato, é a sóbria descrição oferecida ainda na França por Taignoagny e Domagaya, onde o misterioso território era apenas uma terra rica em cobre. A segunda se elabora no Novo Mundo, emergindo do testemunho cada vez mais enfatizado de Donnacona, que teria de fato visitado as terras de Saguenay, e muitas outras. Ao que tudo indica, o relato não foi escrito simultaneamente à viagem, mas redigido integralmente após o retorno à Europa. Ainda assim é curioso notar que não parte da imagem final do Saguenay, retratando uma elaboração gradual, uma sutil passagem da descrição realista inicial ao retrato fabuloso final. Parece-nos provável que esse efeito narrativo não era deliberado, mas o simples resultado da preocupação dos autores de reproduzir as informações no contexto exato em que as receberam, dando à descrição do Saguenay pelos índios certa perspectiva diacrônica, acompanhando a estrutura narrativa moldada em torno da viagem. Embora diferentes, as imagens esboçadas respectivamente por Domagaya e Taignoagny ou por Donnacona não são exatamente divergentes: a primeira parece mais uma versão atenuada da segunda. Todavia, deve-se salientar que ambas foram apresentadas aos franceses pelos próprios americanos; por sinal, indígenas pertencentes ao mesmo grupo e, mais ainda, parentes em primeiro grau. Como explicar tamanha diferença? De que maneira o reino do cobre se tornou a terra do ouro e dos rubis? ...ou seria justamente o contrário?

Parece interessante sublinhar os contextos em que cada uma dessas descrições chegou ao conhecimento de Cartier. Como sugere Bernard Hue, Taignoagny e Domagaya apresentaram informações sobre o Saguenay a Cartier provavelmente tendo em mente que a sedução exercida sobre os franceses pelas riquezas desse reino garantiria seu retorno à América. Parece suficientemente claro que durante sua estadia forçada em Saint-Malo os dois irmãos desenvolveram aguda percepção da cultura europeia e dos anseios e esperanças nutridos pelos franceses em relação ao Novo Mundo. Nada mais natural que os dois manipulassem essas esperanças para atingir seu objetivo.

Por outro lado, as palavras de Donnacona aos franceses foram proferidas em situação completamente diferente. Antes de tudo, cabe destacar que desde o princípio o chefe do “Canada” desencorajou os franceses a navegar o São Lourenço em direção ao oeste, recusando-se terminantemente a guiá-los rio acima. Mais ainda, ele e seus filhos

empreenderam grandes esforços para dissuadir Cartier de rumar às terras de Hochelaga, passando de ameaças veladas e intimidação à sugestão de que o território vizinho era habitado por demônios, culminando com a oferta de sua filha de dez anos e mais dois meninos menores como reféns desde que os europeus desistissem de visitar a terra de seus rivais. Se assim era em relação a Hochelaga, imagine-se com o Saguenay, situado ainda além no curso do rio. Dessas circunstâncias parece claro que as descrições de Donnacona, embora mais fabulosas que as de seus filhos, não eram interessadas; pelo contrário, parecem um desserviço a seus próprios objetivos estratégicos, visto que estimulariam ainda mais os franceses a navegar rio acima, aproximando-se de seus inimigos de Hochelaga.

Assim sendo, o Saguenay de Donnacona parece mais próximo de uma visão mítica consolidada em suas tradições culturais, enquanto aquele apresentado na França por Taignoagny e Domagaya aparenta ser uma versão composta expressamente para agradar a Cartier e Francisco I e convencê-los a organizar uma nova expedição ao Novo Mundo, provavelmente com boa dose de intencionalidade e consciência da operação realizada. Era uma descrição forjada de modo calculado para atingir uma finalidade específica. Desse modo, parece que os dois jovens ameríndios se apropriaram de um mito de sua cultura e o adaptaram a critérios de inteligibilidade europeus – ou que percebiam como tal.

Com alguma dose de sensibilidade e um esforço de empatia podemos imaginar a angústia dos dois irmãos raptados, vivendo numa terra estranha onde se falava uma língua ininteligível, tentando compreender uma cultura inteiramente nova, buscando a todo custo um meio de retornar a seu próprio mundo. Por outro lado, não é difícil imaginar Jacques Cartier entretendo ansiosamente contato com seus hóspedes ameríndios, sequioso por valiosas informações sobre o território por explorar, constante e persistentemente crivando de perguntas os dois rapazes, à medida em que se familiarizavam com a língua francesa. Podemos adivinhar a natureza dessas inquirições, em que a passagem para o Catai e as riquezas minerais de sua terra deviam ser temas insistentemente abordados. É provável que as indagações de Cartier tenham sido o principal critério a orientar Taignoagny e Domagaya em seu esforço de reinvenção do Saguenay durante sua estadia forçada em Saint-Malo. Para nos apropriarmos da feliz expressão de Sérgio Buarque de Hollanda, o reino do Saguenay apresentado pelos dois irmãos a seus inquiridores franceses talvez fosse uma “atenuação plausível” da terra

mítica, onírica e sobrenatural que no ano seguinte seu pai diria a Cartier conhecer por experiência própria; um Saguenay rico em metal, como os franceses desejavam encontrar, como estavam dispostos a buscar atravessando o oceano.

Vale destacar que Donnacona diria conhecer muito mais terras que esse reino, com características díspares, como aquela paradisíaca região onde nunca havia gelo ou neve e abundavam laranjas, nozes, amêndoas e ameixas; mas Domagaya e Taigoagny devem ter rapidamente percebido que Cartier não estava interessado em frutas. Podemos concluir que a aposta no Saguenay para o convencimento dos franceses partia *a priori* de uma seleção entre os mitos indígenas; os dois rapazes devem ter percebido que este era o mais conveniente para seus objetivos. Não servia qualquer terra, mas aquela de onde vinha o cobre – que chamavam de *caignedazé*, como insiste duas vezes o relato. Pois de fato, o *caignedazé* lhes chegava de muito longe, passando de mão em mão, através de uma longa e complexa rede de intermediários, da região onde hoje se situa a fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos. Como sugere o arqueólogo canadense Bruce Trigger, os dois índios “despertaram o interesse de Cartier falando-lhe do comércio de cobre, praticado entre o lago Superior e o vale do São-Lourenço”<sup>105</sup>. Para se ter uma ideia da distância até os Grandes Lagos empregando os meios da época, os franceses só chegariam a essa região após longas e árduas explorações, nas últimas décadas do século XVII. Não espanta que o *caignedazé* que lhes chegava por vias misteriosas fosse associado ao sobrenatural Saguenay entre os conterrâneos de Donnacona.

Taigoagny e Domagaya parecem ter realmente compreendido de modo eficiente a cultura europeia. Sua versão europeizada do Saguenay atingiria plenamente o objetivo, a ponto de eclipsar a busca pela passagem para a China. Não se tratava de uma ficção banal, mas de uma reelaboração do mito cunhada a partir das convergências entre os imaginários europeu e ameríndio, forjada no calor de viscerais relações de poder. Muito estava em jogo para todos os participantes diretos e indiretos desse processo criativo: para Taigoagny e Domagaya, o retorno a sua gente; para Cartier, a perspectiva de novas descobertas, prestígio e fortuna; para Francisco I e o almirante Chabot, a possibilidade de conquistar incalculáveis riquezas. Para todos esses, o

---

<sup>105</sup> “ont éveillé l’intérêt de Cartier en lui parlant du commerce du cuivre, pratiqué entre le lac Supérieur et la vallée du Saint-Laurent” (TRIGGER, apu HUE, *Op. cit.*, p. 60).

Saguenay reinventado tornava-se um ponto de convergência de interesses, cujo resultado era a organização da segunda viagem de Cartier.

Todavia, é interessante observar que mesmo a versão de Donnacona para o mito do Saguenay também fora influenciada pela presença dos franceses. Afinal, o chefe índio descrevia os habitantes do reino mítico como brancos e vestidos de lã como os franceses. Com suas roupas, ferramentas metálicas, armas de fogo e estranhas embarcações, a chegada do europeu à América era também uma irrupção do maravilhoso para os índios, a ecoar (e modificar) antigas lendas. Nesse sentido, como sugere Viveiros de Castro, “foram então talvez os ameríndios, não os europeus, que tiveram a ‘visão do paraíso’, no desencontro americano”<sup>106</sup>.

Curiosamente, o reino do Saguenay perde espaço no relato da terceira viagem, sendo mencionado apenas quatro vezes<sup>107</sup>. No começo do texto fica explícito que Cartier deveria ampliar as descobertas anteriores “e ir (*se fosse possível*) em reconhecimento da terra de Saguenay” (grifo nosso). A busca pelo Saguenay passava a um papel secundário, a ser realizada apenas “*s’il était possible*”; de fato, uma pequena e breve expedição foi organizada nesse sentido. Na verdade, a colonização era o principal objetivo da terceira missão de Cartier, então nomeado “capitaine général et maître pilote des vaisseaux”. Junto com ele deveria vir o cavaleiro Jean-François de la Rocque, senhor de Roberval, nomeado por Francisco I “son lieutenant et gouverneur dans les pays de Canada et Hochelaga”<sup>108</sup>. A relação entre os dois (e seus respectivos séquitos) seria bastante tumultuada. Vale observar que o relato de Roberval sobre a expedição registrava seu título de forma ligeiramente diferente, “lieutenant des pays du Canada, Saguenay et Hochelaga”<sup>109</sup>. A se dar fé ao registro de Roberval, Cartier se recusava a reconhecer a autoridade do fidalgo sobre o Saguenay; em sentido inverso, a crer no registro do piloto, Roberval reivindicava indevidamente o poder sobre a mesma região. Omissão de um ou exagero do outro? Impossível determinar qual seria a hipótese mais próxima da realidade; talvez ambas tenham alguma dose de verdade. Talvez se trate de

---

<sup>106</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac-Naify, 2011, p. 206.

<sup>107</sup> “et aller (s’il était possible) en reconnaissance du pays du Saguenay” (CARTIER, *Op. cit.*, pp. 137-139).

<sup>108</sup> *Idem*, p. 130.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 145.

mero lapso de algum dos redatores; mas mesmo o lapso pode ser significativo, traduzindo frustrações ou ambições secretas<sup>110</sup>.

Em 1541, após confusões e desencontros, Cartier partira sem Roberval, chegando primeiro à América do Norte e iniciando a ocupação do território. A grande descoberta da terceira viagem de Cartier ocorreria durante o preparo das lavouras e a construção do forte de Charlesbourg-Royal (atualmente Cap-Rouge). O relato narra entusiasticamente a situação:

E sobre esta alta montanha ou promontório encontramos boa quantidade de pedras, estimamos ser diamantes. Do outro lado da dita montanha e ao pé da dita altura, que é em direção ao rio, se encontra uma bela mina do melhor ferro que há no mundo, a qual se estende até próximo de nosso forte, e a areia sobre a qual caminhávamos é terra de mina perfeita, pronta para pô no forno. E à beira d'água achamos certas folhas de um ouro fino, tão espessas quanto uma unha. [...] E na ponta do dito prado, a cerca de cem passos, há uma terra que se eleva em ladeira, a qual é uma espécie de ardósia negra e espessa onde se vê veios da espécie dos minerais, e que reluzem como ouro e prata: e entre todas essas pedras se encontra grossos grãos da dita mina. E em alguns lugares encontramos pedras como diamantes, os mais belos, polidos e maravilhosamente talhados que seja possível a um homem ver; e quando o sol lança seus raios sobre eles, eles reluzem como se fossem centelhas de fogo<sup>111</sup>.

Belas, perfeitas, grandes, tão grossas quanto uma unha, maravilhosamente lapidadas, reluzentes como centelhas de fogo... Não faltam adjetivos e qualificações superlativas às supostas riquezas minerais encontradas nos arredores de Charlesbourg-Royal. Sua variedade também seria impressionante, numa área tão exígua! O desejo de impressionar vivamente aos leitores e ouvintes do relato parece quase palpável. Em 1542 a comitiva de Cartier resolveu abandonar a colônia, levando à França suas preciosas amostras. Na Terra Nova encontrariam com a expedição de Roberval, que finalmente rumava ao Novo Mundo. Cartier recusar-se-ia a retornar ao Canadá, escapando à noite. O relato de Roberval registra esse encontro, explicitando suspeitas contra o piloto de Saint-Malo:

Depois de ter cumprido seus deveres para com nosso general [Roberval], ele [Cartier] lhe disse que trouxera alguns

---

<sup>110</sup> Sobre o uso do conceito freudiano de lapso como ferramenta de análise historiográfica, sugerimos o curioso ensaio de Carlo Ginzburg, *Um lapso do papa Wojtyla* (GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 219-227).

<sup>111</sup> CARTIER, op. cit., pp. 135-136.

diamantes, e uma quantidade de pepitas de ouro que encontrará na terra. No domingo seguinte foi feito o ensaio desse ouro em um forno, e ele se revelou muito bom.

No mais, ele disse ao general que ele não pudera, com seus homens, resistir aos selvagens, que rondavam diariamente e o incomodavam muito, e que esta era a causa que o levava a retornar à França. No entanto, ele e sua companhia louvaram muito o país como muito rico e muito fértil. Mas quando nosso general, que tinha forças suficientes, lhe ordenou retornar com ele, que tinha forças suficiente, ele [Cartier] e sua gente, animados, parece, pela ambição, porque eles queriam ter toda a glória de ter feito a descoberta de todos esses objetos, escaparam de nós secretamente durante a noite seguinte, e sem pedir nenhuma permissão tomaram o caminho de volta para chegar na Bretanha<sup>112</sup>.

Será certamente impossível conhecer as verdadeiras razões da atitude de Cartier e seus homens. Depois de instalados no Canadá, Roberval enviaria dois navios de volta à França levando notícias da colônia e solicitando novos recursos. O relato trai sua curiosidade sobre o sucesso de Cartier: “Ele lhes [aos capitães] pediu também para trazer notícias da França para saber como o rei tinha aceitado certos diamantes encontrados nesse país e que lhe tinham enviado”<sup>113</sup>.

De qualquer forma, os acalentados minérios do Canadá revelar-se-iam frustrantes quimeras. Realizadas as provas na França, os especialistas logo descobriram que o suposto ouro não passava de piritita de ferro, e os diamantes eram apenas cristais de quartzo. O episódio deu origem à expressão idiomática francesa “faux comme diamants de Canada”, empregada até hoje<sup>114</sup>. À luz desse desenlace, as alusões de Roberval à ambição e sede de glória de Cartier parecem ainda mais venenosas. A narrativa, escrita *a posteriori*, já era redigida com conhecimento desses resultados, repisando assim a humilhação do navegador de Saint-Malo.

O relato de Cartier mostra uma retórica defensiva contra os previsíveis ataques de Roberval, explicando porque o piloto bretão partira de Saint-Malo sem o fidalgo. A narrativa do episódio é bastante detalhada, procurando a cada momento salientar a obediência de Cartier às ordens do rei e sugerir a ineficiência de Roberval na execução de suas tarefas. Em primeiro lugar, o nobre chegara a Saint-Malo atrasado

---

<sup>112</sup> Idem, pp. 146-147.

<sup>113</sup> “Il leur [aos capitães] demanda aussi d’apporter des nouvelles de France pour savoir comment le roi avait accepté certains diamants trouvés en ce pays et qu’on lui avait envoyés” (Idem, pp. 148-149).

<sup>114</sup> Cf. HUE, *Op. cit.*, p. 122; FRAÏSSÉ, In: CARTIER, *Op. cit.*, p 11.

para a data combinada para a partida, encontrando os navios de Cartier “prontos para partir e fazer vela, aguardando apenas a vinda do general e o pagamento das despesas”. Para piorar, Roberval ainda não teria abastecido os navios sob sua responsabilidade. Os dois então teriam combinado que Cartier deveria partir, especialmente porque o piloto recebera cartas do rei ordenando “partir e fazer vela imediatamente após sua leitura e recepção, sob pena de incorrer em seu desprazer e disso ver-se imputar toda a culpa”. Com certa malícia, o relato ainda esclarece que o clima adverso tornara a travessia do Atlântico mais demorada “por causa de nossa partida tardia”. Aparentemente as acusações articuladas pelo relato tinham algum fundamento, especialmente se considerarmos a total omissão desses episódios pela narrativa de Roberval, ocultando a inépcia do fidalgo em organizar a expedição a tempo<sup>115</sup>.

O desfecho dessa polêmica permanece obscuro. Sob a direção de Roberval a colônia soçobrou, embora os detalhes do fracasso não sejam suficientemente conhecidos. No fim de 1542 chegava do Canadá à França um navio em busca de socorro. Ironicamente, em 1543 Cartier foi encarregado pelo rei de organizar a expedição de resgate aos colonos, mas não participou pessoalmente da viagem. Em 20 de junho de 1544 Francisco I ordenava que as despesas da expedição fossem acertadas entre o navegante e o fidalgo. Aparentemente nenhum dos dois se viu prejudicado de modo irreversível pelo episódio. Ainda em 1544 Cartier seria incumbido pela coroa de recensear os navios bretões disponíveis para ações bélicas. Por sua vez, Roberval seria nomeado “grand maître, surintendant et général reformateur des mines”, em 1548<sup>116</sup>.

Como vemos, os relatos das viagens de Jacques Cartier mostram uma imagem extremamente volátil da América, em constante mutação, evidenciando a dinâmica e imprevisível elaboração dos significados do Novo Mundo na França da época, bem como a hesitação e inconstância da coroa francesa em relação ao continente recém-descoberto. Num primeiro momento busca-se a passagem para a China, depois o reino do Saguenay, em seguida organiza-se uma expedição colonizadora... Era necessário descobrir ou inventar um papel para esse inesperado continente no meio do Atlântico; viagens, relatos e decisões do poder monárquico se entrelaçavam de modo intrincado, numa relação dialética e circular, marcada por expectativas e frustrações em constante desequilíbrio. Novas viagens ocasionavam a formação de novos saberes,

---

<sup>115</sup> CARTIER, *Op. cit.*, pp. 130-131.

<sup>116</sup> Cf. HUE, *Op. cit.*, pp. 122-123.

expostos em novos relatos, levando à elaboração de novos objetivos pela coroa, conduzindo à organização de novas expedições. A cada ida e vinda de Cartier através do Atlântico a América e os americanos ganhavam novos significados econômicos e geopolíticos. O rei ordenava as expedições, mas cada nova travessia reorientava as atitudes da coroa em relação ao Novo Mundo, modificando o caráter das futuras viagens. Como vimos, os próprios índios, na América ou na França, assumiram um papel ativo nesse processo, através de suas atitudes e testemunhos. Estaríamos diante de uma “dialética atlântica” configurada através de atos e palavras, mediada pelas viagens e pelos viajantes?

Seria interessante registrar aqui uma observação de caráter cronológico. Apesar de raramente se lembrar disso, Cartier e Francisco I eram contemporâneos de Cortez, Pizarro ou Tomé de Souza, de Carlos V e D. João III. Assim como os ibéricos, os franceses estavam ainda plasmando uma imagem da América, em meio a muitas dúvidas e incertezas, tateando cuidadosamente os contornos de um Novo Mundo por conhecer. Por sinal, os progressos de outras nações europeias no outro lado do Atlântico se faziam sentir na elaboração dos virtuais significados da América para os franceses. Um trecho do preâmbulo ao relato da segunda expedição de Cartier mostra isso com bastante clareza:

De modo semelhante também se vê como ao contrário daqueles filhos de Satã [os protestantes] os príncipes cristãos e verdadeiros pilares da Igreja Católica se esforçam por aumentá-la e acrescentar como fez o católico rei de Espanha nas terras que por seu comando foram descobertas a oeste de seus países e reinos, que antes nos era desconhecidas, estranhas e fora de nossa fé como a Nova Espanha [México], a Isabela [Cuba], Terra Firme [Panamá] e outras ilhas onde se encontrou numeroso povo que foi batizado e reduzido a nossa muito santa fé<sup>117</sup>.

Esse é um dos raros momentos em que o problema da expansão da fé é abordado nos relatos das expedições de Cartier. Curiosamente, só era citado o aspecto catequético da expansão ibérica, omitindo as riquezas obtidas por Carlos V no Novo Mundo. Parece um não-dito bastante significativo, de certo modo invertendo a própria estrutura do relato, onde as potenciais riquezas do Saguenay ocupavam lugar central. O

---

<sup>117</sup> CARTIER, Op. cit., pp. 57-58.

preâmbulo, única parte em que há uma proposta explícita sobre a atuação francesa no Novo Mundo, escamoteia as motivações venais predominantes no resto da obra.

Desse modo, as narrativas das expedições de Cartier descrevem diretamente a América, mas retratam a França e seus problemas políticos de modo indireto. Nas brechas dos relatos é possível perceber ou entrever a presença do rei e da corte, num efeito quase especular: os autores representavam no próprio texto o público a que se destinava e que procurava influenciar de modo favorável. É possível discernir essa presença de formas mais ou menos nítidas. Por exemplo, há claras alusões a encontros de Cartier ou dos indígenas com o rei. Da mesma forma, como já vimos, o texto registra a intenção dos franceses de levar Donnacona ao encontro de Francisco I para falar do Saguenay. Há casos ainda mais óbvios e simples, como a ereção de uma cruz gravada com o brasão dos Valois e o escrito “Vive le Roi de France”<sup>118</sup>.

Uma forma mais sutil e mais significativa de perceber a França e seus jogos de poder subentendidos na América é através da toponímia. Em primeiro lugar, os topônimos alusivos ao próprio rei, à família real e ao poder monárquico, como Cap Royal, Cap du Dauphin, Cap d’Orléans, Cap Saint Louis ou Mont Royal<sup>119</sup>. A intenção de tais homenagens é óbvia e nada surpreendente. Por outro lado, a toponímia permitia a Cartier angariar prestígio mesmo entre facções opostas, como os seguidores do almirante Chabot ou de seu rival Anne de Montmorency. O almirante, senhor de Brion, emprestava seu nome à Ile de Brion, enquanto o outro batizava o Cap de Montmorency, ambos descobertos na primeira viagem. No entanto, vale observar que tais homenagens eram assimétricas. O cabo de Montmorency não se mostra relevante no relato, enquanto a ilha de Brion era descrita como uma terra extremamente fértil e quase paradisíaca, como já vimos – “um *arpent* dessa terra vale mais que toda a Terra Nova”<sup>120</sup>. Tal escolha não surpreende, visto que o almirante era um dos principais instigadores da primeira expedição. Todavia, Cartier não hesitou em homenagear seu rival, mantendo os canais abertos para futuras oportunidades ou necessidades. E, de fato, Montmorency tornar-se-ia um apoio importante à organização da terceira viagem, como sugerem relatos diplomáticos portugueses e espanhóis. Com a desgraça recente do almirante, Montmorency se tornava um sustentáculo valioso às pretensões de Cartier. Como

---

<sup>118</sup> Idem, p. 48.

<sup>119</sup> Idem, pp. 33, 36, 37, 50, 85.

<sup>120</sup> “un arpent d’icelle terre vaut mieux que toute la Terre Neuve” (Idem, pp. 35-36, 50).

Bernard Hue analisa o contexto, “Anne de Montmorency acabava de ser feito condestável. Entre o almirante de Brion Chabot e ele, a América poderia tornar-se um *enjeu* decisivo”<sup>121</sup>. É interessante observar ainda que no retorno da segunda viagem Cartier descobriria ainda um Cap de Lorraine, homenageando a casa de Lorena, em franca ascensão na corte<sup>122</sup>. A tardia homenagem evidencia a crescente importância do clã, mas a demora sugere que a posição dos Guises ainda era secundária, ao menos no julgamento do piloto. Era preciso navegar com um olho nas mudanças dos ventos e outro nos movimentos da corte...

A toponímia também é testemunho dos jogos políticos locais de Saint-Malo. Na primeira viagem, o navegante encontrara ocasião para (pouco modestamente) batizar um Havre Jacques Cartier, “o qual penso ser um dos bons portos do mundo”<sup>123</sup>. Poucos dias depois registrava certo Mont de Granges, homenageando Jacques de Granges, condestável de Saint-Malo - e seu sogro<sup>124</sup>. Tal procedimento não apenas gratificava a vaidade de sua família, mas também reforçava seu prestígio ante a comunidade local. Também não faltavam elogios a alguns membros da tripulação, obedecendo a critérios semelhantes, além de apresentá-los de modo favorável ao rei e a outras autoridades<sup>125</sup>. A simples possibilidade de realizar essas homenagens toponímicas um tanto extravagantes era um indício do quanto a família e seus aliados estavam próximos do poder real, o que podia ser particularmente significativo na Saint-Malo da época.

Ao tempo de Cartier, a Bretanha era um dos territórios mais recentemente incorporados à coroa dos Valois, através do casamento de Carlos VIII e Ana de Bretanha, em 1491. Não foi transição fácil, por vezes ocasionando problemas jurisdicionais em âmbito civil ou eclesiástico, mesmo porque Saint-Malo já ocupava uma posição excêntrica no antigo ducado da Bretanha; em certas questões seus habitantes só aceitavam se subordinar ao papa. Os privilégios da cidade no quadro da

---

<sup>121</sup> “Anne de Montmorency vient d’être fait Connétable. Entre l’amiral de Brion Chabot et lui, l’Amérique pourrait bien devenir un enjeu décisif” (HUE, *Op. cit.*, pp. 25, 105).

<sup>122</sup> Cf. CARTIER, *Op. cit.*, p. 121.

<sup>123</sup> “lequel je pense l’un des bons havres du monde” (Idem, p. 31).

<sup>124</sup> Cf. CARTIER, *Op. cit.*, p. 32 e HUE, *Op. cit.*, pp. 15, 42.

<sup>125</sup> Por exemplo, em certo momento são citados “Marc Jalobert, son beau-frère, et Étienne Noël, son neveu, tous deux excellents pilotes, et bien expérimentés” (CARTIER, *Op. cit.*, p. 134).

monarquia francesa precisavam ser redefinidos nas décadas seguintes, exigindo soluções *ad hoc* e delicadas negociações<sup>126</sup>.

Tal situação se fazia perceber na organização das expedições de Cartier, criando obstáculos ao explorador. Suas viagens constituíam séria ameaça à burguesia de Saint-Malo, por desviar marinheiros cujo trabalho seria precioso para a pesca do bacalhau na Terra Nova. Para evitar esse embaraço, os armadores locais ocultavam os marujos mais qualificados ou os incentivavam que se escondessem; Cartier não conseguia (literalmente) encontrar braços para os navios de sua primeira viagem. O piloto se viu obrigado a prestar queixa na corte de justiça de Saint-Malo contra “muitos burgueses e mercadores desta cidade”. Em 28 de março de 1534 a corte decretava um embargo, determinando que nenhum navio poderia deixar o porto até que Cartier tivesse reunido sua tripulação; três semanas depois a expedição partia. O texto frisava que a atitude dos burgueses da cidade contrariava uma ordem expressa do rei. Como observa Bernard Hue, “o ‘remédio de justiça conveniente’ permite à corte ao mesmo tempo se pronunciar em favor do poder central e contra os burgueses que não cessam de usurpar suas prerrogativas desde várias décadas”<sup>127</sup>.

Na segunda viagem a situação mudava de figura, sugerindo o prestígio que a primeira jornada trouxera a Cartier. Alguns fidalgos se apresentaram como voluntários para a nova empreitada, o que se repetiria na terceira expedição. Teriam os rumores sobre o fabuloso Saguenay e a promessa de reluzentes tesouros contribuído para esse entusiasmo? Impossível dizer. No entanto, os redatores dos relatos procuraram sublinhar a presença desses nobres que abrilhantavam seu empreendimento, especialmente certo Claude du Pontbryand, por duas vezes identificado no texto como “filho do senhor de Montréal<sup>128</sup> e escanção de monsenhor o delfim”. Provavelmente Pontbryand era o membro da comitiva mais próximo à família real, o que fazia dele um contato importante para Cartier e evidentemente sua participação devia ser salientada pelo relato. Outros eram identificados apenas pelo nome, como Jean Gouyon e Charles de la Pommeraye, da nobreza de Saint-Malo; os menos destacados eram mencionados

---

<sup>126</sup> Bernard Hue esboça um interessante panorama da posição de Saint-Malo nesse complicado processo (HUE, *Op. cit.*, pp. 10-13).

<sup>127</sup> HUE, *Op. cit.*, pp. 27-31.

<sup>128</sup> Não confundir com a atual cidade de Montréal, batizada “Mont Royal” por Cartier, como já vimos.

simplesmente como “outros fidalgos”<sup>129</sup>. Por sinal, o relato da expedição de Roberval também mostrava essa preocupação, afirmando que o governador partia “acompanhado por diversas pessoas de qualidade”, cujos nomes enumera<sup>130</sup>.

No fim de sua vida, Cartier se encontrava plenamente reconciliado com a sociedade de Saint-Malo. Bernard Hue caracteriza bem seu prestígio local:

Ele é encontrado frequentemente, como jurado, em atos de toda sorte, em diferentes processos. Em 1546, a corte de Saint-Malo o encarrega de estabelecer uma tabela do valor do trigo e do preço do pão. Testemunha, grande ou pequeno compadre, ele é incessantemente solicitado nos batismos celebrados em sua pequena pátria, onde se encontra seu nome 53 vezes como testemunha e 27 como padrinho<sup>131</sup>.

Apesar de seu fracasso em nível global, sempre frustrando as expectativas da coroa, as viagens de Cartier foram um grande sucesso em nível local, garantindo-lhe uma sólida reputação na sociedade de Saint-Malo – realização considerável para um homem de origens tão humildes. A epopeia de Jacques Cartier ilustra bem o desafio de conhecer e colonizar a América em meio às diversas inconstâncias e inconsistências da coroa, da insubmissão de armadores e comerciantes ou das intrigas da corte. As perspectivas e discursos sobre o Novo Mundo na França quinhentista eram tecidos em meio a todas essas tensões entre poder central e local, redes clientelares rivais e mesmo disputas pessoais.

Em certa medida a produção cosmográfica e cartográfica francesa da época reflete essa complexa situação. Paralelamente às atividades de navegação, as técnicas de mapeamento do mundo avançavam na França e particularmente na Normandia; historiadores oitocentistas chegaram a identificar essa produção como a “escola de Dieppe”<sup>132</sup>. Como observa Lestringant, tal definição se devia em boa parte a uma atitude ufanista e bairrista de historiadores da região, superdimensionando a importância, a originalidade e o alcance dessa suposta escola no âmbito da cartografia europeia e francesa. Não obstante, Lestringant reconhece que a cartografia normanda

---

<sup>129</sup> “fils du seigneur de Montréal et échanson de monseigneur le dauphin”; “autres gentilshommes” (HUE, *Op. cit.*, pp. 58-59; CARTIER, *Op. cit.*, pp. 59, 82).

<sup>130</sup> “accompagné de diverses personnes de qualité” (CARTIER, *Op. cit.*, p. 145).

<sup>131</sup> HUE, *Op. cit.*, p. 126.

<sup>132</sup> Sarah Toulouse lembra duas outras regiões produtoras de cartografia na França, Le Conquet, na Bretanha e, a partir do século XVII, Marselha. No entanto, observa que sua produção não chegou a ser tão ampla quanta a normanda (TOULOUSE, Sarah. *Cartographie marine et protestantisme*. In: ACERRA, Martine e MARTINIÈRE, Guy (Org.). *Coligny, les protestants et la mer*. Paris: PUPS, 1997, p. 63.

dos séculos XVI e XVII apresentava traços distintivos, particularmente uma forte influência lusitana na toponímia e a persistente presença de uma vastíssima “Terra Austral” no Pólo Sul<sup>133</sup>. Em seu clássico estudo sobre o tema, o abade Anthiaume detalha melhor quais seriam essas peculiaridades dos mapas normandos quinhentistas e seiscentistas<sup>134</sup>.

A obra de Albert Anthiaume é ao mesmo tempo pioneira e incontornável. O historiador reuniu em dois grandes volumes ampla documentação sobre os conhecimentos técnicos navais desenvolvidos na Normandia entre os séculos XVI e XVII. Sua vasta síntese se mostra notável pelas descrições minuciosas, pela aguda crítica documental e por sua clareza de organização e exposição; faremos aqui amplo uso dessa excelente obra de referência. Sem ufanismos, Anthiaume destacava com lucidez o caráter híbrido da cartografia normanda, elaborada a partir de empréstimos, trocas, influências e apropriações de conhecimento produzido na Espanha, na Itália e particularmente em Portugal. Em vários momentos o historiador classificava algumas cartas como “lusitano-dieppoises”. Como sintetiza Anthiaume, “os normandos adaptam as cartas existentes aos conhecimentos geográficos recentemente adquiridos; esta é a principal característica de sua obra”<sup>135</sup>. Por exemplo, a incorporação das descobertas de Cartier ao traçado da Terra Nova em mapas franceses e portugueses seria elaborada a partir de intensas trocas entre cartografia lusitana e normanda<sup>136</sup>.

Particularmente interessante para nossa análise são as cartas produzidas por Nicolas Desliens e Pierre Desceliers. Do primeiro chegaram até nós dois planisférios produzidos em Dieppe, datados de 1541 e 1566. Pouco se sabe sobre a vida de Desliens, provavelmente devido à terrível destruição de documentos provocada pelo bombardeio inglês a sua cidade no século seguinte. Já Pierre Desceliers era padre e parece ter passado boa parte de sua vida na cidade normanda de Arques, onde produziu três planisférios, em 1546, 1550 e 1553. Assim como sucede com Desliens, há poucos dados

---

<sup>133</sup> Cf. LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., pp. 13-14.

<sup>134</sup> A saber: terminologia derivada do Português; Báltico representado com pouca precisão até meados do século XVII; representação de Madagascar superior às contemporâneas, estabelecendo paradigmas reproduzidos até o século XVIII; presença constante da “Terra Austral”; Grande Java desenhada como prolongamento da “Terra Austral”; representação minuciosa da América do Norte, embora confusa; pioneirismo ao separar a Ásia da América do Norte; representação pouco precisa da região do Chile e do Peru (ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte chez les Normands, 1500-1650*. Paris: Ernest Dumont, 1916, T. I, pp. 46-58).

<sup>135</sup> “les normands adaptent les cartes existantes aux connaissances géographiques nouvellement acquises; c’est là la caractéristique de leur oeuvre” (ANTHIAUME, Op. cit., T. I, pp. 34-43, T. II, p. 43).

<sup>136</sup> ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 32-33.

biográficos a seu respeito. Segundo o cronista normando David Asseline, Desceliers teria sido o primeiro francês a elaborar cartas marítimas; mesmo que a informação seja equivocada, é bastante sugestiva do prestígio que o cartógrafo pode ter alcançado na Normandia de sua época. A escassa documentação torna muito difícil determinar quais seriam as ligações sociais desses cartógrafos<sup>137</sup>.

Deixando de lado os aspectos puramente técnicos, é possível empreender uma leitura política da cartografia normanda de meados do século XVI. Três gêneros de indício se mostram particularmente úteis para esse tipo de análise. Em primeiro lugar, a toponímia, sempre reveladora. Por outro lado, o amplo uso de iconografia figurativa na composição dos mapas da época também propiciava a articulação de significados políticos através da representação do espaço. Por fim, as legendas redigidas às margens das cartas ou em cartuchos diretamente inseridos nos mapas são ainda mais explícitas. Em suma, não existe cartografia politicamente neutra. De fato, em seu mapa-mundi de 1550, Desceliers registrava num cartucho sobre a América do Norte, próximo à região identificada como “Canada”:

É a demonstração de alguns países descobertos recentemente *para e às custas do muito cristão rei de França, Francisco I.* [...] Nesse país foram enviados pelo dito rei homens e o engenhoso fidalgo senhor de Roberval com grande companhia [...]. E como não foi possível, com a gente do dito país, fazer tráfico em razão de sua austeridade, intemperança do dito país e pequeno proveito, retornaram à França, *na esperança de lá retornar quando agradar ao rei*<sup>138</sup>.

Como se vê, a legenda sublinhava a primazia dos franceses sobre a região desde a época de Francisco I – lembrando que o mapa era elaborado já no reinado de Henrique II. Além disso, destacava que a exploração das terras em questão fôra financiada pelo próprio rei, certamente aludindo às viagens de Cartier e dos Verrazano. Por fim, o texto registrava a possibilidade de uma nova empresa de colonização “quando agradar ao rei”. Vale registrar que essa carta trazia nas margens as armas de Henrique II, do condestável de Montmorency e do almirante Annebaut. Tais indícios sugerem que o cartógrafo tivesse ligações com o poder central, ou ao menos tenha elaborado o mapa para estabelecer contatos com o rei e os grandes da corte.

---

<sup>137</sup> Cf. ANTHIAUME, Op. cit., T. I, pp. 59-61, 78-93.

<sup>138</sup> DESCIELIERS, apud ANTHIAUME, Op. cit., T. II, p. 62, grifos nossos.

Essa representação da América do Norte elaborada por Desceliers não era um caso isolado. Pelo contrário, fazia parte de uma longa série de documentos organizados segundo a mesma lógica, como vemos, servindo-nos da compilação de dados empreendida por Anthiaume. Em 1546, o próprio Desceliers já registrava uma região vasta e indefinida como “Terre des Bretons”. Muito antes, em 1529, o mapa-mundi traçado por Girolamo Verrazano identificava a América do Norte como “Nouvelle France”; no mesmo ano o *Routier* de Jean Alfonse usava a mesma nomenclatura. O globo terrestre executado em 1530 por Robert de Bailly marcava o nome “Verrazana” ao longo de todo o litoral da América do Norte. Já em 1539, Pierre Crignon registrava a região como “Terre Française” em seu *Discours d'un grand capitaine*. Em 1541, Nicolas Desliens desenhava um pavilhão francês tremulando sobre a Flórida e outro mais ao norte, sobre a região duplamente identificada como “Canada” (nome originalmente registrado por Cartier) e “Nouvelle Terre Franceze” (sic). Em 1566 o mesmo cartógrafo identificava a Flórida como “Nouvelle France” e sobre o Baixo Canadá escrevia a sugestiva menção “Jacques Cartier”, semeando vários estandartes franceses sobre a costa norte americana<sup>139</sup>.

Como se vê, essa primazia na América do Norte era reafirmada com perceptível constância por inúmeros cartógrafos franceses ou ligados às navegações francesas durante um período consideravelmente longo, de quase quatro décadas. No entanto, essa constância não era sinônimo de uniformidade. A toponímia empregada nesse sentido variou bastante de documento a documento, mesmo entre cartas sucessivamente produzidas pelos mesmos autores. Parece-nos possível delinear três matrizes para essas diferentes linhagens terminológicas. Em primeiro lugar, os topônimos que identificam diretamente a América do Norte à monarquia francesa, como “Nouvelle France”, “Terre Française” ou, de modo sintético, “Nouvelle Terre Française”. Outros nomes realizam essa conexão de modo menos direto, como “Terre des Bretons”, “Verrazana” ou a menção “Jacques Cartier”. Ainda menos direta era a relação estabelecida através do emprego do termo indígena “Canada”, utilizado a partir das navegações de Cartier. No caso específico de Desliens, o cartógrafo combinava de modo engenhoso nomes e desenhos de estandartes com essa finalidade.

---

<sup>139</sup> Cf. ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 63-64, 77, 99-100, 102, 104.

Também é necessário sublinhar a errância espacial dessa nomenclatura, por vezes associada a todo o litoral americano, outras tantas ligada a pontos específicos do litoral; em alguns momentos assimilada à Flórida, em outros ao curso do São Lourenço, ou ainda empregados de modo muito vago. Deve-se observar que a diversidade de escala dos mapas e dos tamanhos de caligrafia empregados tornam ainda mais difícil determinar com exatidão as intenções dos autores. É provável que os próprios avanços da exploração francesa na América do Norte tenham colaborado para essas variações. *Grosso modo*, parece-nos possível identificar três grandes períodos nesse movimento. Num primeiro momento, a presença francesa na América setentrional era definida de modo bastante vago, associada mais diretamente aos Verrazano. Em momento posterior essas pretensões se tornavam mais definidas, baseadas nas explorações de Cartier e seus companheiros bretões. Por fim, com os avanços franceses na Flórida, essa região ganhava importância ao lado do Canadá. Particularmente curiosa nesse sentido é a diferença entre as cartas executadas por Desliens em 1541 e 1566. Na primeira, contemporânea à expedição colonizadora de Cartier e Roberval, a região do São Lourenço era apontada como “Nouvelle Terre Française”; na segunda, imediatamente posterior à empresa de Ribault e Laudonnière, o título de Nouvelle France passava a identificar a Flórida.

É interessante observar que essa elaboração encontrava alguma legitimidade fora da França. Por exemplo, o atlas veneziano publicado por Lafreri e Zalterius em 1566 reconhecia essa primazia francesa na América do Norte, identificando “o desenho da descoberta da Nova França, o qual ocorreu ultimamente pela novíssima navegação dos franceses naquele lugar”<sup>140</sup>.

Outro aspecto interessante das cartas normandas em questão é a identificação da porção mais setentrional do Atlântico Norte como “Mer de France”, designando um espaço pouco definido. Esse topônimo é registrado no mapa-mundi elaborado por Desliens em 1541 e nos planisférios traçados por Desceliers em 1546 e 1550. Sem dúvida esse termo estava diretamente relacionado ao predomínio francês nessas águas e seu virtual monopólio sobre a pesca do bacalhau e a caça da baleia naquelas paragens. Por sinal, em 1550 Desceliers retratava perto da Terra Nova uma gigantesca baleia expelindo dois (!) jorros d'água de seu dorso, sendo o maior e mais

---

<sup>140</sup> “il disegno del discoperto della Nova Franza, il quale s'è avuto ultimamente dalla novissima navigazione de' Franzesi in quel luogo” (Apud ANTHIAUME, Op. cit., T. I, p. 53).

chamativo animal marinho desenhado nessa carta. Em suma, a presença francesa no Atlântico Norte e na América do Norte mantinham uma relação de complementaridade nessas cartas<sup>141</sup>.

É interessante contrapor essa onipresença francesa no hemisfério norte a sua relativa ausência na América do Sul. Das cartas aqui apontadas, apenas o mapa-mundi de 1541 de Desliens se preocupava com esse tópico, desenhando um estandarte francês sobre a baía de Guanabara. Além disso, sua carta de 1566 não mais representava qualquer referência aos franceses na região. O fato é particularmente notável se pensarmos na importância do comércio normando do pau-brasil e em suas frequentes incursões no atual litoral brasileiro. Vale sublinhar que em 1550, ano da “festa brasileira” em Rouen, o planisfério de Desceliers dedicava mais atenção à navegação no “Mar da França” que nas costas dos “toupinamboux”<sup>142</sup>.

Como vimos até aqui, o traço político mais nítido da cartografia normanda de meados do século XVI estava ligado à legitimação da presença francesa no continente americano, especialmente baseada no critério de anterioridade na exploração dos territórios americanos em questão. Isso explica talvez a escassez de referências ao comércio do pau-brasil ou a ausência de menções à atuação dos corsários franceses nas Antilhas e na América Central. Os mapas enfatizavam principalmente o pioneirismo francês na América do Norte em relação às potências ibéricas; a descoberta e a exploração emergem desse contexto como critérios mais legítimos que o comércio ou a guerra para a demarcação dos espaços de poder europeu no Novo Mundo. Nesse sentido, estavam diretamente relacionados à defesa do *mare liberum* por parte de Francisco I em oposição à divisão do planeta segundo Tordesilhas. De certo modo a cartografia normanda “escuritava” essa proposta, registrando essa partilha alternativa do espaço americano.

No entanto, interpretar essa postura dos cartógrafos normandos como mero reflexo das posições adotadas pela coroa nos parece um equívoco. Como temos discutido ao longo desse capítulo, as navegações francesas eram marcadas por alguma dose de tensão entre poderes locais e centrais. No caso da cartografia normanda parece-nos interessante analisar essa produção a partir dos desencontros entre os interesses

---

<sup>141</sup> Há uma boa reprodução do mapa-mundi de Desceliers de 1550 na apresentação do atlas de Le Testu (LE TESTU, Op. cit., p. 13; ANTHIAUME, op. cit., T. II, pp. 99-100, 102).

<sup>142</sup> Cf. ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 215-216.

marítimos e comerciais dos armadores da Mancha e dos objetivos diplomáticos da monarquia.

Até a assinatura do Tratado de Cateau-Cambrésis a principal prioridade geopolítica da coroa francesa era a condução das guerras italianas contra os Habsburgos. Nesse contexto, a situação geográfica de Portugal tornava-o um aliado imprescindível, tanto para manter sempre a Espanha em cheque pelo flanco ocidental quanto servindo como importante escala entre as costas francesas no Atlântico e no Mediterrâneo. Tal situação punha a monarquia francesa ante difíceis escolhas diplomáticas. A rivalidade aberta no contexto americano comprometeria a aliança no plano europeu. Anthiaume sintetiza muito bem essa situação: “O século XVI se passou, entre a França e Portugal, em negociações, alianças, hostilidades e contestações recíprocas”. Por outro lado, através dos termos da trégua de Crépy, assinada em 1544 e vigente até 1552, a coroa francesa se comprometia a proibir qualquer expedição de seus súditos às posses espanholas na América. Nos últimos 20 anos do reinado de Francisco I as decisões diplomáticas da coroa francesa sobre o Novo Mundo se mostravam sempre oscilantes entre conciliação declarada e afrontamento dissimulado. Particularmente significativas desse processo foram as tensões em torno dos preparativos da expedição de Cartier e Roberval, ocasionando uma verdadeira “tempestade diplomática”, segundo as palavras de Bernard Hue: rumores, insinuações, argumentos legais, réplicas e pressões mais ou menos veladas circularam amplamente entre Paris, Lisboa, Madri e até Londres desde os últimos meses de 1539, mobilizando reis, cortesãos, embaixadores e espiões<sup>143</sup>.

---

<sup>143</sup> “Le XVIe siècle se passa, entre la France et le Portugal, en négociations, en alliances, en hostilités et contestations réciproques”. Bernard Hue explora detalhadamente essa situação num interessante capítulo de sua biografia de Jacques Cartier. Quanto às idas e vindas diplomáticas da coroa francesa nesse período, a documentação é abundante. Em 1517, Francisco I assinava uma ordenação defendendo a liberdade dos mares, apoiando o direito de embarcações francesas circularem livremente. Em 1531 o rei emitia proibição da navegação francesa na Guiné e no Brasil, renovando o interdito três vezes ao longo de 1532, em maio, agosto e dezembro. Em 1533 voltava atrás, concedendo à cidade de Marselha carta de curso onde se afirmava que todos tinham direito “de naviguer sur la mer commune”. Em 1536, nova reviravolta: Francisco I e D. João III firmavam tratado de amizade e aliança, seguido por carta patente proibindo ataque contra embarcações portuguesas. Em maio e agosto de 1537 e dezembro de 1538 novas cartas patentes reiteravam a proibição de navegar nas “terres de Brésil et Malaguette, ni aux terres découvertes par les rois de Portugal, sous peine de confiscation de leurs navires, denrées et marchandises et de tous et un chacun leurs biens et punition corporelle”. Em 1543 Francisco I fazia registrar um édito defendendo novamente a liberdade de navegação, mas em 1547 e 1549 Henrique II emitia cartas patentes proibindo novamente hostilidades contra os portugueses (HUE, Op. cit., pp. 103-111; ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 188-195, 198; CLOULAS, Op. cit., pp. 122, 273; ver tb refs. Em Camillo de Oliveira).

Essas oscilações do poder monárquico eram objeto de críticas e cobranças por parte dos armadores e comerciantes, que exigiam atitudes mais firmes, como atestam alguns protestos, *remontrances*, pedidos de compensações e solicitações de cartas de corso, especialmente por parte de burgueses de Rouen, Dieppe e Saint Malo. Em 1538 o barão de Saint Blancard, general das galeras do Mediterrâneo, encaminhava um protesto à conferência de Bayonne, motivado pelo apresamento do navio La Pélerine, armado por ele, capturado próximo à Europa, retornando do Brasil:

O rei de Portugal não tem sobre essas ilhas [sic] nenhum poder a mais que o rei de França, já que *o mar é para todo mundo*, a ilhas sobreditas estão abertas a todos que aí abordam e que em consequência é *permitido não apenas aos franceses, mas ainda a todas as outras nações* frequentá-las e ali ter comércio com os indígenas. Os franceses deviam ser ainda melhor tratados, pois os portugueses circulavam livremente na França e aí faziam abertamente o comércio com os franceses, e por reciprocidade devia ser o mesmo para os franceses em Portugal e nas ditas ilhas, sobretudo considerando-se a aliança existente entre os dois reis (grifos nossos)<sup>144</sup>.

Esses protestos parecem fornecer uma chave interessante para aprofundar a compreensão da cartografia normanda. Particularmente interessante para essa finalidade é o *Discours d'un grand capitaine*<sup>145</sup>, de Pierre Crignon, de 1539. Dizia o navegante e cosmógrafo sobre a atitude dos lusitanos, “o menor povo da terra”:

Eles [os portugueses] pensam manter em seu punho cerrado aquilo que não poderiam reter com as duas mãos; e creio que eles se persuadiram que Deus fez o mar e a terra somente para eles e que as outras nações não são dignas de navegar; [...] e ainda, quando eles navegaram ao longo de uma costa eles a reclamam toda para si mesmos. Mas tal conquista é muito fácil de fazer e sem grande despesa, porque não há ataque nem resistência<sup>146</sup>.

Não é difícil perceber as linhas de convergência entre essas palavras de Crignon e a legitimação da presença francesa no Novo Mundo empreendida pelos cartógrafos normandos. Contudo, sua crítica não era tanto aos lusitanos, mas à atitude

---

<sup>144</sup> Apud ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 191-192, 194-198, grifos nossos.

<sup>145</sup> *Discours d'un grand capitaine de mer français du lieu dit de Dieppe sur les navigations faites à la terre neuve des Indes occidentales, nommée la Nouvelle France, [s'étendant] de 40° jusqu'à 47° sous le pôle arctique, et sur la terre du Brésil, de Guinée, de l'île Saint-Laurent et de celle de Sumatra, jusqu'où ont navigué les caravelles et les navires français.* In: CRIGNON, Pierre. *Pierre Crignon, poète et navigateur: oeuvres en prose et en vers.* Birmingham: Summa Publications, 1990.

<sup>146</sup> CRIGNON, Op. cit., pp. 103-104.

complacente de Francisco I quanto às reivindicações portuguesas e os consequentes obstáculos às iniciativas ultramarinas francesas:

Mas eles têm a boa fortuna de que o rei Francisco lhes testemunha tanta humanidade e cortesia, porque se ele quisesse soltar as amarras dos mercadores de seu país, eles conquistariam o comércio e a amizade da gente de todas essas novas terras em quatro ou cinco anos, e totalmente por amor, sem força [...]. E esta é uma das principais razões pelas quais eles não querem que os franceses tenham relações com eles, ainda mais porque depois que os franceses visitam um lugar, aqueles da terra não procuram mais os portugueses, e os têm por vis e tratam com o maior desprezo<sup>147</sup>.

Como se vê, a luta pela causa do *mare liberum* não era apenas de Francisco I contra as coroas ibéricas, mas por vezes de súditos franceses contra as decisões de seu próprio monarca. Deve-se ressaltar o cuidado quase irônico do autor em qualificar a posição de seu monarca como “humanidade e cortesia”, mas lembrando que o mesmo não “soltava as rédeas” dos comerciantes da França. É bom lembrar que o texto de Crignon data especificamente de um período de quase uma década, entre 1536 e 1543, em que Francisco I opusera inúmeros óbices legais contra a navegação francesa no Atlântico; de fato, entre 1530 e 1550 a legislação vigente proibira quaisquer iniciativas navais durante 14 anos, ou seja, praticamente três quartos do período em questão. A diplomacia pró-lusitana era um problema sério aos empreendimentos dos armadores da Mancha.

Ora, como já analisamos, boa parte dos mapas normandos produzidos durante esse período caminhava no sentido oposto à atitude conciliatória da coroa francesa. Não é de se estranhar, visto que eram produzidos nos portos da Normandia, por pessoas fortemente relacionadas à navegação atlântica. No entanto, não é possível interpretá-los simplesmente como uma reação de oposição à coroa. Como vimos, boa parte de sua temática política se expressa *através de* um programa iconográfico irremediavelmente ligado à monarquia: os cartógrafos normandos desenhavam uma América francesa semeada de lírios... É provável que a cartografia normanda não estivesse ao lado dos armadores ou da coroa, mas *entre* ambos. A negociação parece-nos ser claramente a chave para decodificar esses mapas, à medida em que expressava os anseios dos armadores e comerciantes através dos signos heráldicos dos Valois.

---

<sup>147</sup> CRIGNON, *Op. cit.*, p. 104.

Nesse sentido, talvez seja interessante lembrar que a retórica das imagens é quase sempre ambígua, propensa à variedade de interpretações, como nos lembra Gruzinski<sup>148</sup>. Por isso mesmo, dava aos cartógrafos normandos margem de manobra suficiente para afirmar os interesses diretos de comerciantes e armadores e ao mesmo tempo manter uma postura conciliatória em relação às decisões diplomáticas da coroa. Por exemplo, em seu mapa-mundi de 1541, Nicolas Desliens desenhava o estandarte lusitano sobre a “Terre du Laborador”, e o estandarte francês sobre “Canada” e “Nouvelle terre française”; na mesma carta, marcava o estandarte português sobre o Cabo de Santo Agostinho e o francês na Guanabara. Facilitando ainda mais a manutenção da ambiguidade, não há qualquer divisão ou demarcação geográfica precisa sobre a representação dos respectivos litorais. Não se trata obviamente da negação da presença ibérica no Novo Mundo, mas do convite à partilha<sup>149</sup>.

Mais uma vez, o cotejo ao texto de Crignon pode ser esclarecedor. Em nenhum momento o navegante-cosmógrafo procura afirmar o exclusivismo francês na descoberta do Novo Mundo. Por exemplo, sustentava o argumento de que parte do “Brésil” fôra descoberta pelos portugueses em 1504, mas que outra porção fôra explorada primeiramente por certo Denys de Honfleur em 1519, ao mesmo tempo reconhecendo e limitando a posse portuguesa de parte do litoral oriental da América do Sul<sup>150</sup>. Elaborava o mesmo discurso em relação às terras norte-americanas<sup>151</sup>. As conquistas hispânicas também gozavam do mesmo reconhecimento<sup>152</sup>. Trata-se sem dúvida de uma retórica conciliatória, concitando todas as partes envolvidas à negociação e ao reconhecimento mútuo – não sem usar certa ironia mordaz. Não seria também esta a retórica dos cartógrafos?

É possível estabelecer outro paralelo interessante entre o discurso de Crignon e a cartografia normanda, especialmente o planisfério elaborado em 1550 por Pierre Desceliers. Como vimos, Crignon dava grande ênfase ao bom entendimento entre franceses e ameríndios e as potenciais vantagens coloniais proporcionadas por essa situação. Justamente o mapa em questão parece expressar a mesma ideia através das imagens. À altura do Peru, Desceliers retratava indígenas em confronto com

---

<sup>148</sup> Cf. GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

<sup>149</sup> Cf. ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 27, 52, 215-216.

<sup>150</sup> CRIGNON, Op. cit., pp. 102-103.

<sup>151</sup> CRIGNON, Op. cit., p. 99.

presumíveis espanhóis, todos devidamente encouraçados, armados e acompanhados de peças de artilharia vomitando nuvens de fumaça. Já na América do Norte, longeando o curso do São Lourenço, um homem francês muito bem vestido (possivelmente Roberval) aparece diante de um grupo de indígenas, em contato amigável.

Ao traçar seus mapas, os cartógrafos normandos não apenas desenhavam os contornos do Novo Mundo, mas através daquelas mesmas linhas gravavam as tensões políticas e diplomáticas francesas, discretamente registradas no espaço geográfico americano. Eram mapas da América, mas também mapeavam indiretamente as esferas de poder na Europa e, principalmente, o modo pelo qual esses diferentes poderes guiavam o fazer cartográfico normando. Assim como observamos em relação aos relatos de Cartier, esses mapas consolidavam um saber náutico em suas relações com o poder, integrando às cartas os novos dados empíricos produzidos através da exploração do Novo Mundo, fazendo-os circular e servindo ao rearranjo dos discursos sobre a América e, ao mesmo tempo, incorporando esses discursos à própria elaboração das novas cartas, em perpétuo diálogo.

Como se vê, a defesa francesa do *mare liberum* estava longe de ser um discurso homogêneo. O mesmo pode ser dito da imagem da América elaborada na França ao longo dos 30 anos que antecederam o célebre triunfo de Rouen. Os discursos sobre o Novo Mundo e o Atlântico se plasmavam lentamente no reino dos Valois, passando por sinuosos meandros. O poderoso simbolismo da doação de Netuno, habilmente planejado pelos habitantes de Rouen certamente ecoava por essas três décadas de sucessivos acordos e desentendimentos, canalizando a euforia da vitória sobre os ingleses para as ambições atlânticas dos armadores e comerciantes da Mancha. Não era uma bravata ou simples expressão de prestígio, mas uma manobra política consciente que visava não apenas conciliar os interesses desses burgueses e da coroa, propondo uma ousada mudança das concepções geoestratégicas francesas, sugerindo que talvez fosse mais interessante perder um aliado europeu como Portugal em benefício dos longínquos horizontes americanos.

Em 1555, Henrique II ordenava a criação de uma colônia na América do Sul, a França Antártica, com largo apoio do almirante Gaspard de Coligny. É

---

<sup>152</sup> “...dans ce golfe [o atual Golfo do México] il y a les îles et les Indes occidentales découvertes par les Espagnols” (CRIGNON, Op. cit., p. 100).

simplesmente impossível imaginar em que medida a festa e seu aparato simbólico influenciaram essa decisão. Em todo caso, deixou uma impressão duradoura na corte e teve ampla repercussão, mesmo entre os ausentes. Não se sabe se Coligny foi um dos espectadores dos festejos, mas certamente deve ter ouvido ou lido entusiásticas descrições do triunfo. Ainda mais importante, a retórica articulada pelo espetáculo deve ter contribuído para a formação de um ambiente político favorável a seus ambiciosos projetos atlânticos, acima e abaixo do Equador...

## Capítulo II

### Em torno do almirante

O historiador Frank Lestringant identifica Gaspard de Coligny como “um dos raros homens políticos de seu tempo a compreender que o equilíbrio entre potências europeias não se resolvia apenas no Velho Mundo, mas que o teatro das rivalidades se alargava doravante ao universo”<sup>1</sup>. Não é uma afirmação exagerada, especialmente na França de sua época, onde os problemas geopolíticos mais seriamente considerados eram a rivalidade contra os Habsburgo e a questão italiana – e, posteriormente, as guerras civis de religião. No entanto, precisa ser nuançado.

#### I – O cartógrafo

Nascido em 1519, Gaspard de Coligny era um Châtillon, ramo secundário do clã Montmorency, família de grande destaque na aristocracia francesa, sobrinho do condestável Anne de Montmorency, uma das figuras mais influentes da política francesa nos reinados de Francisco I e Henrique II. Durante sua juventude foi um dos pagens de Henrique II e teve notável participação militar nas campanhas da Itália. Já em idade madura, desempenhou importante papel de comando nos esforços da retomada de Boulogne, à frente de tropas terrestres, gerindo a construção de fortificações ou participando das negociações. Dois anos depois, em 1552, recebia o ofício de almirante de França, devido à morte de seu antecessor, o almirante Annebault<sup>2</sup>.

Meia década depois de tomar o cargo de almirante de França, Coligny converter-se-ia à Reforma, provavelmente durante o período em que esteve cativo, capturado na batalha de Saint Quentin. O almirante já tinha alguma familiaridade em relação à Reforma, pois sua mãe, Louise de Coligny, se convertera em 1547. Nos anos posteriores tornou-se um dos maiores líderes huguenotes franceses, devido à conjunção de vários fatores, entre os quais seu carisma, sua posição como favorito do rei e como

---

<sup>1</sup> LESTRINGANT, In: LE TESTU, Guillaume. *Cosmographie universelle selon les navigateurs tant anciens que modernes*. Paris: Arthaud, 2012, p. 12.

<sup>2</sup> CLOULAS, Ivan. *Henri II*. Paris: Fayard, 1985, pp. 59, 120, 263-264, 268, 326.

membro de um importante clã nobiliárquico. Seu prestígio entre os reformados era tamanho que depois de sua trágica morte na noite de São Bartolomeu Carlos IX explicaria suas motivações, escrevendo que não mais se reconhecia rei de todos os seus súditos, visto que os huguenotes mostravam-se mais fiéis e obedientes a Coligny que a ele.<sup>3</sup>

O título almirante *de França* pode ser enganoso para o leitor atual. Como bem nota Vergé-Franceschi, a jurisdição do almirante de França não correspondia a todo o reino, mas às costas próximas à Ile de France, ou seja, da Normandia e da Picardia. Outros litorais no Atlântico ou no Mediterrâneo eram responsabilidade direta de outros ofícios, como almirante da Bretanha, da Guyenne e da Provença; cargo igualmente importante era o de general das galeras, incumbido das galeras francesas no Mediterrâneo. Entre esses diferentes almirantados, apenas o de França era considerado um *grand office de France*. Bély lembra que o almirante de França era o comandante em chefe das frotas do reino, mas Roland Mousnier nota com razão que “a partilha das costas entre quatro almirantados tornava difícil uma política comum para desenvolver o comércio marítimo e a marinha de guerra”. Ao contrário do que tais ofícios sugerem, os almirantes costumavam ser fidalgos sem qualquer experiência prática nas navegações; o cargo era mais visado pelas possibilidades de barganhas políticas e oportunidades clientelares que pelas questões náuticas propriamente ditas. Coligny se tornou notável exceção por ter valorizado as possibilidades estratégicas estritamente navais que o cargo oferecia, entrevedo um potencial político para a navegação francesa cujo significado só tornar-se-ia patente à coroa sob Henrique IV<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Em sua já célebre carta a seu embaixador Gaspard de Schomberg esclarecendo os fatos de São Bartolomeu, Carlos IX dizia que Coligny “avait plus de puissance et était mieux obéi en la part de ceux de la nouvelle religion que je n'étais, ayant moyen par la grande autorité usurpée sur eux de me les sublever et leur faire prendre les armes contre moi toutes et quantes fois que bon lui semblait” (JOUANNA, Arlette (org.). *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont, 1998, p. 794; CROUZET, Denis. *La nuit de la Saint-Barthélemy – Un rêve perdu de la Renaissance*. Paris: Fayard, 2010, pp. 550-551).

<sup>4</sup> “le partage des côtes entre quatre amirautés rendait difficile une politique commune pour développer le commerce maritime et la marine de guerre”. Como observa Vergé-Franceschi, ainda jovem, Coligny teve aulas de Matemática e Cosmografia, situação pouco comum na formação dos fidalgos franceses à época, mas adverte que tais conhecimentos não devem ser superestimados. No entanto, como cita o próprio autor, o jovem Coligny manifestava vivo interesse por essas disciplinas, a julgar por sua correspondência à época. Parece-nos lícito imaginar que em alguma medida esses estudos tenham contribuído para sua sensibilidade política e visão estratégica mais amplas em relação às navegações. O problema jurisdicional dos diferentes almirantados é muito complexo, como esclarecia Mousnier: “Cada almirantado estende sua competência sobre uma jurisdição delimitada por cursos d'água e que engloba eventualmente as ilhas. Ele cobre o mar, o litoral, os rios e suas margens até o ponto onde sobre a maior maré do mês de março, os portos e os cais. Sobre o Garona, a maré de março se fazia sentir até Langon, a 80 km do bico de Ambès,

No entanto, simplesmente qualificar Coligny como um visionário nos parece um equívoco. Como vimos antes, desde a década de 1520 inúmeros franceses ligados às atividades dos portos da Mancha já percebiam a crescente importância das navegações e o papel cada vez mais significativo do Atlântico e do Novo Mundo para a Europa, entrevedo oportunidades atraentes para a monarquia francesa, mobilizando um conjunto de saberes à elaboração dessa reflexão. Parece-nos que o maior mérito de Coligny foi apropriar-se dessas propostas, empregando-as, articulando-as e buscando executá-las a partir de sua posição política privilegiada – o que não era pequena realização. Por sinal, vale lembrar que o almirante Chabot também se mostrara bastante sensível ao potencial da navegação atlântica, mas canalizou essa compreensão principalmente para a obtenção de vantagens políticas e econômicas pessoais. Em certa medida, ambos jogaram o mesmo jogo, estabelecendo metas muito diferentes um do outro.

Todavia, Coligny era homem de ação, mais que de palavras. Não há registros sistemáticos dos princípios norteadores de suas iniciativas navais. Um documento pode mitigar essa carência, o grande atlas elaborado por Guillaume Le Testu em 1556, conduzindo-nos mais uma vez a investigar as relações entre saberes e poderes sobre o Novo Mundo na França dos Valois. A *Cosmographie Universelle selon les navigateurs tant anciens que modernes* foi elaborada num crucial período da trajetória de Coligny, na época de sua conversão à Reforma e da fundação da França Antártica.

Le Testu nasceu no Havre, em data ignorada; fez carreira como piloto no porto de Dieppe e anos mais tarde tornar-se-ia piloto real em sua cidade natal. Muitos detalhes de sua vida permanecem desconhecidos, mas é certo que tinha grande

---

mas mais comumente os contemporâneos consideravam que ela parava em Castets, a 64 km. O almirantado de Bordeaux contava então em sua jurisdição 80 km de costas marinhas, da ponta de Cazaux à ponta de Grave, 100 km de margens ao longo do Garona, uns 50 ao longo da Dordogne, uns 20 ao longo de l'Isle, ou seja, cerca de 250 km. Os juizes dos almirantados encontravam então o obstáculo das distâncias e aquele dos conflitos com os oficiais das Águas e Florestas” “Chaque amirauté étend sa compétence sur un ressort délimité par des cours d'eau et qui englobe éventuellement les îles. Il couvre la mer, le littoral, les rivières et leurs berges jusqu'au point où remonte la plus grande marée du mois de mars, les ports et le quais. Sur la Garonne, la marée de mars se faisait sentir jusqu'à Langon, à 80 kilomètres du bec d'Ambès, mais plus communément les contemporains considéraient qu'elle s'arrêtait à Castets, à 64 kilomètres. L'amirauté de Bordeaux comptait donc dans son ressort 80 kilomètres de côtes maritimes, de la pointe de Cazaux à la pointe de Grave, 100 kilomètres de berges le long de la Garonne, une cinquantaine le long de la Dordogne, une vingtaine le long de l'Isle, soit environ 250 kilomètres. Les juges des amirautés rencontraient donc l'obstacle des distances et celui des conflits avec les officiers des Eaux et Forêts (VERGÉ-FRANCESCHI, Michel. *L'amirauté de France dans la deuxième moitié du XVIe siècle*. In: ACERRA, Martine e MARTINIÈRE, Guy (Org.). *Coligny, les protestants et la mer*. Paris:

experiência na navegação atlântica, particularmente no litoral sul-americano. Segundo André Thevet, participou ativamente do estabelecimento da França Antártica, atuando como piloto em inúmeras das viagens entre a colônia e o reino. Le Testu encerrou tragicamente sua vida de aventuras em 1572, durante uma expedição ao istmo do Panamá, em parceria com Francis Drake. Seu objetivo era saquear as caravanas que transportavam metais preciosos peruanos por terra, para embarque rumo à Espanha. O piloto francês morreu durante o ataque, mas Drake conseguiu escapar com o valioso butim. Há fortes indícios de que Le Testu era huguenote, especialmente sua ausência nos registros de catolicidade do Havre; como nota Sarah Toulouse, ainda que não fosse protestante, ao menos mantinha relações próximas com os meios reformados<sup>5</sup>.

O atlas de Le Testu era um grande e elaborado manuscrito, mapeando o mundo inteiro, inclusive a hipotética Terra Austral; dividida-se em cerca de cinquenta cartas empregando escalas variadas. Cada prancha era acompanhada de um texto explicativo, os mapas eram ricamente ilustrados, possivelmente com cooperação de um ou vários miniaturistas. Desde as primeiras páginas o cartógrafo mostrava seu esforço para impressionar o leitor, utilizando complexas formas de projeção, executadas com virtuosismo, em quantidade que beirava o exagero – nada menos que seis modelos diferentes. A mais espantosa dessas projeções cartográficas representa o planeta como uma esfera transparente partida ao meio, permitindo que os continentes e mares sejam vistos de uma hipotética perspectiva a partir do centro da Terra; não era um modelo de projeção particularmente prático, mas servia para exibir o *savoir-faire* cartográfico e os conhecimentos matemáticos do autor. O imponente atlas era dedicado “ao alto e poderoso senhor Gaspard de Coligny, cavaleiro da ordem [de São Miguel], senhor de Chatillon, almirante de França”<sup>6</sup>, que deve ter apreciado bastante os malabarismos geométricos do cartógrafo, dado seu manifesto interesse por Matemática e Cosmografia; não é improvável que Le Testu conhecesse previamente sua estima por esses assuntos<sup>7</sup>.

---

PUPS, 1997, pp. 35-38; MOUSNIER, Roland. *Les institutions de la France sous la monarchie absolue*. Paris: PUF, 2005, p. 684, 864-865; BÉLY, Op. cit., p. 33).

<sup>5</sup> Cf. ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte chez les Normands, 1500-1650*. Paris: Ernest Dumont, 1916., T. I, pp. 96-102; LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., pp. 17-19; TOULOUSE, In: ACERRA e MARTINIÈRE (Org.), p. 64.

<sup>6</sup> “à haut et puissant seigneur messire Gaspard de Coligny, chevalier de l’ordre [de São Miguel], seigneur de Chatillon, Amiral de France” (LE TESTU, Op. cit., p. 100).

<sup>7</sup> Como observa Sarah Toulouse, esse gênero de “projections savantes” destinadas a impressionar não era incomum na cartografia da época (TOULOUSE, In: ACERRA e MARTINIÈRE (Org.), Op. cit., p. 65).

Sem conter sua admiração, comenta Anthiaume: “Apenas à custa de longas e pacientes pesquisas se edifica à ciência cartográfica um tão belo monumento”<sup>8</sup>.

A riqueza de detalhes do atlas de Le Testu é tão grande que seria possível verter oceanos de tinta sem esgotar as possibilidades de análise dessa obra em torno de uma vasta e variada gama de temas. Do ponto de vista político, que aqui nos interessa, é fonte riquíssima, como sintetiza Lestringant:

O Atlas de Le Testu oferece à monarquia francesa o espetáculo de seu triunfo universal. Ele lhe dá ao mesmo tempo os meios práticos e as ferramentas técnicas para realizar suas ambições. Donde a colaboração estreita da hidrografia e da mitologia, da ciência náutica mais atual e de um imaginário flamejante vindo da noite dos tempos<sup>9</sup>.

No entanto, parece-nos necessário problematizar melhor essa relação entre o trabalho de Le Testu e a monarquia francesa, especialmente no que tange à incontornável mediação de Coligny. Como seria previsível, o atlas concede lugar privilegiado ao almirante, representado através de seu brasão, uma águia coroada sobre campo vermelho. O emblema de Coligny é representado nada menos que oito vezes, ao passo que a emblemática da coroa (principalmente os lírios dos Valois e o crescente simples ou triplo de Henrique II) ocorre apenas dez vezes no conjunto da obra. Desse modo, Coligny aparece quase como substituto ou representante da monarquia francesa nos mapas.

De fato, deve-se notar que Le Testu e seus colaboradores tiveram o cuidado de associar constantemente a emblemática de Coligny à coroa através de diversos expedientes. Um deles era a simples contiguidade, como ocorre na folha de rosto ou numa das projeções iniciais. A representação dos símbolos de Coligny nas mesmas pranchas em que aparecem os emblemas régios reforçava a relação entre eles<sup>10</sup>. Modo mais sutil de expor essa relação era o emprego da águia de Coligny emoldurada pelo colar da Ordem de São Miguel, importante instituição da monarquia francesa, à época gozando de grande prestígio, da qual o almirante era cavaleiro. Esse arranjo iconográfico enfatizava de modo nítido os vínculos entre Gaspard de Coligny e a

---

<sup>8</sup> “Ce n’est qu’au prix de longues et patientes recherches que l’on édifie à la science cartographique un aussi beau monument” (ANTHIAUME, Op. cit., T. I, p. 103).

<sup>9</sup> LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., p. 93.

realiza e sua posição no seio da monarquia. Essa associação específica ocorre em metade dos registros das insígnias de Coligny. Outro recurso significativo era a sobreposição da águia, emblema pessoal, à âncora, símbolo de seu ofício de almirante de França. Essa configuração tornava ainda mais evidente o gênero específico de mediação exercido por Coligny entre o atlas e o poder régio; esse arranjo foi empregado quatro vezes nas cartas, sempre junto ao colar<sup>11</sup>. Como aprofundaremos nas próximas páginas, o atlas de Le Testu utilizava essa linguagem iconográfica de modo a caracterizar Coligny como instrumento privilegiado para uma política colonial, comercial e naval ambiciosa: a construção de um possível império marítimo francês.

Algumas considerações se fazem necessárias. Cabe sublinhar que o atlas era datado de 5 de abril de 1556<sup>12</sup>, ou seja, sua execução foi concluída poucos meses depois da fundação da França Antártica, precisamente quando Le Testu retornava à França buscando recursos para a colônia. É interessante observar que exatamente nesse mesmo período o principal piloto da expedição, Nicolas Barré, que permanecera no Novo Mundo, também publicava duas cartas narrando e descrevendo o empreendimento colonial<sup>13</sup>. Não seria exagero supor que as duas obras guardassem alguma relação concertada ou ao menos se situassem num mesmo plano intencional, ou seja, a elaboração de uma imagem positiva da colônia na França, de modo a incentivar seu desenvolvimento.

No entanto, algumas distinções precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, a forma de circulação dos trabalhos de Barré e Le Testu era bastante diferente. O texto de Barré era um diminuto opúsculo, com pouquíssimas páginas, sem qualquer gravura, provavelmente destinado a impressão rápida, leitura igualmente ligeira e divulgação a um público bastante amplo. Já o atlas de Le Testu era um manuscrito volumoso e luxuoso, por definição singular e destinado a um seleto grupo de leitores. Mas quem

---

<sup>10</sup> No caso da folha de rosto, a flâmula dos Valois na parte superior da página e a águia coroada imediatamente abaixo do título. Na sexta projeção é possível encontrar configuração semelhante, com o escudo dos Valois acima e o de Coligny abaixo (LE TESTU, Op. cit., pp. 99; 112).

<sup>11</sup> Como lembra Lestringant, a Ordem de São Miguel era uma ordem de cavalaria fundada em 1469 por Luís XI. São Miguel era o santo padroeiro da França. É possível encontrar a águia coroada junto ao colar e à âncora nas cartas 2, 6, 18 e 54 (LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., pp. 30-31; LE TESTU, Op. cit., pp. 104, 112, 136, 208).

<sup>12</sup> “Le cinquième jour d’avril mil cinq cents cinquante cinq avant Pâques”, ou seja, 1555 pelo antigo calendário (LE TESTU, Op. cit., p. 101).

<sup>13</sup> Trata-se de um pequeno opúsculo intitulado *Copie de quelques lettres sur la navigation du chevalier de Villegagnon*, composto por duas cartas supostamente enviadas a seus amigos na França. Para maiores

seriam os destinatários de cada um dos trabalhos? É provável que os escritos de Barré fossem voltados a armadores na Mancha, autoridades nas regiões portuárias e à corte, buscando granjear a simpatia de uns e o investimento de outros; talvez mesmo a eventuais colonos voluntários. No caso específico das autoridades, vale lembrar que o sobrinho de Villegagnon, Bois-le-Comte, solicitaria à magistratura normanda a libertação de prisioneiros para o povoamento da colônia.

O atlas, por sua vez, esclarecia desde a primeira página que se destinava a Coligny; é mesmo provável que o almirante fosse o comanditário do trabalho. Tudo indica que a execução do atlas tenha envolvido consideráveis quantias: o luxuoso pergaminho usado como suporte; a pigmentação variada e de qualidade; o provável emprego de colaboradores habilitados; o tempo necessário para sua elaboração. Por sinal, o projeto deve ter se iniciado com grande antecedência, muito antes da partida de Le Testu em direção ao Novo Mundo. A menção do cosmógrafo ao grande prazer que encontrou na elaboração do livro parece sugerir que o dedicatário era também o mecenas que tornara possível essa satisfação<sup>14</sup>. De qualquer forma, era um luxuoso manuscrito que o almirante recebia em meados de 1556. É mais que provável que a obra tenha chegado às mãos de Henrique II, virtualmente o destinatário final desse esforço, como tudo sugere; talvez a exibição ao rei fosse a motivação do trabalho desde sua concepção inicial.

Contudo, é importante destacar significativa diferença: os relatos de Barré diziam respeito apenas à instalação da França Antártica, enquanto Le Testu se ocupava do mundo inteiro em suas cartas. Enquanto o primeiro se voltava apenas à colônia da Guanabara o outro esboçava uma geopolítica de escopo muito mais amplo. *A priori* despertam a atenção algumas convergências alegóricas entre o atlas e a festa de Rouen, a começar pela folha de rosto. Sobre o título era representado Netuno, montado sobre um cavalo marinho e trazendo à destra uma flâmula azul estampada com lírios amarelos. Abaixo do título, a águia coroada, ladeada por dois tritões empunhando tridentes. As consonâncias com a encenação da doação de Netuno sobre a ponte em

---

desenvolvimentos, tomamos a liberdade de remeter o leitor a nosso trabalho anterior (TAVARES, Luiz F. F. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011, pp. 27-28).

<sup>14</sup> “A grande afeição que tive, meu senhor, de ter elaborado esta minha pequena obra (que todavia não estimo suficientemente elaborado para vos ser apresentado) me obrigou, obstando minha rudeza, colocá-lo no estado em que vos apresento, suplicando-vos não prestar atenção às impropriedades das quais abusei na composição deste, mas ao bom coração com que vos é apresentado” (LE TESTU, Op. cit., p. 100).

Rouen parecem muito claras. Meras coincidências proporcionadas pelo repertório mitológico greco-romano ou referência intencional ao triunfo de Boulogne? Ambas hipóteses nos parecem igualmente plausíveis. De todo modo, deve ser também ressaltada a assimetria hierárquica na composição alegórica: Henrique II gozava da benevolência do deus dos mares, enquanto Coligny contava com a proteção de seus acólitos – retórica assimétrica, mas lisonjeira a todas as partes envolvidas e consoante ao decoro esperado.

Mais uma vez, era a expansão universal da França sobre os mares que estava em questão. Com efeito, as cartas não desmentem essa impressão inicial. Já na primeira prancha um imenso e imponente carro tracionado por monstros marinhos se desloca triunfalmente sobre as águas do Atlântico Norte, transportando majestosamente uma enorme águia coroada; o veículo é vermelho, como o campo do brasão de Coligny. Logo abaixo do carro em questão é representado um violento combate entre dois navios: um deles arbora as quinas de Portugal, enquanto o outro exibe o pavilhão de comércio da França. Mais adiante, em outra carta, novo carro vermelho rola sobre as águas do Atlântico Sul, próximo à Guiné. Muito mais imponente, o veículo exibe a panóplia completa do almirante, com duas águias, uma delas sobreposta à âncora e ao colar de São Miguel; dois cisnes brancos ladeiam o carro, que é puxado por três delfins, os laterais montados por tritões e o central por Netuno; a parelha é precedida por outro tritão, que realiza acrobacias sobre sua montaria. Coligny era mostrado como arrojado conquistador dos mares em benefício de seu monarca<sup>15</sup>.

De modo mais prosaico, embarcações francesas são representadas navegando pacífica ou belicosamente em diversos pontos dos oceanos. No Índico, um navio com o estandarte de Coligny canhoneia duas embarcações lusitanas, sugerindo a necessidade de navegar nessas paragens. Próximo à imaginária Terra Austral outro navio exibe o crescente de Henrique II, enquanto provoca o naufrágio de uma embarcação com bandeiras de Aragão e Castela; na prancha seguinte, outro navio francês costeia tranquilamente a Terra Austral. Curiosamente não há nenhuma embarcação francesa no Mediterrâneo, onde só é possível perceber uma galera genovesa

---

<sup>15</sup> Idem., pp. 114, 136.

e outra turca; parece uma nítida mudança de prioridades, valorizando os horizontes além de Gibraltar, como já faziam os monarcas ibéricos desde décadas anteriores<sup>16</sup>.

A seu turno, a representação dos continentes apresenta grandes disparidades. A Europa é o menos presente, com sete cartas; África e Ásia ocupam oito pranchas cada; a conjectural Terra Austral ocupa doze mapas, enquanto a América, alçada ao protagonismo, figura em quinze cartas<sup>17</sup>. Essa simples contagem já sugere que o Novo Mundo ocupava lugar privilegiado na geopolítica de Coligny (e Le Testu); a análise das cartas propriamente ditas confirma essa impressão. De fato, o atlas mostra preocupação bastante desigual em sinalizar a presença de potências europeias em cada parte do mundo.

A Ásia não conta com nenhum desses sinais; o mais próximo disso é um estandarte lusitano fincado sobre a costa oriental da África, às margens do Índico, não obstante a presença lusitana na região<sup>18</sup>. Já a África exhibe copiosa emblemática portuguesa, especialmente na costa ocidental, onde figuram dez estandartes em variados pontos do litoral; também se vê um pavilhão francês na altura da Guiné, região bastante frequentada por expedições normandas<sup>19</sup>. A Terra Austral, que Le Testu declarava explicitamente representada de modo conjectural, usando a imaginação, não exibiu qualquer insígnia europeia; no entanto, esse misterioso continente é apresentado como um horizonte plausível de expansão francesa, como sugerem os navios gauleses singrando suas águas; de fato, essa noção ganharia espaço nas décadas seguintes, como veremos no próximo capítulo.

Contudo, era ao Novo Mundo que o atlas dedicava especial atenção no que diz respeito ao registro da presença de potências europeias: nada menos que 29 insígnias, a maioria delas ligada aos Habsburgos; é possível encontrar escudos e estandartes de Aragão e Castela de norte a sul do continente, desde a Flórida até a foz do Rio da Prata<sup>20</sup>. Apesar da presença mais sólida que a francesa, os lusitanos são

---

<sup>16</sup> Idem, pp. 128, 130, 150, 168, 170. Anthiaume utiliza as miniaturas de Le Testu como fonte para interessante análise sobre as técnicas de construção naval e navegação na época (ANTHIAUME, Op. cit., T. II, pp. 341-345).

<sup>17</sup> Cf. LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., p. 41.

<sup>18</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., p. 140.

<sup>19</sup> Idem, pp. 134, 136, 138.

<sup>20</sup> De modo mais específico, os signos de Aragão e Castela se distribuem da seguinte forma: três na foz do Rio da Prata; quatro na “Terre des Cannibales” e na “Rivière de Marignan” (equivalentes às vizinhanças dos atuais Maranhão e Piauí); três próximos ao “Golfe de Venesuelle”; um sobre o Peru; um próximo a

subrepresentados: apenas três estandartes, concentrados no atual litoral do Brasil, enquanto há sete insígnias gaulesas, ou seja, pouco mais que o dobro; analisaremos melhor a distribuição desses símbolos da monarquia francesa adiante<sup>21</sup>.

Parece que um dos propósitos de Le Testu era expor de modo impressionante a grandiosidade, a riqueza e a extensão do império conquistado por Carlos V no Novo Mundo. Essa intenção parece nítida numa prancha dedicada a “Themestitan” e “Neve Espagne”, ou seja, aproximadamente o atual México. É uma das cartas mais imponentes do mapa, especialmente no que tange à representação da cultura europeia. Sobre o mapa se estampa uma gigantesca insígnia de Carlos V, a maior de todas no atlas, exibindo um escudo cuidadosamente detalhado sobreposto à águia bicéfala, encimada por uma coroa imperial e emoldurada por um cordão da Ordem do Tosão de Ouro; o conjunto era ladeado pelas colunas de Hércules com a divisa “Plus outre”. A paisagem ao redor parece quase uma apologia à colonização: uma forja com metalúrgicos europeus malhando peças de metal amarelo, claramente identificável como ouro; dois robustos bois pastando; um negro africano com uma picareta trabalhando em uma mina<sup>22</sup>; um elegante espanhol acompanhado por um laçai - outro negro envergando uma alinhada libre<sup>23</sup>. Qual seria o sentido de representação tão enfática da riqueza e da vastidão dos domínios hispânicos no Novo Mundo? Uma hipótese plausível é que Le Testu e seu mecenas talvez desejassem demonstrar através dessa iconografia o poder que tais conquistas facultavam ao principal rival de Henrique II, de modo a melhor persuadir o monarca francês das perspectivas que navegação e colonização abririam à coroa gaulesa<sup>24</sup>.

No entanto, esta não era a única imagem da colonização hispânica presente no atlas. No Peru podemos ver uma violenta imagem em que dois europeus massacram um grupo de sete ameríndios: um jaz sem cabeça no chão, enquanto outro é degolado; um escapa ileso e outros quatro fogem feridos, com sangue escorrendo pelo corpo. Diz a

---

Cartagena de Índias; cinco na Nova Espanha; dois sobre a Flórida (Idem, pp. 184, 186, 190, 192, 198, 200, 202, 204, 208, 210).

<sup>21</sup> As quinças de Portugal acompanhadas da esfera armilar e a cruz de Cristo aparecem aproximadamente nas regiões atuais da Bahia e do Maranhão, em apenas duas pranchas (Idem, pp. 186, 190).

<sup>22</sup> É possível identificar positivamente a origem africana do personagem em questão pelo simples cotejo às populações representadas nas cartas africanas do atlas.

<sup>23</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., p. 204.

<sup>24</sup> Lestringant interpreta essa prancha segundo um paradigma alegórico-mitológico que nos parece um tanto exagerado, centrado na representação das colunas de Hércules deslocadas para o solo americano como emblema de um cosmo infinitamente expansível (LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., pp. 78-80).

legenda: “Parte da derrota de Atahualpa no Peru”<sup>25</sup>. Assim como o texto do capitão Crignon ou o planisfério de Desceliers, a carta reforçava a já tópica crítica francesa à desumanidade da conquista hispânica – e deixava implícito o elogio igualmente comum da boa relação entre franceses e ameríndios; essa noção enaltecida certamente gozava de prestígio ainda maior depois da festa de Rouen, onde essa amizade fôra tão enfatizada. Como bem destaca Lestringant, esta é a única cena de violência perpetrada por europeus mostrada em todo o atlas, à exceção dos combates navais; de qualquer modo, é a única imagem em que europeus agridem uma população de outra parte do planeta<sup>26</sup>.

Passemos então à representação dos franceses em solo americano. Numa das pranchas a “Terre du Brésil” exibe um grande estandarte azul, estampado em duas partes com lírios dourados dos Valois e com crescentes prateados de Henrique II. Não muito distante se encontra um estandarte com as quinas lusitanas, curiosamente situado mais perto da baía de Guanabara que o pavilhão francês. Essa configuração parece confirmar a suposição de que a execução do atlas começara com boa antecedência; como sugerem os relatos de Nicolas Barré e André Thevet, a localização exata da nova colônia não estava pré-determinada à partida da França. A distância entre o pavilhão dos Valois e a localização concreta da colônia parece originar-se desse fato<sup>27</sup>.

Por sinal, as fontes sugerem que a instalação na Baía de Guanabara era apenas uma cabeça de ponte para conquista mais ampla do litoral sul-americano. Uma das cartas de Le Testu parece testemunhar isso, a prancha dedicada à região da “Rivière de Marignan” e da “Terre des Cannibales”, território que permaneceria pouco frequentado por europeus até o início do século XVII, com a instalação da França Equinocial, como veremos no Capítulo 4. Os franceses eram bastante ativos nessa região, tendência que só aumentaria nas décadas seguintes; Le Testu comentava que era uma terra “bastante cômoda e habitável, situada sob a zona tórrida”, mas que seus habitantes “são muito maus, de tal modo que não se pode ter acordo com eles”. No entanto, se tratava de território importante para a coroa hispânica, por controlar o caminho para as Antilhas e o Panamá; por outro lado, D. João III também manifestara interesse pelo território, doando a região como capitania hereditária, e o donatário João

---

<sup>25</sup> “Partie de la défaite d’Atabalipa au Peru” (LE TESTU, Op. cit., p. 198).

<sup>26</sup> LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., pp. 76-77.

<sup>27</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., p. 186.

de Barros enviara mais de uma expedição exploratória em décadas anteriores. Apesar da relevância estratégica desse trecho de litoral, nenhuma coroa assumira até então uma ação decisiva<sup>28</sup>. O mapa de Le Testu parece retratar essa situação indecisa pela presença simultânea e próxima de insígnias lusitanas, hispânicas e francesas numa área que nenhum deles ocupava efetivamente. Há três estandartes de Aragão e Castela e dois de Portugal, mas a cena é dominada por uma enorme rosa dos ventos com a águia de Coligny sobreposta, ocupando posição central e destacando-se entre as insígnias menores das outras potências. Parece-nos bastante razoável interpretar essa configuração como um convite à presença francesa também nesse espaço, cujo destino parecia em aberto<sup>29</sup>.

Mas é na América do Norte que encontramos mais sinais sugestivos de pretensões francesas. Já na primeira carta do atlas encontramos um escudo dos Valois sobre a Terra Nova. A região do São Lourenço é a mais valorizada, representada em duas cartas. Numa delas, numa manobra de redundância simbólica, figura um primoroso escudo com lírios ao lado de um pavilhão exibindo o triplo crescente. A outra exibe um estandarte misto com lírios e crescentes ao lado da legenda “Le Canada”. Essa prancha mostra nitidamente a influência das explorações de Cartier: é possível ver duas aldeias cercadas por paliçadas, identificadas respectivamente como “Canada” e “Ochelassa”; na nascente da “rivière de Saguené” se vê uma imponente cidade murada coroada de torres majestosas, sobre as quais tremulam flâmulas. Trata-se certamente do lendário reino de Saguenay, sugerindo que essa terra fabulosa permanecia entre as expectativas francesas. Por sinal, não haveria a esperança de que este reino se tornasse para os Valois o que o rico “Themistitan” significava para os Habsburgos? Em outra carta, um pouco mais afastado, um mal identificado território ao sul, perto da Flórida, ostenta também a águia de Coligny<sup>30</sup>.

Vale comentar outra característica do atlas. Já a primeira carta representa o Atlântico Norte, com Novo e o Velho Mundo em cada uma das margens; como já

---

<sup>28</sup> “assez comode et habitable, située sous la zone torride”; “sont fort mauvais, tellement que on ne peut avoir traité avec eux”. Em outro trabalho já tivemos oportunidade de analisar mais detidamente o interesse geopolítico dessa região no período em questão (TAVARES, Luiz F. F. *A ilha e o tempo – Séculos e vidas de São Luís do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2012, pp. 37-44).

<sup>29</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., pp. 200-201. Lestringant interpreta essa imagem de modo diferente, sugerindo que se tratasse de região intensamente disputada, afirmação que nos parece carente de sustentação, uma vez que todas as iniciativas europeias nessas costas eram lacunares e descontinuidas.

<sup>30</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., pp.

vimos, escudos franceses marcam a Terra Nova e a França, em simetria. Com propriedade, comenta Lestringant:

[...] de partida a Europa aparecia ligada à outra margem do Atlântico [...]. O mar Oceano não é mais esse limite absoluto que era para os Antigos. No mundo aberto dos modernos é, pelo contrário, um espaço de troca, de comércio e, ocasionalmente, de rivalidade colonial e de guerra<sup>31</sup>.

Já no meio do atlas é possível encontrar outra carta elaborada segundo princípios semelhantes. Dessa vez é apresentado o Atlântico Sul, com as costas do Brasil e da Guiné nas margens opostas. Os comentários do cartógrafo são muito claros quanto à finalidade dessas duas pranchas: demonstrar as distâncias oceânicas que separam a América do Norte da Europa e a América do Sul da África, respectivamente. Não à toa são também essas as rotas mais frequentadas por navegantes franceses. De fato, os estandartes franceses na América do Sul respondem àquele situado na Guiné. Ainda mais significativamente, nessas duas respectivas porções do Atlântico figuram os carros triunfais de Coligny, como a reafirmar as pretensões francesas de livre navegação. Parecem claros indícios de uma percepção estratégica em que instalações coloniais e rotas marítimas se mostram intimamente relacionadas, assegurando mutuamente a presença francesa em mares e terras; as rotas do Atlântico Sul seriam particularmente importantes para a manutenção da recém-fundada França Antártica, assim como a colônia da Guanabara garantia essas rotas marítimas, oferecendo um porto seguro aos navios franceses impelidos à América do Sul pelos alísios<sup>32</sup>.

Ao cabo dessas observações parece interessante empreender uma síntese da geopolítica esboçada no atlas, cujas principais características seriam a possibilidade de expansão em direção à conjectural Terra Austral, nitidamente registrada como “terra de ninguém”; participação mais ativa no comércio do Índico, desafiando o monopólio português na região; intensificação da navegação francesa no Atlântico, a norte e a sul; colonização nas porções setentrional e meridional da América. É impossível imaginar o quanto dessa geopolítica esboçada no atlas emanava diretamente de Coligny ou partia da própria iniciativa de Le Testu e seus colaboradores. Em todo caso, a obra mostra que essas idéias faziam parte do debate marítimo francês na época. Mais ainda, o atlas sugere fortemente que a experiência da França Antártica era parte de um programa

---

<sup>31</sup> LESTRINGANT, In: LE TESTU, Op. cit., p. 47.

<sup>32</sup> Cf. LE TESTU, Op. cit., pp. 114-115, 188-189.

naval muito mais ambicioso; a empresa de Coligny na Flórida deriva obviamente dessa mesma concepção estratégica. Passemos então ao problema dessas duas colônias.

## **II – As colônias**

Antes de aprofundar nossa análise, convém traçar uma síntese dessas duas experiências coloniais, a título de contextualização. Principiemos pela França Antártica. Em novembro de 1555 a primeira frota colonizadora, composta por três navios, trazia à baía de Guanabara seus novos habitantes. Os colonos eram comandados por Nicolas Durand de Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta, que participara ativamente das lutas francesas na Escócia e dos esforços de retomada de Boulogne. O grupo era bastante heterogêneo: havia nobres e plebeus, franceses e alguns poucos escoceses, católicos como o frade franciscano André Thévet e seguidores da Reforma, como Nicolas Barré e Guillaume Le Testu. Em seu discurso, muitos huguenotes relacionados direta ou indiretamente à França Antártica constantemente afirmavam a intenção de construir uma colônia onde pudessem “melhor servir a Deus”.

Os novos habitantes seriam bem recebidos pelos tupinambás da Guanabara, antigos aliados americanos da gente francesa, como já vimos. Alguns trugimães normandos já viviam na região, instalados entre as aldeias indígenas. Os novos colonos logo se ocuparam de erguer boa fortificação, o Forte Coligny, na ilha de Serigipe, atualmente conhecida como ilha de Villegagnon; precisava preparar suas defesas contra os vizinhos portugueses, situados em Salvador, Ilhéus e nas capitânicas de São Vicente e do Espírito Santo.

Nos primeiros meses de 1556, mal fundada a colônia, uma esquadra retornaria à Europa para trazer novos recursos à Guanabara. Partiam nessa expedição Le Testu, o cosmógrafo Thevet e Bois-le-Comte, sobrinho do chefe. Pouco depois rebentaria terrível tumulto na Ilha de Serigipe. Cioso da moral, Villegagnon impunha rígida regra: os colonos que desejassem manter relações sexuais com as índias deveriam casar com as mesmas, segundo os ritos católicos. Como se pode imaginar, essa decisão provocou a exasperação de muitos colonos, especialmente de alguns trugimães que já viviam na Guanabara. Segundo registraram Nicolas Barré e o próprio Villegagnon, logo depois da partida de Bois-le-Comte se organizava um conluio para matar o chefe da

colônia. Às vésperas da data combinada o complô foi desarmado graças a um conspirador arrependido ou temeroso, que denunciou o motim às autoridades. Capturados os sediciosos, a situação foi resolvida através da execução dos chefes da rebelião, enquanto o perdão era concedido aos demais.

Em abril de 1558 retornava Bois-le-Comte, trazendo nova leva de colonos, entre os quais uma comitiva vinda de Genebra, enviada pelo reformador João Calvino, a convite do almirante Coligny. Esse grupo contava com quatorze membros, dos quais dois eram pastores da Igreja Reformada, Pierre Richer e Guillaume Chartier; também vinha com eles o jovem sapateiro Jean de Léry, futuro autor da *Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*. No início, as relações entre os recém-chegados e Villegagnon correram à maravilha: os ministros escreveram a Calvino, comparando o cavaleiro de Malta às figuras bíblicas de Salomão e Áquila, acreditando que ele fosse adepto da Reforma. Por sua vez, o chefe da colônia também escreveu ao reformador, seu colega de escola e amigo de juventude, comunicando sua satisfação pela chegada dos genebrinos, gente de boa moral, que daria bons exemplos aos demais colonos.

Contudo, a harmoniosa situação durou poucas semanas. Na celebração da Páscoa, Villegagnon e os dois pastores reformados se desentenderam seriamente sobre uma questão gravíssima para os teólogos de então, o debate entre consubstanciação e transubstanciação: estaria Jesus Cristo realmente presente na hóstia da Eucaristia? A discussão se prolongou por meses, tornando a oposição entre os dois grupos cada vez mais grave. Entre eles, os huguenotes suspeitavam que Villegagnon tivesse retornado ao catolicismo – considerando que algum dia ele tivesse realmente sido adepto da Reforma. Ao que tudo indica, o cavaleiro de Malta parece ter sido um *moyenneur*, ou seja, um partidário da restauração de uma Igreja única no reino, através do diálogo entre as partes e a elaboração de uma solução teológica de compromisso, postura bastante difundida na França desse período. Outra figura importante dessa querela era certo Jean de Bolès, homem misterioso que afirmava ser doutor da Sorbonne. A princípio Bolès e Villegagnon formaram partido único contra os ministros de Genebra.

Enquanto se manteve o debate os dois grupos optaram por enviar cartas à Europa, solicitando o esclarecimento de teólogos sobre o ponto em questão. Guillaume Chartier foi encarregado dessa tarefa, retornando à França com Bois-le-Comte. Ao tempo em que essas consultas aconteciam no Velho Mundo, as tensões se acirravam no

Forte Coligny; os genebrinos abandonaram a ilha, passando a viver no continente, em estreito contato com seus vizinhos ameríndios. Ainda assim continuavam as hostilidades; mesmo Bolès e Villegagnon se desentenderam, levando o suposto doutor da Sorbonne a deixar a ilha e finalmente buscar refúgio entre os afastados portugueses. Em novembro de 1558 a tensão era tão insuportável que a comitiva de Genebra resolveu retornar à Europa no primeiro navio disponível, em péssimo estado de conservação. Com poucos dias de viagem quatro deles precisaram retornar devido a problemas na embarcação: um vazamento no casco inundara os porões, estragando parte dos víveres, que não mais dariam conta dos passageiros. A contragosto, Villegagnon recebeu de volta os huguenotes que retornavam, mas após novos atritos o grupo foi condenado à morte por afogamento, passando a ser conhecidos no movimento reformado francês como os “mártires do Brasil”<sup>33</sup>.

Enquanto isso, na Europa, os huguenotes revoltados iniciavam uma campanha difamatória contra o chefe da colônia, tornando necessário que o mesmo retornasse à França, para defender-se junto ao rei e à corte. Quando a notícia das execuções da Guanabara chegou ao Velho Mundo, Villegagnon passou a ser chamado pelos reformados de “Caim da América”. Esses debates perderiam seu significado em fevereiro de 1560, quando forças portuguesas lideradas pelo governador-geral Mem de Sá - e guiadas por ninguém menos que Jean de Bolès - adentraram a baía de Guanabara, destruindo o forte Coligny e derrotando os gauleses. Nos anos seguintes os franceses retornariam à região, no entanto a colônia era apenas a sombra do estabelecimento anterior; os novos colonos permaneceram até sua expulsão definitiva por novo ataque português em 1567, quando Mem de Sá decidiu povoar a região para evitar nova ocupação francesa, fundando a cidade do Rio de Janeiro. Durante as décadas posteriores um intenso debate seria travado disputando as responsabilidades pela queda da colônia<sup>34</sup>.

Enquanto a colônia da Guanabara vivia seu segundo avatar, outros franceses se instalavam muitas léguas ao norte, na Flórida. Em 18 de abril de 1562 partia do Havre uma expedição comandada por Jean Ribault, nomeado pelo almirante de França, secundado por René Goulaine de Laudonnière, ambos huguenotes; assim como

---

<sup>33</sup> Cf. TAVARES, *Da Guanabara...*, Op. cit., pp. 153-156.

<sup>34</sup> *Idem*, pp. 27-46.

Villegagnon, Ribault era veterano das guerras na Escócia<sup>35</sup>. Tratava-se de pequena frota, composta por apenas dois navios e cerca de 150 homens. Em 30 de abril avistavam a Flórida; durante os meses seguintes percorreram parte do litoral empreendendo reconhecimento da região e estabelecendo contato com indígenas locais em busca de informações. Ergueram pequena fortificação, que batizaram como Charlesfort, em homenagem ao jovem monarca, Carlos IX. Uma reduzida guarnição permaneceu no local, sob o comando de certo Albert de la Pierria, enquanto Ribault e Laudonnière retornavam à França em busca de novos recursos, em junho de 1563.

Na ausência de Ribault a situação se deteriorava em Charlesfort. Os trinta ocupantes do forte dependiam do comércio com os indígenas para seu sustento; logo seus estoques para troca tornaram-se escassos, levando-os a situação de penúria. Essa situação seria ainda agravada por um pequeno incêndio, segundo registra Laudonnière<sup>36</sup>. Segundo os relatos, os franceses teriam matado o chefe Pierria, escolhendo o piloto Nicolas Barré, veterano da França Antártica, como novo líder do grupo. Sem alternativa, resolveram construir uma embarcação e tentar o retorno à França. Desprovidos de instrumentação náutica adequada, perderam o rumo no meio do Atlântico e foram resgatados por um navio inglês<sup>37</sup>.

Enquanto isso, Ribault encontrava dificuldades para organizar a expedição de reforços, ignorando o que se passava em Charlesfort. Em 1562 rebentara na França a primeira guerra de religião, tornando praticamente impossível realizar seu intento. Pior que isso, Ribault corria risco de vida, huguenote que era; como tantos outros, o capitão buscaria refúgio na reformada Inglaterra, instalando-se em Londres, onde se estabeleceu uma verdadeira colônia de refugiados franceses durante o período. Em 1564 o édito de

---

<sup>35</sup> GAFFAREL, Paul. *Histoire de la Floride française*. Paris: Firmin-Didot, 1875, p. 13.

<sup>36</sup> Para sorte dos colonos, os chefes indígenas Audusta e Macon deram ordem a seus subordinados de auxiliar nos reparos às instalações francesas (LAUDONNIÈRE, In: GAFFAREL, Op. cit., pp. 370-371).

<sup>37</sup> Segundo Laudonnière, a própria construção do barco foi uma empreitada heróica: “Et encores qu’il n’y eut homme entre eux qui encore entendit l’art, toutefois la nécessité qui apprend toutes choses, leur en montra les moyens. Apres qu’il fut achevé, ils ne penserent plus sinon à l’équiper de tout ce qui était necessaire pour entreprendre leur navigation. Toutefois les choses les plus principales leur defaillioient, comme les cordages, les voiles, sans lesquelles l’entreprise ne pouvait sortir effect: n’ayant aucun moyen d’en recouvrer, ils furent plus fachés qu’auparavant, et quasi prêts de tomber en un malheureux desespoir. [...] Comme ils étaient en telles perplexités, le roi Audusta et Maccon arrivèrent, accompagnés de deux cent indiens: au devant desquels nos français s’acheminèrent: et firent entendre ao roi la nécessité qu’ils avaient de cordages, lesquels leur promirent de retourner dans deux jours, et en apporter en si bonne quantité, que le nombre suffirait pour armer le bergantin. [...] Apres qu’ils furent partis nos français chercherent tous les moyens de trouver de la resine par les bois, là où ils incisoient les pins de tous côtés, desquels ils en tirent assez raisonnablement pour brayer le vaisseau. Ils firent amas aussi d’une espèce de mousse, laquelle croit aux arbres de ce pays, afin de s’en servir pour le calage ou calfeutrage. Il ne restait plus que les voiles: lesquels ils firent de leurs propres chemises, et des draps des lits” (Idem, pp. 373-374).

Amboise restabelecia a paz, permitindo a Coligny pensar novamente na Flórida. A segunda expedição seria confiada a Laudonnière, que desembarcava no Novo Mundo em junho de 1564, fundando o Forte Caroline, nova e maior fortificação ao sul da antiga, também homenageando o rei menino. Iniciavam-se as desventuras de Laudonnière na Flórida, que passaria por grandes dissabores na relação com os indígenas Timucua e com seus próprios colonos.

Assim que chegaram, os franceses buscaram estreitar laços com o chefe Saturiwa, que mantinha cerca de 30 aldeias sob sua clientela. O líder timucua logo percebeu a utilidade de tal aliança, buscando tornar-se o intermediário privilegiado para circulação dos bens europeus na região. Tecidos, armas e adornos estrangeiros eram distribuídos a sua clientela, como forma de reforçar seu prestígio pessoal; além disso, Laudonnière assumiu o compromisso de fornecer apoio militar quando Saturiwa solicitasse; seu principal interesse era mobilizar os europeus na luta contra Utina, seu pior inimigo. Em troca, fornecia víveres aos franceses<sup>38</sup>.

Tal tranquilidade não duraria muito tempo. As primeiras tentativas do capitão francês de estabelecer contato com outros grupos ameríndios provocaram vivo protesto do chefe, provavelmente temeroso de perder sua posição privilegiada como distribuidor de mercadorias europeias – situação semelhante àquela passada anos antes entre Cartier e Donnacona. Saturiwa ficaria igualmente indignado com a iniciativa francesa de fortificar suas instalações dentro do território do chefe, mas a gota d'água seria a aliança de Laudonnière com seu inimigo, Utina – que prometia guiá-lo a minas de metais preciosos nos Apalaches.

Em breves meses Laudonnière viu-se envolvido num emaranhado de alianças desastradas com chefes inimigos entre si; além do envolvimento com Saturiwa e Utina, o capitão francês estabeleceria vínculo com Hostaquá, que era rival do segundo. Pode-se imaginar como essas sucessivas quebras de confiança repercutiam entre os líderes ameríndios. O francês se justificava junto a cada um dos chefes contrariados afirmando que buscava instalar a paz na região – o que não devia ser desejo de qualquer um deles, tendo em vista a importância da guerra como elemento estruturante da sociedade timucua, estabelecendo padrões de prestígio e influenciando a formação e configuração de redes clientelares.

---

<sup>38</sup> Cf. BOUCHER, Christophe. “*Gens agréables*” ou “*grands dissimulateurs*”? *Amérindiens et huguenots en “Floride” (1562-1565)*. In: AUGERON, Mickaël, POTON, Didier e VAN RUYMBEKE, Bertrand (org.). *Les huguenots et l’Atlantique*. Paris: Presses Universitaires de Paris Sorbonne, 2009.

Mas Laudonnière também enfrentava problemas junto a seus colonos. Tentados pelas ricas rotas comerciais espanholas que percorriam as Antilhas e o golfo do México seus subordinados se lançaram à pirataria, apesar da proibição do capitão, temeroso de que tais atividades despertassem a atenção dos espanhóis para as instalações francesas, até então ocultas. No ápice da tensão Laudonnière chegou a ser aprisionado num navio por seus homens. Em abril de 1565 o chefe da colônia era libertado e retornava ao Forte Caroline, mas seus temores já eram realidade: as autoridades espanholas estavam cientes da existência da colônia francesa.

Nos últimos meses do Forte Caroline, desacreditados junto aos líderes timucua, os franceses compravam a peso de ouro seus víveres dos índios cada vez mais exigentes, até se encontrarem inteiramente privados de mercadorias para troca, vendo-se forçados a lutar contra os nativos por alimento. Em agosto de 1565 finalmente Jean Ribault chegava da França com reforços; a nova expedição era composta por sete navios e trazia recursos humanos consideráveis: artesãos, agricultores, mulheres e crianças, totalizando cerca de 600 povoadores. Enviado por Coligny, Ribault deveria assumir o comando e enviar Laudonnière de volta à França. Entretanto, os reforços chegavam tarde demais: poucas semanas depois, em setembro, chegava à região uma esquadra espanhola, que os exasperados ameríndios não tardaram a guiar contra os franceses. Atacados por mar e terra, encerrava-se a experiência da Flórida francesa. Os soldados de Pedro Menéndez de Avilés massacraram quase todos os franceses, inclusive Jean Ribault. Os poucos sobreviventes se embrancharam na floresta, sendo mais tarde resgatados por Jacques Ribault, filho do falecido chefe, que escapara do ataque com um dos navios; entre esses remanescentes se encontravam Laudonnière, o carpinteiro Nicolas Le Challeux e o pintor Jacques Le Moyne de Morgues, que de volta à Europa registrariam a tragédia da Flórida francesa em relatos e imagens.

Os trabalhos historiográficos sobre a França Antártica e a Flórida francesa costumam enfatizar as convergências entre as duas experiências coloniais, tanto pela forte participação de huguenotes em ambas quanto pela proteção de Coligny aos dois empreendimentos. Parece-nos interessante problematizar mais profundamente essa postura à luz dos complexos jogos de poder da França coetânea. Vejamos o que nos dizem as fontes.

Como já vimos, a trajetória da França Antártica foi fortemente marcada pela participação de colonos reformados oriundos de Genebra. O papel de Calvino nessa

situação não pode ser negligenciado; a todo momento percebemos a relevância das interferências do reformador nas questões religiosas relacionadas à colônia. As cartas de Calvino testemunham que ele e seus correspondentes mantinham vivo interesse pelos destinos da distante França Antártica<sup>39</sup>. Como escrevemos em outro lugar, essas epístolas “evidenciam também uma rede centralizada na figura de Calvino [...]. O reformador se apresenta como conselheiro e, mais ainda, quase como uma autoridade espiritual. De certa forma, é uma outra rede de poder, centrada em Genebra, potencialmente concorrente com o próprio poder régio em sua capacidade de influenciar eventos e comportamentos na colônia”<sup>40</sup>. Vale aqui complementar: Coligny era um *relais* de grande importância nessa rede genebrina, servindo como crucial ponto de interseção entre ela e o poder monárquico. Mas em que medida esse circuito radiando de Genebra se relacionava também à experiência huguenote na Flórida? As cartas trocadas por Calvino e Coligny durante o período de permanência francesa nessa região do Novo Mundo são bastante esclarecedoras nesse sentido. Ao contrário do vivo interesse manifestado pelo reformador quanto à França Antártica, as epístolas em questão não trazem qualquer menção à nova experiência colonial em andamento na Flórida<sup>41</sup>.

Igualmente significativo é o exame da *Histoire Ecclésiastique des Églises Réformées au Royaume de France*, publicada em 1580 pelo mais influente discípulo de Calvino, Théodore de Bèze (ou Beza, na versão latinizada)<sup>42</sup>. O autor dedica enorme atenção à França Antártica e aos dissabores dos huguenotes com Villegagnon, a começar pela extensão da narrativa do episódio, que ocupa quatro páginas; parece pouco, mas a maioria dos temas tratados por Bèze ocupava apenas alguns parágrafos. É ainda mais esclarecedor comparar o espaço dedicado ao episódio americano a um dos eventos mais importantes na trajetória do protestantismo francês, o primeiro sínodo das igrejas de França, reunido em 1559. Embora o qualifique como verdadeiro instrumento da providência divina para unificação dos reformados franceses, seu relato ocupa apenas

---

<sup>39</sup> Tomamos a liberdade de remeter aqui o leitor a outro trabalho onde analisamos as missivas trocadas entre Calvino e diversos personagens reformados da época (TAVARES, *Da Guanabara...*, Op. cit., pp. 180-191).

<sup>40</sup> *Idem*, pp. 182-183.

<sup>41</sup> Cf. CALVIN, Jean. *Ioannis Calvinii Opera Quae Supersunt Omnia*. Bad Feilnbach: Schmidt Periodicals GmbH, 1990, cartas 3317, 3374, 3392, 3436, 3530, 4001, 4002.

<sup>42</sup> Jouanna caracteriza Bèze como o “successeur spirituel de Calvin”, que após a morte do reformador impor-se-ia como “le chef incontesté de la Réforme calviniste”, ocupando os importantes cargos de reitor da Academia de Genebra e de presidente da Companhia de Pastores (JOUANNA, *Histoire...*, Op. cit., pp. 724-726).

três páginas, complementadas pela transcrição da confissão de fé então assinada pelos delegados<sup>43</sup>.

Mesmo sabendo do fracasso da empresa colonial Bèze ainda avaliava sua concepção como “uma maravilhosa esperança de avançar o reino de Deus até o extremo do mundo”<sup>44</sup>. E prosseguia sintetizando as expectativas relacionadas ao estabelecimento no Novo Mundo:

Ora, para atingir seus desígnios, [Villegagnon] sabendo que o senhor Gaspard de Coligny, almirante de França e desde então favorecendo quanto podia o partido da religião, tinha grande crédito junto ao rei Henrique, lhe declarou sua intenção irrestrita de encontrar e fortificar na América algum lugar que serviria de refúgio àqueles da religião que lá quisessem se retirar, para pouco a pouco povoar o país e lá avançar a igreja de Deus ganhando os habitantes ao conhecimento da verdade. Essa empresa pareceu tão bela e grande e, no entanto, factível, que o almirante demonstrando ao rei, não o que se referia ao reino de Deus, mas as comodidades que ele e seu reino podiam tirar dessas regiões, a exemplo dos espanhóis, ele lhe ofereceu dois grandes navios bem carregados, com dez mil libras para as primeiras despesas<sup>45</sup>.

Em primeiro lugar, vale salientar que Bèze, fiel aos fatos, não cometia o anacronismo de caracterizar Coligny como reformado nesse momento, mas apenas como “favorecendo quanto podia o partido da religião” – distinção que mantém sempre que menciona as ações do almirante ao longo do reinado de Henrique II; como veremos adiante, essa menção tem outras consequência significativas. Por outro lado, o discípulo de Calvino registrava certo caráter dual das intencionalidades relacionadas ao projeto: a França Antártica serviria tacitamente como refúgio para os seguidores da reforma, mas seu propósito patente seria obter “comodidades” para Henrique II e para o reino. Bèze destacava ainda que a maioria dos colonos era composta por huguenotes<sup>46</sup>.

Contudo, enquanto concedia bastante atenção à experiência da França Antártica, Bèze não dedicava uma linha sequer ao episódio da Flórida, apesar do brutal

---

<sup>43</sup> BÈZE, Théodore de. *Histoire ecclésiastique des églises réformées au royaume de France*. Paris: Fischbacher, 1883, T. I., pp. 198-220.

<sup>44</sup> “une merveilleuse esperance d’avancer le Royaume de Dieu jusqu’au bout du monde” (Idem, p. 184).

<sup>45</sup> Idem, p. 185.

<sup>46</sup> “E [Villegagnon] fingindo querer apenas o estabelecimento da religião, ainda mais por que quase todos aqueles que o haviam seguido a ela pertenciam” - “Et [Villegagnon] faisant mine de ne demander que l’établissement de la Religion, d’autant que quasi tous ceux qui l’avaient suivi en étaient...” (Idem, Loc. cit.).

massacre de reformados por que se concluiu. Como se percebe, a experiência da Flórida não despertava grande interesse em Genebra, tanto nas cartas de Calvino a Coligny, contemporâneas ao episódio, quanto na síntese elaborada por Bèze *a posteriori*. No entanto, essa disparidade é menos estranhável que aparenta.

Em primeiro lugar, cabe observar que o movimento reformado na França em meados do século XVI estava longe de ser homogêneo. Não havia credo único, rito uniforme, centralização institucional ou mesmo uma autoridade espiritual plenamente aceita por todos. A Reforma francesa naquele período era um complicado mosaico de fiéis e congregações, marcado por grande diversidade de crenças e práticas. Mesmo em Genebra havia significativa variedade de grupos e opiniões discordantes, muitas vezes ocasionando situações de tensão.

Calvino foi uma das figuras centrais no processo de homogeneização da Reforma francesa, publicando em 1541 suas *Ordenances ecclésiastiques*, onde propunha um modelo bastante organizado de eclesiologia, que ficou conhecido como sistema presbítero-sinodal. Caracterizava-se por uma estrutura hierárquica onde a congregação regida por um consistório era a unidade básica, mas estava submetida à autoridade de sínodos nacionais e provinciais eleitos para resolver problemas importantes da comunidade reformada. Sua proposta ganharia adeptos ao longo dos anos, orientando a Constituição das Igrejas Reformadas de França aprovada no primeiro sínodo nacional, reunido em Paris em 26 de maio de 1559 – contemporâneo à França Antártica, portanto<sup>47</sup>. Bèze era um grande entusiasta do sistema, vendo sua consagração através da constituição aprovada como manifestação da divina Providência:

Ora, algumas dificuldades apresentando-se de toda parte contra os pobres fiéis, não apenas eles não perderam a coragem, mas ao contrário foi nesse tempo que Deus, por sua singular graça, inspirou todas as igrejas cristãs estabelecidas na França, a se reunirem para entrar em acordo quanto à unidade de doutrina e disciplina, conforme a palavra de Deus. [...] coisa verdadeiramente conduzida pelo espírito de Deus para manter a união que sempre persistiu desde então<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> “O sistema prebítero-sinodal francês é um compromisso entre as tendências ‘democráticas’ e autoritárias. O ‘povo’ faz ouvir sua voz para aprovar o pastor ou ‘protestar contra ele; a estrutura piramidal garante um controle centralizado sobre as assembleias dos níveis inferiores” (JOUANNA, *Histoire...*, Op. cit., pp. 1215-1217).

<sup>48</sup> BÈZE, Op. cit., T. I, p. 198.

No entanto, a aprovação da constituição não significava o triunfo definitivo do sistema. Como registra o próprio Thèodore de Bèze, nos anos seguintes vez por outra surgiram críticas a esse paradigma eclesiológico, como o livro de Morelli que defendia “opinions étranges” ou um panfleto manuscrito atribuído a certo fidalgo Millaud, defendendo pontos de vista heterodoxos sobre a fé, questões morais, exegese bíblica e principalmente contra a “discipline ecclésiastique”, que segundo o autor derogaria o poder legítimo dos magistrados do rei<sup>49</sup>.

Mas não se tratava apenas de um debate teológico. Por exemplo, Bèze dedica longas páginas aos tumultos religiosos na Normandia em 1560, onde havia grande discordância entre os reformados quanto à atitude a tomar ante o édito de Amboise: várias congregações optaram por manter culto público, o que Bèze parece desaprovar como atitude temerária naquele contexto específico<sup>50</sup>. O reformador sinaliza que mesmo nas comunidades mais disciplinadas houve grandes problemas, “ainda que os ministros se esforçassem por moderar os tolos, até expulsá-los da assembleia”. Acusa as atitudes de “alguns libertinos e espíritos agitados, amantes de novidades, que sua má vida e companhia não foram recebidos no número daqueles que se submeteram à disciplina eclesiástica”. Exemplifica essa situação com o caso passado em Rouen de um mestre escola “illuminé”, de orientação supostamente anabatista, que expulso de Genebra e de outras congregações francesas, e mesmo da assembleia de Rouen, adotando posição antagônica contra os ministros locais. Mas esse homem tinha seguidores “populares”; os “tolos” o seguiam e durante alguns dias ele conseguiu reunir grande assembleia “em pleno campo”. Bèze registra que mesmo alguns da igreja teriam comparecido, pensando que eram seus ministros predicando, mas logo se retiraram. Esse “iluminado” pregava contra o poder régio, fazendo anúncios apocalípticos; logo o caso receberia atenção das autoridades normandas - não apenas de Rouen. O tumulto era tal que o cardeal de Bourbon foi intervir pessoalmente em uma de suas prédicas; Villebon, tenente do rei na ausência do governador da Normandia, mobilizou 50 lanceiros para “impedir as emoções”. Por fim, o pregador foi condenado à fogueira e quatro de seus seguidores enforcados. Segundo Bèze, *todos* os reformados locais ficaram muito satisfeitos com o resultado – e ao que se depreende de sua narrativa, ele

---

<sup>49</sup> Cf. BÈZE, Op. cit., T. II, pp. 53-54, 194-198.

<sup>50</sup> O édito de Amboise iniciou um período de tolerância velada, estabelecendo anistia para os condenados por heresia, contanto que passassem a viver como “bons católicos” (JOUANNA, *Histoire...*, Op. cit., p. 874).

próprio apreciou esse desfecho. O reformador cita ainda outros episódios, como a chegada a Rouen do ministro Augustin Marlorat, que elogiava por sua erudição e vida honrada, o qual pregava “sem nenhuma sedição e mesmo contentando diversos adversários mais justos”. Em suma, aos olhos do reformador, o movimento reformado na Normandia era um barril de pólvora, com pontos de vista heterogêneos – ou, para Bèze, heterodoxos<sup>51</sup>.

Tal perspectiva não nos é indiferente. Devemos lembrar que os capitães Ribault e Laudonnière residiam na Normandia e tinham profundas ligações às dinâmicas locais – não apenas navais, mas provavelmente religiosas. Assim sendo, é possível que em sua maioria os envolvidos na colonização da Flórida pertencessem justamente a esses grupos huguenotes normandos opostos à tendência presbítero-sinodal, aos quais Bèze dedicava tantas páginas e tantas censuras. Enfim, grupos reformados afastados dos esforços de unificação eclesiástica centrados em Genebra e Calvino; não espanta que a experiência da América setentrional lhes provocasse a mais perfeita indiferença, não correspondendo a sua proposta eclesiológica.

Em sentido oposto, ao longo de sua narrativa Bèze menciona várias vezes a trajetória de Pierre Richer, um dos ministros genebrinos que rumara à Guanabara, elogiando sua atuação pastoral depois de retornar à França. De volta da América, Richer teria promovido a organização eclesiástica em La Rochelle<sup>52</sup>. Segundo Bèze, o pastor egresso da França Antártica desenvolveria importante trabalho junto a seu rebanho:

A ilha de Ré, situada a quatro léguas de Oléron, quase em La Rochelle, foi ao mesmo tempo visitada por Richer, ministro de La Rochelle, com tal favor de Deus, que aqueles que antes eram maravilhosamente depravados e semibárbaros como costuma ser

---

<sup>51</sup> “quoique les ministres s’efforçassent de moderer les étourdis, jusqu’à les forclorre de l’assemblée”; “quelques libertins et esprits fretillants, amateurs de nouveautés, qui pour leur mauvaise vie et conversation n’avaient été reçus au nombre de ceux qui s’étaient soumis à la discipline ecclesiastique”; “populaires”; “étourdis”; “en pleine campagne”; “empêcher les émotions”; “sans aucune sédition et même au contentement de plusieurs adversaires plus équitables” (Cf. BÈZE, Op. cit., T. I, pp. 347-356).

<sup>52</sup> “Nesse tempo, então, Pierre Richer, retornando da América, onde ele tinha sofrido muito sob a tirania de Villegagnon, apóstata muito malvado e infeliz, veio a La Rochelle, onde ele encontrou cerca de cinquenta pessoas que tinham sido reunidas para o Senhor pelo ministério de La Fontaine e de La Place, dos quais falamos na história do ano anterior, o qual pequeno rebanho ele fortaleceu de tal maneira em tão pouco tempo, que um consistório com o resto da disciplina eclesiástica foi ali estabelecido, e esse começo foi tão favorecido or Deus, que em pouco tempo uma boa parte da cidade aderiu à Igreja do Senhor, abandonando as superstições da igreja romana, preparando assim o Senhor esse lugar, para fazer frente aos mais duros esforços de seus adversários” (Idem, p. 164).

toda a gente de marinha, requisitaram um ministro que desde então perseverou constantemente ali<sup>53</sup>.

Esse episódio ecoa de modo bastante significativo algumas das posturas defendidas pelos genebrinos quanto a sua atuação na França Antártica. Uma constante nos textos de Jean de Léry, Jean Crespín ou nas próprias cartas de Richer e Chartier era a ênfase na necessidade de estabelecer uma boa “police ecclésiastique” na colônia. Mas em que consistia essa “política eclesiástica” ou “disciplina eclesiástica”? O que geralmente encontramos nos escritos genebrinos sobre a França Antártica não é tanto um corpo teórico organizado, mas uma série de aplicações práticas dos princípios preconizados por Calvino ao contexto específico da colônia.

Cabe resumir algumas conclusões de nossos estudos anteriores sobre o tema. Em primeiro lugar, os autores genebrinos enfatizavam a necessidade de manter na colônia uma rotina religiosa bastante organizada, preenchendo o cotidiano com orações coletivas e prédicas diárias, cujo objetivo seria afastar os colonos dos vícios, “impregnando-os da religião cristã”. Esses autores salientavam que essa disciplina seria importante para assegurar a harmonia da colônia e o respeito às autoridades, apresentando essa *práxis* como um meio de evitar que ocorressem novos motins. A castidade sexual dos colonos em relação às índias parecia ser um dos tópicos mais importantes nesse aspecto, especialmente tendo em vista as motivações sexuais da sedição ocorrida no início de 1556. Léry ressalta que a disciplina eclesiástica deveria ser “praticada contra os que cometessem deslizes”, sem especificar de que punição se tratava – ao que tudo indica, deveria ser a privação da eucaristia, pena com alto significado simbólico, à medida em que cortava temporariamente os vínculos sagrados entre o fiel, a comunidade e a divindade. Além disso, a concepção de igreja que emerge dessa documentação é a de uma congregação doméstica, reunida em domicílio particular (especificamente a casa de Villegagnon, em seu duplo sentido habitacional e clânico), como por sinal se organizavam na França a maioria das comunidades reformadas<sup>54</sup>.

Como se vê, os genebrinos da França Antártica mostravam-se visceralmente comprometidos com a implementação do modelo calvinista de disciplina eclesiástica;

---

<sup>53</sup> Idem, p. 238.

<sup>54</sup> “pratiquée contre les defaillans” (Cf. TAVARES, Luiz F. F. *Entre Genebra e a Guanabara – a discussão política huguenote sobre a França Antártica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011, pp. 151-156; TAVARES, *Da Guanabara...*, *Op. cit.*, pp. 183-185).

mais ainda, percebiam nesse paradigma disciplinar uma ferramenta privilegiada para a condução da colônia, uma verdadeira concepção moralizada e moralizante da *práxis* política; na verdade, política e moral se confundiam profundamente, estabelecendo um paradigma de política colonial em que a moral era tanto meio quanto finalidade. Já os escritos sobre a Flórida se mostram muito diferentes, ignorando qualquer compromisso com essa concepção calvinista de “*police ecclésiastique*”.

E Coligny?

Embora já fosse reformado em 1559, o almirante não aderiu imediatamente ao sistema presbítero-sinodal; como observava Bèze, a comunidade huguenote de Chatillon-sur-Loing era antiga, protegida por Louise de Coligny, mas apenas em 1561 se organizou institucionalmente; até então os fiéis não estavam “reunidos em um corpo”<sup>55</sup>. Desse modo, é preciso destacar que à época da França Antártica Coligny ainda não se mostrava comprometido com o modelo de disciplina eclesiástica preconizado por Calvino; assim sendo, parece que as iniciativas dos colonos genebrinos para implementação dessa *práxis* na colônia não partiam do almirante; talvez ele sequer tivesse conhecimento desses intentos.

Percebemos então que o diálogo do almirante de França com as comunidades reformadas francesas e francófonas era muito amplo; Coligny buscava cooptar para suas iniciativas coloniais huguenotes de diversos matizes dentro do espectro reformado. Ao que tudo indica, essa pluralidade de posturas religiosas também propiciava a formação de variados posicionamentos quanto à participação desses grupos na navegação e na colonização do Novo Mundo. Vale a pena cotejar os escritos genebrinos sobre a França Antártica a outros escritos sobre a Flórida ou sobre a própria experiência da Guanabara.

Recorrendo ainda a nossas pesquisas anteriores, um dos tópicos mais recorrentes no discurso genebrino sobre a França Antártica era a ideia de que a colônia lhes ofereceria a oportunidade de “melhor servir a Deus” do que lhes era possível no Velho Mundo, onde não apenas sofriam perseguições religiosas, mas viviam numa atmosfera de podridão moral e hipocrisia. Esse ideal de serviço divino no Novo Mundo é registrado nos escritos de Chartier, Richer, Crespin e Léry, onde se lê *ipsis litteris* a expressão “melhor servir a Deus”. Contudo, é necessário observar que essa postura não

era exclusivamente huguenote; Villegagnon também alega esse desejo em seus textos. O poeta católico Étienne Jodelle, que não se relacionou diretamente à colônia, escreveria em 1557 um poema onde declarava a superioridade da França Antártica sobre a corrupção inescapável da sociedade da França “Ártica”, povoada por magistrados venais, falsos doutos e pessoas degeneradas pela abundância. Com sarcasmo, identifica os franceses como “um povo estranho que à piedade não se arranja”<sup>56</sup>. Para todos estes, independente de confissão, o Novo Mundo aparecia como um horizonte de fuga, um espaço onde poderiam viver virtuosamente<sup>57</sup>.

Encontramos discurso ligeiramente convergente no relato do carpinteiro Nicolas Le Chaleux, sobrevivente da Flórida. Descrevendo os atrativos da Flórida elogiava seu clima onde não havia o frio extremo do Setentrião ou o calor tórrido do Meio-dia, seus campos férteis, que com pouco trabalho garantiriam colheitas abundantes e chuvas fartas para irrigar as plantações; cita laconicamente que era terra “rica de ouro e de toda sorte de animais”. Segundo ele, para torná-la uma terra rica e produtiva seria necessário contar com “homens diligentes e industriosos”, esclarecendo que muitos dos colonos voluntários - como ele - desejavam partir para a Flórida pela promessa de que “o homem lá encontrava grande prazer e singular deleite”<sup>58</sup>. Em grande medida a perspectiva de uma vida boa, tranquila, também está presente aqui; no entanto, essa expectativa estava centrada na fruição laboriosa e honesta das oportunidades materiais oferecidas pela terra, enquanto o discurso de “melhor servir a Deus” se preocupava mais com os horizontes de abundância moral que o Novo Mundo lhes abriria.

Por outro lado, Le Challeux censurava os poucos colonos que tinham “um avaro desejo de enriquecer nessa viagem, por causa do ouro”. Não apenas o carpinteiro mencionava o suposto ouro da Flórida de modo muito sumário como também criticava os colonos gananciosos que partiam em busca do vil metal. Vale cotejar esse ponto de vista às opiniões dos genebrinos Léry e Crespin. Assim como Le Challeux, Léry defende a frugalidade, manifestando apoio à ideia de Villegagnon de extirpar o uso de vestuário luxuoso na colônia. Contrapondo atitudes de europeus e ameríndios, o autor

---

<sup>55</sup> “assemblés en un corps” (BÈZE, Op. cit., T. II, p. 548).

<sup>56</sup> “Ce peuple étrange/ À la piété ne se range”.

<sup>57</sup> Cf. TAVARES, Entre Genebra..., Op. cit., pp. 129-135.

também valorizava o uso da terra como fonte de alimento em detrimento de seu valor patrimonial e criticava a voluptuosa acumulação de riquezas buscadas pelos homens do Velho Mundo. Já Crespín, apesar das convergências religiosas, afastava-se de Léry em suas posturas econômicas, mostrando-se indiferente à busca por minas de ouro e prata empreendida por Villegagnon; da mesma forma, o trabalho escravo não escandalizava Crespín, ao contrário de seu correligionário<sup>59</sup>. Já o capitão Laudonnière por certo mereceria as censuras de Léry e Le Challeux. Desde a segunda página de seu relato se mostrava preocupado com as possibilidades de encontrar metais preciosos na Flórida. O tema seria verdadeira obsessão de Laudonnière ao longo de seu período à frente da colônia, fomentando em boa parte suas desastrosas relações com os chefes indígenas, como discutiremos melhor no Capítulo 4<sup>60</sup>.

Desse modo, os quatro autores huguenotes mostravam-se em campos opostos de opinião quanto ao tema; não obstante seu pertencimento à comunidade de Genebra, Léry estava mais perto de Le Challeux que de Crespín quanto a esse assunto em particular. Já Laudonnière tomava e defendia atitudes que não agradariam Le Challeux e Léry, mas provavelmente não incomodariam Crespín. Parece que estamos diante de duas concepções econômicas distintas, uma “economia do trabalho” em oposição a uma “economia da riqueza”, atribuindo valores morais diferentes às atividades produtivas.

Outro tema que ganhou grande relevância nos escritos huguenotes sobre o Novo Mundo ao longo das guerras de religião era o problema do estabelecimento de um refúgio na América; quanto mais acirrados se tornavam os conflitos na França, mais essa ideia ganhava espaço. No caso específico da França Antártica percebemos que essa noção estava presente de modo sutil ou secundário nas fontes contemporâneas à colônia, ganhando maior atenção por parte de Jean de Léry, que escrevia após os trágicos massacres de São Bartolomeu. Não é possível encontrar menções a essa questão nos discursos sobre a Flórida<sup>61</sup>.

---

<sup>58</sup> “riche d’or et de toute sorte d’animaux”; “hommes diligents et industrieux”; “l’homme ne trouvât là grand plaisir et singulière délectation” (LE CHALLEUX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 458).

<sup>59</sup> “un avare désir de se faire riches en ce voyage, à cause de l’or” (Cf. LÉRY, Op. cit., pp. 162, 443, 310-313; CRESPIÑ, In: GAFFAREL, *Histoire du Brésil...*, Op. cit., p. 463; TAVARES, *Entre Genebra...*, Op. cit., pp. 204-208).

<sup>60</sup> LAUDONNIÈRE, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 350.

<sup>61</sup> Cf. TAVARES, *Entre Genebra...*, pp. 137-149; TAVARES, *Da Guanabara...*, Op. cit., pp. 126-136.

A noção de refúgio basicamente propunha uma finalidade para a colonização a partir do contexto das guerras de religião, concebendo a colônia como um espaço a serviço da comunidade reformada francesa, onde poderiam praticar livremente seu culto sem conflitos com os católicos intransigentes, tornando possível “melhor servir a Deus”. Ao contrário dessa ideia de serviço a Deus e à coletividade huguenote mobilizada em torno da França Antártica, os escritos sobre a Flórida articulam um discurso profundamente ancorado nos ideais nobiliárquicos e nos valores da monarquia, onde a colônia se define basicamente como um espaço de serviço ao rei e à coroa. Curiosamente, ambos os grupos se apropriam da figura de Coligny como patrono dessas duas categorias de objetivos. Diz Laudonnière:

O almirante de Chatillon, *senhor mais desejoso do bem público que de seu próprio*, tendo conhecido a vontade do rei seu príncipe, que era de fazer reconhecer as terras novas, fez equipar em toda diligência navios próprios para isso, e reunir gente digna de tal empresa: entre os quais ele escolheu o capitão Jean Ribault, *homme verdadeiramente experimentado nas lides marítimas*, o qual tendo recebido seu comando se pôs no mar em 1562, em 18 de fevereiro, acompanhado somente de duas *roberges* do rei: *mas tão bem guardadas de fidalgos, entre os quais eu estava, e de velhos soldados, que havia meios para se fazer alguma coisa memorável e notável para sempre*<sup>62</sup>.

Ao contrário do fidalgo “favorecendo quanto podia o partido da religião” apresentado por Bèze, Laudonnière descreve Coligny como um “senhor mais desejoso do bem público que de seu próprio”, ou seja, selecionando suas diferentes identidades como servidor de Deus e da Reforma ou do rei e da coroa de França. Obviamente não se trata de discutir quem seria o “verdadeiro Coligny”, mas de salientar que os huguenotes envolvidos em sua aventura colonial eram bastante seletivos quanto ao aspecto de sua personalidade que desejavam destacar em seus respectivos discursos sobre a colonização.

A imagem de Coligny empregada no discurso de autores huguenotes sobre a Flórida estava impregnada do *ethos* nobiliárquico da época, escorado em valores como honra, reputação, prestígio, distinção e fidelidade à coroa. No trecho acima temos bom exemplo disso; Laudonnière enfatizava que a colonização da Flórida seria “coisa memorável e notável para sempre”, realização digna de um fidalgo a serviço de seu rei. Da mesma forma, nas palavras de Laudonnière, a instalação de Charlesfort também era

“de grande importância para o serviço do rei e o auxílio da república francesa”. Em sua narrativa, toda ação desejável na colônia passa por esse crivo. Igualmente esclarecedor é o discurso que Laudonnière atribui a Ribault antes da fundação de Charlesfort. Essa arenga sintetiza admiravelmente esses pontos:

Eu creio que nenhum de vós ignora quanto nossa empresa é de grande consequência, e quanto também ela é agradável a nosso jovem rei: no entanto, meus amigos, desejando vossa honra e vosso bem, eu não quis deixar de vos fazer ouvir a todos a grandíssima felicidade que ser-lhes-ia, os quais como magnânimos e de virtuosa coragem quiserem experimentar em nossa primeira descoberta os bens e comodidades desta nova terra: o que será, como tenho certeza, a maior oportunidade que poder-lhes-á jamais advir de chegar ao título e grau de honra. E por esta causa eu bem quis vos propor diante dos olhos a memória eterna que a bom e justo título merecem aqueles que esquecendo seus pais e sua pátria, ousaram empreender coisa de tal importância [...] Quantos exemplos memoráveis devem incitar-vos a permanecer, visto que por isso vós sereis notórios para sempre, como aqueles que primeiro terão habitado essa terra estrangeira. Suplico então a vós todos de decidir e declarar-me livremente vossas vontades, protestando tão bem imprimir vossos nomes nas orelhas do rei, e dos príncipes, que vosso renome reluzirá inextinguível no futuro pelo melhor de nossa França<sup>63</sup>.

Nesse pequeno trecho encontramos valores centrais à nobreza francesa da época. Em primeiro lugar, Ribault - ou melhor, Laudonnière empregando Ribault como porta voz - enfatizava o serviço à monarquia, lembrando que a empreitada seria “agradável a nosso jovem rei”. Também a reputação é mencionada, sugerindo que os voluntários seriam “notórios para sempre” e que seu renome “reluzirá inextinguível no futuro”. Igualmente importante seria a distinção, os que aceitassem o convite se destacariam dos demais como “aqueles que primeiro terão habitado essa terra estrangeira”. Por fim, lhes apresentava a perspectiva de prestígio, de “chegar ao título e grau de honra”, e de régias recompensas, a partir da promessa de Ribault de “bem imprimir vossos nomes nas orelhas do rei e dos príncipes”.

Nas palavras atribuídas por Laudonnière ao capitão Ribault, a colonização é interpretada como articulação de valores nobiliárquicos, ganhando significado e interesse pelas oportunidades de exercício das virtudes aristocráticas que lhes facultaria.

---

<sup>62</sup> LAUDONNIÈRE, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 354.

<sup>63</sup> Idem, pp. 363-364.

Embora tão huguenote quanto os genebrinos da França Antártica, Ribault queria homens “magnânimos e de virtuosa coragem” que servissem a seu rei com fidalguia, não humildes servos de Deus que vivessem de acordo com a disciplina eclesiástica.

Desse modo, percebemos que o simples pertencimento à Reforma parece ser um critério bastante superficial para se interpretar a atuação de Coligny como almirante de França. Certamente era uma de suas facetas, mas não a única. Aprofundando essa reflexão, vale observar que Calvino e a comunidade de Genebra não eram interlocutores privilegiados para Coligny entre os meios huguenotes, no que se refere a sua atuação como almirante. Mais uma vez a correspondência de Calvino se mostra esclarecedora.

Como já analisamos em outro estudo, no início de 1558 o pastor Guillaume Chartier se encontrava de volta à França com o objetivo de buscar esclarecimentos sobre o problema da Eucaristia e voltar à Guanabara com as respostas. Em Paris manteve contato com dois ministros, Farello e Macarius, que enviaram cartas a Calvino discutindo a situação. Pelos textos – redigidos em latim - percebe-se que Calvino estava nitidamente irritado pela incapacidade de Chartier e Richer de contornar a situação com conhecimento teológico firme, desconfiando mesmo que *Charterius Antarcticus* agisse de má fé, pois não recebera qualquer correspondência da parte de Villegagnon. Macarius interviria em favor do ministro, esclarecendo ainda que Bois-le-Comte, sobrinho do cavaleiro de Malta, estava usando de sua influência em Paris para prejudicar a parte huguenote.

O que mais nos interessa, no entanto, é que Macarius tentara denunciar a situação a *Admiralis* Coligny através de *Architriclinius*<sup>64</sup>. Mas quem seria esse misterioso personagem? O termo latino *Architriclinius* significa “escanção” – o responsável pela gestão dos estoques palacianos de vinho<sup>65</sup>. Na época o *Grand échanson de France* era um dos oficiais responsáveis pelo serviço de mesa do rei, função então ocupada por Louis de Bueil, conde de Sancerre, figura de pequena expressão política, não obstante seu cargo prestigioso. Ao longo de sua vida Bueil entreteve relações discretas e ambíguas com a Reforma – até hoje não se sabe realmente se era um huguenote. Sua esposa vinha do clã La Trémoille, que teve grande envolvimento com o movimento huguenote.

---

<sup>64</sup> TAVARES, Da Guanabara..., Op. cit., pp. 187-188.

<sup>65</sup> A função parece simples, mas considerando-se o caráter itinerante da corte dos Valois devia requerer bastante habilidade logística para administrar adegas espalhadas por toda a França!

A situação nos interessa por dois motivos. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a relação entre Coligny e os genebrinos não era simples, mas indireta e descontínua, envolvendo circuitos complexos. Ainda mais significativa é sua necessidade de recorrer à intermediação de uma figura tão obscura nos quadros reformados quanto o conde de Sancerre. Por sinal, se Sancerre fosse realmente um adepto da Reforma, se enquadraria na situação de nicodemismo, tão censurada por Calvino; caso fosse apenas um simpatizante, a situação se torna ainda mais complicada: os genebrinos precisavam recorrer a alguém que não era huguenote para estabelecer contato com o almirante a respeito de um caso relacionado à colônia.

Esse episódio ilustra com clareza o quanto rotular a geopolítica de Coligny como “huguenote” pode nos conduzir a interpretações simplistas. Por sinal, a falta de menções à Flórida na correspondência entre Calvino e o almirante também não testemunha apenas o desinteresse do reformador pela nova colônia; o silêncio era mútuo, sugerindo que também Coligny não estava mais interessado em envolvê-los em sua política ultramarina. Essa atitude não parece muito estranhável, considerando-se a desastrosa participação genebrina na França Antártica, que não apenas contribuiu para a instabilidade da colônia, mas para o descrédito do empreendimento na França, devido aos amplos debates públicos e querelas animados pelos genebrinos através de libelos e panfletos<sup>66</sup>. Calvino e os seus eram bons interlocutores no que dizia ao panorama europeu, mas não para seus planos americanos.

Aliás, é necessário também evitar certos anacronismos e análises “*a posterioristas*”. Na década de 1550 Calvino já era uma personalidade influente nos meios reformados, mas não o líder incontestado que viria a se tornar através da consolidação do sistema presbítero-sinodal – ao qual Coligny só aderiu tardiamente, como já vimos. Em 1556, quando o almirante escreveu a Genebra pedindo o envio de colonos, Calvino era apenas um teólogo reformado entre outros. Por sinal, ele não era uma unanimidade sequer em Genebra, onde muitos o viam como um forasteiro que desejava tyrannizar a cidade, agindo como um papa. Na verdade, alguns grupos locais mostravam profunda hostilidade aos franceses que imigravam em números cada vez

---

<sup>66</sup> Segundo Geneviève Guilleminot, a polêmica em torno da França Antártica foi a primeira grande guerra panfletária registrada na França quinhentista, marcada por uma sequência de réplicas (GUILLEMINOT, Geneviève. *La polémique en 1561: les règles du jeu*. In: AULOTTE, Robert (org.). *Le pamphlet en France au XVIe siècle*. Paris: Centre National des Lettres, 1983, pp. 51-52.

maiores, ocasionando diversas querelas. Vale observar que 1555, ano de fundação da França Antártica, foi particularmente marcado por grande tensão entre essas facções<sup>67</sup>.

A mesma observação serve para Coligny; na época em questão, ele era um fidalgo relativamente jovem que conquistara algum renome nas guerras italianas e chegara recentemente a um cargo de *grand officier* da coroa, não o grande líder huguenote cuja morte motivaria um dos mais sangrentos episódios da história francesa. Rotular suas iniciativas coloniais da década de 1550 como uma “geopolítica huguenote” com base em seu proeminente papel *posterior* na Reforma francesa pode conduzir a uma interpretação bastante questionável. Por sinal, a relação entre Coligny e Genebra não pode ser exagerada no que diz respeito à França Antártica. O principal contato genebrino de Coligny era o sr. Du Pont, Philippe de Corguilleray, fidalgo francês radicado em Genebra. Du Pont era vizinho de Coligny em Chatillon-sur-Loing, e os dois eram amigos de longa data. O fidalgo ficou encarregado de liderar e conduzir a comitiva genebrina à Guanabara. Vale observar que não há registro documental do convite do almirante a Genebra, sendo lícito imaginar que se dirigia mais ao amigo Du Pont que ao então pouco expressivo Calvino.

Parece-nos que a ascensão de Coligny como líder huguenote e sua ação naval se relacionam enquanto processos concomitantes e complementares, e não através de uma relação causal simples e direta. Vejamos, por exemplo, o primeiro grande momento de sua militância pela causa reformada, suas diligências na Normandia em 1560. Como vimos antes, nesse ano a região passava por sérios tumultos provocados pelo confronto entre católicos intransigentes e huguenotes e também por atritos “internos” entre diversas facções reformadas. Além disso, foi um ano tenso, marcado pela conjuração de Amboise, que finalmente despertara os católicos sobre a seriedade dos avanços da Reforma na França. Nessa conjuntura problemática a rainha mãe Catarina de Médici encarregou Coligny de conduzir diligências na Normandia, usando de sua autoridade como almirante de França, de modo a apurar “quais podiam ser as

---

<sup>67</sup> Cf. SZCZECH, Nathalie. *Fabrique et usages de l'image de Genève dans les écrits de Calvin*. In: LIECHTENHAN, Francine-Dominique (org.). *Histoire, écologie et anthropologie. Trois générations face à l'oeuvre d'Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: PUPS, 2011, pp. 133-154.

verdadeiras causas dessas emoções” e depois lhe escrevesse comunicando “franca e vivamente toda a verdade”<sup>68</sup>.

Depois de meses circulando pelas cidades da região e consultando as congregações normandas, Coligny apresentaria suas conclusões em 21 de agosto de 1560, diante da assembleia especial convocada em Fontainebleau por Francisco II para discutir os problemas religiosos da França, onde estavam presentes os principais notáveis do reino. Para surpresa de todos, o almirante trazia uma *requête* redigida pelos huguenotes normandos, onde solicitavam o direito à liberdade de culto, buscando demonstrar ao rei que sua posição se baseava nas escrituras e na Igreja Primitiva, pois pensara que agradaria ao rei apresentando-lhe o texto, “afim de que ele deliberasse com seu conselho em tão notável assembleia, que provisão poderia ser dada para por o reino em repouso”. Segundo Bèze, o rei teria considerado que a única motivação de Coligny era “o zelo por seu serviço”; o resto da assembleia reagiria de maneiras variadas à leitura:

Lida essa solicitação, a companhia ficou admirada, maravilhando-se com a ousadia do almirante, considerando os perigos onde ele se metia. Em suma, alguns o louvaram de ter oferecido a seu rei esse leal serviço em tempo tão necessário. Outros o culpavam de ter feito uma tal abertura, e ter tomado nas mãos a causa daqueles que desejavam ver exterminados, sem nenhuma forma ou aparência de processo, como sendo os mais detestáveis do mundo<sup>69</sup>.

A surpresa parece exagerada, mas devemos levar em conta que Coligny se voluntariara a levar à assembleia um documento escrito pelos próprios reformados, fazendo com que sua voz fosse ouvida e, principalmente, afirmando tacitamente que sua opinião deveria ser tomada em consideração durante a reunião, como uma solicitação legítima de súditos de Francisco II, não como uma afronta de hereges. Mas durante a assembleia o almirante tomaria atitude ainda mais ousada, apresentando seu parecer sobre a situação do reino de modo inequívoco. No dia 24 de agosto, três dias após a polêmica leitura, o almirante sustentou abertamente que todos os protestantes respondendo a processo deveriam ser libertados imediatamente e que os reformados pudessem ter seus templos até a decisão de um “santo e livre concílio”, geral ou nacional, de modo a preservar o repouso público – postura que avançava

---

<sup>68</sup> “quelles pouvaient être les vraies causes de ces émotions”; “franchement et rondement toute la vérité” (BÈZE, Op. cit., T. I, p. 312).

consideravelmente no rumo da tolerância política, que dois anos depois a coroa adotaria oficialmente. Naquele momento, no entanto, o almirante era o primeiro a se expor publicamente defendendo essa opinião no âmbito de uma importante assembleia oficial com real poder deliberativo<sup>70</sup>.

Obviamente a intervenção de Coligny em Fontainebleau encontrou grande repercussão e aprovação entre os huguenotes do reino – ousamos imaginar que em todo o espectro da Reforma francesa. Não à toa, como sinaliza Le Roy Ladurie, esse foi um período crucial da ascensão de Coligny à posição de liderança entre os reformados franceses, que passavam a reconhecê-lo como um esteio importante de sua causa – embora nesse momento sua conversão ainda não fosse fato público e notório. Sua brilhante atuação militar na primeira guerra de religião, a partir de 1562, consolidaria essa situação de proeminência<sup>71</sup>.

Nesse sentido, é importante lembrar que o diálogo de Coligny com os reformados normandos que conduziu a essa decisão derivava de seu cargo. Era na condição de almirante de França que Coligny levava a *requête* à assembleia de Fontainebleau; mais ainda, era na condição de almirante que assumira com os huguenotes da Normandia - muitos deles armadores, comerciantes, capitães, homens do Atlântico, enfim – o compromisso de fazer-se representante de suas reivindicações junto à coroa. Também seria sua relação com as navegações que ajudaria a consolidar importante aliança naval com os “*gueux de mer*” dos Países Baixos.

Por outro lado, Coligny parece ter sempre preferido lidar com huguenotes em seus empreendimentos marítimos e coloniais. Não devemos esquecer que Laudonnière e Ribault eram protestantes e mesmo Villegagnon, na época da França Antártica, era um *moyenneur* com fortes vínculos nos meios reformados (embora depois tenha gravitado cada vez mais rumo ao catolicismo intransigente). Igualmente reformado era o experiente piloto Nicolas Barré, que participou ativamente da implementação de ambas colônias. Também é provável que seu prestígio nos meios huguenotes tenha ajudado a angariar adesões a seus projetos, desde apoio financeiro a participação pessoal, especialmente no que diz respeito à Flórida. Parece-nos razoável imaginar que entre as centenas de colonos que se apresentaram como voluntários para

---

<sup>69</sup> Idem, p. 315-317.

<sup>70</sup> Idem, p. 323.

<sup>71</sup> Cf. LADURIE, Op. cit., p. 289.

acompanhar Ribault ao Novo Mundo em 1565, muitos fossem motivados pela participação do almirante na iniciativa, confiantes em sua competência. Como lembra Le Roy Ladurie, Coligny mostrava-se um hábil estrategista em tempos difíceis, o que certamente era uma das chaves de sua carismática liderança, incitando muitos à cooperação<sup>72</sup>.

Em suma, quando assumiu o almirantado e mesmo ao planejar a empresa da França Antártica, Coligny ainda não era um adepto da Reforma. Por sinal, o significativo atlas de Le Testu onde se percebe a largos traços sua política ultramarina também data desse período em que era apenas simpatizante do movimento. Mesmo após sua conversão, em 1557, não assumiu publicamente a nova fé de modo imediato. Enquanto almirante, prontificou-se a representar as reivindicações dos huguenotes normandos em 1560, mas sua adesão à constituição das igrejas estabelecida pelo sínodo nacional só aconteceria em 1561, quando já estavam em andamento os preparativos para a primeira expedição de Jean Ribault à Flórida. Essa breve organização diacrônica parece indicar com clareza que sua dupla carreira de almirante e líder reformado não seguiu uma trajetória de causalidade linear. Pelo contrário, foi marcada pelo constante realinhamento de suas prioridades e pela frequente revisão de seus compromissos sociais, políticos e religiosos, negociando e renegociando suas posturas com inúmeros segmentos da sociedade francesa, desde os *moyenneurs* à coroa, passando pelas variadas facções reformadas, de cuja unificação foi em grande medida o artífice.

A essa altura, cabe um questionamento interessante: de que modo os católicos percebiam essa diversidade huguenote nos empreendimentos marítimos e de que modo procediam em relação a ela?

Como se sabe, o cosmógrafo católico e ex-franciscano André Thevet foi um dos mais encarniçados adversários dos genebrinos da França Antártica, ainda que sequer tenha tido contato direto com eles: Thevet partiu da colônia no início de 1556, enquanto a comitiva de Genebra chegaria apenas no ano seguinte. Seu pior rival foi o ministro reformado e ex-sapateiro Jean de Léry. Em 1575 Thevet publicara sua *Cosmographie universelle*, onde culpava os huguenotes de Genebra, especialmente os pastores Richer e Chartier, pela perda da colônia; em 1578 Léry reagiu através de sua *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil*, onde rebatia as acusações do cosmógrafo, cuja réplica

---

<sup>72</sup> Idem, p. 301.

não veio a público, tendo falecido sem conseguir publicar seu manuscrito *Histoire de deux voyages faicts aux Indes Occidentales*<sup>73</sup>.

No entanto, a hostilidade de Thevet aos reformados não pode ser tomada de modo absoluto, necessitando ser nuançada através de algumas observações. Como já mencionamos, Nicolas Barré era o principal piloto a serviço de Villegagnon e declaradamente seguidor da Reforma. No entanto, durante a troca de farpas entre o pastor e o cosmógrafo, Barré não apenas escapou ileso, mas teve sua trágica morte na Flórida lamentada por Thevet.

Percebemos então que a ofensiva de Thevet não se voltava a todos os huguenotes, nem mesmo se generalizava a toda a atuação colonial de Coligny. Sua rivalidade era apenas contra os huguenotes de Genebra, o que evidencia que mesmo um católico intransigente como Thevet diferenciava os diversos grupos reformados envolvidos nas navegações e, mais importante, adotava atitudes e posicionamentos diversificados em relação a eles. Mas o que os tornava diferenciáveis?

No caso de Barré, parece bastante claro que o piloto mantinha uma postura muito menos confessionalizada em suas perspectivas políticas sobre o ultramar. Na sua curta obra impressa sobre a França Antártica não há qualquer indício de concepção religiosa da ação colonial, ao contrário do que se passava com os genebrinos. Da mesma forma, quando rebentaram na França os debates entre Villegagnon e os huguenotes, Barré permaneceu em silêncio, sem tomar o partido de nenhum dos lados em litígio. Por sinal, como sua trajetória posterior demonstra, manteve-se sempre próximo ao almirante de França, o que talvez mostre justamente que para Coligny a querela entre Villegagnon e os genebrinos não fosse mais que um contratempo prático a seus objetivos; mais ainda, o verdadeiro incômodo aos projetos ultramarinos do almirante talvez não fosse a ação do cavaleiro de Malta na colônia, mas a estrepitosa campanha difamatória conduzida a partir de Genebra.

Igualmente sugestiva é a postura de Thevet quanto a Guillaume Le Testu, cuja violenta morte também lamentava. Como já vimos, Le Testu era também huguenote e contribuíra ativamente na França Antártica, participando de boa parte das viagens que asseguravam a ligação entre a colônia e a metrópole. As observações a

---

<sup>73</sup> Sobre a rivalidade entre Léry e Thevet tomo mais uma vez a liberdade de remeter os leitores a meus trabalhos prévios e aos já clássicos estudos de Frank Lestringant.

respeito de Barré se aplicam também a Le Testu: suas obras sobre o Novo Mundo não mostram uma postura religiosa exaltada ou exacerbada, e ele também não tomou parte da querela panfletária sobre a França Antártica no início da década de 1560. Deve-se destacar que em ambas situações Thevet elogia os pilotos huguenotes por sua maestria náutica. Como analisa Lestringant em seu já clássico *A oficina do cosmógrafo* e no recente *Sous la leçon des vents*, ao longo de seus escritos Thevet desenvolveu uma postura epistemológica sobre a ciência cosmográfica que valorizava enormemente o aprendizado prático, em oposição à atitude dos cosmógrafos de gabinete; o ex-franciscano enfatizava a necessidade de incorporar o saber prático dos pilotos à descrição do mundo. Assim sendo, nada menos surpreendente que, mesmo como católico intransigente, Thevet valorizasse o saber de Barré e Le Testu e se mantivesse indiferente à sua condição de huguenotes, uma vez que ambos não se mostravam particularmente ativos na militância reformada.

Ainda mais significativos que os elogios de André Thevet eram os vínculos que uniam Guillaume Le Testu e Philippe Strozzi, primo da rainha Catarina de Médici. Católico intransigente, Strozzi lutara nas três primeiras guerras de religião, inclusive combatendo pessoalmente contra tropas de Coligny na batalha de La Roche-L'Abeille<sup>74</sup>. Não obstante, era o financiador da expedição de pirataria conduzida por Le Testu ao Panamá em 1572, na qual encontrou a morte. Além de tudo, a empreitada era realizada em associação com o notório corsário inglês Francis Drake, também protestante. Para cúmulo da ironia, enquanto o huguenote Le Testu seguia rumo ao Novo Mundo numa expedição sob os auspícios de Strozzi, o florentino comandava forças navais contra os reformados sitiados em La Rochelle. Como se vê, as iniciativas navais no âmbito francês envolviam arranjos complexos, onde confissões religiosas nem sempre serviam como critério significativo, exclusivo ou prioritário para definir as atitudes de seus participantes; mas deixemos Strozzi para o próximo capítulo, do qual será um dos protagonistas<sup>75</sup>.

### III – O vingador

---

<sup>74</sup> Cf. JOUANNA, *Histoire...*, Op. cit., pp. 1317-1318.

<sup>75</sup> Cf. ANTHIAUME, *Op. cit.*, T. I, pp. 100-102.

Prosseguindo nossa discussão sobre a percepção católica da política naval de Coligny, o caso mais interessante a discutir é o do fidalgo gascão Dominique de Gourgues, oriundo da nobreza de espada e experimentado nos combates “desde sua juventude, tanto na França quanto na Escócia, Piemonte e Itália”. Sua família era da pequena nobreza de Guyenne, onde seu pai e irmão ocuparam cargos locais no serviço da coroa. Segundo o cronista Blaise de Monluc, ele era do “séquito de Strozzi”. Como explica Gaffarel, durante as guerras italianas Gourgues fora capturado pelos espanhóis como prisioneiro de guerra e condenado aos remos das galeras do Mediterrâneo. Sua embarcação seria capturada pelos turcos, apenas prolongando sua escravidão. Finalmente Gourgues e seus companheiros de cativo tiveram a sorte de ser resgatados por uma galera da Ordem de Malta. Mas Gaffarel conclui dramaticamente:

É sobre o banco da galera, sob o bastão dos capatazes, que de Gourgues contraiu contra os espanhóis um desses ódios inextinguíveis, que jamais se extinguem. Desde então ele lhes jurou ódio até a morte, e manteve escrupulosamente sua promessa<sup>76</sup>.

De volta à liberdade, integrou-se à clientela dos Guise, combatendo os huguenotes em inúmeras batalhas das guerras de religião. Como se vê, Gourgues era homem indiscutivelmente católico, próximo dos grupos mais intransigentes da França na época. Como conclui Gaffarel (com certo nacionalismo à oitocentista), “se de Gourgues pelejou por protestantes, é unicamente porque via neles, não correligionários, mas compatriotas injustamente massacrados”<sup>77</sup>.

*La reprise de la Floride par le Capitaine Gourgues*, o relato da expedição punitiva de Gourgues se inicia justamente pela indignação dos franceses, que aguardavam uma revanche coordenada pela coroa, “mas essa espera tendo-os frustrado pelo espaço de três anos, eles desejavam que se encontrasse algum particular que empreendesse um ato tão necessário para a honra e reputação da França”. Como observa o texto, era difícil encontrar alguém com os meios e vontade de “reparar essa calúnia. Todavia, o capitão Gourgues, fidalgo gascão, incitado pelo zelo que ele sempre teve ao serviço de seu rei, [...] fechando os olhos a todas essas dificuldades que ele bem previa, empreendeu de executar esta tão justa vingança, ou de morrer tentando”. Segundo a narrativa, tendo poucos recursos, vendeu seus bens e pediu empréstimos a amigos para

---

<sup>76</sup> Cf. GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., pp. 263-264.

<sup>77</sup> “si de Gourgues s’est battu pour des protestants, c’est uniquement parce qu’il voyait en eux non pas des coréligionnaires, mais des compatriotes injustement massacrés” (Idem, p. 265).

armar sua expedição. Como se vê, Gourgues era caracterizado como um fiel servidor dos interesses da coroa e do brio do povo francês, mesmo à custa de grande sacrifício pessoal; as convergências com o discurso de Laudonnière são evidentes, à medida que ambos articulam valores essenciais ao *ethos* aristocrático francês<sup>78</sup>.

Concluído o sangrento relato da tomada dos três fortes espanhóis na Flórida, o autor reproduz a largos traços a arenga de Gourgues imediatamente anterior ao enforcamento dos prisioneiros sobreviventes:

[...] o capitão Gourgues lhes mostrou a injúria que eles tinham feito ao rei, massacrando seus súditos, e roubando-lhe a terra que sua majestade tinha conquistado, e o forte que fora construído: e que eles deviam ter pensado que uma traição tão covarde e uma crueldade tão detestável exercida contra um rei tão poderoso e contra uma nação tão generosa, não permaneceria impune, que ele, que era um dos menores fidalgos que o rei tinha em seu reino tinha empreendido a vingança a suas próprias custas e despesas<sup>79</sup>.

Declarava aos condenados que como a coroa espanhola se recusara a puni-los adequadamente, ele tomava para si essa tarefa “afim de que por vosso exemplo os outros aprendam a guardar a paz e aliança que tão maldosa e infelizmente violastes”<sup>80</sup>.

Ainda segundo o texto, antes do enforcamento teria ordenado que se pusesse ao pé da forca uma placa com os dizeres: “Não faço isso como a espanhóis, nem como a marranos, mas como a traidores, ladrões e assassinos”, em resposta à placa supostamente usada por Menéndez de Avilés em 1565: “Não faço isso como a franceses, mas como a luteranos”<sup>81</sup>. Como observa Lestringant, a autenticidade desse episódio dos cartazes era duvidosa; não obstante, cremos que o texto mobilizava valores significativos para o autor e seus leitores<sup>82</sup>. Já tivemos oportunidade de discutir esse episódio em outro trabalho: “As identidades flutuavam sobre dois eixos concorrentes, o da nação e o da religião. Sob esse duplo aspecto, o ‘outro’ ameaçador pode tanto ser o estrangeiro

---

<sup>78</sup> LA REPRISE..., In: GAFFAREL, Histoire de la Floride..., Op. cit., pp. 485-487.

<sup>79</sup> Idem, p. 510.

<sup>80</sup> “affin que par votre exemple les autres apprennent à garder la paix et alliance que si méchamment et malheureusement vous avez violé”.

<sup>81</sup> “Je ne fais ceci comme à Espagnols, ni comme à marannes, mais comme à traitres, voleurs et meurtriers”; “Je ne fais ceci comme à français, mais non comme à Luthériens” (Idem, Loc. Cit).

<sup>82</sup> LESTRINGANT, *Le huguenot...*, Op. cit., p. 62.

quanto o ‘infiel’, e, sob essa mesma ótica complexa, o aliado pode ser tanto o compatriota quanto o correligionário”<sup>83</sup>.

Parece-nos importante retificar essa análise, excessivamente pautada no conceito de nação – com certo anacronismo, confessamos. De fato, o episódio parece mais complexo, articulando não dois, mas três critérios para compreensão das rivalidades no Novo Mundo e sua percepção na França quinhentista. Por um lado, a monarquia (*français* contra *espagnols*); por outro, a religião (*luthériens* contra *marannes* – com bastante sarcasmo, o autor lembrava as próprias linhas de clivagem da cristandade ibérica e seus surdos conflitos entre cristãos velhos e novos); por fim, a moral, particularmente aristocrática: os espanhóis mereciam seu triste destino por razões além das identidades monárquicas ou religiosas, por serem simplesmente “traidores, ladrões e assassinos”, justamente porque haviam atacado a colônia francesa de modo ilegítimo, sem prévia declaração de hostilidade, transformando sua vitória militar em reles crime. Desrespeitando as rígidas regras do combate aristocrático, os espanhóis não eram heróis de guerra, mas traiçoeiros e vis ladrões e assassinos, incapazes de cumprir os ritos que consagravam a violência.

Nesse sentido, apesar da aparente contradição, as justificativas apresentadas pelo relato eram extremamente coerentes quanto aos valores nobiliárquicos que estruturavam a narrativa, levando a compreender um pouco melhor as complexas motivações de um fidalgo quinhentista e a superar o estranhamento de ver um católico intransigente, cliente dos Guises, empreendendo tamanhos esforços para vingar um massacre de huguenotes no Novo Mundo. Como vemos, a perspectiva católica pode ser bastante esclarecedora sobre a complexa dinâmica das iniciativas de Coligny e sua percepção no quadro da monarquia francesa coetânea. Por sinal, cabe aqui indagar de que modo a coroa francesa se posicionou em relação à geopolítica do almirante de França?

Particularmente esclarecedora seria a correspondência diplomática trocada entre o rei Carlos IX, a rainha mãe Catarina de Médici e o barão de Fourquevaux, embaixador francês junto à corte espanhola, encarregado das negociações diplomáticas relativas à Flórida. Segundo Jouanna, Fourquevaux era “autor de memórias e de relatórios notáveis por sua lucidez e precisão”; a documentação sobre a Flórida

---

<sup>83</sup> TAVARES, *Entre Genebra...*, Op. cit., p. 146.

confirma essa avaliação<sup>84</sup>. Trata-se de fontes preciosas, pois no correr das negociações podemos perceber as concepções da coroa sobre o Novo Mundo e o Atlântico se delineando com impressionante clareza.

Ao longo dos anos as negociações em torno da Flórida passaram por várias metamorfoses. Uma primeira etapa desse processo se situa antes do ataque de Menéndez de Aviléz à colônia francesa, assim que os espanhóis nas Antilhas e na Nova Espanha se deram conta de que tinham novos vizinhos.

Em 3 de novembro de 1565 Fourquevaux escrevia de Madri a Catarina de Médici, relatando que a rainha de Espanha Élisabeth de Valois, irmã de Carlos IX e esposa de Felipe II lhe informara que o monarca Habsburgo “não quer tolerar que os franceses se instalem tão perto de suas conquistas, mesmo porque as frotas indo e vindo da Nova Espanha são obrigadas a passar diante de lá”. O embaixador já advertia à rainha mãe que deveriam se preparar para um longo processo diplomático, mas que as embarcações francesas no Novo Mundo deveriam tomar precauções maiores a partir de então, sugerindo que a coroa não deveria “assumir nem renegar vossos súditos que lá estão, ou irão para lá”. Dois dias depois Fourquevaux informava a Carlos IX rumores de que a expedição de “Melendez” tinha chegado às Antilhas, conjecturando se a mesma destinava-se às instalações francesas na Flórida ou simplesmente à Espanhola<sup>85</sup>.

Ainda no dia 5 de novembro o embaixador escrevia novamente à rainha mãe sobre outro encontro com Élisabeth de Valois, onde ter-lhe-ia dito

...que seria bom, por muitas considerações que a navegação no dito país e outros lugares onde sua majestade católica não tem sua gente, fosse livre a vossos súditos, afim de que aqueles que são tão inclinados e dados às armas, que não podem viver nem deixar que os outros vivam em repouso, fossem passar sua cólera ao dito país, longe daqueles que desejam a tranquilidade de vosso reino<sup>86</sup>.

Como se percebe, a argumentação do embaixador reforçava a noção de que o Novo Mundo era grande o suficiente para todos. Mais ainda, propunha que o Novo Mundo fosse usado pela monarquia francesa como um espaço de escape para as tensões do reino. Nessa ocasião sugeria que o mesmo discurso fosse mantido por Catarina de

---

<sup>84</sup> “auteur de mémoires et de rapports remarquables par leur lucidité et leur précision” (JOUANNA, *Histoire...*, Op. cit., p. 927).

<sup>85</sup> FOURQUEVAULX, In: GAFFAREL, Op. cit., p. 411.

Médici e por Carlos IX em relação a D. Francez de Alava, representante diplomático de Felipe II que partira para a França. Já estavam aí presentes dois argumentos que desenvolver-se-iam amplamente durante as negociações: a noção de *mare liberum* e uma versão muito peculiar do ideal de refúgio na América.

Em entrevista com Alava, Carlos IX reforçaria o princípio de *mare liberum*: “eu não vejo grande adequação em querer frustrar-me de uma coisa onde meus súditos plantaram minhas armas há tanto tempo, e possuído sem nenhum impedimento”<sup>87</sup>. Em nota enviada diretamente a Felipe II, o monarca francês ressaltava que não seria racional que rei Habsburgo quisesse “impedir, limitar e coagir aos súditos de sua majestade a liberdade de navegação para que eles não pudessem ir navegar e se acomodar em outros lugares, mesmo naquele que foi descoberto há mais de cem anos por seus súditos [...], chamada terra e costa dos bretões”<sup>88</sup>. Essa nota de Carlos IX deixa claríssimo que o que estava em jogo não era apenas a instalação do Forte Caroline, mas a concepção de uma Nova França extensa, ao longo de todo o litoral da América do Norte. O texto do monarca mobilizava justamente a concepção geopolítica francesa longamente elaborada que temos discutido desde o Capítulo 1, apropriando-se das lendas correntes que datavam a pesca do bacalhau na Terra Nova de meados do século XV.

Em encontro com o duque de Alba, Fourquevaux desenvolveria o argumento com sofisticação ainda maior, dizendo ao espanhol que vira

[...] por cartas marítimas muito antigas, que a costa onde se diz que a Flórida se situa, e se chamava costa dos bretões, e era grandemente distante das ilhas da Espanhola, Cuba e outras da Nova Espanha. Se modo que sua navegação não poderia ser impedida pelos franceses, os quais lá não foram por vosso [de Carlos IX] comando, nem para atentar ou despossuí-los, mas como pretendendo ir a sua própria conquista e a uma navegação livre e costumeira a eles desde sempre [...]<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Idem, p. 412.

<sup>87</sup> “je ne vois pas grand propos de me vouloir frustrer d’une chose où mes sujets ont passé à si long temps planté mes armes, et possédée sans aucun empêchement” (Carlos IX a Fourquevaux, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 412).

<sup>88</sup> “empêcher, brider et coarcter aux sujets de Sa Majesté la liberté de la navigation qu’ils ne puissent aller naviguer et s’accomoder ès autres lieux, même en celui qui a été découvert passé cent ans par ses sujets [...], appelée la terre et côte aux Bretons” (Carlos IX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, p. 413).

<sup>89</sup> Fourquevaux a Carlos IX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 414.

Desse modo, Fourquevaux usava a cartografia como evidência documental para afirmar que os franceses frequentavam a região desde tempos recuados – de fato, como observa Anthiaume, uma das características mais significativas da cartografia normanda era a representação bem desenvolvida da América do Norte, quando comparada a outras produções cartográficas europeias. Nesse caso, a qualidade superior das cartas francesas da América setentrional era a própria evidência do pioneirismo francês na navegação da região, o que lhes permitia representá-la de modo mais aprimorado.

Em outra ocasião Fourquevaux retornaria ao argumento, com nova abordagem: em entrevista com Élisabeth de Valois, a rainha teria tratado os colonos franceses como “usurpadores da Flórida”, ao que o embaixador retorquiu questionando a legitimidade da posse hispânica. Fourquevaux empreendia manobra de redescrição paradiastólica, virando do avesso o discurso espanhol – escorado em suas pretensões sobre o Novo Mundo, Felipe II tratava os franceses como usurpadores, mas Fourquevaux respondia na mesma moeda: segundo sua argumentação, os franceses tinham precedência no litoral setentrional do Novo Mundo por seu pioneirismo, e assim os verdadeiros usurpadores seriam os espanhóis que viessem a atacar o Forte Caroline<sup>90</sup>! Aliás, não é sem certa ironia que Alba diria a Fourquevaux que para a expedição de Menéndez de Avilés haviam sido contratados um piloto e alguns marujos bretões para guiá-los na Flórida, involuntariamente admitindo o argumento de precedência francesa na navegação da região<sup>91</sup>!

Outro problema importante diz respeito à confessionalização do conflito pela Flórida. Em dezembro de 1565 Fourquevaux relatava ao rei uma entrevista com o duque de Alba, onde este não apenas caracterizava a colônia como usurpação, mas insinuava ainda que os espanhóis sabiam “por quem e como lá enviaram ministros com suas mulheres e crianças”. Enquanto os discursos de Ribault e Laudonnière silenciavam a identidade religiosa dos colonos, Alba fazia questão de confessionalizar a questão, manobra que nada tinha de gratuito, planejada como forma de legitimar sua iniciativa militar em andamento contra o Forte Caroline. Ironicamente, os protestantes franceses

---

<sup>90</sup> Fourquevaux a Catarina de Médici, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 415.

<sup>91</sup> “usurpateurs de la Floride” (Fourquevaux a Carlos IX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 417).

apropriar-se-iam disso mais tarde, transformando os argumentos diplomáticos da Espanha num libelo anti-ibérico, como veremos<sup>92</sup>.

Outra questão essencial ao debate da Flórida era o respeito ao tratado de paz de Cateau-Cambrésis, assinado entre as duas coroas em 1559 – apenas três anos antes da primeira instalação da colônia. Ainda em sua primeira entrevista com Alava, Carlos IX buscara assegurar ao embaixador espanhol que permaneceria fiel ao tratado, afirmando que castigaria qualquer de seus súditos que fizesse “coisa contra o dever de nossa amizade e que se pusesse a empreender contra o teor dos tratados que temos”<sup>93</sup>. Numa hábil manobra, o monarca tentava tirar a questão dos ataques a navios espanhóis nas Antilhas da esfera diplomática, garantindo que iria tratá-la como um problema interno da monarquia francesa. A julgar por essa correspondência diplomática, os espanhóis não estavam preocupados com a Flórida propriamente dita, mas com suas rotas marítimas nas Antilhas.

Com grande argúcia, Fourquevaux utilizava a questão da paz de Cateau-Cambrésis ainda mais habilmente, sugerindo que a presença francesa na Flórida seria vantajosa para os espanhóis:

[...] e quando os navios da Espanha fossem obrigados a para diante da Flórida eles poderiam ter segurança de lá receber todo favor e comodidade; sendo crível, já que vossos dois tão grandes reinos contíguos vivem pacificamente e como bons vizinhos, que também farão vossos súditos além-mar, e serão mais poderosos contra os índios ou outros que desejarão empreender para molestá-los. O mais importante é nossos reis sejam sempre bons irmãos, e amigos, como o são, pois seus súditos se-lo-ão igualmente<sup>94</sup>.

Fourquevaux tomava assim o convívio pacífico (recente, é bem verdade) das duas potências no continente europeu como modelo de convivência no continente americano; no limite, parece ser uma atitude pioneira em termos de Direito Internacional, à medida em que expandia ao espaço americano as regras de convivência internacional vigentes na Europa. Além disso, sugeria que desse modo os europeus poderiam cooperar na defesa contra os índios, o que também parece não ter precedentes

---

<sup>92</sup>“par qui et comment l'on y a envoyé des ministres avec leurs femmes et enfans” (Fourquevaux, p. 414).

<sup>93</sup>“chose contre le devoir de notre amitié ne qui s'avance d'entreprendre contre la teneur des traités que nous avons ensemble” (Carlos XI, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 412).

<sup>94</sup>Fourquevaux, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 414.

– embora tal sugestão fosse de encontro à noção tão cara aos franceses de que suas atitudes para com os nativos os diferenciavam dos ibéricos...

Mas o astuto embaixador se propunha a usar o texto do tratado como testemunho do direito francês à região: "Quanto ao que ele disse, que não se havia falado da Flórida no tratado de paz, foi erro apenas dele, e isto é evidência de que eles ainda não iam lá nesse tempo"<sup>95</sup>. Com uma cartada de mestre, afirmava que a exclusão da Flórida do tratado de Cateau-Cambrésis, indicava que em 1559 os espanhóis não tinham posse da região, ou seja, o acordo tornava ilegítimas as reivindicações de Felipe II sobre o território em litígio. Segundo Fourquevaulx, Alba retorquiu simplesmente que a causa francesa já estaria perdida devido aos grandes contingentes comandados por Menéndez de Avilés – e estava de fato, pois dois meses antes, em outubro, o *adelantado* e seus homens haviam cumprido a sangrenta missão... Em 4 de fevereiro de 1566 a notícia da derrota francesa na Flórida chegava ao Velho Mundo com quatro meses de atraso, inaugurando nova fase das negociações<sup>96</sup>.

Até esse momento a coroa francesa esperava que os reforços de Ribault chegassem à Flórida a tempo, garantindo a sobrevivência da colônia a curto prazo, enquanto as negociações diplomáticas buscariam, em caso de sucesso, o reconhecimento hispânico de sua colônia. Depois da vitória, os espanhóis passariam a pressionar a coroa francesa por uma admissão de que não apoiavam a colônia, certamente buscando estabelecer um precedente para exigir um compromisso francês de não empreenderem outras tentativas de colonização na América.

Ao longo de todo o processo a coroa francesa adotaria uma postura curiosa: por um lado, não assumiam responsabilidade direta pela colônia, o que poderia comprometer a paz de Cateau-Cambrésis, especialmente numa conjuntura em que a guerra civil debilitava o reino; por outro, Carlos IX adotou a postura de que estava defendendo os justos interesses de seus súditos de navegar e colonizar livremente, apresentando a colônia como iniciativa particular, mas legítima e digna da proteção da coroa.

---

<sup>95</sup> "Quant à ce qu'il dit n'avoir été parlé de la Floride au traité de paix, ce ne fut que leur faute, et cela est signe qu'ils n'y alloient point encore en ce temps" (Idem, Loc. cit.).

<sup>96</sup> Fourquevaulx a Carlos IX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 417.

Com a derrota, o *enjeu* passava a ser outro: os espanhóis buscavam ampliar seus ganhos diplomáticos, enquanto os franceses procuravam uma saída honrosa que não ferisse o prestígio da monarquia. Segundo notava Fourquevaux, mal chegadas as notícias da vitória na América, Alba teria discutido com ele, empreendendo interpretação enviesada e distorcida das declarações da coroa francesa: se não tinham ordem do rei, *necessariamente* eram piratas – um salto argumentativo bastante arriscado –, logo, os espanhóis teriam simplesmente punido “os corsários, piratas, ocupantes da terra onde eles tinham construído um forte e feito pilhagens contra os espanhóis”<sup>97</sup>.

Mais ainda, Alba tentava com uma só cajadada confessionalizar o conflito e envolver de modo prejudicial a Coligny. Vale lembrar que o almirante era uma grande dor de cabeça para Felipe II, tanto por suas ambições atlânticas quanto pelas alianças com os huguenotes dos Países Baixos, em plena luta de independência contra os Habsburgos:

E escreve Menendez que todos aqueles do forte, que eram 150, que os sobreditos nomeadamente Ribault e Courset disseram e confessaram que eles foram à Flórida sob comando do senhor almirante, e encontraram suas comissões, cartas e instruções com essa finalidade, e que deviam tomar posse de Havana. Com essa causa o rei [Felipe II] pede, e requiere que vossa majestade [Carlos IX], lhe dê satisfação, e punição do dito senhor almirante, como perturbador da paz e causa da desordem advinda. Pois quando um seu vassalo empreendesse coisa parecida contra vossa majestade, ele faria uma punição exemplar [...] <sup>98</sup>.

E interpretava Fourquevaux esse discurso:

Está então bem longe de vossa intenção, senhor, aquilo que alega o duque de Alba, que vossa majestade renegou os súditos que foram *ou irão* ao dito país, de antiga conquista, pelo que o que foi executado muito inumanamente contra vossos súdito, por Pedro Melendez [sic], mais digno carrasco que bom soldado, não toca ao senhor almirante, senão pelo dever de seu cargo, o qual exige que ele saiba quem vai e quem vem pelos mares de vosso reino [...]. O dito duque, senhor, me assegurou que Melendez escreve o contrário daquilo que seu mensageiro publicou nessa corte, se é verdade que ele o tenha dito; pois os franceses jamais fizeram menção de lá ter ido por vosso

---

<sup>97</sup> “les corsaires, pirates, occupants de la terre où ils avaient bâti un fort et fait des pillages sur les espagnols” (Fourquevaux a Carlos IX, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 424-426).

<sup>98</sup> Idem, Loc. cit.

comand, mas sim do senhor almirante, o qual tanto ele quanto toda esta nação querem infinitamente mal<sup>99</sup>.

Essa manobra de Alba não era banal: se aproveitava da promessa anterior por parte da coroa francesa de que puniria os culpados por prejudicar os espanhóis, de modo a desembaraçar a monarquia espanhola do incômodo almirante. Catarina de Médici manifestaria sua indignação quanto a essas pressões, relatando a Fourquevaux as tentativas convergentes de Alava junto à corte francesa para comprometer Coligny e sublinhar o aspecto confessional da colônia:

O dito embaixador tentava sempre imputar o fato ao almirante, e que lá havia ministros da religião, o que era coisa muito desagradável a seu senhor; mas eu lhe disse que nós não nos indagamos que gente ia na dita viagem, e que se fosse para desejar, eu gostaria que todos os huguenotes estivesse naquela terra, onde ele não pode justamente dizer que tenha interesse, pois a terra é nossa, como pretendemos, fazendo-nos assim saber que não querem de modo algum o repouso deste reino, já que nos querem assim tirar o meio de trazê-la<sup>100</sup>.

Percebe-se no discurso da rainha mãe uma curiosa apropriação do ideal huguenote de um refúgio no Novo Mundo: ele serviria não apenas para livrar os reformados da perseguição na França, mas, em sentido inverso, para livrar o reino dos tumultos religiosos! Por outro lado, a rainha mãe evitava também endossar o discurso persecutório incitado por Alava: “mas como quer que seja, não cabe a eles punir nossos súditos, e não discutimos se eles eram da religião, ou não, mas do massacre que eles [os espanhóis] lhes fizeram, do que é bem razoável que seu senhor faça a justiça que lhe pedimos”<sup>101</sup>.

No discurso de Catarina de Médici percebem-se ecos da política de tolerância; na verdade, havia distância quase intransponível entre ela e o embaixador, que insistia na confissão como justificativa para matar os huguenotes na Flórida – o que não correspondia à situação da França naquele momento. Tratava-se de verdadeiro embate entre duas concepções, a tolerância política momentaneamente estimulada pela coroa francesa em oposição à política de intolerância praticada de modo consistente na Espanha dos Habsburgo<sup>102</sup>. Mais importante ainda, a coroa francesa optara

---

<sup>99</sup> Idem, Loc. cit.

<sup>100</sup> Catarina de Médici a Fourquevaux, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 427.

<sup>101</sup> Catarina de Médici a Fouquevaux, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 427.

<sup>102</sup> Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna*. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Império de*

diplomáticamente por tratar a questão religiosa como irrelevante no problema da Flórida.

Por outro lado, Carlos IX precisava frisar junto aos huguenotes que estava fazendo o máximo possível junto a Felipe II para obter justiça contra os atos de Menéndez de Aviléz. Durante os meses seguintes Fourquevaux persistiria inutilmente nesse propósito, pois o rei ibérico recusava-se a dirigir qualquer censura a seu *adelantado*. Quando finalmente ficou patente a impossibilidade de obter essa punição, os esforços da coroa francesa se voltaram a minimizar seus prejuízos através de compensações diretas ou colaterais, negociando a libertação dos prisioneiros da Flórida, espalhados pelas Antilhas e pela Nova Espanha, mas também solicitando a libertação de outros prisioneiros franceses sem qualquer ligação com a colônia, que se encontravam cativos em Alicante ou remando nas galeras do Mediterrâneo. Era contra essa situação que Dominique de Gourgues reagiria, buscando fazer justiça com as próprias mãos. Por sinal, concluíamos esse capítulo pelo inesperado apoio de Coligny ao temível vingador da Flórida.

De volta à França, Gourgues foi acolhido como herói. Desembarcando na cidade de La Rochelle, onde a maioria dos habitantes seguia a Reforma, foi calorosamente festejado, convidado a inúmeros banquetes em sua honra. Felipe II pediu a Carlos IX que o punisse, ao mesmo tempo oferecendo uma recompensa por sua cabeça – o que só deve ter contribuído mais ainda para a reputação do vingador da Flórida. A municipalidade de Bordeaux compraria a artilharia capturada no Novo Mundo por uma pequena soma que mal cobria os custos da expedição. Mas enquanto seus compatriotas o tratavam como herói, a coroa o renegaria, notificando-o que não comparecesse à corte, o que causou grande indignação no reino<sup>103</sup>.

Nesse momento ocorreria uma inversão curiosa: Coligny posicionar-se-ia a favor de Gourgues enquanto o clã dos Guises virava-lhe as costas; o cardeal de Lorena manifestar-se-ia no conselho do rei a favor de punir o gascão, para evitar uma declaração de guerra da Espanha. Segundo uma crônica anônima da época, o único a lhe oferecer apoio

---

*várias faces – relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 26-28.

<sup>103</sup> Cf. GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., pp. 314-319.

[...] foi o senhor de Chatillon, com seu jeito severo e cheio de gravidade, demonstrando que se Gourgues tinha tido tanta coragem para empreender sozinho aquilo que toda a França devia fazer, ele merecia uma grande recompensa e não uma punição, e que aqueles que condenavam um ato tão generoso pareciam querer vergonhosamente assujeitar-nos à vassalagem de nosso inimigo capital; tão bem que mesmo o rei Carlos IX, que era corajoso e sobretudo comovido em sua juventude; e não saberíeis crer quanto a decisão que se seguiu trouxe glória e honra ao almirante, até mesmo pela boca dos embaixadores estrangeiros que estavam na corte<sup>104</sup>.

As aventuras de Gourgues não terminam aqui, e voltaremos a elas no próximo capítulo. Quanto a sua defesa por Coligny, parece atitude emblemática da atuação do almirante em relação ao Novo Mundo. Embora Gourgues fosse um católico da clientela dos Guises agindo sem qualquer ligação com Coligny, o almirante não hesitou em apoiar sua iniciativa, apropriando-se dela para reforçar diante da corte sua própria concepção geopolítica do espaço Atlântico como frente importante contra o poder Habsburgo.

Avaliando sua atuação militar em terra, Le Roy Ladurie afirma que Coligny seria “mediocre tático do combate aproximado, mas bom estrategista para os tempos difíceis”<sup>105</sup>. Essa observação também parece válida para sua atuação nos mares. No plano tático, suas duas colônias foram fragorosos fracassos, mas no plano estratégico ofereceu à França um valioso pensamento de síntese sobre o Atlântico. De fato, mais que mero planejador de expedições colonizadoras, Coligny pode ser pensado como um hábil articulador de todos os conhecimentos, discursos e iniciativas laboriosamente construídos ao longo de várias décadas por navegantes como Jacques Cartier, por cartógrafos como Guillaume Le Testu, por armadores como Jean Ango, por prisioneiros franceses que traziam informações da América ibérica, por índios involuntariamente cooptados como Taïnoagny e Domagaya, pelos monarcas Francisco I e Henrique II, e por tantos outros que participaram desse complexo processo que envolveu viagens, trocas comerciais, relatos, mapas, confrontos bélicos, negociações diplomáticas e mesmo uma grande festa num dia de outono... A atuação de Coligny como almirante de França foi o ponto de convergência de quase meio século da aventura francesa no

---

<sup>104</sup> *La fortune de la cour*, Apud GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 320.

<sup>105</sup> “médiocre tacticien du combat rapproché mais bon stratège pour les temps difficiles” (LADURIE, Op. cit., p. 301).

Atlântico e no Novo Mundo<sup>106</sup>. Por sinal, talvez a melhor síntese dessa geopolítica articulada pelo almirante de França não se encontre num documento do campo huguenote, mas nos últimos parágrafos do relato da expedição do católico guisardo Dominique de Gourgues:

A consequência disso [a expedição] era grande [...] particularmente para esse Novo Mundo, que é suficientemente largo e espaçoso para bastar a todos os príncipes da Europa, e onde sua majestade tem bela matéria para exercer sua potência, e os grandes meios para fazê-lo bem que Deus lhe deu. Se ele quer aumentar seu domínio e estender sua dominação, não há no mundo lugar mais rico, ou mais amplo, ou mais fácil de conquistar e manter que aquele. Se ele quer, por exemplo e imitação de seus ancestrais, converter os idólatras à fé cristã, há um milhão de milhão de homens que não conhecem Jesus Cristo, e que por sua simplicidade seriam mais fáceis de converter que foram outrora aqueles da Terra Santa, por nossos franceses. Sua majestade não poderia fazer empresa mais real, nem mais augusta, que fazer plantar a religião cristã nesses países, ensinar a civilidade e as letras a esses pobres selvagens ignorantes, dar-lhes leis, e lá estabelecer uma boa polícia. A décima parte dos homens que morreram na menor de nossas guerras civis seria mais suficiente para lá conquistar a extensão de muitos reinos como esse aqui. Há tanta gente pobre num reino como o nosso, não tendo nem casa, nem cabana, que além-mar possuiriam muitas léguas de boa terra e recolheriam o fruto de tantas singularidades que a natureza lá produz largamente. Esse reino não seria em nada diminuído, mas descarregado, e eles não mudariam de fé, mas de fortuna, e onde agora, pela sua penúria, eles são súditos inúteis, eles tornar-se-iam súditos úteis e proveitosos; enviando para cá grandes riquezas e coisas sofisticadas e preciosas de lá, para auxílio a todo o povo francês, e grande prazer e contentamento de sua majestade, a qual Deus queira manter e acrescentar em toda grandeza e prosperidade<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> *A sociedade dos indivíduos* e, principalmente, *Mozart – Sociologia de um gênio*, de Norbert Elias, foram as principais inspirações para essa abordagem acerca de Coligny (ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994; ELIAS, Norbert. *Mozart – Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995).

<sup>107</sup> LA REPRISE, In: GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 514.

## Capítulo III

### Navegar em tempos de ferro e sangue

A atuação de Coligny como almirante situava-se em um momento de transição, em que as guerras italianas se esgotavam e cresciam as tensões religiosas no reino; Coligny canalizou antigos esforços em nova direção, esboçando uma geopolítica abrangente, centrada no Atlântico. Em 1572 as guerras de religião veriam sua hora mais sombria: São Bartolomeu abalaria a confiança na monarquia; aproximavam-se os tempos da Liga e de uma França territorialmente dividida e estilhaçada. Nesses dolorosos momentos, como viam eles o mar sem fim banhando suas costas?

#### I – Terapia ultramarina

Em 1582 vinha a lume *Les trois mondes*, do huguenote Lancelot Voisin de La Popelinière, considerado um dos maiores historiadores franceses da época. Nessa obra discutia a descoberta e a colonização dos “três mundos”, ou seja, o Velho Mundo, o Novo Mundo e a hipotética Terra Austral. Em 1584 publicaria *L’Amiral de France*, no qual estudava as práticas de navegação na França desde o tempo dos antigos gauleses, passando pelo período Galo-Romano e pela Idade Média, discutindo temas como gêneros de embarcação, hierarquia e direito naval e outros temas relacionados<sup>1</sup>. O objetivo de ambos os trabalhos era incentivar os franceses à aventura náutica.

La Popelinière era da pequena nobreza do Poitou, nascido em 1541. Aderiu à Reforma aos 15 anos de idade e durante a juventude combateu nas guerras de religião. Afirmava em seus livros que atuou como marinheiro, sem revelar em que circunstâncias; talvez tenha participado dos empreendimentos navais de La Rochelle em parceria com os huguenotes dos Países Baixos. Era firme defensor da tolerância política, o que por vezes lhe angariou inimizades entre os próprios huguenotes. Sua *Histoire de*

---

<sup>1</sup> Os capítulos se estruturam em temas como as atividades navais entre gregos, romanos, persas, germanos, citas, entre outros, mas principalmente dos supostos ancestrais do povo francês (LA POPELINIÈRE, Lancelot Voisin de. *L’Amiral de France et par occasion, de celui des autres nations, tant vieilles que nouvelles*. Paris: Thomas Perier, 1584)

*France* de 1581 seria censurada pelo sínodo nacional reunido em La Rochelle, por falar inadequadamente das “coisas sagradas da religião”. Segundo conjectura Jouanna, talvez o historiador fosse pouco complacente para com os abusos de seus correligionários durante as guerras civis<sup>2</sup>.

Coerente com sua defesa da tolerância, La Popelinière mantinha boas relações com pessoas de todo o espectro religioso – o que alguns de seus correligionários intransigentes deviam ver com maus olhos. Ao que tudo indica, sua postura era próxima à do grupo conhecido como dos *Politiques*, que defendia uma monarquia forte, a redução do poder das grandes famílias aristocráticas e a independência entre poder da coroa e decisões religiosas, como forma de garantir a paz no reino. Muitos católicos e reformados condenavam a proposta dos *politiques*, que consideravam cínica, muitas vezes equiparando-as ao detestado *machiavelisme*.

La Popelinière mantinha vínculos muito próximos à coroa, como sugerem suas dedicatórias. *Les trois mondes* era dedicado ao conde de Cheverny, poderosa figura das finanças francesas, que gozava de grande confiança por parte de Henrique III e de Catarina de Médici. Já o *Amiral de France* era destinado ao duque Anne de Joyeuse, que à época ocupava o cargo de almirante de França e de Bretanha – além de ser governador da Normandia. Também Joyeuse era muito influente, sendo um dos famosos *mignons* de Henrique III. Como se vê, as intervenções de La Popelinière buscavam atingir o centro do poder monárquico.

Concluindo o *Amiral de France*, seu último capítulo expressa já no título a intenção de instigar os franceses aos empreendimentos marítimos<sup>3</sup>. O capítulo em questão é redigido sob a forma de um apelo ao almirante e à juventude francesa – mais

---

<sup>2</sup> “choses sacrées de la religion”. Como resenha Méniel, em sua defesa ante o sínodo de La Rochelle, La Popelinière afirmava sua boa vontade e seu desejo de registrar fielmente a história das guerras de religião, de modo a resguardar a reputação da Reforma e dos reformados antes a posteridade. Na defesa, o historiador afirmava desconhecer a razão exata pela qual sua obra era censurada; o texto do sínodo mencionava apenas vagamente passagens “prejudiciais à religião reformada”. Ante a assembleia La Popelinière conjecturava que talvez tivesse falado imprópriamente dos artigos de fé, das regras da Igreja, ou do direito civil (Cf. JOUANNA, Arlette (org.). *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont, 1998, pp. 1019-1020; MÉNIEL, Bruno. “Henri Lancelot Voisin de La Popelinière, Du “Contre Machiavel” au “Contre-Prince de Machiavel”, suivi de “Response pour l’Histoire” (1585), éd. Brigitte Lourde. In: Cahiers de recherches médiévales et humanistes, março 2012).

<sup>3</sup> “Elogio da navegação. Com um discurso para incitar os oficiais do almirantado e a juventude desse reino a empreender algumas belas viagens pela honra desta nação, seguindo o exemplo dos antigos e modernos, os quais não tendo os meios de que dispomos paracem zombar do francês, pois pobre de coragem, não lhe falta senão o querer, para execução coisas elevadas e mesmo imortais” (LA

provavelmente aos jovens fidalgos. Um de seus argumentos centrais diz respeito à necessidade da navegação. La Popelinière adota princípios morais como vícios e virtude como eixos de sua discussão. Segundo o historiador, os homens e os monarcas em suas vidas preferem dedicar-se a empreendimentos sobre a segura terra, em detrimento das águas cheias de incertezas e perigos. Afirma que a terra dá mais que suficiente aos homens, costumeiramente tornando a navegação supérflua e pouco atrativa aos homens sensatos: “apenas a avareza para alguns, a curiosidade para outros, e a ambição para os demais foram verdadeiros agulhões, que fizeram-nos saltar da terra ao mar”. Apesar de originalmente motivada pela corrupção dos ancestrais, a navegação teria gerado comodidades para as nações; dessa forma, seria desejável desenvolver as navegações: “Sem dúvida seríamos mal ajuizados, se não praticássemos tantos belos meios, pelos quais o francês pode se prevalecer sobre todas as nações, seja para a navegação, seja para outras comodidades dela dependentes”<sup>4</sup>.

Desenvolvendo esse argumento, La Popelinière continuava sua apologia à navegação afirmando que esta satisfazia a busca por honra e *proffit*, termo francês que podemos traduzir como proveito ou lucro; o historiador usava o termo geralmente como alusão a todo gênero de vantagem material obtida através das navegações – desse modo, preferiremos traduzi-lo como “proveito”. Segundo ele, honra e proveito eram os dois agulhões que impulsionavam o ser humano à ação. Assim sendo, a navegação seria atividade muito útil: “a navegação traz esses dois agulhões da vida tão unidos, que não se pode separá-los”<sup>5</sup>. Desse modo, seria atividade muito desejável para o bem da monarquia, trazendo mais honra e proveito que qualquer outra poderia fazê-lo, propiciando a conquista de terras, homens e riquezas. Além disso, trazia vantagens públicas e particulares, beneficiando igualmente ao monarca e seus súditos. Complementava essa argumentação através de exemplos históricos, enumerando nações e homens que se destacaram e honraram através das navegações: fenícios, cartagineses, rodianos, cipriotas, alexandrinos, venezianos; Jasão, Hércules, Teseu e Perseu. E concluía: “todas as almas generosas sempre foram aguilhoadas por essas duas vivas

---

PEPELINIÈRE. Lancelot Voisin de. *L'amiral de France et par occasion, de celui des autres nations, tant vieilles que nouvelles*. Paris: Thomas Perier, 1584).

<sup>4</sup> LA POPELINIÈRE, *Amiral...*, Op. cit..

<sup>5</sup> “la navigation a ces deux aiguillons de la vie humaine si conjoints, qfu'ils ne se peuvent égarer” (Idem).

pontas até o coração, que os fizeram tão bruscamente agir por todas as coisas altas, extraordinárias ao comum, até”<sup>6</sup>.

La Popelinière buscava ainda despertar os brios de linhagem dos franceses, narrando as supostas glórias marítimas de seus antepassados, por vezes escorado em estanhas etimologias: os antigos gauleses teriam sido grandes exploradores marítimos, viajando e conquistando a Bretanha, Hibernia (atual Escócia), a Espanha (originando os “*Celt-ibères*” [sic]), a Galícia e Portugal (“Port de Gallice”). Com sua *expertise* náutica, também teriam ajudado e guiado Júlio César na conquista da Bretanha. Também o Mediterrâneo fora navegado por seus ancestrais. Partindo de outra vertente, sugere que os germânicos – dos quais os franceses também descenderiam – eram igualmente grandes navegantes, dominando os mares durante as cruzadas na Terra Santa. Caberia aos súditos de Henrique III se pôr à altura de tão ilustres antepassados<sup>7</sup>. Por outro lado, La Popelinière contrapunha a esses (supostos) triunfos franceses severas críticas aos ibéricos:

Eu direi somente, que se o espanhol, português ou outro, queira se prevalecer sobre nós da descoberta das Índias Ocidentais, eles deveriam ter sido os guias e dar-lhe o nome espanhol. Mas já que o florentino, Américo Vespúcio, e Colombo, genovês, conduziram-nos, começando que não tendo o espírito de crer-lhes, nem a coragem para empreender, *eles não podem tirar dessas descobertas tanta honra quanto proveito*<sup>8</sup>.

Ou seja, a honra caberia apenas aos italianos, enquanto aos ibéricos sobrava o proveito. A virtude nobiliárquica na exploração da América vinha dos italianos, enquanto os ibéricos levavam apenas plebeia cupidez. No mesmo registro, denuncia a covardia e a crueldade dos espanhóis:

Eles também não tinham a coragem para atravessar tantos mares, como testemunham os sujos juízos e femininos motins contra o condutor [Colombo]. Menos ainda de sua natural e real consciência no tratar essas almas selvagens, que eles preferiram enviar a todos os diabos, pelos abomináveis suplícios que lhes fizeram sofrer, a convertê-los a Deus por prédicas e boa vida. *Que, então, eles se glorificam apenas do proveito que de lá*

---

<sup>6</sup> “toutes âmes généreuses, ont toujours été piquées de ces deux vives pointes jusqu’au coeur. Qui les ont faites si brusquement demarcher à toutes choses hautes, voire extraordinaires au commun” (Idem).

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

*tiram*. Mesmo por que o ouro daquelas terras sempre teve mais força para ganhar os homens que o valor desta nação<sup>9</sup>.

Desse modo, a navegação dos espanhóis visava exclusivamente ao proveito, seu valor resumindo-se ao do ouro levado do Novo Mundo. Aos franceses, pelo contrário, caberia conjugar proveito e honra, superando as glórias ibéricas. Curiosamente, em *Les trois mondes* La Popelinière problematizava essa relação entre italianos, ibéricos e franceses de modo muito diferente. Naquela obra, o historiador explicava que a busca de riquezas no Novo Mundo por portugueses e espanhóis se devia à ação do Império Romano na Península Ibérica:

[...] os espanhóis e portugueses vão procurar em outros lugares por suas descobertas aquilo que os romanos lhes tinham tirado antes. E como toda a Espanha foi avaramente desfigurada por diversos estrangeiros, para dela tirar essas douradas entranhas das quais vinha um grande tributo ao senado de Roma<sup>10</sup>.

Curiosamente, em 1582 elogiava os descobrimentos ibéricos, porque sacrificando vidas e bens foram buscar nas Américas aquilo que lhes fora usurpado pelos antigos romanos. Naquele momento chegava a sustentar que ao conduzirem espanhóis e portugueses ao Novo Mundo, o genovês Colombo e o florentino Vespúcio realizavam uma espécie de “reparação histórica” dos prejuízos provocados por seus ancestrais romanos aos ibéricos. Mas La Popelinière observava que as dimensões do Novo Mundo eram tão grandes que povoadores suficientes para a América

[...] não podem ser tirados da Espanha nem de Portugal, tão mal povoados quanto todo mundo sabe a respeito da França, a qual pode pôr para fora um quinto dos seus sem nenhum incômodo. Pelo contrário, seria por isso mais honrada e talvez melhor assegurada do que muitos poderiam pensar<sup>11</sup>.

Como outros autores antes, La Popelinière enfatizava a possibilidade de convívio harmonioso e partilha das novas terras entre os europeus. Como se vê, a postura de La Popelinière mudara bastante entre a publicação de *Les trois mondes* em 1582 e do *Amiral de France*, em 1584. No primeiro livro, elogiava a parceria entre italianos e ibéricos para a exploração do Novo Mundo, qualificando-a como uma justa reparação histórica. Na obra seguinte era bem mais severo, julgando que a exploração da América trouxera honra apenas aos italianos, enquanto os ibéricos gozavam apenas

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> LA POPELINIÈRE, Lancelot Voisin de. *Les trois mondes*. Paris: Pierre L’Huillier, 1582.

<sup>11</sup> Idem.

de vil e desonrado proveito; à França caberia a possibilidade de superar a uns e outros, unindo honra e proveito em suas navegações.

O que determinara essa transformação de atitude? Impossível determiná-lo pela simples leitura dos livros. É possível que a consolidação da União Ibérica e a política europeia cada vez mais agressiva de Felipe II tenham impulsionado La Popelinière da simpatia à desaprovação. Em todo caso, já em *Les trois mondes*, o historiador huguenote se ocupava das possibilidades que a expansão marítima abria à superpovulosa França:

É onde os príncipes desse tempo deveriam demonstrar o poder excedente de seus súditos, seja para ilustrar, estender ou enriquecer seu Estado: seja para dissipar as paixões dos mais sediciosos ou para o contínuo exercício das armas que todos os grandes príncipes sempre julgaram necessário ao mais seguro entretenimento de um Estado: parecendo o bom médico que purga por suores, evacuação de sangue corrompido ou outros meios o corpo adoentado e cheio de maus humores, para impedir a doença que logo iria tomá-lo<sup>12</sup>.

Assim, a colonização serviria como válvula de escape para as tensões francesas, como supostamente teria beneficiado a Espanha:

Pois é certo que se o espanhol não tivesse enviado às Índias já descobertas por Colombo todos os maus sujeitos de seu reino, e notadamente aqueles que depois das guerras de Granada contra os mouros, não desejavam retornar a seus ofícios, ou ocupação ordinária, teriam feito tumultos ou dado ocasião a algumas novidades na Espanha, se não tivessem sido empregados em outros lugares. Como eles mostraram tão bem nas Índias, onde suscitaram tantas sedições e querelas que quase todos arruinaram-se mutuamente., tanto que a Espanha encontrava bastantes empecilhos para enviar novos a cada ano, entre os quais os condenados pela justiça a diversas penas não eram deixados por último [...]<sup>13</sup>.

Em 1582, La Popelinière apenas esboçava essas ideias; em 1584 elas ganhariam ares de complexa teoria no *Amiral de France*. O historiador encontraria a base para suas propostas na medicina tradicional, especialmente na teoria dos humores, cujos principais expoentes eram Hipócrates e Galeno. Como se sabe, essa teoria

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Idem.

afirmava que o corpo humano era preenchido por quatro fluidos ou humores, associados a elementos e órgãos específicos, que configuravam determinados temperamentos<sup>14</sup>.

Um dos humores era a coléra ou bile amarela, ligada ao elemento fogo e ao baço; em quantidades adequadas propiciava decisões hábeis e rápidas, mas seu excesso tornaria o indivíduo irritadiço e agressivo. Outro deles seria a melancolia, ou bile negra, relacionada à terra e ao fígado; em equilíbrio, favoreceria empatia, sensibilidade e realismo, porém grandes quantidades levariam a um estado semelhante ao que chamamos hoje depressão, caracterizado por apatia, falta de apetite e desejo de isolamento. Havia ainda o sangue, humor associado ao ar e radicado no coração; em geral estimularia à coragem, à parcimônia, à paciência e à ação ponderada, enquanto o excesso levava à temeridade, à insensibilidade e à indiferença quanto aos semelhantes. Por fim, a fleuma era o humor derivado da água, produzida no coração, mas radicada no cérebro; propiciava serenidade, calma e juízo equilibrado, no entanto poderia causar sonolência, lentidão e falta de objetivos.

O temperamento de cada indivíduo seria configurado pelas proporções de cada humor em seu organismo, passando por variações ao longo de toda a vida. A teoria classificava os indivíduos segundo seu humor predominante, havendo pessoas coléricas, melancólicas, sanguíneas ou fleumáticas. No quadro da teoria humoral, os conceitos de saúde e enfermidade estavam inteiramente ligados às oscilações do temperamento: quando as quantidades de cada humor estivessem em equilíbrio, o indivíduo gozaria de saúde física e mental. Os eventuais excessos ou carências de cada humor dariam origem aos diversos estados patológicos, levando à degeneração do corpo e da mente, no último caso manifestando-se através de comportamentos nocivos ao indivíduo e à coletividade. Essa desarmonia orgânica poderia ter diversas causas, como alimentação inadequada, exposição a climas insalubres, envelhecimento, fadiga, ociosidade, contaminação, entre muitas outras.

Como salienta a historiadora Noga Arikha, a teoria humoral propunha complexas ligações entre o indivíduo e o cosmo em diversos níveis; cada humor estava ligado não apenas a determinado elemento, mas também entretinha relações complexas com a idade de cada indivíduo, horários do dia, estações do ano, temperaturas, climas e mesmo conjunturas astrológicas mais propícias à produção desse mesmo humor pelo

---

<sup>14</sup> Cf. ARIKHA, Noga. *Passions and tempers*. Nova York: Harper Collins, 2008.

organismo. Por exemplo, a fabricação de cólera seria mais intensa na juventude, ao meio dia, no verão, em clima quente e seco ou mesmo pela conjunção entre o planeta Marte e os signos de Áries, Leão ou Sagitário!

Desse modo, não estranha que La Popelinière extrapolasse o problema dos humores ao “corpo” de todo o reino. Sem dúvida uma das mediações para essa extrapolação era a concepção da monarquia como um corpo, cuja cabeça seria o rei, noção que encontraria sua mais famosa síntese décadas mais tarde no celeberrimo *Leviatã*, de Hobbes. Para La Popelinière, o “temperamento coletivo” do povo francês não era dos mais saudáveis:

O que se vê nesse estado, mais que em qualquer outro, pelas razões abaixo. Pois ele é tão povoado e o francês tão volátil e inquieto, e por aí suscetível de novidades e mudanças; que se o bem avisado político não vai à frente das infelicidades que essas duas qualidades lhe trarão, ele é propício a sofrer um pernicioso acidente. É então salutar prevenir o mal. Como o médico faz com o corpo levado de volta a sua primitiva saúde: ao qual ele dá seus remédios, dieta, exercício, prazer e outros meios, compreendidos sob o regime de vida que ele precisa manter. Depois, vendo-o segundo a vicissitude que é comum a todas as coisas, corrompido por algum excesso, ou mesmo por sua qualidade natural [ou seja, seu temperamento], o qual não pode ser tão bem mantido que ele não desenvolva sempre secretamente, pouco a pouco, algum pequeno mal, pela diminuição daquilo que há de melhor em nós. Tira-lhe essa corrupção por sangrias, violentos exercícios, clísteres, e outras ordenações para levá-lo de volta à saúde, ou pelo menos garantir-lhe contra mal maior, se ele é tão adoentado e cheio de excrementos que o mal seja maior que a arte do médico<sup>15</sup>.

De fato, o papel do médico segundo a teoria humoral era zelar pelo equilíbrio entre os humores de seu paciente, de modo profilático ou terapêutico. Duas das principais abordagens terapêuticas eram a sangria, destinada a retirar do organismo sangue corrompido ou as purgações, através do estímulo à evacuação, ao vômito ou à diurese. Por vezes os tratamentos eram extremamente perigosos, envolvendo ingestão de substâncias que hoje sabemos altamente tóxicas, como mercúrio ou chumbo<sup>16</sup>. Desenvolvendo essa extrapolação, La Popelinière atribuía ao príncipe a obrigação de

---

<sup>15</sup> LA POPELINIÈRE, *L'Amiral...*, Op. cit..

<sup>16</sup> Por exemplo, no primeiro ato de *Fausto*, de Goethe, o protagonista do drama expressa sua consciência pesada pela quantidade de pacientes que ele e seu pai, ambos médicos, deviam ter matado através de tais tratamentos, lamentando sua ignorância e a fragilidade do conhecimento humano, sendo uma das

agir como médico habilidoso no cuidado da “saúde política” de seus Estados – grifamos abaixo todos os termos que remetem a essa “medicalização” da política:

Assim os mais gentis príncipes curaram os estados: quer dizer *remediaram* aos inconvenientes que lhes aconteceram. Depois lhes deram o *regime* para viver, *para se manterem na saúde recobrada*. O que quer dizer que os policiaram por reformas ou novas introduções de leis, magistrados, oficiais, e outras instituições política: que os mantiveram muito tempo em repouso e grande honra entre seus vizinhos. Mas sobrevindo algum *excesso*, como uma guerra estrangeira ou sedição doméstica, proviram sempre destramente, exceto quando ocorria uma *lenta e secreta corrupção da natureza do povo*, que deixa pouco a pouco a bondade de seus antigos costumes. *Como ocorre quando a abundância das riquezas, o excesso de suavidade do Príncipe, a excessiva frequência de estrangeiros corrompidos, e outros acidentes o deixam demasiadamente à vontade, e faz abusar de seu dever; a doença aí entrando pelos descontentamentos que os menores e pequenos têm com os magistrados, ou com os nobres, ou pelas divisões de todos os súditos, por coisa divina ou humana, qualquer que ela seja*<sup>17</sup>.

Assim, “Doutor La Popelinière” diagnosticava as enfermidades da França contemporânea, cujos mais graves sintomas eram sem dúvida as “divisões de todos os súditos, por coisa divina ou humana” – com efeito, vale lembrar que as disputas na França não envolviam apenas a religião, mas também disputas entre redes de clãs e clientelas e reações aristocráticas à centralização monárquica. Como lembra Jouanna, o termo “guerras de religião” é tardio; à própria época os franceses denominavam os conflitos simplesmente “guerras civis”, refletindo sua percepção de que as lutas da época envolviam grande variedade de motivações.

O historiador discutia então as alternativas profiláticas e terapêuticas à disposição dos príncipes para equilibrar a saúde de seus reinos. A guerra de grandes proporções, visando a anexação de territórios, seria uma dessas opções, trazendo honra e proveito para os dois lados envolvidos: “o Estado *curvado sob o peso de sua corrupção* era *descarregado* daquilo que logo acabaria com ele”<sup>18</sup>. Ou seja, a guerra atuaria como uma purgação profilática. Caso não fosse possível ao príncipe realizar

---

motivações para seu famoso pacto. Por sinal, a literatura da Idade Moderna e do primeiro Romantismo é pontuada por inúmeras referências ao modelo humoral do temperamento humano.

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> “l'état courbé sous la pesanteur de sa corruption, était déchargé, de ce qui l'eut aussitôt fait prendre fin” (Idem, grifos nossos).

mobilização militar de tais proporções, La Popelinière recomendava simplesmente “fazer querelas a seus vizinhos”, provocando afrontamentos periódicos que desviassem os súditos “do mau desígnio contra o Estado, *até se corromper em particular*” – ou seja, fomentar conflitos internos, como ora ocorria com a França<sup>19</sup>. Segundo o historiador, esses conflitos sazonais ainda apresentavam a vantagem de estimular o preparo bélico do reino para a futura realização de guerras mais ambiciosas. Para ele, Francisco I e seus antecessores seriam bons exemplos de “príncipes-médicos”, como mostra esse trecho longo, porém esclarecedor<sup>20</sup>:

Que se a providência nos desagrada, pelo menos retomemos os rastros de nossos ancestrais: não somente desses velhos pais, mas desses louváveis desígnios desse rei Francisco I, que por seus atos generosos adquiriu o nome de Grande. Como alguns príncipes italianos, partidários e bons amigos da coroa lhe quisessem persuadir a renovar as pretensões do direito que ele tinha na Itália, sobretudo no reino de Nápoles e ducado de Milão: algum senhor francês lhe representou o exemplo de seu predecessor Luís XII, os felizes e muito louváveis progressos lhe tinham trazido *muito notáveis perdas, pela grande honra que adquirira*, e mais ainda Carlos VIII: em cujo séquito Luís tinha marchado entre os italianos. Mas seu pai Luís XI foi muito mais resoluto, não podendo ser atraído por nenhuma demonstração, passar dos montes para entrar somente na Lombardia, que ele previa ser o cemitério dos franceses. A todo apelo que lhe fizessem de tomar a defesa dos genoveses divididos entre eles, sustentava sempre que a inconstância dessa nação lhe traria mais mal do que bem, ainda mais nessas querelas. Sobre o que o chanceler du Prat, entre outros, tendo-lhe esclarecido seu direito, e depois recitado os meios de mantê-lo, concluiu enfim que *tendo em vista a qualidade de seu Estado e em todo caso, era-lhe muito necessário empreender uma viagem na Itália: ou ao menos na Lombardia, para descarregar a França que formigava de gente inútil e ociosos para tudo, menos o mal. E ainda que não tenhamos sempre vencido (quem pode se assegurar da sequência de vitórias?), nem sempre perdemos*. E me asseguro que se o mérito das refregas, batalhas, surpresas, assaltos e outras ações guerreiras fosse bem avaliado, os franceses teriam vantagem. *E digo mais, ainda que tivéssemos perdido mais, a França foi sempre tão povoada que ela jamais sentiu essas perdas*<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> “former des querelles à leurs voisins”; “du mauvais dessein contre l’état, voire de se corrompre en leur particulier” (Idem, grifo nosso).

<sup>20</sup> Sob a rubrica “As guerras da Lombardia e do Piemonte eram apenas sangrias e ordinárias purgações no corpo do Estado francês” - “Les guerres de Lombardie et de Piemont n’étaient que saignées et ordinaires purgations au corps de l’État français” (Idem).

<sup>21</sup> Idem, grifos nossos.

A perspectiva de La Popelinière parecer-nos-ia quase insana, desconsiderando-se a concepção “medicalizada” da política que a orientava. Em seu aspecto mais subversivo, chega a considerar irrelevantes os resultados diretos da guerra (“quem pode se assegurar da sequência das vitórias?”), contanto que sua finalidade de pacificação interna do reino fosse cumprida através dessas purgações periódicas. Aplicando esse princípio a episódios específicos, defende que as terríveis derrotas francesas de Sain Quentin e Gravelinnes só foram nocivas por precipitar a assinatura da paz de Cateau-Cambrésis, “para remediar a essas infelicidades [as derrotas em questão]; talvez para garantir-nos contra elas, tenhamos caído em outra maior”. Desse modo, os conflitos civis da França se originavam nos acordos firmados por Henrique II, com o rei da Espanha e o duque de Sabóia: “que na falta de tais inimigos, nós nos tornamos Diabos uns para os outros, desde o começo de nossas bizarras, para desmembrar a França em dez milhões de pedaços”. Para o historiador, à ocasião das duas derrotas o reino tinha “suficiente coração e cérebro”, ou seja, bastante sangue e fleuma - súditos de temperamento sanguíneo e fleumático, justamente aqueles caracterizados por qualidades de temperança e ponderação. O texto não deixa claro de que modo La Popelinière imaginava que o desequilíbrio se operou, mas para o autor, a França posterior a Cateau-Cambrésis sofria de um excesso de súditos melancólicos e – certamente mais grave – coléricos, propensos à agressividade. Embora La Popelinière não torne isso explícito, parece que considerava os coléricos os principais responsáveis pela situação de guerra civil instalada desde então<sup>22</sup>.

Sob a rubrica “Se é necessário usar remédios suaves ou violentos para as doenças, tanto do corpo quanto dos Estados, e o erro que nisso se comete” o historiador discutia que gênero de “tratamento” seria mais recomendável à França das guerras de religião. Expunha então que sempre que possível o tratamento de um enfermo deveria ser suave, mas que os melhores médicos, “os mais amigos da natureza”, sabiam recorrer a terapias violentas sempre que necessário, concluindo: ‘...se o mal é velho e arraigado, é necessário usar rigor, e ir pela via recomendável’<sup>23</sup>. E certamente, na França mergulhada em mais de duas décadas de guerras civis, o mal era “velho e arraigado”:

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> “S’il faut user de doux ou violents remèdes aux maladies: tant du corps que des États, et la faute qui s’y commet”; “les plus amis de la nature”; “...si le mal est vieil et enraciné, il y faut user de rigueur, et aller par voie de commandement” (Idem).

Assim para os acidentes dos Estados: dos quais as doenças extremas somente recebem cura segura por remédios extremos e violentos. *De resto, não é de hoje que essas bajulações de corte estragaram todo o corpo dos Estados*; alguns dos conselheiros não podem compreendê-lo, os outros não ousando, e muitos não querendo por inveja ou avareza, aconselhar o que era mais expediente. *Como acontece ordinariamente entre muitos médicos, que movidos por diversas paixões, transformam seu dever em disputas, enquanto o pobre corpo se vai*<sup>24</sup>.

Num movimento fascinante, La Popelinière empreendia a fusão final entre os paradigmas médico e político: também a medicina era um campo de disputa entre opiniões e propostas conflitantes, que colocavam em risco a vida dos pacientes, fossem eles pessoas ou reinos... Expostas suas concepções “médico-políticas”, La Popelinière finalmente indicava o tratamento que lhe parecia mais apropriado ao reino:

Pois meu desígnio não é de tratar essa matéria a fundo, mas somente representar a *nossa juventude de França, de coração tão furioso na refrega quanto de cérebro frio na conduta*, quais são as vantagens que podemos esperar das navegações: eu não buscarei muito atrás no passado, nem mesmo as viagens marítimas de nossos franceses, de cinquenta anos para cá, ao sul e ao norte. [...] Eu direi somente que os mais ajuizados sempre disseram que como o corpo melhor composto não pode se manter sem exercício e ligeiras purgações: também o Estado melhor governado não pode durar muito tempo se não tem certos inimigos, que lhe façam perder, por forma de suaves evacuações, aqueles entre seus súditos que servem somente para tornar mais pesada a massa de suas corrupções<sup>25</sup>.

Assim, era aos jovens fidalgos franceses que o historiador confiava a responsabilidade de tratar da saúde do reino, através das navegações. Diga-se de passagem, não a quaisquer moços, mas aos jovens que reunissem coração e cérebro, ou seja, de temperamentos sanguíneo ou fleumático, mais capazes de agir com sabedoria e ponderação. Sob a conduta dessa prudente juventude, as navegações desempenhariam papel terapêutico semelhante ao da guerra: “que ao menos as navegações levem todos aqueles que aguardam apenas o primeiro toque de caixa, a voz do pífaro, e o som animoso de uma trombeta sediciosa, para renovar de modo ainda pior nossos antigos

---

<sup>24</sup> Idem, grifos nossos.

<sup>25</sup> Idem, grifos nossos.

males”<sup>26</sup> – ou seja, afastasse do reino os súditos mais propensos à violência – provavelmente os coléricos.

Os últimos parágrafos do livro são redigidos em voz direta, direcionados ao almirante Joyeuse<sup>27</sup>:

E vós, monsenhor, chefe de navegações tão vantajosas: não quereis aí comandar em pessoa? *Não sereis vós a isso impulsionado por uma louvável vontade de tão grandes empresas, que aí executar felizmente os antigos e modernos almirantes desses diversos povo?* [...] Não é a natureza mãe comum a todos os humanos? Gregos, romanos, franceses, espanhóis ou outros que sejam? Não temos a força e saúde do corpo? A valentia, o espírito e a direção para ordenar todas essas graças comuns? [...] *Mas aguardaremos de vós o comando e daqueles que são formados com vosso calibres, empresas extraordinariamente Reais.* [...] Ao menos visitemos os países, tanto do norte quando do sul, que nos foram tão [?] tomados. Se a honra não vos sensibiliza tão de perto, que vos aguilhoie o desejo de enriquecer este país ou trazer-lhe a comodidade de tantas coisas singulares que encontrar-se-ão nessas províncias estranhas. *Ou ao menos de aliviar, por tantas levas dos mais voluntários franceses que levareis ou enviareis sob a esperança de vossa felicidade: povoar tantos países, que ainda são apenas conhecidos e descobertos de primeira vista e descoberta demasiadamente geral.* A qual levada às pesquisas particulares; não fará menos belezas, riquezas, singularidades e outras coisas novas, como fazem as mais frequentadas. *Tudo por vossa honra imortal e maravilhosa vantagem da coroa francesa*<sup>28</sup>.

A exortação se dirige diretamente ao almirante, mas é provável que se voltasse também aos leitores, que talvez pudessem mesmo influenciar o rei nesse sentido, caso poderosos o suficiente. La Popeliènere resumia nesse trecho suas propostas para as navegações francesas: elas deveriam trazer honra, renome e riqueza ao almirante e ao reino, mas principalmente mobilizar a juventude francesa para o estabelecimento e consolidação da paz. É interessante observar que não se trata de proposta exatamente colonial, muito menos do estabelecimento de um refúgio para os

---

<sup>26</sup> “du moins que les navigations emportent tout ce qui n`attend que le premier bat de caisse, la voix du fifre, et animeux son d`une séditieuse trompette, pour pirement renouveler nos anciens malheurs”.

<sup>27</sup> Sob a rubrica “Exortation à Monsieur l`Amiral, afin d`entreprendre quelque notable voyage, pour l`honneur et proffit de la jeunesse”.

<sup>28</sup> Idem, grifos nossos.

huguenotes; bastaria navegar em expedições de comércio e corso: ‘ao menos visitemos os países, tanto do norte quando do sul que nos foram [...] tomados’<sup>29</sup>.

As propostas de La Popelinière ganham significado ainda mais instigante se refletimos sobre o contexto imediato de publicação das duas obras. Os católicos intransigentes representavam grande parte da população francesa e defendiam a concórdia, ou seja, a restauração de uma religião única no reino, embora houvesse divergências sobre a maneira de atingir esse objetivo: alguns defendiam a solução pacífica dos problemas religiosos, outros pregavam a ação violenta como meio para forçar conversões, pressionar os reformados ao exílio ou simplesmente exterminá-los. A principal liderança desse grupo naquele momento era a família Guise, de grande influência no reino, sendo o clã da esposa de Henrique III. Já os huguenotes nesse momento tinham como meta principal a instituição da liberdade irrestrita de culto pela coroa e, como consequência, a consolidação da política de tolerância, ou seja, do convívio pacífico entre diferentes confissões dentro do reino. Henrique de Navarra, primo do rei, era o mais importante líder reformado nesse momento. O grupo dos descontentes era composto por católicos moderados, defensores da tolerância como forma de garantir a paz no reino, embora tivessem a concórdia como ideal a longo prazo, a realizar por vias pacíficas. Contudo, sua reivindicação mais importante era por maior participação das famílias da alta nobreza nas decisões da coroa. Suas principais lideranças eram o duque François d’Anjou, irmão mais novo do rei e a família Montmorency. Por fim, o partido pejorativamente identificado como dos políticos era composto principalmente por juristas católicos moderados, e também defendiam a tolerância, mas sustentavam a ideia de que a paz devia ser garantida pela concessão de poder absoluto e inquestionável ao rei, além do afastamento da coroa quanto às questões confessionais, relegadas à esfera particular de cada súdito. Uma das figuras mais ilustres desse grupo era o jurista e filósofo Jean Bodin .

Entre 1572 e 1584 a França passava por período de relativa paz. Grupos moderados haviam gradativamente conquistado uma posição bastante sólida, especialmente o partido nobiliárquico dos *descontentes*, em estreita colaboração com o partido huguenote. Documentos como a paz de Étigny, o édito de Beaulieu, a paz de Bergerac, o édito de Poitiers e o tratado de Nérac garantiam *tant bien que mal* a

---

<sup>29</sup> “du moins visitons les pays, tant du nord que du sud qui nous ont été [...] enlevés”.

manutenção da tolerância; em Nérac resplandecia a corte mantida em torno de Henrique de Navarra e sua sogra Catarina de Médici, onde católicos e huguenotes viviam em grande entendimento. Ainda assim, pequenos conflitos perturbavam o sossego, de quando em vez...

Desse modo, entende-se a esperança de La Popelinière de que os empreendimentos navais ajudariam a “impedir que ela [a França] recaia em suas calamidades primeiras” como ocorrera antes. *Les trois mondes* e *Amiral de France* são frutos de uma tensa paz cuja manutenção preocupava o autor diante de suas esporádicas evidências de fragilidade – com efeito, em 1584 os conflitos retornariam com brutal intensidade, levando a uma escalada de violência e caos cuja virulência não tinha equivalente nos primeiros conflitos, anteriores a 1572. Trata-se de obras escritas com olhar ansiosamente voltado para o futuro, em que a perspectiva de novas guerras devia assombrar a muitos franceses sensatos. As constantes exortações à juventude francesa tendem a confirmar essa perspectiva. La Popelinière entrevia nas navegações a possibilidade de “curar” definitivamente seu sofrido reino. Vale lembrar que as navegações seriam apenas um dos “tratamentos” possíveis, embora fique nítida a preferência de La Popelinière por essa “terapia” – a temática náutica do livro não poderia ser mais sugestiva dessa postura.

Deve-se observar que a proposta apresentada por La Popelinière dificilmente poderia ser interpretada como uma concepção de caráter imperial, mas sim uma forma de emprego “terapêutico” e “profilático” da colonização para manter a saúde do reino, especialmente a partir da “sangria” sistemática, expurgando-o de seus súditos turbulentos. Aliás, não se deve interpretar de modo algum que se tratasse de simples metáfora; o historiador falava da morte desses súditos no sentido mais literal possível. Em certo trecho, afirma com toda a clareza:

É impossível que entre eles não vão algumas pessoas de bem. Mas particular existe apenas para o público. [...] Quem já subiu em brecha bem defendida senão sobre o corpo dos primeiros e às expensas dos mais infelizes? Em suma, a Lombardia foi um tempo, se dizeis, cemitério de nossos pais; eu direi a escola da virtude; oficina do verdadeiro ofício das armas; mestra da disciplina militar: o teatro da honra, o compromisso das mais deliberadas almas dos franceses<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Idem.

Ou como diz a rubrica desse trecho:

Nos remédios ordenados para a cura do corpo ou reforma de um Estado não se pode aborrecer se um pouco de bom sangue ou alguns bons súditos se vão com os maus. Pois nenhum bem vem nunca sem algum incômodo, pela inseparável conexão dos acidentes que há na natureza humana<sup>31</sup>.

Como fazia questão de observar, para um bom médico, “amigo da natureza”, mesmo as amputações eram uma alternativa importante a considerar ante a necessidade de preservar as partes mais valiosas do corpo. *A fortiori*, para salvar o corpo monárquico também seriam aceitáveis grandes sacrifícios. Por sinal, o excedente demográfico francês, constantemente afirmado, é sempre visto como uma questão essencial para as propostas de La Popelinière: a França sofreria de crônico excesso de população. Contudo, é curioso observar que se trata de certo “malthusianismo às avessas”: não é o excesso de população que gera escassez, disputas, instabilidade e desordem, mas o suposto excesso de comodidade e riqueza que levaria os ociosos franceses a perturbar a paz do reino!

Um dos aspectos mais chamativos sobre a perspectiva ultramarina de La Popelinière é seu quase completo desinteresse por questões de ordem pragmática sobre as regiões preferíveis para navegar, colonizar ou realizar comércio, mostrando o quanto tais problemas lhe pareciam praticamente irrelevantes: o mais importante era a intervenção “terapêutica” no reino que seria realizada *através* desses empreendimentos. Para o historiador, a construção de um império marítimo ou colonial seria mera consequência da satisfação das necessidades políticas internas da monarquia francesa, ou seja, um *meio* para garantir a paz, não uma *finalidade* estratégica para a França, como se percebia na geopolítica articulada por Coligny. O Atlântico e a América não lhe importavam; o *mare liberum* pouco lhe dizia respeito. Os textos de La Popelinière mostram *mais ruptura que continuidade* em relação a outros escritos franceses sobre questões ultramarinas.

Em suma, parece-nos que o discurso ultramarino de La Popelinière se articula em torno de duas matrizes complementares. A mais importante delas era a teoria médica dos quatro humores, acompanhada dos princípios aristocráticos mais significativos na França da época. A teoria médica embasava suas propostas para a

---

<sup>31</sup> Idem.

pacificação da França, através de um argumento de necessidade. Já os valores nobiliárquicos se apresentam através de uma retórica da conveniência, destacando que os franceses encontrariam honra e proveito nas navegações, dando sempre preferência à primeira: valeria a pena perder algum proveito para obter grande honra, mas seria preferível equilibrar ambos da melhor maneira possível. Tal discurso situa-se principalmente no plano moral, mas não confessional; ao que tudo indica, La Popelinière se identificava mais profundamente com sua condição aristocrática que com sua pertença religiosa, o que deixou marcas consideráveis em seu discurso – queremos crer que o huguenote Lancelot de La Popelinière e o católico Dominique de Gougues encontrariam muito em comum, dialogando no terreno da nobreza, que lhes era familiar.

*Les trois mondes* e o *Amiral de France* nos levam mais uma vez a questionar as sobreposições ilusórias de autores reformados que nos conduzem a interpretá-los de modo homogeneizante a partir do rótulo religioso. Ao menos no que diz respeito ao ultramar, a pluralidade de perspectivas dentro do espectro de identidade huguenote nos parece de capital importância.

Desse modo, parece-nos necessário examinar mais cautelosamente a composição do “*corpus* de textos huguenotes sobre a América”, tal como proposta por Bataillon e desenvolvida por Lestringant, à medida em que a identidade confessional de seus autores nem sempre mostra-se determinante na articulação de suas opiniões e propostas, sendo sobrepujada por outras matrizes discursivas e paradigmas interpretativos – nem todos os autores reformados escrevem textos sobre o Novo Mundo sob uma perspectiva “huguenote”.

Por sinal, mesmo na obra de um católico intransigente militante como André Thevet podemos encontrar alguns pontos de convergência para com esse discurso, por vezes nos locais mais inesperados, como em certo trecho da biografia do condestável Bertrand du Guesclin em seus *Vrais portraits et vies des hommes illustres*:

Logo depois, du Guesclin, que amava grandemente o bem do rei e do reino, a fim de livrar o país de muita gente guerra, correndo e pilhando o reino, os quais se faziam chamar “a grande companhia”, como gente apanhada de várias nações, tanto ingleses, navarrenses, normandos, gascões, quanto franceses, tanto fez junto aos capitães, aos quais ele foi, por salvo conduto, que ele os reuniu e ficaram contentes de ir combater pela fé contra os sarracenos, que estavam na Espanha, e contra Pedro de

Espanha, o mais maldoso, tirano e desleal que havia então sobre a terra<sup>32</sup>.

A ideia de pacificação do reino pela “sangria” de elementos perturbadores se fazia presente num relato de fatos ocorridos durante a Idade Média, cerca de duzentos anos antes, por volta de 1365. Considerando-se a perspectiva de uma *Historia magistra vitae* adotada por Thevet, os resultados positivos obtidos por du Guesclin séculos antes deveriam ser encarados como uma iniciativa a ser imitada pelos franceses de sua época, indo ao encontro das ideias defendidas pelo huguenote La Popelinière. Apropriando-se da História ou do discurso médico, os dois autores, em campos bastante diferentes do espectro político, concebiam uma solução semelhante para os problemas do reino.

Vale cotejar essas propostas a outras contemporâneas, que também visavam superar as vicissitudes do reino. Como evoca Crouzet, Carlos IX e sua mãe praticaram uma “utopia retórica”, uma política de inspiração neoplatônica e ficiniana, em que o exercício da eloquência orientada por inspiração divina poderia conduzir os súditos à virtude e instaurar no reino o amor no lugar da violência e do caos. Esse programa se traduzia em festas, bailes, encenações, publicações, entre outras manifestações que visavam inspirar os súditos, especialmente a corte, a torná-lo realidade<sup>33</sup>.

Crouzet também propõe uma leitura das profecias de Nostradamus a partir dos princípios da medicina hipocrática, em que prognóstico e presságio se confundem numa estética do terror:

O Nostradamus astrófilo e profeta é assim um médico que transfere e aplica sua epistemologia à compreensão do tempo humano para tentar oferecer uma terapia a seus contemporâneos aflitos com seu devir. Um método oscilando entre aforismos, sentenças, provérbios e enigmas oraculares<sup>34</sup>.

Parece lícito considerar os escritos ultramarinos de La Popelinière como parte desse movimento maior através do qual seus contemporâneos buscavam, a partir de variados paradigmas, saídas para as angústias de seu tempo, para isso apropriando-se do imaginário das navegações e da colonização, batendo às portas da utopia.

---

<sup>32</sup> THEVET, André. *Les vrais portraits et vies des hommes illustres*. Paris: veuve Jacques Kerver et Guillaume Chaudière, 1584, Op. cit., f. 260.

<sup>33</sup> Cf. CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis*. Paris: Albin Michel, 2005, pp. 17-199; CROUZET, Denis. *La nuit de la Saint-Barthélemy – Un rêve perdu de la Renaissance*. Paris: Pluriel, 2010.

<sup>34</sup> CROUZET, Denis. *Nostradamus – Une médecine des âmes à la Renaissance*. Paris: Payot, 2011, p. 21.

## II – Inesperadas alianças

Como vimos, a França da década de 1580 vivia situação bastante ambígua, gozando de relativa paz interna, livre dos conflitos religiosos de maior vulto, em grande medida graças à assinatura do tratado de Nérac em 1579. O documento concedia aos reformados liberdade restrita de culto e o comando de algumas praças de segurança, garantindo uma duradoura trégua<sup>35</sup>.

Entretanto, as tensões ainda eram grandes, principalmente por parte dos católicos intransigentes. Em 1576 a reunião dos Estados Gerais em Blois, cujos deputados eram majoritariamente católicos, consolidara a decisão de restaurar a concórdia no reino - ou seja, a existência de uma confissão única - ainda que a longo prazo e por vias pacíficas. Mais preocupante era a grande quantidade de ligas católicas surgidas nesse mesmo ano e nos seguintes, com estatutos por vezes ameaçadores, como o da liga de Péronne, que explicitava o intento de lutar até a última gota de sangue pelo restabelecimento da primazia católica. Henrique III tentaria domesticar esse movimento, fundando sua própria liga e exigindo submissão das demais, mas muitas dessas agremiações não obedeceram tais imperativos, enquanto a maioria chegou a aderir apenas parcialmente ao juramento de fidelidade ao monarca. Por outro lado, a figura de Felipe II com sua rígida postura religiosa era cada vez mais estimada pelos católicos intransigentes franceses, agravando as preocupações dos Valois<sup>36</sup>.

Esse período assistiu também à campanha de François d'Anjou, irmão caçula do rei, contra os Países Baixos espanhóis, dominados pelos Habsburgo. Essa empresa, iniciada em 1579, seria marcada pela ambiguidade e hesitação dos envolvidos. Como principal líder dos *descontentes*, o duque de Anjou contava com huguenotes e católicos moderados; também agia como aliado do príncipe de Orange e dos Estados Gerais dos Países Baixos e com o apoio velado de Henrique III, mas sua parceira mais convicta na iniciativa era Catarina de Médici<sup>37</sup>. De fato, para a rainha mãe tratava-se

---

<sup>35</sup> Uma exceção foi a dita “guerre des amoureux”, mas deve-se observar que ocorreu em região limitada e teve curta duração (JOUANNA, op. cit., p. 290).

<sup>36</sup> O juramento imposto às ligas por Henrique III estabelecia obediência ao rei, e não aos Estados Gerais, além de declará-lo chefe das ligas, em lugar dos líderes eleitos (JOUANNA, op. cit., pp. 242-245).

<sup>37</sup> É difícil narrar brevemente o complexo drama de François d'Anjou nos Países Baixos, transcorrido entre 1579 e 1583. O acordo originalmente estabelecido por incentivo de Orange entre Anjou e os Estados Gerais encarregava o duque de proteger a região contra os espanhóis, mas as relações entre as partes levaram Anjou a atacar aqueles que deveria proteger, após uma escalada de tensão. A ocupação de algumas cidades pelas tropas francesas durou de janeiro a abril de 1583, e o conflito resolveu-se pela reconciliação entre o duque e os Estados Gerais, mediada por Orange, com grave desvantagem para Anjou, que se viu pressionado a ceder boa parte de seus homens às cidades atacadas. A cumplicidade de

principalmente de articular uma guerra bifrontal contra Felipe II. Enquanto seu filho agia ao norte, a florentina atacava pelo sul, imiscuindo-se na sucessão a Dom Sebastião. Após uma mal sucedida tentativa de estabelecer seu próprio direito ao trono português, a rainha mãe unia-se em 1580 ao Prior do Crato, então refugiado na Inglaterra. Crouzet supõe que ela não acreditasse realmente nas possibilidades de sucesso das duas operações militares, mas nelas visse um meio de pressão sobre Felipe II, de modo a facilitar o arranjo de um casamento espanhol para François d'Anjou<sup>38</sup>.

Dom Antônio e Catarina de Médici planejavam derrotar Felipe II pela guerra naval, com o apoio tácito do monarca francês. A ilha Terceira, nos Açores, permanecia fiel ao Prior do Crato, e serviria de base para uma estratégia de retomada das posses insulares lusitanas, incluindo a Madeira e Cabo Verde, seguida pela conquista de Portugal. Essa iniciativa seria financiada pelo tesouro pessoal da rainha mãe; em troca, Dom Antônio prometia ceder a América portuguesa à coroa dos Valois. Em junho de 1582 uma frota de cinquenta e cinco navios franceses e cerca de dez mil homens partia comandada por Felipe Strozzi, primo de Catarina de Médici. Avisado por seus espiões, Felipe II enviou uma esquadra, comandada pelo marquês de Santa Cruz, veterano de Lepanto. As forças inimigas encontraram-se em julho nas costas da ilha Terceira, onde as esperanças do Prior do Crato e sua aliada naufragaram na sangrenta batalha. Strozzi morreu em combate e Santa Cruz ordenou a execução de dois mil prisioneiros franceses; pior ainda, o marquês logo publicaria um relato do feito, enaltecendo sua ação. O impresso incentivaria Henrique III a uma ação mais direta, e em 1583 tropas francesas desembarcavam na Terceira, apenas para serem esmagadas por Santa Cruz em combate terrestre. Era o fim da dispendiosa intervenção dos Valois na questão sucessória portuguesa<sup>39</sup>.

Um dos documentos mais interessantes acerca do episódio é a *Vie, mort et tombeau du puissant seigneur Philippe de Strozzi*, publicado em 1582 por H. T. S. de

---

Catarina de Médici nessa campanha foi grande, inclusive através da concessão de recursos oriundos de sua fortuna pessoal, como atestam as cartas trocadas entre ela e o filho (CHEVALIER, Pierre. *Henri III*. Paris: Fayard, 1985, pp. 478-483).

<sup>38</sup> Catarina de Médici fundamentava seu direito ao trono português em sua descendência de Mahaut, condessa de Bolonha e esposa repudiada de Afonso III de Portugal, argumento que não obteve muito crédito entre os contemporâneos (CHEVALIER, op. cit., pp. 483-484; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002, pp. 74-77; CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis*. Paris: Albin Michel, 2005, p. 581).

<sup>39</sup> Pierre Chevalier aborda com maiores detalhes os meandros dessa estratégia, especialmente através de documentação epistolar trocada entre os envolvidos. (CHEVALIER, Op. cit., pp. 484-487).

Torsay e reeditado em 1611<sup>40</sup>. Segundo o próprio relato, Torsay era um dos clientes da casa dos Strozzi, e parece ter sido um católico tolerante, talvez mesmo um *malcontent*, como acontecia com boa parte dos que gravitavam na esfera de influência de François d'Anjou. Mais precisamente, o autor era *gouverneur* do nobre ítalo-francês, encarregado de suas finanças e da gestão pecuniária de seus empreendimentos militares e navais; segundo esclareceria André Thevet dois anos depois, Torsay fôra mesmo incumbido de parte da educação militar de Philippe Strozzi: “sob o encargo e condução do senhor de Torsay, Harman Taffin, com a idade de quinze anos foi enviado ao Piemonte, para aí tomar os primeiros rudimentos da guerra [...]”<sup>41</sup>.

Em seu preâmbulo Torsay expressa as intenções pedagógicas da obra. Assim como La Popelinière, procurava imaginar meios de consolidar a tensa trégua que viviam então e evitar novos conflitos; segundo ele, as lições tiradas da vida exemplar de Strozzi poderiam contribuir para o restabelecimento da França após as misérias das guerras civis:

[...] que poder-se-ia desejar de mais oportuno para buscar restaurá-la [a França] de tais perdas, senão pela representação do passado ensinar os sobreviventes e a posteridade a ser mais sábios e, *pelas virtuosas ações dos mortos no fiel serviço dessa coroa, provocá-los a imitar sua fidelidade e valor*<sup>42</sup>?

Assim como o huguenote La Popelinière, o católico Torsay apostava nas virtudes nobiliárquicas a serviço do poder monárquico como forma de garantir a pacificação francesa. Desde as primeiras páginas, sua biografia de Strozzi mostra-se um panegírico dessas virtudes cultivadas pelo nobre italiano desde a mais tenra idade, dedicando longo espaço à educação recebida pelo pequeno Strozzi junto ao futuro Francisco II em Saint-Germain-en-Laye, na companhia dos pequenos príncipes da casa real, de Maria Stuart e “dos filhos das mais ilustres casas de França”. Segundo Torsay, seria uma “verdadeira escola de gentilezas e generosos exercícios”. Acrescenta ainda que o jovem Strozzi fora educado na “pequena corte do delfim” a convite do próprio

---

<sup>40</sup> TORSAY, H. T. S. *Vie, mort et tombeau du puissant seigneur Philippe de Strozzi*. In: Archives curieuses de l'Histoire de France, 4<sup>a</sup> série, T. IX. Paris: Beauvais, 1836.

<sup>41</sup> “sous la charge et conduite du Sieur de Torsay, Harman Taffin, en l'âge de quinze ans fut envoyé en Piemont, pour y prendre les premier rudiments de la guerre [...]” (TORSAY, Op. cit., p. 433; THEVET, André. *Les vrais pourtraits et vies des hommes illustres, grecs, latins et payens recueillis de leurs tableaux, livres, médailles antiques et modernes*. Paris: Veuve Jacques Kerver et Guillaume Chaudière, 1584, T. II, f. 479v<sup>o</sup>).

<sup>42</sup> Cf. TORSAY, Op. cit., p. 403.

Henrique II, e que Catarina de Médici tinha “sempre feito essa honra ao dito senhor de Strozzi de tomar por ele proteção e um cuidado singular”<sup>43</sup>.

A bem dizer, a narrativa de Torsay procura apresentar Strozzi como o aristocrata exemplar, segundo critérios muito semelhantes àqueles expressos de forma paradigmática por Castiglione. Philippe Strozzi e seu pai Pierre seriam amantes das letras e donos de respeitável biblioteca, além de entreter um rico gabinete de curiosidades. Destaca que em suas campanhas Philippe Strozzi levava sempre consigo uma “biblioteca portátil” e que alguns membros de sua família eram “excelentes poetas de seu tempo”. Torsay dedica ainda bons parágrafos ao interesse e talento musicais de Philippe Strozzi<sup>44</sup>.

O perfil biográfico de Strozzi presente nos *Vrais portraits et vies des hommes illustres* de André Thevet segue caminho semelhante, afirmando que o fim dessa narrativa seria mostrar “à posteridade a devoção que ele teve no serviço dessa coroa”. Essa convergência de objetivos seria dificilmente estranhável, tendo em vista que a biografia de Torsay não apenas servia como modelo e principal fonte para o relato de Thevet, mas alguns trechos bastante longos eram resumidos ou copiados *ipsis litteris* do livro publicado dois anos antes pelo fiel servidor de Philippe Strozzi. A bem dizer, as poucas contribuições originais do texto de Thevet ao perfil do nobre ítalo-francês são constituídas por comentários elogiosos ao biografado<sup>45</sup>.

Como seria de esperar, o autor concede grande atenção aos feitos militares do biografado, mas é interessante observar o quanto se mostrava fiel à finalidade alegadamente apaziguadora de seu relato. Destaca a boa relação de Strozzi com os huguenotes, especialmente sua grande amizade com os nobres huguenotes de La Noue e Teligny, compondo uma “tríade de amigos” criados juntos em torno de Francisco II. Não é sem eloquência que narra que ao receber a notícia da morte de Teligny durante os massacres de São Bartolomeu Strozzi “não se dissimulou” e na ocasião teria dito “alto e claramente que ele o teria salvo se lá se encontrasse, ou ter-se-ia feito matar com ele”. Nos valores e na educação aristocrática se encontrariam as chaves para a resolução das guerras de religião. Outro episódio de sua trajetória bastante emblemático nesse sentido seria sua atuação durante o sítio da cidade marítima de Brouage. A crer em Torsay,

---

<sup>43</sup> “des enfants des plus illustres maisons de France”; “vraie école de gentillesses et généreux exercices”; “toujours fait cet honneur audit Seigneur de Strozze d’en prendre la protection et un soin singulier” (Idem, pp. 407-408, 411-412).

<sup>44</sup> “bibliothèque portative”; “excellents poètes de leur temps” (Idem, pp. 420-422).

Strozzi teria por iniciativa própria estabelecido negociação com os huguenotes da cidade para resolução pacífica do cerco, prontificando-se mesmo a se entregar como refém para as negociações, “os abandonava apenas depois de tê-los deixado em toda segurança no lugar onde queriam se retirar”, cumprindo fielmente essa promessa – Thevet, católico intransigente, não menciona essas simpatias e amizades, o que não chega a surpreender<sup>46</sup>.

A atuação de Strozzi no ultramar mostra-se convergente a esses objetivos na economia do relato de Torsay, segundo o qual seu biografado tinha “uma natural inclinação para a marinha”, por ter nascido em Veneza, inclinação essa exercida pela primeira vez durante o cerco de Malta, na década de 1540<sup>47</sup>. Contudo, a crer em seu biógrafo, o nobre ítalo-francês via nos mares a solução para os problemas internos do reino:

Mas ele estava [durante São Bartolomeu] desde algum tempo em Brouage com um bom número de navios de seus amigos para acompanhá-lo em *uma empresa de mar, onde ele tinha um contínuo desejo de empregar sua vida fora da França para desviá-la de sua ruína*, de outro modo totalmente evidente por tão frequentes guerras civis, como aparentava que este seu desígnio poderia nisso ajudar grandemente, *se encontrando com um outro desígnio com o mesmo fim*, que se tratava muito surdamente pelo senhor príncipe de Orange e pelo senhor conde Ludovic de Nassau, seu irmão; que encontrando-se na guerra com aqueles da religião [reformada] nos tumultos do ano 69, assistindo-os com suas pessoas e conselho, e com as forças que eles puderam levar contra os perturbadores do repouso público e infratores dos éditos concernentes ao dito repouso e a religião, encontrando-se em semelhante acessório e necessidade, *tratavam secretamente com o senhor almirante e outros senhores da religião na França, para serem igualmente assistidos por eles*<sup>48</sup>.

Torsay complementa o quadro mencionando uma aliança supostamente firmada entre Carlos IX e Nassau contra a Espanha, devido a notícias “de que modo e sob que pretextos se tinham desfeito do dito príncipe de Espanha, e da rainha Elizabeth, filha da França”. Tais notícias teriam chegado ao rei de França por um certo “Bossulus”,

---

<sup>45</sup> “à la posterité la dévotion qu’il a eu au service de cette couronne” (THEVET, *Vrais portraits...*, Op. cit., f. 479 vº).

<sup>46</sup> “trio de d’amis”; “haut et clair qu’il l’eut sauvé s’il y fut trouvé, ou qu’il se fut fait tuer avec lui”; “haut et clair qu’il l’eut sauvé s’il y fut trouvé, ou qu’il se fut fait tuer avec lui”; “ne les abandonnant point qu’il ne les eut rendus en toute sureté au lieu où ils se voudraient retirer” (TORSAY, p. 429, 432-433).

<sup>47</sup> “une naturelle inclination à la marine” (Idem, pp. 423-427).

<sup>48</sup> Idem, p. 429.

que fora preceptor de Carlos, príncipe da Espanha, em encontro arranjado através do marechal de Montmorency, então um dos líderes do grupo dos *malcontents*. Nassau teria então enviado uma delegação secreta a Paris para tratar uma aliança e Carlos IX e Catarina de Médici ter-se-iam decidido

de tomar sua vingança e favorecer esses belos e vantajosos desígnios dos Países Baixos; de tal modo que, no que tange ao senhor Strozzi, o fidalgo que estava de sua parte na corte obteve para ele e sua tropa de Brouage [...] não somente permissão de sair, mas de ir aos Países Baixos em favor do dito desígnio<sup>49</sup>.

Diz Torsay que alguns membros do conselho régio teriam se irritado tanto “de que aqueles da religião [reformada] levassem o rei a tão alto desígnio” que buscaram atrasar a partida de Strozzi e também teriam posto a rainha mãe “em tal desconfiança do senhor almirante (de quem o rei gostava muito)”, convencendo-a de que essa iniciativa atrairia a hostilidade do papa e de Felipe II contra a França, de modo que a expedição de Strozzi, reunida “com tantas penas e gastos”, foi mobilizada para o cerco de La Rochelle. Em relação a esse episódio merece destaque o seguinte comentário do autor:

Mas além de ser inimigo dos tumultos e guerras civis na França [...], é certo que ele não empreenderia um tão grande preparo marítimo, com tal despesa de seus amigos [...], sem uma resolução comum bem pesada entre eles, todos pessoas honradas e bons franceses, e sem tê-lo comunicado ao senhor almirante e nisso teve boa resolução e decisão, que de outro modo tê-lo-ia impedido, como podia em consequência de seu cargo de almirante. O qual, ao contrário, não apenas o aprovou e encorajou, mas o favoreceu em tudo que pôde; como também fizeram aqueles de La Rochelle<sup>50</sup>.

As consequências dessas afirmações não são pequenas para nosso estudo, demonstrando que a atuação marítima de Strozzi se originara em parceria com os “gueux de mer” holandeses e, principalmente, com o almirante Coligny. A comparação à iniciativa de Dominique de Gourgues parece quase inevitável. Mais que tudo, reforça nossos questionamentos sobre o caráter puramente confessional dos esforços navais empreendidos por Coligny. A bem dizer, o relato de Torsay revela uma rede bastante complexa de relações, concepções e interesses políticos, envolvendo desde os huguenotes franceses e batavos mobilizados pelo almirante, os “descontentes” católicos

---

<sup>49</sup> “de quelle façon et sous quels pretextes on s’était défait dudit prince d’Espagne, et de la Reine Elizabeth, fille de France”; “d’en prendre la vengeance et favoriser ces beaux et avantageux desseins des Pay Bas; tellement que, pour le regard du seigneur Strozzi, le gentilhomme qui était de sa part à la court obtint pour lui et sa troupe de Brouage [...] non seulement congé de sortir, mais d’aller au Pays-Bas en faveur dudit dessein” (Idem, p. 430).

como o príncipe François d'Anjou ou o marechal de Montmorency, pouco favoráveis à centralização política e mesmo o rei e a rainha-mãe. Contudo, trata-se sempre de figuras comprometidas com a manutenção da tolerância e a pacificação do reino, apesar de seus diferentes posicionamentos no espectro político francês da época. Ao que parece, o ultramar era assunto que mais unia que afastava.

Outro episódio interessante nesse sentido diz respeito à expedição do “capitão Testu (excelente piloto) rumo a Nombre de Dios”, organizada e financiada por Strozzi em 1572; por sinal, teria sido sua única empresa realmente lucrativa, pois segundo Torsay em suas iniciativas havia “sempre posto mais que recebido, exceto uma vez”. O autor dedica quatro minuciosas páginas à narrativa dessa aventura. Após o retorno, diz Torsay,

O dito senhor Strozzi, impulsionado pela sobredita alegria e contentamento, decidiu levar as ditas placas de ouro para mostrá-las ao rei Carlos, seu bom senhor, que, perguntando-lhe o que eram e como as obtivera, fez-lhe particularmente todo o discurs; e como ele era muito íntimo de sua majestade, tendo-lhe esta sempre feito a honra de amá-lo unicamente e com grande familiaridade, tomou ocasião de contar-lhe que (como haviam proposto àqueles que ele enviara na dita viagem) *se eles estivessem em maior número, teriam feito muito mais, talvez ali aninhar-se em algum canto para poder retornar em melhores condições, como ele pensava poder fazer ainda se sua majestade desejasse assisti-lo, empresa digna dela, e que viria a seu grande proveito, e aumento da grandeza, e vantagem sobre seus inimigos, com seguro repouso para a França, descarregando-a mesmo dos humores ruins que faziam-na tão frequentemente recidivar*. E sua majestade, juntando desse modo essas minas de ouro, prata, pérola, pedrarias, especiarias e outras tais riquezas que temos apenas pela misericórdia de outros, às minas da França, de trigos, vinhos, sal, tecidos, tinturas, miudezas e outras tais coisas necessárias de que ela abunda, e sem as quais os espanhóis e outros vizinhos e estrangeiros não podem passar, ela ser-lhes-ia não apenas temível, mas dominante, talvez a toda a cristandade, talvez a todo o mundo. *Sua majestade fez-lhe conhecer bem quanto essa proposta lhe agradava, mas desculpou-se por não poder ainda considerá-la*<sup>51</sup>.

O trecho acima parece bastante interessante por mostrar que as ambições navais francesas nesse momento não descartavam as perspectivas de colonização no Novo Mundo. Além disso, mostra sutil convergência para com as propostas “médico-

---

<sup>50</sup> Idem, pp. 431-432.

<sup>51</sup> Idem, pp. 433-437.

políticas” elaboradas de modo muito mais sistemático por La Popelinière no mesmo período.

Há poucos motivos para desconfiar dessas afirmações de Torsay. Como homem de confiança de Strozzi, era provavelmente um *insider* em suas operações, bem informado dos circuitos políticos em que as mesmas estavam inseridas. Por sinal, deve-se destacar a interdependência entre os gestos pacificadores de Strozzi e a preocupação de Torsay em registrá-los, explicitá-los, explicá-los e reavivá-los através de sua narrativa. Nesse sentido, ato e relato constituem iniciativas intimamente imbricadas e, em última análise, dificilmente dissociáveis, encontrando-se no mesmo registro de intencionalidades quanto ao contexto político da monarquia francesa durante as guerras de religião. Publicado logo após a morte de Strozzi, o livro de Torsay era, em certa medida, seu testamento político, dominado pela manifesta intenção de erigir sua conduta em paradigma para a superação dos problemas que então assolavam a França.

A atuação de Strozzi nos Açores e sua trágica, porém heróica, morte coroam o retrato do nobre e cortesão exemplar elaborado por Torsay. Segundo ele, a oportunidade aberta pela sucessão de D. Sebastião vinha justamente ao encontro dos anseios de Strozzi e seus projetos de pacificação do reino pela via ultramarina:

[...] *como ele era naturalmente inimigo da guerra civil e desejo da estrangeira (estimando-a a salvação e repouso da França), apresentando-se a ocasião de oferecer socorro ao rei D. Antônio, rei de Portugal, para restabelecê-lo em seus reinos e Estados, a rainha, mãe do rei, empreendeu-o pelo interesse que ela também tinha por sua conta, como vinda de uma filha e herdeira da casa de Bolonha, descendente em linha direta de um rei de Portugal; de que ela e o dito rei D. Antonio entraram em acordo que, restabelecido ele em seus Estados, ela teria por suas pretensões a região do Brasil. Desejando também avançar o senhor Strozzi, quis que ele fosse general da armada por ela preparada, com permissão do rei, que estava no rio de Nantes, com poder geral sobre todo o exército e empresa, e comando ao senhor Strozzi, e ao senhor Brissac de recebê-lo e obedecer-lhe; a dita armada composta pelas companhias e navios que seguem*<sup>52</sup>

Em primeiro lugar fica evidente a pluralidade de interesses convergentes envolvida nessa iniciativa. Para Dom Antônio significava a retomada do trono português; para Catarina de Médicis, uma nova frente no combate à vertiginosa escalada de poder de Felipe II e dos Habsburgos; para Strozzi, integrava seu esforço de pacificação da França pela via naval. Nesse sentido, vale lembrar dois curiosos

documentos cuja elaboração precede a aliança entre o Prior do Crato e a rainha mãe de França. Trata-se de duas cartas desenhadas na cidade de Dièppe em 1579, pelo cartógrafo normando Jacques de Vau de Claye. As duas exibem um estandarte com as armas de Strozzi a tremular sobre as terras do Novo Mundo. Uma delas representa a costa do Brasil como um todo e a outra, em escala mais minuciosa, detalha a região entre a Baía de Guanabara e Cabo Frio<sup>53</sup>. Ambas são bastante complexas, integrando informações de diversos níveis. O caráter prático dessas informações e suas intencionalidades políticas parecem bastante evidentes, como já discutimos em outra oportunidade:

De Vau de Claye retrata em seu mapa [do Brasil] informações náuticas, enumerando os dados necessários à navegação do país. Expõe também dados de fundo econômico, demarcando as áreas de ocupação colonial lusitana e o que elas produzem. Da mesma forma, mapeia as tribos indígenas e acumula diversos informes a respeito das mesmas. Ainda mais chamativa é uma legenda que demonstra com bastante clareza a intenção militar do trabalho: um semicírculo assinala um território com a seguinte legenda *sauvages pour faire la guerre aux portugais*. A intenção militar de reconquista do Brasil não poderia ser mais clara. [...] A outra carta é também muito interessante, e retrata a região do Rio de Janeiro, em termos bastante parecidos com aqueles da anterior. Nela, uma série de legendas indica posições estratégicas que demonstram de modo mais claro a sua intenção bélica, como “*ici est le côté pour prendre Geneure*. É interessante observar não apenas a intenção de reconquistar o Brasil, mas também a persistência da Guanabara como ponto estratégico chave. E, sem qualquer sombra de dúvida, a presença do estandarte de Strozzi sobre o Brasil é de um simbolismo sumamente significativo, antecipando uma retomada do domínio francês na região, num estágio ainda mais avançado, cobrindo toda aquela França Antártica identificada por Thevet, que ia do Estreito de Magalhaes às “Terres des Canibales”, atual Paraíba<sup>54</sup>.

No trabalho ora citado buscávamos usar as cartas em questão como mero testemunho da continuidade da atenção francesa à região na época, especialmente no que dizia respeito às discussões huguenotes contemporâneas. É com certa satisfação que

---

<sup>52</sup> Idem, p. 443.

<sup>53</sup> No livro de Jourdin e La Roncière é possível encontrar boas reproduções das cartas em questão (JOURDIN, Michel Mollat du e LA RONCIÈRE, Monique de. *Les Portulans – Cartes marines du XIIIe au XVIIe siècle*. Friburgo: Office du Livre, 1984).

<sup>54</sup> TAVARES, Luiz F. F. *Entre Genebra e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011, pp. 124-125.

notamos que o historiador Frank Lestringant chegou a conclusões convergentes a respeito dessas fontes em trabalho recente<sup>55</sup>.

No entanto, tal documentação parece ainda mais enriquecedora para o presente trabalho, reforçando a relação de continuidade e as complexas articulações entre os conhecimentos teóricos e pragmáticos produzidos pelos pilotos e cartógrafos normandos, e as concepções geopolíticas harmoniosamente glissando do huguenote Coligny ao católico Strozzi, passando por inúmeros outros que em algum momento participaram de sua elaboração ou expressão. Por outro lado, demonstra a plasticidade e adaptabilidade dessas propostas estratégicas, repensadas ao sabor das mutações políticas internas e externas da França, mantendo um núcleo de pensamento relativamente constante e ao mesmo tempo metamorfoses pontuais de objetivos e métodos de realização.

Bom exemplo disso é a constância da Baía de Guanabara nos horizontes coloniais franceses, servindo como traço de união entre a defunta França Antártica e a ação de Strozzi nos Açores, situação derivada provavelmente de questões propriamente náuticas relacionadas ao regime de ventos que tornavam a Guanabara tão importante em termos estratégicos para todos os europeus, oferecendo um porto enormemente vantajoso por suas peculiaridades e por sua posição em relação aos alísios do Atlântico Sul, tornando-o importante escala das rotas que ligavam Europa, África, América e mesmo o caminho para o Índico. As considerações políticas e estratégicas não estavam divorciadas do saber de pilotos e cartógrafos na França quinhentista.

Por outro lado, a datação da carta elaborada por Jacques de Vau de Claye sugere que as ambições brasileiras de Strozzi antecederiam a conjuntura específica que propiciou sua expedição. Ao que parece, a tragédia de Alcácer-Quibir e suas consequências mais imediatas já prenunciavam oportunidades no litoral sul-americano, talvez justificando ainda em 1579 uma encomenda ao cartógrafo por parte de Strozzi. A invasão de Portugal pelas tropas do duque de Alba em 1580 modificava o quadro, conduzindo à aliança entre Catarina de Médici e o Prior do Crato, provavelmente obrigando o nobre ítalo-francês a revisar seus planos, passando da potencial hostilidade contra os portugueses - expressa nas cartas de De Vau de Claye - à aliança inesperadamente cunhada entre os dois pretendentes ao trono lusitano.

---

<sup>55</sup> Cf. LESTRINGANT, In: LE TESTU, Guillaume. *Cosmographie universelle selon les navigateurs tant anciens que modernes*. Paris: Arthaud, 2012, p. 23.

Por sinal, faz-se necessário tecer alguns comentários em torno do modo pelo qual Torsay concebe a questão da sucessão lusitana. Em primeiro lugar, sempre se refere ao Prior do Crato como “Roi du Portugal”, legitimando *a priori* suas reivindicações ao trono português em detrimento de Felipe II. A simples caracterização de Dom Antônio como “Rei de Portugal” e não como “herdeiro” ou “pretendente” evita deixar margens para o questionamento de suas prerrogativas e direitos: para Torsay, o problema não estava aberto à discussão. Thevet usa o mesmo artifício retórico em sua caracterização do “Roi du Portugal” – possivelmente seguindo a deixa de Torsay.

A narrativa salienta ainda a aclamação do povo português a D. Antônio em sua chegada à Terceira; provavelmente Torsay destacava esse episódio de modo a reforçar a legitimidade das reivindicações do Prior do Crato:

Nesse mesmo dia, o rei D. Antônio desceu em terra e veio se alojar com o exército, onde *de toda parte os habitantes da ilha e oficiais vieram encontrá-lo*. Foram-lhe inclusive trazidas todas as bandeiras das cidades em testemunho de obediência, com as chaves ofertas de tudo que estava em seu poder, do que sua majestade lhes agradeceu, com todas as promessas e garantias de bom tratamento que dele podiam desejar, que, por hora, não lhes pediu nada além de víveres para os franceses, do que prometeram dar ordem<sup>56</sup>.

Talvez essa insistência na preferência dos portugueses por Dom Antônio por parte de Torsay levasse em conta o costume lusitano de aclamação do rei pelas cortes – quem sabe lembrando o próprio precedente do advento do Mestre de Avis como rei.

Por outro lado, as reivindicações de Catarina de Médici à sucessão portuguesa são tratadas por Torsay em caráter igualmente legítimo. De fato, Torsay assinala que a rainha mãe e D. Antônio “acordaram que, restabelecido ele em seus Estados, ela teria por *suas pretensões* a região do Brasil”. Desse modo, seus arranjos com o Prior do Crato deveriam assim ser encarados não como mera aliança de ocasião contra Felipe II, mas como verdadeira partilha do legado de D. Sebastião entre seus legítimos herdeiros. Todavia, não é fácil imaginar por que razões as reivindicações da rainha mãe deveriam ser consideradas mais razoáveis que as do monarca espanhol – exceto a necessidade retórica em que ela e D. Antônio se encontravam de justificar sua aliança. Talvez sua manobra se justificasse simplesmente por ser fruto de entendimento amigável entre os pretendentes ao trono vacante, e não se basear no uso da força. É difícil imaginar quais seriam as intenções de Catarina de Médici caso sua aposta

---

<sup>56</sup> TORSAY, Op. cit., p. 449.

atlântica encontrasse êxito. Talvez seu plano fosse submeter o Brasil a sua autoridade pessoal com posterior incorporação dos novos territórios à coroa francesa, de modo semelhante ao que se passara com a Bretanha algumas décadas antes.

Esses interesses tão fragilmente coligados se refletiam de certo modo na heterogênea composição das tropas conduzidas por Strozzi aos Açores, majoritariamente integradas por soldados franceses, alguns fidalgos voluntários igualmente gauleses, além dum pequeno grupo português que incluía o próprio D. Antônio, que viajava na nau almirante junto a Philippe Strozzi. Além disso, pretendiam encontrar no Atlântico um grupo de capitães ingleses que havia partido antecipadamente da França para participar da campanha, sob ordens de certo seigneur Landreau; o caráter dessas tropas britânicas não é claramente definido: seriam voluntários ou mercenários a soldo de Catarina de Médici, de D. Antônio ou da coroa inglesa? De qualquer modo, chegaram aos Açores com grande antecedência e durante algum tempo – que Torsay não define com exatidão - aguardaram Strozzi na Terceira, porém quando os navios do comandante ítalo-francês finalmente chegaram à ilha de São Miguel esses reforços ingleses já haviam feito meia volta<sup>57</sup>.

A narrativa final da derrota contra a armada do marquês de Santa Cruz emprega a tópica já consolidada na França da crueldade, truculência e covardia dos espanhóis de modo a ressaltar a diferença entre as justas reivindicações de lusitanos e franceses e a violência com que os hispânicos impunham sua vontade ao povo português. Por sinal, Torsay também caracterizava a ação espanhola como violação ao tratado de Cateau-Cambrésis:

Não obstante, contra o costume entre guerreiros igualmente cristãos, o marquês, abusando insolentemente da vitória, contra o compromisso feito quando se renderam, tratou mais barbara e cruelmente os prisioneiros franceses, que se fossem turcos ou canibais, qualificando-os, para colorir sua crueldade, saqueadores, ladrões, piratas, perturbadores do repouso público, e infratores da paz jurada e publicada contra o rei muito cristão e o sei seu senhor, *como se ignorasse (o que era conhecido por todo mundo) que a majestade cristã nada tinha a ver com essa empresa*, mas que era uma querela particular do rei Antônio de Portugal, reivindicando *o que ele estimava justamente pertencer—lhe*, e o dito senhor marquês disso tinha um testemunho particular na boa acolhida que lhe relatavam ter sido feita ao dito rei D. Antônio pelos habitantes da ilha de São Miguel, *e no desejo que geralmente os portugueses, em todo*

---

<sup>57</sup>“étaient demeurés d'accord que, lui rétabli en ses États, elle aurait pour ses prétentions la région du Brésil” (Idem, pp. 443-448).

*Portugal e estados dependentes, declaravam tê-lo por rei.* Dos quais estados via-se excluído após seu retorno da prisão na África, onde o rei Sebastião fora morto, assim desprovido de todos os meios, ele recorrera à rainha mãe do rei muito cristão, Catarina de Médici, que nisso também tinha nobre interesse, e com ele entrara em acordo mediante esse socorro, como dito acima<sup>58</sup>.

Torsay finalizava a narrativa da morte de Strozzi por uma breve síntese da crise de sucessão portuguesa, esforçando-se para embasar as acusações de injustiça e ilegitimidade da conduta de Santa Cruz contra seus prisioneiros dos Açores; afirma que retornando à Europa, D. Antônio - sempre “Roi de Portugal” - conclamava Catarina de Médici a “uma comum vingança”; ao que parece, o verdadeiro objetivo de Henrique III e da rainha mãe era evitar a todo preço que o trono português caísse nas mãos de Felipe II, não importando tanto quem exatamente ficaria com o poder<sup>59</sup>.

Bom complemento a nossa análise é o perfil biográfico de Dom Sebastião apresentado por Thevet em sua galeria de homens ilustres, que serve de pretexto para traçar ao mesmo tempo um elogio das navegações e uma crítica à situação da França coetânea, como bem observa Lestringant.

A cidade de Lisboa crescia à vista d`olhos, sendo não somente uma das principais de Portugal, mas de toda a Europa, e talvez o mais belo porto de todo o Oceano. Das Índias também esse rei recebia um proveito inigualável, onde depois da derrota do rei de *Cambaie* [?] as cidadelas foram se reergueram e puseram de pé, todas as coisas riam-lhe em toda tranquilidade. Finalmente o reino de Portugal tinha, parece, o cume e o cúmulo de seu bem<sup>60</sup>.

Poderia haver maior exaltação à navegações e à colonização que essa entusiástica descrição de Portugal às vésperas de Alcácer-Quibir? É justamente o lamento dessa grandeza perdida que encontramos na avaliação de Thevet sobre a impropriedade das decisões que levaram D. Sebastião a intervir nas querelas entre os reis mouros de Fez e do Marrocos<sup>61</sup>. Ao que tudo indica, o cosmógrafo francês não parecia aprovar o recém-conquistado domínio de Portugal por Felipe II, afirmando que após a derrota de Alcácer-Quibir Portugal ficara “reduzido à extremidade que se viu desde então”<sup>62</sup>.

---

<sup>58</sup> Idem, p. 458.

<sup>59</sup> “une commune vengeance” (Idem, Loc. Cit).

<sup>60</sup> THEVET, *Les Vrais portraits...*, Op. cit., f. 470 vº.

<sup>61</sup> Idem, f. 471 rº.

<sup>62</sup> “réduit à l`extrémité que l`on a vue depuis” (Idem, f. 470 vº).

A postura de Thevet com relação aos espanhóis em seus *Vrais portraits* permanece ambígua. Ao marquês de Santa Cruz reserva duras críticas – de um *pathos* quase shakespeariano - pelo modo como tratara os prisioneiros dos Açores, especialmente Strozzi: “Ainda que esse marquês tivesse permanecido dez anos no mar entre duas águas, e que todos os espanhóis se pusessem a esfregá-lo para tirar uma tão feia nódoa, sua deformidade permaneceria para sempre, tanto que (como se diz) nem todas as águas do mar conseguiriam embranquecer ou ‘desenegrecer’ um mouro em dez mil anos” – nem mesmo o sangue nas mãos de Lady Macbeth deixaria manchas tão tenazes<sup>63</sup>!

Por outro lado, destinava ao duque de Alba clamorosas loas por seu gênio militar, sugerindo que a França só escapara de seu talento bélico por sorte, como se “a mão do Eterno tivesse retido o braço deste espanhol”, caso contrário “ele teria dado um rude golpe no cetro de flor-de-lis”. Mais especificamente referindo-se a sua campanha de conquista em Portugal, narrava:

[...] no fim do ano 1582, antes de sua morte, tomou Lisboa e reduziu o reino de Portugal à obediência do rei, seu senhor, que ali o estabeleceu governador, e depois de sua morte foi substituído por um jovem cardeal a quem não faltam superfluidade, festins e banquetes, tais e não menores, ou pouco falta, que aqueles do próprio rei de Espanha<sup>64</sup>.

Em suma, à bravura conquistadora de Alba se seguia a *débauche* dos governantes de Portugal a serviço de Felipe II, remetendo talvez à “extremité” a que o reino lusitano se via então reduzido.

Parece-nos interessante relacionar os ambíguos posicionamentos adotados por Thevet em *Vrais portraits* à própria estética fragmentária da obra, composta por uma boa centena de curtas biografias. Além disso, é provável que a enorme quantidade e variedade de obras compiladas e mesmo copiadas tenha deixado complexos vestígios apesar do processo de apropriação e “domesticação” empreendida pelo cosmógrafo e seus colaboradores: partindo de material tão heterogêneo ser-lhes-ia certamente muito difícil formular um visão coesa e coerente ao longo das mais de 1500 páginas da obra.

Concluindo essa parte do capítulo, vale dedicar algumas linhas a um curioso texto transcrito pelo abade Anthiaume, o *Discours des normands pour le traffique aux*

---

<sup>63</sup> Idem, f. 482 rº.

<sup>64</sup> Idem, f. 484 rº.

*Indes*<sup>65</sup>. Trata-se de manuscrito elaborado em data incerta e endereçado a um monarca francês difícil de identificar precisamente. É indubitável que tenha sido redigido em meados do século XVI, certamente anterior à União Ibérica. Anthiaume sugere uma datação ampla, mas inteiramente segura: posterior à morte de Francisco I (1547) e anterior à morte de Dom Sebastião em Alcácer-Quibir (1578); parece-nos provável que seja posterior à conjuração de Amboise (1560), contemporâneo às guerras civis francesas. O *Discours* se inicia exortando o rei de França às navegações segundo lógica semelhante à defendida por La Popelinière e aos argumentos alinhavados por Thevet, ou seja, como atividade pacificadora e enriquecedora:

Como não há nada mais pernicioso em um estado que a ociosidade dos súditos, também não há nada mais necessário que ocupá-los em exercícios virtuosos dos quais o público e cada um particularmente possa sentir utilidade. [...] não será sem razão dizer que as ditas navegações devem ter o primeiro lugar entre os louváveis e necessários labores que os homens podem exercer. [...] nossos vizinhos que não eram nada se tornaram tão poderosos por esse meio que as comodidades que lhes abundam transbordam sobre nós [...] mas o bem mais soberano que disso se obtém é tirar os homens da preguiça e ociosidade, mãe nutriz de todos os males, para elevá-los em honras e riquezas por um honesto trabalho, e não descobrir-se-á que nenhum estado jamais tenha durado em repouso e grandiosidade, se ele não teve em que empregar e exercer seus homens; se alguma nação jamais precisou considerar, é hoje a francesa, pelo grande número de homens que ela produz e as comodidades que ela tem mais que as outras para praticar tão honesta e louável ocupação<sup>66</sup>.

Segundo os anônimos *normands* que redigiram o texto, aos franceses não faltaria nada para as navegações, tendo coragem, experiência e destreza, sendo inclusive descobridores de parte das novas terras em posse de outros povos, cujos príncipes, “sendo pobres”, se interessaram pela colonização, desdenhando suas possibilidades, sem imaginar quão proveitosas tais empresas seriam para o reino, “todavia seria erro ainda maior persistir em tal obstinação, agora que conhecemos do que se trata, enquanto nossos antecessores pecaram por ignorância”<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> In: ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte chez les Normands, 1500-1650*. Paris: Ernest Dumont, 1916, T. II, pp. 565-568.

<sup>66</sup> ANÔNIMO, In: ANTHIAUME, Op. cit., p. 565.

<sup>67</sup> “étant pauvres”; “toutefois la faute serait encore plus lourde de persister en telle obstination, maintenant que nous connaissons ce qui en est, que non par celle de nos devanciers qui ont peché par ignorance” (Idem, Loc. cit).

Para os autores desse *Discours*, as navegações francesas não trariam prejuízos aos monarcas vizinhos, “mas, ao contrário, deve-se aguardar ou esperar muito grandes comodidades”. Sem maiores explicações dirige a questão diretamente ao rei de Portugal, que se beneficiaria pelos tributos alfandegários cobrados sobre as mercadorias. Além disso, o monarca português teria maior controle sobre as embarcações francesas que teriam menos liberdade para pilhar costas e navios lusitanos; explicavam que a coroa francesa não tinha meios de verificar a origem das mercadorias que esses navios traziam de suas viagens, podendo simplesmente “contar com seu juramento”. Pelo contrário, sugeriam que a situação mudaria caso os governadores coloniais portugueses pudessem receber navios de outras nações:

[...] não há dúvida que se o tráfico fosse livre em todos os lugares habitados pelos súditos do rei de Portugal seria o único remédio e verdadeiro meio para fazer cessar a tirania e crueldades que se cometem de uma parte e outra pela lembrança e fresca memória das coisas ocorridas entre os dois reinos e fazer recíproca justiça aos súditos de um e de outro quando for-lhes feito mal<sup>68</sup>.

Mas os autores em questão eram ousados e suas pretensões não eram pequenas; além da proposta de livre comércio nos portos coloniais lusitanos, sugeriam:

[...] eles [os franceses] podem também oportunamente pedir que os ditos portugueses lhes deixem algumas entradas dos ditos países por eles habitados em consideração dos poucos homens que eles têm para dominar uma tão grande quantidade de terras que eles dizem pertencer-lhes por doação que eles sustentam ter recebido do papa Alexandre VI, sobre o que podemos replicar e mesmo, se necessário for, apelar junto ao atual papa e demonstrar em primeiro lugar que as ditas doações foram feitas sob condição de estabelecer nas ditas terras a fé de Jesus Cristo, o que não souberam nem puderam fazer os ditos portugueses, como é de pressupor na ocasião sobredita pelos poucos homens que eles têm lá, e, melhor dizendo, sendo muito aparente que eles preferem sua utilidade particular à redução das ditas nações ao conhecimento de Deus, e como testemunho pode-se julgar pelos judeus que o rei de Portugal pôs no Brasil, que lhes entregou como fazenda<sup>69</sup> pelas ofertas que eles fizeram, melhores que as daqueles de sua mesma nação, sem se preocupar com o judaísmo que eles mantêm e vivem nas ditas terras [...] <sup>70</sup>.

Complementavam o argumento citando a falta de avanços da catequese em todo o litoral atlântico da África. Logo, “à bon droit”, os lusitanos poderiam

---

<sup>68</sup> Idem, pp. 565-566.

<sup>69</sup> Referência à concessão de capitânicas e sesmarias?

<sup>70</sup> Idem, p. 566.

legitimamente perder a concessão de Alexandre VI, pois não teriam cumprido as condições impostas pelo acordo. Num avanço agressivo, os autores pressionavam o monarca francês a quem o texto se destinava, lembrando-lhe que, nenhum rei podendo pelas leis francesas fazer nada que trouxesse prejuízos a seus sucessores, o rei de França deveria

[...] pedir em nome de seus súditos para entabular nova partilha com o dito rei de Portugal para os ditos países distantes e para não deixar nenhuma desavença entre os súdito dos ditos reinos, parece a muitos adequado pedir que os ditos portugueses deixem toda a costa do Brasil com todas as benfeitorias que possam estar lá [...]<sup>71</sup>,  
deixando tudo exceto peças de artilharia, munições e bens móveis.

Prosseguiam sugerindo ainda que o rei de França

[...] insistisse em fazer com que os portugueses deixassem algumas das ilhas que ficam no caminho da França e do dito Brasil, como Madeira, São Miguel e [não consta], o que seria para a comodidade dos ditos navegadores franceses indo e vindo desse reino ao dito país do Brasil [...]<sup>72</sup>,

de modo que os franceses não necessitassem passar pelas ilhas ocupadas pelos portugueses, de modo a manter amizade entre os súditos das duas coroas. Em troca, o monarca francês revogaria todas as cartas de corso vigentes contra Portugal e faria a promessa solene de nunca mais conceder outras. O texto propunha ainda o estabelecimento de juízes e oficiais franceses e portugueses com a finalidade exclusiva de julgar dissídios entre os súditos de Portugal e França. A ação desses magistrados seria complementada por fiscais franceses e lusitanos em cada porto:

[...] para facilitar-lhes os meios será permitido ter homens de cada nação nos principais portos, os quais poderão pedir que seja feita visitação em sua presença das mercadorias que serão levadas de um país a outra para ver se elas são lícitas e provindas de bom e leal tráfico, para em caso de abuso e contravenção requerer sua confiscação e exarar punição corporal ou tal que se adeque ao caso<sup>73</sup>.

Os autores dessa curiosa proposta apontavam que a França poderia usar como argumento em favor de suas reivindicações a necessidade do trigo da Bretanha exportado para Portugal, sem o qual “é certo que a fome ali seria tão grande que a maior parte [da população] morreria de fome”*il est tout certain que la disette y serait si grande que la plupart y mourrait de faim*”, o que faria “estimar pouca coisa o que os ditos

---

<sup>71</sup> Idem, p. 567.

<sup>72</sup> Idem, Loc. cit.

<sup>73</sup> Idem, Loc. cit.

franceses pedem aos ditos portugueses para comprar uma paz e amizade perpétua”. Milton Torres lembra que a escassez de grãos constituía um secular problema para Portugal, até o século XVIII<sup>74</sup>. Bentes Monteiro retrata bem a situação no fim do XVI:

Mas a vida econômica espetacular que desfrutava Lisboa era artificial, pois não era abastecida por Portugal. “Tudo vinha do mar”, observa um viajante: centeio, trigo, queijo, manteiga, carnes salgadas, até ovos e galinhas. Lisboa era entreposto comercial das possessões portuguesas no além-mar, armazém de especiarias e de açúcar<sup>75</sup>.

Além disso, esclareciam os “normandos” que tais medidas serviriam para pacificar os súditos franceses para que não empreendessem por conta própria

[...] coisa mais danosa aos ditos portugueses se lhes fossem recusadas as condições sobreditas, sendo solicitados pelos reis de Fez e Marrocos a tomar parte a seu lado contra os ditos portugueses que enfim poderão perder não somente as costas pedidas pelos ditos franceses, *mas também muitos outros países que ser-lhes-iam mais prejudiciais* (grifo nosso)<sup>76</sup>.

No último parágrafo o(s) autor(es) resume(m) a proposta: comércio livre em todos os portos lusitanos ao redor do mundo, cessão integral da costa do Brasil e ao menos uma das ilhas atlânticas<sup>77</sup>.

Como se vê, o documento se endereçava ao rei de França em tom ambíguo: pontuado por argumentos persuasivos à coroa francesa e a serem usados para com os lusitanos, mas também marcado por ameaças veladas de ataques aos lusos, pressões morais para que a coroa francesa “não prejudicasse” seus próprios súditos e mesmo sugerindo a possibilidade de afronta direta aos comandos do rei, o que fica muito nítido na sugestão de que uma aliança entre normandos e os monarcas de Fez e Marrocos sem a devida permissão da coroa seria possível.

---

<sup>74</sup> “A ‘crise dos grãos’ é quase tão antiga quanto o próprio reino de Portugal, dela já havendo registro no reinado de Dom Afonso III, em meados do século XIII. Do abastecimento dos cereais dependia a paz social, a própria fidelidade da ‘arraia miúda’ [...]. Os reis não hesitavam, pois, em adquiri-los no exterior, fosse mesmo aos infiéis [...]” (TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006, p. 13).

<sup>75</sup> MONTEIRO, Op. cit., p. 81.

<sup>76</sup> ANÔNIMO, In: ANTHIAUME, Op. cit., Loc. cit.

<sup>77</sup> “E onde os ditos portugueses não desejassem conceder todas as condições sobreditas, e a liberdade do comércio indiferentemente em todos seus países, ao menos persistir-se-á a pedir a dita costa do Brasil, o tanto quanto dela possuem, com uma das três ditas ilhas, permanecendo assim os ditos franceses sem prejuízo no tráfico do Cabo Verde e outros lugares onde eles comerciavam ordinariamente com os selvagens sem contradição” Idem, p. 568.

Essa proposta pode parecer quase delirante, mas a contextualização adequada pode reduzir essa estranheza. No período em questão a presença lusa no Brasil ainda era lacunar, então a proposta não pareceria tão absurda nem as perdas materiais portuguesas efetivas seriam de relevância tão grande – por sinal, ceder praças e fortalezas na própria Europa não era prática de todo estranha aos acordos firmados entre as monarquias do Velho Mundo, sem contar que em nenhum momento eram mencionados arranjos referentes às costas africanas e notadamente ao Índico, principal interesse ultramarino da coroa portuguesa na época. Além disso, o período em questão era marcado pela vertiginosa e perigosa escalada de poder de Felipe II, virtual inimigo de toda a Europa, de Portugal à França, da Inglaterra aos Países Baixos. Vale lembrar que essa proposta tinha alguns precedentes: em 1536 Francisco I e D. João III haviam firmado acordo para estabelecimento de um tribunal de presas misto, num contexto em que as duas coroas se aproximavam contra Carlos V<sup>78</sup>.

Ainda mais importante para nós é a íntima sintonia entre esse *Discours des normands* e os acordos firmados entre Catarina de Médici e D. Antônio – que no fim das contas não estavam tão distantes das propostas esboçadas no misterioso texto, mostrando justamente que suas sugestões não eram tão improváveis ou inaceitáveis - necessitavam apenas da conjuntura internacional adequada para florescer.

Em última análise, a inesperada aliança ultramarina franco-lusitana nos permite problematizar melhor a clássica interpretação segundo a qual as guerras de religião seriam a explicação privilegiada para o “fracasso” colonial francês. Pelo contrário, como temos discutido ao longo desse capítulo, os conflitos civis franceses foram verdadeiro aguilhão impulsionando de modo intenso o pensamento francês em torno das navegações, que não eram então vistas por variados grupos políticos como distração ou dissipação de esforços, mas como alternativa viável para solucionar os problemas que a França enfrentava naqueles graves momentos.

### **III – Estranhas viagens**

Fechamos esse capítulo com um ponto de vista bastante diferente daquele empregado até aqui. Em 1878 o historiador Paul Gaffarel publicou a obra *Histoire du Brésil français au seizième siècle*, acompanhada de transcrições de inúmeras fontes.

---

<sup>78</sup> Cf. JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements*. Paris: P.U.F., 1948, pp. 131-135.

Entre estas encontramos um curioso opúsculo impresso em 1583, *Copie d'une lettre missiue envoyée aux gouverneurs de La Rochelle, par les capitaines des galleres de France, sur la victoire qu'ils ont obtenue contre les mores e sauuages, faisant le voyage de l'isle de Floride et du Brésil. Ensemble les manières de viures tant des mores que des sauuages, plus la traison qu'a voulu faire un soldat des nauires françoises, se disant truchement tant des françois que des sauuages*<sup>79</sup>. Esse interessante documento anônimo narra as peripécias de uma expedição de galeras que partiram de La Rochelle rumo ao Novo Mundo. Tratar-se-ia, na verdade, da transcrição de uma carta enviada aos governadores da cidade pelos capitães das embarcações em questão.

Segundo o relato, partiram de La Rochelle em 1581, com quinhentos prisioneiros aos remos, com seus respectivos guardas. Chegaram rapidamente à inabitada ilha da Flórida, em apenas três semanas. Pararam então no local conhecido pelos nativos como “Carsique”, onde deixaram os *galériens* descansarem por três dias. Mas o povo local não tardou a enviar espiões, que informaram a seu capitão que os franceses eram muito numerosos e se encaminhavam à Flórida, para tomá-la em nome de seu rei e ali viver “em gozo por todas as suas vidas”<sup>80</sup>.

Assim advertido, o governador da região embarcou com uma multidão de mouros e selvagens para seguir os franceses e desbaratá-los, evitando que tomassem aquela ilha, o que poderia embarçar sua navegação. Encontraram e perseguiram os europeus, chegando a disparar alguns foguetes contra as galeras, mas Deus os protegeu, como afirma o autor. Os franceses contra-atacaram, então, seguindo-se cinco dias de combate naval, com muitas mortes e naufrágios em ambos os lados. Nossos heróis conseguiram tomar a galera onde estava o governador dos selvagens, que morreu atingido por um tiro de canhão; os inimigos então afastaram-se dos franceses, “livrados pela graça de Deus”<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Ou “Cópia de uma carta missiva enviada aos governadores de La Rochelle pelos capitães das galeras de França, sobre a vitória que obtiveram sobre os mouros e selvagens, fazendo a viagem da ilha de Flórida e do Brasil. Conjuntamente as maneiras de viver tanto dos mouros quanto dos selvagens, mais a traição que quis fazer um soldado dos navios franceses, dizendo-se trugimão tanto dos franceses quanto dos selvagens”. ANÔNIMO. *Copie d'une lettre missiue enuoyée aux gouuerneurs de La Rochelle, par les capitaines des galleres de France, sur la victoire obtenue contre les mores sauuages, faisant le voyage de l'isle de Floride et du Bresil. Ensemble les manieres de viures tant des mores que des sauuages, plus la traison qu'a voulu faire un soldat des nauires françoises, se disant truchement tant des françois que des sauuages*. In: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, pp. 493 – 501. Estando as poucas páginas da narrativa aqui indicadas, parece dispensável sinalizar a localização específica de cada trecho; as notas se referem apenas às citações.

<sup>80</sup> Idem, p. 494.

<sup>81</sup> Idem, p. 495.

Em 21 de agosto de 1581 chegaram à ilha Flórida, que fortificaram contra surpresas inimigas e libertaram os prisioneiros para que pudessem trabalhar, ganhar a vida e comerciar na região. Em seguida, tomaram o caminho da ilha do Brasil. A jornada foi difícil: a água estava tão pútrida que precisavam fechar os olhos e tampar o nariz para bebê-la; piorando a situação, o estoque de água doce acabou entre mil ou 900 léguas de distância do destino, fazendo-os passar grande necessidade, mas Deus lhes enviou bom vento, e logo chegaram. Foram muito bem recebidos por seus aliados, com presentes e fogueiras, pois vinham defendê-los dos portugueses e seus outros inimigos. Apesar de tudo, como observa o autor, eram a nação mais bárbara do mundo, sem crença em Deus, lei ou religião, como as “bestas brutas conduzidas por seu sentimento”, afirmando que lhe parecia difícil trazê-los ao Cristianismo e fazê-los abandonar as práticas antropofágicas<sup>82</sup>.

A paz não duraria muito. Em 4 de novembro de 1581 estourava uma sedição, instigada por um trugimão que não desejava retornar à França, pois se apaixonara por uma índia. Disse aos nativos que os franceses tinham vindo matá-los, espalhando uma doença; conspirou também com outros trugimães, prometendo saquear e dividir entre eles as mercadorias estocadas nas galeras. Todavia, em 2 de fevereiro os capitães foram advertidos por um dos insurretos, e logo fizeram vela para escapar da ameaça.

Passaram três dias numa ilha deserta, e depois retornaram ao Brasil, sempre em guarda, por medo das emboscadas dos índios ou do “Grand Sophi”, senhor da maior parte das ilhas orientais e dos selvagens. No dia 10 de novembro chegaram ao rio da Guanabara, que já estava submetido ao Turco<sup>83</sup>. Dali saía um afluente, que servia de fronteira com o reino do Preste João, que, segundo o autor, também tinha quase todas as ilhas orientais e a maior parte dos selvagens, e muitas ilhas que ainda não foram descobertas. Do outro lado da Guanabara ficava o Brasil.

Dali partiram para a Flórida, mas no caminho, passando pela Turquia, foram atacados por piratas; tinham selvagens de um lado, e o turco do outro. Dali passaram ao promontório da Etiópia, na zona tórrida, habitado por mouros, de pele negra, que têm como deuses o Sol e a Lua. Apenas por milagre de Deus chegaram à Flórida sem nenhuma perda de mercadorias ou homens. No entanto, logo partiram em direção das

---

<sup>82</sup> Idem, p. 498.

<sup>83</sup> Os franceses do século XVI empregavam o termo “Turco”, com maiúscula, para identificar o sultão do Império Otomano.

terras e ilhas dos reis de Portugal e Espanha, para se assegurarem contra o ataque dos turcos ou dos mouros brancos, com muito medo de serem pegos no fogo cruzado do conflito entre o Turco e o rei da Pérsia. A carta termina abruptamente, com uma cortês despedida aos governadores de La Rochelle.

Trata-se de um fascinante relato. Apesar disso, obviamente fictício; não são necessárias noções muito precisas de geografia para perceber a evidente impostura. Entretanto, é justamente o que torna o documento uma fonte ainda mais instigante (e divertida). Uma boa maneira de abordá-lo é discutindo suas condições de inteligibilidade na época em que foi publicado e as possibilidades de leitura por ele suscitadas na França de Henrique III e no ano seguinte à derrota de Strozzi nos Açores. O texto em questão parece ainda uma boa janela para o imaginário popular e erudito francês sobre o Novo Mundo, especialmente em suas relações com os relatos de viagem coevos e com as conjunturas políticas do momento. Nesse sentido, vale indagar que opiniões teriam formulado os contemporâneos à publicação do relato - como o classificariam: real? Fictício? Mentiroso? Satírico? Esse gênero de questionamento nos remete ao instigante estudo de William Nelson sobre o papel da ficção no Renascimento<sup>84</sup>.

Como observa Nelson, a literatura do século XVI sofria forte tensão entre ficção - ou “poesia”, como se dizia na época - e representação fiel da realidade - ou seja, a História -, uma problemática motivada por graves questões morais. O valor da ficção era profusamente debatido, sendo esta frequentemente apontada como produção ociosa, em oposição ao relato dos fatos “realmente acontecidos”. Seus defensores, todavia, destacavam o papel edificante das narrativas inventadas, além de sua utilidade como passatempo saudável para aqueles que por diversas circunstâncias estivessem afastados de suas ocupações normais, como viajantes ou enfermos, sendo uma distração tolerável enquanto concessão à fragilidade humana. Nelson expressa bem o dilema: “Os homens prefeririam não admitir, mesmo para eles mesmos, que tinham desperdiçado seu tempo em ocupações inúteis”<sup>85</sup>. Os contraditores desse ponto de vista comumente retorquiam que se uma narrativa fictícia podia instigar bons costumes, ainda mais fortes nesse sentido seriam as verdadeiras<sup>86</sup>.

---

<sup>84</sup> NELSON, William. *Fact or fiction*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.

<sup>85</sup> “Men had rather not admit, even to themselves, that they have been wasting their time at unprofitable occupations” (Idem, p. 65).

<sup>86</sup> O autor aborda essa problemática especificamente no terceiro capítulo, *Fiction as Play* (Idem, pp. 56-72).

Os relatos “reais” também não saíam incólumes desse debate; como se sabe, era prática dos historiadores desde a Antiguidade o embelezamento dos fatos narrados, de modo a torná-los mais grandiosos e atraentes, o que era visto simplesmente como parte do *métier*. Contudo, a partir do surgimento do Cristianismo essa relação não era mais tão simples: ao longo da Idade Média tornara-se cada vez mais forte a necessidade de distinguir o fato histórico dos adornos exagerados; na Renascença essa questão fazia-se ainda mais premente, e a fidelidade às fontes e a crítica documental entravam cada vez mais em pauta<sup>87</sup>.

Como salienta Nelson, essa situação impunha complexos dilemas aos escritores: dos historiadores exigia-se cada vez mais sobriedade no escrever, enquanto os poetas precisavam escolher entre a defesa aberta da ficção ou dar a seus escritos a feição de narrativas históricas<sup>88</sup>. Contudo, como observa o autor, a questão era mais problemática: muitas vezes a afirmação de veracidade histórica era apenas aparente, e através de detalhes mais ou menos sofisticados o relato fornecia indicações, frequentemente cômicas, de seu caráter fictício. Por exemplo, embora a *Utopia* de More se apresentasse como verdadeira, o leitor com algum conhecimento de grego logo perceberia a comicidade de nomes como *Utopia* (“lugar nenhum”) ou do rio *Anidro* (“sem água”). Obviamente isso não impediu inúmeros contemporâneos de qualificar More como mentiroso<sup>89</sup>. Da mesma forma, Nelson lembra que a relação entre comicidade e seriedade não era tão clara quanto a percebemos hoje. A etiqueta literária da época não impedia que uma obra com propósitos muito sérios tivesse seus momentos cômicos, lançando mão até de humor que nos pareceria grosseiro ou grotesco<sup>90</sup>.

Com essas observações em mente podemos imaginar quão variada deve ter sido a recepção do fantasioso relato “enviado” aos governadores de La Rochelle. Provavelmente os leitores com maior conhecimento sobre o Novo Mundo perceberiam sem dificuldade o caráter ficcional da narrativa, enquanto os menos versados no assunto devem ter tomado a expedição por fato verídico. É importante lembrar que estes deviam

---

<sup>87</sup> As complexas relações entre ficção e realidade entre autores antigos e medievais é discutida por Nelson no primeiro capítulo, *From fraud to fiction* (Idem, pp. 11-37).

<sup>88</sup> Nelson cita um curioso diálogo alegórico publicado em 1522 pelo espanhol Juan Luis Vives, intitulado em latim “A Verdade vestida, ou da licença poética: até onde os poetas devem ser permitidos a diferir da Verdade”. O diálogo se dá na “casa da humanidade” entre a Verdade, vestida com simplicidade, e o Falso, faustosamente adornado. Os dois discutem e chegam a um acordo sobre os limites entre fato e ficção na literatura e na narrativa histórica (Idem, pp. 45-48).

<sup>89</sup> Idem, pp. 7, 30-35.

<sup>90</sup> É o caso de *The Faerie Queene*, de Edmund Spenser. Como Nelson destaca, embora a obra fosse séria alegoria moral, apresentava momentos cômicos sobre excrementos ou com conotação sexual, entre outros temas do gênero, qualificados pelo historiador como “kitchen subjects” (Idem, pp. 80-87).

ser muito mais numerosos que aqueles, tendo em vista que o acesso a mapas ou livros sobre o continente americano não era generalizado, tanto pelo preço das volumosas obras quanto pela distribuição restrita. A esses leitores não causaria nenhum estranhamento o temor dos capitães franceses de serem apanhados entre os exércitos turcos e persas em seu retorno da América ou os foguetes lançados pelos selvagens da Flórida. Cabe destacar uma observação bastante significativa: parece certo que o autor desse relato não era completamente estranho ao tema e podemos afirmar que suas descrições do Novo Mundo traem a leitura da obra de Jean de Léry e, principalmente, um incontestável contato com a narrativa de Nicolas Barré, ambos ligados à experiência da França Antártica e, no caso de Barré, também da Flórida.

Inúmeros elementos, como a descrição de peixes, plantas e hábitos indígenas são copiados *ipsis litteris* do relato de Nicolas Barré. Deve-se ressaltar, porém, que há variações na ordem em que os trechos são reproduzidos, além de pequenas alterações, enquanto algumas partes são resumidas. Também é interessante perceber as mudanças nos tempos verbais, pois muitos verbos originalmente conjugados no presente são passados para o pretérito perfeito no opúsculo anônimo<sup>91</sup>.

Por outro lado, a descrição da viagem entre a Flórida e o Brasil lembra alguns detalhes da narrativa de Léry; no relato anônimo a água doce acabaria no meio do caminho e, por isso quase todos os franceses morreriam antes de chegar ao destino. Léry relata situação semelhante: em seu retorno à Europa os víveres se acabaram em pleno Atlântico, e os viajantes passaram fome por vários dias, provocando inclusive algumas mortes. Esse detalhe reflete uma possível leitura de Léry ou ao menos alguma familiaridade com outros relatos de viagem onde eram narradas situações semelhantes<sup>92</sup>. Também é importante observar que o relato da insurreição dos trugimães é feito de forma bastante original, embora claramente inspirado na narrativa de Barré sobre o motim ocorrido na França Antártica. A versão ficcional do episódio é narrada com menos detalhes, resumindo-se a um parágrafo, enquanto Barré desenvolve a intriga por várias páginas. Talvez o autor tenha realizado essa simplificação pelo limitado espaço com que contava para o opúsculo<sup>93</sup>.

Dado o conhecimento sobre o Novo Mundo demonstrado pelo autor, parece bastante provável que tenha escrito o texto com intenções satíricas. Por trás de

---

<sup>91</sup> As descrições em questão foram copiadas principalmente da primeira carta de Barré (BARRÉ, In: GAFFAREL, op. cit., pp. 378-382).

<sup>92</sup> Cf. ANÔNIMO, In; GAFFAREL, op. cit., p. 496; LÉRY, op. cit., pp. 526-538.

elementos cômicos como a batalha contra os mouros e selvagens ou a Guanabara separando o Brasil das terras do Turco e do Preste João, podemos entrever o autor piscando o olho com cumplicidade aos leitores capazes de identificar os absurdos da narrativa. De fato, não é difícil imaginar Montaigne ou Platter, grandes conhecedores de *americana* a rir, ou ao menos esboçar um sorriso com o opúsculo entre suas mãos; ainda que não fosse a intenção do autor, seria uma provável reação por parte desse grupo de leitores<sup>94</sup>.

De fato, o texto apresenta inúmeros motivos bastante explorados para efeito cômico pela literatura renascentista. Um deles é o exagero: todas as batalhas parecem hiperbólicas; todos os senhores parecem dominar terras incomensuráveis. Ao mesmo tempo, há detalhes que beiram o inacreditável, como o grande combate contra os mouros e selvagens do qual os franceses escapam sem perder um homem sequer; por sinal, uma batalha naval de cinco – cinco! – dias de duração. Poder-se-ia facilmente aplicar os comentários de Nelson a respeito de *Faery Queene* ao relato em questão, carregado de “dispositivos comuns a todo burlesco, hipérbole, *bathos* e nítida falta de lógica”<sup>95</sup>. As inúmeras idas e vindas dos franceses pelos quatro cantos do Novo Mundo também lembram histórias cômicas como *Pantagruel* ou *Orlando Furioso*, onde os personagens peregrinam quase a esmo, ensejando incidentes hilários ou dramáticos, mais importantes que o desenrolar da narrativa propriamente dita; as partes contavam mais que o todo e os episódios se sucediam em velocidade vertiginosa, ligados por tênues laços<sup>96</sup>.

Cabe destacar outros elementos do opúsculo que o aproximam da cultura literária renascentista, entre eles as constantes alusões ao Turco, aos mouros ou ao rei da Pérsia, em suma, ao Oriente próximo. Nesse sentido o relato ecoa, sem dúvida, as populares narrativas sobre o tema, frequentemente aglutinadas em torno das cruzadas. Podemos citar a *Jerusalém libertada* de Tasso, para falar apenas numa das mais célebres. Especificamente em relação aos turcos é necessário lembrar a conturbada relação mantida ao longo do século XVI entre a coroa francesa e o trono de Constantinopla, iniciada pela escandalosa aliança de Suleiman e Francisco I contra os

---

<sup>93</sup> BARRÉ, In: GAFFAREL, Op. cit., pp. 382-385.

<sup>94</sup> Cf. GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

<sup>95</sup> “devices common to all burlesque, hyperbole, bathos and patent illogic” (NELSON, op. cit., p. 77).

<sup>96</sup> Nelson observa essa característica da narrativa renascentista, tão diferente do que esperamos hoje de um romance, onde a intriga se desenvolve por elementos mais claramente integrados; por exemplo, o tema principal de *The Faerie Queen*, a paixão entre Arthur e Gloriana serve mais como fio condutor entre inúmeros episódios separados que como trama fechada em si mesma (NELSON, op. cit., pp. 87, 90-91).

Habsburgos, chocando a cristandade. Certamente essa experiência instigava a presença constante do elemento turco na narrativa. A própria tragédia de Alcácer-Quibir, ainda fresca nas memórias, também devia reforçar esse interesse<sup>97</sup>. Outro desses elementos literários é a presença do famoso Preste João e seu fabuloso reino que abrangia “quase todas as ilhas orientais e a maior parte dos selvagens, e muitas ilhas que ainda não foram descobertas”<sup>98</sup>. Como observa Laura de Mello e Souza, o reino do Preste João era tema que obcecava o imaginário europeu desde o século XV; originalmente situado no Oriente o reino “migrara” posteriormente para a África e, no século XVI, para o Atlântico, onde o relato em questão também o situa<sup>99</sup>.

Porém, deve-se salientar, às descrições e geografia fantasiosas o texto agrega fatos e terras muito reais, como as alusões à Flórida ou à ação colonial portuguesa (e espanhola, menos frequentemente citada) e finalmente, como vimos, à detalhada descrição do Brasil, incluindo inúmeras informações sobre a fauna e os indígenas. Dessa maneira o texto aproxima o continente americano do universo fabuloso renascentista, em grande parte tributário ao imaginário medieval; é quase espantoso *não* ver a Cocanha confinando com o reino do Preste João na Guanabara, onde parecem confluir todas as terras sonhadas. Com efeito, às margens dessa baía o Brasil parece diluir-se e misturar-se sutilmente à geografia do maravilhoso, tornando-se miragem, assim como sua Flórida; cotejado a mouros, turcos, persas e etíopes, a miríficas batalhas e reinos descomunais, o Novo Mundo parece sossobrar nas águas da ficção europeia. Relembrando a análise de Nelson, podemos dizer que a Flórida ou o Brasil do opúsculo sucumbem à latente tensão renascentista entre ficção e realismo; é nesse ambíguo contexto, no seio desse dilema, que eclode singular relato de uma viagem imaginada.

Porém ainda falta abordar a problemática que aqui interessa mais diretamente: as possíveis ligações entre essa narrativa e o universo político do reinado de Henrique III. Trata-se de questão muito complexa, dado o anonimato do autor, tornando-se impossível identificar positivamente sua pertença a algum dos grupos políticos então existentes, como católicos intransigentes, huguenotes, *descontentes* ou *políticos*. Contudo, é possível - e talvez ainda mais interessante - analisar que

---

<sup>97</sup> A coroa francesa gozava de grande prestígio junto aos sultões e os comerciantes franceses tinham privilégios no Império Otomano (JOUANNA, Arlette. *Histoire...*, Op. cit., pp. 619).

<sup>98</sup> ANÔNIMO, In: GAFFAREL, op. cit., p. 500.

<sup>99</sup> SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 40-41.

significados alguns elementos do texto podem ter adquirido para seus potenciais leitores em diversos campos do espectro político; por exemplo, de que maneira um católico intransigente decodificaria as alusões à cidade de La Rochelle? Ou como um *descontente* interpretaria as menções à presença portuguesa na América? Deve-se sublinhar que abordaremos apenas as possíveis leituras realizadas por aqueles capazes de identificar o caráter ficcional do texto, devido à dificuldade em sondar as opiniões dos leitores afastados do círculo de conhecimento ultramarino.

Também é essencial questionar a datação do relato. Como lembra Natalie Z. Davis, era prática comum no meio editorial da época o reaproveitamento de textos: alguns livreiros apropriavam-se de escritos publicados anos antes, realizando modificações de pequeno vulto e imprimindo com data mais recente, conferindo novo “frescor” à narrativa, dando-lhe ar de novidade<sup>100</sup>. É interessante observar que o autor do opúsculo recorrera a prática semelhante, reaproveitando parcialmente o texto de Barré, muito mais antigo. Ainda assim, a data se mostra válida para nossas conjecturas, uma vez que o relato circulou nesse período e é provável que seus leitores o tenham apreciado segundo as circunstâncias do momento. Além disso, como ver-se-á, há fortes razões para crer que o texto tenha sido elaborado realmente entre 1582 e 1583.

Uma curiosa característica da narrativa é a ausência de qualquer menção direta ou precisa à identidade religiosa dos personagens franceses do texto; não são classificados como católicos ou protestantes, apenas como “cristãos”. Dado o contexto francês, em que o reino se encontrava cindido justamente pela questão confessional, esse silêncio torna-se bastante intrigante. Por outro lado, a alusão a La Rochelle revela implicitamente a fé que movia nossos navegantes. Desde 1572 essa cidade tinha profundo valor simbólico para reformados e católicos: após a onda de massacres iniciada na noite de São Bartolomeu, servira de refúgio a inúmeros huguenotes, resistindo a mais de um ano de cerco pelas forças católicas intransigentes, sendo comparada à cidade de Libna, do Antigo Testamento, resistente à autoridade do tirano Joram. Além disso, por sua localização na costa atlântica, servira mais de uma vez como base naval e ponto de contato com os aliados estrangeiros dos huguenotes,

---

<sup>100</sup> Um bom exemplo citado pela autora é a *Histoire merveilleuse et véritable des homicides, voleries et assassinats infinis et detestables, commis par le Capitaine la Noye*, publicado em 1608; o mesmo texto seria reimpresso em 1610 como *Discours au vray de la cruauté plus que barbare exercé par le Capitaine la Noue, lequel tenoit logis entre Bayonne et Bordeaux, et esgorgeoit miserablement les marchands qui y venoient loger, luy, sa femme, ses deux fils et sa fille, et son valet*. É interessante notar a modificação no nome do protagonista da narrativa, que passava de La Noye para La Noue (DAVIS, Natalie Zemon. *Fiction in the Archives*. Stanford: Stanford University Press, 1987, pp. 65-66).

especialmente os protestantes holandeses. No imaginário reformado, La Rochelle era ícone de resistência, fidelidade e perseverança; para os católicos, símbolo de traição e sedição<sup>101</sup>.

Dessa forma, os diferentes leitores do opúsculo podem ter tido reações variadas a essa menção, motivadas pelo rico simbolismo agregado a La Rochelle. Para os católicos intransigentes, talvez fosse hilariante ler as insólitas aventuras daqueles navegantes implicitamente rotulados como huguenotes, atravessando mares de contornos delirantes. Talvez a falta de identificação direta da confissão dos personagens tornasse a comicidade da leitura ainda maior - uma boa piada explicada em detalhes sempre perde a graça, como lembra Nelson<sup>102</sup>.

É interessante observar que a frota de La Rochelle era composta por galeras, que não se prestam à navegação oceânica, intensificando o absurdo da narrativa, porém a carga simbólica associada a essas embarcações é ainda mais significativa. Como se sabe, as galeras eram impulsionadas por criminosos condenados a trabalhos forçados, frequentemente até o fim de suas vidas; geralmente os *galériens* eram culpados de crimes graves e até o século XIX a literatura francesa aplicava o termo metaforicamente a personagens miseráveis ou vis. Assim sendo, é provável que os leitores católicos intransigentes se divertissem com a constante assimilação tácita dos huguenotes de La Rochelle a esses bandidos da pior espécie. A referência parece tanto mais relevante pelo fato de que as galeras eram raramente empregadas na costa Atlântica da França, sendo seu uso mais comum no Mediterrâneo.

Além disso, a data de publicação do texto, 1583, leva a crer que seus leitores o associassem facilmente às manobras de Catarina de Médici e do Prior do Crato no Atlântico contra Felipe II, que, como vimos, granjeava popularidade cada vez maior junto aos intransigentes franceses. É provável que muitos deles tivessem má opinião a respeito dessas atividades da rainha mãe, bem como sobre a campanha do duque de Anjou nos Países Baixos, aprovada por huguenotes e católicos moderados. Para muitos desses leitores a expedição das galeras de La Rochelle talvez lembrasse a ação conjunta da rainha mãe e François d'Anjou contra o Rei Prudente, reduzindo essa estratégia às proporções de mero banditismo; nesse sentido é interessante lembrar que

---

<sup>101</sup> Jouanna qualifica La Rochelle como “quartel general” dos huguenotes desde 1568 (JOUANNA, op. cit., pp. 207-212).

<sup>102</sup> “Toda dissecação machuca [a graça da piada], e acima de tudo o tom literário deve ser o mais delicado. Quem já riu de uma piada dissecada?” - “All dissection injures it [a graça da piada], and of all

declaradamente o marquês de Santa Cruz ordenara a execução dos marinheiros de Strozzi como simples piratas, pela falta de envolvimento claro da coroa francesa no ataque aos Açores em 1582<sup>103</sup>.

Por outro lado, podemos imaginar reações bem diferentes por parte de um leitor reformado, a começar pelo ridículo retrato que a narrativa faz de seus correligionários tacitamente identificados, principalmente porque os supostos autores do relato seriam os ditos capitães das galeras, que assumem então o papel de personagens mentirosos ou, no mínimo, exagerados. Ao mesmo tempo, a ligação aos *galériens* não deve ter lhes parecido muito lisonjeira ou divertida. Contudo, é lícito imaginar que alguns desses leitores podem ter relacionado o texto ao esforço editorial de huguenotes como La Popelinière, Jean de Léry ou Urbain Chauveton em defesa da colonização francesa. Nesse caso, essa proposta geopolítica parece ridicularizada, reduzida a insana quimera, o que deve ter incomodado seus simpatizantes, mas feito sorrir aos reformados menos entusiasmados com a ideia.

É mais difícil deduzir a recepção do opúsculo pelos leitores *descontentes* ou *políticos*, principalmente católicos moderados. Muitos deles podem ter se indignado com a postura zombeteira do texto em relação aos huguenotes, que num momento de frágil tranquilidade no reino alimentava a fogueira de intolerância e a tensão social motivada pelas ligas intransigentes. Talvez tenham recebido o texto como reagimos hoje a piadas racistas ou machistas, qualificando a narrativa em questão como jocosidade grosseira. Além disso, os *descontentes* que tenham assimilado o relato ao desafio lançado à coroa ibérica pela rainha mãe e pelo duque de Anjou talvez se sentissem agastados pela crítica irreverente à estratégia adotada por um de seus mais destacados líderes. Por outro lado, zelosos defensores do poder monárquico absoluto e inquestionável, os *políticos* que tenham pensado nessa conexão talvez não ficassem muito satisfeitos com a atitude desrespeitosa a essa iniciativa, discretamente incentivada pelo rei até 1582 e francamente endossada pela coroa em 1583.

Outra problemática política tangenciada pelo relato diz respeito à catequese indígena. Segundo o texto, os selvagens tinham características bestiais que levavam o autor a pensar que seria muito difícil afastá-los da antropofagia, assim como reduzi-los à condição de cristãos. Essa discussão também se fazia presente nas obras de Thévet e

---

subjects literary tone must be the most delicate. Who has ever laughed at a dissected joke?" (NELSON, op. cit., p. 78).

Léry, sendo objeto de polêmica. Em sua *Cosmographie universelle* Thévet valorizava a ação catequética, ao mesmo tempo em que acusava os pastores reformados Pierre Richer e Guillaume Chartier, vindos de Genebra, de negligenciar a evangelização dos indígenas, preferindo realizar escavações em busca de ouro. Léry, a seu turno, defendia os ministros, questionando a credibilidade do testemunho do cosmógrafo. Contudo, para Léry, assim como para outros autores huguenotes a evangelização seria um efeito secundário da colonização, não uma meta a atingir<sup>104</sup>.

Como os católicos intransigentes teriam interpretado essa opinião expressa pelo relato em apreço? Talvez da mesma forma que Thévet abordava a atuação dos ministros genebrinos na França Antártica. Afinal, não podemos esquecer que o “nós lírico” do texto correspondia aos capitães de La Rochelle huguenotes, que preocupavam-se com as probabilidades de encontrar metais preciosos na terra poucos parágrafos antes de sustentar a impossibilidade da catequese dos selvagens<sup>105</sup>. Além disso, os leitores que tivessem em mente o paralelo entre a narrativa e a estratégia atlântica de Catarina de Médici poderiam assimilá-las em sua falta de escrúpulos religiosos, sendo a manobra da rainha mãe motivada apenas pela rivalidade contra os Habsburgos, podendo ser qualificada como interesseira e oportunista.

Por outro lado, os leitores huguenotes talvez percebessem nesses detalhes, com certo amargor, uma crítica ao modelo dialético de proselitismo preconizado por Léry ou, mais diretamente, à opinião que dava à evangelização um papel secundário na empresa colonizadora, expressa nos escritos de diversos autores reformados. É provável, entretanto, que muitos protestantes concordassem com o texto a respeito da impossibilidade da catequese. De fato, Nicolas Barré – fonte asseguradamente usada para o relato - enfatizava anos antes a natureza bestial dos selvagens. Também não é impossível que alguns de seus leitores huguenotes percebessem essa crítica e concordassem com ela, acreditando que a lida evangelizadora devesse ser um objetivo primordial para uma eventual atuação colonial francesa e reformada. Quanto às

---

<sup>103</sup> Santa Cruz explicitara essa acusação de pirataria em seu relato impresso sobre a batalha da Terceira (CHEVALIER, op. cit., p. 485).

<sup>104</sup> Lestringant observa a importante distinção então existente entre os conceitos de “evangelização” e “cristianização”; o primeiro pressupunha a conversão religiosa dos índios, enquanto o segundo implicava apenas na ocupação das terras por colonos europeus e cristãos. Dessa forma, a proposta de colonização reformada se preocupava mais com a cristianização que com a evangelização (LESTRINGANT, op. cit., p. 34). A maioria dos escritos huguenotes sobre a França Antártica mostrava maior compromisso com a espiritualidade dos colonos que com aquela dos índios (TAVARES, *Entre Genebra...*, Op. cit., pp. 157-160)

<sup>105</sup> Cf. ANÔNIMO, In: GAFFAREL, Op. cit., p. 487.

impressões dos *políticos* ou *descontentes* sobre o tema, é difícil imaginar o que pensariam da abordagem sugerida pelo texto. Possivelmente veriam como espúrias as relações propostas entre colonização e catequese, uma vez que defendiam uma política de tolerância marcada pelo afastamento da coroa de todos os problemas de ordem confessional.

Outro sugestivo aspecto político da narrativa diz respeito à presença portuguesa sinalizada aqui e ali pelos capitães de La Rochelle como ameaça sempre presente, embora nunca realizada, já que os lusitanos propriamente ditos nunca aparecem no relato. Por outro lado, existe apenas uma menção à presença colonial espanhola. Parece certo imaginar que essas referências ibéricas lembrassem a muitos leitores, independentemente de diferenças confessionais, as peripécias navais da rainha mãe e do Prior do Crato contra Felipe II, mais próximas ao contexto de publicação, mas também as iniciativas coloniais da França Antártica e da Flórida francesa, arrasadas por portugueses e espanhóis respectivamente – a própria centralidade da Guanabara e da Flórida no relato apontam nesse sentido.

A narrativa pode ter lhes parecido bastante irônica, já que o texto apresenta os franceses edificando fortificações aqui e acolá ou obtendo portentosas vitórias militares - embora contra selvagens e mouros, não contra os ibéricos; o cotejo desses triunfos ultramarinos ficcionais às derrotas reais deve ter parecido risível ou jocoso aos conhecedores da desastrosa carreira francesa no Novo Mundo. Dessa forma, o relato parece zombar tanto dos recentes episódios nos Açores quanto das pretensões coloniais acalentadas pelos franceses, demonstrando *ab absurdo* a inépcia gaulesa na lida colonizadora.

Também é interessante lembrar que os capitães das galeras resolvem navegar perto das ilhas possuídas por espanhóis e portugueses, afirmando ser rota mais segura, como precaução contra os ataques dos mouros e selvagens. Esse detalhe pode ter parecido jocoso a alguns leitores, visto que foi precisamente nos Açores que os franceses sofreram a pesada derrota nas mãos de Santa Cruz. Talvez outros tenham rido da constatação de que a companhia real dos cristãos era mais perigosa que a ameaça ficcional dos infiéis e pagãos. Da mesma forma, a comparação entre a poderosa esquadra de Strozzi, com cinquenta e cinco embarcações e dez mil homens, e a minúscula frota de galeras com 500 prisioneiros deve ter divertido certos leitores, já que os minúsculos contingentes franceses na ficção saem vitoriosos de todos os encontros

guerreiros, enquanto a potente força da vida real foi impiedosamente esmagada pelas armas espanholas.

Em suma, é possível que os católicos intransigentes, partidários de Felipe II, tenham rido com essa irônica narrativa; os huguenotes que vissem com desaprovação os sonhos coloniais de seus correligionários também devem ter se divertido. Por outro lado, os defensores da colonização no Novo Mundo não devem ter gostado do modo zombeteiro com que o texto tratava a temática, expondo sarcasticamente a fragilidade das ações francesas anteriormente empreendidas na América e discretamente sugerindo que o destino das iniciativas futuras seria semelhante. A relativa escassez de escritos *políticos* ou *descontentes* sobre o ultramar torna difícil estimar as possíveis reações desses leitores ao relato.

Concluindo, o relato satírico dos “capitães de La Rochelle” evidencia a integração do Novo Mundo à cultura francesa renascentista, tanto em seus aspectos maravilhosos quanto políticos. Obviamente seus leitores coetâneos poderiam perceber nuances que nos escapam à observação, como estranhos que somos à sua cultura; nesse sentido, é interessante lembrar a observação de Nelson: “Mesmo nossos ouvidos, tornados insensíveis por séculos de mudança cultural, podem às vezes detectar tais notas; sem dúvida somos surdos para muito mais”<sup>106</sup>.

Ao longo desse capítulo pudemos perceber como na França das guerras de religião o tema das navegações foi não apenas moldado pelas tendências e contextos políticos temporários, mas também foi encarado por muitos como saída para a elaboração de alternativas viáveis à conjuntura tumultuosa em que o reino se encontrava ao longo de todo esse período. Tais debates mobilizavam ampla gama de saberes, desde os mais óbvios, como os conhecimentos náuticos, militares ou teológicos, aos mais inesperados, como as teorias médicas, evidenciando a riqueza de possibilidades para se pensar o ultramar numa nação cuja identidade com as lides marítimas e coloniais era apenas marginal.

A contraposição da sátira às propostas de La Popelinière e à ação de Strozzi parece particularmente elucidativa, sugerindo a diversidade de opiniões acerca da colonização e da navegação atlântica. Quimera para uns, enquanto para outros parecia a melhor maneira de abandonar o “mar de sangue” que, nas palavras de Calvino, inundava a França...

---

<sup>106</sup> “Even our ears, made gross by centuries of cultural change, can sometimes detect such notes; no doubt we are deaf to much more” (NELSON, op. cit., p. 72).

## Capítulo IV

### Do Equador ao Ártico

Como vimos, após o fim da colônia na Flórida, seguiu-se um hiato de décadas na aventura colonial francesa. Esse período foi marcado por novas propostas, assim como tentativas frustradas. Durante as últimas décadas do século XVI é praticamente impossível dissociar os discursos colonialistas do contexto das Guerras de Religião na França. O reinado de Henrique IV (1589-1610) iniciaria novo momento desse processo. Após a assinatura do édito de Nantes, as tensões políticas no reino reduziram-se consideravelmente, criando uma atmosfera oportuna à retomada das lides ultramarinas. Desse modo, no início do século XVII destacam-se dois novos experimentos coloniais, a França Equinocial, no atual Maranhão, e a retomada da colonização da Nova França, na América do Norte.

#### I - A fé e o comércio

Antes de prosseguir, parece interessante traçar uma síntese da trajetória das duas colônias. Certamente um dos personagens mais importantes da França Equinocial foi Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. Nascido na pequena nobreza, combateu em forças de terra, mas desde 1594 começou a acumular considerável experiência nas navegações, participando de sua primeira expedição à América do Sul. Durante os anos seguintes fez novas viagens, sempre no Caribe ou na região amazônica daquela América, pela qual desenvolveu grande interesse<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Maiores detalhes sobre a vida de La Ravardière e a fundação da França Equinocial podem ser encontradas na excelente biografia de Mariz e Provençal e nos livros de Andrea Daher e Maurice Pianzolla, bem como no primeiro capítulo de nosso livro que versa sobre a cidade de São Luís. Uma excelente síntese do período final da colônia e da disputa contra os lusitanos se encontra no livro de Lauande Lacroix (DAHER, Andrea. *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial (1612-1615)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Jerônimo Albuquerque Maranhão*. São Luís: UEMA, 2006; MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007; PIANZOLA, Maurice. *Os papagaios amarelos*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008; TAVARES, Luiz F. F. *A ilha e o tempo – Séculos e vidas de São Luís do Maranhão (1612-2012)*. São Luís: Instituto Geia, 2012).

La Ravardière e sua esposa eram huguenotes, e tinham ampla rede de contatos entre os meios reformados franceses. A ideia de estabelecer a França Equinocial partiu de seu encontro com Charles de Vaux, também reformado e igualmente experiente na navegação do litoral sul-americano, onde já teria passado três anos. Essa proposta chegou a Henrique IV, que mostrou-se interessado em apoiá-los, confiando a La Ravardière a tarefa de investigar a região, com vistas à instalação da futura colônia, concedendo-lhe carta patente para essa finalidade. Desse modo, Daniel de La Touche partiu numa expedição de 18 meses, durante a qual explorou vasto território e chegou mesmo a instalar uma efêmera feitoria na área das Guianas.

De volta à França, encontrou situação nada favorável. Em 1610 Henrique IV fora assassinado por Ravaillac, um fanático católico. Quem ocupava o trono agora era o pequeno Luís XIII (1610-1648), cabendo a regência do reino a sua mãe, Maria de Médicis, católica intransigente e pouco disposta a colaborar com os huguenotes La Ravardière e de Vaux. A rainha mãe não revogou a carta patente concedida por Henrique IV, mas negou-se a oferecer recursos financeiros para a fundação da colônia.

Desse modo, os dois fidalgos tinham grande desafio pela frente, passando a buscar investidores dispostos a apoiar seu projeto. Ao que parece, Charles de Vaux chegou a converter-se ao catolicismo para facilitar a tarefa. Por sua vez, La Ravardière conseguiu atrair ao empreendimento os irmãos François, Claude e Isaac de Razilly, católicos, os quais conseguiram convencer a regente a contribuir com seu esforço. Além disso, François de Razilly teve a preocupação de solicitar à ordem dos capuchinhos o envio de missionários para a catequese indígena. Também encontraram apoio em Nicolas de Harlay, senhor de Sancy e barão de Molle et Gros-Bois, mas principalmente no senhor Danville, almirante da Bretanha e primo do monarca, pertencente ao importantíssimo clã Montmorency, conferindo prestígio e credibilidade ao projeto colonial.

A tensão religiosa marcou bastante esse período de preparativos, como mostra a correspondência da regente a La Ravardière, na qual enfatizava constantemente a necessidade de manter a ortodoxia católica na colônia. Comprova a delicadeza do tema um compromisso assinado durante a travessia do Atlântico pelos fidalgos e clérigos participantes da expedição, na qual responsabilizavam-se por manter

a paz e evitar disputas religiosas que pudessem perturbar o convívio na colônia, como veremos adiante.

No início de 1612 os colonos desembarcavam no *Maragnon* (ou *Maragnan*), onde construíram o forte São Luís. Nos meses seguintes foram organizadas expedições de reconhecimento na região, enquanto os capuchinhos iniciavam a obra catequética. É interessante ressaltar a cooperação dos índios tupinambá das vizinhanças como essencial para a manutenção e o desenvolvimento da colônia, auxiliando no abastecimento e na construção das instalações.

A breve existência da colônia teve seus episódios de tensão, como durante a visita dos franceses à aldeia de Taperaevire, onde o ancião Momboré-Uaçu alertaria contra os europeus, afirmando que 50 anos antes teria visto os portugueses fazendo promessas semelhantes para em seguida tentar escravizar os indígenas, levando-os a migrar para evitar a captura ou a morte. Esse relato teria provocado mal-estar suficientemente grande para que Razilly resolvesse apressar a partida do vilarejo. Para remediar a situação, os franceses enviariam o trugimão David Migan, que passara a maior parte de sua vida no Novo Mundo e gozava de grande credibilidade entre os indígenas, com a missão de dissipar o clima de desconfiança. Por outro lado, no próprio forte São Luís agravavam-se as tensões confessionais, latentes desde os primeiros preparativos na Europa, erodindo a autoridade do chefe huguenote.

Enquanto a colônia francesa tentava superar essas vicissitudes, preparava-se a iniciativa portuguesa para a tomada da região. Sob comando do caboclo Jerônimo de Albuquerque, uniam-se efetivos lusitanos e indígenas. Após uma expedição cheia de peripécias, chegavam ao Maranhão em novembro de 1614. Franceses e portugueses - e muitos índios de ambos os lados - enfrentaram-se em 19 de novembro de 1614, na baía de Guaxenduba. Tudo parecia favorecer o lado francês, mas a vitória sorriria às tropas de Albuquerque, apesar da inferioridade de contingentes.

O resultado da batalha de Guaxenduba deixava incerto o futuro da região, estabelecendo certo equilíbrio de poder que impossibilitava qualquer dos lados sobrepujar o outro à força. Após breves negociações, La Ravardière e Albuquerque chegaram ao compromisso de enviar emissários a suas respectivas coroas, para que pudessem resolver a situação diplomaticamente. Enquanto aguardavam a solução, deveriam manter relações pacíficas no Maranhão. De fato, como veremos, os

documentos sugerem que os meses seguintes foram marcados por amigável convívio entre portugueses e franceses. Após longa espera, no fim de 1615 chegaria ao Novo Mundo a decisão final negociada entre a França e a coroa espanhola, trazida por Alexandre de Moura. Em 3 de novembro daquele ano foi assinado o armistício, seguido da entrega formal do forte São Luís aos portugueses. No dia seguinte as embarcações francesas partiam de volta à Europa, concluindo a breve experiência da França Equinocial.

A situação ao norte era bastante diferente. Apesar da falta de projetos coloniais desde as tentativas de Jacques Cartier, a região da Terra Nova jamais deixou de ser frequentada por navios franceses, em busca do abundante pescado da região, de onde levavam óleo de baleia e diversos gêneros de peixe, especialmente o bacalhau. Paralelamente a essas atividades pesqueiras desenvolvia-se o comércio de peles trocadas com os indígenas, mercadoria cada vez mais lucrativa na Europa<sup>2</sup>. Desde o período final das Guerras de Religião, Henrique IV já mostrava-se sensível à ideia de colonizar a região, comissionando o marquês de La Roche para essa finalidade em fevereiro de 1597, nomeando-o “lieutenant général du Roi pour les pays de Canada, Hochelaga, Terres-Neuves, Labrador, rivière de la Grand Bay, de Norembourg et terres adjacentes”. Em 1598 La Roche instalava sua pequena colônia, batizada como ilha de Bourbon<sup>3</sup>. A reduzida povoação não durou muito tempo, sendo abandonada em 1603<sup>4</sup>. Simultaneamente o monarca concedeu, em 1599, o cargo de “lieutenant pour le Roi au pays de Canada, côtes de l’Acadie et autre de la Nouvelle France” ao huguenote Pierre Chauvin, atropelando os privilégios de La Roche, que aparentemente não atendera às condições de sua comissão. Chauvin também tentou estabelecer 16 colonos às margens do rio Saguenay, mas a ínfima povoação sucumbiu aos rigores do inverno de 1600<sup>5</sup>.

No ano de 1603 seria iniciado o impulso por uma ocupação francesa em caráter permanente na América do Norte, organizada pelo senhor Du Pont-Gravé, associado a Pierre Chauvin, que acabara de falecer. Em 15 de março de 1603 sua expedição aparelhava rumo ao Novo Mundo, levando o jovem Samuel de Champlain,

---

<sup>2</sup> Cf. DU PLESSIS, Jean-Marie Montbarbut. *Histoire de l’Amérique française*. Montreal: Typo, 2004, pp. 39-40.

<sup>3</sup> Atualmente, île de Sable, próxima ao litoral da Nova Escócia.

<sup>4</sup> Por razões desconhecidas, não houve viagem de abastecimento em 1602, deixando os colonos isolados e desestruturando o empreendimento colonial. Em 1603 apenas 11 deles subsistiam na ilha, enquanto outros fugiram para o continente (Idem, pp. 40-42).

que nos anos seguintes desempenharia proeminente papel na história da Nova França. Durante cerca de seis meses os exploradores fizeram o reconhecimento da região, estabelecendo relações com numerosos grupos indígenas; em setembro aportavam de volta na França. Ao retornar, Champlain travou contato com Pierre Du Gua de Monts, fidalgo que participara da viagem de Chauvin em 1599 e tinha grande interesse pelo Novo Mundo<sup>6</sup>.

De Monts não tardou a juntar-se à empreitada. Em abril de 1604 partiam duas levas de colonos, sob comando de Du Pont-Gravé e de Monts, estabelecendo uma povoação na île de Sainte-Croix, situada na “baía dos Franceses” (atualmente baía de Fundy). Enfrentando inúmeras vicissitudes, a colônia sobreviveria e cresceria nos três anos seguintes, regularmente abastecida por navios vindos da França. Durante esse período foram organizadas algumas expedições de reconhecimento em direção ao sul, chegando quase à altura da atual Nova York; Champlain participou ativamente dessas viagens, desejoso de chegar até as terras da Flórida. Outra figura importante dessa expedição seria o fidalgo Jean de Poutrincourt, o qual dedicar-se-ia à Nova França nos anos seguintes<sup>7</sup>.

No entanto, em 1607, as pressões de comerciantes apoiados pelo superintendente Sully levaram Henrique IV a revogar o monopólio concedido a de Monts, que ordenou o retorno de todos os colonos à França, interrompendo repentinamente a experiência que apenas começava a obter êxito. Por sinal, Sully não tinha grande entusiasmo por empreendimentos coloniais, que em carta de 1608 considerava contrários

à natureza e ao cérebro dos franceses que reconheço, para minha grande tristeza, não ter nem a perseverança nem a providência necessária para tais coisas, e não põem ordinariamente seu vigor, seu espírito e sua coragem senão na conservação do que lhes toca de perto [...]. De tal modo que as coisas que ficam separadas de nosso corpo por terras ou mares estrangeiros ser-nos-ão sempre de grande carga e pouca utilidade<sup>8</sup>.

Contudo, em janeiro de 1608, protestando junto ao rei, de Monts conseguiu a efêmera renovação de sua concessão por mais um ano. Aproveitando essa

---

<sup>5</sup> Idem, pp. 42-44; VIDAL, Cécile e HAVARD, Gilles. *Histoire de l'Amérique française*. Paris: Flammarion, 2008, p. 63.

<sup>6</sup> Cf. VIDAL e HAVARD, Op. cit., pp. 72-75.

<sup>7</sup> Idem, pp. 75-80.

oportunidade, du Pont-Gravé e Champlain retornavam ao Novo Mundo em abril de 1609; em outubro de 1609 o monopólio expirava definitivamente. O revés parece ter sido tão grande que de Monts permaneceu endividado até sua morte, cerca de 20 anos depois.

Todavia, Samuel Champlain mostrar-se-ia persistente em seus esforços pelo sucesso da colônia durante mais de duas décadas, até sua morte em 1635. Como é fácil imaginar, teve de enfrentar inúmeros desafios ao longo desses anos. Entretanto, parece-nos importante evitar certa postura encomiástica, tendendo a interpretar Champlain como um homem visionário ou mesmo um apaixonado pelas terras do futuro Canadá – o “pai da Nova França”.

Explorador, desenhista, cartógrafo e homem de ação, Champlain foi certamente um ator central da expansão, mas ele não foi “o” fundador da América francesa; a colocá-lo excessivamente sob as luzes da ribalta, oculta-se notadamente o papel dos mercadores e dos empreendedores (Du Gua de Monts, Chauvin, Gravé du Pont) no estabelecimento da Nova França<sup>9</sup>.

Sua trajetória de vida prova de modo bastante claro que ele apostou alto na colonização do Novo Mundo, mas é importante perceber que essa atuação ultramarina era também uma estratégia pessoal de ascensão social; separar os dois aspectos parece impossível, e mesmo contraproducente. O persistente colonizador, o fiel súdito e o homem particular constituem um só personagem, sem solução de continuidade.

Ao longo dos anos, Champlain foi uma das raras constantes no estabelecimento da Nova França, sempre a serviço dos dignitários que assumiam oficialmente a autoridade sobre a colônia. Como vimos, em 1609 De Monts perdia definitivamente o monopólio comercial sobre a região. Em 1612 o conde de Soissons recebia o título de *lieutenant-général* da colônia do São Lourenço, delegando a Champlain o seu comando. Com a morte de Soissons, o cargo passou ao príncipe de Condé, que confirmou Champlain em sua função até 1620. Somente em 1629 tornar-se-ia *lieutenant*, por indicação direta do cardeal Richelieu, ocupando a função até sua morte, em 1635<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Apud VIDAL e HAVARD, Op. cit., p. 68.

<sup>9</sup> VIDAL e HAVARD, Op. cit., p. 81.

<sup>10</sup> Idem, pp. 84-85.

Durante todo esse período foram constantes os problemas de financiamento e manutenção da colônia. Em poucas décadas, o trato de peles na colônia ou em regiões específicas esteve sob o monopólio de diferentes companhias de comércio, a *Compagnie du Canada*, a *Compagnie des Marchands de Rouen et de Saint-Malo*, e a bem sucedida *Compagnie des Cent-Associés*. Essas empresas recebiam tais privilégios comerciais sob o compromisso de fornecer colonos, recursos materiais e custear a ida de eclesiásticos para a Nova França, geralmente cumprindo essas obrigações de modo insatisfatório. Outro desafio importante era a criação de alianças com as tribos indígenas locais. Além da necessidade de manter um convívio pacífico com seus vizinhos imediatos, os franceses precisavam alimentar esses contatos para a obtenção das peles de castor, motor econômico da colônia.

Além dessas dificuldades, também era necessário fazer frente aos britânicos ali instalados, por vezes entrando em confronto aberto contra os franceses. Em 1629, os irmãos Kirke, corsários ingleses, tomaram boa parte da região, forçando Champlain e a maior parte dos colonos a retornar à França. Chegando ao Velho Mundo, receberam a notícia de que a guerra entre França e Inglaterra terminara seis meses antes do ataque, tornando ilegal a tomada da Nova França, levando a coroa francesa a recuperar diplomaticamente o controle sobre a região. Em 1633, após difíceis negociações, Champlain retornava à colônia, acompanhado de 200 colonos<sup>11</sup>.

Há inúmeras fontes disponíveis para a análise das duas experiências coloniais. Por sinal, ambas deixaram um significativo acervo de obras impressas à época, como os relatos de Champlain e Marc Lescarbot sobre a Nova França, ou as narrativas dos capuchinhos Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux acerca da França Equinocial, entre outras. No presente capítulo concede-se maior atenção aos escritos de Abbeville e, principalmente, de Lescarbot, dedicando-se maior espaço a Évreux e Champlain no próximo capítulo.

Claude d'Abbeville participou de três obras impressas relativas à França Equinocial: *L'arrivée des pères capucins en l'Inde Nouvelle appelée Maragnon*, publicada em 1612, *Discours et congratulation à la France sur l'arrivée des peres capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique meridionale en la terre du Brésil*, de 1613 e *Histoire de la mission des pères capucins en l'Île de Maragnan et terres circonvoisines*,

---

<sup>11</sup> Idem, pp. 86-89.

de 1614<sup>12</sup>. A terceira obra era de autoria integral de Abbeville, mas as duas primeiras eram antologias de cartas, incluindo textos de outros autores. Na verdade, *L'arrivée* e *Discours* eram praticamente iguais, com pequenas alterações formais e o acréscimo de curtos trechos ausentes na edição anterior. Além disso, o *Discours* trazia notas explicativas às margens, facilitando ao leitor a localização de regiões pouco conhecidas, bem como remetendo a outras obras, como o atlas de Ortelius; seu editor tomava o cuidado de ressaltar que não acrescentara nada aos textos originais – na verdade, o principal acréscimo era o discurso introdutório dedicado à França. Desse modo, é importante lembrar que as primeiras obras de Abbeville não eram exclusivamente suas; os editores desempenhavam papel importante na seleção e apresentação de conteúdos.

Todavia, dedicaremos especial atenção a uma obra bastante esclarecedora sobre as articulações desse novo momento colonial francês, a *Histoire de la Nouvelle France*, de Marc Lescarbot, publicada em três versões, em 1608, 1611 e 1617. Debruçar-nos-emos particularmente sobre sua última edição, significativamente mais extensa que as anteriores, atingindo mais de mil páginas. Essa riquíssima fonte servirá de fio condutor ao desenvolvimento desse capítulo, através de cotejos a outras obras contemporâneas<sup>13</sup>.

Lescarbot era advogado, nascido por volta de 1575. Partiu em 1606 para a América, acompanhando o sr. de Poutrincourt, do qual era ou se tornou amigo. Permaneceu na Nova França durante pouco mais de um ano, retornando ao reino em julho de 1607. Apesar de seu engajamento duradouro, Lescarbot passou apenas esse ano na América. De volta à Europa, assumiu o papel de propagandista em prol da colonização da Nova França, sempre escrevendo em favor das iniciativas de Poutrincourt. Em 1609 vinha a lume a primeira edição de sua *Histoire de la Nouvelle France*; no mesmo ano publicou *Les muses de la Nouvelle-France*, coletânea de poemas

---

<sup>12</sup> ABEVILLE, Claude et alii, *L'arrivée des pères capucins en l'Inde Nouvelle Appellée Maragon, avec la reception que leur ont fait les sauvages de ce pays, et la conversion d'iceux à notre sainte foi*. Paris: Abraham Le Febvre, 1612; ABEVILLE, Claude et alii. *Discours et congratulation à la France sur l'arrivée des peres capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique Meridionale en la terre du Brésil*. Paris: Denis Langlois, 1613; ABEVILLE, Claude. *Histoire de la mission des pères capucins en l'Île de Maragan et terres circonvoisines où est traité des singularités admirables et des moeurs merveilleuses des indiens habitants de ce pays*. Paris: François Huby, 1614.

<sup>13</sup> LESCARBOT, Marc. *Histoire de la Nouvelle-France contenant les navigations, découvertes et habitations faites par les françois ès Indes Occidentales et Nouvelle-France, par comission de nos Rois Très-Chrétiens, et par les diverses fortunes d'iceux en l'exécution de ces choses, depuis cent ans jusques à lui. Troisième édition enrichie de plusieurs choses singulières, outre la suite de l'Histoire*. Paris: Adrian Perier, 1617.

encomiásticos relacionados à colonização. A primeira edição da *Histoire de la Nouvelle France* foi traduzida para o inglês ainda em 1609 e para o alemão em 1613. Em 1610 publicou um opúsculo denominado *La conversion des sauvages qui ont été baptisés en la Nouvelle France*<sup>14</sup>. Boa parte desse material foi recompilado na edição definitiva da *Histoire de la Nouvelle France*, em 1617. Além desses escritos publicou outros trabalhos que não guardavam relação com o Novo Mundo. Segundo Demarsy, um documento administrativo de 1619, sobre pagamentos da Marinha registra que nessa data Lescarbot ocupava o cargo de *commissaire de marine* - é difícil saber quando assumiu o posto e quando o deixou. É interessante observar a proximidade entre a data desse documento e a última publicação da *Histoire*, ou seja, um intervalo de apenas dois anos. Teria sua obra de alguma forma contribuído para a obtenção do cargo? Outro registro de pagamentos de 1627 mostra que fôra substituído na função por certo Jean Lescarbot, provavelmente seu irmão ou filho. De qualquer forma, esses fatos evidenciam o quanto o personagem e sua família tinham se envolvido com as questões ultramarinas. Ao que tudo indica, Marc Lescarbot faleceu em meados da década de 1630<sup>15</sup>.

A edição de 1617 da *Histoire de la Nouvelle France* apresenta grande interesse devido à perspectiva escolhida pelo autor. Lescarbot dedicou-se a traçar um amplo panorama da presença francesa no Novo Mundo a partir do reinado de Francisco I, abordando desde as viagens de Cartier às posteriores experiências coloniais na baía de Guanabara e na Flórida. Por sinal, manifestava também o desejo de preservar tais escritos do esquecimento<sup>16</sup>. Com essa finalidade, lançou mão de inúmeras fontes, como documentos oficiais, cartas ou relatos de viagem impressos ou manuscritos, como os de Jacques Cartier, Nicolas Barré, Jean de Léry, Samuel de Champlain, entre outros. Em muitos momentos Lescarbot realizou transcrições integrais desses textos; em outros, apropriou-se quase *ipsis litteris* dos relatos, tendo apenas o cuidado de trocar os verbos conjugados na primeira pessoa para a terceira pessoa. Sem medo de exagerar, pode-se traçar a estimativa de que cerca de 30% do total da obra seja constituído por essas longas citações<sup>17</sup>. Todavia, é importante salientar que ele não limitou-se ao papel de mero compilador, mantendo de diversas maneiras uma relação autoral com essas fontes,

---

<sup>14</sup> “*A conversão dos selvagens que foram batizados na Nova França*”.

<sup>15</sup> DEMARSY, Arthur. *Note sur Marc Lescarbot, avocat vervinois* Vervins: A. Flem, 1868.

<sup>16</sup> LESCARBOT, Op. cit., p. 5.

<sup>17</sup> Cf. LESCARBOT, Op. cit., pp. 154-158, 160-177, 213-396, 408-413, entre outros trechos.

delas fazendo uso crítico através de expedientes como comentários, questionamentos, cotejo de documentos contraditórios ou de inconsistências internas, anotações à margem das páginas, entre outras formas de intervenção. Em sua globalidade, a *Histoire de la Nouvelle France* constitui um curiosíssimo mosaico de textos.

Ao longo da obra pode-se perceber a presença de duas matrizes a orientar a escrita de Lescarbot, por vezes de modo contraditório, mais frequentemente de modo complementar. Uma delas é uma percepção profética de História, interpretando a presença francesa no Novo Mundo a partir de uma perspectiva providencialista. A outra aproxima-se da concepção de *historia magistra vitae*, que consolidava-se desde o século anterior como forma de compreensão da experiência humana no tempo. Todavia, é nítida a predominância da vertente profética na construção de seu discurso.

Como se sabe, a noção de *historia magistra vitae* entendia o aprendizado e o estudo da História como forma de coligir lições do passado que pudessem ser úteis à vivência do presente e ao planejamento do futuro. Essa ideia mostra-se muito presente na obra de Lescarbot, que almejava a apropriação das experiências francesas anteriores em benefício da colonização contemporânea. Compreendendo as razões do fracasso das antigas colônias, seria possível conduzir com sucesso os novos empreendimentos no Novo Mundo, especialmente a Nova França na América do Norte, com a qual o autor mostrava-se visceralmente comprometido. Boa parte das lições coligidas por Lescarbot diz respeito a questões de ordem logística. Por exemplo, ele criticou a iniciativa de Villegagnon na França Antártica de estabelecer habitação insular, o que não apenas dificultava o abastecimento da colônia e sua ligação com a terra, mas também provocaria a privação de água corrente, só encontrada em ilhas de dimensão considerável. Da mesma forma, censurou a negligência quanto ao labor da terra, que teria causado a ruína dos franceses na Flórida, tornando-os dependentes do fornecimento de alimentos pelos indígenas. Lescarbot também discutia com a mesma finalidade alguns dos problemas políticos que dificultaram essas experiências coloniais, como veremos adiante<sup>18</sup>.

Tais paralelos atendiam também a funções retóricas mobilizadas em favor das pretensões políticas do grupo ao qual Lescarbot encontrava-se ligado. Desse modo, as críticas às falhas dos colonizadores de outrora são frequentemente acompanhadas de

---

<sup>18</sup> Idem, pp. 211, 446, 500, 580, entre outras.

elogios a Du Gua de Monts e Poutrincourt. Em certo trecho, por exemplo, condena a conduta do capitão Albert, responsável pela guarnição de Charlesfort, na Flórida; sua crueldade e autoritarismo haviam provocado a divisão entre os franceses do forte. Logo a seguir, tece o seguinte comentário:

Posso dizer do senhor de Poutrincourt (e sem bajulação) que em toda nossa viagem ele nunca bateu em nenhum dos seus, e se alguém falhara ele fazia tal aparência de lhe bater que lhe dava tempo de fugir<sup>19</sup>.

Em outra passagem, ataca a imprevidência dos responsáveis pela França Antártica e pela Flórida referente à manutenção de estoques de víveres suficientes na colônia, ao contrário do sempre zeloso Poutrincourt:

Eu encontro um outro defeito naqueles que fizeram tanto as viagens do Brasil quanto as da Flórida, é de não ter levado grande quantidade de trigos e farinhas, e carnes salgadas para viver pelo menos um ano ou dois, já que o rei fornecia, honestamente as despesas da equipagem, sem ir para lá morrer de fome, por assim dizer. O que era muito fácil fazer, visto a fecundidade da França em todas essas coisas que lhe são próprias, e não precisa buscá-las alhures<sup>20</sup>.

Mais à frente, relata que Poutrincourt levava à França amostras dos gêneros agrícolas cultivados pelos colonos da Nova França, arrematando com o comentário: “o que não fizeram aqueles que foram antes ao Brasil e à Flórida”<sup>21</sup>. Em suma, as lições do passado não apenas mostravam os erros a evitar, mas serviam para ressaltar, por contraste, as virtudes da ação colonial levada a cabo pelos patronos de Lescarbot. Por outro lado, os relatos de falhas anteriores ajudavam a amenizar os problemas encontrados na Nova França e os críticos às condições mesológicas da terra, desviando seu foco do clima para os homens:

Se o desígnio de habitar a terra do Canadá não conseguiu sucesso antes, não se deve culpar a terra, mas acusar nossa inconstância e covardia. Pois eis que depois da morte do rei Francisco I se empreenderam viagens ao Brasil e à Flórida, as quais não tiveram melhor sucesso, ainda que essas províncias não tenha inverno e gozem de uma perpétua verdura<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Idem, pp. 55-56.

<sup>20</sup> Idem, pp. 178-179.

<sup>21</sup> “ce que ceux qui sont allés ci-devant au Brésil et à la Floride n’ont point fait” (Idem, p. 599).

<sup>22</sup> Idem, p. 403.

Da mesma forma, o autor empregava referências históricas para sedimentar a noção de que os franceses seriam uma nação com pendor natural para as lides marítimas e coloniais. Assim como La Popelinière, recorria à ideia de que os antigos gauleses eram grandes navegadores, aprendendo a nadar desde a infância, levando seu nome à Ásia (Galácia) e à Península Ibérica (Portugal – “Porto Gaulês”). Além disso, narra que eles eram grandes mestres do mar; segundo Estrabão, teriam leis marítimas tão organizadas a ponto de serem imitadas por outros povos. Também sustenta que os mesmos gauleses eram navegantes tão hábeis que não sofriam com pirataria, possuindo em seus portos grandes armazéns com todos os recursos necessários às atividades náuticas. Relembra ainda a ação dos franceses em terras distantes durante as cruzadas, aventuras que teriam envolvido diversas travessias marítimas. Nessa mesma época o rei Felipe III teria criado justamente por esse motivo o ofício permanente de Almirante de França. Por outro lado, para defender as tendências inatas aos movimentos de colonização, afirma que Júlio César atribuía aos gauleses a humanização e a civilização de seus vizinhos germânicos, e que durante a Idade Média a França desempenhara o papel de protetora dos bispos e papas sempre que necessário, a serviço da cristandade - tarefa a ser retomada em sua época em relação à Nova França<sup>23</sup>.

Dessa forma, a navegação seria um pendor natural do povo francês (ou gaulês), interrompido em alguns momentos históricos pela fatalidade ou por razões providenciais, como a conquista romana da Gália ou a invasão dos francos. A retomada da colonização seria então o cumprimento, a realização dessa vocação. Segundo Lescarbot, a recente “recaída” do ardor náutico francês devia-se à Guerra dos Cem Anos e às Guerras de Religião, provocadas pela “gulosa ambição de um príncipe súdito de nosso rei, o qual se prometia nada menos que tirar a coroa de sua cabeça” – ao que tudo indica, referia-se ao duque Henrique de Guise. Curiosamente, não menciona as guerras italianas que mobilizaram a França durante décadas do século anterior. Todavia, o autor sublinhava que mesmo com as dificuldades, os franceses fizeram diversas descobertas, e poderiam ter feito mais se não houvesse tamanhas vicissitudes, e se houvesse maior apoio do povo aos reis nesse sentido - povo aqui entendido principalmente como o conjunto dos grandes em França. Lescarbot contrapunha essas situações a uma análise da conjuntura política francesa em que vivia e das atitudes que desfavoreciam, a seu ver, uma expansão colonial mais efetiva, entre as quais o interesse maior pelas riquezas

---

<sup>23</sup> Idem, f. XV, pp. 13, 15.

materiais que pelas possibilidades espirituais: “não se acha quase ninguém (falo daqueles que têm crédito na corte) que favoreça esse desígnio, seja privadamente, seja diante de sua majestade”<sup>24</sup>.

Na verdade, o problema da realização da suposta vocação marítima francesa é pensado por Lescarbot em termos da oposição entre a ação de súditos virtuosos e as manobras de pessoas mal-intencionadas, inimigas da monarquia. Ainda nas primeiras páginas, na dedicatória a Luís XIII, explicitava essa interpretação, afirmando que reis anteriores haviam empreendido esforços para ampliar seus domínios ultramarinos,

Mas depois de ter descoberto a terra se contentaram com isso, e o nome de francês caiu em desprezo, não por falta de homens virtuosos, que poderiam levá-lo sobre as asas dos ventos mais altaneiros: mas pelas manobras, artifícios, e práticas dos inimigos de vossa coroa, que souberam governar os espíritos daqueles que reconheceram poder tirar algum proveito de um tal assunto<sup>25</sup>.

O autor ressaltava as consequências de tais atitudes, sustentando que graças a elas os franceses haviam deixado os espanhóis se tornarem fortes e poderosos no Ocidente e no Oriente, enquanto a monarquia francesa era privada dessa glória. Tal interpretação não era gratuita, uma vez que na mesma página assimila explicitamente a ação dos “inimigos da coroa” que haviam minado as iniciativas coloniais do passado àqueles que atrapalhavam os recentes empreendimentos de seus patronos:

O falecido senhor de Poutrincourt, fidalgo de imortal memória ardia com um inamovível desejo de cristianizar (o que ele havia bem começado) as terras a ele destinadas: e nisso ele foi sempre atrapalhado, assim como seu filho mais velho, que habita o país há dez anos, não tendo jamais encontrado senão pouco apoio em coisa tão elevada, tão cristã, e que pertence apenas a Hércules cristãos. Os senhores de Monts e de Razilly fazem a mesma queixa a seu próprio respeito. Deixo de lado as empresas mais recuadas de nossa memória nas viagens de Jacques Cartier, Villegagnon e Laudonnière, no Canadá, no Brasil e na Flórida<sup>26</sup>.

A conclusão desses argumentos tendia obviamente à defesa dos interesses de de Monts e Poutrincourt contra seus rivais; Lescarbot aconselhava ao rei a

---

<sup>24</sup> “gloutonne ambition d’un Prince sujet de notre Roi, lequel ne se promettait rien de moins que de lui enlever la couronne de dessus la tête”; “il ne se trouve quasi personne (j’entends de ceux qui ont crédit en Cour) qui favorise ce dessein, soit en privé, soit envers sa Majesté” (Idem, pp. 14-17).

<sup>25</sup> Idem, f. III.

<sup>26</sup> Idem, loc. cit.

necessidade de firmeza e constância da coroa para o sucesso colonial, protegendo os empreendimentos de interferências destrutivas na própria França por parte de pessoas invejosas ou avarentas. O procedimento é bastante significativo, uma vez que sedimentava a proteção da coroa aos aliados do autor em preceitos políticos derivados da autoridade do saber histórico.

A argumentação histórica não atendia apenas à política interna, mas também servia à necessidade de fornecer fundamentos ao legítimo direito do monarca francês perante seus pares em relação à colonização do Novo Mundo. Com essa finalidade, Lescarbot procurava caracterizar a presença francesa na América como a tomada de uma justa herança. Tais pretensões escoravam-se principalmente no pioneirismo francês em algumas regiões do continente, especialmente na América do Norte. De fato, expressava claramente sua indiferença quanto à primazia francesa no sul, “deixando a reivindicação da França Antártica a quem puder debatê-la” – postura essa que revelava seu desinteresse pela França Equinocial<sup>27</sup>.

Para tanto, principia destacando as viagens dos Verrazano pelo litoral norte-americano a serviço de Francisco I, ressaltando que o monarca ordenara-lhes expressamente “descobrir terras novas que não estivessem ocupadas por nenhum príncipe cristão”, ou seja, os franceses teriam respeitado os direitos dos outros tronos europeus, sem usurpar suas terras. Mais adiante menciona especificamente a passagem de Verrazano pela costa “hoje chamada Virgínia”, discretamente sublinhando a anterioridade da descoberta francesa da região, então habitada por colonos britânicos; teria sido também o primeiro a explorar o litoral da Flórida. Ao definir a extensão da Nova França, negava legitimidade ao tratado de Tordesilhas, afirmando que não era justo, pois tal decisão temporal não cabia ao papa. No entanto, ainda mais importante, esclarecia que a Nova França estendia-se do Trópico de Câncer ao norte, tendo por limites a oeste o oceano Pacífico, ao sul o Atlântico na altura de Cuba e da Espanhola, a leste o Atlântico e ao norte as terras desconhecidas em direção ao Ártico – ou seja, uma extensão muito maior que as terras efetivamente ocupadas. Tal definição desconhecia qualquer direito dos ingleses à região, tomando por ilegítima a ocupação da Virgínia. De fato, identificava mesmo a experiência de Ribault e Laudonnière na Flórida como Nouvelle France. Realçando essa perspectiva de continuidade, dizia que as viagens de

---

<sup>27</sup> “laissant la vendication de la France Antarctique à qui la voudra et pourra débattre” (Idem, p. 30).

Cartier e Champlain eram “uma mesma coisa”. Desse modo, assegurava a Luís XIII sem hesitação: “Assim, Deus vos ajude e fortifique vosso braço *para retomar vossa antiga herança*” (grifo nosso)<sup>28</sup>.

No entanto, ainda mais importantes que esses raciocínios de caráter histórico são os fundamentos proféticos para a colonização francesa que Lescarbot alinhava com admirável constância do início ao fim de sua *Histoire de la Nouvelle-France*. As raízes dessa interpretação jazem na própria Bíblia, particularmente no Antigo Testamento. Ainda no início da obra, em sua dedicatória “à la France” dirigia-se à França em segunda pessoa, sob a personificação de uma mãe querida:

Assim, que continuamente vossa civilidade, vossa justiça, vossa piedade, vossa luz se transporte até lá por vossos filhos, os quais doravante pela frequente navegação que farão nessas partes Ocidentais serão chamados filhos do mar, que são interpretados filhos do Ocidente, segundo a frase hebraica, na profecia de Oseias<sup>29</sup>.

Como era corrente à época, Lescarbot empregava uma etimologia hebraica um tanto criativa para caracterizar os franceses como “filhos do mar” ou “filhos do Ocidente”, referindo-se provavelmente à expressão “Filhos do Deus vivo” registrada na profecia em questão<sup>30</sup>. Acrescentava ainda que a palavra hebraica para “negociação” e “ocidente” seria a mesma “e o Ocidente e o mar são facilmente conjugados aos discursos das riquezas”<sup>31</sup>. A intenção da frase parece bastante simples de compreender, remetendo às possibilidades de enriquecimento do povo francês no Novo Mundo, embora a lógica subjacente seja hermética para o historiador de tempos pós-cartesianos. Por sinal, à margem, Lescarbot remete o leitor a inúmeras passagens da Bíblia que reforçariam seu argumento, onde se encontram obscuras relações entre “ocidente” e “negócios”<sup>32</sup>.

Mais adiante, através de procedimento semelhante, traçaria uma origem semítica para o substantivo “gaulês”, afirmando que após o dilúvio Noé ficara

---

<sup>28</sup> “découvrir des terres neuves qui ne fussent occupés d’aucun Prince Chrétien”; “aujourd’hui appellée Virginia”; “une même chose”; “Ainsi Dieu vous aide et fortifie votre bras pour rentrer en votre ancien héritage” (Idem, f. IV, pp. 3, 30, 34-36, 59, 213-214).

<sup>29</sup> Idem, f. XVII.

<sup>30</sup> Segundo a tradução da Bíblia de Jerusalém (Oseias, 2:1)

<sup>31</sup> “et l’occident et la mer sont volontiers conjoints avec les discours des richesses” (LESCARBOT, Loc. cit).

conhecido como “O gaulês”, uma vez que em hebraico e aramaico “gallim” significaria onda, água ou inundação; da mesma origem viriam os nomes das embarcações “galera” e “galeota” – contradizendo, inclusive, Erasmo de Roterdã<sup>33</sup>! O conteúdo profético dessa reflexão etimológica parece bastante evidente: até o nome do povo gaulês ligava-o à exploração ultramarina.

O aparente absurdo de tais raciocínios parece menos incompreensível se os encaramos sob a perspectiva de uma ordenação do universo marcada por misteriosas ligações simpáticas entre os seres, seus nomes, formas e aparências, bastante comum à época. Identidades e semelhanças superficiais eram frequentemente perscrutadas mediante uma semiótica que via nelas sinais manifestos de uma determinada ordem natural e sobrenatural do mundo, confundindo representações e coisas representadas, como bem resumia Foucault:

No século XVI, a linguagem real não é um conjunto de signos independentes, uniforme e lisa onde as viriam se refletir como num espelho para aí enunciar uma a uma sua verdade singular. Ela é mais uma coisa opaca, misteriosa, fechada sobre si mesma, massa fragmentada e de ponto em ponto enigmática, que se mistura aqui ou ali às figuras do mundo, e se entrelaça com elas: tanto e tão bem que, todas juntas, elas formam uma rede de marcas onde cada uma pode desempenhar, e desempenha de fato, em relação a todas as outras o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação. Em seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; ela está posta sobre o mundo e faz parte dele ao mesmo tempo porque as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem, e porque as palavras se propõem aos homens como coisas por decifrar<sup>34</sup>.

Como se vê, as deduções profético-etimológicas de Marc Lescarbot acerca do destino do povo francês na colonização do Novo Mundo fazem bastante sentido quando inseridas nessa forma de perceber o mundo. Podemos imaginar que muitos de seus leitores contemporâneos tenham não apenas compreendido facilmente sua argumentação, mas também concordado com o autor.

---

<sup>32</sup> Deixamos ao leitor o desafio de decodificar as curiosas relações propostas por Lescarbot em torno das seguintes passagens bíblicas: Ezequiel, 27:19, 30; Daniel, 8:5; Salmo 103:12 e seguintes; I Crônicas, 7:28 e 26:18; Naum, 3:8.

<sup>33</sup> Idem, pp. 11-12.

<sup>34</sup> FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 2009, pp. 49-50.

Em outro ponto, mobilizava outro gênero de argumentos, sustentando que a empresa colonial era favorecida por Deus, e enumerava fatos e episódios que baseavam sua afirmação, registrados sob a rubrica “Observações sobre os favores de Deus”: nenhum navio fora perdido durante as travessias atlânticas; nos períodos de fome, as epidemias cessavam, fazendo com que ninguém adoecesse nos momentos em que faltavam víveres; num momento de privação de alimentos os franceses encontraram raízes comestíveis até então desconhecidas; um dos colonos ficara perdido na floresta durante 16 dias, mas miraculosamente reencontrou seus companheiros; Membertou, índio convertido, em dificuldades para achar caça ou a Deus, como aprendera com os franceses e, logo em seguida, sua filha encontrou pescado no rio; dois homens que viviam doentes na França não sentiam qualquer dor na América. A própria persistência dos colonizadores contra as vicissitudes era vista como sinal da intervenção divina. Lescarbot relativizava sua própria interpretação, lembrando que também a natureza operava maravilhas constantemente, o que poderia explicar *alguns* desses casos sem recorrer à interpretação sobrenatural – mas apenas alguns<sup>35</sup>! Por sinal, o mesmo gênero de raciocínio tendia à defesa da superioridade espiritual e moral da experiência no Canadá sobre a França Antártica ou a Flórida:

Deus dá o melhor sucesso às empresas que se renovam hoje pelo mesmo assunto, as quais são verdadeiramente santas, e sem outra ambição além de aumentar o reino celeste. No entanto, não quero dizer que os outros tivessem um outro desejo e objetivo que não esse, mas pode-se dizer que seu zelo não era acompanhado de ciência, nem de um fervor suficiente a tal empresa<sup>36</sup>.

Todavia, retornemos à profecia de Oseias. O trecho transcrito acima era diretamente relacionado por Lescarbot a uma passagem específica do livro de Oseias, o segundo capítulo e o décimo versículo. Tal escolha parece bastante significativa das concepções de Lescarbot acerca da colonização do Novo Mundo. Para melhor compreender essa passagem é interessante explorar o significado teológico da profecia em questão.

O livro de Oseias é bastante curto, articulando-se em uma estrutura binária: o discurso profético e o relato da vida do profeta, que se alternam ao longo dos capítulos. Ambos estão intimamente relacionados, conduzindo a uma construção de

---

<sup>35</sup> “Remarques des faveurs de Dieu” (Cf. LESCARBOT, Op. cit., pp. 660-661).

sentidos sobreposta e imbricada, explicando-se mutuamente. A história de Oseias tem por foco suas agruras matrimoniais e familiares. Por ordem divina, o profeta casou-se com uma prostituta que lhe deu três filhos difíceis e ingratos, além de fugir diversas vezes do marido para viver em adultério. No entanto, Oseias mostrou-se sempre pronto a perdoá-la e recebê-la de volta<sup>37</sup>.

Por outro lado, o texto da profecia mostra a disposição de Jeová a perdoar as práticas idólatras de Israel e seus filhos, assimilados à esposa adúltera e aos filhos do profeta, cuja atitude para com estes exemplifica a própria profecia. Ao que tudo indica, o livro de Oseias foi o primeiro texto bíblico a caracterizar alegoricamente a idolatria como adultério, e não como prostituição, como era comum em passagens mais antigas. Não se trata de mudança banal, pois a prostituição remetia a um ato considerado ignominioso, mas que desonrava apenas ao povo de Israel; o adultério, por outro lado, representava a ruptura de um vínculo de lealdade e fidelidade, a aliança entre Jeová e os israelitas<sup>38</sup>. No entanto, o perdão de Jeová não era obtido facilmente: a profecia prometia aos “filhos de Israel” severas punições antes da redenção<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> Idem, p. 192.

<sup>37</sup> “Disse Iahweh a Oseias: ‘Vai, toma para ti uma mulher que se entrega à prostituição e filhos da prostituição, porque a terra se prostituiu constantemente, afastando-se de Iahweh’”; “Disse-me Iahweh: ‘Vai novamente, ama uma mulher amada por outro e que comete adultério, como Iahweh ama os israelitas, embora estes se voltem para os deuses estrangeiros e gostem dos bolos de passa’. Comprei-a por quinze siclos de prata e um ômer e meio de cevada e lhe disse: ‘Por muitos dias ficarás em casa para mim, não te prostituirás nem te entregarás a homem algum, e eu farei o mesmo contigo’. Porque, por muitos dias ficarão os israelitas sem rei, sem chefe, sem sacrifício, sem estela, sem efod e sem terafim. Depois disso os israelitas voltarão e procurarão a Iahweh, seu Deus, e a Davi, seu rei; voltarão tremendo a Iahweh e a seus bens no fim dos dias” (Oseias, 1:2, 3:1-5).

<sup>38</sup> Segundo Alan Unterman, o texto da profecia de Oseias se tornou parte importante da liturgia judaica posterior, tendo alguns trechos incorporados às comemorações do Yom Kipur e ao ritual diário do uso dos tefilin. O orientalista Jack Miles oferece algumas interessantes observações acerca das alegorias eróticas e matrimoniais no Antigo Testamento e especificamente no livro de Oseias em *Deus – Uma biografia*, obra em que se dedica a analisar as facetas da figura de Deus como personagem literário nos textos veterotestamentários (Cf. UNTERMAN, Alan. *Dicionário judaico de lendas e tradições*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p. 198; MILES, Jack. *Deus – Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 300-318, 419-422; Bíblia de Jerusalém, Introdução a Oséias, p. 1247).

<sup>39</sup> “Por isso retomarei o meu trigo a seu tempo/ e o meu mosto na sua estação,/ retirarei a minha lã e o meu linho,/ que deviam cobrir a sua nudez./ Agora descobrirei sua vergonha aos olhos dos seus amantes,/ e ninguém a livrará de minha mão./ Acabarei com sua alegria,/ com suas festas, suas luas novas, e seus sábados/ e com todas suas assembleias solenes./ Devastarei sua vinha e sua figueira,/ das quais dizia:/ Este é o pagamento que me deram os meus amantes./ Farei delas um matagal, e os animais selvagens as devorarão./ Eu a castigarei pelos dias dos baais,/ aos quais queimava incenso./ Enfeitava-se com seu anel e seu colar/ e corria atrás de seus amantes,/ mas de mim ela se esquecia!/ Oráculo de Iahweh./ Por isso, eis que eu mesmo a seduzirei,/ conduzi-la-ei ao deserto/ e falar-lhe-ei ao coração./ Dali lhe restituirei suas vinhas,/ e o vale de Acor será uma porta de esperança./ Ali ela responderá como nos dias de sua juventude,/ como no dia em que subiu da terra do Egito./ Acontecerá, naquele dia,/ -oráculo de Iahweh -/ que me chamarás ‘Meu marido’, e não mais me chamarás ‘Meu Baal’./ Afastarei de seus lábios os nomes dos baais,/ para que não sejam mais lembrados por seus nomes./ Farei em favor deles, naquele dia, um

Desse modo, parece-nos acertado supor que Lescarbot apropriava-se da profecia de Oseias com a finalidade de traçar um paralelo entre a ingratidão dos “filhos de Israel” e a de seus contemporâneos “filhos da França”, inclusive pelo contexto da citação, a dedicatória “À la France” – retratada como mãe, vale lembrar. Por sinal, o versículo destacado por Lescarbot refere-se justamente à ingratidão da “esposa-Israel”, menoscabando as bênçãos do “marido-Deus”: “Mas ela não reconheceu que era eu/ quem lhe dava o trigo, o mosto e o óleo,/ quem lhe multiplicava a prata e o ouro/ que eles usavam para Baal”<sup>40</sup>!

Como relacionar tal referência bíblica à empresa de colonização do Novo Mundo, tema central da obra? É impossível imaginar com exatidão o objetivo específico do autor, mas podemos estabelecer leituras hipotéticas por parte de seus contemporâneos. Pode ser interessante cotejar a referência profética a dois trechos da dedicatória anterior, direcionada a Luís XIII. Segundo Lescarbot, o monarca deveria retribuir as graças que recebera de Deus fazendo cristãos “e levar ao rebanho de Jesus Cristo os povos de ultramar que ainda não estão sujeitos a nenhum príncipe, ou apagar de nossos livros e da memória dos homens esse nome de Nova França, do qual nos glorificamos em vão”<sup>41</sup>. Mais que qualquer outro reino, sustenta o autor, a França deveria lançar-se à conquista dos mares e do Novo Mundo devido a sua abundância demográfica, a seus bons portos mediterrâneos e atlânticos, e à grande disponibilidade de recursos para a construção naval<sup>42</sup>. Encontra-se argumentação bastante semelhante em um manuscrito de André Thevet, jamais publicado, *Le livre contenant la description de tout ce qui est compris sous le nom de Gaule*<sup>43</sup>, provavelmente redigido décadas antes, por volta de 1580. O texto em questão explora as particularidades regionais da França, adotando o espaço como eixo organizador. Ao descrever a Bretanha e a Normandia, enfatizava não apenas os recursos materiais, como a abundância de florestas oferecendo madeira própria à construção naval em torno de Nantes, mas também do talento de seus homens para as artes da navegação, enaltecendo as habilidades náuticas dos normandos, sustentando “que não há nação sob o céu mais

---

pacto/ com os animais do campo, com as aves do céu e com os répteis da terra./ Exterminarei da face da terra o arco, a espada e a guerra;/ fá-los-ei repousar em segurança./ Eu te desposarei a mim para sempre,/ eu te desposarei a mim na justiça e no direito,/ no amor e na ternura./ Eu te desposarei a mim na fidelidade/ e conhecerás a Iahweh” (Oseias, 2:11-22).

<sup>40</sup> Oseias, 2:10.

<sup>41</sup> LESCARBOT, f. III.

<sup>42</sup> Idem, f. V.

<sup>43</sup> “O livro contendo a descrição de tudo aquilo que se compreende sob o nome de Gália”.

destra e sábia nas lides marinhas que os normandos”, que eram “gente valente e os melhores pilotos para o grande oceano, como vi e conheci”<sup>44</sup>. Em suma, tal percepção por parte de Lescarbott não parece ser algo novo ou original, mas sim integrar um conjunto compartilhado e reforçado de discursos acerca do tema; no entanto, empreendia a apropriação dessa tópica em prol de uma proposta específica, sua visão profética acerca da atuação ultramarina da monarquia francesa. Além disso, estabelecia um paralelo entre colonização e cruzada:

O que, senhor, nossos reis, vossos grandes ancestrais, teriam esgotado a França de homens e tesouros, e exposto suas vidas à morte para conservar a religião dos povos orientais; e nós não teremos o mesmo zelo em tornar cristãos aqueles do Ocidente, que nos dão voluntariamente suas terras e nos estendem a mão há cem anos? Poderemos encontrar alguma desculpa válida ante o trono de Deus quando eles nos acusarem da falta de piedade que tivemos deles, e atribuir-nos-ão a falta de sua conversão<sup>45</sup>?

Abbeville também remetia a obra colonial à participação francesa nas cruzadas e nos combates aos sarracenos, evocando principalmente as figuras de Carlos Magno e São Luís – que, não podemos esquecer, batizava o forte construído no Maranhão<sup>46</sup>. A apropriação do mito das cruzadas em relação ao Novo Mundo era novidade no âmbito francês, quando comparada ao caso ibérico. O que não chega a ser surpreendente, tendo em vista que a conquista hispânica na América vinha na esteira da tomada de Granada em 1492. Por outro lado, como observa Le Roy Ladurie, a partir do reinado de Henrique IV seria empreendido um esforço deliberado de associar a nascente dinastia de Bourbon à prestigiosa memória de São Luís ou Luís IX, o monarca cruzado; a renovação dos vínculos entre cruzada e colonização fazia muito sentido na França dos primeiros Bourbons<sup>47</sup>. Aliás, o capuchinho também evocava as responsabilidades dos franceses ante os ameríndios:

Ó França, que tens essa felicidade de ser primogênita da Igreja, assim como a irmã gêmea dessa nova França Equinocial (selvagem e pagã agora, mas eleita e predestinada ao Céu em seu tempo), tu estás unida com ela por amor e conjunta caridade,

---

<sup>44</sup> “qu’il n’y a nation sous le ciel plus adestré et savante au fait de la marine que sont les normands”; “gens vaillants et les meilleurs pilotes pour le grand océan, comme j’ai vu et connu” (THEVET, André. *Le livre contenant la description de tout ce qui est compris sous le nom de Gaule, fait et observé par André Thevet, cosmographe du roi et Chevalier de Jérusalem*. Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4941).

<sup>45</sup> LESCARBOT, Op. cit., pp. VI-VII.

<sup>46</sup> ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 3.

<sup>47</sup> LE ROY LADURIE, Emmanuel. *L’État Royal*. Paris: Hachette, 2009, p. 451.

como és com todos os outros reinos e nações católicas. Por que não sentirás a dor que ela suporta neste seu tão longo cativeiro do paganismo? Por que não sentirás as feridas que essas pobres almas receberam do Diabo, que os transtornou até a morte<sup>48</sup>?

No entanto, as duas interpretações apresentavam nuances diferentes: Abbeville imaginava um horizonte profético particularmente otimista, de anunciação da conversão próxima dos indígenas; a colonização francesa seria fruto da caridade cristã e do exercício direto da graça divina. Já Lescarbot pensava-a de modo diferente: por um lado, os franceses teriam as bênçãos da providência divina, que lhes permitiam agir pela colonização e pela cristianização do Novo Mundo; por outro, seriam responsáveis perante Deus pela miséria espiritual dos ameríndios, que não receberiam a fé cristã, permanecendo entregues à perdição do paganismo. Apropriando-se da profecia de Oseias, Lescarbot descortinava à monarquia francesa um duplo horizonte, de condenação pelo julgamento divino, ou de conciliação, através da empresa colonial e catequética. Abandonar os povos da América parece constituir o equivalente à ingratidão e à idolatria de Israel.

A questão parece ainda mais séria, considerando-se que Lescarbot pensava o problema a partir de uma perspectiva escatológica: a obra de salvação na América devia ser realizada antes do fim do mundo, próximo segundo conjecturas de antigos cristãos e “talmudistas”. O autor acrescentava ainda que as grandes iniquidades da época poderiam apressar esse evento - originalmente previsto para seis mil anos após a criação – diminuindo os anos de espera. Urgia que a França e seus filhos realizassem suas vocações históricas e proféticas à navegação e à colonização, correspondendo às graças concedidas por Deus e evitando a condenação por negligenciar os povos do Novo Mundo<sup>49</sup>.

A perspectiva escatológica também estava presente na obra coletivamente elaborada e editada pelos capuchinhos. No entanto, esses não preocupavam-se com o juízo final da mesma maneira. Recorrendo a passagens dos evangelhos de Mateus<sup>50</sup> e

---

<sup>48</sup> ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 7.

<sup>49</sup> Idem, f. XVII. O tema da aceleração da história rumo ao juízo final era bastante comum desde o século XVI (Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006, p. 25).

<sup>50</sup> “E este Evangelho do Reino será proclamado no mundo inteiro, como testamento para todas as nações. Então virá o fim” (Mateus, 24:14).

Marcos<sup>51</sup>, não apenas remetiam ao fim do mundo, mas o condicionavam à pregação do Evangelho a todos os povos; a catequese não apenas devia ser executada antes do fim, mas era ela mesma condição para o juízo final. Por sinal, esse ponto de vista diferia bastante do de Lescarbot, pois não mobilizava o discurso profético especificamente em relação à França, mas ao processo de evangelização dos povos distantes como um todo, mencionando italianos e espanhóis como partícipes desse processo, por exemplo. Em suma, a participação francesa no movimento colonial e catequético era apenas parte – quiçá supérflua – da realização das profecias<sup>52</sup>. De fato, como observa Daher, Abbeville chegava a comparar a opção de Maria de Médici pelos missionários capuchinhos à proteção de D. Manuel II de Portugal aos franciscanos na evangelização das Índias Orientais, sugerindo que essas escolhas fossem inspiradas pelo Espírito Santo, inscrevendo-as num mesmo *continuum* sobrenatural<sup>53</sup>.

Outro elemento significativo da formulação profética da presença francesa no Novo Mundo encontra-se nas comparações estabelecidas por Lescarbot entre as características das terras da Nova França e as descrições bíblicas da Terra Prometida. Em certa passagem, após descrever entusiasticamente a fertilidade e a riqueza da região americana, transcrevia dois trechos do Deuteronômio, em que a terra de Canaã era igualmente descrita em termos favoráveis<sup>54</sup>. Essa sobreposição tinha grande alcance simbólico, remetendo a um dos momentos centrais do Antigo Testamento, com ressonâncias no terreno profético. Em outra passagem comparava as realizações agrícolas de Poutrincourt na Nova França à obra de Noé, que teria iniciado o cultivo do trigo e das vinhas no Velho Mundo – outra analogia profundamente significativa e que caminhava em sentido convergente<sup>55</sup>.

A mesma relação era enfatizada pela narrativa de um episódio vivido na colônia, onde um pequeno grupo de jovens franceses acampando à margem de um rio fora atacado durante a noite por grande quantidade de índios, por razões que Lescarbot afirmava desconhecer. O autor relatava que os poucos franceses rapidamente espantaram os índios em fuga, levando-o a conjecturar que Deus “imprime na face dos fiéis não sei que terror sobre os descrentes”, mencionando Deuteronômio (11:25):

---

<sup>51</sup> “É necessário que primeiro [antes do juízo final] o Evangelho seja proclamado a todas as nações” (Marcos, 13:10).

<sup>52</sup> Cf. ABEVILLE et alii, *Discours...*, op. cit., p. 2; ABEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 2.

<sup>53</sup> Cf. DAHER, Op. cit., pp. 115-116.

<sup>54</sup> Deuteronômio, 3:7-9, 11:10; LESCARBOT, Op. cit., pp. 541.

“Ninguém poderá resistir diante de vós. O Senhor vosso Deus porá um medo e terror de vós sobre toda a terra, sobre a qual caminhareis”, citando como exemplo de situação semelhante o combate entre Gedeão e os madianitas (Juízes, 7:8). Assim como os hebreus teriam tomado as terras de Canaã de seus prévios ocupantes, os franceses o faziam na América, secundados por Deus<sup>56</sup>.

Em outra parte transcrevia uma carta enviada por Poutrincourt ao papa, que também cotejava a colonização da Nova França com a busca da Terra Prometida, remetendo a certa passagem do Êxodo, manifestando sua confiança de que Deus conduziria os franceses na obra colonial como fizera ao povo de Israel na travessia do deserto<sup>57</sup>. Tal fato parece digno de nota, ao sugerir que não se tratava de uma idiossincrasia de Lescarbot, mas de uma linguagem político-religiosa compartilhada por ele e seus próximos. Tais analogias indicam que esse grupo via a conquista da Terra Prometida pelos israelitas como algo mais que um modelo para a ocupação das terras da América do Norte pelos franceses. De fato, as duas situações gozavam dos mesmo cuidados e atenção por parte da providência divina, tornando-se virtualmente iguais. De certo modo, a colonização da Nova França era apenas uma repetição dos mesmos fatos narrados na Bíblia, inscrevendo-se na perspectiva de um tempo escatológico, no bojo do qual, como observa Koselleck, passado e presente viam-se “circundados por um horizonte histórico comum”<sup>58</sup>. Nessa perspectiva, os eventos não se explicam neles mesmos ou em suas circunstâncias momentâneas, mas como manifestações específicas de uma vontade divina atemporal; decifrar a história era também decifrar as maneiras pelas quais Deus agia no mundo. Ou como sintetizaria o profeta popular galês Arise Evans, em 1653: “Antes eu olhava para a escritura como a história de coisas passadas em outras terras, relacionadas a outras pessoas; mas agora as vejo como um mistério a ser aberto nesse tempo, pertencendo também a nós”<sup>59</sup>.

---

<sup>55</sup> Idem, p. 557.

<sup>56</sup> “imprime je ne sais quelle terreur en la face des fidèles à l’encontre des mécreants”; “Nul ne pourra subsister devant vous. Le Seigneur votre Dieu mettra une frayeur et terreur de vous sur toute la terre, sur laquelle vous marcherez” (Idem, pp. 563-564).

<sup>57</sup> “Cum enim timentibus Deum omnia cooperentur in bonum, [ilegível] est dubium quin Deus, pro cuius gloria Herculeum istud opus aggredimur, adspiret votis nostris, qui quondam populum suum Israelem portavit super alas aquilarum, et perduxit in terram melle et lacte fluentem” (POUTRINCOURT, Apud LESCARBOT, Op. cit., pp. 606-607; Cf. Êxodo, 19:4).

<sup>58</sup> KOSELLECK, Op. cit., p. 22.

<sup>59</sup> “Afore I looked upon the Scripture as a history of things that passed in other countries, pertaining to other persons; but now I looked upon it as a mistery to be opened at this time, belonging also to us” (EVANS, Apud HILL, Christopher. *The world upside down*. Londres: Penguin, 1991, p. 93).

No entanto, o período em que Marc Lescarbot escrevia sua *Histoire de la Nouvelle-France* era um momento de transição da percepção temporal na Europa cristã, marcado pela crise desse modelo profético e escatológico. Lenta e gradualmente essa modalidade de interpretação do tempo afastava-se do mundo da política. Esse processo não era acidental; pelo contrário, como destaca Koselleck, estava intimamente relacionado à formação do Estado moderno; em diversas comunidades políticas europeias de então era empreendida uma ação deliberada de repressão às profecias políticas e religiosas, que mostravam-se incendiárias durante as guerras civis sucedentes à ruptura religiosa protestante. “Ao reprimir as previsões apocalípticas e astrológicas, o Estado apropriou-se à força do monopólio da manipulação do futuro”<sup>60</sup>. Grotius, um dos mais importantes juristas da época, escreveria em 1625: “Tende cuidado, teólogos arrogantes; e vós, políticos, tende cuidado com os teólogos arrogantes”<sup>61</sup>. No caso específico da França, Henrique III e o cardeal Richelieu empreenderam esforços no sentido de impedir o desenvolvimento dessa raiz de problemas políticos. Em meados do século XVII a Europa via seus últimos movimentos políticos significativos articulados em torno de razões proféticas, enquanto esse modo de pensar encontrava cada vez mais críticas e ceticismo nos meios intelectuais. Cada vez mais as previsões escatológicas eram afastadas do domínio humano e limitadas à observação e decodificação de sinais do mundo natural, especialmente no campo da astrologia<sup>62</sup>. Paralelamente a esse declínio do pensar profético, desenvolvia-se desde a Renascença o procedimento de estabelecer prognósticos políticos racionais a partir do conhecimento do passado, a *historia magistra vitae* referida anteriormente<sup>63</sup>.

Marc Lescarbot escrevia no bojo dessas tensões, apelando simultaneamente a perspectivas históricas e proféticas para formular sua visão da presença francesa no Novo Mundo. Todavia, pode-se discernir nitidamente o predomínio da percepção escatológica sobre a histórica. Na verdade, a *Histoire de la Nouvelle France* punha a *historia magistra vitae* a serviço de uma concepção profética da história dos franceses na América. Tal procedimento era possível particularmente através do modo como o

---

<sup>60</sup> Idem, p. 29.

<sup>61</sup> GROTIUS, Apud KOSELLECK, Loc. cit.

<sup>62</sup> Como destaca Hill: “Era com um espírito *científico* que intelectuais abordavam as profecias bíblicas. Era o trabalho de matemático e cronologistas, como Napier, Brightman, Mede, Ussher, and Newton. Esses homens acreditavam na possibilidade de estabelecer uma ciência da profecia, exatamente como Hobbes acreditava na possibilidade de estabelecer uma ciência da política” (HILL, Op. cit., p. 92).

<sup>63</sup> Koselleck explora minuciosamente essa transição de paradigmas temporais em seu instrutivo ensaio *O futuro passado dos tempos modernos* (KOSELLECK, Op. cit., pp. 21-39).

próprio campo da saber histórico definia-se na época, dividido entre história divina, natural e humana. Cada uma dessas esferas era vista de modo autônomo, mas interdependente e sobredeterminado. A história humana era determinada pela natural, enquanto ambas encontravam-se sob o influxo da história divina. Em sua obra, Lescarbot privilegia constantemente a conexão entre história humana e divina, abrindo assim espaço para a intervenção providencial e para as interpretações proféticas no desenvolvimento de sua narrativa.

Vale a pena comparar a obra de Lescarbot a outras formas coevas de conjugação entre profecia e política. Tais aproximações eram comuns em diversos pontos da Europa ocidental à época, desde Portugal à Grã-Bretanha, ultrapassando fronteiras confessionais; encontramos expressões desse gênero entre católicos, reformados, e mesmo judeus. Algumas dessas articulações político-proféticas ocupavam-se de assuntos “domésticos”, de importância local, enquanto outras tendiam a pensar em termos universais. Múltiplas fontes inspiravam tais movimentos, desde a astrologia, lendas populares e eruditas, bem como a própria Bíblia. Os livros de Daniel e Esdras, por exemplo, informaram correntes variadas, desde os radicais pentamonarquistas britânicos aos defensores do messianismo lusitano, como Quinta Monarquia ou Quinto Império<sup>64</sup>. Por sinal, é interessante destacar que Paris foi um importante centro de pensamento e difusão da mensagem messiânica portuguesa de vertente sebastianista em sua fase inicial, pois tornara-se o último refúgio de alguns dos principais seguidores de D. Antônio, Prior do Crato, cuja pequena corte se dispersara após sua morte em 1595; alguns deles integraram-se à corte de Henrique IV de França desde então. Os principais escritos sebastianistas dessa época seminal foram publicados em Paris, alguns em português, outros tantos em francês. Teria Lescarbot lido alguma dessas obras ou feito contato com esses personagens? Importa pouco, na verdade; vale mais perceber que tais ideias, sob diferentes arranjos, circulavam amplamente no seu mundo.

---

<sup>64</sup>Como observa Silvério de Lima, “o Sebastianismo não surge como um fenômeno extemporâneo, anômalo no mundo europeu dos séculos XVI e XVII, nem como uma marca única do povo português”. Em recente dissertação, o jovem historiador Luiz Filipe Coelho procurou compreender as convergências e divergências entre os pentamonarquistas britânicos e seus correspondentes portugueses a partir de uma perspectiva de história comparada, com especial atenção às figuras de John Rogers e Antônio Vieira (LIMA, Luís Filipe Silvério. *Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal*. In: SOUZA, FURTADO e BICALHO (org). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 546-548; COELHO, Luiz Filipe A. G. *Os reinos de Daniel*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012 [dissertação]).

No entanto, a apropriação da própria Bíblia podia ser variada, induzindo a formação de linguagens proféticas diferenciadas. Como vimos, embora a abordagem de Lescarbot tivesse muito em comum com estas outras, o autor adotou como referências privilegiadas outros livros e passagens bíblicas, articulando seu discurso sobre outras bases; o mesmo pode ser dito dos capuchinhos franceses, cujas principais referências encontravam-se nas profecias de Isaías e Sofonias e nos evangelhos de Mateus e Marcos<sup>65</sup>. Embora essas diferentes linguagens político-proféticas desempenhem por vezes uma função política análoga, elas não partem necessariamente de uma estrutura homóloga. Por outro lado, o contrário também é verdadeiro: por vezes, a despeito de referências comuns e um encadeamento argumentativo homólogo, a resultante política aponta para rumos essencialmente diferentes. No fundo, o que contava mais? As semelhanças morfológicas ou as articulações políticas delas resultantes? As profecias informam o discurso político ou as necessidades políticas orientam a interpretação das profecias? Obviamente não há respostas simples ou mesmo válidas; recorrendo-se a um clichê, cada caso é um caso. Importa atentar para as diferentes configurações discursivas possíveis e as implicações derivadas dessa variedade de arranjos – quase no sentido musical do termo. O ponto nodal do problema parece estar justamente no processo de interpretação, quando as diversas referências e questões políticas convergem e articulam-se entre si, ganhando significados peculiares, não existentes sem essa montagem específica. Nesse sentido, é interessante cotejar os textos de Lescarbot e dos capuchinhos, bem como dos messianismos lusitanos às profecias de Nostradamus. Como ressalta Crouzet, os textos do místico francês, em sua linguagem hermética, se encontram quase além dos limites do inteligível, estabelecendo um corpo de referências tão amplo quanto incerto. De certo modo, nos encontramos diante de duas perspectivas díspares da estética profética. Em Nostradamus teríamos talvez uma “profecia-enigma”, produzida para ocultar e confundir, inacessível, estabelecendo relações crípticas e abertas com a realidade. Lescarbot, por outro lado, oferece uma “profecia-evidência”,

---

<sup>65</sup> Isaías, 5:26 (“Ele deu sinal a um povo distante”), 49:22 (“Assim diz o Senhor Deus: Eis que levantarei a mão para as nações, darei um sinal aos povos e eles trarão os teus filhos nos braços, as tuas filhas serão carregadas nos ombros”); Sofonias 2:11 (“Prostrar-se-ão diante dele, cada uma em seu lugar, todas as ilhas das nações”); Mateus 24:14 (“E este Evangelho do Reino será proclamado no mundo inteiro, como testemunho para todas as nações. E então virá o fim”); Marcos 13:10 (“É necessário que primeiro o Evangelho seja proclamado a todas as nações”) Cf. ABEVILLE et alii, *Discours...*, op. cit., p. 2; ABEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 2.

evocada para revelar, explicitar e argumentar, mantendo com a realidade uma relação referencial, explicativa e, no limite, pragmática<sup>66</sup>.

Guardadas as devidas proporções e necessárias reservas, os discursos de Lescarbot e dos messianismos portugueses tinham por corolário um ideal político bastante semelhante: a monarquia universal, declinada em variadas versões. A comparação aos messianismos lusitanos ajuda a compreender alguns aspectos do profetismo pensado por Lescarbot. Ao longo dos séculos XVI e XVII, o milenarismo português desenvolveu-se em suas vertentes sebastianista ou brigantinista, com ramificações populares ou eruditas, e concepções ligeiramente diversificadas do papel lusitano no mundo, com maior ou menor ênfase sobre aspectos temporais ou espirituais<sup>67</sup>. Por exemplo, Silvério Lima sustenta que os termos “Quinta Monarquia” e “Quinto Império” não eram simplesmente intercambiáveis; segundo o historiador, a noção de Quinta Monarquia parecia referir-se sobretudo a um eventual triunfo português sobre o mundo islâmico e pelo estabelecimento de uma hegemonia especificamente centrada no Velho Mundo, enquanto a de Quinto Império seria marcada pelo domínio universal no ultramar, com especial atenção para a América, supondo que “a ideia de Império sumarizou de modo mais eficiente a proposta de Portugal como potência cristã e ultramarina”<sup>68</sup>.

Guardadas as diferenças, o núcleo dessas abordagens era a constituição de uma monarquia universal, motivo encontrado também na obra de Lescarbot, ainda na dedicatória a Luís XIII. O autor incitava o jovem monarca a seguir o exemplo de Alexandre Magno, que teria sua idade ao iniciar suas conquistas, e afirmava ainda que todos julgavam o herdeiro de Henrique IV capaz “de reger não o que possúis, mas *todo o universo*” (grifo nosso)<sup>69</sup>. O recurso à figura de Alexandre contribuía mais uma vez para o uso convergente da argumentação profética e da *historia magistra vitae*.

Outra comparação interessante diz respeito às apropriações do imaginário monárquico para a elaboração desses ideais proféticos de monarquia universal. No caso dos messianismos portugueses, um dos aspectos preponderantes para tal foi o mito do

---

<sup>66</sup> Cf. CROUZET, Denis. *Nostradamus – Une médecine des âmes à la Renaissance*. Paris: Payot, 2011.

<sup>67</sup> Jacqueline Hermann estudou profundamente as sucessivas transformações desse discurso em Portugal e suas múltiplas articulações sociais e culturais nesse período (HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998).

<sup>68</sup> LIMA, In: SOUZA, FURTADO e BICALHO (Org.), Op. cit., pp. 542-545, 556-560.

<sup>69</sup> “de régir non ce que vous possédez, mais tout l’univers” (LESCARBOT, op. cit., f. III).

“milagre de Ourique”, que fundamentava a noção de sacralidade da realeza lusitana, instaurada através de Afonso Henriques<sup>70</sup>. Lescarbot segue caminho parecido, associando a expansão colonial francesa ao nascente mito de Henrique IV, fundador da dinastia de Bourbon. Iniciado em tempos de grave crise, no ápice das Guerras de Religião, o reinado de Henrique IV fora marcado pelos esforços pela pacificação da França e pela laboriosa consolidação da política de tolerância, especialmente buscando atrair à autoridade da coroa as grandes casas nobiliárquicas. Por outro lado, o primeiro rei Bourbon foi objeto de mais de uma dezena de atentados, finalmente sucumbindo à faca de Ravallac em 1610. A morte repentina do monarca provocou grande comoção em todo o reino, suscitando verdadeira onda de idolatria. Segundo os cronistas da época, conforme a notícia propagava-se pelo reino, era recebida com grande aflição por pessoas de todas as camadas da sociedade. Babelon nota que durante as décadas seguintes viriam a lume com notável regularidade obras dos mais variados gêneros, a cultuar e enaltecer sua memória. De fato, durante os séculos vindouros inúmeros grupos reivindicariam seu legado com os mais diversos propósitos, desde os *frondeurs* aos partidários da Restauração, passando pelos pensadores ilustrados e jacobinos revolucionários. Segundo Le Roy Ladurie, o conturbado contexto de sucessão também contribuiu para o reforço simbólico da autoridade monárquica, prenunciando a crescente centralização operada nos reinados seguintes<sup>71</sup>.

Assim sendo, não espanta que também Marc Lescarbot buscasse vincular a Nova França a essa memória, procurando conferir ao empreendimento colonial um sentido de continuidade e complementaridade da obra de Henrique IV no reinado de Luís XIII, a quem caberia dar prosseguimento no Novo Mundo à obra de seu pai:

Era coisa digna do falecido rei de gloriosa memória vosso pai, senhor, reparar essas coisas: mas tendo altos desígnios para o bem da república cristã, *ele deixara para vossos jovens anos esses exercícios e o estabelecimento de um reino novo no Novo Mundo*, enquanto por aqui ele trabalharia por reunir as diversas religiões, e pôr em boa inteligência os príncipes cristãos, muito divididos entre eles (grifo nosso)<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> Cf. HERMANN, Op. cit., pp. 125-156.

<sup>71</sup> “À mesurer le mal que lui a fait l’or espagnol, Henri IV a saisi depuis longtemps l’importance d’un empire colonial” (BABELON, Jean-Pierre. *Henri IV*. Paris: Fayard, 2009, pp. 989-992, 1002-1006; LE ROY LADURIE, Op. cit., pp. 29-39).

<sup>72</sup> LESCARBOT, Op. cit., f. III, grifo nosso.

Lescarbot concede pouco espaço a dúvidas: Henrique IV teria de fato legado ao filho essa tarefa. Ao longo da *Histoire de la Nouvelle France* essa perspectiva seria sutilmente sedimentada por inúmeras alusões aos estímulos do falecido monarca às navegações e à colonização da América do Norte, deixando claras as suas intenções nesse sentido. De fato, Babelon avalia que o *Vert-Gallant* dedicava grande interesse a tais empresas, sendo um profundo admirador das aventuras de Francis Drake, do qual chegara a encomendar um retrato. “A medir pelo mal que lhe fez o ouro espanhol, Henrique IV compreendia havia muito tempo a importância de um império colonial”, acrescenta o historiador; todavia, o rei encontraria pouco apoio e interesse entre seus súditos, a começar por seu mais influente colaborador, o duque de Sully<sup>73</sup>. Segundo Vidal e Havard, a colonização da Nova França representava um esforço pessoal do monarca, secundado por personagens particulares, enquanto Sully mostrava verdadeira aversão a essas possibilidades<sup>74</sup>. Para Lescarbot as recentes experiências coloniais eram indissociáveis do reinado de Henrique IV:

Nesses últimos tempos a França começando a respirar pelo valor incomparável de nosso grande Henrique, alguns se esforçaram por retomar as errâncias abandonadas, a saber os senhores marquês de La Roche, fidalgo bretão, de Monts, fidalgo *saintongeais*, e de Poutrincourt, fidalgo picardo<sup>75</sup>.

Por sinal, o autor considerava que a morte do *Vert-Gallant* fora uma calamidade não apenas para os franceses, “mas para esses pobres povos selvagens, para os quais nós esperávamos um pronto expediente para alcançar sua inteira conversão”<sup>76</sup>.

É importante ressaltar que a presença francesa no Novo Mundo era apenas uma parte dos planos ultramarinos do fundador da dinastia de Bourbon, que procurou estimular a navegação do Índico e também buscou fortalecer a presença comercial francesa no litoral mediterrâneo da África, encontrando fracasso em ambas frentes. Além disso, Henrique IV promoveu inúmeras obras de recuperação nos portos do reino, alguns dos quais com sérios problemas, como assoreamento, encontrando apoio no condestável de Montmorency. Mostrou ainda preocupação com a navegação fluvial,

---

<sup>73</sup> Cf. BABELON, Op. cit., pp. 761-762.

<sup>74</sup> VIDAL e HAVARD, pp. 68-69.

<sup>75</sup> LESCARBOT, Op. cit., p. 4.

<sup>76</sup> “mais de ces pauvres peuples sauvages, pour lesquels nous esperions un prompt expédient pour parvenir à leur entière conversion” (Idem, p. 610).

cogitando inclusive a possibilidade de estabelecer um canal unindo os litorais franceses no Mediterrâneo e no Atlântico<sup>77</sup>.

O projeto de ligação entre os dois mares chegou a ser pensado de modo bastante sério. Em 2 de outubro de 1598 o cardeal de Joyeuse, viajando a caminho da Itália, escrevia de Narbona ao rei, que lhe ordenara coligir informações com vistas à execução dessa obra. Com tal finalidade, o cardeal relatava ter buscado informações com diversos homens de ofícios, de modo a imaginar alternativas para a construção. Segundo Joyeuse, esses especialistas tinham por consenso que a melhor solução seria que o canal unisse os rios Ande, que deságua no Mediterrâneo ao Garonne ou ao Ariège, que desembocam no Atlântico. A carta registrava os pormenores oferecidos pelos artífices consultados, e percebe-se que seria obra bastante complicada e cara. Joyeuse relatava ainda uma informação interessante: segundo um certo Pierre Reneau, mestre nivelador, um projeto anterior já fora elaborado com a mesma finalidade por seu antigo mestre, cujas plantas teriam sido então enviadas a Catarina de Médici, parecendo recomendável buscar esses desenhos nos arquivos. Joyeuse concluía a epístola enaltecendo os potenciais benefícios do canal não apenas ao reino, mas ao mundo inteiro (!):

[...] todo vosso Reino seria grandemente ornado dele, várias de vossas cidades bonificadas e algumas tornar-se-iam outras Paris, todo vosso povo sentiria disso grandes frutos e comodidades e não somente vosso povo, mas toda a terra participaria e seria a vós, senhor, uma grande glória de ter pensado e executado uma tal empresa [...] <sup>78</sup>.

O tom pode parecer exagerado, mas não se distancia da euforia vivenciada na França de então; tudo parecia possível à monarquia convalescente das guerras civis. Le Roy Ladurie percebe o *élan* marítimo de Henrique IV como parte do movimento maior de recuperação econômica do reino depauperado pelas décadas de conflito. Por outro lado, a coroa francesa buscava exercer um papel hegemônico nos jogos de poder da Europa, adotando escolhas diplomáticas mais arrojadas e veementes, desde a influência das eleições do Sacro Império às arbitragens internacionais, visando diminuir o poderio dos Habsburgos. Babelon salienta que as divisas sucessivamente

---

<sup>77</sup> Cf. BABELON, Op. cit., pp. 759-760.

<sup>78</sup> *Lettre de monsieur le cardinal de Joyeuse au roi Henri IV sur la jonction des deux mers, en l'année 1598*. Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 2751.

adotadas pelo *Vert-Gallant* expressam sua crescente ambição imperial, como *Nusquam meta meis*, adotada em 1610: “não há limites ao reinado dos meus”. Essa linguagem encontrava ecos entre os súditos; por exemplo, um opúsculo de circunstância publicado em homenagem ao rei trazia título dos mais significativos: *Carolus Magnus Redivivus*. A expressão por excelência da utopia henriquina seria o polêmico *Grand Dessein*, revelado por Sully em suas memórias publicadas em 1638 - 28 anos após o assassinato de Henrique IV – após quatro redações do texto. Atribuído ao falecido monarca, tratar-se-ia de um projeto para criação de uma “República Cristã” europeia unindo várias unidades políticas e funcionando como uma espécie de confederação com funções arbitrais e militares, que promoveria a implementação da tolerância religiosa em escala continental, além de esforços defensivos ou ofensivos contra as potências islâmicas. No entanto, é improvável que essa concepção fosse realmente obra de Henrique IV; talvez Sully tenha partido efetivamente de propostas originais do monarca, elaborando *a posteriori* um sistema cada vez mais complexo, idealizado e afastado da realidade. Contudo, interessa não propriamente o processo de elaboração desse *Grand dessein*, mas o quanto ele revela das pretensões plausíveis aos horizontes da monarquia francesa ao tempo dos primeiros Bourbons. Ideias muito semelhantes às expostas por Sully em 1638 já tinham sido apresentadas em 1623 no livro *Le nouveau Cynée: ou discours des occasions et moyens d'établir une paix générale et la liberté du commerce par tout le monde*<sup>79</sup>, escrito por Éméric Crucé, padre parisiense praticamente desconhecido, mostrando-se à época bastante pertinentes<sup>80</sup>.

Assim, a monarquia universal evocada por Lescarbot e proposta a Luís XIII enquadrava-se bem na mitologia construída em torno de Henrique IV, bem como na imagem que os próprios franceses vinham elaborando sobre sua monarquia nas duas décadas anteriores, engastando-a, por assim dizer, num suporte profético. Por sinal, os capuchinhos adotavam opinião convergente, enumerando as graças concedidas pela Providência à França, sustentando que a única glória que ainda faltava à monarquia francesa seria a de levar o Evangelho às populações ameríndias dominadas pelas trevas diabólicas do paganismo; a colonização e a catequese seriam as únicas jóias que faltavam à triunfante coroa francesa. Como observa Daher, esse discurso se encontra

---

<sup>79</sup> “*O novo Cineu: ou discurso das ocasiões e meios para estabelecer uma paz geral e a liberdade do comércio para todo o mundo*”.

também representado no frontispício da *Histoire* de Abbevill, cuja gravura exibia crianças indígenas ajoelhadas perante a França personificada como uma mulher coroada, *Gallia Ecclesiae Primogenita*<sup>81</sup>.

Outra comparação interessante diz respeito ao modo como as relações entre poder temporal e espiritual podiam ser concebidas. No caso dos messianismos portugueses, o poder monárquico era geralmente pensado como instrumento para a extensão universal do império da Igreja Católica. Lescarbot seguia caminho semelhante, enfatizando a estreita relação entre a necessidade de consolidar a colônia e a realização da obra de catequese. Ainda no início de sua *Histoire de la Nouvelle France*, sustentava esse ponto no velho moto: “ecclesia est in republica, non respública in ecclesia”<sup>82</sup>.

Por trás desse juízo aparentemente simples esconde-se uma trama política bastante complexa. Em relação ao Canadá do início do século XVII, um dos grandes problemas não era exatamente o de estabelecer ou criar uma colônia *ex nihil*, mas de transformar uma presença já sólida e mesmo tradicional, na pesca do bacalhau e no trato de peles, numa iniciativa de colonização francesa permanente, sedentária e organizada em torno da monarquia. Em certa medida, tratava-se de circunscrever à esfera da coroa uma presença até então largamente refém da iniciativa particular, tornando a navegação francesa do Atlântico Norte objeto de controle mais estrito em diversos sentidos (tributário, político, militar); de certo modo, buscava-se tornar essa presença *de facto* numa posse *de jure*.

A argumentação defendida por Lescarbot buscava atrelar essa questão ao problema da expansão da fé cristã na região. Assim, a catequese efetiva só poderia ser realizada através da colonização real. Por outro lado, ele sustentava que apenas o monopólio comercial seria capaz de garantir a consolidação da presença colonial francesa na região. Como vimos, um problema relevante para a questão canadense era a constante disputa por direitos monopolistas sobre o comércio de peles. Em seu discurso, comércio, política e religião mantinham relações interdependentes: o comércio não era apenas um meio de viabilizar a expansão da fé; pelo contrário, a expansão da fé tornava-

---

<sup>80</sup> Cf. LE ROY LADURIE, Op. cit., pp. 429-432; BABELON, Op. cit., pp. 937-941; REZA, German A. de la. *Las Memorias del duque de Sully (o los avatares del primer proyecto de unión europea)*. In: Revista Brasileira de Política Internacional, n.º 52(2), 2009, pp. 102-113.

<sup>81</sup> Cf. ABBEVILLE et alii, *Discours...*, Op. cit., pp. 3-12; DAHER, Op. cit., pp. 95-96.

<sup>82</sup> LESCARBOT, Op. cit., f. XII.

se um critério necessário para o planejamento e o controle da atividade comercial. Lescarbot não deixava dúvidas: o comércio era um meio, e a religião o fim.

É necessário lembrar que Lescarbot estava ligado a duas figuras específicas, o sr. de Poutrincourt e o sr. de Monts, os quais estiveram envolvidos em constantes disputas pelo monopólio do comércio de peles na região. Segundo o autor, os dois personagens eram as *únicas* pessoas realmente empenhadas no esforço de cristianização da Nova França, tendo demonstrado isso efetivamente através de suas ações – afirmação que certamente desqualificava seus rivais<sup>83</sup>.

Tais rivalidades provocaram inúmeros momentos de tensão ao longo dos anos iniciais da colonização francesa na América do Norte. Lescarbot relatava alguns desses episódios. Por exemplo, antes da partida de uma das expedições, correram em La Rochelle suspeitas (infundadas) a respeito de certo capitão Foulques, que se supunha secretamente mancomunado com “mercadores outros que não da sociedade do senhor de Monts” para atrapalhar a partida da viagem; embora fosse aparentemente um boato, evidencia bem o clima em que se desenrolava a experiência da Nova França. Durante a mesma viagem, os tripulantes de uma embarcação de Saint-Malo associada a De Monts relatavam ter ouvido dos índios que um grupo de bascos “contra as proibições do rei” tinham trocado mais de seis mil peles de castor na região do Cap Breton. Retornando à França, o sr. du Pont Gravé, a serviço de Poutrincourt, pretendia processar judicialmente certo Boyer, mercador de Rouen que fazia comércio com os indígenas; como agravante, Lescarbot afirma que ele fôra libertado por Poutrincourt da prisão em La Rochelle, contra a promessa de não ir ao comércio de peles na América. Havia exceções, como o bom entendimento entre Biencourt (filho de Poutrincourt) e certo capitão Platrier de Dieppe, que, após encontro nas terras canadenses em 1611, pagou o quinto das peles trocadas, conforme devido; por outro lado, Lescarbot afirma que durante a mesma viagem houve problemas com os demais capitães encontrados na região, tendo havido “rebellions et violences”, das quais não fornece maiores detalhes. Parece seguro afirmar que as rivalidades comerciais ocupavam no caso da Nova França um papel semelhante às contendas religiosas em relação à França Antártica<sup>84</sup>.

---

<sup>83</sup> Idem, p. 610.

<sup>84</sup> “marchands autres que de la société du sieur de Monts”; “contre les défenses du Roi” (Idem, pp. 515, 545, 671-672).

Lescarbot recorre invariavelmente à missão religiosa da colonização como critério para interpretação dessas disputas comerciais. Assim, ao relatar as tentativas frustradas do sr. de Monts de renovação de seu privilégio comercial em 1607, atribui sua revogação à perseguição dos mercadores de Saint-Malo, “que procuram seu lucro e não o avanço da honra de Deus e da França” – ou seja, agiam movidos por interesses meramente particulares, sendo moralmente reprováveis. Segundo o autor, a coroa teria revogado os privilégios devido ao encarecimento das peles, imputado a de Monts e à privação da liberdade de comércio na região de que os súditos gozavam anteriormente, bem como ao fato de que após três anos de privilégio, “ele não fizera nenhum cristão”. O autor replicava a esses argumentos afirmando que a elevação de preços fora provocada pela concorrência comercial *na América*, pois agora os índios exigiam muito mais mercadorias em troca das peles (oito anos antes, duas facas compravam uma pele de castor; à época da publicação, seriam necessárias 15 ou 20) – ou seja, a causa da inflação não era o privilégio, mas sua violação. Por outro lado, Lescarbot afirmava que também era induzida por rivais desonestos, que agiam unicamente com o propósito de sabotar a empreitada colonial, havendo em 1610 alguns “que deram gratuitamente toda sua mercadoria aos selvagens, afim de impedir a santa empresa do senhor de Poutrincourt, tão grande é a avareza dos homens”. Além disso, desqualificava as alegações de direitos antigos de tráfico na região, lembrando que o único a penetrar o continente anteriormente fora Cartier. Por fim, a falta de conversões era devida a epidemias e dificuldades da empresa, mas também aos escrúpulos e ao zelo religioso do sr. de Monts: “o caráter cristão é digno demais para aplicá-lo levemente em uma região desconhecida a bárbaros que não têm nenhum sentimento de religião”<sup>85</sup>. Lescarbot condensava esses argumentos em trecho longo, mas que merece ser citado integralmente:

Diz-se que não se deve impedir a liberdade naturalmente adquirida por toda pessoa de traficar com os povos d`além-mar. Mas perguntarei o que é mais preferível, a religião cristã, e a amplificação do nome francês, ou o proveito particular de um mercador que nada faz pelo serviço de Deus ou do rei? No entanto, esta bela dama Liberdade até agora impediu sozinho que esses pobres povos errantes tenham sido feitos cristão, e que os franceses não tenham entre eles plantado colônias, que recebessem muitos dos nossos, os quais desde então ensinaram nossas artes e ofícios aos alemães, flamengos, ingleses e outras

---

<sup>85</sup> Idem, pp. 611-613.

nações. E essa mesma Liberdade fez com que pela inveja dos mercadores os castores se vendam hoje por dez libras a peça, os quais no tempo da dita comissão se vendiam por apenas cinquenta soldos. Certamente a consideração da fé e religião cristã bem merece que se conceda alguma coisa àqueles que empregam suas vidas e fortunas para o crescimento dela, em uma palavra, pelo público. E não há nada mais justo que aquele que habita uma terra goze de seu fruto<sup>86</sup>.

No limite, Lescarbot voltava-se contra “essa bela dama Liberdade”, opondo o imperativo religioso ao livre comércio, pressupondo dois modelos de exploração da terra, a colonização estimulada pelo privilégio monopolista contra o comércio desenraizado. Um favorecia a expansão do cristianismo e beneficiava o interesse público, enquanto o outro só atenderia a interesses particulares<sup>87</sup>.

Assim, Lescarbot confundia deliberadamente as questões comerciais às religiosas, tratando-as de modo indissociável. Atentar contra o monopólio comercial seria equivalente a atentar contra a obra de catequese indígena, uma vez que o primeiro seria o meio de assegurar a segunda. Do mesmo modo, seu texto adquiria o ar de uma defesa da expansão da fé, mais que apologia dos privilégios mercantis. No entanto, parece equivocada ou talvez anacrônica ver aí uma atitude hipócrita. De qualquer modo, não deixava de ser um artifício retórico engenhoso, à medida em que promovia um deslocamento da questão, da esfera econômica para a espiritual, ao mesmo tempo em que transformava os adversários de simples rivais comerciais em maus súditos e inimigos da religião – transformação que à época não significava pouco:

Pois como se quisessem se opor à conversão desses pobres povos ocidentais, e ao avanço da glória de Deus, e do Rei, se encontram pessoas cheias de avariza e de inveja, pessoas que não dariam um golpe de espada pelo serviço de sua majestade, nem sofrido a mínima pena do mundo pela honra de Deus, os quais impedem que se tire algum proveito da província mesmo para fornecer o que é necessário ao estabelecimento de uma tal obra, preferindo que os ingleses e os holandeses prevaleçam aos franceses, e querendo fazer com que o nome de Deus continue desconhecido naquelas partes. E tais pessoas, que não têm Deus

---

<sup>86</sup> Idem, p. 205.

<sup>87</sup> Em outro trecho, argumento similar: “A liberdade do tráfico é uma coisa muito favorável, pois o rei ama seus súditos com um amor paterno: mas a causa da religião, e dos novos habitantes de uma província é ainda mais digna de favor. Todos esses mercadores não daram um golpe de espada pelo serviço do rei, e no futuro sua majestade poderá lá encontrar bons homens para executar seus comandos. O lucro desses particulares não faz falta ao público, mas toda a antiga França poderá um dia sentir falta de uma Nova França com utilidade, glória e honra” (Idem, p. 612).

nenhum (pois se tivessem, zelariam por seu nome), a elas se escuta, crê e dá ganho de causa<sup>88</sup>.

Por sinal, Lescarbot procura sempre abordar a questão por um viés moral, como ao relatar os pífios resultados comerciais da temporada comercial de 1610. Nesse ano, de Monts teria organizado nova expedição, mesmo tendo recusada a renovação do monopólio, “tanto ele desejava belas empresas”. No entanto, nesse ano “a avidez dos mercadores pelo castor foi tão grande” que ninguém teria conseguido quantidade significativa de peles. Ao mesmo tempo, os indígenas teriam aprendido com os avarentos comerciantes franceses a regatear na venda de peles, pedindo preços exorbitantes; ressaltava, porém, que alguns nativos queixaram-se a Champlain de ver “tantas barcas de pessoas ávidas, avarentas, invejosas, sem chefe e sem acordo”<sup>89</sup>.

Alguns episódios eram narrados de modo a ilustrar mais dramaticamente esses comportamentos reprováveis, como em certa ocasião na temporada de 1610, quando os índios aliados relatavam a Champlain que os bascos e *mistigoches* (termo pelo qual os indígenas denominavam normandos e nativos de Saint Malo) haviam prometido acompanhá-los na guerra, perguntando ao francês se eram homens de palavra, ao que Champlain respondeu negativamente, afirmando que estavam interessados apenas em obter peles. Mais tarde, em campanha militar contra os iroqueses, ele teria encontrado alguns desses rivais franceses, que não tiveram coragem de auxiliar os índios em combate, fugindo e sendo alvo de zombaria; contudo, ao ouvir os tiros de arcabuz disparados por Champlain e pelos seus, alguns resolveram voltar à refrega, enquanto outros só apareceram ao fim do combate para tomar parte do butim – “e desta vil avidez, os selvagens zombava com mil censuras”. Lescarbot anotava à margem da página: “Covardia dos mercadores”<sup>90</sup>.

Em outro episódio o autor carregava ainda mais nas críticas morais: como cúmulo do ultraje, afirmava que alguns dos franceses que tinham visitado clandestinamente o Canadá haviam violado os túmulos de indígenas para roubar peles enterradas com seus falecidos donos – “Coisa que torna o nome francês odioso e digno de desprezo entre eles, que não têm nada de semelhante, mas o coração verdadeiramente

---

<sup>88</sup> Idem, p. 456.

<sup>89</sup> “tant il est désireux de belles entreprises”; “l’avidité des marchands pour le castor fut si grande”; “tant de barques de gens avides, avarés, envieux, sans chef et sans accord” (Idem, pp. 627, 634, 637-639).

<sup>90</sup> “et de cette vilaine avidité, les sauvages se moquaient avec mille reproches”; “Couardise des marchands” (Idem, pp. 628-632).

nobre e generoso”<sup>91</sup>. Os índios sempre figuram, de um modo ou de outro, nesses ataques morais aos rivais comerciais do grupo de Lescarbot: ora apontados como exemplo de conduta mais correta que a desses franceses covardes, avarentos e gananciosos, ora como vítimas do abandono espiritual por eles provocado, ou ainda mostrando-se contaminados pela imoralidade desses europeus. Em passagem bastante eloquente, Lescarbot mencionava entre as maiores dificuldades para estabelecer colônias, “ser constringidos a se resguardar não dos povos que dizemos selvagens, mas daqueles que se dizem cristãos, mas só têm o nome, piores que lobos, inimigos de Deus e da natureza humana”<sup>92</sup>.

Além disso, esses vis comerciantes serviam de contraponto às virtuosas figuras do sr. de Monts e do sr. de Poutrincourt, genuinamente comprometidos com o santo empreendimento de cristianização do Novo Mundo. Particularmente Poutrincourt era retratado de modo muito favorável: se unira a de Monts desejoso de ter a honra de povoar a região; era afeiçoado à empresa colonial “como a si mesmo”; mesmo em sua morte (em combate, no reino), era descrito como súdito exemplar e homem piedoso, figura inspiradora para os colonizadores da Nova França<sup>93</sup>.

Recorrendo ainda às lições da *historia magistra vitae*, Lescarbot destacava os fracassos anteriores de Étienne Chaton, Jacques Noël e do marquês de la Roche, súditos bem intencionados e preocupados com o bom serviço à coroa na América, mas igualmente prejudicados por maliciosos e invejosos mercadores rivais, que os haviam conduzido à perda de seus respectivos privilégios. Convinha aprender com o passado, para que tais insucessos não se repetissem. O breve capítulo no qual Lescarbot traçava essa retrospectiva dos fracassos coloniais na América do Norte traz um título bastante sugestivo: “Queixa sobre nossa inconstância e covardia”<sup>94</sup>.

Concluindo essas reflexões, é importante discutir algumas afirmações de Frank Lestringant acerca da obra de Marc Lescarbot. Para o eminente historiador, apesar de católico, Lescarbot poderia ser incluído no “*corpus huguenote*” de textos sobre o Novo Mundo, proposto por Marcel Bataillon, do qual seria um dos estratos

---

<sup>91</sup> “Chose qui rend le nom français odieux et digne de mépris parmi eux, qui n’ont rien de semblable, ains le coeur vraiment noble et genereux” (Idem, pp. 585-586).

<sup>92</sup> “être contraints de se donner de garde, non des peuples que nous disons sauvages, mais de ceux qui se disent chrétiens et n’en ont que le nom, pire que des loups, ennemis de Dieu et de la nature humaine” (Idem, pp. 498-499).

<sup>93</sup> “comme pour soi-même” (Idem, pp. 432, 539, 692-695).

componentes, na condição de “simpatizante” ou ainda de “aliado católico”. Tal classificação parece algo apressada, assentada sobre alicerces um tanto frágeis. De fato, Lescarbot adota atitude ambígua em relação aos adeptos da Reforma e sua ação no Novo Mundo, como veremos nas próximas páginas; no entanto, qualificá-lo como um “simpatizante” seria pouco adequado e, no limite, desconsidera algumas peculiaridades políticas da França dos primeiros Bourbons<sup>95</sup>.

Lestringant baseia essas afirmações nas supostas relações entre a obra de Lescarbot e a de La Popelinière, “que ele imita” e do qual seria um “herdeiro direto”<sup>96</sup>. Tais suposições carecem de alicerces mais firmes, pois as referências diretas aos escritos de La Popelinière são escassas ou ausentes na obra de Lescarbot. Desse modo, a proximidade entre os dois autores não é impossível ou mesmo improvável, mas há poucos registros documentais capazes de evidenciá-la de modo incontestável.

De fato, os dois autores adotam abordagens semelhantes no referente à defesa de uma colonização francesa – na América ou na hipotética Terra Austral – como alternativa para a superação das vicissitudes que assolavam o reino. Contudo, embora formulassem soluções semelhantes, eles partiam de problemas inteiramente diferentes, derivados dos contextos históricos em que cada um escrevia. La Popelinière se preocupava com os conflitos civis da França dos últimos Valois; Lescarbot tinha em mente os desafios demográficos e econômicos do tempo dos primeiros Bourbons – como veremos a seguir. Além do mais, os dois empregavam matrizes bastante diferentes para a interpretação dessas problemáticas. Como vimos no capítulo anterior, La Popelinière abordava tais questões a partir de uma concepção organicista da sociedade francesa, receitando soluções derivadas das teorias terapêuticas da medicina humoral. Lescarbot, a seu turno, assentava boa parte de seus argumentos numa percepção profética de raízes bíblicas e tinha no missionarismo um dos principais horizontes da ação colonial, ao passo que a catequese indígena era tema de pouca relevância para La Popelinière.

---

<sup>94</sup> “Plainte sur notre inconstance et lâcheté” (Idem, pp. 403-406).

<sup>95</sup> “Com Urbain Chauveton em 1579, Du Plessis-Mornay, La Popelinière e o “simpatizante” Marc Lescarbot que fecha a lista no início do século seguinte, é toda uma linhagem de teólogos e de historiadores protestantes que se constitui, estatuindo solidariamente para o futuro novos horizontes logo arrancados do jugo dos ibéricos, e entregues simultaneamente à liberdade do comércio e às esperanças do Refúgio” (LESTRIGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004, pp. 192-193, 410, 457).

<sup>96</sup> “qu’il imite”; “héritier directe” (Idem, pp. 400-453).

Desse modo, a interpretação avançada por Lestringant não deve ser simplesmente rejeitada ou considerada inválida. Entretanto, faz-se necessário nuançar melhor as eventuais relações entre os dois autores, para além da simples influência, imitação e herança propostas pelo historiador. Parece-nos que um modelo interpretativo mais adequado nos remeteria a um processo de apropriação ativa por parte de Lescarbot, elaborado em função das disputas comerciais que marcavam a experiência da Nova França.

Por outro lado, é ainda necessário diferenciar melhor os discursos formulados por Lescarbot e pelos capuchinhos da França Equinocial. Embora partissem de uma abordagem profética que enfatizava sobremaneira a obra missionária, algumas peculiaridades precisam ser sublinhadas. Diferentemente de Lescarbot, Abbeville e os demais capuchinhos definiam o esforço catequético como uma luta contra o diabo, uma “nova caça ao paganismo” – perspectiva ausente dos escritos do advogado da Nova França<sup>97</sup>. Além disso, para os missionários da França Equinocial, esse combate contra as potências infernais não se dava apenas no Novo Mundo; tratava-se de guerra em duas frentes, contra o paganismo na América e contra a Reforma na Europa. Como veremos, embora não pareça o “aliado católico” dos huguenotes retratado por Lestringant, Lescarbot estava de fato muito longe de ver os reformados como sequazes do demônio ou simplesmente como inimigos. Em suma, os propagandistas da França Equinocial e da Nova França adotavam pontos de vista convergentes, mas não idênticos.

## **II - Almas, minas, galinha na panela**

Segundo Lescarbot, havia três motivações possíveis para os povos partirem em busca de novas terras. Uma delas seria a simples esperança de encontrar algo melhor, ou seja, de maior prosperidade. Outra causa seria constituída pelas querelas e divisões internas, levando parcelas dos habitantes de uma terra a migrar. Por fim, o excesso de população e a pobreza ocasionada pela pressão demográfica, como na Espanha, segundo o autor. Para Lescarbot esse último não seria o caso da França: “Todos concordam que é o olho da França, e não precisa de nada de outrem se não

---

<sup>97</sup> “nouvelle chasse au paganisme” (ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. I).

quiser”. Ante essa prosperidade, nem os monarcas franceses nem seus súditos ter-se-iam preocupado com as lides marítimas<sup>98</sup>.

Com efeito, ainda hoje, sobrevoar a França e a Península Ibérica, ou vê-las deslizar pela janela de um trem, parece uma experiência muito evocativa, ou talvez esclarecedora. Apesar da curta distância, são mundos distintos. A natureza ibérica é mais agreste, seca, rude, difícil, em comparação à fertilidade das planícies francesas, que lembram uma colcha de retalhos onde campos sucedem a campos, pontilhada aqui e ali por alguns bosques - muito mais fruto da iniciativa humana, vestígios de antigas reservas de caça, repositórios de lenha, que propriamente uma floresta primária. Parece mais fácil entender porque a aventura marítima sempre foi tão atraente aos ibéricos, ao contrário do que se passava entre os franceses.

No entanto, vale observar que o próprio Lescarbot contradizia essa afirmação em outras passagens de sua *Histoire de la Nouvelle France*. Por exemplo, contrapunha a qualidade de vida dos índios da Flórida às condições dos franceses miseráveis, ao mesmo tempo em que opunha tacitamente uma América abundante a uma França incapaz de sustentar dignamente todos os seus:

De resto, aqueles povos são tão felizes em seu modo de viver que eles não queriam abandoná-lo pelo nosso. E nisso a condição do povo miúdo daqui é bem miserável (desconsiderando a questão da religião) que eles não têm nada sem incrível pena e trabalho, e aqueles têm abundância de tudo que lhes é necessário a viver. [...] Mas nem todos têm esses luxos: pois esse quer tabalhar, mas não encontra ocupação; e aquele trabalha, a quem seu labor é ingrato: e daí mil pobrezas entre nós. E entre esses povos todos seriam ricos se tivessem a graça de Deus, pois a verdadeira riqueza do mundo, é ter contentamento<sup>99</sup>.

Surge aí um tema retomado pelo autor com certa frequência: os franceses que buscavam trabalho sem encontrar oportunidades no próprio reino. Ao tratar do fracasso da França Antártica, sustenta que caso a colônia tivesse sido conservada até sua época, ter-se-ia desenvolvido e ampliado, conduzindo à expansão comercial

para a comodidade e retiro de inúmeras pessoas pobres de que a França tem superabundância, as quais aqui pressionadas pela

---

<sup>98</sup> “Chacun est d’accord que c’est l’oeil de l’Europe, laquelle n’emprunte rien d’autrui si elle ne veut” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 139-140).

<sup>99</sup> Idem, pp. 44-45.

necessidade, ou outras coisas, iriam cultivar essa terra em lugar de ir ganhar a vida na Espanha (como fazem muitos) e alhures fora do reino<sup>100</sup>.

Lescarbot preocupava-se com uma fuga demográfica que prejudicava a França: o reino perdia bocas a sustentar, mas também braços a trabalhar e, pior ainda, esses passavam a oferecer sua força e conhecimentos a potências rivais, nomeadamente os Habsburgos. Em trecho já citado, ele queixava-se da falta de sólidas colônias capazes de receber esses franceses, “os quais desde então ensinaram nossas artes e ofícios aos alemães, flamengos, ingleses, e outras nações”. Os estabelecimentos coloniais permitiriam à coroa manter esses súditos a seu serviço de modo produtivo – embora do outro lado do Atlântico. É o que se percebe na sugestiva descrição da região de Port Royal, no Canadá, louvada por sua beleza e fertilidade, mas que espantava o autor por sua escassez de habitantes, “visto que tantas pessoas definham no mundo que poderia tirar proveito dessa terra se apenas tivessem um chefe para conduzi-los até lá” – esse chefe, não é difícil imaginar, seria preferencialmente alguém próximo a Lescarbot<sup>101</sup>. É interessante cotejar essas observações ao diálogo ficcional entre Yves d'Évreux e um potencial colono, onde descrevia a França Equinocial como uma terra de grandes oportunidades, recomendável aos jovens franceses<sup>102</sup>.

No caso da França sob os primeiros Bourbons esse era, de fato, um grave problema. Findadas as Guerras de Religião, o reino retomava seu crescimento demográfico, mas a recuperação econômica não conseguia acompanhar o mesmo ritmo. Segundo o contemporâneo Étienne Pasquier, o reino que se restabelecia era “não a França, mas um cadáver da França”<sup>103</sup>. A bem dizer, segundo Braudel, as guerras civis tiveram um impacto relativamente brando sobre as taxas de crescimento vegetativo da França, pouco perturbadas pela mortandade dos combates e massacres; estatisticamente, a população descrevia uma curva ascendente – e, por outro lado, desde

---

<sup>100</sup> Idem, p. 197.

<sup>101</sup> “lesquels depuis ont enseigné nos arts et métiers aux allemands, flammands, anglais, et autres nations”; “vu que tant de gens languissent au monde qui pourraient faire proffit de cette terre s'ils avaient seulement un chef pour les y conduire” (Idem, pp. 405, 537). Por sinal, vale mencionar interessante observação de Alberto da Costa e Silva a respeito das relações entre a demografia europeia e a construção do mundo atlântico: “A oferta de trabalho, pelo menos desde o fim da Idade Média, sempre se apresentara, na Europa, maior do que a demanda; e disso já se deduziu que foi a abundância de mão-de-obra branca barata o que impediu que a escravidão dos negros se convertesse numa instituição importante no continente europeu” (COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 28).

<sup>102</sup> Cf. DAHER, Op. cit., p. 106; ÉVREUX, Op. cit., Caps. 33-35.

<sup>103</sup> BABELON, Op. cit., p. 768.

aproximadamente 1520 os descompassos já se faziam sentir através da inflação dos preços de alimentos, das reduções salariais e de uma deterioração geral do bem-estar coletivo: “Doravante, houve menos pão, menos vinho, sobretudo menos carne nas refeições”. Em princípios do século XVII essas disparidades agravavam-se severamente<sup>104</sup>. Milhares de franceses vagavam pelas estradas em busca de oportunidades de trabalho e meios lícitos ou ilícitos de subsistência, ocasionando todo tipo de problema social e político. A coroa não subestimava a questão da miséria, encarada com grande seriedade, particularmente durante o reinado de Henrique IV. Uma das características mais lembradas e celebradas de seu reinado era justamente essa preocupação com o povo, mitificada na famosa frase supostamente dita ao duque de Sabóia pelo monarca, em 1600: “Se Deus ainda me der vida, eu farei que não haja lavrador em meu reino que não tenha meio de ter uma galinha em sua panela”<sup>105</sup>.

A fuga de braços e mentes para o serviço de outras potências também era uma questão relevante, principalmente em alguns setores, como as atividades marítimas. Devido à falta de oportunidades, muitos marinheiros franceses ofereciam seus préstimos às navegações ibéricas, britânicas e, notadamente, às holandesas, uma vez que a marinha mercante francesa não mostrava condições de absorver essa oferta. Estima-se que ao tempo de Colbert, quando se realizaram esforços de intensificação da atuação naval, cerca de 30 mil marinheiros teriam retornado às embarcações de bandeira francesa – sugerindo o quanto foram extensas as perdas em tempos anteriores. Somando todos os trabalhadores que assim abandonavam o serviço dos Bourbon, imagina-se que o impacto global dessas migrações sobre a monarquia francesa não fosse realmente desprezível<sup>106</sup>.

Desse modo, Lescarbot abordava a questão demográfica a partir das preocupações que mobilizavam a monarquia francesa naquele momento específico. Mais uma vez é interessante cotejar seus escritos aos de La Popelinière. Como vimos, o historiador huguenote também preocupava-se com problemas demográficos, preconizando a colonização como forma de resolvê-los. Todavia, a natureza dos problemas era diferente, bem como sua solução. La Popelinière mostrava-se preocupado

---

<sup>104</sup> “Désormais, il y eut moins de pain, moins de vin, surtout moins de viande aux repas” (BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, v. II, pp. 151-153, 156-157).

<sup>105</sup> “Si Dieu me donne encore de la vie, je ferai qu’il n’y aura pas de laboureur en mon royaume qui n’ait moyen d’avoir une poule dans son pot” - As célebres palavras foram registradas pelos contemporâneos Pierre Mathieu e Hardouin de Péréfixe (Apud BABELON, Op. cit., p. 771).

com as guerras civis que assolavam o reino, vendo a colonização como uma forma de recurso terapêutico para aliviar a França dos humores que provocavam os conflitos – assim sendo, a finalidade das colônias seria atuar como uma válvula de escape para as tensões que ameaçavam a integridade da coletividade. Lescarbot, a seu turno, via na ocupação da Nova França a possibilidade de desviar em proveito da monarquia um fluxo migratório previamente existente, provocado pela miséria, e que fortalecia as potências rivais em detrimento da própria França. Mais uma vez os problemas e situações internos da França refletiam-se no modo de pensar a América e suas relações com a monarquia, tomando novas inflexões e configurando novos significados para o horizonte colonial. Por sinal, os escritos de Lescarbot mostravam-se em fina sintonia com o ideário expresso no primeiro édito de Henrique IV sobre a agricultura, de 1599:

A força e riqueza dos reis e príncipes soberanos consistem na opulência e número de seus súditos. E o maior e mais legítimo ganho e renda dos povos, mesmos dos nossos, procede principalmente do labor e cultura da terra, que lhes rende, segundo queira Deus, com usura, o fruto de seu trabalho, produzindo grande quantidade de trigos, vinhos, grãos, legumes e pastagens; do que não somente eles vivem confortavelmente, mas podem entreter o tráfico e comércio com nossos vizinhos e terras distantes, e deles tirar ouro, prata, e tudo aquilo que eles têm em maior abundância que nós, próprios e comuns ao uso do homem<sup>107</sup>.

Aí está presente também um dos princípios fundamentais da política econômica de Henrique IV: o incentivo à agricultura, encarada como fonte primordial da prosperidade do reino. Várias iniciativas foram tomadas nesse sentido, a principiar pela repressão à violência rural, especialmente aquela exercida pelas tropas reformadas, que costumavam entregar-se a todo tipo de exação contra as populações camponesas. Também houve grande estímulo às inovações agrícolas que permitissem o aumento da produção, desde novas técnicas de cultivo à incorporação de culturas americanas, como a batata ou o milho. Tais esforços eram direcionados principalmente aos fidalgos, instados a implementar essas práticas em suas próprias terras. Uma parte interessante dessa política foi o uso do impresso, difundindo obras que incitavam a nobreza em seus diversos escalões a seguir esse movimento; a mais famosa delas era *Le théâtre*

---

<sup>106</sup> BRAUDEL, Op. cit., Vol. I, p. 295.

<sup>107</sup> Trata-se do édito de 8 de abril de 1599, promulgado em Fontainebleau, que ordenava o aterramento e drenagem de pântanos, de modo a conquistar essas superfícies para plantações e pastagens, bem como para o estabelecimento de estradas e caminhos (Apud BABELON, Op. cit., p. 776).

*d'agriculture*, publicada em 1600 por Olivier de Serres, que conheceu várias edições ao longo dos anos seguintes, sempre em grandes tiragens. A seu turno, o pequeno campesinato também era instado a contribuir, através da redução ou isenção de impostos. Além disso, a conquista ou reconquista de superfícies estéreis, como pântanos ou florestas era igualmente objeto de medidas de incentivo. Em seus escritos, Sully gabava-se de ser um grande instigador desse movimento geral, afirmando que sempre dizia ao rei “que a agricultura e a pecuária são as duas tetas, de que a França se alimentava, e suas verdadeiras minas do Peru”<sup>108</sup>.

Ora, Lescarbot propunha justamente uma curiosa inversão, deslocando essas “minas do Peru” de volta ao Novo Mundo - um pouco mais ao norte! Ressaltava as riquezas das peles de castor e da pesca do bacalhau, que reputava tão valiosas quanto as minas de metais preciosos da América espanhola. No entanto, fiel ao credo econômico então em vigor na França, afirmava:

E quanto às minas, existem realmente, mas é preciso procurá-las com indústria, labor e paciência. A mais bela mina que eu conheço é o vinho e o trigo, com a alimentação dos animais. Quem tem isso, tem o dinheiro. E nós não vivemos de minas, quanto a sua substância<sup>109</sup>.

Devotado à ortodoxia econômica vigente, censurava a negligência de colonizadores anteriores, como Laudonnière e Villegagnon, ao cultivo da terra, ao mesmo tempo em que destacava a providência de Poutrincourt:

O senhor de Poutrincourt fez muito diferente em nossa viagem. Pois desde o dia seguinte à nossa chegada a Port Royal [...] ele empregou seus operários nisso, como diremos em seu lugar, e tomou conta dos víveres de tal modo que o pão e o vinho nunca faltaram a ninguém, e tínhamos dez barricas de farinha de sobra, e tanto vinho quanto precisávamos, e até mais<sup>110</sup>.

Por sinal, contrapunha os recursos do Canadá aos da Flórida, lembrando que, ao contrário do sucedido aos colonos de Laudonnière, jamais sucumbiram à miséria e à fome, pois mesmo no mais longo e rigoroso inverno enfrentado em Port

---

<sup>108</sup> “que le labourage et la pâture étaient les deux mamelles, dont la France était alimentée, et ses vraies mines du Pérou” (Cf. BABELON, Op. cit., pp. 777-786; BÉLY, Op. cit., pp. 256-258; BRAUDEL, Op. cit., Vol. II, pp. 158-159; SAINT BRIS, Gonzague. *Henri IV et la France réconciliée*. Paris: Le livre de poche, 2009, pp. 245-250, 259-260).

<sup>109</sup> “Et quant aux mines il y en a vraiment, mais les faut fouiller avec industrie, labeur et patience. La plus belle mine que je sache est du blé et du vin, avec la nourriture du bestial. Qui a de ceci, il a de l'argent. Et de mines nous n'en vivons point, quant à leur substance” (LESCARBOT, Op. cit., p. 17).

Royal puderam contar com nutritivos mariscos que ajudaram a complementar sua alimentação<sup>111</sup>. Como sinal dessa abundância, Lescarbot mencionava a criação da *Ordre de Bon-Temps*, sugerida por Champlain, uma espécie de confraria da qual participavam os personagens mais destacados da colônia, criada com a finalidade de quebrar a monotonia da pequena comunidade e animar os frios invernos. A cada 15 dias um dos membros da ordem se responsabilizava por oferecer uma lauta e saborosa refeição aos companheiros. A sociedade ainda contribuía para o aprofundamento das alianças com os nativos, tendo por vezes como convidados dos festins alguns chefes indígenas próximos<sup>112</sup>.

Poutrincourt fazia questão de exibir no reino as primícias da colônia, evidências da prosperidade da Nova França. Assim, narra Lescarbot, salgara arenques e sardinhas, confeitara uvas e estocara o trigo, para mostrá-los à corte; em Paris, Poutrincourt apresentara esses resultados a Henrique IV “como sendo a coisa mais preciosa que se possa trazer de qualquer país que seja” – um gesto inteligente e muito significativo, considerando-se que o rei via a abundância de alimentos como alicerce da monarquia – lembrando a metáfora de Sully, o chefe da colônia mostrava a todos quão fartos eram os seios da Nova França, capazes de nutrir seus filhos. A própria narrativa de Lescarbot renovava o potencial político desses gestos, registrando e relembrando o efêmero momento, talvez mesmo reavivando a memória daqueles então presentes – quem sabe o próprio Luís XIII, ainda menino<sup>113</sup>?

De qualquer modo, Lescarbot empreendia em sua obra esforço constante de ressignificação das riquezas e dos recursos oferecidos por uma colônia. Não era preocupação banal, visto que havia quem menosprezasse o valor dessas realizações, desejando minas mais parecidas com as da América hispânica. Lescarbot menciona um panfleto que zombava do sr. de Monts, afirmando que ele se dedicava a arrancar espinhos no Canadá, ao que retrucava concordando que seria verdade, pois a difícil tarefa era realmente como arrancar espinhos, mas estes seriam como flores “para aqueles resolutos a essas ações heróicas para se tornar recomendáveis à memória dos homens”. Com efeito, ao que se percebe dos escritos de Lescarbot, havia muito

---

<sup>110</sup> Idem, p. 52; cf. pp. 580, 599.

<sup>111</sup> Idem, p. 102.

<sup>112</sup> Idem, pp. 574-576.

<sup>113</sup> “comme étant la chose la plus précieuse qu'on puisse rapporter de quelque pays que ce soit” (Idem, pp. 580, 599).

ceticismo na França quanto à colonização na América do Norte, o que certamente prejudicava as possibilidades da Nova França de prosperar, fazendo necessário um esforço de propaganda; mais ainda, o autor mostrava-se consciente dessa necessidade, como ao relatar as dificuldades enfrentadas por de Monts para organizar uma de suas expedições: “essa província foir tão difamada em seu retorno, que parecia coisa vã e infrutífera continuar essas viagens no futuro”<sup>114</sup>. Para fazer frente a esse desafio, mais uma vez o discurso moral mostrava-se útil, de modo a censurar esses críticos pela falta de zelo religioso:

Eles gostariam de encontrar os tesouros de Atahualpa sem trabalho e sem pena, mas vêm muito tarde, e para encontrá-lo é necessário procurar, é preciso fazer despesa, o que os grandes não querem. As perguntas ordinárias que nos fazem são: “Há tesouros, há minas de ouro e de prata”? E ninguém pergunta, “Aquele povo está disposto a ouvir a doutrina cristã”<sup>115</sup>?

Aliás, baseando-se em Bodin, Lescarbot criticava a exploração das minas da América espanhola e seus efeitos deletérios sobre a economia e a política da Europa; a conquista hispânica teria duplamente arruinado o Novo e o Velho Mundo, material e espiritualmente:

Antes das viagens do Peru era possível guardar muitas riquezas em pouco espaço, enquanto hoje o ouro e a prata estando depreciados pela abundância, é necessário grandes cofres para guardar aqui que se podia pôr em um pequeno baú. [...] Considerando isso, temos direito a maldizer a hora em que a avareza levou o espanhol ao Ocidente, pelas infelicidades que se se seguiram. Pois quando me dou conta de que por sua avareza ele acendeu e manteve a guerra em toda a cristandade, e estudou como arruinar seus vizinhos, e não o Turco, posso pensar que apenas o diabo foi o autor dessas viagens. E não me aleguem o pretexto da religião. Pois (como dissemos alhures) eles mataram os originários da terra com os suplícios mais inumanos que o diabo lhes pôde sugerir: e por suas crueldades tornaram o nome de Deus um nome de escândalo para esses pobres povos, e blasfemaram continuamente a cada dia em meio aos gentios, assim como o profeta reprova ao povo de Israel<sup>116</sup>.

Tal argumentação não era incomum, e podia ser encontrada na edição de 1611 das viagens de Jean de Léry. Em dedicatória a Louise de Orange (filha do

---

<sup>114</sup> “à ceux qui se résolvent à ces actions héroïques pour se rendre recommandables à la mémoire des hommes”; “cette province avait été tellement décriée à son retour, que ce semblait être chose vaine et infructueuse de plus continuer ces voyages à l’avenir” (Idem, pp. 461-462, 501).

<sup>115</sup> Idem, p. 17.

almirante Coligny) o autor huguenote lamentava a perda da França Antártica não apenas pela colônia em si, mas pelos recursos que fornecera à coroa Habsburgo desde a União Ibérica, ajudando a perturbar a paz na França, especialmente durante os últimos anos das Guerras de Religião<sup>117</sup>.

Abbeville recorria a expediente retórico semelhante ao de Lescarbot, identificando nos “selvagens” as verdadeiras minas a explorar, sustentando que os índios “São as pedras preciosas que procurávamos”, em carta ao capuchinho Martial e ao padre secular Foulon, publicada por duas vezes<sup>118</sup>. O que não impedia que ele e o frei Arsène de Paris escrevessem outra carta – publicada junto à anterior em suas duas edições – ao sr. Fermanet, comerciante de Rouen e “un de leurs grands bienfaiteurs”, na qual eram enfatizadas sobremaneira as riquezas materiais da terra: “Quanto ao país, é muito bom, e espera-se tirar dali muito tabaco e muito *rouçou*. Já se encontra lá muito açúcar, pedras preciosas muito belas, e âmbar-gris, e supõe-se que a vinte léguas daqui há uma mina de ouro”<sup>119</sup>. Tal atitude não deve ser interpretada como hipocrisia, mesmo porque ambas estavam presentes nos impressos, sem qualquer subterfúgio, mas principalmente mostram uma diversidade de articulações discursivas possíveis em paralelo, atendendo a interesses igualmente diversos em torno da empresa colonizadora. Com efeito, como já salientava Andrea Daher, os capuchinhos concebiam as riquezas da terra como um importantíssimo impulso para a obra catequética, e mesmo buscavam divulgar sua existência no reino, como chamariz para atrair novos investidores e colonos capazes de engrossar a população da França Equinocial. Também é interessante lembrar a postura do sr. de Pézieux, um dos fidalgos participantes da França Equinocial. Como observa Daher, em uma de suas cartas publicadas em 1613, ele supunha que não seria difícil encontrar uma rota para o Peru e suas minas, ressaltando que apenas com o desenvolvimento das colônias era possível encontrar minas e pedras preciosas<sup>120</sup>.

Antes de passarmos à próxima parte, vale mencionar ainda algumas ambíguas passagens escritas por Lescarbot acerca de Champlain. Em certos momentos o autor da *Histoire de la Nouvelle France* atribuía ao “pai do Québec” o interesse de

---

<sup>116</sup> Idem, pp. 441-442.

<sup>117</sup> Cf. TAVARES, *Da Guanabara...*, Op. cit., pp. 178-179.

<sup>118</sup> “sont les pierres précieuses que nous cherchions” (ABBEVILLE et alii, *L'arrivée...*, Op. cit., p. 6; ABBEVILLE et alii, *Discours...*, Op. cit., p. 9).

<sup>119</sup> “Quant est du pays, il est fort bon, et espere-on d'en tirer force petun, et force rouçou. Il s'y trouve dès maintenant force sucre, de fort belles pierres, et de l'ambre gris, et tient-on qu'à vingt-lieues d'ici il y a une mine d'or” (ABBEVILLE et alii, *L'arrivée*, Op. cit., pp. 15-16).

buscar uma passagem marítima ou fluvial para o Oriente – o que o próprio Champlain confirmava em seus *Voyages*. O tom adotado por Lescarbot é neutro, sem aprovar ou condenar explicitamente esse intento<sup>121</sup>. No entanto, essa proposta afastava-se nitidamente daquela defendida por de Monts, Poutrincourt e pelo próprio Lescarbot, como vimos nas últimas páginas.

Particularmente significativa era a afirmação de que o *principal* desejo de Champlain em suas expedições pela América do Norte era encontrar um caminho que levasse até a China<sup>122</sup>. Convém evitar excessos de interpretação, mas Lescarbot parecia sutilmente desmerecer a atuação do célebre explorador, ao sugerir que a catequese – propósito maior da colonização guiada pela Providência – não estava entre os objetivos centrais de Champlain no Novo Mundo. A própria Nova França perdia seu interesse, tornando-se mera escala rumo ao Oriente e suas riquezas fabulosas, deitando por terra sua finalidade de zona de expansão demográfica francesa. De fato, trata-se de projeto colonial inteiramente diferente.

Mas Lescarbot teria algo contra Champlain?

### III- Amigos e inimigos da paz

Pouco após a derrota francesa em Guaxenduba vinha a lume um documento de grande interesse, a *História verdadeira daquilo que se passou de novo entre os franceses e portugueses na Ilha de Maragnan na terra dos Tupinambás*<sup>123</sup>, opúsculo publicado em Paris pelo editor Nicolas Rousset ainda em 1615<sup>124</sup>. Trata-se da transcrição de uma carta supostamente enviada do Maranhão, precedida por brevíssima introdução. O autor seria um dos participantes da França Equinocial, um fidalgo que destinava a epístola a seu pai, identificado simplesmente como um “doutor na faculdade de Medicina habitando nesta cidade de Paris”<sup>125</sup>. O texto apresenta breve narrativa da batalha e retrata o período de convívio entre franceses e luso-brasileiros posterior à

---

<sup>120</sup> Cf. DAHER, Op. cit., pp. 89-91.

<sup>121</sup> LESCARBOT, Op. cit., pp. 225, 243, 641.

<sup>122</sup> Idem, p. 641.

<sup>123</sup> *Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les français et les portugais en l'Isle de Maragnan au pays des Toupinambous.*

<sup>124</sup> Transcrito em *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904, nº 26, pp. 321-327.

<sup>125</sup> “docteur en la faculté de Médecine demeurant en cette ville de Paris”.

vitória de Jerônimo de Albuquerque, enquanto aguardavam a decisão de suas respectivas coroas, anteriormente à chegada de Alexandre de Moura.

A autenticidade do relato é questionável, tendo em vista a ausência de referências mais precisas quanto ao autor, que pode apenas ser identificado como médico ou cirurgião a partir do conteúdo da narrativa. Por outro lado, deve-se ressaltar que nada leva a crer tratar-se de uma fraude. Como observa o historiador Maurice Pianzola, é muito provável que a carta tenha sido escrita pelo jovem cirurgião Thomas de Lastre<sup>126</sup>. De qualquer forma, tais considerações não afetam nossos propósitos aqui, uma vez que, autêntica ou fraudulenta, a obra de fato circulou na França à época, constituindo, portanto, uma evidência útil à compreensão da repercussão de Guaxenduba nos meios franceses.

Nesse sentido, é particularmente importante notar que o opúsculo fora impresso *Avec permission*, ou seja, sua edição fora previamente aprovada por autoridades civis e eclesiásticas, o que leva a imaginar que sua versão dos fatos e suas opiniões não eram radicalmente divergentes ou discrepantes em relação à postura que a coroa desejava manter, sobretudo no referente às questões diplomáticas envolvidas.

Ainda na introdução o anônimo prefaciador ressaltava o tema da paz, especialmente das boas relações entre as coroas francesa e ibérica. Por sinal, afirmava que a finalidade do texto era justamente colaborar para a manutenção da paz:

Mas como o desfecho [da batalha] foi brando e muito diferente do que alguns inimigos da paz e invejosos da dupla aliança que há entre as duas maiores coroas que há na Europa, de França e de Espanha, quiseram publicar com mau propósito, pensei ser meu dever fazer ouvir a cada um o que aconteceu realmente [...] <sup>127</sup>.

O trecho em questão evidencia que os acontecimentos de Guaxenduba não foram recebidos com indiferença pela opinião francesa. Mais ainda, o tema era objeto de polêmica, despertando críticas por parte daqueles que o autor rotulava como “inimigos da paz”. De fato, desde a assinatura do tratado de Cateau-Cambrésis pelas duas coroas, em 1559, as tentativas francesas de enraizamento no continente americano eram objeto de atitudes ambíguas por parte da monarquia gálica, como vimos. O desafio diplomático não era pequeno: como enfrentar as pretensões de exclusivismo ibérico no Novo Mundo sem romper explicitamente o antigo acordo de paz? Apoiar abertamente

---

<sup>126</sup> Talvez fosse possível confirmar essa identificação buscando referências documentais ao pai de de Lastre, verificando-se nos registros da faculdade de medicina da Sorbonne à época (PIANZOLLA, Op. cit., pp. 173, 190).

os empreendimentos coloniais na América poderia significar reabrir antigas hostilidades, forçando a coroa francesa a arrostar uma penosa guerra em território europeu. Tais alternativas eram obviamente desfavoráveis aos colonizadores franceses.

No segundo capítulo discutimos como essa problemática se dera nas negociações diplomáticas relacionadas à Flórida francesa, na década de 1560. Felipe II e seus representantes diplomáticos junto à coroa de França insistiam que os empreendimentos de Ribault e Laudonnière na Flórida afrontavam os termos da paz de Cateau-Cambrésis, obrigando Carlos IX a atitudes dúbias: por um lado, defendia os colonos franceses, apresentando-se como protetor de seus súditos; por outro, evitava reconhecer qualquer ligação direta com a iniciativa colonial. Aproveitando-se dessa falta de definição, os espanhóis puderam massacrar os franceses na Flórida alegando ao mesmo tempo respeitar os acordos prévios, uma vez que, para todos os efeitos, os colonos não estavam oficialmente a serviço de Carlos IX e, portanto, fora da proteção do tratado.

Por ocasião da derrota francesa em Guaxenduba esse jogo diplomático era ainda mais complexo, uma vez que o antigo acordo de Cateau-Cambrésis fora amplamente renovado pelo mais recente tratado de Vervins, assinado por Henrique IV e Felipe II no ano de 1598. A situação era muito mais delicada. Além disso, um dos principais objetivos da regência naquele momento era garantir os casamentos do jovem Luís XIII com Ana de Áustria, infanta de Espanha e de sua irmã, Élisabeth, com Felipe, príncipe das Astúrias e herdeiro da coroa – uma dupla aliança. Vale observar que esse matrimônio não era unanimidade na França; muitos o viam como uma traição ao falecido monarca, em especial os huguenotes. Com efeito, Henrique IV tentara estabelecer uma política externa de aproximação às potências protestantes, ao norte, e de apoio aos Estados que, como o ducado de Sabóia, opunham-se aos Habsburgos ao sul. Na verdade, pouco antes do atentado de Ravailac eram pensados preparativos para uma nova campanha militar que visava reduzir a influência espanhola no norte da Itália; o recrutamento de cerca de 300.000 homens já estava em andamento. Com a morte do rei, a situação começava a mudar. Entusiasticamente defendidos por alguns, os casamentos espanhóis eram planejados em detrimento da aliança com a Sabóia; segundo seus advogados, esta seria a oportunidade para os franceses finalmente adormecerem e repousarem das tensas décadas anteriores. A diplomacia espanhola também empreendia

---

<sup>127</sup> *Anais...*, Op. cit., pp. 321-322.

grandes esforços nesse sentido – provavelmente os espanhóis também precisavam de repouso. Mesmo o papa Paulo V manifestou apoio a essa causa. Após alguma hesitação, a regente Maria de Médici aderiu à proposta. No dia 26 de janeiro de 1612 – menos de quatro meses após a partida da expedição de fundação da França Equinocial - o tema foi debatido em um conselho extraordinário, obtendo apoio de figuras de peso como os duques de Guise, Montmorency e Nevers, enquanto outros mostravam-se reticentes, dentre eles os duques de Bouillon e Lesdiguières, assim como Soissons e Condé, príncipes do sangue<sup>128</sup>. Como observa Daher, o embaixador espanhol na corte, Iñigo de Cárdenas, escrevia em 1º de julho de 1615 a seu rei, sugerindo que a coroa ibérica explorasse os casamentos para dissuadir os franceses da permanência no Maranhão, sugerindo mesmo a oferta de privilégio no comércio de Sevilha e Lisboa como compensação<sup>129</sup>.

Desse modo, os autores da *Histoire véritable* buscavam redefinir o significado da derrota nas mãos de Jerônimo de Albuquerque, esboçando uma perspectiva declaradamente conciliatória. Em seus esforços, avançavam mesmo uma interpretação providencialista dos acontecimentos de Guaxenduba:

Mas nós que somos educados em uma melhor escola da Religião Cristã temos certeza de que tudo que se passa aqui embaixo é conduzido unicamente pela vontade de Deus, não apenas nos negócios civis, mas também, e mais fortemente, nos combates dos homens e mais sangrentas batalhas, que Ele sabe por seu infinito poder converter em profunda paz, e dos inimigos mais encarniçados, do que temos um testemunho recente no último confronto que ocorreu na Ilha de Maragnan na terra dos Tupinambás, entre os franceses e os portugueses assistidos tanto de um lado quanto do outro pelos selvagens da terra, a qual foi na verdade rude num primeiro momento e antes que eles tivessem se conhecido bem<sup>130</sup>.

Embora o recurso explicativo à intervenção divina não fosse excepcional em relação à linguagem política da época, não se trata de posicionamento banal quanto ao problema específico da França Equinocial. Em primeiro lugar, eliminava ou ao menos atenuava a responsabilidade das partes envolvidas, tanto dos oficiais franceses quanto dos guerreiros lusitanos. Afinal de contas, o resultado da batalha estaria definido pelos decretos divinos, não pelas ações humanas. Pelo contrário, o texto da carta enfatizava a

---

<sup>128</sup> Cf. CASTARÈDE, Jean. *Louis XIII et Richelieu*. Chaintreaux: France-Empire, 2011, pp. 49-51, 89; PETITFILS, Jean- Christian. *Louis XIII*. Paris: Perrin, 2008, pp. 154-156; LE ROY LADURIE, *L'Ancien Régime I*. Paris: Hachette, 1991, pp. 43-44.

<sup>129</sup> Cf. DAHER, Op. cit., pp. 327, 331-335.

<sup>130</sup> *Anais...*, Op. cit., p. 321.

ação competente dos chefes da colônia, lembrando que desde o início da ocupação francesa na região, La Ravardière fizera “todas as diligências para reunir sua gente e pô-la em boa ordem, exortando-os a bem agir quando fosse tempo de combater”<sup>131</sup>. Especialmente no que tange à batalha, salienta igualmente que “ele tentara todos os remédios que um grande capitão saberia usar”<sup>132</sup>. Do mesmo modo, qualificando a ação no calor do combate dos senhores du Prat e de Pesieux, chefes das tropas em terra, diz que “cada um fez o melhor que podia”<sup>133</sup>. Também os soldados franceses “se bateram maravilhosamente bem”<sup>134</sup>, apesar de separados pela surpresa do ataque. Mesmo ante a derrota consumada lembra que La Ravardière permanecera firme com sua embarcação sob a mira dos canhões portugueses, resgatando os sobreviventes franceses que escapavam a nado.

Por outro lado, os portugueses mantinham-se à mesma altura. Respondendo ao primeiro contato de La Ravardière, Jerônimo de Albuquerque teria enviado “uma carta de tamanha cortesia que nenhum francês saberia fazer igual”, na qual lamentava o sangue francês e português derramado, que representava “a dupla aliança de nossos Reis que devem manter-nos em boa paz uns para com os outros”<sup>135</sup>. Em suma, a carta publicada destaca continuamente a conduta correta e competente de todos os envolvidos em ambos os lados; como afirmava a introdução, a vitória lusitana fora conduzida “somente pela vontade de Deus”.

No entanto, o argumento não se resumia ao simples resultado da batalha, mas principalmente na ideia de que os misteriosos caminhos da providência visavam através da guerra estabelecer “uma profunda paz”. Com efeito, o texto da carta procura caracterizar o ameno convívio entre franceses e portugueses, marcado pela cortesia, enquanto aguardavam a resolução de seus respectivos monarcas. Segundo o autor, La Ravardière foi muito bem recebido ao visitar as fortificações portuguesas, enquanto Jerônimo de Albuquerque entregava seu filho aos franceses “para confirmar a mais forte amizade”<sup>136</sup>. Certo trecho merece ser citado pela eloquência com que descreve a situação:

---

<sup>131</sup> “toutes diligences d’assembler ses gens et de les mettre en bon ordre les exhortant de bien faire lorsqu’il serait temps de les aller combattre” (Idem, p. 322).

<sup>132</sup> “il avait tenté tous les remèdes qu’un grand Capitaine saurait faire” (Idem, p. 323).

<sup>133</sup> “chacun fait du mieux qu’il peut” (Idem, p. 325).

<sup>134</sup> “se battirent merveilleusement bien”.

<sup>135</sup> “une lettre autant courtoise que jamais Français en saurait faire”; “la double alliance de nos Rois qui nous doivent maintenir en bonne paix les uns envers les autres” (Idem, p. 326).

<sup>136</sup> “pour confirmer l’amitié plus forte” (Idem, p. 326).

Estou aqui com eles para pensar todos seus feridos [...]. Nunca vi gente tão honesta, e tão íntegros como eles são, mas eles necessitavam de mim. [...] Como bem entre eles, e estou sempre à mesa com o senhor de Albuquerque. O senhor de La Ravardière foi gentil de preferir seus feridos aos nossos, mas a França não ficará nunca sem cortesia[...]”<sup>137</sup>.

Unidas, carta e introdução comunicam uma impressão paradoxal, quase como se a derrota francesa fosse desejável *justamente* por possibilitar a paz. Parece bastante clara a insinuação de que entre a manutenção da colônia no Maranhão e a manutenção da paz com a coroa ibérica, a última era prioritária. Num momento em que a situação era negociada entre as duas monarquias, o opúsculo permite entrever parâmetros muito evidentes para a decisão francesa tal como logo consolidar-se-ia. Atendendo às orientações da coroa, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, entregava o forte São Luís a Alexandre de Moura em 1615.

Provavelmente esse desfecho da situação desagradava os “inimigos da paz” que, ao que tudo indica, desejavam a manutenção da colônia. Quem seriam esses “inimigos da paz”? Talvez esse rótulo servisse aos irmãos Razilly, bem como ao próprio La Ravardière, como sugerem alguns documentos. O antigo chefe da colônia escreveria as seguintes palavras a um amigo em 10 de julho de 1621:

[...] Eu sou o único em todo o mundo que posso fazer mais mal aos espanhóis nesses países, porque, além do conhecimento que tenho de todas as partes das Índias Ocidentais, onde eu posso causar muito prejuízo pelo mar, eu tenho a intenção secreta de fazer o rei da Espanha perder as Índias em menos de dez anos, desde que tenha a assistência de uma das três potências da Europa, ou de Veneza”<sup>138</sup>.

Tal declaração dificilmente garantiria a La Ravardière boa posição entre os “amigos da paz”. De fato, como bem esclarecem Mariz e Provençal, a coroa ibérica não perdia de vista o nobre francês, como mostram alguns documentos assinados por Felipe III. Não era vã preocupação, pois muito mais tarde Luís XIII nomearia La Ravardière como lugar-tenente para a exploração da região amazônica, através de carta patente de 27 de novembro de 1524<sup>139</sup>.

Mas nesse momento a situação diplomática já era outra. Começavam então os conflitos de escala mundial, mais tarde conhecidos como Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Embora ainda valesse o tratado de Vervins, os jogos de poder na Europa

---

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup> Apud MARIZ e PROVENÇAL, *La Ravardière...*, Op. cit., p. 123.

<sup>139</sup> Idem, pp. 124-125.

começavam a mudar, permitindo à coroa francesa reavaliar suas estratégias atlânticas ante a nova conjuntura delineada, como veremos no próximo capítulo.

Por sua vez, Lescarbot parece ser um desses “amigos da paz”. Como mencionamos, ele mostrava a constante preocupação com o respeito à posse de outros príncipes cristãos no Novo Mundo, pois a colonização na América do Norte seria meramente a tomada de posse de uma justa herança. Aliás, essa seria uma das provas de superioridade moral da Nova França, estabelecida sem objetivos belicosos – talvez em contraposição à recente experiência da França Equinocial, que redundara em tensões e conflitos. Em certa passagem menciona inclusive que de Monts propusera a primeira expedição ao Novo Mundo imediatamente após a celebração do tratado de Vervins. É necessário inclusive destacar que nada havia de surpreendente nessa conduta de Lescarbot, que tivera discreta participação como advogado nas negociações do tratado e mesmo escrevera uma obra de ocasião celebrando sua assinatura. Criticando os atos de pirataria praticados pelos navios franceses que rumavam à França Antártica, acrescentava: Também não é o desígnio daqueles que nesses últimos tempos querem viver na Nova França, os quais procuram apenas aquilo que o mar e a terra por um justo exercício lhes trarão, sem invejar a fortuna de outrem”<sup>140</sup>. Seguindo espírito semelhante, como dito antes, os escritos dos capuchinhos tendiam a ver os esforços de colonização e catequese de modo complementar, como uma obra empreendida paralela e conjuntamente por franceses, espanhóis e italianos, para a maior glória da religião, postura compatível com essa atitude de contemporização.

Contudo, Lescarbot não preocupava-se apenas com a manutenção da paz entre as potências coloniais; era também necessário evitar as divisões internas, que fragilizavam as colônias (e o reino). A discórdia seria sempre perigosa, mesmo quando não fosse motivada pela religião:

Deve-se observar aqui que em todas as conquistas novas, seja no mar, seja na terra, as empresas são ordinariamente tumultuadas, sendo as rebeliões fáceis de erguer-se, tanto pela audácia que o distanciamento do socorro dá aos soldados, quando pela

---

<sup>140</sup> “Aussi n’est-ce pas le dessein de ceux qui en ce dernier temps veulent habiter la Nouvelle-France, lesquels ne cherchent que ce que la mer et la terre par un juste exercice leur acqueront, sans envier la fortune d’autrui” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 164, 416).

esperança que eles têm de fazer seu lucro, como se vê suficientemente pelas histórias antigas [...]”<sup>141</sup>.

Ele atribuía a essas divisões o fracasso das experiências da França Antártica e da Flórida. Por exemplo, reconhecia o valor da obra colonial de Coligny, mas queixava-se de que ele “se envolveu demais nas parcialidades da religião”<sup>142</sup>. O autor tentava separar a atuação ultramarina do almirante de seu envolvimento nas Guerras de Religião: enquanto fazia “la guerre à son Prince”, teria negligenciado o abastecimento do Fort Caroline, condenando a colônia a soçobrar<sup>143</sup>. É bastante significativo seu comentário acerca do forte construído por Villegagnon na baía de Guanabara, batizado em homenagem a Coligny: “nom de triste augure”<sup>144</sup>. Tal postura parece pouco compatível com a caracterização de “simpatizante” da Reforma sugerida por Lestringant. Talvez seja mais acertado qualificá-lo como “tolerante”.

Por sinal, acreditava que os conflitos internos da França Antártica tinham sua origem no próprio Coligny, supondo que Villegagnon jamais abandonara realmente o catolicismo, mas vira-se obrigado a fingir uma conversão, caso contrário jamais teria conseguido “levar a cabo uma tal empresa”; teria inclusive escrito a Genebra unicamente para agradar ao almirante: “era necessário conformar-se a seu humor ou abandonar a empresa”; ou ainda: “ele não podia empreender adequadamente as viagens do Brasil sem o apoio do almirante, sendo necessário fingir-se de reformado para alcançá-lo”<sup>145</sup>.

Como se vê, Lescarbot adotava um ponto de vista ambíguo, apoiando tacitamente a postura dúbia de Villegagnon, como um meio justificado por seus fins. Na verdade, seu único erro teria sido *abandonar* a estratégia de dissimulação no momento errado: “Et já que ele quisera pôr-se a dissimular, deveria aguardar que estivesse bem estabelecido para descobrir sua intenção, e nisso está a prudência”. Supunha que assim o cavaleiro de Malta teria condenado a colônia, imaginando que as notícias dali teriam

---

<sup>141</sup> Argumentação semelhante: “E se as grandes assembleias de homens fundadas de longo tempo, são bem frequentemente arruinadas por essas divisões, que poderá fazer um pequeno punhado de pessoas fraco e tímido de si que mal se pode sustentar? Certamente tornar-se-á presa do primeiro que vier atacá-la, como aconteceu a essa pequena tropa de franceses, que com tantas penas e perigos transportou-se ao Brasil, e como nós relatamos daqueles que se dividiram na Flórida, ainda que eles não estivessem em desacordo pela religião” (Idem, pp. 85-86, 195).

<sup>142</sup> “s’enveloppa trôp avant aux partialités de la Religion” (Idem, p. 41).

<sup>143</sup> Idem, p. 60.

<sup>144</sup> Idem, p. 192.

desagradado Coligny, fazendo com que retirasse seu apoio, deixando de enviar homens e víveres. Lescarbot acenava assim a um certo maquiavelismo político. Não lhe importava de fato a suposta dissimulação de Villegagnon, tão discutida anteriormente por Pierre Richer, Jean Crespin, André Thevet, Jean de Léry e o próprio Villegagnon. Pelo contrário, o único problema seria a falta de destreza na dissimulação: “Não cabe a todos conduzir povoações e colônias”. Para Lescarbot, não se tratava de questão moral ou espiritual, mas de problema político. É difícil não ver aí ares florentinos<sup>146</sup>.

Por sinal, as virtudes atribuídas ao líder ideal nesse momento não seriam propriamente virtudes interiores, mas habilidades no trato com os colonos que permitiriam evitar atritos maléficos à estabilidade da colônia. Lescarbot caracterizava o bom chefe colonial como alguém compreensivo e conciliador. Mais uma vez, apontava Poutrincourt como modelo nesse sentido, contrastando com o colérico e autoritário capitão Albert, de Charlesfort: “Eu posso dizer do senhor de Poutrincourt [...] que em toda nossa viagem ele jamais bateu em um dos seus”<sup>147</sup>.

Percebem-se preocupações semelhantes em relação à França Equinocial. Como já discutimos em outro trabalho, já na fase de planejamento a colônia do Maranhão apresentava seus problemas confessionais. Maria de Médici não mostrava grande satisfação em manter o huguenote La Ravardière à frente da colônia, embora renovasse a carta-patente em que Henrique IV o fizera *lieutenant général* do estabelecimento. A regente impusera ao cavaleiro a missão de capuchinhos e pouco antes da partida ao Novo Mundo lhe enviava uma carta na qual transmitia ordens expressas para que o culto católico fosse o único a ser exercido na colônia, assim como o único a ser ensinado aos indígenas. Igualmente eloquente era o documento assinado por todos os fidalgos e clérigos ainda durante a travessia do Atlântico, pelo qual comprometiam-se a respeitar uns aos outros, evitar desavenças e manter a paz na colônia, com ênfase nas questões religiosas<sup>148</sup>.

---

<sup>145</sup>“venir à chef d’une telle entreprise”; “il se fallait conformer à son humeur ou quitter l’entreprise”; “il ne pouvait bonnement entreprendre les voyages du Brésil sans le support de l’amiral, pour à quoi parvenir il fallut faire du réformé” (Idem, pp. 142-143, 152, 181, 185).

<sup>146</sup> “Et puisqu’il s’était voulu mêler de dissimuler, il devait attendre qu’il fut bien fondée pour découvrir son intention et en cela gît la prudence”; “Il n’appartient pas à tout le monde de conduire des peuplades et colonies” (Idem, p. 210-211).

<sup>147</sup> “Je puis dire du sieur de Poutrincourt [...] qu’en tout notre voyage il n’a jamais frappé un seul des siens” (Idem, pp. 55-56).

<sup>148</sup> Alguns trechos são particularmente reveladores (grifos nossos): “Ordenamos a todos *e quem quer que seja* que honrem e respeitem os reverendos padres capuchinhos, enviados por Sua Majestade a fim de

Trata-se de documento emblemático, traduzindo muito do espírito das primeiras décadas da dinastia bourbônica, traindo tanto as imensas tensões sociais quanto os enormes esforços para controlá-las. Os acontecimentos posteriores mostraram o quanto essas preocupações não eram infundadas: embora La Ravardière fosse a autoridade oficial na França Equinocial, as fontes sugerem que a maioria dos colonos preferia reportar-se ao católico Razilly, situação que certamente causava desconforto na colônia. Por volta de 1614 François de Razilly voltou à Europa para angariar novos recursos para a França Equinocial. Não é possível saber ao certo o que se passou durante sua ausência, mas nesse período La Ravardière assinou uma declaração comprometendo-se a entregar o comando da colônia a Razilly assim que retornasse à América. Estaria o fidalgo huguenote desgostoso da fragilidade de sua autoridade? Sentir-se-ia pressionado por seus subordinados? Impossível determinar com certeza, mas a decisão parece dar conta das dificuldades de convivência entre os colonos.

Testemunhos particularmente interessantes nesse sentido são os autos dos interrogatórios dos prisioneiros franceses após a batalha de Guaxenduba, fontes lusitanas que complementam de modo convergente as informações da documentação francesa. Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno conduziram os interrogatórios, registrados em castelhano. Embora naquele momento François de Razilly se encontrasse na Europa e La Ravardière permanecesse efetivamente à frente do estabelecimento, esses prisioneiros eram unânimes em afirmar aos portugueses que o chefe da colônia era Razilly, demonstrando o quanto a autoridade do fidalgo huguenote gozava de escasso reconhecimento entre seus subordinados<sup>149</sup>.

Percebe-se a mesma atitude nos escritos de Abbeville e dos demais capuchinhos. Por exemplo, nos opúsculos de 1612 e 1613, ao narrar-se o ato de posse

---

implantarem entre os índios a religião católica, sob pena de serem punidos os infratores segundo o caso e a ofensa perpetrada. Ordenamos que ninguém, *qualquer que seja a condição*, embarace ou perturbe os ditos capuchinhos no exercício da religião ou de sua missão de conversão das almas dos índios, isso *sob pena de morte*. [...] Ordenamos, pois, que ninguém atente contra nossas pessoas ou contra a vida da colônia, por meio de parricídios, atentados, traições, monopólios, *discursos feitos no intento de desgostar os habitantes*, e isso sob pena de ser o infrator considerado *criminoso de lesa-majestade* e condenado à morte, *sem esperança de remissão*; [...] Ordenamos, *para manutenção desta companhia e da sociedade*, que vivam todos em paz e amizade, *respeitem-se mutuamente*, segundo as condições e qualidades pessoais, e desculpem uns aos outros suas fraquezas como Deus manda; e *isso sob pena de serem considerados perturbadores do sossego público* (Apud TAVARES, Luiz F. F. *A ilha...*, Op. cit., pp. 32-35).

<sup>149</sup> Cf. *Interrogatório dos prisioneiros franceses do combate de Guaxenduba*. In: *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1915, pp. 79-89.

da terra e de sua consagração cristã pelos capuchinhos, um dos momentos de maior intensidade dramática, religiosa e política da fundação da colônia, era Razilly a quem Abbeville retratava como protagonista: “o senhor de Razilly tendo se colocado de joelhos com todos os franceses para nos receber”<sup>150</sup>. La Ravardière, por outro lado, só era nominalmente mencionado uma vez em cada um dos impressos. O título do opúsculo de 1613 expunha a situação de modo ainda mais claro, caracterizando a colônia como “sob a autoridade de nosso muito cristão monarca Luís XIII [...] e a condução do senhor de Razilly” – ou seja, para os leitores dos capuchinhos no reino, La Ravardière era uma figura marginal, praticamente inexistente, uma vez que sua única menção nas obras sequer insinuava seu papel como chefe *de jure* da colônia. Tratava-se de um processo ativo e consciente de esvaziamento de sua autoridade<sup>151</sup>.

Mesmo uma leitura pouco atenta deixa evidentes as motivações confessionais por trás dessa atitude. Na publicação de 1613 Abbeville defendia explicitamente o exclusivismo católico na catequese, a ser realizada “não por outra congregação e assembleia, senão pela Santa Igreja Romana”. No mesmo texto o capuchinho citava os argumentos proféticos acerca da cristianização dos gentios para evitar que “o deísta, o censor mundano, o herético zombeteiro” não zombassem dos desígnios divinos da catequese no Novo Mundo. Para evitar dúvidas dos destinatários de suas farpas, acrescentava à margem: “O huguenote, se não é ele que aparece, deprecia tudo que se faz pela Igreja, é seu espírito de glória que lhe rói incessantemente o coração”<sup>152</sup>. Mais ainda, escrevia Abbeville em 1614, em dedicatória à regente:

O Diabo, que permanece ainda coberto sob as cinzas semimortas das antigas divisões de vosso reino, poderá pensar que Vossa Majestade lhe faz a guerra fora para deixá-lo em paz dentro: mas ele não vê que esses apóstolos, instrumentos de vossa piedade, mal terão resgatado de sua tirania esse povo semibrutal, serão mais dignos e capazes de resgatar de sua heresia as almas tão bem nascidas dos franceses; que essa guerra afastada significa apenas ludibriar o mal doméstico e não abandoná-lo. Quem ousará em vosso Estado recusar a homenagem a esta cruz que

---

<sup>150</sup> “le sieur de Razilly s`étant mis à genoux avec tous les français pour nous recevoir” (ABBEVILLE et alii, *L`arrivée...*, Op. cit., p. 7).

<sup>151</sup> “sous l`autorité de notre très chrétien monarque Louis XIII [...] et la conduite de Monsieur de Razilly”.

<sup>152</sup> “non par autre congrégation et assemblée, que par la Sainte Église Romaine”; “le déiste, le censeur mondain, le moqueur hérétique”; “Le huguenot si ce n`est [pas] lui qui paraît, il déprise tout ce qui se fait par l`Église, c`est là son esprit de gloire qui lui ronge le coeur sans finir” (ABBEVILLE et alii, *Discours...*, Op. cit., pp. 9, 11-12).

terá vencido o Diabo em sua própria casa e feito nascer uma nova França dentro do mar<sup>153</sup>?

Pela definição do capuchinho, catequese no Novo Mundo e esforço pela concórdia na França seriam apenas duas frentes do combate contra o diabo, assimilando o índio ao huguenote como presas do demônio. Em outra passagem, Abbeville dirigia-se à Igreja:

Que se tivestes aflições pela perda de alguns de teus filhos desta Antiga França, causada pela heresia, que motivo de consolação tens agora com a feliz notícia da conversão desses novos filhos que lhe são engendrados na nova França Equinocial<sup>154</sup>?

Imagina-se quão ambígua e desconfortável ficava a posição de La Ravardière e seus correligionários perante o esforço colonial – no limite, tornavam-se agentes transatlânticos das potestades infernais!

Já Lescarbot, apesar de toda a sua argumentação profética e do lugar central da catequese em seu pensamento colonial, tomava atitude bastante ambígua em relação às questões confessionais. Indubitavelmente favorável à concórdia, afirmava que a religião é o fundamento do Estado, sustentando a justiça e demais virtudes, devendo ser, portanto, o mais uniforme possível. No entanto, sustentava que a uniformidade de religião, *fosse verdadeira ou falsa*, produzira no passado povos fortes através da concórdia, enquanto a divisão arruinara muitos reinos. Dessa maneira, seria melhor para o Estado ter uma religião falsa e uniforme que a permanência da verdade em meio à diversidade. Julgando de acordo com esse princípio, aprovava o estabelecimento de uma disciplina eclesiástica reformada na França Antártica, como importante fator de coesão da colônia, “sendo a religião o laço que mantém os povos em concórdia, e é como o pivô do Estado”<sup>155</sup>.

Seguindo essa lógica, criticava o massacre efetuado pelos espanhóis na Flórida e o pretexto religioso para essa ação, dizendo que não defendia os reformados, mas que não cabia aos espanhóis resolver essa questão em terras que pertenciam à coroa francesa. Sustentava inclusive que a atitude dos espanhóis contra aqueles franceses

---

<sup>153</sup> ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. I-II.

<sup>154</sup> “Que si tu avais sujet d'affliction de la perte d'auncuns de tes enfants de cette Ancienne France, causée par l'hérésie, que sujet de consolation as tu maintenant de l'heureuse nouvelle de la conversion de ces nouveaux enfants qui lui sont engendrés en la nouvelle France Équinoxiale?” (Idem, f. 379).

<sup>155</sup> “d'autant que la religion est le lien qui maintient les peuples en concorde, et est comme le pivot de l'État” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 180-181, 195).

impedia o avanço do cristianismo, afirmando que ali havia colonos reformados, mas também católicos, e que a quantidade de católicos poderia mesmo aumentar com o passar do tempo; pelo contrário, o ataque ibérico fizera com que os índios da Flórida continuassem ignorantes da religião cristã até o tempo do próprio Lescarbot. Argumentava também contra aqueles que diziam ser melhor deixá-los como estavam que “lhes dar uma má tintura”; citava São Paulo: “eu me regozijava de que (anda que por inveja e disputa, e não puramente) de alguma maneira que seja, ou por fingimento, ou em verdade, Cristo era anunciado” (Filipenses 1:15-18). O autor defendia que, dado algum conhecimento de Deus aos indígenas, o Espírito Santo faria o resto, acrescentando:

O almirante de Coligny não viveu para sempre: um outro teria feito colônias puramente católicas, e teria revogado as outras: e quanto a mim, não acho que os espanhóis sejam mais desculpáveis em suas crueldades, que os luteranos em sua religião<sup>156</sup>.

Ao mesmo tempo, denunciava a indiferença do clero católico pela obra de evangelização na América do Norte. Narrava as dificuldades do sr. de Poutrincourt para encontrar um padre disposto a acompanhá-lo em 1606 para render outro que fora levado por de Monts; alguns se recusavam devido aos incômodos da viagem, outros remetiam a decisão para após a Páscoa, o que não seria possível devido às condições de navegação. Lescarbot relatava que naquele ano ele mesmo pedira ao vigário católico de La Rochelle que indicasse um padre disposto a acompanhá-los ao Novo Mundo, ao que o mesmo se escusou, afirmando que os colonizadores precisavam de gente motivada por grande zelo e piedade, sugerindo que se dirigissem aos jesuítas. Por outro lado, dizia que Poutrincourt conversara com um jesuíta da corte, que interrogara quantos índios haveria para converter, ao que lhe respondeu com a estimativa de cerca de 100 mil, o que pareceu pouco para interessar ao jesuíta. Lescarbot comenta o episódio com indignação: dizendo que mesmo que houvesse apenas um centésimo desse número, não se podia perdê-los. Citando o evangelho de Mateus (18: 12-13), afirma que o bom pastor, tendo cem ovelhas, não deixaria uma só para trás, e que os índios da Nova França deveriam ser tão considerados quanto a gente numerosa de Paris ou de Constantinopla. À indiferença dos padres, opunha o interesse dos pastores reformados:

---

<sup>156</sup> Idem, pp. 123-125.

[...] eu direi que nos envergonha que os ministros de La Rochelle orassem a Deus cada dia em suas assembleias para a conversão dos pobres povos selvagens, e mesmo por nossa viagem, e que nossos eclesiásticos não fizessem algo semelhante. Na verdade não tínhamos pedido nem a uns nem a outros de fazê-lo, mas nisso se reconhece o zelo de cada um<sup>157</sup>.

Ante esses empecilhos, Poutrincourt pediu a Lescarbot que dedicasse parte do seu tempo a “ensinar cristãmente nosso povo miúdo”, para que eles não vivessem “como bestas” e pudessem dar exemplos aos “selvagens”. Esses estudos eram feitos aos domingos; afirmava que foi uma oportunidade para muitos dos colonos, que lhe disseram que nunca haviam ouvido tanto falar de Deus, e desconheciam os princípios elementares do cristianismo. No entanto, segundo ele, na própria colônia houve críticos, pois “com uma liberdade galicana” ele dizia sempre a verdade – ou seja, talvez suas opiniões fossem consideradas pouco ortodoxas por alguns<sup>158</sup>.

É interessante cotejar essas informações a outra passagem, na qual Lescarbot relata que naquele ano, enquanto Poutrincourt encontrava-se na América, corriam na França boatos a seu respeito, dizendo que ele “fazia maravilhas dentro de Ostende, então assediada havia três anos pelas altezas de Flandres”. Ocorrido entre 1601 e 1604, o cerco de Ostende foi um dos conflitos mais violentos da época, opondo os holandeses reformados da cidade e seus aliados ingleses às forças espanholas que, por fim, tomaram a cidade. O significado desse boato parece bastante óbvio: os rumores tentavam caracterizar Poutrincourt como seguidor da Reforma. É possível que essas insinuações partissem de seus rivais comerciais. Algumas páginas adiante Lescarbot desmentia esses rumores de modo bastante sutil, narrando que Poutrincourt enviara uma carta ao papa Paulo VI pedindo a bênção pontifícia para a colonização da Nova França e transcrevia integralmente o texto da carta em latim, servindo de prova contra as acusações de protestantismo dirigidas ao colonizador<sup>159</sup>.

Os apelos a Roma parecem ter surtido algum efeito, pois em 1610 Poutrincourt retornava à colônia acompanhado pelo padre Jessé Fleché, enviado pelo núncio apostólico Robert Ubaldin. Chegando à Nova França, providenciaram a instrução religiosa dos índios, o principal propósito da viagem, conforme salientava

---

<sup>157</sup> Idem, pp. 503, 512-513.

<sup>158</sup> “enseigner chrétiennement notre petit peuple”; “d’une liberté gallicane” (Idem, p. 475).

Lescarbot. A iniciativa renderia frutos, e no dia 24 de junho de 1610 foram batizados em Port Royal 21 índios, cada um recebendo o nome de “algum grande ou notável personagem de cá”; todos esses batismos foram realizados entre os familiares do chefe Membertou, aliado mais próximo dos franceses. O autor destacava o batismo do chefe Membertou como Henri, em homenagem ao rei cuja recente morte era desconhecida na colônia; sua esposa recebia o nome de Marie, homenageando a rainha, e seu filho se tornava Louis, em referência ao delfim. Outro dos filhos de Membertou recebera o nome de Paul, em homenagem ao papa, enquanto um primo do chefe era batizado Robert, em tributo ao núncio; outro dos primos tornou-se Nicolas, homenageando o sr. de Noyers, advogado no parlamento de Paris. Uma escolha curiosa, que tornava o grupo de indígenas como uma réplica da família real de França e da corte. No entanto, Lescarbot acusava a indiferença de vários dos homenageados pelo batismo dos índios, que não se mostravam tocados de piedade pela obra realizada no Novo Mundo<sup>160</sup>.

Contudo, a notícia das conversões na Nova França teria atraído a atenção dos “jesuítas de corte”. Esses então afirmariam que antes de sua morte Henrique IV prometera enviar jesuítas à América com pensões de duas mil libras, atitude que Lescarbot qualificava como oportunismo. Maria de Médici, pelo contrário, acatou essa afirmação, recomendando a ida dos padres Pierre Biard e Evemond Massé. Lescarbot afirma ter-lhes dito na ocasião que essa ida era precipitada, pois seus esforços poderiam ser melhor empregados.

No entanto, a rainha exerceu pressões pela participação dos jesuítas, como faria no mesmo ano em relação aos capuchinhos da França Equinocial. Seus atritos com o huguenote La Ravardière e com o católico Poutrincourt parecem ter uma raiz comum: o desejo de favorecer nas colônias os grupos ultracatólicos que ressurgiam na cena do poder após a morte de Henrique IV. A situação era particularmente delicada devido aos rumores e teorias conspiratórias que acusavam os jesuítas de serem os verdadeiros mentores do atentado de Ravailac, que seria mero peão em suas manobras políticas contra o monarca.

---

<sup>159</sup> “faisait merveilles dedans Ostende pour lors assiégée dès y avait trois ans passés par les Altesses de Flandre” (Idem, pp. 457, 605-608; cf. *The Siege of Ostend Journal*, Universidade de Glasgow – disponível em <http://special.lib.gla.ac.uk/exhibns/month/mar2004.html>).

<sup>160</sup> “quelque grand ou notable personnage de deçà” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 649-659).

Por sinal, a participação dos inacianos geraria atritos ainda na Europa. Du Jardin e Du Quene, mercadores de Dieppe associados a Poutrincourt, não queriam permitir o embarque dos jesuítas, alegando que a morte de Henrique IV era muito recente e que eles não desejavam instalar na colônia os padres que dedicariam “devoção ao espanhol”, temendo que eles representassem ameaça à segurança da colônia, preferindo a colaboração de religiosos de qualquer outra ordem. Caso a rainha julgasse a ida dos jesuítas imprescindível, desejavam o reembolso de suas despesas. O impasse foi significativo; segundo Lescarbot, três meses se passaram em idas e vindas entre Paris e Dièppe para solução do caso; após pressões infrutíferas, finalmente Maria de Médici resolveu pagar o reembolso requerido pelos comerciantes. A vultosa quantia de dois mil escudos foi obtida através de doações de princesas e damas devotas ligadas à Companhia de Jesus em diversas cidades do reino. Lescarbot relatava venenosamente que essa quantia seria de grande ajuda para a empreitada colonial e catequética, mas que os jesuítas pagaram aos mercadores apenas quatro mil libras, enquanto usaram as 3.800 libras restantes para se associarem na empresa a Poutrincourt (então representado por seu filho Biencourt), comprando metade da carga a ser levada ao Novo Mundo e garantindo metade do lucro da viagem para a província jesuítica da França. Para tanto, registraram em cartório um contrato, que Lescarbot transcreveu integralmente. Ao fim da transcrição, acrescentava: “muitos gritaram e falaram desse contrato de modo desvantajoso aos jesuítas”. Lescarbot qualifica a atitude como mau uso das doações recebidas pelos jesuítas, sugerindo que a situação poderia mesmo levar ao descrédito da empresa junto àqueles que porventura se sentissem inclinados a ajudá-la, acrescentando que seria mais sábio doar à obra colonial de Poutrincourt que aos jesuítas, e afirmando que era necessário “primeiramente ajudar a estabelecer a República, sem a qual a Igreja não pode existir”, sempre fiel ao princípio: *Ecclesia est in Respublica, non Respublica in Ecclesia*<sup>161</sup>.

Segundo Lescarbot, não tardaram a eclodir aborrecimentos entre Poutrincourt e os jesuítas, ocasionados pela intromissão dos últimos nos assuntos temporais da colônia, como a aplicação da justiça, o que teria trazido “muita ruína a essa empresa”. Também teriam surgido problemas entre os índios batizados e os inacianos, desejosos de impor bruscamente a prática da monogamia. Lescarbot

---

<sup>161</sup>“dévotion à l’espagnol”; “plusieurs ont crié et parlé de ce contrat au désavantage des jésuites”; “premièrement aider à établir la République, san laquelle l’Église ne peut-être” (Idem, pp. 662-668).

articulava em benefício dos indígenas um argumento pouco ortodoxo, justificando a poligamia através da Bíblia, lembrando que Deus tolerara essa instituição entre os patriarcas do Antigo Testamento; acrescentava não encontrar nos evangelhos uma revogação explícita da poligamia, sugerindo que a monogamia cristã derivava na verdade da acomodação dos apóstolos à lei cívica e política do Império Romano<sup>162</sup>.

Mas as tensões com os jesuítas também referiam-se a questões comerciais – talvez principalmente a elas. Lescarbot relata que no ano de 1611 expedições paralelas ou rivais operavam nos portos da região, com destaque para a presença do capitão Robert Gravé, filho de Du Pont Gravé, ex-associado de Poutrincourt e de Monts. O jesuíta Biard teria então manifestado desejo de visitar Gravé com a finalidade de estudar as línguas indígenas, mas foi impedido por Biencourt, desconfiado de que o jesuíta “não maquinasse qualquer coisa para despojá-lo de suas posses”. Lescarbot endossava sutilmente essa suspeita, afirmando que Biencourt ofereceu-se então para acompanhar o jesuíta e servir ele mesmo de intérprete, oferta da qual o padre declinou. Esses desentendimentos e desconfianças a respeito dos jesuítas mostram o quanto eram complexas e tensas as relações entre os projetos religioso e comercial da colônia, mesmo em se tratando de Biencourt, que chegara a firmar acordo comercial com os mesmos ainda na França<sup>163</sup>.

Lescarbot relata minuciosamente os pequenos desentendimentos entre os jesuítas e a gente de Biencourt. Um desses episódios merece atenção especial. Segundo o autor, após terem feito reconhecimento da região e produzido cartas geográficas, os jesuítas teriam tentado partir incógnitos no navio de certo capitão l'Abbé, a serviço de Poutrincourt, que naquele momento encontrava-se no reino. Biencourt reagiu exigindo que os jesuítas abandonassem a embarcação, dizendo (“prudentemente”, na avaliação de Lescarbot) que talvez eles planejassem levar o navio à Espanha ou outro lugar. A reação dos jesuítas foi enviar à terra uma excomunhão contra Biencourt e seus “aderentes”. A situação esteve perto de um desfecho violento, sendo necessário intimar o retorno dos jesuítas “de par le Roi”. Ao fim, cederam e desembarcaram, mas Lescarbot destacava que durante três meses se recusaram a conduzir qualquer ofício religioso; ao fim desse

---

<sup>162</sup> “beaucoup de ruine à cette affaire” (Idem, pp. 669-670).

<sup>163</sup> “ne machinât quelque chose pour le déposséder” (Idem, pp. 671-672).

período teriam buscado reconciliação com Biencourt – segundo o autor, tal atitude seria dissimulada<sup>164</sup>.

Lescarbot tampouco se poupava a zombar dos jesuítas, narrando a malsucedida tentativa do padre Massé de viver entre os indígenas, quando adoeceu gravemente, ou o episódio em que Biencourt e o padre Biard faziam uma curta expedição costeira e sua embarcação viu-se ameaçada por ventos desfavoráveis, que os afastariam do litoral sem víveres suficientes. O religioso teria então feito votos a Jesus e Nossa Senhora de que se eles tivessem vento propício, os quatro índios que o acompanhavam converter-se-iam; Lescarbot concluía o parágrafo ironicamente: “O vento foi propício no dia seguinte, mas os selvagens não se tornaram cristãos”. Parece acertado imaginar que esse sarcasmo se dirigisse principalmente à vacuidade da promessa feita em nome alheio<sup>165</sup>.

Mas a situação era capaz de agravar-se com a associação da marquesa de Guercheville à empreitada de Poutrincourt, endividado devido às expedições anteriores. A marquesa era próxima aos jesuítas e, principalmente, a Maria de Médici, de quem era dama de honra<sup>166</sup>. Lescarbot destacava os riscos que essa associação representava para Poutrincourt e de Monts, uma vez que a marquesa tomava boa parte das terras da Nova França e teria manobrado pela revogação das poucas concessões de Henrique IV que ainda restavam a de Monts. Biard sustentava então que Poutrincourt tinha direito apenas às terras de Port Royal, mas Lescarbot argumentava que nos títulos dados pelo rei ele recebera “o Port Royal e terras adjacentes, tanto e tão adiante quanto se puder estender”. A marquesa enviou para a América o jesuíta Gilbert du Thet como seu administrador, deixando evidentes suas ligações com os inacianos<sup>167</sup>.

Dessa situação difícil saiu uma querela judicial, provocada pela chegada a Dieppe de um dos navios da colônia. Assim que a embarcação aportou, diz Lescarbot, os jesuítas de Rouen e da cidade de Eu teriam tomado toda a carga em nome da marquesa, o que teria deixado Poutrincourt em péssima condição financeira, comprometendo o envio de víveres e pondo em risco a sobrevivência da colônia. Lescarbot, à época na Suíça, transcreveu uma carta que Poutrincourt lhe enviara

---

<sup>164</sup> Idem, pp. 676-677.

<sup>165</sup> “Le vent fut le lendemain propice, mais les sauvages ne furent chrétiens” (Idem, pp. 673-674).

<sup>166</sup> PETITFILS, Op. cit., pp. 232-233.

narrando os detalhes da situação. A história parece confusa e realmente difícil de compreender. Segundo o relato de Poutrincourt, um certo Saussaye fôra-lhe apresentado pelo jesuíta Coton: Saussaye deveria participar da empreitada colonial, tendo supostamente recebido da marquesa 750 libras, cabendo a Poutrincourt pagar o mesmo valor, soma essa a ser repassada a certo comerciante; Poutrincourt afirmava ter pago a importância. Nesse ínterim chegara da América o jesuíta Gilbert du Thet, encarregado pela marquesa de administrar seus interesses, que teria “derrubado o negócio”, dando ordens contrárias ao dito Saussaye, que abandonou a empreitada – levando o dinheiro de Poutrincourt. Relata o fidalgo que ao procurar o padre Coton para pedir satisfações, o mesmo teria negado sequer conhecer o misterioso Saussaye – “no entanto ele é seu *lieutenant général* em sua empresa coberta sob o nome da dita marquesa”, afirmava Poutrincourt. No fim, o fidalgo informava ainda ter sido condenado judicialmente a pagar integralmente o valor prometido ao comerciante contratado por intermédio de Saussaye. É difícil saber quem falava a verdade nessa história. Apesar de confuso, o episódio mostra bem o quanto eram tensas as relações entre Poutrincourt, a marquesa e os jesuítas. A situação desdobrava-se em múltiplas esferas, desde as brigas no Novo Mundo às intrigas da corte, passando pelos órgãos judiciários<sup>168</sup>.

No entanto, Lescarbot ia além, acusando os jesuítas de trair mesmo madame de Guercheville, organizando uma iniciativa própria de colonização, que partiu de Honfleur em março de 1613, para instalar a nova colônia em outro ponto da costa, ao sul de Port Royal. A marquesa seria então vítima das manipulações dos gananciosos jesuítas, “pois a bom entendedor parece que os padres depois de ter reconhecido a terra, quiseram ter parte do bolo, e reinar sob o nome emprestado de uma dama”. Vale notar a presença constante das teorias conspiratórias nas disputas francesas, inclusive aquelas em torno da colonização. Os huguenotes, especialmente Jean Crespin, empregaram artifício retórico semelhante contra Villegagnon. As circunstâncias da morte de Henrique IV e os rumores acerca da participação dos inacionos no atentado tornavam-nos alvos fáceis para esse tipo de acusação<sup>169</sup>. Por sinal, Champlain caracterizava a situação de modo inteiramente diferente: Saussaye teria sido enviado pela marquesa de

---

<sup>167</sup> “le Port Royal et terres adjacentes, tant et si avant qu’il se pourra étendre” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 674-675).

<sup>168</sup> “renversé l’affaire”; “toutefois, il est leur lieutenant général en leur entreprise couverte du nom de ladite marquise” (Idem, pp. 678-679).

<sup>169</sup> “car il parait à un bon entendeur que les pères après avoir reconnu la terre, voulurent avoir part au gateau, et regner sou le nom emprunté d’une dame” (Idem, p. 680).

Guercheville em expedição com a finalidade expressa de retirar os jesuítas de Port Royal e fundar a missão de Saint Sauveur<sup>170</sup>.

No entanto, Saint Sauveur - a colônia jesuítica - teve curta vida devido à reação inglesa. Alguns colonos da Virgínia que navegavam próximo ao rio de Norembègue, onde os jesuítas estavam instalados, sendo alertados pelos índios foram verificar a região, seguindo-se um conflito armado, do qual os britânicos saíram vitoriosos, saqueando o navio a serviço dos colonos, bem como suas instalações em terra. Segundo Lescarbot, o misterioso Saussaye estaria presente em Saint Sauveur. O autor atribuía esse desfecho à justiça divina: “No que parece haver algum efeito do julgamento de Deus, que não pôde aprovar essa empresa depois de tantos males feitos ao senhor de Poutrincourt”. Para Lescarbot, os ingleses tomaram a decisão de acabar com todas as instalações francesas e matar aos que opusessem resistência, organizando então uma expedição a Port Royal, onde teriam saqueado e destruído parte das habitações francesas. No momento do ataque havia poucos colonos no local e não houve mortes<sup>171</sup>.

Lescarbot relata duas versões do ataque a Port Royal, a de Biard e a de Poutrincourt. O jesuíta afirmava ter pedido aos ingleses que tivessem piedade dos franceses e que lhes deixassem ao menos uma chalupa e víveres para o inverno, recusando-se a mostrar o local onde se encontravam as criações de animais e as plantações; mas um índio capturado teria aceitado conduzir os ingleses (Champlain confirma essa versão)<sup>172</sup>. Já Poutrincourt, em carta transcrita por Lescarbot, oferecia outra versão dos fatos, acusando os jesuítas de serem ávidos por reinar. Biard, “um dos astutos de sua ordem”, além de mostrar aos rivais a localização das mencionadas criações e plantações, teria tentado persuadir alguns colonos a partir com os ingleses, que seriam boa gente, desencorajando-os a continuar com Biencourt, cujos recursos minguavam. No entanto, Biencourt teria retornado a tempo de encontrar o capitão inglês, e conversando em particular, ao saber que se tratava de um fidalgo, teria lamentado a situação, acusando os jesuítas anteriormente capturados de haver incitado o general da Virgínia a atacar Port Royal, afirmando que os homens de Poutrincourt

---

<sup>170</sup> CHAMPLAIN, *Les voyages de la Nouvelle France Occidentale, dicte Canada*. Paris: Claude Collet, 1632, p. 104.

<sup>171</sup> “En quoi semble qu’il y ait quelque effect du jugement de Dieu, qui n’a pu approuver cette entreprise après tant de torts faits au sieur de Poutrincourt” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 681-683).

<sup>172</sup> CHAMPLAIN, Op. cit., p. 109.

tinham capturado um navio inglês, e que caso a colônia se fortalecesse os franceses poderiam mesmo chegar a expulsá-los da Virgínia. A situação seria levada à justiça do reino: em julho de 1614 Biencourt apresentava queixa ao juiz do almirantado de Guienne, em La Rochelle. Segundo Wachtel, o processo não foi levado a cabo, pois Biencourt retirou a queixa pouco tempo depois<sup>173</sup>.

Obviamente Biard tinha outra versão dos fatos a apresentar. Em cartas enviadas ao provincial da Companhia em Paris e ao general em Roma, afirmava que a causa de conflitos entre os jesuítas e Poutrincourt e Biencourt era o desejo dos últimos por conversões e batismos em massa, conforme teria realizado o padre Jessé Fleché. Biard afirmava que ele e o padre Massé recusavam-se a batizar superficialmente os índios, exigindo que fossem adequadamente catequizados antes do batismo, afirmando que era difícil distinguir um índio pagão de outro catequizado por Fleché. O historiador Joseph Wachtel supõe que essa ânsia por conversões de Poutrincourt e seu filho fosse motivada pelo desejo de expor na França a colônia como um sucesso, de modo a consolidar privilégios e angariar fundos. De certo modo, a polêmica de Lescarbot acerca da poligamia indígena parece refletir essas tensões. Enquanto Lescarbot retratava os jesuítas como traidores, Biard sustentava que ele e Massé haviam passado um ano na colônia praticamente na condição de prisioneiros de Biencourt, impedidos de se afastar de Port Royal por quaisquer motivos<sup>174</sup>.

Wachtel propõe uma síntese dos conflitos entre os jesuítas e Poutrincourt e os seus que parece bastante adequada:

Os conflitos em Port Royal foram o produto de querelas acerca do propósito da missão, mas Poutrincourt, Biencourt, Lescarbot e Biard tornaram Port Royal em algo mais. Em lugar de reconhecer Port Royal como uma épica disputa de poder entre homens com ideias muito diferentes sobre o que a Nova França deveria ser, os participantes tornaram Port Royal uma extensão das guerras imperiais e conflitos religiosos que assolavam o continente europeu. Construindo suas histórias desse modo, eles tornaram suas conclusões reais para seus leitores. Era fácil para súditos franceses do século XVII entender a missão em termos de uma batalha entre diferentes igrejas cristãs ou potências

---

<sup>173</sup> “l’un des habiles de son ordre” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 684-686; WACHTEL, Joseph Robert. *“Very advantageous beginnings”: Jesuit conversion, secular interests, and the legacy of Port Royal, 1608-1620*. Miami: Miami University, 2008 [dissertação], p. 31).

<sup>174</sup> Cf. WACHTEL, Op. cit., pp. 20-30.

européias. Apesar dessas interpretações, Port Royal realmente desabou sob a tensão que existia entre comércio e religião<sup>175</sup>.

É oportuno retornar às complexas relações entre Champlain e Lescarbot. Em 1632, Champlain publicava *Les voyages de la Nouvelle-France occidentale, dite Canada, faites par le sieur de Champlain*<sup>176</sup>, na qual apresentava uma versão bastante diferente dos fatos. Por exemplo, afirmava que Port Royal passara por momentos calamitosos sob a direção de Poutrincourt, havendo desordem e miséria. Também retratava os episódios relacionados aos problemas entre os jesuítas e Poutrincourt de maneira diversa: caracterizava a marquesa de Guercheville como “muito caridosa”<sup>177</sup>; reputava a conduta dos mercadores Du Jardin e Du Quene como ofensiva, afirmando que esses recusavam-se a embarcar os jesuítas por serem reformados; dizia que os jesuítas Biard e Massé sempre se conduziram de modo santo, agindo de modo conciliador durante a travessia do Atlântico e na colônia, sendo inclusive elogiados pelo capitão Jean Daune e pelo piloto David de Bruges, adeptos da Reforma; por outro lado, no referente à posse das terras, madame de Guercheville teria negociado a cessão de direitos diretamente com de Monts - enquanto Lescarbot dava a entender que o último fora lesado. Por outro lado, Champlain mencionava um personagem completamente omitido por Lescarbot, Simon Imbert, administrador a serviço de Poutrincourt, que acusa de incompetência na gestão das finanças do empreendimento. Sem acusações diretas de má-fé a nenhum dos envolvidos, Champlain concluía que todas as confusões e problemas derivavam da falta de um planejamento meticuloso: “Eis como as empresas que se fazem com pressa e sem fundamento, e feitas sem ver o assunto a fundo sempre são mal sucedidas”<sup>178</sup>.

Assim, sem ser abertamente hostil, Champlain desmerecia de modo condescendente todos os personagens em questão: eram meramente desastrados e afoitos. Lescarbot, por outro lado, mostrava-se pouco favorável a Champlain: não lhe atribuía qualquer zelo religioso, o que diminuía seu valor ante a retórica articulada em sua obra; tampouco mostrava-se enfático quanto à relevância ou o mérito das realizações de Champlain no Novo Mundo. Mesmo suas explorações ficavam um tanto diminuídas como mera repetição das aventuras de Cartier. Ao mesmo tempo, procurava

---

<sup>175</sup> Idem, p. 44.

<sup>176</sup> “*As viagens da Nova França ocidental, dita Canadá, feitas pelo senhor de Champlain*”.

<sup>177</sup> “très charitable”.

<sup>178</sup> “Voilà comme les entreprises qui se font à la hâte et sans fondement, et faites sans regarder au fonds de l'affaire réussissent toujours mal” (CHAMPLAIN, Op. cit., pp. 98-14).

a todo instante desacreditar o discurso de Champlain, sublinhando pequenas imprecisões e contradições em seus relatos, acusando-o de não ser “sempre constante em seus discursos” – quase um eufemismo para “mentiroso”<sup>179</sup>.

Durante alguns anos Champlain atuara junto a de Monts e Poutrincourt, mas a situação era outra em 1617, quando Lescarbot publicava sua *Histoire de la Nouvelle France*. Nessa época Biencourt procurava, com grandes dificuldades, dar continuidade à obra de seu pai em Port Royal, enquanto Champlain tentava impulsionar o desenvolvimento do povoado de Québec (atual cidade de Montréal). Em suma, os dois eram rivais à frente de empreendimentos coloniais que disputavam investimentos e concorriam no mercado europeu das peles de castor. Não espanta que Lescarbot procurasse desvalorizar o adversário de Biencourt. Na verdade, parece mais surpreendente a moderação dos ataques entre os concorrentes...

Faz-se interessante ressaltar uma rivalidade velada, entre as duas colônias. É significativa a ausência de referências mútuas nos escritos a respeito da França Equinocial ou da Nova França. Essa omissão é particularmente chamativa no referente à obra de Lescarbot, considerando sua proposta de redigir uma história de todos os experimentos coloniais franceses desde o século anterior. Por sinal, ele mencionava *en passant* que ainda em 1617 algumas embarcações francesas frequentavam as águas de Cabo Frio, ao mesmo tempo que ignorava despudoradamente a colônia coeva. Não é difícil imaginar que as duas competiam por recursos da coroa, bem como pelo apoio de notáveis da corte, assim como do comércio atlântico. Vidal e Havard chegam a avançar a hipótese de que a França Equinocial gozava da preferência de Maria de Médici<sup>180</sup>. Todavia, o estabelecimento do Maranhão teve maior atenção pública no reino, especialmente devido à estrondosa repercussão da visita dos “embaixadores” tupinambá a Paris. Também parece que a França Equinocial teve maior sucesso comercial, embora efêmero. Vale observar que a experiência do Maranhão era por vezes identificada como “Nouvelle France” ou “Nouvelle France Équinoxiale” – tal atropelamento toponímico parece bastante sugestivo<sup>181</sup>.

Uma exceção que talvez confirme a regra é o mapa do Atlântico elaborado em 1613 por Pierre de Vaulx, onde figuram as duas colônias. Trata-se de carta de pouca

---

<sup>179</sup> “toujours constant en ses discours” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 440, 594, 615-616, 647, entre outras).

<sup>180</sup> Cf. VIDAL e HAVARD, Op. cit., p. 79.

<sup>181</sup> Cf. DAHER, Op. cit., p. 106.

precisão, bastante aquém dos meios técnicos da cartografia à época, mas ricamente ornamentada e executada com materiais de primeira qualidade, desde o pergaminho aos pigmentos. Jourdin e La Roncière supõem que se trata de carta principesca, uma peça de aparato – o que parece tornar ainda mais relevantes seus significados políticos<sup>182</sup>. Curiosamente, a colônia na América do Sul figura como França Antártica, o que sugere o quanto a experiência anterior continuava presente – vale a pena lembrar que a última edição do livro de Jean de Léry fôra publicada apenas dois anos antes – e o quanto o nome França Equinocial ainda não estava consolidado, como sugere Daher:

É improvável, todavia, que o cartógrafo esteja fazendo referência à colônia de Villegagnon, episódio notoriamente encerrado há mais de meio século. Em contrapartida, parece plausível que a presença francesa no norte do país esteja simbolizada por esse título corrente, uma vez que o nome “França Equinocial” não foi popularizado senão a partir dos eventos que marcam a passagem dos Tupinambá por Paris, em 1613, e a publicação do relato de Claude d’Abbeville, no início do ano de 1614<sup>183</sup>.

Vale notar que Pierre de Vaulx era irmão mais novo de Jacques de Vaulx de Claye, que elaborara os mapas destinados à expedição de Strozzi, como vimos no capítulo anterior. As duas colônias eram assinaladas pelo escudo azul com flores-de-lis. No entanto, ainda mais curiosa é a representação no centro da América do Sul de emblemas da França e de Castela, um ao lado do outro. Emmanuelle Vagnon sugere duas alternativas de interpretação: “Era sublinhada a rivalidade com a Espanha, tão viva no tempo do rei Henrique IV, ou, ao contrário, a recente aproximação”? A segunda interpretação parece-nos mais provável; talvez a proposta do cartógrafo fosse justamente legitimar a presença francesa no Maranhão dentro do duplo quadro do tratado de Vervins e dos casamentos espanhóis que se acertavam<sup>184</sup>.

A batalha de Guaxenduba e a posterior rendição não significaram a extinção completa das pretensões francesas na região amazônica; como mencionamos, em 1624 La Ravardière recebera de Luís XIII comissão para a fundação de novo estabelecimento na região. Em décadas posteriores seria inclusive fundada uma nova “França

---

<sup>182</sup> Cf. JOURDIN, Michel Molat du e RONCIÈRE, Monique de la. *Les portulans*. Friburgo: Office du Livre, 1984, pp. 248-249

<sup>183</sup> DAHER, Op. cit., p. 159.

<sup>184</sup> “Est-ce la rivalité avec l’Espagne, si vive du temps du roi Henri IV qui est soulignée, ou au contraire le récent rapprochement”? (VAGNON, Emmanuelle. *Carte à la une: la carte marine de Pierre de Vaulx, 1613. Les ambitions françaises en Amérique*).

Equinocial”, dessa vez designando território na região das Guianas. Em suma, o espectro da França Equinocial continuava competindo com a colonização sempre periclitante da Nova França<sup>185</sup>. Como veremos no próximo capítulo, também Isaac de Razilly pensava ainda na possibilidade de retomar o Maranhão cerca de 15 anos após a vitória de Jerônimo de Albuquerque.

Essas problemáticas se tornam mais inteligíveis se examinadas à luz da conjuntura política instalada na França após a morte de Henrique IV e das alianças políticas estabelecidas pelos envolvidos nas duas experiências coloniais. Foram anos agitados, marcados particularmente pela tensa reunião dos Estados Gerais de 1614 e por uma revolta nobiliárquica em 1616. Ao assumir a regência, Maria de Médici manteve próximos os principais conselheiros do falecido rei, como Sully, Villeroy, Jeannin e outros. No entanto, pouco a pouco ganhariam espaço novas figuras, de alinhamento pró-espanhol e ultracatólico, destacando-se o florentino Concini, um *parvenu* casado com uma das damas do séquito da rainha, Leonora Galigai. O casal tinha grande influência sobre a regente. Conforme esse novo grupo se fortalecia, os homens de confiança de Henrique IV eram afastados das decisões e as diretrizes políticas consolidadas pelo finado rei perdiam espaço para novas orientações, alimentando atritos crescentes. Os Estados Gerais de 1614 foram marcados pela falta de entendimento acerca de vários pontos, como a constituição galicana da Igreja, a implementação das diretrizes do concílio de Trento, a venalidade de cargos, a diminuição das pensões mantidas pela coroa, entre outros temas espinhosos, terminando em resultados inconclusivos e vagas promessas da regência. Todas essas questões mal-resolvidas contribuiriam para a revolta nobiliárquica de 1616; liderada por Condé e Soissons, príncipes do sangue. A rebelião voltava-se contra a centralização das decisões por parte da regente e seus próximos, forçando-os a fazer concessões. Fazendo frente à instabilidade crescente e à humilhante audácia de Concini, o jovem Luís XIII empreenderia um golpe de majestade: em 24 de abril de 1617 morria o florentino, alegadamente resistindo à prisão ordenada pelo rei. Buscando tomar as rédeas da situação, o monarca afastava a mãe e seus seguidores do conselho, ao mesmo tempo em que trazia de volta ao poder os conselheiros de seu pai<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> Cf. CARREIRA, Ernestine, DAURES, Christiane et alii. *Éclats d'Empire*. Toulon: Maisonneuve & Larose, 2003, pp. 9-10.

<sup>186</sup> Cf. BÉLY, Op. cit., pp. 266-272, LE ROI LADURIE, *L'Ancie Régime*, Op. cit., Vol. I, pp. 44-50.

Podemos perceber nitidamente os alinhamentos que ligavam essas lutas de facções no reino às disputas travadas no incipiente mundo colonial, traçando vínculos sutis entre as experiências da Nova França e da França Equinocial. Nas tramas do poder tecidas na França, as trajetórias das duas colônias entrelaçavam-se.

Como vimos, os capuchinhos do Maranhão estavam diretamente ligados à rainha-mãe. Por sinal, Abbeville dedicava sua *Histoire de la mission* à regente. O mesmo pode ser dito dos jesuítas do Canadá, protegidos pela marquesa de Guercheville, figura profundamente ligada a Maria de Médici, sendo uma das damas de seu séquito e próxima também de Concini<sup>187</sup>. Percebemos então que estes personagens mostravam-se comprometidos com a política ultracatólica que ganhava espaço durante a regência, o que se refletia nas colônias de várias maneiras, como o procedimento ativo de esvaziamento da figura do huguenote La Ravardière operado pelos capuchinhos, ou as acusações de defecção em prol da Espanha movidas contra os jesuítas da Nova França. Por sinal, apenas a paranoia política podia justificar essas preocupações exacerbadas com a Espanha, uma vez que a ameaça inglesa estava muito mais próxima, na Virgínia. A trajetória do padre Biard após a experiência na América parece emblemática: de volta ao Velho Mundo, dirigiu-se ao sul da França, onde dedicou-se ao combate à heresia, conduzindo uma missão evangelizadora que visava trazer os reformados de volta ao seio da Igreja Católica, entregando-se a essa tarefa até sua morte, em 1622. De certo modo, Biard dedicou-se ao combate contra as forças diabólicas dos dois lados do Atlântico, a que aludiam os capuchinhos do Maranhão. Por sinal, como observa Daher, a ordem dos capuchinhos era então célebre na França pelas conversões de huguenotes, característica que emerge no imaginário da missão do Maranhão<sup>188</sup>.

Por outro lado, Champlain e La Ravardière procuraram estabelecer alianças entre os opositores da regente, comprometidos com a continuidade das políticas de Henrique IV. Em momentos distintos Champlain teve por protetores justamente o príncipe de Condé e o conde de Soissons, líderes da revolta de 1616. Desse modo, não são surpreendentes as vicissitudes por que passaram durante anos. La Ravardière amargou uma longa estadia nas masmorras da Torre de Belém, sem que fossem envidados grandes esforços diplomáticos por sua libertação, enquanto Champlain desgastava-se inutilmente pelo sucesso da povoação de Québec. Não por mera

---

<sup>187</sup> Cf. PETITFILS, Op. cit., pp. 232-233.

<sup>188</sup> Cf. WACHTEL, Op. cit., pp. 37-38; DAHER, Op. cit., pp. 192-194.

coincidência, conseguiriam posições mais vantajosas nas lides ultramarinas nos anos seguintes ao “golpe de majestade” de Luís XIII, em que se tentou restabelecer parcialmente os arranjos de poder vigentes durante o reinado anterior.

Por fim, Lescarbot dedicava sua edição de 1617 da *Histoire de la Nouvelle France* a Pierre Jeannin, antigo *ligueur* que se tornara um dos homens de confiança de Henrique IV. Essa tentativa de aproximação provavelmente devia muito à reintegração de Jeannin ao conselho por parte de Luís XIII, da qual Lescarbot e Biencourt certamente esperavam obter benefícios para a empreitada de Port Royal. Por outro lado, os violentos ataques aos jesuítas e à marquesa de Guercheville possivelmente também buscavam facilitar essa aproximação<sup>189</sup>. Os irmãos Razilly são um caso à parte. Como veremos no próximo capítulo, a essa altura cultivavam estreitos laços com Armand Duplessis-Richelieu, que apenas iniciava sua ascensão aos cumes do poder monárquico.

Todos os prognósticos possíveis a respeito da França Equinocial e da Nova França foram desmantelados a partir da morte de Henrique IV e suas consequências políticas no reino, conduzindo a novos arranjos e à formação de alianças e inimizades inesperadas. É curioso – e perturbador – pensar sobre o quanto as duas facadas desferidas por Ravailiac na rua de la Ferronnerie repercutiram a um oceano de distância. Poderia o regicida ter imaginado a força de seus golpes?

#### **IV - O bom francês e o mau ibérico**

Em 1614 desembarcava no Havre uma comitiva composta por François Caripira, Jacques Patuá, Antoine Maném, Louis Marie Itapucu, Louis de Saint Jean Japuaí e Louis Henri Uarajó, que chegavam do Maranhão na condição de embaixadores de suas respectivas tribos tupinambá. Dali seguiram até Paris, sempre gozando de grande atenção. Por onde passavam foram recebidos com a pompa e a circunstância correspondentes a sua condição de enviados diplomáticos. Baseando-se na narrativa do capuchinho Abbeville, Afonso Arinos de Mello Franco oferece uma viva síntese dos acontecimentos:

De Rouen partiu a embaixada para Paris, onde o entusiasmo público chegou ao paroxismo. Às portas da cidade foram os

---

<sup>189</sup> Cf. JOUANA, Arlette. *Histoire et dictionnaire de Guerres de Religion*, pp. 996-998.

índios recebidos por mais de cem padres e, em procissão, com a cruz alçada na frente, dirigiram-se para a igreja dos capuchinhos, onde teve lugar o ofício solene, com a presença de tudo o que havia de mais fino e mais seleta na nobreza da França. Tão grande foi, no entanto, a aglomeração popular que tiveram os padres de recolher os tupinambás ao convento. Eles desfilarão pelas ruas unicamente vestidos das suas plumas e carregando os seus maracás, e bem se pode imaginar o entusiasmo que causava aquele singular espetáculo. Tal foi a afluência de povo que os religiosos, com receio, pediram garantias, e o rei teve de mandar tropa armada para guardar as entradas do edifício. O padre Claude assegura que nunca nenhum outro episódio provocou tanto interesse entre os parisienses. As ruas que conduziam ao convento viviam apinhadas de gente, que a ele se dirigia. O convento, ajunta o capuchinho, não era mais uma casa particular, mas uma praça pública para a qual convergiam massas populares de vinte léguas ao redor. Afinal, tornou-se inútil a defesa das portas, porque estas, quando fechadas, eram arrancadas pelas multidões em delírio, entre desordens e injúrias<sup>190</sup>.

Os índios foram o centro de diversas cerimônias, nas quais se proferiam discursos com tradução simultânea, como na apresentação ao rei, nas visitas a autoridades civis e eclesiásticas, em seu batismo e ainda no casamento com jovens francesas. Receberam hábito da ordem de São Luís e foram nobilitados. Três deles, infelizmente, adoeceram gravemente, morrendo em poucos dias. Os demais retornaram à França Equinocial cobertos de ricos presentes. As despesas da coroa com essa embaixada chegaram a mais de dez mil cruzados. Mas qual o significado político dessas dispendiosas cerimônias?

Segundo Abbeville a proposta da embaixada não partia dos franceses, mas dos principais da *Ile de Maragnan*, com o objetivo de “fazer homenagem e oferecer seu serviço ao rei de França muito cristão ao nome de toda sua nação, ao que sua Majestade os recebeu em sua proteção como seus verdadeiros súditos desta nova França Equinocial”<sup>191</sup>. Não se trata de particularidade irrelevante. Pelo contrário, Abbeville caracterizava assim a sujeição voluntária dos índios à coroa da França e à fé católica. O capuchinho enfatizava esse desejo espontâneo em diversas passagens. Nesse sentido, a narrativa sempre confere aos tupinambás um papel ativo, perceptível mesmo na

---

<sup>190</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, pp. 99-100.

<sup>191</sup> “faire hommage et offrir leur service au Roi de France très-chrétien au nom de toute leur nation, à ce que sa Majesté les reçut en sa protection comme ses vrais sujets de cette nouvelle France Équinoxiale” (ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 332).

construção sintática do texto, sendo geralmente sujeitos dos verbos relacionados a esse processo de adesão política e religiosa. Por exemplo, o batismo não lhes era oferecido – Abbeville se refere ao “batismo que eles vinham procurar”<sup>192</sup>. Percebe-se esse artifício narrativo particularmente num dos parágrafos mais importantes, no qual relatava-se a cerimônia de submissão ao rei, segundo os ritos da monarquia francesa. Note-se que os índios são sujeitos de todos os verbos (grifos nossos):

Incontinenti após nossa chegada, o reverendo padre comissário sobredito acompanhado pelo senhor de Razilly e por mim, conduziu os sobreditos índios ao Louvre, onde segundo as antigas cerimônias de França *eles fizeram* homenagem a nosso rei muito cristão, *submeteram* sua terra e suas pessoas a seu cetro, e como acrescentando uma nova pérola a sua coroa, ou, mais ainda, uma nova coroa a sua cabeça, *reconheceram-no* por seu rei e soberano monarca de seu país [...] <sup>193</sup>.

Nesse sentido, as palavras proferidas pelos índios ante o público presente às cerimônias têm também grande importância, como em sua entrada em Paris, onde rezaram o Pai Nosso e a Ave Maria ante a nobreza deslumbrada e os dignitários religiosos que lotavam o convento capuchinho de Meudon<sup>194</sup>. Ainda mais importante era a arenga feita ao rei e à regente por Louis Marie Itapucu “au nom des Maragnans”. Abbeville transcrevia o texto em língua tupi e sua tradução francesa:

Grande monarca, tivestes agrado em nos enviar grandes personagens com profetas para nos ensinar a Lei de Deus e manter-nos contra nossos inimigos. Para sempre seremos gratos por isso, pois até o presente levamos uma vida miserável, sem lei e sem fé, entrecomendo-nos uns aos outros. Eu admiro tua grandeza vendo-te monarca de uma tal nação e de um país tão grande. E tenho vergonha de apresentar-me aqui diante de ti, reconhecendo a diferença que há entre os filhos de Deus, que sois vós, e os filhos de Jeropari, como nós sempre fomos. Tens honra por nos enviar tais profetas e homens tão bravos; e fizestes muito bem, pois eles não foram inúteis. Em reconhecimento do que os principais de nossa terra nos enviaram aqui em nome de toda nossa nação para fazer homenagem a tua grandeza tal como devemos, e suplicar-te de enviar-nos quantidade dos ditos profetas para fazer-nos filhos de Deus e grandes guerreiros para manter-nos, protestando que para

---

<sup>192</sup> “baptême qu`ils venaient chercher” (Idem, f. 339).

<sup>193</sup> Idem, ff. 340-341.

<sup>194</sup> Idem, f. 339.

sempre permaneceremos teus súditos e servidores muito humildes, muito fiéis, e fiéis amigos de todos os franceses<sup>195</sup>.

Em sentido semelhante, Abbeville afirmava que os índios foram “suavemente cativados e engendrados em Jesus Cristo” pelos franceses<sup>196</sup>. Também o batismo, em que Luís XIII e Maria de Médici tornaram-se padrinhos dos tupinambás, era apresentado como uma aliança entre os indígenas e a monarquia francesa, que assim se uniam contra o Diabo no Novo Mundo, “já que tão grandes monarcas se tornavam padrinhos e como colaboradores daqueles que se armam para cassá-lo [o Diabo] de sua pátria”<sup>197</sup>. Por sinal, por sugestão do bispo de Paris, os três índios sobreviventes receberam o nome Luís “para tornar o nome do rei seu padrinho mais recomendável entre os bárbaros”<sup>198</sup>. De certo modo, operava-se uma inversão: os tupinambás seriam a partir de então embaixadores da França no Novo Mundo, ao qual voltavam casados com jovens francesas e trazendo aparatosos presentes, como joias, roupas sofisticadas, entre outros. Sua presença tornaria visível a benevolência e a liberalidade do rei. É curioso pensar no duplo papel que exerciam: espetáculo para os franceses em Paris e para os tupinambás na França Equinocial. Ao fim da cerimônia de batismo, Louis Itapucu teria ainda agradecido ao rei e sua mãe, suplicando que pudessem fazer o mesmo por seus compatriotas<sup>199</sup>. Também é muito emblemático que após o batismo tenha sido realizada uma procissão, durante a qual cada um dos Luíses tupinambá carregava um ramo de lírios<sup>200</sup>.

Em grande medida esses gestos refletiam um outro, narrado por Abbeville. Segundo o capuchinho, em 1º de novembro de 1612 o estandarte francês fora erigido no Maranhão pelos próprios indígenas, reconhecendo a soberania de Luís XIII após um mês de conscienciosa deliberação, conforme teriam previamente advertido os franceses. De modo semelhante, uma das gravuras da obra exhibe a cruz sendo erguida conjuntamente por dois tupinambás e pelos irmãos Isaac e Claude de Razilly, em esforço cooperativo de índios e franceses – uma imagem muito eloquente<sup>201</sup>.

---

<sup>195</sup> Idem, ff. 341-342.

<sup>196</sup> “doucement apprivoisés et engendrés à Jesus Christ” (Idem, f. 344).

<sup>197</sup> “puisque de si grands monarques se rendent parrains et comme seconds de ceux qui s’arment pour le chasser [o Diabo] de leur patrie” (Idem, f. 367).

<sup>198</sup> “pour rendre le nom du Roi leur parrain plus recommandable parmi les barbares” (Idem, f. 368).

<sup>199</sup> Idem, f. 372

<sup>200</sup> Idem, f. 373.

<sup>201</sup> Idem, p. 89; DAHER, pp. 126-127.

Abbeville conferia à embaixada dos tupinambá o mesmo *status* de qualquer outra embaixada, atribuindo a comoção do povo parisiense mais ao zelo religioso que à excepcionalidade dos indígenas: “Quantas vezes não se viu vir [embaixadores] de nações bárbaras e estrangeiras nesta cidade, sem que, todavia, ninguém tenha se importado”<sup>202</sup>? De fato, de um ponto de vista político, parecia mais interessante interpretar a situação pelo viés da normalidade que da excepcionalidade. Afinal, a legitimidade do vínculo de vassalagem estabelecido entre o monarca e os embaixadores ameríndios dependia justamente de sua conformação aos usos e costumes. De um ponto de vista legal, a situação *precisava* ser rotineira para ser válida.

Por sinal, é muito provável que esse cerimonial fosse legível aos contemporâneos a partir das relações com a União Ibérica. Esses atos públicos e de amplo conhecimento (inclusive dos diplomatas estrangeiros junto à corte) afirmavam tacitamente que a ocupação do Maranhão não poderia ser caracterizada como uma usurpação de terras legitimamente pertencentes à coroa Habsburgo. Pelo contrário, os senhores originais da terra estabeleciam de livre e espontânea vontade laços de vassalagem com a dinastia de Bourbon. Ao mesmo tempo, a ênfase de Abbeville de que cada um dos embaixadores fora escolhido pelos principais e anciãos do Maranhão tendia a consolidar sua posição como legítimos representantes das coletividades tupinambá. Como se sabe, essa argumentação não foi suficientemente convincente.

Encontramos discurso bastante semelhante na obra de Lescarbot, que também narra situações que julgava caracterizar como atos de submissão voluntária aos colonizadores:

Os selvagens de todos os arredores vinham para ver as instalações dos franceses, e se instalavam voluntariamente junto a eles. Mesmo em certos diferentes faziam o senhor de Monts juiz de seus debates, o que é um começo de sujeição voluntária, donde se pode conceber uma esperança de que esses povos se acostumarão logo a nosso modo de viver<sup>203</sup>.

Lescarbot oferecia ainda um exemplo da aplicação da justiça entre os índios por de Monts. Um jovem índio chamado Bituani vivia entre os franceses. Apaixonado por uma jovem indígena, os dois fugiram, sem consentimento do pai da moça. “Um

---

<sup>202</sup> “Combien de fois en a-t-on vu venir des nations barbares et étrangères en cette ville, sans toutefois que personne en aye fait état” (ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 340).

<sup>203</sup> LESCARBOT, *Histoire...*, Op. cit., pp. 451-452.

grande debate se preparava”, mas Bituani queixou-se da situação junto a de Monts. A família da moça não desejava a união pois o rapaz seria indolente, pouco dado à caça e não teria, segundo eles, condições de sustentar a esposa e os eventuais filhos. Diz Lescarbot que o pai da moça e seus irmãos procuraram de Monts “para defender sua causa”. De Monts então respondeu que não entregaria o jovem, pois era um “gentil garçon”, e que ele iria à caça para provar sua capacidade. Por fim, Bituani foi bem sucedido na caçada e a família da noiva deu seu consentimento à união<sup>204</sup>.

A interpretação jurídica atribuída ao caso por Lescarbot parece questionável. Uma maneira menos tendenciosa de narrar o episódio nos leva a imaginar que Bituani teria procurado refúgio entre os franceses, com os quais mantinha boas relações. Por outro lado, a família da moça provavelmente pediu a de Monts que simplesmente entregasse o jovem índio e a moça – e não foram “defender sua causa”, como Lescarbot interpreta o ato. A crer na narrativa, de Monts desempenhou uma função conciliadora entre os índios, mas parece exagerado afirmar que reconhecessem em de Monts uma autoridade judiciária de qualquer espécie; pelo contrário, tudo leva a crer que seu papel na situação foi puramente incidental. No entanto, o modo pelo qual Lescarbot interpretava o episódio atendia à imagem de submissão voluntária correspondente a seu modo de legitimar a ação colonial.

Essa ideia de submissão voluntária merece ser melhor contextualizada. Pagden lembra que mesmo em Castela havia juristas e teólogos, como Francisco de Vitória ou Domingo de Soto, que questionavam a legitimidade das bulas que concediam a posse americana de Castela, em parte preocupados com suas consequências jurídicas na própria Europa. Admitir que o exercício do poder temporal em determinado território podia ser definido a partir do poder espiritual e de prerrogativas religiosas estabelecia o precedente para que regiões protestantes sob a coroa dos Habsburgos justificassem projetos emancipacionistas. Desse modo, buscavam mudar as bases legais da colonização do Novo Mundo:

A única circunstância em que a monarquia castelhana poderia reclamar soberania e direitos de posse na América era se pudesse ser dito que os próprios nativos americanos tivessem entregado sua autoridade legislativa natural ao império voluntariamente. [...] Pelos termos dessa formulação, os direitos que a coroa castelhana poderia agora reclamar nas Índias era

---

<sup>204</sup> “Un grand débat se préparait”; “pour déffendre leur cause” (Idem, pp. 452-453).

similar, não àqueles que ela tinha sobre os povos da península, mas aqueles que ela tinha em Milão ou Nápoles. Os chefes nativos americanos, como os duques de Milão, tinham domínio sobre comunidades políticas que eram, sob todos os aspectos, ‘repúblicas perfeitas’ e seus súditos eram consequentemente homens livres com plena autoridade sob suas próprias leis<sup>205</sup>.

Tal modo de pensar permeava também as concepções acerca do poder monárquico na França. Bodin, por exemplo, interpretava o processo de formação da soberania como uma delegação de poderes, partindo do chefe de família até o príncipe, configurando-se através de uma pirâmide de relações de submissão. Segundo Bodin, o reconhecimento da soberania régia por seu povo dignificava a majestade<sup>206</sup>.

Essas representações da colonização da França Equinocial e da Nova França como uma conquista suave nos remetem ao que a antropóloga Beatriz Perrone-Moisés identifica como o “mito do bom francês”:

Nos documentos e na historiografia, ficou pairando uma impressão, vaga demais para ser qualificada de imagem, de um relacionamento melhor dos franceses com os povos indígenas quando comparados aos portugueses. Impressão positiva que a qualidade dos relatos deixados por franceses sobre os indígenas da costa brasileira viria reforçar. [...] Por uma razão ou por outra, delineia-se um francês mais aberto do que os outros colonizadores, mais inclinado à convivência diária com os índios ou pelo menos mais condescendente. Oscilante e fragmentária como a própria experiência colonial francesa na América, paira uma imagem do bom francês<sup>207</sup>.

A essa visão positivada do francês no Brasil, Perrone-Moisés coteja as percepções historiográficas norte-americanas acerca da atuação colonial francesa, particularmente a tese do *génie français* ou *génie colonial*, proposta ainda no século XIX pelo historiador Francis Parkman e endossada por inúmeros outros autores desde então. Ficaria célebre a síntese de Parkman: “A civilização espanhola esmagou o índio;

---

<sup>205</sup> Skinner oferece um panorama bastante amplo do pensamento desses “filósofos políticos tomistas”, incluindo também Suárez, Molina, Salmerón, Ribadeneyra, entre outros (PAGDEN, Anthony. *Lords of all the world*. Londres: Yale University Press, 1995, pp. 47-62; SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 414-449).

<sup>206</sup> Cf. DUBOIS, Claude-Gilbert. *La “nation” et ses rapports avec la “république” et la “royauté”*. In: ZARKA, pp. 110-111; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 176.

<sup>207</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *O mito do bom francês*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, [artigo disponível no site [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)], pp. 3-4.

a civilização inglesa desprezou-o e abandonou-o; a civilização francesa adotou-o e velou por ele”<sup>208</sup>.

Tal noção baseia-se na ideia de que os franceses teriam métodos diferenciados de colonização, baseados em alianças e parcerias com as populações ameríndias. Embora adote uma postura crítica, Perrone-Moisés atribui alguma credibilidade a essa concepção: “Se são os próprios franceses os grandes propagandistas do mito, o fato é que seus concorrentes confirmavam-no, e a historiografia recuperou-o”<sup>209</sup>. A antropóloga ressalta a importância dos trugimães para essas boas relações; vivendo entre os indígenas e adotando seus costumes, os mesmos teriam facilitado o estabelecimento de contatos harmoniosos com os nativos<sup>210</sup>. No entanto, destaca também as peculiaridades da colonização que teriam contribuído para essa situação:

A boa reputação que une o Brasil e o Canadá está certamente relacionada a uma característica, fundamental e comum a ambas as experiências. Trata-se de relações baseadas no comércio, um comércio que depende do conhecimento e do auxílio efetivo dos habitantes da terra (que recolhiam a matéria-prima de exportação em ambos os casos). Da cooperação e boa vontade destes dependia o sucesso da empresa comercial que fundamentava a presença francesa. Nesse sentido, vários autores chamam a atenção para a inevitabilidade da aliança<sup>211</sup>.

Daher empreende análise semelhante, apontando as relações entre o que denomina “política social do escambo” e a postura de “humanismo missionário” dos capuchinhos da França Equinocial, cujas características afastar-se-iam dos paradigmas coloniais e catequéticos lusitanos<sup>212</sup>. Cécile Vidal e Gilles Havard, por outro lado, destacam a conjuntura política dos séculos XIX e XX que teria estimulado a intensificação desse “mito”:

A ideia segundo a qual os franceses e os índios estabeleceram uma relação idílica foi consagrada na França sob a III República, ou seja, no tempo do segundo Império colonial francês. O historiador francês Gabriel Louis-Jaray por exemplo, em 1938, atribuía o “sucesso da política indígena francesa na América” a “altas qualidades colonizadoras e, definitivamente, aos “dons da raça”; à mesma época, seu confrade Georges Hardy se extasiava diante “do senso das diferenças geográficas e

---

<sup>208</sup> Idem, p. 5.

<sup>209</sup> Idem, p. 8.

<sup>210</sup> Idem, p. 6.

<sup>211</sup> Idem, p. 7.

<sup>212</sup> Cf. DAHER, Op. cit., pp. 144-162.

étnicas, o espírito de adaptação” e “o dom da simpatia” dos colonizadores franceses<sup>213</sup>.

No entanto, como apontam Perrone-Moisés, Vidal e Havard, esse “mito do bom francês” não era simplesmente uma formulação *a posteriori*, tendo raízes mais profundas, sugerindo que essa mitologia colonial teria algum fundo de verdade. Interessa-nos aqui justamente investigar essas raízes na Idade Moderna e propor a reflexão acerca das condições de emergência, elaboração e transformação desse mito.

Como vimos desde o primeiro capítulo, esse mito era uma construção de longa duração, aparecendo de forma embrionária em escritos bastante precoces no século XVI, como aqueles atribuídos a Pierre Crignon. Mais uma vez parece-nos interessante acompanhar a obra de Marc Lescarbot, devido a sua ampla perspectiva cronológica, capaz de oferecer curiosos *insights* a respeito do tema.

Ao longo da *Histoire de la Nouvelle France* Lescarbot enfatiza continuamente as boas relações entre franceses e ameríndios desde o início das navegações. Por exemplo, os franceses seriam sempre bem tratados pelos nativos quando passavam algum tempo entre eles, “pois esse povo ama os franceses, e em uma necessidade armar-se-ão todos para apoiá-los”<sup>214</sup>. Afirmações do gênero não são raras e podem ser encontradas em boa parte dos escritos franceses sobre a América; Abbeville, por exemplo, caracterizava os índios como um povo “que nos ama e se afeiçoa a nós infinitamente”<sup>215</sup>. Da mesma forma, segundo Lescarbot, as empresas coloniais no Canadá “não se fazem por avareza, nem pela injusta efusão de sangue”<sup>216</sup>. Em outra passagem, comentava acerca dos povos da Flórida:

Quanto à natureza do povo dessa região, nossos franceses falam muito diferentemente dos espanhóis, sendo também naturalmente mais humanos, doces e corteses, eles ali receberam melhor tratamento. [...] Nosso florentino Verrazzano tendo (como se presume) se comportado mais humanamente em relação a esses povos, recebeu apenas toda cortesia [...] <sup>217</sup>.

Ou seja, as próprias descrições favoráveis dos povos indígenas seriam prova das boas relações mantidas pelos franceses. Trata-se de argumento bastante interessante,

---

<sup>213</sup> VIDAL e HAVARD, Op. cit., pp. 251-253.

<sup>214</sup> “car ce peuple aime les français, et en un besoin s’armeront tous pour les soutenir” (LESCARBOT, Op. cit., p. 576).

<sup>215</sup> “qui nous aime et affectionne infiniment” (ABBEVILLE, *L’arrivée...*, Op. cit., p. 8).

<sup>216</sup> “ne se font par avarice, ni par l’injuste effusion du sang” (LESCARBOT, Op. cit., pp. 571-572).

<sup>217</sup> Idem, pp. 34-35.

implicando uma lógica incontornavelmente relacional e mesmo perspectivista, pensando o índio não de modo absoluto e essencial, mas condicional – no limite, o ameríndio só poderia ser compreendido no bojo de sua relação vivida com o europeu. Não se trata de observação trivial, mas não podemos esquecer que Lescarbot a empregava com finalidades retóricas dentro de um discurso político específico. De fato, ao narrar o encontro amigável entre Laudonnière e o chefe Saturiwa, não hesitava em afirmar: “No que se reconhece quanto a natureza é poderosa de ter posto uma tal simpatia entre estes povos e os franceses, e uma total antipatia entre eles e os espanhóis”<sup>218</sup>. Lescarbot literalmente naturalizava o “mito do bom francês”, fundando essa amizade com os ameríndios num ímpeto natural dado *a priori*. Por outro lado, a passagem em questão também naturalizava a antipatia entre os índios e os espanhóis. Os ibéricos seriam frequentemente retratados sob traços negativos. Assim, Lescarbot sustenta que, ao contrário dos franceses, as navegações de portugueses e espanhóis seriam motivadas unicamente pela cobiça:

Entre tantas descobertas nossos reis também se puseram em campo, mas de outro modo, e com fim diferente de nossos vizinhos meridionais. Pois se vê por suas comissões que eles respiram apenas o avanço da religião cristã, sem nenhum proveito presente: e não vejo nenhum escrito de que na execução de suas empresas eles tenham, como eles [ibéricos], cruelmente despovoado as províncias que eles quiseram fazer habitar, tendo mais estimado a conversão das almas a Deus, e o elogio da humanidade, que a possessão da terra<sup>219</sup>.

Da mesma forma, após narrar a tomada da Flórida e a humilhante execução de Jean Ribault, arrematava criticando as ações da Espanha no Novo Mundo:

Exemplo indigno de cristãos, e de uma nação que quer que se creia que ela caminha de um zelo religioso à conquista das terras ocidentais, o que todo homem que saiba a verdade de suas histórias jamais crerá<sup>220</sup>.

Prosseguia acusando a dubiedade dos espanhóis, mencionando as críticas de Las Casas, afirmando que não empreendiam esforços reais para evangelizar os indígenas. Em outro ponto, comparava os hostis índios goitacazes do litoral brasileiro

---

<sup>218</sup> “En quoi se reconnait combien la nature est puissante d’avoir mis une telle sympathie entre ces peuples-ci et les français, et une totale antipathie entre eux et les espagnols”.

<sup>219</sup> Idem, p. 3.

<sup>220</sup> “Éxemple indigne de chrétiens, et d’une nation qui veut que l’on croye qu’elle marche d’un zèle de religion en la conquête des terres occidentales, ce que tout homme qui sait la vérité de leurs histoires ne croira jamais” (Idem, p. 117).

aos espanhóis na América: “Não têm nenhum tráfico com as nações daqui, pois não querem que seu país seja conhecido, semelhantes aos espanhóis da América, que não deixam nenhuma nação estrangeira viver entre eles”<sup>221</sup>. Abbeville, a seu turno, atacava os lusitanos em discurso dirigido à França, dizendo que os índios do Maranhão eram um povo feroz e inumano, “mas fácil, no entanto, de tolerar o doce jugo de tua humana abordagem, coisa que não pôde fazer o soberbo ou rústico português com suas rígidas entradas”<sup>222</sup>. Para o capuchinho, a rudeza dos portugueses alimentava a selvageria indígena, enquanto o “doce jugo” francês apaziguaria os nativos.

A comparação entre “bons franceses” e “maus ibéricos” não era incidental ou casual, mas um artifício retórico constante, consciente e muito bem planejado. Em última análise, o “bom francês” só ganha sentido em sua contraposição ao “mau ibérico”, sendo uma figura que emerge mais das rivalidades coloniais e em função dessas disputas que da experiência efetiva de encontro cultural no Novo Mundo. Por sinal, Gruzinski ressalta o quanto essas críticas desconsideravam as mutações das dinâmicas coloniais da América ibérica:

O desconhecimento das transformações coloniais de uma América que, em 1580, superara, havia muito tempo, a etapa das guerras de conquista já não surpreende tanto, uma vez que, com raras exceções, os europeus compartilhavam a mesma miopia: entre eles, o primeiro lugar é ocupado por Michel de Montaigne, mais atento à sabedoria ou à destruição das populações indígenas que à construção de um Novo Mundo. Tanto em Istambul quanto em Bordeaux, o encontro e o choque dos homens escamoteiam qualquer referência à América espanhola do final do século XVI: eis uma visão enviesada que é, amiúde, ainda a nossa, ao preferirmos uma América exótica e longínqua àquela que se tornou um dos polos do mundo ocidental<sup>223</sup>.

Na verdade, o “mito do bom francês” parece ser muito mais uma racionalização bastante seletiva dessas relações entre franceses e ameríndios. Na obra de Lescarbot, por exemplo, abundam os relatos de conflitos entre os dois povos. Por exemplo, ele narra a seguinte situação passada nas terras da Nova França:

---

<sup>221</sup> “N’ont aucun traffic avec les nations de déçà, d’autant qu’ils ne veulent point que leur pays soit connu, semblables aux espagnols de l’Amérique, qui ne souffrent aucune nation étrangère vivre parmi eux” (Idem, p. 173).

<sup>222</sup> “mais facile pourtant à subir le doux joug de ton humain abord, chose que n’a pu faire le superbe ou rustique portugais avec ses rigides entrées” (ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., p. 7).

<sup>223</sup> GRUZINSKI, Serge. *Que horas são... Lá, no outro lado? América e Islã no limiar da época moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 90.

É bem verdade que mais adiante em direção ao norte há *alguma nação* bravia que guerreia *perpetuamente* nossos marinheiros fazendo sua pescaria. Mas entendo que a querela não é tão velha, mas existe *há apenas 20 anos*, que os *malouins* mataram uma mulher de um capitão [indígena], e a vingança ainda não se saciou, a qual eles não esquecem jamais, antes deixam a memória a seus filhos (grifos nossos)<sup>224</sup>.

O trecho em questão é bastante significativo, uma vez que aponta uma zona de conflitos graves e contínuos. No entanto, como se nada fosse, Lescarbot procurava circunscrevê-lo no tempo (*apenas 20 anos!*) e no espaço, preservando a imagem geral do “bom francês”. Mesmo a etnia indígena em questão se torna objeto de pouca atenção, descrita apenas como “alguma nação”<sup>225</sup>.

Também as expedições de Cartier foram marcadas por conflitos, como vimos no primeiro capítulo, mas Lescarbot reduz constantemente sua importância. Por exemplo, ao transcrever o relato de Cartier sobre o rapto de Tagnoagny e Domagaya, simplesmente anotava à margem “Dois filhos dados ao Capitão Cartier”, o que de certa forma ameniza o fato. Por sinal, o verbo “dar” é conjugado no particípio passado como um eufemismo muito bem escolhido, à medida em que supõe uma iniciativa por parte dos índios, e não dos franceses. A construção frasal torna o chefe Donnacona o sujeito da ação, enquanto seus filhos são objeto direto e Cartier o objeto indireto. Uma simples questão de sintaxe, mas que transforma radicalmente o significado do episódio. É ainda mais curioso observar o contraste entre essa nota de Lescarbot e o relato propriamente dito, que se refere aos jovens indígenas como “aqueles que retivéramos”<sup>226</sup>.

Mais adiante, ao transcrever o relato das manobras de Tagnoagny contra Cartier, anotava à margem: “Selvagem malicioso”<sup>227</sup>. Não se trata de procedimento retórico isolado, sendo constantemente retomado ao longo da obra. O relato das vicissitudes dos colonos da Flórida é particularmente revelador nesse sentido. Como vimos, a história de Laudonnière na América é toda uma gesta do “mau francês”, repleta de rupturas de alianças, raptos, saques e ataques inopinados aos indígenas. No entanto, Lescarbot adota o expediente de continuamente culpabilizar os indígenas pelo fracasso relacional, por sua dissimulação, maldade ou pela ganância nas trocas comerciais. É interessante observar que Lescarbot se limitava a relatar as ações reprováveis dos

---

<sup>224</sup> LESCARBOT, Op. cit., p.39, grifos nossos.

<sup>225</sup> “quelque nation”.

<sup>226</sup> “Deux enfants donnés au Capitaine Cartier”; “ceux que nous avons retenus” (Idem, p. 257).

franceses, evitando empregar adjetivos negativos em relação a eles, ao contrário do que fazia com os índios, que seriam traiçoeiros, mentirosos, cruéis, inconstantes, avarentos<sup>228</sup>...

Em outros momentos as ações negativas dos franceses contra os indígenas eram justificadas pela força da necessidade. Por exemplo, devido à falta de diligência em cultivar a terra, os colonos de Charlesfort se viram “constrangidos a importunar seus vizinhos”, que se viram obrigados a passar necessidade para ajudar os franceses; em certo momento a situação se tornou tão crítica que os vizinhos indígenas os convidaram a se retirar para os bosques em busca de alimentos silvestres ou procurar as terras de outras tribos mais ao sul que pudessem ceder-lhes alimentos<sup>229</sup>.

Ainda mais significativa é a opinião de Lescarbot acerca da intensificação dos conflitos entre Laudonnière e os índios da Flórida. Ao narrar as fracassadas negociações do resgate de Outina, relata que os franceses precisaram travar duas violentíssimas escaramuças no caminho de volta ao forte Caroline, matando muitos indígenas. Lescarbot extraía do episódio a seguinte conclusão:

Eis como pela vida somos constrangidos a romper as mais estreitas amizades [...] Foi uma pobre providência dos franceses levar víveres tão escassos que não os havia senão para um raquítico ano. E como se desejava habitar na província [...] era necessário prover-se de víveres para dois ou três anos [...] e entregar-se corajosamente à cultura da terra, tendo a amizade do povo<sup>230</sup>.

Mesmo num dos mais violentos conflitos entre indígenas e franceses do período - talvez o maior fracasso na manutenção de uma aliança – suas ações se justificavam pela força das circunstâncias, não sendo consideradas uma contradição ao “mito do bom francês”! Na verdade, as situações que contradiziam o mito eram sistematicamente apresentadas pelos autores franceses sem muita ênfase ou como algo restrito no tempo e no espaço. Apesar da relativa frequência, eram tratadas como uma excepcionalidade.

Mesmo na Nova França de Lescarbot não faltavam problemas. Por exemplo, o autor relatava que em certa ocasião, às vésperas de partir para o reino, os franceses

---

<sup>227</sup> “Sauvage malicieux” (Idem, p. 309).

<sup>228</sup> Idem, pp. 95-96.

<sup>229</sup> “contraints d’importuner leurs voisins” (Idem, p. 53).

foram procurados por um adivinho indígena, convocando-os a auxiliar na guerra que se preparava contra os armouchiquois, ao que argumentaram que estavam de partida. Indignado, o índio respondeu que antes de dois anos eles deveriam matar os franceses ou o contrário – quanta amizade! Os europeus teriam retrucado zombeteiramente, dizendo que iriam até sua aldeia para saqueá-la. Apesar da resposta jocosa a situação provocou temor suficiente para que os franceses decidissem manter sempre alguém de atalaia durante as noites seguintes, enquanto ainda se encontravam próximos à costa<sup>231</sup>.

Em outra passagem afirmava que seus aliados indígenas eram um povo de traidores e ladrões, capazes de furtar imperceptivelmente, com grande habilidade (embora sem malícia no coração...) e acrescentava: “Este povo é tal que se deve tratá-lo com terror, pois por amizade, se dá-se-lhes acesso demais, eles maquinarão alguma surpresa, como se reconheceu em diversas ocasiões”. Ou seja, o discurso da amizade era conveniente até certo limite. Logo a seguir relatava um caso emblemático, assinalado pela rubrica “Como se deve tratar os Armouchiquois”: dois dias após terem alegremente confraternizado, estando a comitiva de Poutrincourt à beira do rio lavando roupas, perceberam a chegada de cerca de 50 índios armados com arcos e flechas, “en intention de faire quelque mauvais tour”, segundo imaginaram os franceses, que responderam se aproximando dos índios com seus mosquetes prontos para disparar, ao que muitos se afastaram, enquanto outros se aproximaram dos franceses “fazendo belo semblante”, a pretexto de trocar tabaco por outras mercadorias. O episódio mostra bem o quanto a alegada amizade era verdadeiramente marcada por profundas tensões<sup>232</sup>.

Poucas páginas adiante Lescarbot articulava novamente a necessidade de empregar gestos ameaçadores contra os índios. Retido por avarias no leme de sua embarcação em um lugar estranho, com cujas populações nem os intérpretes indígenas que o acompanhavam conseguiam se comunicar, Poutrincourt, ante um grupo de cerca de 500 índios, ordenou a alguns de seus homens que demonstrassem o efeito de suas espadas e armas de fogo, “para lhes dar algum terror”<sup>233</sup>. E Lescarbot explicava a atitude do chefe francês:

---

<sup>230</sup> Idem, p. 101.

<sup>231</sup> Idem, pp. 592-593.

<sup>232</sup> “Ce peuple est tel qu’il le faut traiter avec terreur, car par amitié si on leur donne trôp d’accès ils machineront quelque surprise, comme s’est reconnu en plusieurs occasions”; “Comme fault traiter les Armouchiquois”; “faisant beau semblant” (Idem, pp. 555-556).

<sup>233</sup> “pour leur donner quelque terreur”.

Pois como diz frequentemente o dito senhor de Poutrincourt: “Não se deve jamais oferecer aos ladrões”, é que não se deve dar a um inimigo motivos para pensar que ele possa ter vantagem sobre vós, mas sempre mostrar que se desconfia dele, e que não se dorme: e principalmente quando se lida com selvagens, os quais jamais atacarão aquele que os aguardará de pé firme<sup>234</sup>.

Como se vê, é essencial diferenciar o *discurso* de amizade das relações vivenciadas na prática. O cotidiano dos contatos entre franceses e índios era carregado de tensões, marcado por uma violência latente que por vezes descambava para a franca agressão. Por exemplo, em certa expedição de reconhecimento conduzida por de Monts, um carpinteiro francês foi sozinho buscar água com caldeirões. Aproveitando-se de uma distração, um índio aproximou-se furtivamente, tomou um dos caldeirões e fugiu correndo. Quando o carpinteiro saiu em seu encalço foi morto por “essa gente má”. Os outros membros da comitiva quiseram matar a tiros os índios em fuga, mas foram impedidos por de Monts. Lescarbot enaltece a clemência do sr. de Monts, mas o episódio expõe bem a fragilidade dessas alianças<sup>235</sup>.

Outra questão espinhosa era a participação dos franceses em guerras indígenas ao lado de seus aliados. Essa situação era uma constante, presente em quase todas as alianças que os gauleses forjaram no Novo Mundo. Na Guanabara, na Flórida ou no São Lourenço, os colonizadores sempre se viam obrigados a cooperar contra os inimigos indígenas de seus aliados. Lescarbot chega a explicitar essas necessidades, afirmando que “geralmente todos esses povos não têm outro objetivo, outro pensamento, outra preocupação que não a guerra, e não poder-se-ia fazer-lhes maior prazer que prometer-lhes assistência contra seus inimigos”<sup>236</sup>. Por vezes os franceses chegavam a tomar ou comprar como escravos os prisioneiros dessas guerras indígenas. Champlain particularmente tomou parte de inúmeras campanhas militares indígenas ao longo dos anos, movido pelo propósito de consolidar alianças.

O “mito do bom francês” geralmente escamoteia o fato de que a amizade com algumas populações indígenas quase sempre pressupunha a rivalidade de outras, contra as quais precisavam muitas vezes ser tão violentos quanto se acusava os ibéricos de o ser. Afinal, o “bom francês” não era bondoso e pacífico para com todos os

---

<sup>234</sup> Idem, pp. 561-562.

<sup>235</sup> “cette mauvaise gent” (Idem, p. 490).

<sup>236</sup> “généralement tous ces peuples n’ont autre but, autre pensée, autre souci que la guerre, et ne leur saurait-on faire plus grand plaisir que de leur promettre assistance contre leurs ennemis” (Idem, p. 68).

indígenas; no fundo, tratava-se de uma “bondade” seletiva. Por exemplo, o reverso da amizade franco-tupinambá era a inimizade franco-margaiá. Essa é uma das consequências das alianças raramente explicitadas pelos autores franceses da época e quase nunca problematizada.

Além disso, a usurpação territorial contra os ameríndios era uma perspectiva sempre presente no horizonte colonial francês. As justificativas podiam ser engenhosas, como a argumentação teológica articulada por Lescarbot nas primeiras páginas de sua *Histoire de la Nouvelle France*, na dedicatória ao rei. Ali defendia a ocupação das terras da Nova França comparando os povos indígenas ao personagem da parábola dos talentos, que ocultara o dinheiro recebido de seu senhor, em lugar de fazê-lo render, levando a que lhe fosse tomado por seu amo<sup>237</sup>. E logo a seguir afirmava:

E assim sendo que Deus, o Criador, tenha dado a terra ao homem para possuí-la, é bem certo que o primeiro título de possessão deve pertencer aos filhos que obedecem a seu pai e o reconhecem, e que são como os mais velhos da casa de Deus, tal como os cristãos, aos quais pertence a partilha da terra antes dos filhos desobedientes, que foram cassados de sua casa, como indignos da herança, e daquilo que dela depende<sup>238</sup>.

Seria uma alusão indireta e truncada à parábola do filho pródigo? De qualquer modo, compara a posse da terra a uma herança que poderia ser revogada, como ocorria com os deserdados por suas famílias na própria França. No entanto, se preocupava em sublinhar que não iriam exterminar esses povos “como fez o espanhol”<sup>239</sup>, tendo por pretexto as ordens dadas a Josué, Gedeão, Saul e outras figuras do Antigo Testamento, justificando:

Pois nós estamos na lei da Graça, lei de doçura, de piedade e de misericórdia, na qual nosso Salvador disse, *Aprende de mim que sou doce e humilde de coração*. Item, *Vinde a mim todos vós que estais fatigados e carregados, e eu vos aliviarei*. E não disse, “Eu vos exterminarei”. E depois, esses pobres povos indígenas estavam sem defesa diante daqueles que os arruinaram. Além disso, se fosse necessário arruinar os povos de conquista, seria em vão que o mesmo Salvador teria dito a seus apóstolos: *Ide por todo o mundo, e pregai o evangelho a toda criatura*. [...] A terra então pertencendo por direito divino aos filhos de Deus, não é aqui questão de receber o direito

---

<sup>237</sup> Lucas, 19:21.

<sup>238</sup> LESCARBOT.

<sup>239</sup> “comme a fait l’espagnol”.

internacional, e político, pelo qual não seria possível usurpar a terra de outros. Sendo assim, é preciso possuí-la conservando seus habitantes naturais, e aí plantar seriamente o nome de Jesus Cristo e o vosso, já que hoje muitos de vossos filhos têm essa resolução imutável de habitá-la, e aí conduzir suas próprias famílias<sup>240</sup>.

O discurso de Lescarbot parece bastante artificioso, especialmente à medida que não especifica como seria essa imposição pacífica da posse da terra aos indígenas, diferente da conquista espanhola. É interessante cotejar essa proposta pacifista ao texto da comissão concedida por Henrique IV ao marquês de La Roche, transcrito pelo próprio Lescarbot, no qual o rei encarregava o fidalgo de nos portos americanos

[...] descer entrar nestes e pô-los em nossa mão tanto por vias de amizade ou composição amigável, se possível, quanto por força de armas, mão forte, e todas as outras vias de hostilidade, assaltar cidade, castelos, fortes e habitações, colocá-los em nossa obediência [...] <sup>241</sup>.

Curiosamente, pouco antes, na mesma página, Lescarbot destacava à margem o respeito às terras dominadas por príncipes cristãos: “O rei não quer empreender sobre terras já ocupadas”<sup>242</sup>. Outra passagem que comprometia o “mito do bom francês” era sutilmente escamoteada. Ao mesmo tempo sugere o quanto a presença dos embaixadores tupinambá em Paris devia ser sobretudo uma ficção política, à medida em que Henrique IV já manifestara antes a postura de que aos índios cabia entregar seus territórios, amigavelmente ou não. Teria Luís XII ideias diferentes?

A esse propósito, vale lembrar o frontispício do segundo opúsculo dos capuchinhos, no qual menciona-se uma passagem do livro de Isaías: “Assim diz o senhor Deus: Eis que levantarei a mão para as nações, darei um sinal aos povos e eles trarão os teus filhos nos braços, as tuas filhas serão carregadas nos ombros”<sup>243</sup>. A citação parece ambígua e sugestiva, evocando uma imagem de grande subserviência dos índios aos franceses.

Em suma, as alegações de pacifismo e respeito às populações indígenas pelos autores franceses da Alta Idade Moderna deve ser lida de modo crítico. Desde o

---

<sup>240</sup> Idem, ff. XIX-XXI.

<sup>241</sup> “[...] descendre et entrer en iceux et mettre en notre main tant par voies d’amitié ou amiable composition si faire se peut, que par force d’armes, main forte, et toutes autres voies d’hostilité assaillir villes, châteaux, forts et habitations, iceux mettre en notre obéissance [...]” (Idem, p. 408).

<sup>242</sup> “Le roi ne veut entreprendre sur les terres já occupées” (Idem, Loc. cit).

<sup>243</sup> ABBEVILLE et allii, *Discours...*, Op. cit., p. 2.

reinado de Francisco I a constante reafirmação das boas relações com os indígenas tornou-se uma pedra angular do imaginário colonial francês da época, à medida em que legitimava as ações ultramarinas dos gauleses, caracterizados como colonizadores mais justos, em contraposição aos ibéricos. Essa tópica tomou inúmeras inflexões ao longo do tempo, ao sabor das dinâmicas coloniais e das conjunturas diplomáticas europeias. Mas seu núcleo essencial se reiterava de modo relativamente consistente. Testemunhos ou episódios em contrário tendiam a ser tratados como exceções, por vezes justificados através da culpabilização dos índios.

Concluindo, percebemos nesse capítulo os inúmeros vínculos entre a França Equinocial e a Nova França, resultantes não apenas da convergência de discursos acerca das duas colônias, mas também pela inserção dos dois empreendimentos em circuitos políticos muito próximos. No ambiente da corte dos primeiros Bourbons uniam-se o Equador e o Ártico.

## Capítulo V

### A hora do cardeal

#### I – Pressões periféricas

Como vimos nos capítulos anteriores, desde a primeira metade do século XVI formava-se na França uma corrente em favor da maior atuação no Atlântico e no Novo Mundo. Também percebemos que não se tratava de movimento uniforme ou unificado, mas bastante heterogêneo, composto por diversas tendências paralelas, que vislumbravam no horizonte marítimo soluções para problemas políticos, sociais ou econômicos da monarquia francesa, enfatizando diferentes aspectos da questão ultramarina, de acordo com conjunturas específicas ou interesses peculiares. Ao longo das décadas abordadas essas perspectivas passaram por muitos encontros e desencontros, encetando diferentes condições de articulação entre si.

Nesse sentido, percorremos desde a retórica festiva da alegre entrada de Henrique II em Rouen, pautada numa noção integradora de monarquia, às contínuas querelas confessionais em torno da França Antártica, bem como o apelo aos brios da nação francesa contra o massacre da Flórida, ou o discurso “terapêutico” imaginado por La Popellinière. Em cada uma dessas propostas o Novo Mundo ganhava novas camadas de significados para a França monárquica. Também é notável a alternância dos destinatários em cada um dos respectivos discursos, como monarcas ou grandes notáveis. No entanto, na maioria das vezes eram personagens ligados ao centro do poder – o que não causa admiração, pois eram propostos justamente modelos alternativos para a construção monárquica. Mas, há que se notar, tratam-se frequentemente de discursos que partiam de posições mais ou menos periféricas no espectro político francês, buscando atenção do centro.

Talvez resida aí uma das mais interessantes particularidades da fabricação do discurso colonial na França da Alta Idade Moderna. Enquanto nas monarquias ibéricas a iniciativa de construção imperial no ultramar partia desde muito tempo do próprio poder central, no espaço francês passava-se o contrário; era normalmente de grupos periféricos que partiam não apenas as iniciativas marítimas e coloniais, mas

também a articulação de ideias que as orientassem. O diálogo entre essas tendências atingiu diferentes resultados ao longo do tempo, encontrando maior ou menor adesão e apoio por parte da coroa e graus variados de institucionalização. Em Francisco I, encontraram um patronato vacilante. Em Coligny, um apoio constante, mas prejudicado pelas turbulências que assaltaram os reinados de Henrique II e seus filhos, Francisco II e Carlos IX. Tiveram em Catarina de Médici e seu primo Philippe Strozzi um incentivo efêmero e oportunista. Por fim, com Henrique IV tiveram suporte contínuo, mas demasiadamente frágil.

Nas primeiras décadas do século XVII encontramos escritos articulando um discurso bastante firme e direto direcionado à coroa francesa, pontuado por críticas severas e exigências peremptórias, cobrando maior apoio e compromisso da monarquia para com os empreendimentos ultramarinos de seus súditos, bem como uma postura mais altiva ante as outras potências europeias. Encontramos nessas fontes certa retórica do restabelecimento da navegação, noção bastante curiosa. Quais seriam seus possíveis significados? A ideia nostálgica de que as navegações da França já tiveram melhores condições em época anterior? De fato, tal “restabelecimento” evoca memórias gloriosas, como as aventuras de Jean Ango ou os êxitos passageiros da França Antártica ou da França Equinocial. Por outro lado, buscaria constranger os ocupantes do centro do poder a uma atitude através da noção de perda, diminuição, decadência? Como vimos, era comum na França a ideia de que um monarca deveria sempre superar seus antecessores, sendo vergonhoso entregar aos descendentes um reino diminuído em posses e poder. Em todo caso, o “restabelecimento” trazia implícita a noção de trajetória fraturada, de desenvolvimento interrompido, de obra mal-acabada, de assunto mal resolvido... Encontra-se assim um tom de cobrança cada vez mais forte entre os defensores das navegações francesas.

Tal posicionamento está presente no *Avis très important pour le rétablissement du commerce et navigation de France*<sup>1</sup>, manuscrito com algumas dezenas de páginas destinado “au Roy”<sup>2</sup>. Seus autores eram Meneust e Chambriand, figuras de pouca expressão no contexto global da monarquia, ocupando cargos na

---

<sup>1</sup> “*Parecer muito importante para o restabelecimento do comércio e navegação de França*”.

<sup>2</sup> MENEUST et CHAMBRIAND. *Avis très important pour le rétablissement du commerce et navigation de France*. Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 6119.

administração local da Bretanha. Meneust era “avocat aux conseils du Roi”<sup>3</sup>, posição de reduzida importância na hierarquia judiciária francesa de então. É difícil saber exatamente quem era o autor do texto, considerando-se que se tratava de família bastante presente na magistratura bretã, com inúmeros membros ocupando cargos no Parlamento de Rennes desde as últimas décadas do século XVI; era família de nobilitação recente, datando de 1595<sup>4</sup>. É possível que o autor do texto fosse René Le Meneust, que assumira o cargo em 1593 ou, mais provável, Guy Le Meneust, que entrou no exercício da função em 1624<sup>5</sup>. Já Chambriand era “receveur des deniers du Roi”<sup>6</sup> na cidade de Saint Malo. Trata-se também de função de caráter principalmente local, ligado à arrecadação de impostos para a coroa. Não foi possível encontrar maiores informações sobre Chambriand. No entanto, dados mais precisos não são necessários aos propósitos deste trabalho. O principal a destacar é que ambos os personagens estavam ligados à Bretanha e, particularmente, à cidade de Saint Malo – um dos principais portos atlânticos franceses, como vimos. Por sinal, a análise do texto deixa fora de dúvida que os dois estavam inseridos em redes de relações que abrangiam grupos envolvidos com as atividades náuticas e mercantis no Atlântico. O manuscrito começa a alinhar suas críticas já no primeiro parágrafo:

Senhor,

Há muito tempo que vossos verdadeiros súditos notaram com sensível desgosto, os defeitos e a fraqueza do comércio e navegação dos franceses nos países estrangeiros e particularmente as poucas forças navais que Vossa Majestade possui, comparando àquelas que poderia ter se fossem estabelecidas as ordens necessárias a isso, eles o fizeram com ainda mais razão e sentimento tendo considerado que vosso reino era o melhor situado da Europa e mais povoado, tendo bons portos em um mar e no outro [Atlântico e Mediterrâneo], e muitos grandes rios, onde toda sorte de mercadoria abunda, mais que em todos os outros países, próprios a fazer comércio e navegação, por conseguinte capazes de conquistar terras próximas e distantes, fazer poderosas colônias e ter forças sobre

---

<sup>3</sup> “advogado nos conselhos do rei”.

<sup>4</sup> Guy Le Meneust foi nobilitado em 1595 pois enquanto senescal de Rennes conseguira manter a cidade fiel a Henrique IV durante os últimos anos das guerras de religião, quando o rei não gozava de reconhecimento por boa parte dos franceses, especialmente na porção setentrional do reino (CHESNAYE DES BOIS, François-Alexandre Aubert de la. *Dictionnaire de la noblesse*, Paris: Veuve Duchesne, 1775, v. 10, p. 34).

<sup>5</sup> Cf. SAULNIER, Frédéric. *Le Parlement de Bretagne*. Rennes: Plihon et Hommay, 1909.

<sup>6</sup> “recebedor dos tributos do rei”.

os mares, assim como sobre a terra, e ser desse modo o mais florescente império da Europa<sup>7</sup>.

Desde as primeiras linhas o texto já expõe a deficiência dos recursos navais franceses, ao mesmo tempo contrapondo essa situação aos recursos naturais e humanos à disposição da monarquia, destacando a desproporção entre potencial e realização. Também é interessante observar a qualificação dos críticos como “vossos verdadeiros súditos”, desde o início identificando essa postura como uma luta pelos verdadeiros interesses da coroa francesa. É possível também inferir que os opositores a essa postura seriam, em sentido complementar, “falsos súditos”. Parece interessante cotejar essa classificação dicotômica do espectro político francês a outra qualificação, abordada no capítulo anterior, a separação entre os “amigos” e “inimigos da paz”. Segue-se um trecho muito interessante:

Contudo, se vê que vossos súditos são aqueles que fazem menos comércio, navegação e conquistas nas Índias, possuindo apenas aquilo que os estrangeiros não quiseram, o Canadá e a ilha de Madagascar e duas ou três pequenas ilhas na América que *servem de refúgio a uma quantidade de pobres franceses* que pela sua *indústria e trabalho* deram [ilegível] aos açúcares, gengibre, tinturas e tabaco que aí plantaram, de onde se pode inferir o que eles fariam se estivessem em terras boas e ricas, como os estrangeiros, e ajudados pelo poder de Vossa Majestade (grifos nossos)<sup>8</sup>.

Além da quase cômica depreciação das “indesejáveis” posses coloniais francesas, o trecho citado ressalta um tema interessante: o caráter periférico das iniciativas ultramarinas francesas em relação ao conjunto da monarquia, justamente apontando que muito mais poderia ser realizado com o devido apoio da coroa. Emergem assim do texto esses laboriosos colonos como “verdadeiros súditos”, fazendo a colônia prosperar mediante seus esforços. Além disso é interessante sublinhar a menção ao uso da colônia como refúgio para os pobres, que nos lembra as propostas enunciadas por Lescarbot em sentido semelhante. Por sinal, segundo Anthony Pagden, esse tema, com diversas variantes, mostrava-se também presente no discurso britânico e ibérico<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> *Avis très important...*, Op. cit.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> “Desde o começo, todas as potências europeias parecem ter visto seus estabelecimentos ultramarinos com simples depósitos para os refugos da sociedade metropolitana ou, de modo mais visionário (e mais humano), como um lugar onde os destituídos, aqueles que Richard Hakluyt denominou ‘gente supérflua’, poderiam criar para eles vidas que lhes seriam negadas na Europa” (PAGDEN, Anthony. *Lords of all the World*. Londres: Yale University Press, 1995, p. 104).

Mas prosseguia a catilinária de Meneust e Chambriand, denunciando também a insuficiência da marinha de guerra francesa, que poderia ser superada através do estímulo ao comércio marítimo, providenciando os recursos necessários a sua manutenção adequada e garantindo a segurança das embarcações mercantes francesas no mar<sup>10</sup>. De fato, como sintetizava Braudel, a França sempre teve bastante dificuldade em manter presença bélica efetiva nos mares, mesmo em seus melhores momentos; segundo o historiador, a geografia teria parte da responsabilidade. Por um lado, o distanciamento entre os litorais atlântico e mediterrâneo tornava necessário manter duas forças navais diferentes, devido às características físicas dos dois mares, que exigiam embarcações com especificações técnicas diferenciadas – ou seja, em caso de um conflito atlântico, a esquadra do Mediterrâneo se fazia inútil, e vice-versa, o que tornava um poderio naval efetivo bastante custoso para a coroa. Por outro lado, a imensidade das fronteiras terrestres requeria constantes gastos com a defesa do reino; essa situação era ainda pior no período em foco, uma vez que boa parte dos territórios vizinhos estava ligada à coroa dos Habsburgos, oferecendo pouco sossego à França<sup>11</sup>. Particularmente, a preocupação de Meneust e Chambriand mostrava-se em sintonia com seu tempo. Como ressalta Pagden, por volta de 1640 “já se tornara claro que o futuro dos impérios residia não na aquisição territorial, mas no comércio, e o comércio não exigia aquisição de territórios, mas o controle dos mares”; nessa mesma época o espanhol Saavedra Fajardo afirmava que a força dos impérios estava na mobilidade dos navios, enquanto na França o pensador econômico Du Noyer de Sain-Martin insistia que Luís XIII deveria se tornar “rei absoluto e senhor do mar”, sustentando que “quem é poderoso no mar é rei em todo lugar e respeitado e, ao contrário, quem é fraco não será tomado por nada”. Dessa difundida percepção viria a crescente importância da discussão em torno da liberdade dos mares<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> “Por conseguinte, é uma grande perda cometida pela França ao abandonar o comércio e a navegação, e ainda bem vergonhoso de vê-la reduzida a contratar navios de guerra estrangeiros em suas necessidades. O que contribui muito para que seus súditos sejam desprezados e maltratados quando eles [estrangeiros] os encontram no mar, uma vez que vossa majestade não tem nenhuma força naval para tomar satisfações” (Idem).

<sup>11</sup> BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986, Vol. I, pp. 292-296.

<sup>12</sup> “roi absolu et seigneur de la mer”, “qui est puissant à la mer est roi partout et respecté et au contraire qui est faible ne sera tenu pour rien” (SAINT-MARTIN, Apud PETITFILS, PETITFILS, Jean- Christian. *Louis XIII*. Paris: Perrin, 2008, pp. 628-629); “it had already become clear that the future of empires lay not in territorial acquisition but in trade, and trade relied not upon the acquisition of territory, but upon control of the seas” (PAGDEN, Op. cit., pp. 115-116).

Meneust e Chambriand acusavam ainda o pouco caso francês quanto ao comércio de ser provocado pela venalidade dos cargos e pelos processos e chicanas que renderiam muito dinheiro aos súditos, que preferiam assim se dedicar a essas atividades que às navegações, “em lugar de estimar e exercer esse nobre e proveitoso emprego”<sup>13</sup>. O alcance desse argumento é muito mais significativo se considerarmos que essa crítica ia ao cerne da monarquia francesa, sendo desde o século XVI a venda de ofícios uma das mais rentáveis fontes de arrecadação para a coroa; ainda mais importante, ao longo do século XVII esse processo passava por aguda acentuação. Não era assim uma questão banal que Meneust e Chambriand apresentavam ao monarca, mas uma profunda mudança nos paradigmas de governança do reino. Em última análise opunham os interesses da coroa (venalidade de cargos) ao interesse do reino e dos súditos (navegações e comércio). Das críticas, passavam os autores à solução:

Para restabelecer o comércio e a navegação é necessário fazer uma companhia Real da qual vossa Majestade será o chefe e investidor de uma soma notável, para instigar os poderosos do reino a fazer o mesmo, e para interessar mais facilmente os outros abastados que serão nomeados ou que se apresentarão voluntariamente, e tornar a companhia tão rica e poderosa quanto possível, a fim de que mediante a ajuda de Deus ela possa ter sucesso em seus desígnios e empreendimentos [...] O principal emprego dos navios da companhia será ir fazer conquistas e colônias nas Índias Orientais e Ocidentais, o que lhe será fácil, pela numerosa população que há na França e tudo que é necessário para tais empresas, mesmo por meio dos franceses que estão habituados às rotas às ilhas da América que terão bastante satisfação de mudar de lugar para ir conquistar outros melhores<sup>14</sup>.

Não se tratava simplesmente de fundar uma companhia de comércio, mas de garantir seu sucesso pela ativa participação do monarca no negócio, em última instância tornando a colonização e o comércio ultramarino políticas da coroa não apenas *de jure*, mas *de facto*. Complementando esse caráter, propunham que as atividades dessa companhia fossem atentamente regulamentadas pelo poder real, para tanto sugerindo o estabelecimento de um conselho de comércio “composto por pessoas desta profissão, a exemplo dos reis de Espanha, da Inglaterra, Portugal e outros príncipes e Estados

---

<sup>13</sup> “au lieu de faire estime et exercer ce noble et proffitable emploi”.

<sup>14</sup> Idem.

vizinhos”<sup>15</sup>. Essa proposta nos remete ao baixíssimo grau de institucionalização que as atividades marítimas e coloniais encontravam no âmbito da monarquia francesa, limitando-se até então ao almirantado, cujas funções eram eminentemente judiciárias. A bem dizer, tal situação manter-se-ia durante muito tempo - como ressalta Pagden, até sua perda para os ingleses durante a Guerra dos Sete Anos, a Nova França nunca foi objeto de uma legislação sistemática e específica, que definisse relações com a metrópole; sua situação legal baseava-se principalmente em concessões de caráter feudal e no *coutume de Paris*, ou seja, os colonos da América do Norte eram tratados segundo os mesmos direitos consuetudinários que regiam a população parisiense. Segundo Vidal e Havard, também a administração das colônias era realizada de modo um tanto confuso, à medida em que a sede do governo colonial era nominalmente Québec, mas na prática as autoridades da Acádia e da Luisiana costumavam reportar-se diretamente ao reino – o que muitas vezes gerava sérios atritos. Ainda assim, convém não exagerar a questão. Bentes Monteiro destaca o caráter compósito do domínio ultramarino luso, recorrendo tanto a estruturas rigorosamente formais e institucionalizadas quanto a formas menos rígidas e soluções administrativas *ad hoc*. Segundo Pocock, o *status* legal das colônias inglesas também era pouco definido<sup>16</sup>.

O documento trazia ainda propostas concretas sobre a operação da companhia, aconselhando reforçar as posições francesas em Madagascar, povoando melhor a ilha, que serviria como base para o comércio no Índico, e propondo também o estabelecimento de fortes na rota da Guiné, para abastecimento dos navios e obtenção de mercadorias e escravos, “e ir fortificar o bastião de França na costa da Barbaria, para aí fazer o comércio como os franceses costumavam no passado”<sup>17</sup>. Como se vê, Meneust e Chambriand articulavam uma perspectiva colonial global, que não se limitava à América.

---

<sup>15</sup> “composé de personnes de cette profession, à l'exemple des rois d'Espagne, d'Angleterre, Portugal, et autres princes et états voisins” (Idem).

<sup>16</sup> “Mesmo sob governadores reais, as colônias não eram vice-reinados, reinos subordinados, domínios reais ou *dominions*, como eram as integrantes da monarquia espanhola. Mesmo sob assembleias coloniais rigorosamente assertivas, elas não eram ‘classes políticas’ ou ‘estados soberanos’ que compunham a república holandesa”. Essa situação propiciou a grave crise de significados legais do império britânico que contribuiu para o processo de independência das 13 colônias (Cf. PAGDEN, Op. cit., pp. 136-139; VIDAL e HAVARD, Op. cit.; BENTES MONTEIRO, Op. cit., p. 204; POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003, pp. 306-311).

<sup>17</sup> “et aller fortifier le bastion de France à la côte de Barbarie, pour y faire le commerce comme les français ont fait au passé” (Idem).

Os dois autores recomendavam ainda que a companhia construísse seus navios em Calais, Dièppe, Havre, St Malo, Brest, Morbihan, Rivièrre de Redon, Sables D'Olonne, rio Indre, Bordeaux, Bayonne e ainda Marselha e Toulon, o que promoveria o desenvolvimento econômico e estratégico desses portos. Por sinal, sugeriam arregimentar carpinteiros, ferreiros e outros artesãos de marinha em Sevilha, Lisboa, Londres, Amsterdã e Hamburgo, estimulando a apropriação de saberes náuticos na França seiscentista – como veremos adiante, justa ou injustamente havia então fortes críticas à qualidade técnica da construção naval francesa, vista como aspecto crucial para o “restabelecimento” das navegações. Por fim, é interessante observar que Meneust e Chambriand também enfatizavam o caráter confessional dessa companhia:

E como o interesse espiritual não é menos desejável que o temporal, agrada a vossa Majestade como rei muito cristão e filho primogênito da Igreja, dar ordem e de [ilegível] de ter religiosos [ilegível] e embarcados nos navios de sua companhia para ir às Índias e países que ela conquistará para manutenção da fé e piedade entre os franceses e para a conversão dos índios e selvagens. Enfim, para o aumento e propagação da religião católica, apostólica e romana<sup>18</sup>.

Contudo, apresentavam também uma questão religiosa menos óbvia, apontando a ação da companhia como forma de reduzir o incômodo provocado pela presença de inúmeros holandeses reformados nas cidades portuárias da França. Segundo os autores, eram uma influência negativa, reforçando, incentivando e fortalecendo o protestantismo francês e atrapalhando seu processo de erradicação, à medida em que os huguenotes se tornavam menos dóceis, uma vez que contavam com o apoio de seus correligionários batavos. Segundo Meneust e Chambriand, a necessidade comercial obrigava a França à tolerância religiosa, relacionando intimamente política, religião e economia através desse argumento. De fato, a presença dos huguenotes era intensa nos meios comerciais portuários, onde muitos deles atuavam como pescadores, armadores, importadores, fornecedores de mercadorias ou serviços, além daqueles que ofereciam recursos a essas atividades, operando no setor financeiro. É importante observar que essas dinâmicas não se limitavam às regiões litorâneas, uma vez que esses mesmos huguenotes se encontravam envolvidos em redes de solidariedade e parcerias comerciais que envolviam outros correligionários no interior do reino, vínculos reforçados por laços familiares e matrimoniais. Além do mais, essas redes também se ramificavam

---

<sup>18</sup> Idem.

pelas rotas comerciais terrestres, estabelecendo contatos com outros grupos protestantes fora do reino, particularmente na Alemanha e na Suíça<sup>19</sup>. Nesse sentido, a companhia proposta por Meneust e Chambriand propiciaria não apenas o aumento da prosperidade e do poderio militar, mas o próprio restabelecimento da concórdia no reino, tão almejado por grande número de católicos.

Outro documento muito interessante é a *Plainte publique sur l'interruption du commerce*<sup>20</sup>, impresso anônimo sem qualquer indicação de local ou data de publicação<sup>21</sup>. O próprio título já se baseia na noção de interrupção, inscrevendo-se na mesma retórica do “restabelecimento”, da retomada de um movimento prévio. É interessante observar que o anonimato do texto serve à articulação de uma estética do coletivo, conjugada na primeira pessoa do plural, um *nous* que equivale quase sempre a *françois*. Um nós que, no limite, identifica o conjunto da monarquia francesa e seus súditos, conjunto esse retratado como uma comunidade de interesses.

O argumento principal de seu autor (ou autores) era de que o comércio era o “verdadeiro fundamento”<sup>22</sup> de qualquer Estado, garantindo a prosperidade coletiva, a valorização das terras, a subsistência de cidades e províncias e da própria coroa, a partir dos impostos arrecadados. Da mesma forma, seria o comércio uma das melhores maneiras de garantir estabilidade política, mobilizando a população para atividades pacíficas, impedindo “que ela se volte a coisas perigosas ao Estado e contrárias ao repouso público”<sup>23</sup>. No entanto, o texto especificava que o melhor gênero de comércio seria aquele feito com outros países, suprimindo as necessidades do reino com as mercadorias que lhe faltassem e desfazendo-se das que lhe sobrassem. Mais ainda, o comércio marítimo seria preferível ao terrestre, pois possibilitava o transporte de volumes muito maiores: “apenas um desses navios do tamanho mais comum, contém a carga de 300 a 400 carroças, e mais do que mil e quinhentos cavalos não poderiam carregar”<sup>24</sup>. Como se vê, tal argumentação ia ao encontro das concepções econômicas

---

<sup>19</sup> A excelente obra coletiva *Les huguenots et l'Atlantique* reúne diversos estudos que exploram essas redes desde o século XVI ao XVIII (AUGERON, Mickaël, POTON, Didier e VAN RUYMBEKE, Bertrand (Org.). *Les huguenots et l'Atlantique*. Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2009).

<sup>20</sup> “*Queixa pública sobre a interrupção do comércio*”.

<sup>21</sup> *Plainte publique sur l'interruption du commerce*, Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

<sup>22</sup> “véritable fondement” (Idem).

<sup>23</sup> “qu'elle ne se porte à des choses dangereuses à l'État et contraires au repos public” (Idem).

<sup>24</sup> “un seul de ces vaisseaux de la plus commune grandeur, contient la charge de trois à quatre cents charrettes, et plus que quinze cents chevaux ne pourraient porter” (Idem).

mercantilistas que começavam a ganhar força significativa na Europa de então. O autor sintetizava essas ideias num parágrafo bastante eloquente, que vale a pena reproduzir:

As vantagens que a França retira do comércio marítimo se percebem num infinito número de coisas: ele produz quantidade de marinheiros, de soldados e de capitães, capazes de servir à defesa do Estado se necessário, e dá lugar à navegação, que pôs os franceses em alguma reputação sobre o mar; Ele faz que nós tenhamos correspondência com os países mais afastados; que nós atraíamos seu comércio à França, e que nós empreendamos mesmo de ir de uma ponta do mundo à outra, para aí fazer conquistas e estabelecimentos, que não são menos úteis que gloriosos à França: E sem buscar ao longe o que nos é familiar, é suficiente dizer que mais de mil grandes navios, sem contar um número inacreditável de embarcações médias e pequenas, são empregadas nesse comércio estrangeiro: Que mais de trinta mil marinheiros se ocupam nisso: que os reparos, o equipamento, o abastecimento desses navios, e a construção daqueles que se constróem cotidianamente, dão a vida a tantas outras pessoas: enfim, que as mercadorias que entram e saem da França pelo mar, servem de objeto a todo o comércio que se faz dentro do Reino: essas coisas serão ainda mais fáceis de crer, se considerarmos o quanto somente a pesca do bacalhau e a caça das baleias que vamos fazer em um mundo outrora desconhecido, ocupam navios, marinheiros e outras diversas pessoas: E quanto esses dois importantes comércios que mantemos em França por meio da navegação trazem comodidades a todo o reino, por seus prolongamentos e encadeamentos, sendo certo que mais de trezentos navios, e dez mil marinheiros franceses vão todos os anos a essas viagens<sup>25</sup>.

Estão aí condensadas as principais ideias da própria *Plainte publique*; percebe-se que coincidiam bastante com aquelas apresentadas no manuscrito de Meneust e Chambriand. Essa consistência de argumentos parece sugerir que não eram posturas isoladas, mas compartilhadas por outros, como de fato explicita o texto, apontando a expectativa existente por uma atuação mais firme da coroa em favor do comércio marítimo: “essa boa ação também era *geralmente aguardada* com não menos impaciência que necessidade”<sup>26</sup>. Em outro ponto, afirma que o rei deveria agir de modo a “reparar altamente a honra da França, e satisfazer o público”<sup>27</sup>. Em certo ponto, narra um episódio no qual fica clara a presença de grupos que pressionavam a coroa, e ao mesmo tempo a indiferença que suas reivindicações encontravam:

---

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> “cette bonne action aussi était *généralement attendue* avec non moins d’impatience que de besoin” (Idem, grifo nosso).

O desprezo desse assunto que se teve até aqui no Conselho do Rei, se repara pela resposta que foi dada pelos principais ministros aos burgueses de Bordeaux, quando a corte estava no dito lugar: “Armai, lhes disseram, contra os ingleses, e tomai seus navios como eles tomam os vossos”; é um belo consolo para pessoas arruinadas que perderam seus bens e seu crédito, ou que estão, além disso, incapazes de poder pôr navios no mar<sup>28</sup>.

Que fique claro: a citada demanda dos burgueses de Bordeaux não era simplesmente uma reivindicação política pura e abstrata; era uma cobrança por medidas diretas contra uma situação que os afligia concretamente. No entanto, isso não diminui em nada sua importância no quadro geral dos que clamavam por ações mais veementes da monarquia em apoio à marinha mercante francesa. Era a partir dessas demandas reais que ganhava corpo e se consolidava o discurso de pressões periféricas que abordamos aqui. Vale lembrar as prováveis ligações de Meneust e Chambriand às redes de comerciantes e armadores da Bretanha. Não é impossível que a anônima *Plainte publique* fosse obra de alguém ligado a esses mesmos burgueses de Bordeaux.

Vale notar que o texto se apropriava da estética das *remontrances*, protestos que poderiam ser legitimamente apresentados ao monarca por funcionários, magistrados ou, de modo geral, os súditos, de acordo com o dever que todos tinham de aconselhar o monarca<sup>29</sup>. Todavia, é interessante notar que a *Plainte publique* adotava um tom bastante agressivo, atacando sem pudores a atuação da coroa em relação à problemática. De fato, o anonimato da publicação se devia provavelmente ao modo como eram proferidas tais críticas. O impresso culpava e responsabilizava as autoridades monárquicas pela decadência marítima francesa. Essa percepção fica muito clara em certo parágrafo:

De qualquer modo, que as necessidades dos negócios do Rei não tenham permitido àqueles que os conduzem, de prover à conservação do comércio, como era necessário, ou que eles tenham desprezado suas consequências, que eles tenham menosprezado suas consequências, um bem tão importante foi

---

<sup>27</sup> “réparer hautement l’honneur de la France, et satisfaire le public” (Idem).

<sup>28</sup> Idem.

<sup>29</sup> Como observa Goyard-Fabre, Bodin evocava o direito ao uso das *remontrances* sempre que o príncipe emitisse alguma ordem prejudicial à justiça ou ao proveito público; os magistrados poderiam inclusive recusar-se três vezes a executar a ordem, apresentando devidamente suas *remontrances*. Segundo Mousnier, o uso desse procedimento era frequente (GOYARD-FABRE, Simone. *Le magistrat de la république*. In: ZARKA, Yves Charles (org.). *Jean Bodin – Nature, Histoire, Droit et Politique*. Paris: P.U.F., 1996, p. 135; MOUSNIER, Roland. *Les institutions de la France sous la monarchie absolue*. Paris: PUF, 2005, pp. 294-297, 338-339).

negligenciado desde muitos anos: podemos dizer mesmo que se fizeram diversas coisas capazes de destruí-lo, tanto pelos empréstimos e taxas com os quais se perseguiu e tornou os povos impotentes para continuar suas despesas ordinárias, tanto pela diversidade e pela multiplicidade imoderada dos direitos postos sobre as mercadorias sem ordem e sem distinção: pela desigualdade dos impostos que foram colocados apenas sobre aqueles que obedeceram voluntariamente: pelas proibições que foram feitas em diversas épocas de exportar os trigos da França, para a seguir dar passaportes e exigir dos proprietários discriminadamente, fazendo-os comprar em particular a liberdade de vender seus produtos, o que é uma vexação indireta: pela interdição de trazer à França os tecidos da Inglaterra, contra os artigos acordados entre os dois reinos; o que produziu um efeito muito ruim, tendo os ingleses de sua parte proibido a entrada de nossos vinhos em seu país, tanto que a Guyenne e as províncias onde passa o rio Loire, sofrendo um prejuízo que lhes é insuportável: e ainda por diversas outras coisas mal digeridas, que se poderia examinar minuciosamente, se a alteração que esta confusão trouxe ao comércio não se fizesse suficientemente sentir na desolação geral de toda a França<sup>30</sup>.

É interessante perceber o entrelaçamento de opiniões mais comumente relacionadas ao mercantilismo, mas igualmente outras, mais tarde associadas ao modelo liberal de economia. No entanto, essa discussão pouco interessa a nossos propósitos. Pelo contrário, vale ressaltar outro aspecto que esse trecho deixa bastante evidente: mais uma vez era evocada a dicotomia entre aqueles que pugnavam pelo exercício mais efetivo do comércio marítimo e aqueles que lhe eram contrários. No entanto, essa dicotomia era equacionada de maneira peculiar: os comerciantes e armadores eram as figuras mobilizadas por essa causa, enquanto o rei e seus próximos eram acusados por sua indiferença e mesmo pela ação irresponsável e danosa, levianamente destruindo a economia francesa através de medidas inadequadas. Essa interpretação ganha força ainda maior quando a cotejamos ao episódio dos burgueses de Bordeaux, nitidamente contrapostos aos ministros do rei. Mais uma vez se caracteriza a oposição entre a indiferença daqueles situados no centro do poder e o engajamento daqueles que se encontravam nas posições periféricas. Dramaticamente, o texto denunciava ainda o modo pelo qual essa apatia da coroa prejudicava as colônias francesas:

Que será também das colônias que nós temos na Nova França, a Acádia, as ilhas da América, e alhures, as quais não se podem

---

<sup>30</sup> Idem.

ainda sustentar de si mesmas, e que não têm quase outros víveres, senão aqueles que lhes são enviados da França pelo mar do Poente? Elas perecerão, sem dúvida, ou pela fome ou pelas empresas dos ingleses, ou outras nações, ou pelo menos serão reduzidas a extremas necessidades. Quem pode conceber todas essas desolações e não se sentir tocado! Poderíamos nós ainda sem ciúme ver passar o comércio da França entre as mãos de estrangeiros, e particularmente dos holandeses, que já começam a se aproveitar de nossas desordens, e a se insinuar em nossos principais negócios? Não são estas imaginações, nós estamos mal, nós o sentimos, e ele cresce mesmo todos os dias pelos apresamentos contínuos que os ingleses fazem de nossos navios, o espanto é tão grande em todos os lugares que os mais ousados negociantes já cessaram seu tráfico não ousando nada empreender, os preparativos para a Terra Nova não se fazem como seria necessário, o tempo se perde sem que se saiba a que se resolver, e estas viagens que não vimos como as mais consideráveis que tenhamos, cessarão aparentemente, ou se a esperança de passar faz alguns navios se arriscarem, talvez seja apenas para aumentar o butim dos ingleses. As queixas e os clamores rebentam por toda parte, e foram levados às cortes de diversos lugares, depois do que quem duvidará do mau efeito dessas confiscações?<sup>31</sup>

É interessante observar a importância atribuída às expedições de pesca do bacalhau na Terra Nova, qualificadas como as viagens “mais consideráveis que tenhamos”, tema ao qual retornaremos adiante. Também é interessante perceber a emergência do inglês como principal rival colonial dos franceses, no lugar do ibérico.

É importantíssimo sublinhar uma diferença entre os dois textos analisados: as alternativas propostas para a superação das limitações às navegações francesas. Meneust e Chambriand propunham a criação de uma companhia de comércio fortemente apoiada pela coroa. A *Plainte publique* seguia caminho bastante diverso, apontando como principal problema os constantes ataques ingleses a embarcações gaulesas no Atlântico, levando a perdas consideráveis e a incertezas que desencorajavam os comerciantes. O texto analisa várias maneiras de contornar o problema, aparentemente propostas por contemporâneos. Segundo o autor, a situação se originava de constantes ataques oportunistas de navios mercantes franceses a britânicos no Mediterrâneo, onde a presença naval gálica era mais forte, provocando retaliações na costa atlântica. Entre as alternativas discutidas, descarta as possibilidades que julgava que só poderiam piorar os conflitos, como concessão de cartas de corso, intensificação

---

<sup>31</sup> Idem.

dos ataques no Levante, negociações diretas entre as cidades portuárias francesas e a coroa inglesa, ou mesmo declaração de guerra aberta. O texto argumentava que tais cursos de ação seriam ao mesmo tempo injustos, uma vez que as provocações iniciais teriam partido de franceses e, pior ainda, afastariam a França da Inglaterra, aliada importante nas rivalidades contra a monarquia hispânica. Desse modo, propunha soluções que privilegiavam a temporização e a acomodação para com os ingleses, especialmente o julgamento, condenação e execução dos comerciantes franceses que se entregavam à pirataria no Mediterrâneo ou ainda o pagamento de indenizações aos mercadores britânicos que houvessem sido prejudicados por ataques gauleses. Julgava que dessa forma os combates apaziguar-se-iam e os armadores da França poderiam retornar ao curso normal de suas atividades no Atlântico. Podemos notar aí outra problemática derivada da bimaritimidade francesa, a diversidade de interesses comerciais e a falta de sintonia entre as duas comunidades marítimas. Ao que tudo indica, os comerciantes atlânticos se sentiam prejudicados pelas ações de seus colegas mediterrâneos. Parece bastante claro que os autores da *Plainte publique* identificavam-se principalmente com o comércio do Atlântico, a julgar pelas severas punições propostas para resolver a situação.

Como se vê, as possíveis soluções situavam-se no âmbito do poder central, no entanto, afastavam-se bastante daquelas propostas por Meneust e Chambriand. Os dois bretões sugeriam iniciativas de caráter permanente, estrutural e ativo, enquanto a *Plainte publique* imaginava recursos de perfil contingente, conjuntural e reativo. Um dos planos visava ações a longo prazo, enquanto o outro concentrava-se em propostas mais imediatistas e pontuais. Parece acertado imaginar que a *Plainte publique* voltava-se principalmente para resolver um problema imediato – os ataques ingleses no Atlântico – articulando uma perspectiva geral sobre a importância do comércio marítimo apenas como fundamentação para suas reivindicações. Em suma, o descontentamento era bastante próximo, mas apontava para rumos diferentes.

Também vale a pena sublinhar distinções que poderíamos talvez qualificar como “axiológicas”. Como vimos, Meneust e Chambriand procuravam enquadrar os benefícios do comércio marítimo e da colonização em uma perspectiva confessional, permitindo a evangelização dos índios e a extirpação da Reforma no reino. A *Plainte publique* não esboçava abordagem desse gênero, mas encontramos constantemente referências à honra e glória da França e dos franceses, que seriam aumentadas através

dos feitos marítimos, apelando muito mais ao imaginário e aos valores nobiliárquicos. Como percebemos, essas duas maneiras de conferir significado à navegação aparentavam continuar tão relevantes no século XVII quanto o foram no XVI.

Outra questão intrigante que perpassa os dois documentos é a preocupação com os efeitos da expansão marítima holandesa sobre a França. Nesse sentido, podemos cotejá-los a outro manuscrito, o volumoso *Traité historique et politique du commerce de toutes les nations dans les divers endroits du monde*<sup>32</sup>. Seu autor propunha-se a estudar as relações entre comércio e política. No entanto, o genérico título é um tanto enganoso, uma vez que o texto explora especificamente a atuação dos holandeses no Oriente, especialmente da Companhia das Índias Orientais no Índico. De qualquer modo, não nos interessa muito, uma vez que pode ser seguramente datado da segunda metade do século XVII através de crítica interna. No entanto, a obra evidencia o quanto ainda era forte a imagem exemplar do poderio comercial holandês, a ser seguido pelos franceses.

Com efeito, o poderio atingido pelas Províncias Unidas dos Países Baixos desde sua emancipação causava admiração, ressentimento ou inveja em toda a Europa, em particular seu poderio naval e comercial. “As frotas holandesas cobriam a superfície do mundo conhecido, e seus navegantes incansavelmente estendiam as fronteiras desse conhecimento até os antípodas”, sintetiza superlativamente o historiador Simon Schama. As manifestações mais espetaculares desse poderio durante o século XVII se materializaram na ação da Companhia das Índias Orientais e da Companhia das Índias Ocidentais no Atlântico e no Índico, na Europa, na África e na Ásia, abalando seriamente os impérios ibéricos. A atuação mercantil ou bélica nos mares era encarada entre os batavos como algo essencial à sobrevivência e prosperidade da república, embora isso não signifique ausência de problemas ou divergências; segundo Schama, os elevados custos e lucros por vezes duvidosos provocavam críticas e polêmicas; o balanço da atuação da Companhia das Índias Ocidentais na América era particularmente ambíguo. Mas os críticos também estavam fora dos Países Baixos, e muitos viam essa expansão com grande desconfiança, articulando-se uma propaganda internacional que acusava os batavos da ambição de monopolizar o comércio mundial, a qual se alimentava também de críticas mais ou menos grosseiras à moralidade holandesa,

---

<sup>32</sup> “*Tratado histórico e político do comércio de todas as nações nos diversos lugares do mundo*” - *Traité historique et politique du commerce de toutes les nations dans les divers endroits du monde*. Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 646.

geralmente visando suas relações com o comércio e as finanças<sup>33</sup>. A *Plainte publique*, assim como o *Avis* de Meneust e Chambriand certamente remetem a essa visão.

No entanto, vale explorar ainda outras conexões entre as navegações francesas e holandesas nesse contexto. Como bem observava José Antonio Gonsalves de Mello, ainda está por se estudar o envolvimento de La Ravardière e outros franceses egressos da França Equinocial com a Companhia das Índias Ocidentais<sup>34</sup>. Apesar de tantos anos passados, a afirmativa continua bastante pertinente. Como bem observam Mariz e Provençal, a ofensiva batava contra a América portuguesa traria bom número de franceses de volta a São Luís do Maranhão, particularmente huguenotes originários da rebelde cidade de La Rochelle. Todavia, como destacam os autores, seria desproporcionado exagero identificar aí uma renovação da França Equinocial, uma vez que esses contingentes gauleses não agiam de forma autônoma, mas a soldo da Companhia das Índias e sob comando de autoridades holandesas<sup>35</sup>.

Gonsalves de Mello relata que em 16 de outubro de 1621 o governador de Pernambuco Matias de Albuquerque declarava em auto lavrado em Olinda que “tivera uma carta de Sua Majestade [...] na qual o avisava o dito Senhor de como Monsieur Ravardière [sic] estava concertado com os holandeses para vir a este Estado”. Em 21 de novembro do mesmo ano Matias de Albuquerque enviaria uma missiva ao rei, mencionando ter recebido “uma carta de Vossa Majestade na qual me faz mercê dizer que, por via de pessoa confidente, se tinha entendido que Monsieur Ravardière [...] se tinha oferecido aos Estados de Holanda a tornar com gente e navios a fortificar-se naquelas partes”<sup>36</sup>. De fato, há registros correspondentes no Arquivo de Simancas, através dos quais sabemos que o marquês de Mirabel, embaixador espanhol em Paris contatara La Ravardière por volta de 1621 ou 1622, encarregado pelo monarca de dissuadir o francês de novas investidas na América do Sul, recorrendo ao suborno, se necessário. Teria o antigo chefe da França Equinocial cedido a tais pressões e tentações? Difícil saber. De qualquer modo, como vimos, tais esforços foram em vão, uma vez que em 1624 o fidalgo francês receberia carta-patente de Luís XIII encarregando-o

---

<sup>33</sup> Cf. SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 223-288; BUCHAN, James. *Desejo congelado*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 133-173.

<sup>34</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves. *La Ravardière em Pernambuco (1616) e uma memória de um companheiro seu oferecida aos holandeses em 1630*. In: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1979, vol. LI, p. 242.

<sup>35</sup> MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005, pp. 129-138.

<sup>36</sup> MELLO, Op. Cit., p. 242.

justamente de novas aventuras na Amazônia, embora seu envolvimento com a sedição huguenote de 1625 tenha impedido a concretização desses propósitos<sup>37</sup>.

Ainda mais instigante é um pequeno conjunto de documentos publicados em Paris em 1630 no *Mercure François*, espécie de gazeta ou almanaque produzido regularmente pelo editor Étienne Richer nas primeiras décadas do século XVII. Cada volume era essencialmente composto pela transcrição de vasto número de documentos que configuravam uma abrangente crônica internacional da época<sup>38</sup>.

Interessam especificamente três documentos que abordavam a conquista de Pernambuco pelas tropas da Companhia das Índias Ocidentais em 1630. O primeiro deles é *A tomada da cidade de Olinda de Pernambuco com todos seus fortes*<sup>39</sup>, originalmente redigido por certo D. V. Vverdenburch, militar holandês que participou da tomada de Recife e Olinda. Trata-se de relato bastante detalhado das operações efetuadas pelos batavos. Aparentemente destinava-se aos dirigentes da Companhia ou aos Estados Gerais dos Países Baixos, sendo bastante difícil definir com precisão a partir do texto<sup>40</sup>. Essa narrativa era seguida por um mapa bastante modesto da região<sup>41</sup>.

O último documento interessa mais vivamente; é o *Discurso sobre a tomada de Pernambuco dedicado aos senhores diretores da Companhia Ocidental*<sup>42</sup>, redigido por um anônimo egresso da França Equinocial, como o texto deixa claro. De fato, fora conduzido a Recife como prisioneiro junto com La Ravardière, experiência que, segundo afirma, teria ampliado seus conhecimentos acerca do potencial militar lusitano na região – conhecimento este que oferecia em proveito da Companhia das Índias. O tom adotado é notadamente congratulatório, parabenizando a Companhia pela recente conquista, terminando por uma oferta de serviços: “assim encerro esta breve exposição, que suplico venha a ser agradável aos Senhores Diretores da Companhia, aos quais terei por grande honra poder, nesta ocasião, prestar algum serviço do seu agrado”.

Interessam principalmente certas observações traçadas pelo autor acerca da conjuntura. Expressava a suposição de que a tomada de Pernambuco permitiria à Companhia estabelecer completo domínio das Índias Ocidentais, ou ao menos abalar

---

<sup>37</sup> “Mirabel était chargé de l’acheter et de le dissuader de récidiver, car on disait qu’il voulait à nouveau tenter sa chance en Amérique du Sud” (Michel Devèze, apud MELLO, Op. cit., p. 244; MARIZ e PROVENÇAL, Op. cit., p. 124; DAHER, Op. cit., pp. 333-335).

<sup>38</sup> RICHER, Étienne (Org.). *Mercure François*. Paris: Étienne Richer, 1630, T. XVI.

<sup>39</sup> *La prise de la ville de Olinda de Fernambouc avec tous les forts d’icelle*.

<sup>40</sup> Idem, pp. 486-491.

<sup>41</sup> *Vrai pourtrait de la situation de Parnambouc* (Idem, p. 490 bis).

<sup>42</sup> *Discours sur le sujet de la prise de Pharnambuc dédié à Messieurs les directeurs de la Compagnie Occidentale*.

seriamente o poderio ibérico, citando possíveis consequências econômicas, especialmente a desvalorização monetária, vaticinando: “o escudo antes de chegar à Espanha lhe custará mais de 50 soldos”.

Por outro lado, enfatizava a necessidade dos batavos de forjar alianças junto às populações indígenas, sustentando que teriam imensa aversão aos lusitanos, tendo sempre preferido os franceses – o que não corresponde exatamente à realidade. Por fim, apresentava opinião bastante curiosa a respeito do Maranhão, especialmente considerando-se que era um egresso da França Equinocial. Julgava assim a terra da antiga colônia:

[O Maranhão] é mais belo do que bom, do qual creio que não será jamais possível fazer coisa de valor, com exceção dos rios próximos, como o Mearim e o Pindaré, que é um região de planícies de grande extensão, belas e boas, onde poderão ser encontradas terras próprias para cana.

Vale observar uma interessante tensão em relação a esse texto: ele fora redigido por um francês para um público holandês, sendo depois apropriado por um compatriota para difusão junto a um público igualmente francês, como num complexo caleidoscópico ou um sofisticado jogo de espelhos, através do qual o saber do autor, derivado da experiência da França Equinocial, era reaproveitado para diferentes propósitos políticos e culturais, nos Países Baixos ou na França, tecendo uma intrincada teia entre os dois lados do Atlântico. Em sentido mais amplo, percebe-se mais uma vez o quanto as navegações francesas relacionavam-se de modo imbricado a outras experiências ultramarinas da época.

## **II – Alvorecer de um império**

Em 1624, Luís XIII extinguiu o cargo de almirante de França, substituindo-o em 1626 pelo de grande mestre, chefe e superintendente geral da navegação e comércio da França. A nova função seria confiada a ninguém menos que o cardeal Richelieu, então em plena trajetória de ascensão política, e ganhando crescente influência em todos os assuntos da condução do reino. Segundo Erlanger, o cardeal já manifestava interesse pelos assuntos ultramarinos muito antes de assumir o novo ofício. Bluche qualifica essa mudança como uma “revolução copernicana”. De fato, o novo cargo unificava a jurisdição sobre todo litoral do reino, antes fragmentada entre diferentes almirantados.

Além disso, reunia competências administrativas, judiciárias e estratégicas, exercendo autoridade sobre o comércio, as colônias e as marinhas de guerra e mercante<sup>43</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, desde 1617 o jovem Luís XIII afastara do centro das decisões sua mãe, Maria de Médici, e aqueles que gravitavam a seu redor, cercado-se com os “barbons”, os homens de confiança de Henrique IV. Os anos seguintes foram marcados por crises internas importantes: entre 1620 e 1622, uma revolta de huguenotes em diversas partes do reino, liderada pelo duque de Rohan; entre 1619 e 1620 a rainha-mãe, apoiada por alguns nobres insatisfeitos, escapou da vigilância do rei em Blois, levantando-se em armas contra o filho, visando limitar a influência de seu favorito, Luynes; nesse momento começava a destacar-se a figura de Richelieu, que atuou como mediador entre Luís XIII e sua mãe. A partir de então Maria de Médici seria reintegrada ao processo decisório, e Richelieu passou a gozar de grande influência junto a ela, embora o rei o visse com desconfiança. Favorecido pela rainha-mãe, Richelieu foi admitido no conselho de Estado pelo rei, onde se destacou por sua aguda inteligência e por seus sagazes conselhos, aos poucos conquistando cada vez maior influência nas decisões e ganhando o respeito do monarca. Por volta de 1629 ele era conhecido como o “principal ministro” do Estado. No entanto, Richelieu jamais gozou da condição de “favorito” do rei e, na verdade, suas relações tiveram momentos muito tensos ao longo dos anos, sem contar com os atritos e intrigas de seus rivais na corte. Obviamente Richelieu mantinha também sua clientela, que o apoiava e auxiliava em inúmeras necessidades, em meio à qual se contava o clã dos Razilly, como veremos. A atuação política de Richelieu tinha algumas características marcantes, como o amplo uso da escrita, tanto por ele quanto por seus próximos. Tinha sempre a preocupação de expor suas ideias e projetos em documentos cuidadosamente redigidos, bem como em reunir memórias escritas por terceiros em que pudesse fundamentar seus pareceres – característica esta intimamente ligada à documentação aqui tratada<sup>44</sup>.

Enquanto estadista, o cardeal orientava sua ação por algumas linhas mestras, como a manutenção da constituição galicana da Igreja e da tolerância política, a ampliação do poder régio dentro do reino, flertando com uma razão de Estado maquiavélica, e o fortalecimento econômico e militar da França frente às outras

---

<sup>43</sup> Cf. ERLANGER, Philippe. *Richelieu*. Paris: Perrin, 2006, p. 387; BLUCHE, François. *Richelieu – El guardián del poder real*. Buenos Aires: El Ateneo, 2005, pp. 141, 144.

<sup>44</sup> Cf. BÉLY, Op. cit., pp. 274-278.

potências europeias, em especial os Habsburgos, de Madri ou de Viena. Richelieu mostrava-se disposto a inovar e renovar as instituições monárquicas, embora fosse mais reformista que revolucionário, no dizer de Le Roy Ladurie<sup>45</sup>.

Richelieu também lançou mão de estratégias de autopromoção comuns à época, encorajando artistas e literatos a enaltecer sua figura de diferentes formas. Um interessante documento parece remeter a essa prática. Trata-se de bela obra de aparato, o *Recueil des armoiries de tous les amiraux de France qui ont été succéssivement créés, depuis leur institution en titre d'Office, jusqu'au règne de Louis XIII*<sup>46</sup>, elaborado por certo sr. de Vallès, da cidade de Chartres, manuscrito cuidadosamente executado em papel de excelente categoria, bastante espesso e rígido, com bordas douradas (ainda hoje em ótimo estado de conservação, mantendo folhas quase brancas como novas, com pouquíssimas manchas), primorosamente iluminado a cores com tintas de magnífica qualidade, redigido em caligrafia muito bem cuidada e extremamente legível. O manuscrito consiste basicamente na reprodução dos brasões de cada almirante de França desde o primeiro, nomeado ainda no século XIII, sob Felipe, o Belo; cada brasão, representado sempre na página da esquerda, é acompanhado na página seguinte por breve texto explicativo, geralmente envolvidos por margens profusamente iluminadas – trabalho que parece ter consumido bastante tempo não apenas de execução, mas também de pesquisa. Um detalhe interessante é que Vallès incluía ao fundo de todos os brasões a representação de uma âncora. Esse conjunto heráldico era precedido por brevíssimo texto introdutório, que explicava como fora instituída a função de almirante. Ainda que o conteúdo da obra seja extremamente superficial, trata-se de trabalho muito bonito de se ver – o que era certamente a intenção do autor. Por sinal, no mesmo ano em que datara esse manuscrito, produzira um outro segundo os mesmos parâmetros, desta vez reproduzindo os brasões de todos os membros da Ordem do Santo Espírito desde

---

<sup>45</sup> Convém evitar uma rotulação peremptória e simplista de “maquiavélico” ao cardeal, como assinala Le Roy Ladurie: “Certamente, ele utiliza a astúcia e razão de Estado como meios, como cordas; pois ele é consciente das forças decuplicadas que ele pode tirar de uma administração poderosa, de uma fiscalidade ávida e de um exército moderno, disponíveis no território francês. Mas os objetivos do cardeal (mesmo um pouco distorcidos) permanecem aqueles da república cristã: piedade e justiça, indissolivelmente misturadas; repouso público, bem público, teria dito São Tomás; chamar à razão (mas não aniquilar) os huguenotes e sobretudo os grande, tendo em mente o fato de que o próprio cardeal que se tornar um grande, um muito grande, o grande dos grandes” (LE ROY LADURIE, Op. cit., pp. 63-82, 107-108).

<sup>46</sup> “Coletânea das armas de todos os almirantes de França que foram sucessivamente criados, desde sua instituição como título de Ofício, até o reinado de Luís XIII” – VALLÈS. *Recueil des armoiries de tous les amiraux de France qui ont été succéssivement créés, depuis leur institution en titre d'Office, jusqu'au règne de Louis XIII*, Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 2767.

sua fundação por Henrique III, em 1578<sup>47</sup>. Segundo toda probabilidade, ambos trabalhos atendiam a tentativas de aproximação junto a personagens da corte. Justamente por isso o manuscrito de Vallès sobre os almirantes parece muito interessante, como veremos.

Datado de 1631, é fora de dúvida que, em sua forma final, o manuscrito dirigia-se a Richelieu. No entanto, tudo indica que o trabalho fora originalmente concebido em intenção de outro personagem, o duque Henri de Montmorency, neto do grande condestável Anne de Montmorency, e último almirante de França, ocupando o cargo por ocasião de sua extinção, em 1624. Era homenagem bastante significativa, à medida em que sua linhagem oferecera diversos ocupantes do cargo – nada menos que cinco almirantes, incluindo o famoso Coligny, pertencente a um ramo caçula do clã. Há evidência inquestionável dessa intenção: no texto introdutório, Vallès refere-se ao cargo de almirante de França “comme l’a porté aujourd’hui [sic] Monsieur le duc de Montmorency”<sup>48</sup> - a palavra *aujourd’hui*, “hoje” foi apagada, deixando o espaço em branco, mas sua sombra permanece claramente legível ainda atualmente. Nota-se que, embora datado de 1631, o trabalho tinha sido iniciado alguns anos antes, ao menos anteriormente a 1624. No entanto, o sr. Vallès não deixou intimidar-se pela mudança política repentina, remendando a breve biografia do almirante de Montmorency:

O rei Luís XIII, desejando restabelecer a navegação e comércio em seu reino, após ter dado toda sorte de contentamento ao dito senhor de Montmorency pelo dito ofício de almirante, o suprimiu para estabelecer o eminentíssimo cardeal de Richelieu Grande mestre, chefe e intendente geral da marinha e negócio [sic] de França. E algum tempo depois o dito sr. de Montmorency foi feito Marechal de França<sup>49</sup>.

Num relato que deixava intacta a honra do anterior dedicatário da coletânea, o sr. de Vallès abria espaço para a introdução de Richelieu, feita na página seguinte. De certo modo, a inclusão do cardeal rompia com o programa estético predominante no manuscrito. Em lugar do simples brasão, o autor decidiu usar seu talento como miniaturista para pintar um bonito retrato do novo encarregado dos assuntos náuticos do

---

<sup>47</sup> VALLÈS. *Recueil de tous les chevaliers de l'ordre du Saint Esprit, depuis l'institution jusques en la présente année mil six cens trente un, avec les armoiries[...] le tout recueilly et mis en ordre par le sr. de Vallès* – “Coletânea de todos os cavaleiros da ordem do Santo Espírito, desde a instituição até o presenta ano 1631, com os brasões [...] tudo coletado e ordenado pelo sr. de Vallès”. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 2769.

<sup>48</sup> “como o traz hoje o sr. duque de Montmorency” (Idem).

<sup>49</sup> Idem.

reino, devidamente enquadrado em um cartucho que, segundo as regras da heráldica, indicava sua condição de eclesiástico, ao fundo do qual constava também a âncora.

O texto introdutório buscava definir sumariamente as funções do almirante, enfatizando seu papel judiciário específico de julgar em casos de litígio a quem pertenceriam os destroços de navios encalhados nas regiões costeiras. Mesmo nos comentários sobre cada almirante específico o autor enfatizava apenas a eventual participação de cada um em batalhas navais. Questões mais particularmente ligadas à colonização, ao Novo Mundo e mesmo à navegação comercial eram de todo omitidas – mesmo na legenda sobre Gaspar de Coligny! Na verdade, essa postura era pouco surpreendente; como vimos no segundo capítulo, a atuação de Coligny no cargo constituía exceção. Desse modo, a descrição geral da função que se extrai do texto de Vallès era condizente com a percepção comum de seus contemporâneos. Nesse sentido, o texto acerca de Richelieu também trazia certa ruptura com o panorama da obra, sendo inclusive o mais longo:

O ilustríssimo cardeal de Richelieu, Grande mestre, chefe e superintendente geral da navegação e comércio de França, Armand Jean du Plessis, ilustríssimo cardeal de Richelieu, tendo com tanta afeição quanto fidelidade abraçado os negócios do rei e de seu Estado, *considera que uma das principais coisas que pode torná-lo florescente é o restabelecimento da navegação e do negócio, único meio para enriquecer o povo e o reino*, tendo isto representado e feito ver ao rei e a seu conselho, Sua Majestade, suprimindo o ofício de almirante no ano MDCXXDII [sic] o constituiu Grande mestre, chefe e superintendente geral da navegação e comércio de França. A que se empregando generosamente como também em todas as outras ocasiões que se apresentaram, *ele fez ver não progressos, mas milagres*. No socorro à Ile de Roi, tomada da cidade de La Rochelle, passagem de Suze e redução das cidades rebeldes do Languedoc. E nós aguardamos os felizes sucessos deste grande exército que esse muito digno prelado conduz e comanda atualmente na Itália, sob os felizes auspícios de nosso Justo Rei<sup>50</sup>.

Em que pese o tom bajulador, percebe-se que algo se tinha passado desde a formulação inicial do manuscrito: o sr. de Vallès percebia – e descrevia – as atividades marítimas de nova maneira. No entanto, essa nova concepção era diretamente atribuída ao cardeal, que *considerava* navegação e comércio atividades importantes para a

---

<sup>50</sup> Idem.

prosperidade do reino, tendo operado *milagres* em seu favor. Sem dúvida essa mudança de rumos era notada *a posteriori*; quando de Vallès finalmente completou seu trabalho - e talvez tenha feito com que chegasse ao cardeal - Richelieu já desempenhava o ofício havia cinco anos, período durante o qual o autor percebeu que algo de novo se passava. Também é interessante destacar no trecho em questão a presença da noção de “restabelecimento”, que já havíamos encontrado na *Plainte publique* e no manuscrito de Meneust e Chambriand. Ao que tudo indica, essa noção conseguiu viajar das periferias ao centro do poder.

Com efeito, o cardeal interessava-se cada vez mais pelas questões marítimas, tendo até então contribuído para a criação de três companhias de comércio, duas das quais voltadas para a América do Norte, a malsucedida Companhia dos Cem Associados, fundada em 1626 e a Companhia geral da Nova França, em 1627. Também contribuiu grandemente para esse interesse o difícil sítio de La Rochelle. Como já vimos, havia muito tempo a cidade era um importante bastião do protestantismo na França, papel apenas reforçado pelo édito de Nantes, que desde 1598 concedia-lhe o *status* de praça de segurança huguenote – situação bastante criticada por numerosos católicos que viam a *urbs* como um quisto independente dentro do reino. Em 1625, durante nova sedição de huguenotes, a cidade já servira como base para as operações do reformado Benjamin de Soubise, irmão do duque de Rohan. Em junho de 1627, devido a – ou a pretexto de – um novo tratado de aliança com a Espanha, uma frota inglesa composta por 60 navios partiu em ataque à ilha de Ré, situada perto de La Rochelle, cujos cidadãos mostraram-se solidários à potência protestante, passando em setembro do mesmo ano a apoiar abertamente as operações militares de seus correligionários britânicos. Carlos I da Inglaterra havia anteriormente proclamado ser o “defensor natural” dos reformados franceses. Como salienta Erlanger, os ingleses também tinham a ambição de tomar nova posição continental, desde a perda de suas posses no passo de Calais. Contudo, em novembro uma força de ataque liderada pessoalmente por Luís XIII conseguiu expulsar os invasores da ilha. A esse episódio seguiu-se o longo assédio de La Rochelle, durante o qual o poder naval da cidade mostrou-se crucial aos sediciosos, garantindo suas linhas de abastecimento junto a seus correligionários ingleses, que lhes ofereceram amplo apoio, tão eficiente que o cerco durou quase um ano. Para derrotar os sitiados foi necessário construir uma barreira marítima composta por navios afundados carregados com pedras, a qual finalmente conseguiu isolá-los de

seus aliados, fazendo com que capitulassem. Richelieu participou ativamente desse penoso cerco, sendo inclusive o responsável pela implementação da estratégia vitoriosa – por sinal, um dos mais belos quadros a retratar o cardeal é *Richelieu no sítio de La Rochelle*, pintura histórica do romântico Henri-Paul Motte<sup>51</sup>.

Nos anos seguintes, o cardeal estabeleceria uma estreita parceria com o marquês de Effiat, marechal de França para fortalecer o poder marítimo francês. Effiat ocupava desde 1626 o posto de superintendente das finanças, tendo inclusive contribuído para o sítio de La Rochelle através da criação de impostos extraordinários e organizando comboios para transporte de moeda à região. De fato, segundo Petitfils, o marechal era bastante próximo de Richelieu, que contribuíra para sua ascensão na corte; Effiat chegara a representá-lo em assuntos de ordem particular, enquanto durante a campanha militar realizada na Sabóia e no Piemonte o cardeal tomara seu partido contra o duque de Montmorency, ao qual estava então subordinado. Após sua morte, Richelieu zelou por seu filho, o jovem marquês de Cinq-Mars, que com seu auxílio tornou-se um dos favoritos de Luís XIII; mais tarde o voluntarioso rapaz tornou-se um tormento para o protetor e mesmo para o rei – mas isso é outra história<sup>52</sup>.

No início da década de 1630 o cardeal e o marechal solicitariam relatórios, memórias e pareceres a inúmeros personagens do reino experientes nas lides do Atlântico, do Índico e do Mediterrâneo, de modo a organizar melhor sua política ultramarina a partir desse precioso *savoir-faire*. Esse valioso *corpus* documental encontra-se hoje na Seção de Manuscritos Ocidentais da Bibliothèque Nationale de France; muitas dessas fontes estão reunidas e encadernadas num mesmo códice composto por inúmeros manuscritos. Embora os documentos não sejam datados, é possível afirmar certamente que foram redigidos entre 1631 e 1632, período em que Effiat assumiu no ofício de marechal de França, até seu falecimento.

Um desses documentos é o *État general de la marine, avec les ordonnances et règlements qui s’y observent, l’ordre pour employer tous les beaux règlements et obvier à l’avenir aux inconvénients survenus ci devant, et la manière pour combattre dans un navire, etc*<sup>53</sup>. Trata-se de texto redigido coletivamente por vários capitães da

---

<sup>51</sup> Cf. BÉLY, Op. cit., pp. 284-286; PETITFILS, Op. cit., pp. 629-630; ERLANGER, Op. cit., p. 393.

<sup>52</sup> Cf. PETITFILS, Op. cit., pp. 396-397, 427, 606, 641, 774-780.

<sup>53</sup> “Estado geral da marinha, com as ordenações e regulamentos que nela se observam, a ordem para empregar todos os belos regulamentos e impedir no futuro os inconvenientes sobrevindos antes de agora

marinha francesa reunidos no porto de Brouage por ordem de Richelieu. O objetivo dessa reunião era a redação de um documento que reunisse a experiência de todos esses capitães para o estabelecimento de regulamentos, que doravante orientariam a marinha francesa, assim que revisado, corrigido e aprovado pelo cardeal. No documento em questão eram estabelecidas variadas questões que passavam pela definição da tripulação destinada às embarcações, da capacitação a ser oferecida aos aprendizes, da disciplina nos navios, dos estoques de armas e mantimentos, entre muitos outros tópicos. Como esclarece sua folha de rosto, tratavam-se de propostas “Para a construção e defesa dos navios, e as ordenações feitas para a maneira de viver nos ditos navios”<sup>54</sup>.

O documento iniciava por um preâmbulo assinado pelo comandante de La Porte, identificado como membro dos conselhos de Estado e privado, embaixador da ordem de Malta junto ao rei e dirigido ao Intendente geral da navegação e comércio de França, Richelieu. La Porte era tio materno do cardeal, e um de seus colaboradores mais confiáveis<sup>55</sup>. Nesse preâmbulo, esclarecia-se a principal motivação para a redação coletiva desse documento:

[...] nos foi diversamente representado que a perda e ruína ocorrida nos portos do rei de quantidade de navios de Sua Majestade construídos neste reino para servir à guerra, por falta de ter sido bem ligados e construídos, se perderam e abriram de seu próprio peso sem navegar, ou se abriram no mar com perda de homens e mercadorias, pois sua fabricação e ligação não estava feita do modo conveniente à guerra, o que procedeu da falta de ciência e prática daqueles que fizeram sua construção e edificação<sup>56</sup>.

Além dessas preocupações relacionadas à boa construção dos navios, o documento também ressaltava a necessidade de manter um corpo de marinheiros e oficiais bem preparados à disposição do poder monárquico, especialmente no que dizia respeito à marinha de guerra:

Além disso, sendo necessário para a guerra ter melhores ordens e que os oficiais saibam a função de seus cargos devido às penas perpétuas que passam, que são sem dúvida maiores que aquelas dos navios mercantes, era necessário empregar em todos os

---

*e a maneira para combater em um navio, etc* (Bibliothèque Nationale de France, Ancien Fonds Français, FR 19800).

<sup>54</sup> “Pour la construction et déffense des vaisseaux, et les ordonnances faites pour la manière de vivre dans les dits vaisseaux” (Idem).

<sup>55</sup> Cf. BLUCHE, Op. cit., pp. 143, 145.

<sup>56</sup> Idem.

navios de guerra oficiais em quantidade capazes de seus cargos e da qualidade requisitada para deles se desincumbirem bem e devidamente, a fim de que todas as frotas e navios do rei naveguem todas de uma mesma forma e pelas mesmas regras, com este fim que lhes seja prescrita a função de seus cargos e dadas leis pelas quais eles sejam retidos em uma segura justiça ou disciplina<sup>57</sup>.

O trecho acima torna bastante claras as relações entre esse esforço de organização das forças navais e a crescente centralização monárquica empreendida por Henrique IV e Luís XIII, culminando no reinado de Luís XIV. De fato, lendo o documento fica-se com a tentadora impressão de contemplar a origem da *Royale* do Rei Sol. Por outro lado, é importante observar o quanto essa iniciativa era essencial ao sucesso de uma marinha de guerra, como o texto destacava. Como bem lembra Geoffrey Parker, não era suficiente contar com grande número de embarcações, homens e equipamentos – sem o devido treinamento de pessoal especializado, todos esses recursos poderiam se tornar inúteis. Segundo o historiador, essa seria uma das razões do declínio da marinha dos Habsburgos nesse período: por exemplo, muitos pilotos mostravam pouca competência para a interpretação adequada dos mapas, assim como para a manobra dos navios. Por sinal, Simon Schama também observa que, mesmo no auge de sua glória, a marinha de guerra holandesa também passou por alguns reveses devido à falta de profissionais dos mares em quantidade suficiente em certos momentos.

La Porte também lembrava a importância de estabelecer nos portos franceses uma infraestrutura capaz de fornecer às suas esquadras o apoio necessário ao desenvolvimento adequado de suas funções:

Como também [deve-se] prescrever a função como se fazer as demonstrações [?] e a ordem que deve ser mantida nos portos do rei.

Regular as funções dos comissários da Marinha, dar as ordens para as frotas e para a distribuição dos navios nos portos, e finalmente dar ainda as instruções para os chefes de esquadras e para os corpos de exército<sup>58</sup>.

Como se percebe, os comissários da Marinha em cada porto teriam a função de coordenar as cadeias de comando e orientar os fluxos de informação provenientes do poder central, não apenas para a manobra dos navios, mas também para as tropas terrestres que eventualmente deveriam ser embarcadas. Tal organização centralizada e

---

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

padronizada era caracterizada no documento como a melhor alternativa para a superação das limitações francesas nos mares; por outro lado, retrospectivamente, La Porte via essas mesmas restrições como fruto da falta de centralização e padronização, “o que não sendo inteiramente praticado até aqui, teria originado diversos e notáveis inconvenientes que em muitas ocasiões retardou o bem do serviço do rei”<sup>59</sup>.

Curiosamente, a primeira proposta estabelecida pelo documento era contratar dois carpinteiros ingleses ou holandeses para, junto a um conselho de seis ou sete capitães experientes, definir as regras de construção dos navios de guerra franceses, porque “até aqui nunca houve nesse reino nenhum bom mestre carpinteiro que tivesse a ciência e experiência de fazer bem e devidamente a construção e edificação desses navios”<sup>60</sup>. Em que pese eventual exagero, essa sugestão provoca forte sensação de *déjà vu*. De fato, lembra muito a formação da escola de cartografia normanda um século antes, onde muitos pilotos e cartógrafos ibéricos, especialmente portugueses, migraram para os portos da Mancha levando seus saberes, propiciando a transferência de conhecimentos e mesmo o florescimento de uma tradição cartográfica com características peculiares. Por outro lado, evidencia a percepção entre os franceses de que o *cutting edge* da tecnologia náutica já não mais se encontrava entre lusitanos e hispânicos, mas entre batavos e britânicos. De fato, os grandes modelos de sucesso naval para os gauleses dessa época eram as duas Companhias das Índias organizadas nos Países Baixos. Como poderia ser diferente, ante as brutais demonstrações de seu poderio no Atlântico Sul e no Índico, que tantos prejuízos causavam então à União Ibérica<sup>61</sup>? Essa questão parece bastante evidente em outro trecho, no qual eram definidas as competências esperadas do primeiro piloto:

São necessários três pilotos, dos quais o principal, que é aquele de rotas, deve conhecer perfeitamente o Céu, fazer bem as observações e muitas coisas de seu dever que são descritas nos roteiros holandeses<sup>62</sup>.

Não bastava ser competente, era necessário seguir o modelo holandês...

---

<sup>59</sup> “ce que n`ayant été pratiqué entièrement jusqu`ici, il s`en serait ensuivi plusieurs et notables inconvénients qui ont en maintes occasions retardé le bien du service du Roi” (Idem).

<sup>60</sup> “jusqu`ici il n`y a eu en ce royaume aucun bon Maître Charpentier qui aye la science et expérience d`en faire bien et dûment la construction et le bâtiment d`iceux navires” (Idem).

<sup>61</sup> Cf. BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 98-124.

<sup>62</sup> “Il faut trois pilotes dont le principal qui est celui de routes doit connaître parfaitement le Ciel, bien faire les observations et beaucoup de choses de son devoir qui sont décrites dans les Routiers hollandois” (Idem).

O oficialato estipulado para os navios era significativo do nível de organização hierárquica que se desejava imprimir às forças navais, mas também do quanto buscava-se incorporar de modo padronizado e permanente o exercício de diversos saberes especializados às lides náuticas francesas. Os capitães reunidos em Brouage definiam de modo paradigmático a presença de um pequeno corpo de oficiais especialistas em cada navio: um escrivão; um cirurgião “et son barberot”; um mestre canhoneiro e três aprendizes; um cozinheiro e um aprendiz; dois calafates; dois carpinteiros; um tanoeiro e um preboste encarregado da administração dos víveres e estoques. O documento definia minuciosamente e com grande precisão quais seriam as tarefas de cada um desses oficiais e mesmo a periodicidade com que essas deviam ser realizadas. Por sinal, parte significativa dessas instruções dizia respeito à manutenção e à conservação dos recursos materiais do navio, desde os cuidados para manter a pólvora seca àqueles necessários para evitar a deterioração dos alimentos. Particularmente a função de cozinheiro era descrita com grande precisão, mostrando o quanto o padrão de eficiência desejado para uma tarefa aparentemente simples era elevado a um considerável patamar de elaboração. Os capitães de Brouage deixavam pouco espaço para o imprevisto em cada tarefa do navio. É interessante observar que atribuíam grande importância ao devido manejo da pólvora e das peças de artilharia, por razões óbvias. É curioso cotejar esse documento a um manuscrito de 1543, o *Livre de guerre, tant par mer que par terre*, redigido (em péssima caligrafia) por Jean Bytharne, canhoneiro do rei. Cada capítulo era voltado a um tema bastante específico de manobra militar, desde a travessia de pontes ao assédio a cidades, passando por técnicas de batalha campal; o livro tratava ainda do preparo da artilharia, incluindo algumas receitas de pólvora e instruções para fabricação de munição. No entanto, apesar do título, pouquíssimos capítulos abordam a guerra naval, e mesmo estes se mostravam preocupados com situações especificamente “terrestres”, ligadas a defesa ou ataque em portos<sup>63</sup>. Não espanta que quase um século depois os capitães de Brouage se preocupassem com essa questão, assim como Isaac de Razilly, como veremos adiante.

Os redatores do documento também chamavam atenção para a necessidade de durante as viagens preparar os jovens marinheiros para as mais diversas tarefas, como uso de canhões e mosquetes, a serem atentos nas tarefas ao timão e no turno de

---

<sup>63</sup> BYTHARNE, Jean. *Livre de guerre tant par mer que par terre*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 3890.

sentinela, ressaltando sempre a necessidade de obediência, silêncio e atenção: “Que de resto eles sejam atentos a ouvir as ordens, ousados e seguros, e não sejam blasfemadores e brigões, mas que vivam bem com seus companheiros”<sup>64</sup>. Como evidencia esse trecho, as preocupações de nossos capitães de Brouage com a eficiência não podem ser interpretadas dentro dos padrões capitalistas pós-industriais a que estamos habituados. Essa questão fica ainda mais clara no que diz respeito aos comandantes das embarcações. Após enumerar as qualidades técnicas do capitão em experiência militar, náutica e liderança, o documento arremata:

Enfim, dotados da primeira e principal virtude que é temer a Deus e fazer com que sua tripulação escute as preces com atenção e reverência. Para esse efeito eles devem escolher cada um um capelão, homens de bons exemplos e de boa vida que os instruem tanto por suas boas ações quanto por suas palavras, e com efeito homens de bem, também eles devem ser honrados tanto por toda a tripulação, e em consideração de *que eles tenham perpetuamente diante dos olhos e se lembrem que o Rei lhes entregou e pôs entre as mãos os ditos navios para aí viver e morrer e não para entregá-los a seus inimigos e aí cometer a menor covardia do mundo* (grifo nosso)<sup>65</sup>.

No fim das contas, a maior competência exigida de um capitão não dizia respeito às habilidades especificamente marítimas, mas à religião e aos bons costumes: era necessário um capitão temente a Deus e que orientasse seus homens na boa conduta católica. Não é difícil perceber as convergências entre essa formulação e os ideais de disciplina moral e eclesiástica defendidos pelos genebrinos da França Antártica quase um século antes, assim como por Marc Lescarbot em tempos mais recentes. Exemplificando essa mesma tendência encontramos entre os regulamentos propostos para todos os navios franceses:

#### Terceiro

Em primeiro lugar é ordenado a todos os capitães ou em sua ausência aos tenentes, de fazer orar a Deus ao entardecer e pela manhã, e exigir que enquanto se ora a Deus, ninguém da tripulação se distraia, e que ore com atenção e reverência sob pena aos contraventores de três soldos de multa, e pela segunda vez permanecer oito dias a pão e água, e ser presos no porão por três vezes.

#### Quarto

---

<sup>64</sup> “Qu’au reste ils soient attentifs à ouir les ordonnances, hardis, et assûrés, et ne soient point blasphemateurs ni querelleurs, ains qu’ils vivent bien avec leurs compagnons” (Idem).

<sup>65</sup> Idem.

Item que ninguém ofenderá o nome de Deus, sob pena de ser atado ao mastro e açoitado pelo quartier [verificar] mestre, e ainda mais em dois soldos para os pobres<sup>66</sup>.

Como o texto deixa claro, tais exigências e normas não se resumiam a finalidades pias, mas também eram vistas como forma de reforçar a lealdade dos marinheiros à monarquia francesa. A questão parece tanto mais relevante quando lembramos a conjunção explosiva entre Reforma e sedição nos anos anteriores e particularmente em La Rochelle, acrescentadas pelo fato de que o meio naval abrigava muitos huguenotes – declarados ou ocultos. Parece bastante provável que esse rígido zelo católico tivesse justamente por finalidade evitar a propagação do credo reformado entre as tripulações. Segundo Mickaël Augeron, as longas viagens marítimas davam lugar a bom número de conversões entre os marujos. Estudando processos de marinheiros franceses apanhados nas malhas do Santo Ofício português ou espanhol o historiador aponta algumas das características do cotidiano náutico que favoreciam essa situação, como os longos períodos de marasmo onde se conversava acaloradamente sobre questões religiosas, a ausência de padres ou capelães na maioria das embarcações, a circulação relativamente fácil de impressos reformados bem como sua leitura coletiva nas horas ociosas, entre outras situações<sup>67</sup>. É difícil crer que os capitães reunidos em Brouage ignorassem esse tipo de situação e que não a relacionassem de alguma maneira à questão da disciplina religiosa nos navios.

A segunda metade do volume em questão compila documentos prévios sobre as navegações francesas, especialmente uma ordenação de Francisco I datada de 1533, na qual eram estabelecidos os direitos pecuniários do almirante de França e os regulamentos para os julgamentos de presas. Aparentemente era importante redefinir essas questões num momento em que o ofício de almirante de França acabava de ser extinto e substituído pelo cargo de intendente das navegações e comércio. O volume contém ainda outros documentos com conselhos de manobra e navegação em situações cotidianas ou em ordem de batalha, e outros com algumas projeções de despesas quanto à manutenção de navios e tripulações.

Os regulamentos e propostas elaborados pelos capitães franceses reunidos em Brouage não apenas evidenciam os esforços de centralização decisória

---

<sup>66</sup> Idem.

empreendidos por Luís XIII e Richelieu, mas também o quanto esse processo era construído em diálogo com os especialistas nas periferias do poder, bastante distante da mera imposição.

Também algumas memórias manuscritas podem ser incluídas nesse mesmo *corpus* documental elaborado em torno de Richelieu e do marechal de Effiat, todas elas atualmente reunidas em um mesmo códice da Bibliothèque Nationale de France. Esse fato não pode ser superestimado, à medida em que essa organização conjunta talvez tenha sido realizada em momento posterior; por sinal, o códice também reúne documentos muito mais tardios do século XVII. Ainda assim, as referidas memórias compõem evidentemente uma série documental. Também é necessário observar que não podemos considerar essa coletânea exaustiva; é possível que outros documentos tenham sido endereçados ao cardeal e ao marechal atendendo ao mesmo propósito, encontrando-se hoje perdidos ou guardados em outros locais que não podemos determinar.

Uma dessas memórias, anônima, propunha a organização de uma expedição de corso contra as costas ibéricas no Novo Mundo. Seu autor apontava diversas possibilidades de butim desejável; saquear prata aos navios partindo do México rumo à Espanha, ou ainda aqueles que viessem do Brasil trazendo açúcar, couro, prata [?] “e outras coisas provenientes do dito país”<sup>68</sup>. Caso não encontrassem nenhum desses navios, sugeria que a expedição se voltasse às “ilhas do Peru”, onde poderiam atacar as regiões costeiras ou ainda encontrar com “navios muito ricos”<sup>69</sup>. No entanto, salientava que o mais importante resultado da viagem seria o melhor reconhecimento da costa, o que poderia ser útil “em caso de que se tenha desígnio de aí enviar no futuro uma maior força”<sup>70</sup>. Como se vê, a proposta em questão tentava conjugar resultados a curto e longo prazo, o que parece derivar do contexto específico que foi elaborada, como esclarecia:

Monsieur marechal de Effiat tendo me comandado propor alguma viagem que pudesse ser de algum modo útil e proveitosa, seja em guerra ou comércio e de elaborar uma memória a seu respeito. E reconhecendo que para esse ano não

---

<sup>67</sup> Cf. AUGERON, Mickaël. *Le navire, lieu de conversion au protestantisme: l'exemple du normand Guillaume de Siles en 1570-1571*. In: AUGERON, POTON e VAN RUYMBEKE (org.), Op. cit., pp. 91-106.

<sup>68</sup> “et autres choses provenant dudit pays” (*Mémoire touchant la navigation*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de manuscritos ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826).

<sup>69</sup> “navires fort riches” (Idem).

<sup>70</sup> “en cas qu'on aye dessein d'y envoyer à l'avenir plus grande force” (Idem).

há nenhum lugar onde se possa fazer viagem mercante com utilidade pois é tarde demais para empreender tais viagens nesse ano. Eu proponho [...] <sup>71</sup>.

Desse modo, sua memória defendia exatamente esse equilíbrio entre utilidade (reconhecimento) e proveito (curso), privilegiando uma expedição de pequenas dimensões – um navio, um patacho, duas galeotas, três chalupas e duzentos homens – que pudesse abrir novas possibilidades para o futuro.

Outra memória, muito mais extensa, lançava as pretensões francesas muito longe, nas águas do Índico. Para o proponente dessa alternativa, certo Beaulieu <sup>72</sup>, os franceses deveriam se instalar na ilha de Madagascar, onde portugueses, holandeses e ingleses não mantinham presença; o autor afirma ter anteriormente passado um período na ilha. Como bem percebia Beaulieu, a navegação europeia do Índico já era bastante complicada a essa altura, marcada por profundas rivalidades e arranjos complexos com as potências locais – em suma, era assunto delicado, mas o autor da memória garantia que Madagascar seria uma opção viável, à medida em que os concorrentes europeus já teriam problemas suficientes para se manterem em outras regiões.

Beaulieu mostrava consciência bastante clara de que o comércio do Índico não era coisa simples, tanto devido à inflação dos preços nas três décadas precedentes, provocada pelo aumento de demanda europeia pelos produtos asiáticos, quanto às dificuldades em efetivar as compras, uma vez que, não havendo demanda local por produtos europeus, era necessário dispendir dinheiro, perdendo-se grandes quantias nas operações cambiais. Com efeito, o historiador Luiz Felipe Thomaz oferece panorama bastante rico do quanto o comércio na Ásia exigira dos portugueses amplo envolvimento nas rotas comerciais regionais, vendo-se obrigados a desenvolver uma complexa rede de operações mercantis para obter produtos em volume suficiente para o mercado europeu <sup>73</sup>. O autor da memória era muito claro quanto às dificuldades por superar:

Não se deve imaginar que o estabelecimento dos franceses nas Índias Orientais poderia ser feito em apenas um ano, e que tal empresa deve ser bem prevista. E considerar que o humor dos

---

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> Parece-nos improvável tratar-se de descendente de Martin Ruzé de Beaulieu, que fora *Secrétaire du roi* sob Henrique III, Henrique IV e Luís XIII, tendo em vista que o mesmo falecera em 1613 sem deixar herdeiros.

<sup>73</sup> Cf. THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, pp. 178-187, 421.

franceses é que, não sucedendo uma viagem com proveito, eles não retornam para a segunda. Que saindo de um país temperado e tão abundante quanto é o de seu nascimento, se eles encontram [países] inclementes e difíceis, eles sentem incontinenti repulsa. Assim como envia-los ao trato em Sumatra, Java Maior, Sião, Conchichina, as Molucas, Japão e outros lugares distantes e aí encontrar os obstáculos tais como podem fazer nascer os holandeses, é jogar dinheiro no mar e perder homens. Depois, toda empresa de tráfico que admite o transporte de dinheiro em quantidade para fora do reino deve ser rejeitada. Mas receber aquelas que levam aos países estrangeiros o fluxo das manufaturas de França e de onde se trazem mercadorias que faltam no reino e que convém comprar em quantidade de nossos vizinhos. Para então tirar todo meio aos espanhóis, portugueses, ingleses e holandeses de prejudicar e impedir a dita navegação, evitar as astúcias e monopólios dos indianos, a perda de homens e a saída de dinheiro, tomo a ousadia de dizer. Que seria necessário que monsenhor o Cardeal, cuja generosidade, prudência e valor é conhecida por todo o mundo, se declarasse protetor dessa empresa [...] <sup>74</sup>.

A solução proposta por Beaulieu para superar essas dificuldades era o envio de uma flotilha ao Índico; no primeiro ano, uma parte dos homens e navios dedicar-se-ia à fundação de um forte na ilha de Madagascar, enquanto outros praticariam o curso na costa da Etiópia e na entrada do Mar Vermelho, saqueando tanto embarcações nativas quanto portuguesas. Parte desse butim seria enviada à Europa para venda, enquanto o resto permaneceria em Madagascar para o comércio do Índico. Nos anos seguintes deveriam ser enviados reforços da Europa. O autor deixava claro que a ilha em si não oferecia potencial para mercadorias de valor, servindo basicamente como base para operações mercantis, devido a sua localização favorável entre as principais rotas da região. Segundo ele, a melhor maneira de viabilizar esse projeto seria através da fundação de uma companhia de comércio.

Outra das memórias, bastante breve e também anônima, enfatizava a necessidade de fornecer maior apoio aos estabelecimentos franceses no Alto e Baixo Canadá e na Acádia. Para tanto, propunha a criação de uma nova companhia de comércio, na qual o rei ou o cardeal deveriam ter papel preponderante, ao contrário de experiências anteriores, como a Companhia dos Cem Associados:

---

<sup>74</sup> BEAULIEU. *Mémoire*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

É necessário antes de tudo crer e ter por certo que enquanto o negócio estiver nas mãos de uma companhia e de tantas cabeças é completamente impossível que ela possa ter sucesso a contento de monsenhor. Os exemplos de várias companhias feitas na França para negócios navais prestam testemunhos muito expressos a esse respeito. Mas para fazê-la produzir um bom efeito convém fazê-la ficar nas mãos do rei ou de monsenhor, no qual caso ela se tornará um dos negócios que [ilegível] considerável no Estado sobre o feito da navegação<sup>75</sup>.

O texto defendia um plano de ação de longo prazo, a se desenvolver durante uma década, durante a qual a companhia ocupar-se-ia da pesca do bacalhau e do comércio das peles, ao mesmo tempo em que contribuiria para o povoamento do Canadá. A cada ano os investimentos da companhia em navios e colonos deveriam ser gradativamente incrementados. Outro detalhe importante seria o emprego de navios do rei (isto é, de sua marinha de guerra) a serviço da companhia. O autor apontava os potenciais ganhos da iniciativa:

E por esse meio, com fundo bem pequeno, far-se-á quatro grandes esforços que resultarão em honra e grandeza da França.

O primeiro, o povoamento do país estrangeiro, o qual causará a comissão de grande quantidade de selvagens ao Cristianismo.

O segundo, um grande comércio naval tanto para os peleteiros quanto para navegação do [rio] Détroit.

O terceiro, o emprego de doze navios do rei que não representarão mais encargo sobre suas finanças, tanto que o [ilegível] que eles ganharão pagará sua restauração e manutenção.

A quarta, que é grandemente considerável e útil ao público é que doze navios do rei cruzando anualmente os [ilegível] armas e munições como tais navios devem ser para a navegação tanto do Détroit quanto do mar [ilegível] impedirão uma infinidade de piratarias que se fazer quotidianamente sobre os súditos do rei especialistas na navegação que por falta de emprego procuram condições entre os estrangeiros<sup>76</sup>.

Essas conclusões parecem bastante interessantes, justamente pelo modo como retratam a plêiade de expectativas convergentes relacionadas às navegações, formando um amálgama de perspectivas religiosas, comerciais, militares e territoriais.

Esse conjunto documental se articula de forma complexa: por um lado, percebe-se uma sólida demanda para que a França tivesse uma participação mais ampla nas dinâmicas marítimas da época, no Atlântico ou no Índico; por outro, esse ponto de

---

<sup>75</sup> *Mémoire concernant le Haut et Bas Canada et Acadie*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

vista era fragmentado em uma gama de opiniões e propostas diversificadas quanto ao detalhe. De certo modo, trata-se de uma unicidade estratégica tensionada em uma pluralidade tática, um consenso quanto ao fim, marcado por divergências quanto aos meios. *Dentro* desse campo de tensões Richelieu, Effiat e a coroa irão agir, selecionando, extraindo e organizando opções, de modo a elaborar um projeto realmente monárquico para as navegações e a colonização.

O *corpus* documental aqui discutido é composto ainda por três textos produzidos em torno do clã dos Razilly; as memórias redigidas por Isaac de Razilly parecem particularmente interessantes por promoverem uma espécie de síntese em relação às demais. A trajetória dessa família irá ocupar-nos nas próximas páginas.

### **III – Família entre dois mundos**

Vale a pena abordar de modo destacado a atuação da família Razilly, cuja trajetória é emblemática das questões abordadas neste capítulo. A ligação entre os Razilly e o cardeal era bastante antiga. Desde o início de sua ascensão ao poder, ainda durante o reinado de Henrique IV, Richelieu reunira a seu redor um séquito composto por parentes e amigos oriundos da nobreza de sua região natal, o Poitou. Esse grupo desempenhou papel muito importante, formando uma rede de apoio a suas ações no reino e mesmo fora. Os irmãos François, Claude e Isaac de Razilly faziam parte dessa clientela, sendo primos de Richelieu<sup>77</sup>.

Como vimos no capítulo anterior, os três irmãos tiveram essencial participação na experiência da França Equinocial. Após a morte de Henrique IV, fora a parceria do huguenote La Ravardière ao católico François de Razilly que viabilizara a criação da colônia junto à regente Maria de Médici. François inclusive tornar-se-ia o líder *de facto* da colônia, devido à rejeição dos católicos da colônia por reconhecer a autoridade de La Ravardière.

No entanto, a participação dos Razilly nos assuntos ultramarinos não se encerrou na batalha de Guaxenduba. Enquanto La Ravardière e outros huguenotes tentavam a sorte nos Países Baixos, junto à Companhia das Índias Ocidentais, os três irmãos tentavam se articular junto à monarquia francesa. Nos anos seguintes, François

---

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Cf. LADURIE, *L'Ancien Régime...*, Op. cit., Vol. I, p. 65; PETITFILS, Op. cit., p. 421; BLUCHE, Op. cit., p. 147.

de Razilly ofereceria a Luís XIII um exemplar da obra do capuchinho Yves d'Évreux, sua *Suite de l'histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnan*. Por razões que não se sabe ao certo, a obra foi impressa, mas não chegou a ser distribuída; na verdade, a maioria dos exemplares foi destruída. Por volta de 1617 François conseguiu “par subtils moyens” resgatar esse exemplar, e mandou encaderná-lo precedido por uma dedicatória impressa ao rei, de sua autoria<sup>78</sup>. Nesse texto, se permitia escrever ao rei ponderando as possibilidades da colônia e denunciando aqueles que teriam instigado sua perda:

Praticaram estes atos com intenção de perder Vossa Majestade o título de Rei Cristianíssimo forçando-o a abandonar os sacrifícios, e as obrigações contraídas para com os novos cristãos, a reputação de suas armas e bandeiras, a utilidade vossa e de vossos súditos, proveniente de um país tão rico e fértil, um porto tão importante como próprio à navegação de longo curso, hoje deteriorado, e tudo o mais adquirido com muitas despesas e cuidados.

Para chegar-se a este ponto necessário foi recorrer a duas imposturas, muito bem conhecidas por pessoas de bom-senso: uma foi de dizer-se que este país nada produzia, e nem tinha riqueza alguma, contra a verdade geralmente sabida; a outra foi de serem os índios incapazes de receberem a luz do cristianismo em oposição à palavra de Deus e à doutrina universal da Igreja.

Eis como, Senhor, acabou-se esta obra excelente tão bem começada, sendo tão triste resultado devido à fraude e à malícia daqueles que, desejando ocultar seus defeitos, os atiravam sobre o país, que por negligência dos maus franceses, cuidadosos só do seu proveito e interesse particular, se esqueceram do de Vossa Majestade, embaraçando perda tão notável [...]<sup>79</sup>.

O texto parece se voltar contra aqueles que no capítulo anterior chamamos “amigos da paz”, os defensores dos casamentos espanhóis. A carta se concluía por uma oferta de serviço ao rei: François anunciava que ele e seus irmãos estavam à disposição de Luís XIII para “fazer reconhecer por todos os cantos desse Novo Mundo que não há na Cristandade um monarca tão grande e poderoso quanto um Rei de França”<sup>80</sup>. Em

---

<sup>78</sup> Obermeier explora os meandros dessa oferta (OBERMEIER, Franz. *Documentos sobre a colônia francesa no Maranhão (1612-1615): as partes censuradas do livro de Yves d'Évreux, Suite de l'Histoire*. In: COSTA, Wagner Cabral da. *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EdUFMA, 2004, pp. 33-50).

<sup>79</sup> Idem, pp. 209-210. Texto publicado como prefácio à obra de Evreux, provavelmente composto em outra tipografia por encomenda do próprio Razilly (Cf. Pianzolla, p. 225; RAZILLY In: ÉVREUX, Yves. *Voyage dans le Nord du Brésil*. Paris e Leipzig: Librairie A. Franck, 1864, pp. 1-2).

<sup>80</sup> “faire reconnaître par tous les coins de ce Nouveau Monde, qu'il n'y a point en la Chrétienté un si grand et puissant monarque qu'un Roi de France” (RAZILLY In: ÉVREUX, Loc. cit.).

1618 François de Razilly enviaria nova carta ao rei solicitando permissão para a retomada do Maranhão, desenvolvendo argumentos semelhantes<sup>81</sup>.

Quase uma década depois, por volta de 1625 ou 1626, seu irmão, Isaac de Razilly, retornaria à carga, redigindo uma memória para o cardeal de Richelieu, onde também defendia a colonização francesa no Novo Mundo e evocava a experiência da França Equinocial:

Outros poderão dizer que se nos estabelecermos na América poderemos ser expulsos pelos espanhóis, como fizeram antigamente no estabelecimento do rio de Genebra [Rio de Janeiro], da Flórida e do Maranhão. Nisso eu direi que, em todas as colônias referidas, jamais 300 homens de guerra franceses se viram juntos, ainda que não seja a força que os expulsou, mas antes a má ordem, o número de chefes e sem ter nenhum socorro nem ajuda. E os que fizeram tais empresas careceram de duas coisas, a saber, dinheiro e prática em semelhante coisa, tendo numerosos pequenos associados que haviam fornecido seu dinheiro, e, embora tenha sido em pequena quantidade, pretendiam todos ser donos, e, além disso, nas três ditas empresas havia sempre diversidade de religião.

Poder-se-á considerar que se conservamos quatro anos o Maranhão e 500 léguas de costas com 120 homens que ficaram em terra, depois que os barcos voltaram (e, entretanto os portugueses não nos expulsaram pela força), isso mostra bem que se tivéssemos sido socorridos por 500 ou 600 homens e se não tivéssemos sido dirigidos uns contra os outros, jamais os portugueses teriam tomado aquele país, tendo a assistência dos habitantes, os quais nunca nos abandonaram.

Todas as coisas acima são tão claras e verdadeiras, que me fazem crer que Vossa Grandeza abraçará este desígnio, e me asseguram que o rei receberá um dia um grande contentamento e vantagem para o bem de seu reino<sup>82</sup>.

Suas propostas parecem ter despertado o interesse de Richelieu, que responder-lhe-ia numa carta discreta, mas significativa: “Para a empresa que o senhor me propõe, tornaremos a falar particularmente juntos, não querendo dar conselho ao rei para arriscar seus navios”<sup>83</sup>. É difícil imaginar quais foram os resultados desses encontros pessoais, se é que ocorreram realmente; dadas as estreitas relações entre Richelieu e os Razilly, parece provável que sim. No entanto, poucos anos depois encontramos novos vestígios documentais desse intercâmbio entre o cardeal e a família Razilly. Trata-se de duas novas memórias redigidas entre 1630 e 1632, endereçadas ao próprio cardeal e ao marechal d’Effiat. No primeiro desses documentos, encontramos

---

<sup>81</sup> Cf. DAHER, Op. cit., pp. 329-330.

<sup>82</sup> Apud PIANZOLLA, Op. cit., p. 226; cf. original em Charles de La Roncière, t. IV, p. 495.

mais uma vez o tema da colonização na América e particularmente da retomada do Maranhão:

Pode-se fazer grandes coisas nas colônias das Índias Ocidentais onde há muitos lugares não ocupados pelos cristãos. Mas são necessários cinco anos de despesas e gastos [ilegível] grande serviço durante o dito tempo. Portanto, os particulares não quererão contribuir. Também é necessário o poder do grande monarca para se manter contra o espanhol, que apenas pela força tolerará que se tome pé naquela terra. Poderíamos mesmo com justiça retomar o Maranhão dos portugueses que o usurparam dos franceses com trezentas léguas de costa de mar onde os senhores De Razilly, Ravardière e seus amigos plantaram a cruz com a missão do papa, os estandartes e armas francesas por ordem de Sua Majestade e mantiveram a dita terra por quase cinco anos com a boa vontade daqueles do papa. Eles também tomaram dos franceses a Flórida e o Rio de Janeiro no Brasil onde se havia feito colônias em nome do Rei, que são terras de maravilhas e que podemos dizer verdadeiramente que são como um paraíso terrestre<sup>84</sup>.

No entanto, a América do Sul já não ocupa lugar tão privilegiado nessas novas reflexões de Isaac de Razilly sobre o Novo Mundo. Pelo contrário, nessas novas memórias o cavaleiro apresenta uma abrangente concepção de estratégia marítima, marcada por sofisticadas táticas comerciais e pensando as navegações francesas de modo complexo em sua inserção nos circuitos mercantis do Atlântico e do Mediterrâneo. Além disso, seu olhar agora se voltava principalmente para o imenso potencial pesqueiro das colônias francesas na América do Norte, que garantiam aos súditos de Luís XIII proeminente posição no comércio europeu do bacalhau, atividade enaltecida por Razilly:

Pode-se dizer na verdade que o melhor tráfico de [ilegível] é ir pescar o bacalhau, pois nada sai do reino para ter o dito bacalhau, constando apenas o trabalho da pesca, e de sua venda tiram-se grandes quantias da Espanha, de um milhão de homens [ilegível] na França. É por isso que temos grande interesse de pressionar pela rendição da Nova França que ocupam os ingleses, tanto que se eles se tornarem senhores dessa costa nós ficaríamos privados desse proveito que vale à França oito milhões de libras por ano e prepara-nos marinheiros<sup>85</sup>.

Já não se tratava mais da mera posse de colônias na América, mas de sua efetiva integração às redes comerciais existentes, viabilizando o máximo de

---

<sup>83</sup> Apud PIANZOLLA, Op. cit., p. 233.

<sup>84</sup> Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

<sup>85</sup> Idem.

rentabilidade possível aos comerciantes e armadores franceses, sem falar no ganho secundário da coroa, através dos impostos derivados. Para viabilizar esse projeto, Isaac sugeria a criação de um imposto através do qual cada cidade da França contribuiria para enviar à Nova França “seus pobres que não são estropiados”<sup>86</sup>, assim como criminosos condenados à morte, enquanto o clero deveria contribuir financeiramente para a realização de obras pias no Novo Mundo. É importante destacar seu temor de que os ingleses então instalados em Port Royal futuramente impedissem esse comércio. Também a pequena colônia da ilha de São Cristóvão, nas Antilhas, precisava de atenção. Razilly sugeria que toda importação de tabaco no reino fosse taxada, de modo a incentivar o consumo do tabaco de São Cristóvão, que seria isento de impostos. Recomendava igualmente a taxação das manufaturas inglesas e holandesas, favorecendo a produção do reino<sup>87</sup>.

Isaac também considerava importante o comércio na costa da Guiné, que já vinha sendo desenvolvido pelos comerciantes de Dieppe, enquanto sugeria a criação de uma companhia para o comércio no Marrocos, com cujo rei seu irmão Claude e o sr. du Challard tinham recentemente assinado um tratado de paz em nome de Luís XIII, encarregado da tarefa pelo próprio Richelieu. Entre os documentos reunidos por Richelieu e Effiat consta inclusive uma tradução em francês do acordo. O texto estabelecia garantias legais aos comerciantes franceses que atuassem no Marrocos, bem como a instalação de cônsules franceses em seus portos, para defender os interesses desses mercadores<sup>88</sup>. A memória de Isaac de Razilly se mostrava um tanto reticente quanto ao comércio no Índico, afirmando que apresentava grandes dificuldades e despesas, mas que poderia se mostrar bastante vantajoso, à medida em que permitiria

---

<sup>86</sup> “leurs pauvres qui ne sont estropiés” (Idem).

<sup>87</sup> Um pequeno grupo de franceses se instalou em São Cristóvão entre 1625 e 1626, de modo “semi-acidental”, segundo Chaunu. Devido à baixa densidade demográfica indígena as Antilhas contavam então com pouca presença espanhola, tornando-se uma “terra de ninguém” disponível para franceses, holandeses e ingleses (CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Lisboa-Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1969, pp. 111-112).

<sup>88</sup> *Traduction de l'original arabique des articles de la paix entre l'empereur de Barbarye Mullay [ilegível] que Dieu prospere et messieurs le Commandeur de Razilly et du Chalard au nom et faisant pour l'Empereur de France et de Navarre suivant la commission à eux donnée par sa Majesté très Chrestienne sous la charge de Monseigneur le Cardinal de Richelieu grand maître chef et surintendant général de la navigation et commerce de France – “Tradução do original arábico dos artigos da paz entre o imperador da Barbéria Mullay [ilegível] que Deus prospera e os senhores Comandante de Razilly e du Chalard em noem e representando o Imperador de França e de Navarra seguindo a comissão a eles dada por sua Majestade muito cristã encarregada por Monsenhor o cardeal de Richelieu, grande mestre, chefe e superintendente geral da navegação e comércio de França”* (Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826).

obter mercadorias orientais a melhores preços do que aqueles com que chegavam ao Mediterrâneo, com menor perda de dinheiro.

Ao mesmo tempo, essas práticas mercantis e coloniais tinham a expressa intenção de incrementar os recursos da marinha de guerra francesa, ampliando o número de embarcações disponíveis, preparando pessoal qualificado e melhorando a manutenção da frota – preocupação convergente àquela manifesta pelos capitães de Brouage, bem como pelo autor da memória sobre o Canadá e a Acádia. Sugeria com essa finalidade a criação de academias de canhoneiros nas cidades portuárias da França, inclusive estabelecendo-se recompensas para as cidades que o fizessem.

Outro ponto importante para Razilly era a formação de comboios navais, através dos quais as embarcações mercantes pudessem navegar sob a proteção dos navios do rei, pois a marinha mercante da França seria a vítima favorita dos piratas, que os chamavam “as sardinhas e peixes pilotos do mar”<sup>89</sup>. Sua sugestão era de que fossem organizados dois comboios por ano rumo à Espanha, em fevereiro e setembro, enquanto outro iria em fevereiro para a pesca do bacalhau nos bancos da Nova França, enquanto o que fosse à pesca na costa da Acádia deveria partir em março, mais fortemente guardado, pois costumavam retornar diretamente à Espanha, onde vendiam o bacalhau.

Razilly enfatizava também a necessidade de exigir que as embarcações mercantes portassem um armamento mínimo (seis canhões, 12 mosquetes, 12 lanças, entre outras peças), o que não era prática comum; segundo ele, apenas os mercadores de Saint Malo tinham esse hábito. Também sugeria que todas os navios de guerra e os mercantes acima de 40 toneladas mantivessem canhoneiros profissionais na tripulação.

A segunda memória é particularmente interessante por ser profusamente anotada por Richelieu, Effiat ou algum assistente de confiança, tecendo inúmeras considerações em torno das propostas de Razilly. Esse anotador secundário redigiu diversos comentários à margem do texto, bem como um parecer complementar nas últimas páginas. O novo texto de Razilly trazia basicamente as mesmas ideias apresentadas no anterior, agora desenvolvidas mais minuciosamente. Talvez o cardeal e o marechal tenham se interessado tanto pelo primeiro que tenham solicitado esse novo arrazoado. No entanto, é interessante observar como esses argumentos eram agora desenvolvidos.

---

<sup>89</sup> “les sardines et poissons volants de la mer” (Idem).

No que diz respeito ao comércio com a Espanha, Razilly observava que era uma ótima oportunidade para se apropriar das riquezas das Índias Ocidentais, uma vez que o aprovisionamento das embarcações espanholas era amplamente feito pelos franceses, ao mesmo tempo em que tinham posição vantajosa para a compra das mercadorias espanholas, cuja clientela seria principalmente francesa, sem os quais os espanhóis “não encontrariam ninguém a quem vender”<sup>90</sup>. Em seus comentários finais, o anotador destacava a importância do comércio na Espanha:

E quanto às viagens da Espanha, aí comerciamos tecidos em fardos, trigo, [ilegível], tonéis, pás, lanternas e outras pequenas manufaturas e dali trazemos couros, [ilegível], cochonilha, vinho da Espanha, [ilegível] *ouro e prata* (grifo nosso)<sup>91</sup>.

Sugeriu Razilly que os navios que participassem dos dois comboios anuais à Espanha deveriam repassar dois por cento de seu lucro à coroa, para a manutenção dos navios do rei, o que permitiria manter a marinha de guerra em melhores condições de combate. Segundo ele, os comerciantes ficariam felizes em pagar o novo imposto, pois a escolta real lhes garantiria maior proteção, enquanto costumavam pagar 15 ou 20% para segurar suas expedições contra a pirataria. Além disso, os navios do rei poderiam também fazer comércio, levando até um terço de carga em mercadorias. Por outro lado, seria proibido rumar à Espanha fora dos comboios oficiais, de modo a evitar flutuações de preços prejudiciais à França; a questão parecia particularmente importante, pois Razilly sugeria que essas viagens fora de época fossem punidas por total confisco de bens. Também é interessante observar que o comércio em Lisboa e no Algarve era considerado parte dessa rota da Espanha.

Razilly estipulava diversos pontos de encontro para a formação dos comboios ao longo da costa atlântica francesa. O anotador do documento marcava à margem quantos navios de guerra deveriam ser acrescentados para cada porto, com breves considerações justificando essas quantidades. Esse comentador secundário parece sempre mais econômico que Razilly em suas observações: por exemplo, Razilly estipulava que em Sables d’Ollone deveriam se juntar seis navios do rei, ao passo que o anotador considerava suficientes três navios e um patacho; em Rosgo, Isaac sugeria dois navios, mas o anotador cria que não fosse necessário nenhum. Os navios que desejassem seguir adiante para o comércio mediterrâneo até Alexandria não poderiam ir

---

<sup>90</sup> “ne trouveraient personne a qui les pouvoir vendre” (Idem).

<sup>91</sup> “Et pour les voyages d’Espagne l’on y traite des toiles en balots, blés, du [ilegível], des futailles, pelles, lanternes et autres petites manufactures et l’on en rapporte des cuirs, de la [ilegível], cochonil, vin d’Espagne, [ilegível] de l’or et de l’argent” (Idem, grifo nosso).

desacompanhados dos navios do rei, e também seriam necessariamente equipados com artilharia pesada. O comentador do texto não compartilhava do mesmo interesse pelo Mediterrâneo oriental, anotando ao fim do documento:

Para as viagens do mar Mediterrâneo que se fazem na Turquia, eles são muito prejudiciais à França, pois aí se levam todos os anos mais de seis milhões em dinheiro e poderíamos passar sem tudo que trazemos de lá, as mesmas coisas se encontram em direção ao golfo Pérsico onde teríamos de primeira mão as coisas a melhor preço em troca de nossas mercadorias de França<sup>92</sup>.

Nesta segunda memória Razilly renovava também suas preocupações com o comércio na Europa setentrional, das ilhas britânicas ao Báltico. Nessas rotas, onde holandeses e ingleses dominavam o comércio, sua proposta era a de estabelecer um imposto de 5% a mais sobre as mercadorias importadas em navios estrangeiros, e 10% a mais para aquelas exportadas, de modo a estimular os comerciantes e armadores franceses a participar mais ativamente dessas rotas. Ele acrescentava que prática semelhante era usada na Inglaterra, onde as mercadorias em navios franceses pagavam 15% de impostos a mais, “com o que eles mantêm sua navegação e têm muitos navios para a guerra e o comércio, bem como grande número de homens de marinha”<sup>93</sup>. Tal sugestão ia ao encontro do credo econômico básico de Richelieu, exposto em seus escritos: estímulo à importação de matérias-primas e à exportação de manufaturas e restrição dos fluxos opostos – orientações comuns ao que se convencionou chamar mercantilismo<sup>94</sup>.

Ao mesmo tempo, Razilly retomava com mais detalhes o comércio do Índico, sugerindo agora o estabelecimento de uma companhia de navegação sob os auspícios do monarca, na qual seriam empregados seus maiores navios de guerra. O rei deveria fazer entrar na companhia os grandes personagens da corte e os maiores mercadores das cidades portuárias. Segundo Isaac, esse projeto “trará grande honra e proveito incalculável à França”<sup>95</sup>. Curiosamente, não mencionava mais o comércio na Guiné e no Marrocos, embora o anotador secundário tenha escrito à margem: “fala do tráfico da África onde se podem empregar seis navios mercantes todos os anos que de lá tragam ordinariamente 50% de lucros depois que o comércio estiver estabelecido, a

---

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> “de quoi ils maintiennent leur navigation et ont force vaisseaux pour la guerre et marchandise, comme aussi grand nombre d’hommes de Marine” (Idem).

<sup>94</sup> Cf. LE ROY LADURIE, *L’Ancien Régime...*, Op. cit., pp. 115-116.

<sup>95</sup> “apportera grand honneur et proffit inombrable à la France” (Idem).

saber três [sic] na costa do Marrocos”<sup>96</sup>. Ao que parece, Razilly teria falado pessoalmente do assunto; mesmo assim, a omissão sugere que ele foss então e mais importante para o anotador que para o autor da memória.

No referente à Nova França e à pesca do bacalhau, Razilly sugeria a escolta de dois navios do rei para acompanhar a rota do banco da Terra Nova, enquanto quatro deveriam seguir a rota da Acádia. O comentarista atribuía grande importância à proteção da região:

É muito necessário se fortificar em Port Royal e em direção ao Cap Breton para ter lugares seguros para a dita pesca, do contrário, em dois anos os franceses perderão toda a pesca, já que os ingleses fazem todos os esforços para fortificar todos os portos e no ano passado já começaram a cobrar dois escudos por milhar de bacalhau aos franceses que pescaram na dita costa e [ilegível] grande importância para o serviço do rei e bem público, e é aconselhável dar dois navios de guerra para acompanhá-los<sup>97</sup>.

Por outro lado, Razilly não mencionava mais a América do Sul, e o anotador secundário também sublinhava em seus comentários finais as imensas dificuldades e obstáculos envolvidos na retomada dessas posições:

Quanto às viagens de longo curso, não devem mais ser feitas, principalmente porque se perdeu o Maranhão que era um lugar protegido onde os navios iam se abastecer e quem quisesse fazer renascer essas viagens precisaria ter um lugar nas costas do Brasil ou ilhas perto de [ilegível] tanto que [ilegível] para ir lá e tanto para retornar não se poderia trazer mantimentos suficientes para uma viagem tão longa. E para esse meio poder-se-ia [ilegível] o tráfico dos espanhóis e tomar os navios como se fez no passado, os quais são muito ricos<sup>98</sup>.

Todavia, é interessante observar que mesmo aí não era ressaltada a importância territorial do “Marignan”, mas sua relevância estratégica para o domínio das rotas marítimas da região, de onde poderiam exercer significativas pressões sobre as esquadras hispânicas que circulavam pela zona caribenha. Dada a importância desse tráfico naval, uma investida como essa por parte da coroa francesa mostraria imenso potencial para desarticular ou ao menos entravar o sistema colonial ibérico nas Américas. Quase duas décadas após o fim da existência física da França Equinocial, seu

---

<sup>96</sup> “parle du trafic de l’Afrique où l’on peut employer six vaisseaux en marchandises tous les ans qui en rapportent d’ordinaire cinquante pour cent de profits après que le commerce sera établi à savoir trois [sic] à la côte du Maroc” (Idem).

<sup>97</sup> Idem.

<sup>98</sup> Idem.

significado geoestratégico ainda podia ser repensado, especialmente devido às novas relações de força que emergiam na Europa de então.

Ao fim e ao cabo, após tantos esforços dos irmãos Razilly, o projeto de retomada francesa do Maranhão, foi gradativamente abandonado por eles em proveito de outras possibilidades ultramarinas. Ao que tudo indica, a derrota francesa em Guaxenduba constituiu um verdadeiro convite a Isaac de Razilly para repensar a organização naval francesa e a própria colonização da América; mas ele encontraria outro caminho no Novo Mundo, ainda resultante de sua proximidade ao cardeal Richelieu.

Em 1632, o veterano da França Equinocial seria nomeado como *lieutenant-général du roi* na Acádia, conduzindo cerca de 300 colonos e seis capuchinhos ao Novo Mundo. Isaac de Razilly fundaria a povoação de La Hève em região propícia à pesca, assim como uma pescaria em Port Rossignol e o forte Sain-François mais ao norte, dedicado ao comércio de peles. Além disso, em acordo com o tratado de Saint-Germain-en-Laye, celebrado entre as coroas de França e Inglaterra, organizaria expedição para expulsão dos ingleses que se tinham instalado no rio Pentagouet, ameaçando a colônia francesa. Isaac de Razilly despendeu grandes somas na empresa de colonização. Sua administração seria muito breve, pois o já idoso fidalgo sucumbiria a problemas de saúde menos de três anos depois. Seu irmão Claude o acompanhara durante esse período e assumiu a direção da colônia após sua morte, mas logo depois retornou à França, entregando o comando ao sobrinho Charles Menou d'Aulnay<sup>99</sup>.

As duas memórias elaboradas por Isaac de Razilly parecem remeter mais a um projeto imperial que a um projeto colonial, para nos apropriarmos da diferenciação proposta por Luiz Felipe Thomaz<sup>100</sup>. Diferentemente das propostas que sua família articulava anteriormente, as memórias destinadas a Richelieu e Effiat enfatizavam muito menos a importância das colônias que sua inserção nas redes de comércio internacional da França. Nessa concepção, a Nova França era muito importante pela pesca do bacalhau, que não apenas alimentava o reino, mas permitia a apropriação indireta do ouro e da prata trazidos da América pela Espanha – uma transformação alquímica e

---

<sup>99</sup> Cf. Cécile Vidal. HAVARD, Gilles e VIDAL, Cécile. *Histoire de l'Amérique française*. Paris: Flammarion, 2008, pp. 89-90; MACBEATH, George. *Razilly, Isaac de*. In: *Dictionary of Canadian Biography, vol. 1*. Toronto: University of Toronto/Université Laval, 1966 – Disponível em [www.biographi.ca/en/bio/razilly\\_isaac\\_de\\_1E.html](http://www.biographi.ca/en/bio/razilly_isaac_de_1E.html).

<sup>100</sup> A noção de “império em redes” foi cunhada por Luís Felipe Thomaz para designar as dinâmicas imperiais portuguesas no âmbito do Índico (THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994, pp. 165-167).

tanto! A importância da posse territorial na América do Norte se dava na medida em que podia garantir as atividades pesqueiras e o comércio de peles, ao contrário, por exemplo, da concepção apresentada por Lescarbot, que sonhava com uma Nova França a estender-se do Canadá à Flórida.

De certo modo, as propostas de Razilly remetem não tanto a um império em redes, mas a uma rede de impérios ou imperialismos<sup>101</sup>. A formação de um império mercantil francês com ramificações na América, no Índico, na Guiné e no Marrocos era tão importante quanto sua integração a essa rede de trocas com a Europa Setentrional e a Península Ibérica (e a América Ibérica). Ao longo das duas memórias, Razilly esboçava estratégias para a melhor integração francesa a um entrelaçamento de impérios configurado através de múltiplas intencionalidades, por vezes conflitantes, por parte de europeus, ameríndios, asiáticos ou africanos. No limite, seus escritos remetem a uma percepção de império não como totalidade globalizante, mas como parte englobada, de certa maneira visando à criação de um “império-entre-impérios”, um imperialismo interdependente ou talvez um regime co-imperialista. Vale talvez cotejar essa perspectiva àquela apontada por Thomaz: “As relações entre a expansão portuguesa e a expansão europeia em geral parecem assim extremamente complexas e sutis – nem meramente externas e acidentais, nem intrínsecas e necessárias, mas, por assim dizer, dialogais”. Como observa Bennisar, por volta de 1570 o mundo já se mostrava profundamente interligado pelas rotas marítimas – embora uma mercadoria partindo de Manilha a Sevilha via Acapulco pudesse levar cinco anos em trânsito. Como sublinha o historiador, essa situação tinha importante significado para as transações econômicas, condicionando fluxos mercantis e flutuações de preços no mundo inteiro. Os escritos finais de Razilly mostram aguda percepção desse processo<sup>102</sup>.

É interessante observar que, de certo modo, as memórias de Razilly dialogavam amplamente com os demais documentos do *corpus* formulado em torno da iniciativa de Richelieu e Effiat. Embora se distinguisse das demais propostas, apontava convergências entre todas elas, desde os esforços de fortalecimento naval imaginados pelos capitães reunidos em Brouage à ideia do comércio no Índico defendida por

---

<sup>101</sup> Idem, p. 207.

<sup>102</sup> Cf. THOMAZ, Op. cit, p. 36; BENNASSAR, Bartolomé. ‘L’explosion planétaire’. In: BENNASSAR, Bartolomé e CHAUNU, Pierre (org.). *L’ouverture du monde*. Paris: Armand Colin, 1977, pp. 423-428.

Beaulieu, assim como as memórias anônimas que se preocupavam com a Nova França ou com a América espanhola.

Parece-nos que essa percepção deriva em grande parte da experiência desenvolvida ao longo dos anos pela família Razilly desde sua atuação na França Equinocial, a partir da qual passou a se envolver não apenas com os assuntos atlânticos, mas também mediterrâneos. Como vimos, Claude de Razilly participava ativamente das negociações diplomáticas para intensificação do comércio francês no Marrocos, mas também empreendera viagens relativamente extensas pelo norte da África, registradas num livro do cirurgião turco Jean Armand Mustapha, escravo liberto por franceses e convertido ao catolicismo. A obra, dedicada a Richelieu, descrevia não apenas essas viagens, mas dissertava acerca do tratado recentemente celebrado<sup>103</sup>.

Boa parte das iniciativas pensadas em torno de Richelieu e Effiat seria posta em prática de um modo ou outro nos anos seguintes, como no governo dos Razilly na Acádia ou na criação, mais tarde, de uma Companhia das Índias Orientais, fundada em 1642, que inclusive instalaria uma base em Madagascar como sugeria Beaulieu, a colônia de Fort-Dauphin, fundada por Jacques Pronis e Étienne de Flacourt<sup>104</sup>. Enquanto isso, Samuel de Champlain também atuava com sucesso na América do Norte, recebendo inclusive elogios da parte de Isaac de Razilly; em 1632 publicaria um livro sobre os avanços da colônia, também dedicado a Richelieu<sup>105</sup>. Por volta de 1640 as colônias antilhanas de São Cristóvão, Guadalupe e Martinica prosperavam e chegavam a rivalizar com a Nova França – “Tanto os homens de negócios como os candidatos a colonos preferem o mundo do Caribe às intermináveis neves do Canadá”<sup>106</sup>. Os avanços da marinha real também foram significativos, e em 1635 o monarca já podia contar com cerca de 85 embarcações de guerra, mil canhões e 14 mil homens no Atlântico e no Mediterrâneo; segundo Le Roy Ladurie, as iniciativas de Richelieu obtiveram maior sucesso justamente na marinha de guerra<sup>107</sup>.

---

<sup>103</sup> ARMAND, Jean. *Voyages d'Afrique faits par le commandement du roi où sont contenues les navigations des français entreprises en 1629 et 1630 sous la conduite de Monsieur le Commandeur de Razilly*. Paris: Nicolas Traboulliets, 1631.

<sup>104</sup> FLACOURT, Étienne de. *Histoire de la grande ile Madagascar*. Paris: Gervais Clouzier, 1661.

<sup>105</sup> CHAMPLAIN, Samuel de. *Les Voyages de la Nouvelle France occidentale, dicte Canada*. Paris: Claude Collet, 1632.

<sup>106</sup> “Tanto los hombres de negocios como los candidatos a colonos prefieren el mundo del Caribe a las interminables nieves del Canadá” (BLUCHE, Op. cit., pp. 145, 150).

<sup>107</sup> “No fim das contas, os sonhos mercantilistas da Eminência, reduzidos a fumaça devido à guerra e à bulimia fiscal que ela trazia em seu encaço, se materializaram principalmente no domínio que devido à

No entanto, parece-nos mais interessante pensar esse momento em que Richelieu e Effiat buscaram articular essas propostas menos pelo que se concretizou posteriormente que pelas possibilidades em aberto. Através dos dois foi possível concretizar mudanças importantes em relação ao período da regência, durante o qual os projetos ultramarinos foram relegados a segundo plano devido à política conduzida por Maria de Médici, passando por grandes vicissitudes, como vimos no capítulo anterior. Assim, a atuação do cardeal e do marechal nos interessa justamente na medida em que respondeu por uma política mercantil e colonial a partir do diálogo com tendências vindas das periferias, fazendo com que através de múltiplas mediações chegassem ao centro do poder, sendo por ele incorporadas.

---

guerra lhes permanecia aberto: o preparo, justamente, de uma frota de combate. O ‘comércio honorável’, mesmo sem periclitir, permanecia em segunda posição” (LADURIE, *L’Ancien Régime...*, Op. cit., pp. 116-118).

## Capítulo VI

### Mares de papel

Até aqui temos visto diversas situações em que discursos sobre a América se encontravam com o exercício do poder, na França dos séculos XVI e XVII. No entanto, temos privilegiado casos específicos, dando especial atenção à produção dos discursos e suas relações com as redes de poder em suas respectivas épocas. Nesse último capítulo pretendemos traçar uma análise mais genérica acerca do modo como essas relações de força se configuravam nas teias de difusão disponíveis à época, interrogando as fontes e discursos aqui abordados: de que maneira conseguiram diferenciar-se e alcançar diversos graus de influência e poder? De que modo sua inserção nos circuitos de difusão afetava suas relações com o poder político?

#### I – Entre retórica e apropriação

Para a abordagem pretendida, parece interessante lembrar o conceito de “apropriação”, proposto por Chartier como chave analítica, designando o modo como os leitores se apossam do conteúdo veiculado nas obras impressas e o desviam, através de sua interpretação peculiar, para os usos cognitivos ou práticos mais convenientes. Com tal finalidade, Chartier propõe o desenvolvimento de estudos em torno da estética da recepção, bem como de uma análise das modalidades de uso da leitura. Em nosso caso específico, é possível pensar também nas modalidades de apropriação desenvolvidas por autores, editores e tradutores, estabelecendo relações intertextuais<sup>1</sup>. Desse modo, pode-

---

<sup>1</sup> Em um estudo já tornado clássico, Roger Chartier faz uma crítica à abordagem serial da História Cultural, em grande parte baseada nas metodologias estatísticas amplamente empregadas pela História Social e pela História Econômica nas décadas anteriores. Dessa forma, critica Chartier, os historiadores da cultura contentavam-se em fazer mapeamentos quantitativos tendencialmente exaustivos da distribuição de livros, frequentemente através dos registros das editoras. Teoricamente, através do estudo da distribuição das obras seria possível entender o modo como se articularia sua influência sobre os leitores. Chartier pontua os inúmeros problemas dessa abordagem. Um deles é a falta de propriedade dessa simples transferência das metodologias quantitativas da análise social ou econômica para o campo da cultura, em detrimento de uma exploração qualitativa das fontes. Mais ainda, uma abordagem assim direcionada parte da premissa de que as obras imprimiriam seu conteúdo nos leitores, ou seja, de que a simples leitura dessas obras levaria a uma quase mecânica assimilação, concordância e aceitação das opiniões expressas pela obra. Ginzburg também não deixa de criticar essa postura. Retornando a Chartier e suas problemáticas, ele avança uma proposta bastante conhecida hoje em dia, a da necessidade de se

se pensar em duas linhas de trabalho passíveis de exploração. Uma delas consiste em, seguindo Chartier, rastrear os leitores das obras em questão, buscando entender o modo como leram, interpretaram e apropriaram-se de seu conteúdo. Outra maneira consistiria em pensarmos o problema em termos de relações de circularidade. Obviamente, isso implicaria num desvio da noção de circularidade tal como proposta por Ginzburg, já que esta referia-se primordialmente às relações entre as esferas culturais popular ou erudita<sup>2</sup>.

Todavia, podemos pensar em termos de circularidade entre diferentes esferas de sociabilidade, como os meios protestantes e os católicos, o porto e a corte, a cultura francesa e as culturas indígenas ou ainda entre a França e outras potências coloniais europeias. Podemos, por exemplo, analisar como os huguenotes genebrinos ou o *moyenneur* Villegagnon apropriaram-se dos textos bíblicos durante a experiência da França Antártica. Assim, em sua carta escrita a Calvino em 1557, ainda no período de bom entendimento entre Villegagnon e os huguenotes, os ministros Richer e Chartier relatavam que o chefe da colônia,

[...] imitando Salomão declarou que consagrava a Deus o lugar onde nos achávamos reunidos, e fez profissão que ele e todos os seus bens estavam prontos para propagar a glória d'Este<sup>3</sup>.

A comparação refere-se provavelmente à passagem do primeiro livro de Reis em que o monarca Salomão dedica o Templo de Jerusalém a Javé após a conclusão de sua construção<sup>4</sup>. No trecho em questão o rei profere uma longa oração, na qual roga a proteção divina ao seu povo, desde que cumprisse o pacto da Aliança, celebrado por Abraão e renovado por Moisés. As súplicas de Salomão abrangem diferentes temas: prosperidade material e proteção contra calamidades como a fome ou as pragas; manutenção da justiça dentro do reino de Israel; vitória contra os inimigos nas batalhas;

---

estudar não apenas os esquemas mais amplos de difusão através do mapeamento estatístico, mas também o de analisar a leitura e a recepção dessas obras em suas diferentes modalidades. Tal forma de trabalhar restituiria o modo como as diversas obras seriam reinterpretadas em seus pontos de chegada, recuperar o diálogo entre leitor e literatura, em suas perspectivas quase ilimitadas. Dentro dessa perspectiva, Chartier retoma a proposta e a conceituação enunciadas por Michel de Certeau, que tende a ver o consumo como uma modalidade peculiar de produção: “A uma produção racionalizada, expansionista, tanto quanto centralizada, estrondosa e espetacular, corresponde uma outra produção qualificada como ‘consumo’. Esta é artilosa, encontra-se dispersa, mas insinua-se por toda a parte, silenciosa e quase invisível, uma vez que não assinala a sua presença com produtos próprios mas com maneiras de utilizar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante”. (CHARTIER, Roger. *História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In: *História Cultural-Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990).

<sup>2</sup> Cf. GINBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 12-14.

<sup>3</sup> CHARTIER e RICHER, in: MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005, p. 163.

por fim, que Javé auxilie os estrangeiros que venham a seu Templo, para que seja reconhecido por todos os povos.

A assimilação das figuras de Villegagnon e da França Antártica ao monarca bíblico e seu templo não era gratuita; pelo contrário, é prenhe de significados. De fato, retomada pelo cavaleiro de Malta e apoiada pelos pastores de Genebra, a súplica de Salomão fornecia um paradigma para a ação colonial francesa na Guanabara. Cada pedido do rei de Israel traduzia um anseio dos huguenotes da França Antártica. Afinal, não estranhava que desejassem encontrar no Novo Mundo a mesma prosperidade que Salomão rogava a Javé. Tampouco surpreende que buscassem justiça na nova terra, comparando-a à França, onde os seguidores da Reforma eram comumente julgados em tribunais compostos exclusivamente por juízes católicos. Por fim, o desejo de supremacia contra os inimigos também era previsível, dada a perigosa vizinhança portuguesa ao sul e a norte. Em geral, essas idealizações podem ser ratificadas por inúmeros outros escritos protestantes, como já exploramos em outro trabalho<sup>5</sup>.

Por sua complexidade, a acolhida aos estrangeiros merece menção à parte. A única fonte onde encontramos algo próximo a essa temática é o livro do huguenote Jean de Léry, *Histoire d'un Voyage fait en la terre du Brésil*. Nessa obra o autor retrata o discurso de boas-vindas proferido por Villegagnon aos recém-chegados genebrinos; em certo trecho declara:

Pois eu delibero aí fazer um refúgio aos pobres fiéis que serão perseguidos na França, na Espanha e alhures além-mar, afim de que, sem receio nem do Rei, nem do Imperador ou de outros potentados, eles possam aí servir puramente a Deus segundo sua vontade<sup>6</sup>.

Elogiadas por Léry, as supostas palavras do cavaleiro de Malta apontam inequivocamente para uma noção de ampla receptividade aos súditos de qualquer coroa, inclusive dos Habsburgos, piores inimigos do trono Valois na época. No entanto, apesar da aprovação do autor não podemos inferir que essa opinião fosse corrente entre todos os huguenotes. Pelo contrário, outro reformado, o editor Jean Crespin, apresenta

---

4 1 Reis, 8:30-53.

<sup>5</sup> TAVARES, Luiz F. F. *Entre Genebra e a Guanabara – a discussão política huguenote sobre a França Antártica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011, pp. 134-149, 209-215.

<sup>6</sup> “Car je delibere d’y faire une retraite aux povres fideles qui seront persecutez en France, en Espagne et ailleurs outre mer, à fin que sans crainte ni du Roy, ni de l’Empereur ou d’autres potentats, ils y puissent purement servir à Dieu selon sa volonté.” LÉRY, p. 162.

perspectiva diferente. Ao narrar o retorno dos “mártires” à Guanabara, o autor afirma que Villegagnon deveria acolhê-los, pelo fato de serem franceses, lembrando que “eles não eram Espanhóis, nem Flamengos, nem Portugueses, ainda menos Turcos infiéis, ateus, libertinos ou epicuristas”<sup>7</sup>. Aparentemente, para Crespín, a sujeição a outras coroas seria motivo para a rejeição dos náufragos, contrariando o ideal expresso por Léry. De fato, é importante observar que em muitos momentos o discurso de Léry afasta-se bastante daquele mantido por seus correligionários – o que talvez em parte explique porque sua obra era mais palatável aos católicos. De qualquer maneira, a abertura da colônia a súditos de outros monarcas parece extremamente problemática, parecendo pouco provável que a coroa francesa tivesse interesse nessa proposta, especialmente em asilar espanhóis. Dessa forma, o ideal de acolhida aos estrangeiros expresso por Salomão na consagração do templo encontra ecos confusos entre os escritos reformados, expondo a diversidade de opiniões características do discurso huguenote sobre a França Antártica.

Outro bom exemplo de simbolismo bíblico presente nesse discurso são as alusões às figuras de Osias, Áquila, Priscila e Ninfas. O exemplo de Osias era evocado por Villegagnon em sua carta a Calvino, na qual afirma que os pastores de Genebra o encontraram:

... reduzido ao ponto de ser obrigado a assegurar o governo e me encarregar do ministério eclesiástico. Ora, isto me causara a maior inquietação. Osias me desviara deste gênero de vida, mas era necessário assumi-lo, pelo medo de que nossos trabalhadores (...), influenciados pelos hábitos dos indígenas, fossem contaminados por seus vícios, ou que se desabituassem da religião e se voltassem à apostasia<sup>8</sup>.

A trágica história de Osias é narrada no capítulo 26 do segundo livro de Crônicas. Ungido monarca de Judá aos 16 anos de idade, Osias reinou durante 52 anos. Em seu glorioso reinado realizou inúmeras conquistas: derrotou diversos povos inimigos, construiu muitas fortificações, além de cavar numerosas cisternas para irrigar a região; seu exército era composto por milhares de soldados bem armados e treinados. Segundo o texto bíblico, “seu poderio era devido a um socorro realmente maravilhoso”,

---

7 “ils n'estoyent Espagnols, ne Flamens, ne Portugais, encores moins Turcs infideles, atheistes, libertins, ou Epicuriens” (CRESPIN, in: GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878, p. 469).

8 VILLEGAGNON, In: MARIZ & PROVENÇAL, Op. cit., p. 153.

ou seja, a ação divina<sup>9</sup>. Contudo, tamanha glória incendiaria o orgulho do monarca, e Osias resolveu queimar incenso no altar do Templo, função que cabia apenas aos sacerdotes. Ao entrar no recinto, 80 sacerdotes tentaram dissuadi-lo, mas o rei não os ouviu, encolerizando-se; no mesmo instante surgiriam sinais de lepra em sua testa. Expulso do templo, Osias passou o resto de seus dias confinado em um quarto, enquanto seu filho regia Judá. Após sua morte, foi negado a Osias o sepultamento no mausoléu da família real<sup>10</sup>. Segundo a narrativa bíblica, a fatal interdição fora originalmente emitida por Javé em Números e reforçada por Davi no primeiro livro de Crônicas. Por intermédio de Moisés, Javé concedera aos descendentes de Aarão o privilégio da oferta de incenso no altar. Já nesse momento essa decisão suscitara um levante por parte dos hebreus indignados, que desejavam tomar parte na oferta, levando ao imediato castigo divino, tal como ocorrido com Osias: 14.700 pessoas teriam tombado mortas por uma fulminante praga, como precursores do monarca de Judá<sup>11</sup>. Provavelmente elaborada como forma de consolidar as prerrogativas dos sacerdotes em detrimento dos monarcas hebreus, a história de Osias torna-se um programa sob a pena de Villegagnon. Evitando o sinistro fado do rei de Judá, o cavaleiro de Malta desejava desvencilhar-se quanto antes de qualquer atribuição sacerdotal; o exemplo bíblico fortalecia um discurso onde se expressava a intenção de separar as esferas temporal e espiritual de poder. De fato, é muito provável que essas assertivas tenham agradado a Calvino. O próprio reformador era partidário da manutenção de certa autonomia entre as duas esferas de poder, argumentando que a mútua intervenção geraria conflitos, como observa Yong Joo Yeo<sup>12</sup>. Essa tendência era reforçada por outra figura bíblica, dessa vez apontada pelos pastores Chartier e Richer em carta a Calvino, que assim descreviam as práticas religiosas lideradas por Villegagnon na Guanabara:

Ele dirige de maneira honesta e prudente a sua comunidade que parece oferecer o aspecto da igreja que Priscila e Áquila sabiam manter na casa deles; ou daquela igreja que existia na casa de Ninfa, e por isso mesmo podemos esperar em breve que surjam da mesma numerosas igrejas para celebrar o louvor de Deus e aumentar o reino de Cristo<sup>13</sup>.

---

<sup>9</sup> II Crônicas, 26: 1 – 15.

<sup>10</sup> II Crônicas, 26: 16 – 23.

<sup>11</sup> Números, 17: 1 – 15; I Crônicas, 23: 17.

<sup>12</sup> YEO, Yong Joo. *O pensamento jurídico da reforma calvinista*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006, pp. 63-66, 68-69, 71-72.

<sup>13</sup> CHARTIER e RICHER, in: MARIZ e PROVENÇAL, p. 163.

Áquila e Priscila são duas figuras bastante conhecidas do Novo Testamento, mencionados nos Atos dos Apóstolos e em algumas cartas de Paulo de Tarso. Segundo o texto bíblico, eram um casal de tecelões que acompanhou o apóstolo dos gentios em suas jornadas durante mais de um ano, entre Corinto e Éfeso. Em sua correspondência Paulo sempre refere-se ao casal de forma afetuosa, atestando sua amizade. Ninfas, por outro lado, é uma figura pouco conhecida, sendo citado apenas uma vez, em uma epístola de Paulo<sup>14</sup>. Contudo, os três personagens têm algo em comum: mantinham igrejas em suas casas, como diversos trechos evidenciam. Podemos interpretar a comparação dos ministros de Genebra à luz desse fato. A figuração empregada parece indicar o caráter doméstico da “igreja” mantida por Villegagnon em sua casa, no sentido amplo de “casa” empregado na Época Moderna, enquanto conjunto de família extensa e outros dependentes ligados ao chefe do clã por relações clientelares. No caso de Villegagnon podemos imaginar que se tratasse de grupo composto pelo próprio, seu sobrinho Bois-le-Comte e demais dependentes, especialmente seus fiéis escoceses. Essa noção é corroborada por certo trecho da narrativa do huguenote Crespín, no qual afirma que o cavaleiro de Malta desejava ter consigo um ministro para a doutrinação de sua família, relegando o resto dos colonos a segundo plano<sup>15</sup>.

Dessa forma, a alusão dos pastores aos três personagens retoma a idéia expressa por Villegagnon através da figura de Osias, ou seja, a noção de independência entre os poderes temporal e espiritual na colônia, à medida em que o culto é apresentado como parte da vida doméstica, particular, e não da vida pública. É importante lembrar que nessa época boa parte das congregações reformadas na França atuava dessa forma, em reuniões privadas em residência de correligionários. De certo modo, as figuras de Áquila, Priscila, Ninfas e Osias eram empregadas de modo antitético e complementar, as primeiras ratificando esse modelo e a última mostrando os perigos da mistura entre as duas esferas. No entanto, seria interessante ir um pouco além do texto bíblico: os comentários de Calvino aos Atos dos Apóstolos fornecem interessantes observações acerca do casal de tecelões, permitindo-nos conhecer um pouco mais do imaginário huguenote sobre os personagens e aprofundando os possíveis significados da comparação entre eles e Villegagnon. Duas passagens se destacam nos comentários ao capítulo 18 de Atos. Calvino salienta o fato de que, chegando a Corinto, Paulo não

---

<sup>14</sup> Sobre as viagens de Paulo, Áquila e Priscila, ver Atos, 18. Sobre as cartas onde são mencionados, ver II Timóteo 4:19, Romanos 16:3, I Coríntios 16:19. Sobre Ninfas, ver Colossenses 4:15.

<sup>15</sup> CRESPIN, in: GAFFAREL, p. 439.

encontrara ninguém disposto a hospedá-lo, exceto pelo tecelão Áquila, ele próprio exilado da cidade de Roma. Segundo o reformador, esse encontro traria bons frutos através da divina Providência, dado o sucesso da pregação de Paulo em Corinto, demonstrando o quanto Deus seria capaz de transformar as situações mais adversas em glória e salvação<sup>16</sup>. Ao fim do capítulo, Calvino ressalta as virtudes de Áquila e Priscila, que dessa vez recebem humildemente o brilhante orador Apolo em sua Igreja, sem medo de se verem ofuscados pelo erudito pregador<sup>17</sup>.

De certo modo, os dois trechos traduzem as expectativas dos recém-chegados huguenotes de Genebra em relação a Villegagnon: esperavam que o cavaleiro de Malta os acolhesse como os tecelões acolheram a Paulo e que não se incomodasse em se ver ofuscado pelos pastores genebrinos, que a partir de então tomariam a direção espiritual da congregação. De fato, na mesma carta afirmavam com satisfação que Villegagnon consentia que “o seu espírito seja dirigido pela palavra santa e pura de Deus”<sup>18</sup>. A passividade esperada do chefe da colônia pelos ministros parece evidente.

Contudo, como vimos, o cavaleiro de Malta não parecia muito disposto a essa atitude, e após a querela eucarística com os genebrinos e, principalmente, a execução dos “mártires” da Guanabara, ele passou a ser atacado na França por panfletos huguenotes que o denominavam “Caim da América”. A figura de Caim é das mais conhecidas, geralmente identificado como o “primeiro homicida”. Os reformados poderiam realizar sua crítica através de outro personagem da Bíblia, como Judas ou Herodes, mas a escolha pelo primogênito de Adão não é casual, como veremos.

Narrada no Gênese, a história de Caim relata que ele era um agricultor e seu irmão Abel, um pastor. Em certa ocasião, ambos decidem fazer um sacrifício a Javé: um traz os frutos da terra, o outro gordura e as primícias de seu rebanho. Javé se agrada de Abel e sua oferenda, mas repudia o sacrifício de Caim. Tomado de ciúme e raiva, o primogênito mata seu irmão. Javé logo descobre o crime e expulsa da região o assassino, que se vê obrigado a rumar às terras de Nod. A figura é também evocada na

---

<sup>16</sup> CALVINO, João. *Commentary on Acts – Volume 2*. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 1999, pp. 115-116.

<sup>17</sup> Idem, p. 129.

<sup>18</sup> CHARTIER e RICHER, In: MARIZ e PROVENÇAL, op. cit., p. 163.

primeira epístola de João, na qual o apóstolo afirma que Caim “sendo do Maligno, matou o seu irmão”<sup>19</sup>.

Desperta atenção inicialmente a correlação entre a motivação de Caim ao matar seu irmão e o suposto propósito de Villegagnon ao ordenar a execução dos “mártires”. Em ambos os casos, tratava-se de questões religiosas. Mais ainda, o sacrifício é o tema central nas duas situações, uma vez que o ponto da discórdia entre os huguenotes e o cavaleiro de Malta fora justamente a questão da Eucaristia, o sacramento – e sacrifício - mais importante das liturgias católica e reformada. Dessa forma, apresentando o chefe da colônia como Caim, os reformados atribuíam-lhe também o ciúme e o ódio do primeiro assassino. De certo modo, a supremacia religiosa dos huguenotes era afirmada através dessa comparação, equiparando as concepções da comunhão defendidas por Villegagnon ao sacrifício abominado por Javé; no sentido inverso, a noção reformada de eucaristia torna-se comparável à oferta de Abel.

Para aprofundar a questão, recorramos ainda uma vez aos comentários bíblicos de Calvino. Analisando o Gênesis, o reformador propõe uma interessante exegese do episódio. Contrariando algumas interpretações então tradicionais do trecho, nega que o motivo da escolha de Javé entre as oferendas dos irmãos tivesse fundamentos materiais: não seria a preferência da divindade pela carne ou mesmo a hipótese de que Caim houvesse trapaceado em seu sacrifício, “roubando” alguns grãos de trigo das espigas consagradas. Pelo contrário, Calvino defende que a impureza estava no coração do sacrificante. Indo além, infere do texto bíblico que Caim seria um hipócrita, mantendo a aparência de bom trabalhador e homem piedoso, sendo em realidade uma pessoa doentia, vaidosa e gananciosa, rompendo em fúria ao perceber que sua atitude interesseira não era correspondida por Deus do modo esperado. Seu orgulho ferido faria cair a máscara, levando-o ao fratricídio<sup>20</sup>. A análise do reformador a respeito da conduta de Caim lembra muito a narrativa de alguns autores huguenotes, especialmente Crespín, a respeito de Villegagnon. Segundo estes, o cavaleiro de Malta seria pessoa dissimulada, usando a religião como mero pretexto para satisfazer suas

---

<sup>19</sup> I João, 3: 12.

<sup>20</sup> CALVINO, João. *Commentary on Genesis* – Volume 1. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 1999, pp. 114-118.

ambições, supostamente afirmando-se adepto da Reforma apenas para angariar benefícios junto aos nobres huguenotes<sup>21</sup>.

Mas esse simbolismo é ainda mais rico que aparenta. Afinal, se Villegagnon é Caim, por contraste os reformados se tornam Abel. Nesse sentido, algumas passagens do Novo Testamento são muito interessantes pela abordagem que apresentam da figura de Abel, a começar no Evangelho de Mateus. Em certa passagem deste livro Jesus admoesta os fariseus de modo enfático com as seguintes palavras atribuídas pelo evangelista: “[..].cairá sobre vós todo o sangue dos justos derramado sobre a terra, desde o sangue do inocente Abel até o sangue de Zacarias[.]”<sup>22</sup>. O personagem também é lembrado na epístola aos Hebreus, equivocadamente atribuída a Paulo de Tarso. O texto assevera: “Foi pela fé que Abel ofereceu a Deus sacrifício melhor que o de Caim. Graças a ela foi declarado justo, e Deus apresentou o testemunho dos seus dons. Graças a ela, mesmo depois de morto, ainda fala!”<sup>23</sup>. A mesma epístola afirma que o sangue de Jesus tinha “aspersão mais eloquente que o de Abel”, aproximando os dois personagens e seus martírios<sup>24</sup>. Ao tratar brevemente da mesma figura, Calvino tende a destacar principalmente a pureza de sua fé<sup>25</sup>.

Dessa forma, Abel é retratado como homem fervoroso, puro, justo e inocente, assemelhando-se a Jesus em seu martírio. De certa maneira, a autoimagem dos huguenotes ligados à França Antártica incorporava essas características, especialmente em se tratando dos “mártires da Guanabara”. A vigorosa e virulenta batalha panfletária levada a cabo pelos reformados contra Villegagnon não deixa de invocar a imagem bíblica do clamor do sangue de Abel, quando Javé interpela Caim: “Que fizeste! Ouço o sangue de teu irmão, do solo, clamar para mim!”<sup>26</sup>.

Assim, percebemos que os discursos sobre a França Antártica em diversas fases de seu desenvolvimento recorriam à narrativa bíblica para atribuir significados à ação no Novo Mundo. No entanto, é interessante observar que as passagens bíblicas de que esses autores se apropriaram foram empregadas não tanto com um sentido religioso, mas no registro daquilo que Reinhart Koselleck definia como *historia magistra vitae*,

---

<sup>21</sup> Cf. TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011, pp. 123-136.

<sup>22</sup> Mateus, 23: 35.

<sup>23</sup> Hebreus, 11: 4.

<sup>24</sup> Hebreus, 12: 24

<sup>25</sup> CALVINO, *Commentary on Genesis...*, Op. cit., p. 115

<sup>26</sup> Gênese, 4: 10.

comum à historiografia produzida entre os séculos XVI e XVIII, como vimos anteriormente. De certo modo, é exatamente o esforço que nossos personagens empreendiam: prever e planejar o curso que os acontecimentos ligados à colônia iriam tomar, assimilando os eventos ligados à França Antártica a outros, supostamente ocorridos milênios antes e relatados na escritura. Aparentemente, imaginavam que as coisas se passariam da mesma forma no Éden, na Judéia ou na América. A Bíblia lhes fornecia modelos dos quais se apropriavam para dar forma a seus projetos, esperanças, temores, e críticas. O livro sagrado tornava-se para eles grade de interpretação e planejamento da realidade, mas também campo de contato entre as culturas religiosas reformada e católica, permitindo a construção de uma inteligibilidade partilhada, embora conflituosa, sobre os acontecimentos do Novo Mundo<sup>27</sup>.

Todavia, embora esses caminhos metodológicos sejam indubitavelmente interessantes, apresentam um aspecto um tanto inquietante: através dessas abordagens tentaríamos explicar essas relações de poder por fatores extrínsecos às fontes, minimizando assim o papel dos autores enquanto sujeitos nesse processo, e, de certo modo, tornando-os alheios à repercussão de suas obras. Seria possível encontrar outra abordagem que desse conta da questão sob essa perspectiva? Uma alternativa pode ser encontrada na retórica. Tentamos aqui pensá-la em sua inserção na cultura do Antigo

---

<sup>27</sup> Vale pensar a questão a partir da noção de *linguagem política*, tal como elaborada por Pocock e Skinner. Segundo eles, grupos específicos elaboram linguagens próprias através das quais expressam suas concepções políticas, selecionando valores e orientações para sua atuação. Essas linguagens constituem um conjunto articulado, significativo para aqueles que as compartilham. Ao mesmo tempo, tornam-se traço de identificação e delimitação entre os que articulam linguagens opostas. Segundo Pocock, essas linguagens são perceptíveis pelas particularidades de estilo, terminologia, conceitos, argumentos, problemas e valores que mobilizam. Dessa forma, cada linguagem oferece seu próprio paradigma de compreensão da política e das questões a que se relaciona. Ao mesmo tempo, elas possuem extrema flexibilidade e polivalência, sendo comum que autores alternem em seus discursos diversos tipo de linguagem, em complexa complementaridade, recombinao-os de forma a elaborar novos sentidos. É pertinente ainda destacar a advertência de Skinner, de que é o emprego dessas linguagens pelo autor que tornava seu discurso inteligível a seus contemporâneos, não podendo simplesmente deixar de recorrer às mesmas. Como observa Pocock, somente torna-se possível analisar as intenções de qualquer autor a partir da identificação da linguagem e dos termos que tinha à disposição para articular em seu discurso na época em que escrevia. Mais ainda, deve-se observar a pluralidade de linguagens entre as quais o autor circula. A identificação dessa linguagem permite perceber tanto as potencialidades quanto as limitações do vocabulário político com que o autor teve de lidar, como sinaliza Skinner: “é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões [políticas] em particular virão a ser discutidas”. Pocock ressalta ainda as inúmeras possibilidades de apropriação, através das quais um autor se apropria de uma linguagem em uso para seus próprios fins, podendo, a seu turno, ter a linguagem por ele elaborada apropriada por terceiros para finalidades que lhe são estranhas. Como resume o historiador, “um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir (...) mudanças na forma como ela é usada” (POCOCK, J.G.A.. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003, pp. 27-32; SKINNER,

Regime, de modo a contribuir com alternativas para a problemática, seguindo os passos de Carlo Ginzburg em seu esforço de reconstituir a retórica em seu modo operatório pré-nietzschiano, em particular na Época Moderna<sup>28</sup>.

Segundo Ginzburg, o elemento mais importante da retórica nessa época, seguindo a proposta aristotélica, era justamente o uso de provas de diversos tipos para o embasamento do discurso. Por volta do século XVII as provas eram divididas em duas categorias, naturais e artificiais, correspondentes à denominação aristotélica de não-técnicas (*atekhnai*) ou técnicas (*entekhnai*), ou ainda extrínsecas e intrínsecas. Provas naturais seriam basicamente aquelas preexistentes ao texto, enquanto as artificiais seriam constituídas pela argumentação elaborada pelo autor em torno das primeiras. O bom uso da retórica pressupunha a melhor articulação possível das provas de modo a atingir a finalidade visada pelo autor. De fato, a primeira parte da retórica clássica era a invenção, *inventatio*, onde se visava reunir as evidências e argumentos passíveis de embasar o discurso. Também era no momento da invenção que se escolhiam os gêneros retóricos a serem empregados; tais gêneros se definiam nas modalidades judicial, epidíctica e deliberativa, voltadas respectivamente para os tempos passado, presente e futuro<sup>29</sup>.

No que diz respeito ao nosso tema, parece que a modalidade judicial aparece principalmente nas narrativas das próprias experiências coloniais para as mais variadas finalidades, enquanto a epidíctica aparece principalmente nas descrições do Novo Mundo, ao passo que a deliberativa é empregada na elaboração de propostas relacionadas à colonização e às navegações. Na verdade, as três modalidades costumam articular-se de modo interdependente. Ótimo exemplo disso é a obra de Marc Lescarbot – advogado, não nos esqueçamos - que apropriava-se de modo crítico das experiências coloniais anteriores (retórica judiciária) de modo a analisar a conjuntura coetânea (retórica epidíctica) e apontar propostas para o futuro desenvolvimento da Nova França

---

Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 11-12).

<sup>28</sup> Nos últimos dois séculos a retórica veio a ser progressivamente associada pelo senso comum, cada vez mais, ao terreno do discurso vazio, cínico e até mesmo dissimulado: a retórica é vista como a arte de mentir de modo convincente. Trata-se, evidentemente, de grande equívoco. Todavia, não é equívoco gratuito: sua origem se encontra nas próprias mudanças infléticas ao campo da retórica por aqueles que pensavam dentro dele e, em grande medida, acreditavam assim discernir o seu traço mais importante. Ao longo dos anos essa alteração no direcionamento tenderia cada vez mais a construir uma imagem da retórica que levaria aos estereótipos que conhecemos hoje.

<sup>29</sup> Cf. REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, pp. 44-54.

(retórica deliberativa), mobilizando sempre essas técnicas de persuasão em favor do projeto colonial articulado por de Monts, Poutrincourt e Biencourt, aos quais estava ligado. Também percebemos o habilidoso uso das provas naturais, à medida em que Lescarbott procurava apropriar-se de relatos sobre o Novo Mundo, documentos oficiais e mesmo da narrativa bíblica de modo a sustentar seu discurso.

Também encontramos bom exemplo dessa problemática na polêmica entre o huguenote Jean de Léry e o católico André Thevet acerca da França Antártica. Como já estudamos em outra oportunidade, Thevet escorava seus argumentos basicamente na autópsia, buscando oferecer ao leitor uma imagem de si mesmo como grande viajante, calcando a credibilidade de seus relatos na experiência pessoal. Léry, por outro lado, procurava articular argumentos e provas dentro de métodos retóricos, como já sinalizamos:

Léry, a seu turno, construiria a obra com melhor estrutura retórica sobre o assunto [a França Antártica]. Seus argumentos e as provas que os sustentam se encontram numa relação de íntima complementaridade. Mais ainda, as provas por ele apontadas se articulam de modo bastante convincente, usando de diversas modalidades preconizadas pela retórica clássica, como entimemas, exemplos ou documentos, além do seu próprio testemunho, que não utiliza de modo central, ao contrário de Thevet. Longe de depender exclusivamente da autópsia, a argumentação do pastor procura se basear no raciocínio do leitor, fazendo hábil uso dos entimemas. Bom exemplo disso se encontra no caso da crítica avançada por Léry contra uma imagem estampada por Thevet na sua *Cosmographie Universelle*, em que apresenta o chefe indígena Cunhambebe carregando às costas duas enormes peças de artilharia, disparadas por um outro índio. Léry, em vez de buscar argumentos baseados em sua experiência pessoal, que contraporiam palavra contra palavra, ataca a questão pela raiz, apelando à experiência e ao bom senso do leitor, lembrando que tal esforço excede de longe a capacidade muscular humana<sup>30</sup>.

Desse modo, voltando-nos à cultura retórica compartilhada entre os diferentes grupos religiosos, entendemos um pouco melhor o aparente paradoxo do sucesso de uma obra escrita por um huguenote como Jean de Léry entre os católicos e do concomitante fracasso do livro do católico Thévet junto àquele público que deveria, presumivelmente, dar-lhe melhor acolhida. A predileção pela obra de Léry torna-se

---

<sup>30</sup> TAVARES, *Da Guanabara...*, Op. cit., p. 158.

muito menos surpreendente quando a pensamos em termos da circularidade cultural entre católicos e reformados.

Assim, ao pensarmos a questão em termos de retórica, podemos deslocar o foco de volta para os autores; examinar a relação autor-leitor em termos retóricos apresenta talvez o mérito de ajudar a compreender o autor como alguém que tenta, com restrições, pensar estrategicamente o seu texto em termos de uma audiência imaginada de modo mais ou menos condizente com a realidade. Relembremos aqui a observação de Ginzburg de que a retórica “pressupõe sempre uma comunidade concreta e, portanto, circunscrita” ou, como destaca Reboul, “Um auditório é, por definição, particular, diferente de outros auditórios. Primeiro pela competência, depois pelas crenças e finalmente pelas emoções. Em outras palavras, sempre há um ponto de vista, com tudo o que esse termo comporta de relativo, limitado, parcial”<sup>31</sup>.

Nesse sentido, vale a pena pensar também no uso de diferentes gêneros textuais empregados pelos diversos autores abordados. Recentemente a discussão historiográfica brasileira sobre a Idade Moderna tem incorporado valiosas contribuições oriundas do campo da teoria literária, sendo uma das mais significativas a consciência renovada sobre a importância dos diferentes gêneros literários para a análise da literatura do período, especialmente a partir dos estudos de Hansen e Pécora. Como alertam esses trabalhos, cada gênero pressupunha regras de composição e tópicos diferentes, mediando de formas específicas o conteúdo articulado na obra.

No caso do *corpus* de fontes aqui abordado, encontramos relatos de viagem que se classificam entre diversos gêneros diferentes: cosmografia, história, discurso, refutação, carta, entre outros, evidenciando a necessidade de tal problematização. Bom exemplo é o conjunto das obras de André Thevet, que se dividem entre gêneros variados: *Singularités de la France Antarctique* (1557), *Cosmographie universelle* (1575), *Vrais portraits et vies des hommes illustres* (1584) ou *Histoire de deux voyages faits aux Indes Occidentales* (1587). As obras de Marc Lescarbot oferecem exemplo semelhante: *Histoire de la Nouvelle France* (1611), *Les muses de la Nouvelle France* (1612) ou *Conversion des sauvages qui ont été baptisés à la Nouvelle France* (sem data), entre outros. Em ambas situações, os autores, embora lidando com conteúdo

---

<sup>31</sup> “Auditório”, na terminologia retórica, é o público a quem um determinado discurso se destina, mesmo que se trate do conjunto de leitores de um texto (REBOUL, Op. cit., pp. 92-93).

semelhante, optaram por gêneros diferentes ao abordá-lo, sugerindo justamente a importância dessas opções.

No caso específico de Lescarbot, essa diferenciação se manifesta em diversos aspectos da obra que certamente influenciavam suas possibilidades de circulação e difusão. *Les muses de la Nouvelle France* era obra poética, visando atingir um público mais amplo, abordando as questões relacionadas à Nova França num contexto de entretenimento, provavelmente considerando a possibilidade das leituras partilhadas em voz alta e declamação no ambiente cortesão, enquanto a *Conversion des sauvages* mobilizava a estética das obras de edificação religiosa, enfatizando outro aspecto essencial a seu programa colonial. É interessante observar que as duas obras eram bastante curtas, tornando mais fácil e barata sua difusão, ao passo que *Histoire de la Nouvelle France* era obra pesada em todos os sentidos, visando um público leitor erudito e disposto a enfrentar o calhamaço que só crescia a cada nova edição, passando das mil páginas na versão de 1619 – o que também limitava as possibilidades de difusão pelo custo final da obra.

Dessa forma, percebemos que, longe de constituir questão superficial, o problema dos gêneros era essencial, pressupondo características peculiares dos textos e, naturalmente, uma determinada expectativa por parte do público e, em sentido inverso, do autor em relação ao público visado. Assim, a escolha do gênero não era aleatória; muito pelo contrário, era necessário escolher os gêneros adequados a cada finalidade, constituindo outra forma de estratégia importante na relação autor-leitor.

Todavia, é interessante reter uma observação de Pécora: “a tendência básica dos mais diferentes gêneros é a de desenvolver formas ‘mistas’, com dinamicidade relativa nos distintos períodos, que impedem definitivamente a descrição de qualquer objeto como simples coleção de aplicações genéricas”<sup>32</sup>. Várias obras francesas sobre a América nos remetem a esse dinamismo. Como observa Daher, a *Histoire* do capuchinho Abbeville flertava com diversos gêneros, particularmente o relato de viagem e a escrita missionária (biografia de conversão e relação edificante), mas também, marginalmente, com a cosmografia. Segundo Lestringant, também as *Singularités de la France Antarctique*, de André Thevet era composta a partir da

---

<sup>32</sup> PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001, p. 12.

confluência de três gêneros: relato de viagem, cosmografia e *problemata* (obras de caráter pedagógico constituídas por perguntas e respostas):

A riqueza das *Singularités* de Thevet, definitivamente, é que elas não se reduzem nem a um livro de *problemata*, nem a uma cosmografia, nem mesmo a um relato de viagem, e que elas deixam numerosas questões sem respostas. Perseguindo a ambição de estabelecer o inventário do mundo, um mundo doravante entreaberto e desconjuntado, elas fazem perceber, nos interstícios do quadro descritivo, vias por onde evadir-se longe das certezas admitidas e dos silogismos esperados<sup>33</sup>.

Parece-nos ainda que a questão dos gêneros não se restringe à produção textual, sendo também pertinente às obras cartográficas, por exemplo. Como vimos ao longo desse estudo, diversos mapas foram elaborados acerca do Novo Mundo, desde obras de caráter técnico, como as cartas executadas por Jacques de Vau de Claye para a expedição de Strozzi ou a carta principesca de Pierre de Vault, peça com finalidades de aparato, assim como era o caso do atlas de Guillaume Le Testu. Para cada finalidade específica era necessário recorrer a um gênero cartográfico distinto.

Outra questão importante diz respeito às modalidades de circulação desses relatos. Afinal de contas, na Alta Idade Moderna, impresso e manuscrito mantinham relação de estreita complementaridade enquanto meios de difusão. Longe de se restringir ao impresso, a circulação de informações e ideias utilizava amplamente meios manuscritos, como as cartas ou gazetas<sup>34</sup>. Contudo, a questão é complexa; como vimos, muitas vezes as duas formas de comunicação eram empregadas de modo imbricado, como no caso de cartas que ganham forma impressa ou, pelo contrário, impressos que ganham cópias manuscritas, parciais ou completas, sem falar de textos, por vezes extensos, que circulam durante muito tempo em inúmeras e sucessivas cópias a pluma, sem jamais passar pela oficina do tipógrafo, como foi o caso do relato da expedição punitiva de Dominique de Gourgues à Flórida.

No entanto, é interessante lembrar que, muitas vezes, essa clivagem entre manuscrito e impresso está relacionada a outra, entre as esferas particular e pública de

---

<sup>33</sup> LESTRINGANT, Frank. *Sous la leçon des vents*. Paris: PUPS, 2003, pp. 195-209; DAHER, Op. cit., pp. 167-174.

<sup>34</sup> PIEPER, Renate. Cartas de nuevas y avisos manuscritos en la época de la imprenta. Su difusión de noticias sobre América durante el siglo XVI. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondência entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, p. 85).

difusão, atravessando zonas de penumbra muitas vezes difíceis de decifrar. Por sinal, é importante lembrar que na Idade Moderna tal separação não era muito nítida, em diversos campos da vivência humana, desde a religiosidade ou a sexualidade até – o que nos interessa aqui – a política. De fato, há pouco a ser falado de novo sobre a porosidade entre essas esferas na experiência política na Época Moderna, quando os jogos de poder envolviam a esfera pública do Estado monárquico em construção e a esfera particular das alianças e redes clientelares. Dessa forma, ao longo desse estudo procuramos sempre contemplar essas diferentes esferas de exercício do poder, assim como os circuitos complementares de circulação do impresso e do manuscrito, dificilmente dissociáveis.

Assim, buscamos diversos meios para rastrear as relações de poder entre os diversos grupos clientelares e redes de aliança, como a análise de documentação epistolar, manuscrita ou impressa. Esse gênero de documentação é particularmente útil por seu caráter particular, muitas vezes tornando mais nítidas as articulações políticas<sup>35</sup>. Outra maneira de mapear essas relações é através das dedicatórias e peças liminares publicadas nas próprias obras. Tais manobras envolviam significativa dose de cálculo político, estabelecendo e expressando relações entre o autor e o dedicatário, em compromissos de mão dupla, marcados por variadas formas de retribuição social e política. Especificamente no caso da França dos últimos Valois e dos primeiros Bourbons, marcada por graves tensões e violentas rivalidades, a dedicatória deve ser considerada significativa explicitação de laços de fidelidade e afiliação, como vimos em inúmeros casos. No bojo dessas estratégias consolida-se a circulação de saberes sobre a América entre as periferias e o centro do poder, como mostram, por exemplo, as relações entre Guillaume Le Testu e o almirante Coligny, ou entre Samuel de Champlain e o cardeal Richelieu<sup>36</sup>.

Com efeito, justamente pela inserção dos escritos e outros documentos nessas diferentes esferas de circulação e modalidades de difusão, que estabelecem-se as complexas relações entre discursos e poderes. Nesse campo, se esmaecem as distinções entre prática e discurso político, onde se teciam as tramas de poder que ligavam a monarquia francesa ao Novo Mundo, remetendo-nos aos “atos de fala” (“*speech-acts*”),

---

35 Cf. TAVARES, *Da Guanabara...*, op. cit., pp. 167-202.

tal como propõe Pocock, ou seja, a compreensão de que o discurso é uma forma de atuação sobre seus ouvintes, tendendo a produzir determinados efeitos, ou melhor, atitudes, sobre aqueles que o ouvem ou lêem. Contudo, lembra-nos o historiador, é sempre necessário se perguntar a respeito da distância entre a intenção do autor e o efeito obtido, ou ainda, que efeitos totalmente inesperados podem surgir a partir da difusão de um determinado discurso<sup>37</sup>.

De certo modo, estamos diante da formulação de uma “opinião pública” sobre o Novo Mundo na França da Idade Moderna. Farge e Binoche destacam a impossibilidade de se falar em opinião pública – ou, ao menos, daquilo que conhecemos hoje como tal - antes do século XVIII<sup>38</sup>. Por certo, no período aqui abordado não se pode falar levemente do assunto, à medida em que – teoricamente – a única opinião *considerada* relevante em termos políticos seria aquela elaborada na corte. Contudo, como bem lembra Lucien Bély, a corte, centro de decisões, não era um ambiente isolado: “A corte corresponde na realidade a um resumo do reino, a uma amostra da sociedade com senhores, prelados, domésticos, artistas, que não vivem apenas na corte e que aí trazem as opiniões de fora”<sup>39</sup>.

## II – Traduzindo o Novo Mundo

Também é importante indagar sobre as maneiras pelas quais a difusão de saberes sobre o Novo Mundo contribuía para as relações de poder entre as diferentes potências coloniais, pelos caminhos tortuosos e intrincadas vias de comunicação orais, impressas ou manuscritas disponíveis à época. A cada passo desses caminhos encontramos complexas tramas de tradução entre idiomas e culturas<sup>40</sup>. Algumas fontes

---

36 Cf. DELMAS, Ana Carolina Galante. “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008 [dissertação].

<sup>37</sup> Cf. POCOCK, Op. cit., pp. 24-25, 29.

<sup>38</sup> Ambos autores elaboram a questão a partir das definições de “espaço público” propostas por Habermas (FARGE, Arlette. *Dire et mal dire – L’opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992; BINOCHÉ, Bertrand. *Religion privée, opinion publique*. Paris: Vrin, 2012).

<sup>39</sup> “La Cour correspond en réalité à un résumé du royaume, à un échantillon de la société avec des seigneurs, des prélats, des domestiques, des artistes, qui ne vivent pas qu’à la Cour et qui y apportent les impressions du dehors” (BÉLY, Lucien. *Le secret et le public à la cour de France: un système de gouvernement*. In: LIECHTENHAN, Francine-Dominique (org.). *Histoire, écologie et anthropologie. Trois générations face à l’oeuvre d’Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: PUPS, 2011, p. 247).

<sup>40</sup> Cabe falar em tradução de culturas, pois como bem observam Burke e Kowalská, o ato de traduzir não se limita à transição de um idioma para outro, mas também comporta considerável esforço de restabelecer

podem ser particularmente interessantes para discutir o problema. Por exemplo, a seção de manuscritos ocidentais da Bibliothèque Nationale de France guarda em seu acervo interessantíssimo conjunto documental composto por dois tomos, datados de aproximadamente 1570<sup>41</sup>. Tracemos breve crítica externa: tratam-se de encadernações volumosas e luxuosas em papel de excelente qualidade (por sinal, muito bem conservado apesar dos séculos), com douramento nas bordas das páginas<sup>42</sup>. Juntos somam cerca de mil páginas. Foram redigidos em caligrafia muito bem cuidada, exibindo margens e linhas traçadas rigorosamente. Além disso, mostram grande organização quanto ao conteúdo: os textos copiados são sempre indicados na parte superior de cada página, enquanto todos os parágrafos são claramente identificados através de letras em ordem alfabética. Com frequência se encontram às margens anotações sintetizando ou sistematizando os conteúdos. Ao fim de alguns dos textos é possível encontrar extensos, detalhados e rigorosos índices remissivos, catalogando as inúmeras ocorrências de topônimos ou nomes de pessoas. Calcula-se quanto tempo o levantamento e ordenação desses inúmeros índices tenha consumido, especialmente em tempos de papel, pluma e tinta. Considerando-se uma otimista média de produção de cinco a dez páginas diárias - improvável devido à complexidade da tarefa - teríamos um período aproximado de confecção por volta de três a seis meses sob um ritmo de trabalho exaustivo.

Como se vê, trata-se de obra bastante sofisticada, empregando materiais custosos; certamente exigiu um trabalho prolongado e metódico de cópia e indexação dos conteúdos, tomando bastante tempo do copista responsável, possivelmente ajudado por alguma mão-de-obra complementar. Deve-se notar, todavia, que o projeto foi realizado com certa unidade, uma vez que a caligrafia é a mesma em todos os textos da

---

a inteligibilidade do texto ante a cultura de seus novos leitores. Sintetiza Burke: “Outra maneira de discutir a tradução cultural é falar de um duplo processo de descontextualização e recontextualização, que primeiro busca se apropriar de algo estranho e em seguida o domestica. A tradução entre línguas pode ser vista não apenas como um exemplo desse processo, mas também como uma espécie de papel de girassol que a torna incomumente visível – ou audível. Pode ser esclarecedor tentar observar esse processo de uma dupla perspectiva. Para o receptor, ele é uma forma de ganho, enriquecendo a cultura hospedeira em resultado de uma adaptação hábil. Do ponto de vista do doador, por outro lado, a tradução é uma forma de perda, levando a mal-entendidos e violentando o original (BURKE, Peter. *Culturas da tradução nos primórdios da Europa Moderna*; KOWALSKÁ, Eva. *A língua como meio de transferência de valores culturais*. In: BURKE, Peter e HSIA, R. Po-chia (org.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 13-46, 61-73).

<sup>41</sup> Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 6116, FR 6117.

<sup>42</sup> Evidentemente deve-se levar em conta a possibilidade de que a encadernação tenha sido refeita ou ao menos restaurada em algum momento ao longo desses séculos; mesmo assim, o estado de conservação

coletânea. Não há menções ao comanditário, mas é de se perguntar quem teria condições para custear um trabalho de cópia e tradução com tamanha qualidade e extensão. Talvez se tratasse de algum membro da aristocracia ou da alta burguesia francesa de então. Em todo caso, podemos concluir com absoluta certeza que se tratava de uma pessoa, grupo ou instituição com grande interesse pelo Novo Mundo. Também não é impossível que fosse realização de algum letrado buscando impressionar um mecenas, possibilidade que discutiremos adiante.

De fato, a esmagadora maioria dos textos em questão é composta por relatos de viagem e exploração do continente americano, com apenas uma exceção<sup>43</sup>. No entanto, não se trata de compilação homogênea. *Grosso modo*, os textos podem ser classificados em três categorias: cópias integrais, extratos e resumos. Na maior parte dos casos, referem-se a relatos produzidos no âmbito das navegações ibéricas, originalmente publicados nas línguas espanhola, portuguesa ou italiana; apenas três textos derivam de originais franceses<sup>44</sup>. Há narrativas sobre as viagens de Colombo, Cabeça de Vaca, Ulloa, Vespúcio, Pigafetta, Duarte Barbosa, Magalhães ou ainda extratos de Ramúsio e Pedro Mártir. Desse modo, podemos perceber que se trata de um amplo esforço de tradução e reunião de saberes sobre o Novo Mundo *em língua francesa*.

No entanto, devemos destacar aqui o fluxo de comunicação envolvido nesse trabalho. A maior parte do conjunto em apreço é composto por obras anteriormente divulgadas sob forma impressa que passaram por um processo de tradução e transcrição, gerando esse repositório manuscrito em francês. Ora, como se sabe, impresso e manuscrito pressupõem esferas de circulação bastante diferentes na Idade Moderna. A difusão impressa visava principalmente a reprodução do texto em grande quantidade, procurando atingir um número significativo de leitores em pouco tempo, enquanto os meios manuscritos se voltavam para um público limitado, especialmente tratando-se de obras volumosas. De modo geral, impresso e manuscrito voltavam-se respectivamente às esferas de comunicação pública e particular<sup>45</sup>.

---

geral dos documentos sugere que a primeira encadernação tenha sido de excelente qualidade, contribuindo para sua preservação posterior.

<sup>43</sup> Trata-se do último texto da compilação, uma transcrição de *O trabalho e os dias* de Hesíodo, segundo a tradução de Lambert Daneau, publicada em 1570.

<sup>44</sup> A saber: *Nouvelle France et terres neuves; Du discours d'un grand capitaine dièpois, fait l'an 1539; Voyages de Jacques Cartier*.

<sup>45</sup> Evidentemente essa distinção não se aplica a todos os casos. Os meios manuscritos eram bastante usados para a difusão das “nouvelles à la main” ou gazetas, breves notícias copiadas rapidamente e repassadas a assinantes desses serviços. Na França do século XVIII, como mostra Arlette Farge, chegou a ser um negócio bastante lucrativo, mobilizando considerável mão-de-obra para a cópia e distribuição dessas notícias (PIEPER, Renate. *Cartas de nuevas y avisos manuscritos en la época de la imprenta*. In:

Como se vê, a compilação quinhentista aqui discutida expõe justamente as complexas interseções entre essas duas esferas. Justamente, o próprio princípio que orientava a formação dos dois tomos era a passagem do impresso ao manuscrito, mediada por operações de seleção, tradução, transcrição, redução, síntese, organização, indexação e resumo. Em sua forma inicial, os textos impressos em suas respectivas línguas originais destinavam-se a um público virtualmente ilimitado, enquanto o trabalho de compilação realizado efetuava a apropriação desses textos para uso particular, por parte de um único leitor ou ao menos um grupo restrito de leitores, tanto em relação ao tempo quanto ao espaço possível de consulta<sup>46</sup>.

Em suas características, tal documentação parece bastante sugestiva do alcance e dos limites da difusão de conhecimentos e notícias sobre o Novo Mundo na França da época. Vale esboçar algumas conjecturas sobre os usos prováveis ou possíveis dessa grande antologia.

Em primeiro lugar, podemos constatar que a formação de conhecimento abrangente sobre o assunto devia ser muito difícil a um leitor francês que não dominasse línguas estrangeiras, ao menos um saber formulado através do contato direto com os textos. A própria preocupação em empreender tal obra, devido aos altos custos envolvidos e aos recursos exigidos para sua consecução sugere essas dificuldades. Um projeto editorial de tal envergadura não seria realizado sem motivação, indicando que correspondia tanto a uma carência quanto a uma demanda intimamente relacionadas. Por um lado, a dificuldade para encontrar e reunir um amplo conjunto de textos em francês sobre a América; por outro, a existência de leitores desejosos de reunir tal conjunto de textos indisponíveis em sua língua; ao menos o provável comanditário do monumental trabalho se enquadrava nesse perfil.

Mas examinemos melhor essas suposições. A princípio, o conjunto documental em questão sugere que havia verdadeira carência em relação à demanda que buscava suprir. Essa carência não pode ser interpretada de modo simplista como mera ausência de traduções impressas; ainda assim, parece forte indício do quanto o acesso a tais obras seria difícil. Dadas as dinâmicas editoriais da época, é fácil deduzir o quanto

---

ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar en la alta Edad Moderna*. Madrid: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005, pp. 85-86; FARGE, Arlette. *Dire et mal dire – L'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992, pp. 49-63).

<sup>46</sup> Mesmo se levarmos em conta as práticas de uso do texto então correntes, como a leitura coletiva em voz alta, o provável público da obra seria ainda bastante reduzido, se comparado às possibilidades de difusão do impresso. (CHARTIER, Roger. *História Cultural-entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990)

devia ser difícil obter tais edições ou mesmo chegar a conhecer sua existência através de publicações nos mais díspares locais do universo francófono. Coligir uma documentação tão vasta nessa época devia ser um misto de caçada penosa e paciente pescaria. De fato, ser-nos-ia quase impossível imaginar por que vias uma antologia como essa foi efetivamente elaborada, especialmente considerando-se que, em suas formas originais, a maioria dos textos apresentados provinha provavelmente de países estrangeiros<sup>47</sup>.

Outra importante hipótese a considerar é a possibilidade de que se tratasse de obra de aparato, encomendada com a finalidade expressa de impressionar a terceiros. Tal prática era muito comum no período em questão e não são raros os exemplos de manuscritos produzidos em materiais nobres, utilizando encadernações sofisticadas e um trabalho de cópia com elevada elaboração artística. Cabe sublinhar, *en passant*, que tal forma de uso não exclui de modo algum a possibilidade de utilização efetiva por parte do destinatário ou comanditário do manuscrito. Era igualmente frequente que tais livros fossem produzidos por escritores, miniaturistas, copistas, entre outros, por iniciativa própria, com a manifesta intenção de presentear a algum mecenas poderoso, de modo a obter proteção e benefícios<sup>48</sup>. Tais possibilidades, por sinal muito prováveis, não diminuem em nada o significado do manuscrito em questão; pelo contrário, a simples mobilização de tal esforço com o objetivo de impressionar a outras pessoas mostraria o quanto não se tratava de feito banal, mas de *tour de force* digno de nota, pelas habilidades e recursos necessários. E, nesse caso, pensando em termos de uma estética da recepção, podemos imaginar que seu eventual uso como obra de aparato, mais uma vez, reforça a ideia de que a iniciativa pudesse despertar grande interesse. Em verdade, essa possibilidade só tende a ampliar a relevância estimada da antologia. Afinal, sua confecção para uso particular e restrito pressupõe apenas o interesse por parte dos responsáveis diretos por sua elaboração. Por outro lado, seu suposto uso como signo de *status* social sugere um conjunto mais amplo de pessoas capazes de valorizar e apreciar o trabalho.

A fragmentação linguística das fontes empregadas é outro aspecto digno de nota. Como já discutimos, é extremamente provável que o comanditário ou destinatário

---

<sup>47</sup> Mesmo hoje, com as ferramentas eletrônicas disponíveis, sabemos o quanto muitas vezes é extremamente difícil ter acesso direto a certas fontes.

<sup>48</sup> Roger Chartier bem explora essas dinâmicas de oferta de livros na França da Idade Moderna. Também é possível encontrar boa síntese teórica sobre o assunto na pesquisa de Ana Carolina Delmas

do trabalho não dominasse os idiomas de redação original dos textos. Mas é igualmente necessário lembrar que talvez nem mesmo o copista tenha tido pleno acesso às fontes originais, sendo possível que ele próprio não dominasse todas as línguas em questão, tendo integralmente trabalhado a partir de traduções realizadas por terceiros ou vertendo ao francês parte dos relatos segundo suas possibilidades e complementando a antologia com traduções alheias. Nesse caso, quantas mãos teriam participado da tarefa? Impossível dizer... No entanto, é intrigante imaginar que talvez nenhum dos envolvidos no empreendimento tenha lido todos os textos diretamente do original.

Também é relevante observar que em muitos casos talvez não se tratasse simplesmente de traduções diretas das línguas de publicação original, mas que tenham sido feitas a partir de edições dos mesmos textos em latim, como era muito comum à época; como se sabe, a língua dos antigos romanos andava ainda muito viva por então, servindo como verdadeiro traço de união entre intelectuais de toda a Europa<sup>49</sup>. Nesse caso, é importante observar que as respectivas traduções francesas realizadas teriam então passado por um duplo filtro linguístico, com todas as consequências derivadas de tal mediação. *Traduttore, traditore...*

Por fim, cabe destacar que os dois tomos só poderiam oferecer a seus potenciais leitores um conhecimento global bastante lacunar, visto que boa parte dos textos compilados se encontrava incompleta, apresentada sob forma de extratos, resumos ou meras cópias de sumários. Desse modo, podemos perceber que, não obstante se tratasse de empreendimento editorial verdadeiramente monumental, apresentava inúmeras limitações, oferecendo a seu eventual público um conjunto heterogêneo, no qual as diversas representações do Novo Mundo atingiam diferentes graus de aprofundamento e fidedignidade. Os dois tomos exibem uma América refratada através de múltiplas mediações, desde o viés dos autores originais, passando pelas perspectivas posteriores de tradução e síntese.

Caberia talvez indagar quais seriam os critérios por trás de tal processo seletivo: como foram escolhidas as obras a incluir no conjunto? Como se determinou

---

(CHARTIER, Roger. *O príncipe e a biblioteca*. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, pp. 182-199; DELMAS, Op. cit.).

<sup>49</sup> Não nos esqueçamos de que esta era a época heroica de retorno aos textos clássicos, das tradições erasmianas, assim como do alto cultivo crítico do Latim e do Grego nas universidades europeias, das monumentais edições dos autores antigos, e um tanto mais prosaicamente do amplo ensino dessas línguas nos colégios. Vale mesmo lembrar o célebre exemplo de Montaigne, que por decisão um tanto extravagante do pai aprendeu a falar o Latim antes mesmo do Francês (Cf. BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp. 59-75; BURKE, *Traduções para o latim na Europa Moderna*. In: *A tradução...*, Op. cit., pp. 75-92).

quais delas seriam integralmente transcritas e quais seriam objeto de síntese? Com os dados de que dispomos, parece impossível responder concretamente a tais questões; ainda assim, esses dados apontam caminhos interessantes para a reflexão, sugerindo que as diferentes informações não eram tratadas de forma homogênea, sendo-lhes atribuída valoração diversificada pelos organizadores da obra. Em outras palavras, o processo de seleção parece expor uma hierarquização dos saberes sobre o Novo Mundo por parte daqueles envolvidos em sua execução. Textos e autores foram avaliados e considerados de forma assimétrica e desigual em relação à importância estimada de sua contribuição para a construção da imagem da América articulada pela compilação.

Em suma, a coletânea abordada oferece um retrato bastante eloquente das complexas dinâmicas de circulação e difusão dos saberes na Europa da época, atravessando intrincados meandros marcados pela diversidade de línguas, meios e modalidades de comunicação, passando por sucessivos movimentos de convergência, hierarquização, interpretação e síntese.

Deve-se ressaltar, todavia, que não se trata de iniciativa isolada, devendo ser cotejada a outros exemplos, ainda que mais humildes. Pode ser comparado, por exemplo, a outro manuscrito, *Premier livre des voyages et conquêtes du capitaine Ferdinand Courtois*<sup>50</sup>. Trata-se de grosso volume datado de meados do século XVI, com cerca de 200 páginas contendo a tradução em francês da narrativa da conquista do México. Assim como o manuscrito previamente abordado, não possui indicação clara de quem seria seu autor ou seu destinatário. Contudo, diferentemente do anterior, é obra muito menos sofisticada sob todos os aspectos, desde os materiais menos luxuosos à execução menos meticulosa, indicando um uso final mais pragmático ou ao menos mais apressado, exigindo menor tempo e custo de elaboração.

Da mesma forma, podemos complementar essa análise através de outras fontes, mais tardias<sup>51</sup>. Pela ortografia da língua francesa empregada, podemos datá-las de meados do século XVII. Trata-se de pequeno conjunto composto por curtos documentos traduzidos em francês de modo avulso. É possível identificar ao menos dois usuários com suas caligrafias peculiares: o copista e uma segunda pessoa que redigiu anotações e marcações nos textos. Ao que tudo indica, esse segundo leitor realizou conferência da tradução, cotejando ao original. Particular sinal desse procedimento é um trecho onde sublinhou as palavras “30 degrés”, anotando à margem “Voir l’original”;

---

<sup>50</sup> Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 5651.

<sup>51</sup> Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 5561

em outro ponto, onde é citada a data de 22 de janeiro de 1568, o revisor sublinhou o ano, igualmente registrando “Voir l’original”. Em outros trechos introduziu complementos aos textos, aparentemente referenciando trechos esquecidos ou fazendo correções, frequentemente relativas a tempo e conjugação de verbos.

O primeiro documento do conjunto relata a expedição de certo Álvaro de Mendaña, primo do licenciado de Castro, governador e presidente do Peru, enviado em 1568 para descobrir a Terra Austral, narrando a viagem realizada durante cerca de um ano através de diversas ilhas do Pacífico, habitadas por índios antropófagos e em boa parte das vezes hostis aos espanhóis. O relato seguinte narra outra viagem de Alvaro de Mendaña (o mesmo ou um homônimo?), em que teria partido do porto de Callao em 1594 para navegar pelo Pacífico, com a finalidade de povoar as “iles de Salomon”. Em seguida, outra breve narrativa sobre uma expedição enviada em 1605 por ordem de Felipe III, também em busca da Terra Austral. Finalmente, o conjunto se encerra com um relato confuso e incompleto, sem começo e fim (teriam se perdido algumas partes?), no qual se alternam as duas caligrafias, do escritor original e do revisor, abordando a viagem de um misterioso personagem à China e à Ásia Central; no verso de uma das folhas há algumas palavras isoladas e mesmo uma linha em caracteres árabes, algumas delas com suas respectivas traduções em francês, sugerindo que talvez se tratasse de texto originalmente redigido em árabe.

Essa pequena amostra de manuscritos oferece-nos uma janela de onde se pode observar as práticas de comunicação no mundo francófono da Alta Idade Moderna, indicando-nos o quanto era comum a produção de manuscritos visando a apropriação de saberes a respeito do Novo Mundo por parte de pequenos grupos de usuários. Ao mesmo tempo, percebemos o quanto essa prática era diversificada em suas manifestações concretas, originando documentos com variados níveis de qualidade e abrangência, provavelmente atendendo a necessidades e demandas igualmente díspares por parte daqueles que os produziram, encomendaram ou utilizaram.

Às obras manuscritas precisam ser necessariamente contrapostas as iniciativas de tradução impressas. Provavelmente o mais significativo projeto editorial nesse sentido seria a extensa antologia de textos sobre a América publicado na virada do século XVI pelos De Bry, família de editores protestantes originária dos Países Baixos. Como se sabe, trata-se de vasta coleção reunindo textos das mais variadas origens, transpostos de línguas vernáculas como o francês, o alemão, o espanhol, o italiano, entre outras, para o latim, acompanhados de gravuras produzidas por artistas de excelente

qualidade. Justamente o uso da língua latina permitiu que a obra encontrasse enorme repercussão pela Europa, superando as fronteiras linguísticas. Esse conjunto de relatos sobre a América fazia parte de iniciativa maior, através da qual os mesmos editores reuniram também escritos sobre a Ásia e a África, formando um gigantesco *corpus* de textos sobre o mundo então conhecido, que tornar-se-ia referência não apenas para os reformados, mas para todos os letrados contemporâneos. Sua importância seria enorme no século seguinte, e não à toa se diz que a América do século XVII é a América de De Bry.

Contudo, é bom observar que tal esforço editorial seguia orientações políticas, enquadrando-se nos esforços de propaganda contra o monopólio ibérico no continente americano, que se articulava entre os reformados de vários países, especialmente entre um numeroso grupo de editores militantes. Tais obras divulgavam enfaticamente as crueldades e iniquidades que marcavam a colonização ibérica do Novo Mundo. Abundavam relatos sobre a escravidão e as atrocidades contra indígenas ou outros europeus, como os franceses massacrados na Flórida em 1565.

Para os propósitos desse estudo, deve-se sublinhar que muitas dessas narrativas foram produzidas por autores espanhóis insatisfeitos com os rumos da conquista e da colonização na América, entre os quais devemos destacar Bartolomé de Las Casas, Lopez de Gomara, Sahagún, entre outros. Essas críticas produzidas no mundo hispânico começaram a ser articuladas na primeira metade do século XVI, culminando na organização da famosa Junta de Valhadoli, onde se discutiu teologicamente o *status* ontológico dos índios americanos e, principalmente, qual deveria ser a atitude do trono espanhol em relação aos mesmos, particularmente no que diz respeito à legitimidade de sua escravidão. Os grandes protagonistas desse encontro foram os dominicanos Sepúlveda e Las Casas, defendendo lados opostos. Vale destacar que Las Casas viveu muitos anos no México, escrevendo sobre o assunto a partir de experiência direta. Muitos dos defensores dos índios intervenientes nesses debates eram eclesiásticos católicos e fervorosos adeptos da catequese indígena.

Décadas depois, os textos produzidos no bojo desse debate seriam incorporados ao empreendimento editorial de Théodore de Bry e família. Tais traduções do espanhol ao latim eram muito mais que simples transferência linguística, sendo principalmente uma apropriação política complexa. Primeiramente, cabe observar a radical transição dos textos: originalmente concebidos num contexto consensualmente católico e para um público igualmente católico, passavam agora a ser empregados por

parte de editores militantes reformados. Ou seja, mais que simples passagem de uma língua a outra, tratava-se da travessia dos textos de uma esfera confessional a outra para uso de uma comunidade religiosa radicalmente distinta, envolvida em compromissos políticos igualmente distintos.

Nesse sentido, cabe observar que os autores espanhóis que originalmente redigiram os textos em questão eram severos críticos das violências e abusos levados a cabo contra os povos ameríndios durante a conquista, assim como das práticas escravagistas vigentes nos primeiros anos da colonização hispânica. Todavia, não eram em absoluto contrários à colonização espanhola propriamente dita; pelo contrário, objetivavam principalmente que o processo colonizador fosse realizado em outras bases, preservando a liberdade dos povos indígenas, mas impondo a religião católica através da catequese. De fato, a difusão do catolicismo nas Américas era primordial para esses autores, devendo ser o principal objetivo do empreendimento colonial. Na verdade, boa parte das críticas às violências contra os índios se referiam justamente ao fato de que esses abusos inviabilizariam uma catequese verdadeira e a conquista de conversões sinceras à fé católica. Obviamente o que estava em jogo não era o direito dos indígenas à liberdade de consciência, mas os métodos mais apropriados de trazê-los ao seio da igreja de Roma, bem como as possibilidades de fazê-lo<sup>52</sup>.

Assim sendo, a apropriação dessas obras efetuada pela coletânea da família De Bry afastava-se significativamente do propósito original com que haviam sido publicadas décadas antes. As denúncias de maus tratos às populações ameríndias eram tomadas para novo propósito, a crítica *global* à colonização ibérica no Novo Mundo e, principalmente, às pretensões de monopólio colonial arvoradas pela coroa Habsburgo. Essa inversão de significados era possível através da seleção dos demais textos componentes da coletânea, como as obras dos huguenotes franceses Jean de Léry ou Nicolas Le Challeux, entre outros autores engajados na defesa do *mare liberum*. Um argumento comum nesses textos era justamente que até então os ibéricos não haviam

---

<sup>52</sup> Todorov explora os complexos meandros dessa polêmica, que não se resume a simples posturas a favor ou contra os índios, mas em intrincados compromissos culturais, teológicos e políticos, entre ambas partes. Como lembra o autor, essas propostas podiam se mostrar bastante ambíguas: “Las Casas não pretende fazer parar a anexação dos índios, quer simplesmente que isso seja feito por padres, em vez de soldados. (...) O sonho de Las Casas é um Estado teocrático, no qual o poder espiritual esteja acima do poder temporal”. Gruzinsky, por sua vez, traça aguda análise das maneiras pelas quais os índios mexicanos conseguiam lidar com essas ambiguidades do colonizador escorados nas próprias ambivalências de sua cultura (TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, op. cit., pp. 211-265; GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 55-94).

atuado de forma que justificasse seu pretensão monopólio sobre o Novo Mundo, questionando os limites e o caráter da cristianização por eles promovida na América. Tal mobilização reformada se tornou ainda mais acirrada após a consolidação da União Ibérica, que concentrava as colônias portuguesas e espanholas sob os Habsburgos. Em suma, o uso conjunto dessas variadas traduções de línguas vernáculas para o latim possibilitava uma nova produção de sentidos para os textos, não mais lidos como peças isoladas, mas inteligíveis como uma organização complexa, um todo que era muito mais que a soma de suas partes. A coletânea dos De Bry é mais um ótimo exemplo do quanto a articulação entre tradução, seleção e organização eram um mecanismo importante para a reelaboração e ressignificação dos saberes produzidos acerca do Novo Mundo no início da Idade Moderna, atendendo a novas finalidades políticas.

A iniciativa dos De Bry pode ser comparada a um outro empreendimento editorial bastante interessante, levado a cabo pelo pastor huguenote Urbain Chauveton, francês radicado em Genebra e erudito homem de letras. Chauveton realizou uma dupla tradução da obra do milanês Girolamo Benzoni, vertendo ao latim e posteriormente ao francês o livro originalmente publicado em italiano. Benzoni viajara durante alguns anos pela América em terras de colonização ibérica, percorrendo um itinerário que o levou a Marguerita [?], Porto Rico, Espanhola, Cuba e Cartagena, com posteriores deambulações na “terra firme” até a Nicarágua e depois de volta ao Peru. Tal experiência levou Benzoni a tornar-se severo crítico da colonização hispânica, motivando-o a publicar seu livro. No entanto, trata-se menos de relato das suas viagens que de longa coletânea de narrativas de situações de conflito e tragédias vivenciadas no Novo Mundo, constantemente interpretadas como punição divina à iniquidade dos colonos. Naufrágios, desabamentos de minas, massacres nas mãos dos índios e violentas desavenças entre espanhóis eram apresentados como sinais da justiça divina<sup>53</sup>.

Para nossos propósitos, devemos atentar para os significados desse duplo esforço de tradução. Por que latim? Por que francês? Por que nessa ordem? Urbain Chauveton tinha ótimas razões para traduzir o livro de Benzoni para as duas línguas, apesar do esforço dobrado. A chave para melhor compreender essa problemática se encontra nos diferentes potenciais de difusão que cada uma dessas línguas oferecia.

Como já comentamos, o latim atuava à época como uma língua franca unindo vastos setores das camadas letradas através da Europa, de certo modo

---

<sup>53</sup> BENZONI, Girolamo e CHAUVETON, Urbain (trad.). *Histoire nouvelle du Nouveau Monde*. [s/l]: Eustache Vignon, 1579.

constituindo uma considerável comunidade linguística transnacional. Desse modo, Chauveton tirava a obra do domínio exclusivo dos falantes de “italiano”, ampliando consideravelmente o potencial público leitor do livro de Benzoni em escala continental. No entanto, essa expansão tinha seus limites, uma vez que o domínio pleno da língua latina era patrimônio cultural principalmente das pessoas mais eruditas, sendo pouco acessível mesmo aos letrados apenas nas línguas vernáculas. Era justamente a esse outro público que a tradução em francês atendia, promovendo a expansão num sentido diferente, de modo a atingir mais vasta parcela da comunidade francófona. De certo modo, a edição latina articulava uma ampliação horizontal de público, enquanto a edição francesa fomentava uma ampliação vertical.

Contudo, a característica mais interessante dessas traduções de Chauveton se encontra no modo pelo qual ele organizou e anotou profusamente a obra. Cada capítulo de Benzoni é seguido por longas anotações críticas do tradutor, identificadas como “discours”. Esses comentários são quase sempre elaborados cotejando o texto de Benzoni ao de outros autores diversos, antigos e modernos, tecendo uma densa trama intertextual e hipertextual em torno da narrativa do milanês. Essas remissões de Chauveton a outros autores apresentam geralmente grande precisão, indicando a localização exata dos trechos em questão, registrando números de capítulos ou páginas, demonstrando profunda pesquisa para além do texto traduzido, por vezes usando outros testemunhos para corrigir equívocos de Benzoni. Além disso, procurava dar suporte ao leitor para alcançar elevada compreensão do texto, particularmente esclarecendo termos de uso menos corrente. Em grande medida essas intervenções estratégicas de Chauveton são quase autorais em si mesmas, tornando o tradutor figura incontornável e destacada perante o leitor, produzindo um texto cujo resultado final vai muito além dos limites do original. Mais que comentários, Chauveton elaborou uma obra *à part entière*, com valor próprio.

Tais práticas de tradução nos remetem à observação de Pagden acerca da formação dos impérios coloniais da Idade Moderna:

Ao longo desse período, os ingleses, os franceses e os espanhóis observaram uns aos outros constantemente. Eles mediam seus comportamentos em relação aos outros, e, muito mais frequentemente do que se tem suposto, emprestaram uns dos

outros em suas contínuas tentativas de entender a forma em evolução dos impérios que eles haviam criado<sup>54</sup>.

Os exemplos examinados oferecem um panorama breve mas bastante rico do papel das práticas de tradução manuscrita ou impressa na formação da imagem do Novo Mundo no mundo francófono da Alta Idade Moderna. Cabe aqui destacar uma importante diferença entre as duas modalidades de tradução: a relação retórica entre autor e público. As traduções manuscritas se destinavam a um público fechado e razoavelmente delimitado, enquanto as impressas visavam um conjunto de leitores aberto e indeterminado. Como se pode imaginar, os tradutores lidavam assim com contextos significativamente distintos e expectativas inteiramente diferentes de recepção, uma vez que a reação do público das traduções manuscritas seria muito mais previsível que aquela dos leitores de edições impressas, por razões óbvias. Da mesma forma, lidar com essas reações *a posteriori* também era muito mais fácil no caso das obras manuscritas, uma vez que o tradutor se via impelido a dialogar com um grupo numericamente limitado, enquanto o contato direto com o público do impresso seria virtualmente impossível. Em suma, a diferença mais significativa entre as duas modalidades não está tanto no método de produção das obras, mas no processo de recepção, ou seja, o pólo receptor se diferencia mais agudamente que o pólo produtor no que diz respeito a essas dinâmicas editoriais.

No entanto, vale considerar mais uma questão pertinente ao tema, a problemática das traduções forjadas. Encontramos mais um magnífico exemplo no acervo da Bibliothèque Nationale de France, o *Discours d'un péruvien nommé Pencatan, traduit d'espagnol en français*<sup>55</sup>, datado do século XVII, parte de um grande volume manuscrito intitulado *Questions curieuses divisées en douze traités*<sup>56</sup>. Todo o documento foi escrito com a mesma caligrafia, muito bem cuidada e organizada, em papel de excelente qualidade, percebendo-se mais uma vez tratar-se de trabalho custoso em termos de tempo e recursos. Como em outros casos, não há qualquer identificação quanto a autor ou destinatário. O conjunto dos tratados é bastante abrangente, evocando questões físicas e filosóficas sobre os mais variados temas, desde calor e movimento a problemas teológicos.

---

<sup>54</sup> PAGDEN, Op. cit., p. 4.

<sup>55</sup> “Discurso de um peruano chamado Pencatan, traduzido do espanhol ao francês”.

<sup>56</sup> “Questões curiosas divididas em doze tratados” Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 1059.

O dito discurso é precedido por um parágrafo que o contextualiza:

Quando os espanhóis empreenderam a conquista do Peru, D. Naño [sic] Ramires de Gusinan [sic] seu general quis fazer a persuasão preceder suas armas, e parlamentar com os peruanos e seu general para cuidar de dispô-lo pela doçura à submissão e à mudança de sua crença, e tendo-lhe primeiramente exaltado a grandeza do Rei Católico, e seu imenso poder, o persuadiu enfim de submeter-se e abraçar ao mesmo tempo a religião cristã como a verdadeira e a única que podia conduzir à salvação e à beatitude eterna da qual ele lhe fez sumariamente ouvir os principais pontos, ao que o dito general chamado Pencatan lhe fez responder por sacrificadores do país nos seguintes termos<sup>57</sup>.

Após esse preâmbulo são registradas as palavras atribuídas ao suposto ameríndio Pencatan. No entanto, as ideias e argumentos do suposto peruano parecem um tanto extravagantes e deslocadas na boca de um nativo do Novo Mundo, estranhas ao universo cultural indígena. Apesar de longos, vale transcrever alguns trechos. Por exemplo, quando ele responde à tentativa de catequese:

Os homens se persuadem por vivas e verdadeiras razões, por vários exemplos, por diversos testemunhos de escrituras ou de palavras que devem ser certas, e não pela força, pela imaginação, por falsos argumentos e por mentiras.

Se vós sois bem firmes em vossas crenças, permaneci, e se vós sois obrigados a crer em coisas impossíveis e as mais afastadas da razão e do senso comum, é preciso que confesseis que vossa razão não vos serve de nada para todas essas coisas, e que se ela vos foi oferecida por outras [razões] ainda menores, que vos fizeram mal de não terem dado suficientes para coisas tão importantes que ao não crê-las, caís em uma eterna miséria<sup>58</sup>.

Teria Pencatan lido Descartes ou seria um precursor da ciência moderna?

Deve-se registrar, todavia, que o índio seria um crítico, mas não um incrédulo:

Nós não somos tão ignorantes que não creiamos que haja um Deus soberano, moderador de todas as coisas, mas nós não o conhecemos, nem podemos compreendê-lo, nem sabemos se ele quer receber preces ou serviços, nem como se deve orar e servir, e o deve-se dizer ou oferecer-lhe, e é verdade que todas nossas preces e sacrifícios são instituições feitas pelos homens, que criam que Deus se agradava deles dessa forma, ou que era necessário dar aos homens esses preceitos, a fim de que eles tivessem uma mesma maneira de crer, e de adorá-lo e servir, ou

---

<sup>57</sup> Idem.

<sup>58</sup> Idem.

então que eles tivessem um mesmo modo de crer, adorá-lo e servi-lo, ou ainda que os legisladores, para tornar suas leis mais respeitáveis, faziam crer que eles as recebiam do Céu por revelações e aparições, as quais nós conhecemos apenas por tradições, pois parece que reconhecendo as leis humanas incapazes de conter os homens em seu dever, eles acreditaram que com aquelas que eles diziam recebidas de Deus eles as guardariam mais facilmente e isso pela esperança do bem futuro ou do castigo na outra vida, é a mesma razão pela qual eles dizem também que a alma é imortal, mas nenhum de nossos filósofos tendo jamais podido demonstrá-lo, eles se contentaram de dar alguns argumentos por induções e relações, que não concluem demonstrativamente, nem necessariamente.

[...]

Eu confesso que se pode persuadir (visto o que foi dito) que há um Criador com os atributos que lhe damos, e um milhão de vezes mais excelentes, mas dizer que ele é tal e tal, e que ele faz aquilo por aquilo, que ele fez isso, que ele fará aquilo, que é preciso falar com ele, assim como que é preciso forçosamente servi-lo, e assim adorá-lo, assim sacrificar a ele, e que ele dar-nos-á tal coisa, me parece que é ter presunção demais em uma profunda ignorância, e falando de uma coisa tão elevada, e tal que não se pode nomear, é preciso se contentar de acreditar nela e adorar em espírito de verdade segundo as formas costumeiras nos lugares onde se estará obrigado a viver e a morrer. Eu digo mais que, sendo Deus, ele é imutável, e se ele é imutável por que orar para ele? Pois se ele resolveu de toda Eternidade fazer aquilo por que vós orais, ele fá-lo-á ainda que não oreis, e se ele destinou o contrário, todas as preces que fizerdes não desviá-lo-ão disso<sup>59</sup>.

Como se percebe facilmente, toda a linguagem articulada nesse texto dizia respeito a debates muito atuais na Europa da época. É muito esclarecedor cotejar o pretenso discurso de Pencatan ao resto das *questions curieuses* que compõem o manuscrito. Realizando essa comparação, parece sugestivo que na maioria dos casos o autor se mostre bastante favorável a uma abordagem própria da Teologia Natural, em oposição à religião revelada. Ao que tudo indica, o autor do texto tinha pouca preocupação em relação aos problemas da América colonial propriamente dita, mas empregava a figura do indígena como artifício literário de modo a criticar as práticas

---

<sup>59</sup> Idem.

cristãs através de uma estética do estranhamento<sup>60</sup>. Ainda assim, se baseia numa situação do Novo Mundo, evidenciando sua integração ao imaginário político francês

É interessante cotejar o documento a certas tendências convergentes da obra de Montaigne, igualmente crítica à religião revelada, tomando uma complexa postura de adesão ao catolicismo, eivada de profundas tensões. O célebre moralista francês também era ávido leitor de relatos de viagem e grande colecionador de *americana*. Esse interesse se mostra em inúmeras partes de sua obra, especialmente os ensaios *Des cannibales* e *Des coches*, nos quais aborda respectivamente as culturas da costa ocidental (os *brésiliens*, como chamava os índios) ou os povos do México e do Peru.

Provavelmente as páginas do ensaio *Des cannibales* sejam as mais célebres jamais escritas sobre os índios do Brasil. Como se sabe, Montaigne tece um impressionante elogio aos *sauvages*, que reputa mais felizes e sábios em sua proximidade do estado natural que os europeus transformados pela civilização. Essa reflexão ficaria particularmente conhecida pela postura relativista, sintetizada na célebre frase, “cada um acha bárbaro o que não é seu costume”<sup>61</sup>.

Menos fulgurante, *Des coches* é um ensaio de tessitura complexa, iniciando-se por uma curiosíssima discussão sobre espirros, arrotos e flatulência e passando à reflexão sobre o fausto dos príncipes e os meios de transporte (daí os coches do título), que conduz a uma descrição bastante lisonjeira dos incas e astecas, complementada pela severa crítica à brutalidade dos conquistadores espanhóis. Assim como no outro ensaio, o pensador emprega as culturas ameríndias como contraponto aos costumes europeus, fornecendo-lhe subsídios para a crítica aos povos do Velho Mundo<sup>62</sup>.

Por outro lado, é interessante salientar a tensão que marca o discurso de Pencatan; não apenas era uma falsa tradução, mas mimetizava uma tradução indireta, mediada pela língua espanhola. Por quê? Possivelmente porque pareceria mais verossímil dessa forma. Por sinal, vale a pena relacionar o texto aos glossários e

---

<sup>60</sup> Sobre o tema, recomendamos o excelente ensaio *Estranhamento: Pré-história de um procedimento literário* (GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 15-42).

<sup>61</sup> “chacun trouve barbare ce qui n'est pas son usage”. É importante, todavia, nuançar o relativismo de Montaigne. Apesar de sua conhecida e retumbante frase, não podemos tampouco esquecer que ele diria páginas depois: “Nous les pouvons donc bien appeler barbares, eu regard aux règles de la raison, mais non pas eu égard à nous, qui les surpassons en toute sorte de barbarie” (grifo nosso). Lévi-Strauss explora magistralmente essas tensões do pensamento de Montaigne, entre um ceticismo relativista bastante radical e um racionalismo universalista que em última instância busca uma moral transcendente, tendo a fé religiosa como guia (MONTAIGNE, Michel de. *Essais I*. Paris: Gallimard, 2009, pp. 392-410; LÉVI-STRAUSS, op. cit., pp. 277-291).

<sup>62</sup> Cf. MONTAIGNE, Michel de. *Essais III*. Paris: Gallimard, 2009, pp. 167-192.

colóquios de línguas indígenas que circulavam no mundo francófono à época, como aqueles de Jacques Cartier, Jean de Léry ou Yves d'Évreux. Em todos esses casos, podemos contrapor um uso efetivo e pragmático das línguas indígenas na América a sua apropriação padronizada, esquemática e desenraizada na Europa, destinada à utilização curiosa e diletante. *Grosso modo*, os respectivos usos da língua pelo trugimão e pelo escritor.

Seguindo a observações de Orlandi e Launay-Dumonet, convém notar que esses repertórios não eram elaborados a partir da vivência ameríndia das respectivas línguas, mas dos imperativos epistêmicos, comerciais ou missionários dos europeus. Assim, o tupi do colóquio de Jean de Léry não apenas deriva *do contato*, mas existe *para o contato*; no limite, é um registro da língua que só tem sentido pleno no âmbito das relações entre as culturas<sup>63</sup>.

Além da simples satisfação da curiosidade, esse uso das línguas indígenas certamente contribuía para a vividez e para a credibilidade dos textos. Como demonstra Ginzburg, a vividez era então tida como critério de verossimilhança. Nesse sentido, o falar indígena “autêntico” dos marinheiros normandos na “festa brasileira”, tão enfatizado pela *Déduction*, evidenciava para os espectadores a assiduidade das navegações francesas entre os tupinambás. Da mesma forma, Jean de Léry apontava as inconsistências de Thévet quanto à língua tupi de modo a desacreditar o cosmógrafo, o que sugere que as suas constantes referências ao falar indígena tinham a função de reforçar a credibilidade de seu relato, em oposição a seu rival católico. O discurso de Pencatan parece justamente valer-se dessa estética para produzir o efeito de verossimilhança<sup>64</sup>.

Concluindo, as práticas de tradução na França da Alta Idade Moderna não se definem meramente pela transição dos textos entre línguas diferentes, mas de que modos, por que meios e com que finalidades se produziram essas diferentes versões dos mesmos, gerando variadíssimas estratégias de comunicação e troca de conhecimentos, através de complexas redes de reprodução, distribuição e circulação dos textos. Por sinal, como vimos, a imagem da América era constituída através de múltiplos canais,

---

<sup>63</sup> Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – Discurso de confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, pp. 85-144; LAUNAY-DEMONET, Marie-Luce. *Les mots sauvages: étude des listes utiles à ceux qui veulent naviguer*. In: CEARD, Jean e MARGOLIN, Jean-Claude (org.). *Voyager à la Renaissance*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1987, pp. 497-507.

como as obras de arte, a cartografia, as grandes festividades ou as coleções de *americana*, entre outros. As complexas dinâmicas de tradução desempenhavam um significativo papel na integração desses circuitos de comunicação; era no bojo dessas complexas redes “multimídia” que se teciam os complexos significados do Novo Mundo nessa época de férteis encontros e desencontros culturais, religiosos e políticos.

### III – Estética, política e colonização

À guisa de conclusão, parece interessante explorar brevemente as articulações entre estética e política no pensar o Novo Mundo na França da Idade Moderna. Seria possível dissociá-las? Seria possível pensar a América durante os reinados de Henrique II ou Carlos IX sem lembrar da “festa brasileira” em Rouen? Conseguiria Coligny imaginar os franceses na Guanabara ou na Flórida sem cogitar nos belos mapas do atlas de Guillaume Le Testu?

Como bem descreve Afonso Arinos, a vida cotidiana na França dos séculos XVI e XVII, especialmente entre as elites nobiliárquicas e comerciais, estava repleta de referências ao Novo Mundo, desde a batata que se plantava ao bacalhau que se comia, passando pelos papagaios e saguis de estimação, pelos tecidos tingidos ou pelos penteados *raquette* das damas da corte. Na Bretanha e na Normandia era possível encontrar referências à América e às travessias do Atlântico na decoração das casas ou das igrejas, em afrescos ou baixos relevos. A literatura também refletia a situação, sob a pluma de Ronsard ou de Rabelais, ou mesmo num dos contos do *Heptaméron* de Margarida de França, irmã de Francisco I. Nas mais baratas sátiras populares também há menções às navegações, ainda que distorcidas e retorcidas para provocar o riso, como no anônimo *Voyages du compagnon à la bouteille*. A época assistiu também à proliferação dos célebres “gabinetes de curiosidade”, os *wunderkammer*, onde muitos desses objetos eram guardados como preciosidades nesses pequenos museus particulares; os materiais vindos do Novo Mundo, a *americana*, encontraram colecionadores especialmente apaixonados<sup>65</sup>. A bem dizer, parece pouquíssimo provável que a tomada de decisões relacionadas ao Novo Mundo e à navegação do

---

<sup>64</sup> Cf. GINBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 17-40.

<sup>65</sup> Raminelli traça uma interessante discussão a respeito da importância desses objetos na construção da imagem do Novo Mundo, a partir da trajetória de André Thevet. Como aponta Lestringant, encontravam-se ilustres figuras entre os colecionadores de artefatos americanos dessa época, como Montaigne e Félix Platter (RAMINELLI, Ronald. *Escritos, imagens e artefatos: ou a viagem de Thévet à França Antártica*. In: FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho (org.). *Dossiê França Antártica. História*, São Paulo: UNESP,

Atlântico acontecesse de modo completamente autônomo e descolado dessa realidade vivenciada no cotidiano.

Ao mesmo tempo, é impossível esquecer que as próprias impressões estéticas sobre a América eram muitas vezes formuladas em torno das necessidades políticas de cada momento e dos grupos que as articulavam. Como bem explora Raminelli, as diferentes representações sobre os ameríndios elaboradas na Idade Moderna devem ser compreendidas a partir dos diferentes projetos coloniais. Dessa forma, a noção de proximidade do indígena à natureza elaborada por Montaigne estava a serviço da crítica à sociedade europeia, enquanto a defesa de sua perfectibilidade pelos religiosos prestava-se à defesa da catequese; os quadros de Eckhout deveriam ser analisados sob a perspectiva da ocupação holandesa, tanto quanto a exagerada presença de mulheres antropófagas nas gravuras precisaria ser interpretada no contexto das perseguições à bruxaria na Europa. Enfim, as imagens articuladas em torno dos ameríndios devem ser compreendidas em relação às variadas expectativas políticas, econômicas e religiosas alentadas pelos diversos grupos de colonizadores quanto aos nativos<sup>66</sup>.

Ao longo desse estudo já exploramos várias dessas situações, desse modo, parece-nos adequado concluí-las através da análise de um texto muito significativo, *Le théâtre de Neptune en la Nouvelle France*, de Marc Lescarbot. Trata-se de pequeno texto dramático de sua autoria, encenado em Port Royal em novembro de 1606, por ocasião do retorno de Poutrincourt de uma expedição de exploração. Lescarbot publicou esse texto na última edição de sua *Histoire de la Nouvelle France*.

A peça foi encenada sobre as águas de Port Royal. Poutrincourt retornava em uma chalupa. Um dos colonos partiu a seu encontro sobre uma embarcação trajado como Netuno, sendo puxado por seis outros colonos vestidos como tritões. Quando as duas embarcações se encostaram, Netuno iniciou a declamação de um longo poema em que afirmava sua soberania mitológica sobre os mares e se apresentava como responsável pelas navegações de todos os povos, incluindo os holandeses e os portugueses, concluindo com uma promessa a Poutrincourt:

Já que constantemente tivestes a coragem,  
De vir tão longe buscar esse litoral, para estabelecer aqui um reino francês,  
E aí fazer guardar meus estatutos e minhas leis.

---

2008, v. 27, pp. 195-212; LESTRINGANT, Frank. *Lumière des martyrs*. Paris: Honoré Champion, 2004, pp. 109-110; LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004, pp. 214-218).

66 Idem, pp. 16, 37-46, 85-105.

Por meu sagrado tridente, por meu cetro eu juro  
Que cuidarei de favorecer teu projeto,  
E não terei repouso  
Senão quando em toda essa vizinhança veja minhas ondas  
Sob o fardo de dez mil navios  
Que façam num piscar de olhos tudo que desejares.  
Vai então alegremente, e siga teu caminho  
Onde a sorte te conduza: pois eu vejo o destino  
Preparar à França um florescente Império  
Nesse mundo novo, que bem longe fará soar  
O renome imortal de De Monts e de ti  
Sob o reino poderoso de Henrique vosso rei<sup>67</sup>.

Logo a seguir soava uma trombeta, e cada um dos tritões declamava uma estrofe. A fala do terceiro tritão se dirigia à França, e concluía instando ao reino: “Não se deve jamais rejeitar/ O bem que um Deus nos quer prestar”<sup>68</sup>. A declamação do sexto tritão reforçava o apelo à monarquia francesa:

Viva Henrique, o grande rei dos franceses  
Que agora faz viver sob suas leis  
As nações de sua Nova França,  
E sob o qual nos temos esperança  
De ver logo Netuno reverenciado  
Tanto aqui como ele foi honrado  
Por seus súditos sobre o litoral gaulês,  
E em todos os lugares onde a brava coragem  
De seus ancestrais antigamente os levou.  
Netuno também fará por seu lado  
Que seus sobrinhos se empregando sem fingimento  
Ao ornamento de sua bela empresa  
Todos seus desígnios ele favorecerá,  
E prosperar sobre suas águas ele fará<sup>69</sup>.

Após as falas dos tritões, Netuno afastava-se da chalupa de Poutrincourt, abrindo espaço para que uma canoa com quatro índios se aproximasse. Três deles traziam presentes para o chefe da colônia: o primeiro, um quarto de veado que caçara; o segundo, muito significativamente, trazia peles de castor; o terceiro trazia alguns ornamentos fabricados por sua amante. Cada um entregava sua oferta e declamava alguns versos demonstrando suas devoção e submissão aos franceses. Os dois últimos

---

<sup>67</sup> LESCARBOT, Marc. *Histoire de la Nouvelle-France contenant les navigations, découvertes et habitations faites par les françois ès Indes Occidentales et Nouvelle-France, par comission de nos Rois Très-Chrétiens, et par les diverses fortunes d'iceux en l'exécution de ces choses, depuis cent ans jusques à hui. Troisième édition enrichie de plusieurs choses singulières, outre la suite de l'Histoire*. Paris: Adrian Perier, 1617, p. 19 – os poemas ao fim da *Histoire de la Nouvelle France* possuem uma numeração independente do resto do livro.

<sup>68</sup> “Il ne faut jamais rejeter/ Le bien qu'un Dieu nous veut prêter” (Idem, p. 21).

<sup>69</sup> Idem, p. 22.

falavam de modo bastante sucinto, mas o primeiro era eloquente, revelando a Poutrincourt suas esperanças:

Aguardando que essa província  
Faças florir em piedade,  
Em modos civis, e toda coisa  
Que serve ao estabelecimento  
Do que é belo, e repousa em  
Em um real governo.  
*Sagamos* [“chefe”], se em nossos serviços,  
Tens alguma devoção,  
A ti fazemos sacrifícios  
E à tua geração<sup>70</sup>.

O quarto índio, no entanto, nada trazia, exceto um arpão. Em seus versos explicava que infelizmente não conseguira boa caça, e assim depositava suas esperanças na pesca. De modo muito significativo, afirmava que dedicara inutilmente sua vida a Diana nas florestas, mas que doravante passaria a seguir Netuno, “mestre mais tratável”<sup>71</sup>, ao qual confiaria sua fortuna. Ora, aceitar o senhorio de Netuno era justamente aceitar a autoridade dos franceses protegidos pelo rei do mar. Seus últimos versos são muito eloquentes:

Entretanto, se tens  
Em algum lugar de tua chalupa  
Um pouco de *caracona* [pão],  
Fornece-o a mim e minha tropa<sup>72</sup>.

Assim, Netuno, novo protetor dos índios, trazia-lhes o sustento através dos franceses. Parece interessante imaginar que esse pão oferecido por Poutrincourt representasse não apenas o pão material, mas também o pão espiritual da fé católica. Ao fim da encenação, Poutrincourt agradecia a Netuno e aos indígenas, convidando a todos a acompanhá-lo ao forte, onde poderia servir o pão aos nativos. O teatro se encerrava com um canto dos tritões, seguido pelo soar da trombeta e por uma salva de canhões. Logo após seria celebrado um banquete.

Esse teatro de Netuno oferece interessantíssimo contraponto à “festa brasileira” de Rouen, uma vez que retomava, meio século depois, o motivo da doação de Netuno. Ainda mais interessante é perceber que a festividade agora se passava no Novo Mundo, conferindo-lhe significado simbólico ainda maior, especialmente para os

---

<sup>70</sup> “Attendant que cette province/ Fasses florir en piété,/ En moeurs civiles, et toute chose/ Qui sert à l'établissement/ De ce qui est beau, et repose/ En un royal gouvernement./ *Sagamos*, si en nos services/ Tu as quelque dévotion./ À toi en faisons sacrifices/ Et à ta génération” (Idem, p. 23).

<sup>71</sup> “maître plus traitable”.

<sup>72</sup> “Et cependant si tu as/ Quelque part en ta chaloupe/ Un peu de *caracona* [pão],/ Fournis-en moi et ma troupe” (Idem, p. 25).

atores e seu público, composto por colonos e indígenas. O teatro oferecia a todos os seus participantes uma alegoria da colonização da Nova França, da qual participavam. Vale notar, todavia, que o espetáculo não se resumia em si mesmo e nem se encerrava no Novo Mundo: era necessário que também fosse conhecido no reino, razão pela qual Lescarbot divulgava o texto em sua *Histoire de la Nouvelle France*; talvez a difusão escrita na corte fosse ainda mais importante que a encenação em Port Royal propriamente dita.

No entanto, há que ressaltar as diferenças entre as duas celebrações. Assim como na festa de Rouen, os ameríndios tomavam parte na festa, mas desta vez na condição de (supostos) súditos submissos, e não mais como guerreiros imponentes e parceiros comerciais dos franceses. O caráter pacífico da encenação também precisa ser destacado, em oposição às alegorias guerreiras e triunfalistas de Rouen. Da mesma forma, as referências a uma monarquia universal também não estavam mais presentes, embora Netuno agora oferecesse aos franceses um *império*.

Era uma nova festa, para um novo tempo e um novo império, articulando uma nova estética da colonização...

## Conclusão

Sempre as mesmas e sempre diferentes. Assim são as navegações atlânticas francesas em sua trajetória ao longo da Alta Idade Moderna. Como nuvens a rolar pelo céu, sopradas pelos ventos, em movimentos e transformações constantes, imprevisíveis e, por vezes, imponderáveis.

Desde o princípio do século XVI ganhavam corpo as atividades dos pescadores bretões e normandos na Terra Nova, que logo se tornaram um lucrativo negócio financiado pela burguesia da Mancha, envolvendo ainda as autoridades locais. Com Francisco I, a coroa passou a interessar-se cada vez mais pelo Atlântico, pela promessa de uma rota ocidental ao Catai, e por fim, pelo Novo Mundo em si, chegando à tentativa de fundar uma colônia na América do Norte, sob direção de Cartier e Roberval. Décadas mais tarde, num momento de transição, em que as guerras italianas se esgotavam e cresciam as tensões religiosas no reino, o almirante Coligny canalizou antigos esforços em nova direção, esboçando uma geopolítica abrangente, centrada no Atlântico, com tentativas de enraizamento nas Américas do Sul e do Norte, na Guanabara e na Flórida. Durante o reinado de Henrique III, em tempos de aguda crise, foram articulados discursos lacunares sobre a América e o Atlântico e organizadas iniciativas descontinuadas, com destaque para a fracassada expedição de Strozzi ao Brasil. Com o édito de Nantes e a consolidação da paz, a França finalmente retornaria ao caminho da construção de um império colonial, nos reinados de Henrique IV e Luís XIII. No entanto, este seria ainda um processo tortuoso, marcado pelo fracasso da França Equinocial e pelas vicissitudes da Nova França. Finalmente, pela atuação do cardeal Richelieu e do marechal de Effiat, foi possível reunir com sucesso propostas convergentes, que frutificariam nas décadas posteriores.

A historiografia sobre a presença francesa na América durante o século XVI e a primeira metade do XVII tem mostrado ênfase nos fracassos, descontinuidades e rupturas. No entanto, como procuramos debater aqui, é importante dedicar atenção equivalente às articulações complexas, muitas vezes sutis, ligando as diferentes experiências coloniais e marítimas desenvolvidas no âmbito da monarquia francesa durante esse período. Tal perspectiva permite relativizar a caracterização de algumas figuras como pioneiros ou visionários, em detrimento das tramas sociais em que

estavam inseridos. Nesse sentido, parece-nos muito rico cotejar Coligny e Richelieu; ambos tiveram atuação muito importante, mas que deve ser sempre pensada de modo coletivo. Os dois personagens atuaram muito mais como centro de convergência de complexas redes de saberes e poderes que puderam ser articulados e mobilizados em favor de planos ultramarinos concebidos de forma complexa, marcados pela diversidade e mesmo, em alguns momentos, por antagonismos. Tentamos assim problematizar de modo mais amplo as relações entre periferia e centro do poder, para além da simples falta de interesse ou apoio por parte da coroa, geralmente apontadas pela historiografia especializada no tema.

Aliás, no referente a Coligny, demonstramos a necessidade de se repensar a “confessionalização” exagerada das interpretações acerca da participação dos huguenotes nos primeiros experimentos coloniais franceses. É bem verdade, todavia, que as questões confessionais em suas múltiplas vertentes parecem adquirir importância central na formação do mundo colonial francês de princípios da Idade Moderna, tornando-se quase tão relevantes quanto a própria cristianização dos índios. Tal situação nada tem de espantoso, considerando-se as turbulentas vivências políticas e religiosas da França nesse período. Contudo, questionamos o viés explicativo segundo o qual os conflitos do reino durante o século XVI redundaram diretamente no fracasso ultramarino francês. Pelo contrário, como vimos, as Guerras de Religião também incentivaram o pensamento a respeito do ultramar, como no caso de La Popelinière; em grande medida, as iniciativas articuladas em torno de Coligny respondiam a essa situação. Em suma, a relação entre as navegações francesas e os tumultos religiosos no reino deve ser pensada através de suas inescapáveis ambiguidades.

Ao mesmo tempo, constatamos que micropolítica e macropolítica articulam-se de modo fundamental na construção e na percepção contemporânea da presença francesa na América. Não há descontinuidade entre os dois campos, à medida que os conflitos religiosos, judiciais e políticos no reino redundavam também em atritos no Novo Mundo e vice-versa, repercutindo de diversas maneiras no conjunto da monarquia francesa. Bom exemplo disso são as constantes polêmicas em torno do comércio de peles da Nova França, reverberando dos dois lados do Atlântico, desde a corte às praias do Canadá, passando pela Justiça.

Assim, o pensar a América e o ultramar dialogava com todos os problemas sociais, políticos, econômicos e religiosos que afetavam o reino ao longo da Alta Idade Moderna; a cada novo momento na França vivida correspondia uma nova América pensada. A América francesa (e os discursos a ela relacionados) definiam-se principalmente a partir das questões internas do reino e das questões externas na Europa. Por sinal, pensamos nas possibilidades de problematizar a formação de redes de impérios ou imperialismos enredados, como sugerem os escritos de Isaac de Razilly. Desse modo, a opção por um corte cronológico amplo permitiu-nos acompanhar a partir de uma perspectiva diacrônica as inflexões, acomodações e reordenações que os discursos e práticas franceses sobre a América sofreram ao longo do tempo. Os próprios personagens no início do século XVII mostravam essa visão retrospectiva e interligada, como percebe-se nos escritos de Lescarbot, Poutrincourt ou Razilly, os quais pensavam as situações de sua época à luz de experiências coloniais do século anterior.

Também percebemos ao longo do período abordado a formulação de diferentes linguagens políticas acerca do Novo Mundo, através da convergência e da apropriação de diferentes discursos e saberes, náuticos, cartográficos, teológicos, jurídicos, econômicos, etnográficos, linguísticos, naturalísticos, médicos, artísticos, literários, cosmográficos, militares, dentre outros. A bem dizer, é impossível separar a esfera do poder da articulação desses saberes e discursos, de tal forma imbricados, formulando o que qualificamos como uma “estética da colonização”.

Encaminhando-nos ao fechamento, qual a importância de pensar em projetos ultramarinos fracassados, em propostas coloniais não concretizadas? Eles nos permitem refletir sobre os mundos possíveis naquela época, além de fornecer janelas curiosas sobre como aquela realidade era percebida e vivenciada. Eles se encontram na tensão entre passado, presente e futuro. Se nos dizem pouco a respeito de um futuro que não existiu, dizem muito acerca do presente em que foram imaginados e das possibilidades latentes naquele momento. Podem parecer pouco importantes vistos *a posteriori*, mas eram bastante significativos dentro das conexões sociais e políticas que lhes davam sentido. Eram propostas suficientemente poderosas para mobilizar considerável número de pessoas em prol de sua realização. Eram vistas como alternativas sérias e viáveis a graves problemas da época.

Portanto, é válido pensar não tanto as experiências coloniais como isoladas, mas principalmente as redes sociais que as integraram e fizeram com que ganhassem sentido conjuntamente. Olhando apenas para a América, elas parecem uma série de eventos isolados e autocontidos; olhando para a França, elas se tornam partes de um todo complexo e coeso. Pensada a partir da trama de discursos e poderes que a engendraram, a história dos franceses na América ganha assim contornos mais amplos. Trata-se da história de um conjunto de relações que se desdobraram e desenvolveram ao longo de mais de um século. Sob essa perspectiva, entendemos os efêmeros experimentos coloniais de poucos anos e as breves aventuras navais como sendo apenas o epifenômeno de um longo processo social de mais de cem anos de duração em suas articulações políticas, diplomáticas, econômicas e culturais, ganhando contornos muito diferentes e uma relevância muito maior.

No belíssimo romance *Cloud Atlas*, David Mitchell compara as vidas humanas às nuvens que vagam nos céus, em perpétua mutação. Também o atlas geográfico, as relações que nele se desenrolam, não são um constante refazer? Ao fim e ao cabo, terras, rotas, fronteiras, reinos, impérios e colônias são tão vaporosos quanto as nuvens. Como os viajantes que se cruzam nos subterrâneos de Paris, estão sempre a caminho de outro lugar...

Para onde os ventos da globalização nos soprarão amanhã?

## **Anexo**

### **Textos originais**

Os textos citados ao longo do trabalho seguem abaixo em suas línguas originais (francês, na maioria dos casos). Trata-se apenas dos trechos mais longos, eliminados das notas de rodapé para facilitar a leitura. A ortografia foi atualizada e, em alguns casos, foram realizadas correções de concordância verbo-nominal. Em pouquíssimos casos foram empreendidas pequenas alterações na pontuação, de modo a tornar a facilitar a compreensão do texto. Os trechos seguem sua ordem original de citação no corpo da tese.

#### **Capítulo I**

« Culturellement, l'impact est considérable : les Indiens que les marins normands ou bretons ramènent à Rouen, Dieppe, Saint-Malo, ou qu'ils fréquentent de façon amicale ou conflictuelle sur le rivage brésilien et canadien disséminent déjà dans les opinions des hommes de ce temps la double image de l'indigène » (LE ROY LADURIE, Emmanuel. *L'État Royal...*, Op. cit., pp. 210-211)

« la description de l'entrée eut-elle une fortune littéraire plus grande qu'un simple document de circonstance ? Elle fut largement diffusée parmi le public rouennais et étranger par ses quatre relations, l'une étant ornée de peintures et deux autres de gravures sur bois » (CLOULAS, Op. cit., pp.291-292)

« [...] Nymphes, tritons, sauvages et poissons,/Plaisants accords d'instruments et chansons, pareil triomphe à tous ceux des Césars,/Chars, éléphants, trophées, écussons,/Théâtres, parcs, et les triomphants arcs » (ANÔNIMO. *C'est la déduction...*, op. cit.)

« La part du Brésil dans l'iconographie reste modeste. Le coin gauche d'une miniature dans un manuscrit qui en compte dix. [...] Si la présentation de la vie des Brésiliens dans le "texte des gravures" est plus riche en détail et reprend dans une présentation unitaire et simultanée tout ce que le spectacle raconte, la part faite au Nouveau Monde reste modeste et évidemment anecdotique. Le "texte des gravures" nous montre une trentaine de dessins n'en réservant que deux (mais sur une page double) au spectacle [...]. Dans cette perspective, le titre donné par Ferdinand Denis de fête brésilienne a je ne sais quoi d'excessif et d'anachronique » (MASSA, in : JACQUOT e KONIGSON (org), *Op. cit.*, p. 111)

« L'escadre y avait été poussée par un coup de vent. Mais on interprète sa venue comme une démonstration de force répliquant à l'insolence du héraut de l'empereur » (CLOULAS, *Op. cit.*, pp. 265-266)

« D'une manière générale une entrée est toujours composée de deux éléments, même si au cours de la fête ils sont momentanément confondus : le cortège, dont on sait déjà qu'il ne retiendra guère notre attention et le spectacle qui a une organisation et une esthétique propres. D'ailleurs, le cortège est en lui-même une sorte de spectacle puisque le roi est vu par le cortège en même temps qu'il le voit. En outre, pendant le spectacle proprement dit, le roi et sa suite restent un point de mire en raison de leur importance et ils sont spectateurs et critiques mais aussi spectacle » (MASSA, In : JACQUOT e KONIGSON, *Op. cit.*, p. 106)

« La signification de cette scène est claire : le roi, protecteur de la religion et qui oblige même les Infidèles [...] à la respecter, s'est placé lui-même sous la protection de Notre-Dame de Boulogne » (CLOULAS, *Op. cit.*, p. 280)

« d'où ils rapportent richesses, épices, profits de la guerre de course » (CLOULAS, *Op. cit.*, p. 281)

« Déclarer que la souveraine majesté des Rois de France ne relève que de Dieu »  
(CLOULAS, Op. cit., pp. 281-282).

« Sous ton pouvoir, ô roi d'honneur très digne,/Combien que sois, le grand Dieu de la mer/  
Ce mien trident, et pouvoir je resigne,/Te voyant Mars par vertu de s'armer,/Et pour  
montrer, que tout sous ta main tremble,/Descendre veux, pour ton nom sublimer,/Au  
fonds de l'eau, et mes tritons ensemble (ANÔNIMO. C'est la déduction..., op. cit.)

« D'ailleurs, le spectacle n'est peut-être pas composé de deux parties, mais d'une partie en deux tableaux. En effet, par le rapprochement de la scyomachie et de la naumachie, la fête retrouve son unité. Le grand navire qui recevait le chargement de bois du Brésil semble bien être le même que celui qui venait à bout de la caravelle portugaise. Aucune des illustrations n'éclaircit ce point, mais, au moins symboliquement, c'est le même navire qui commerce avec les Indiens et qui, par la suite, écrase les Portugais »  
(MASSA, In : JACQUOT e KONIGSON, Op. cit., p. 114)

« [...]la constante promesse d'heureuse et longue vie, divinement faite à la sacrée majesté de notre Roi et seigneur, pour la tuition et défense de ce royaume, conservation et manutention de la paix, et union de sainte Église, faisant actes mémorables, dignes certes du nom et titre, de très chrétien et premier fils de l'Église [...] » (ANÔNIMO. C'est la déduction..., op. cit.)

« Mais je dirai pour ma réplique que le prince d'iceux philosophes [Aristóteles] a laissé parmi ses écritures un bref mot de grande conséquence qui dit que experientia est rerum magistra [“a experiência é a mestra das coisas”] par l'enseignement duquel j'ose entreprendre d'adresser à la vue de Votre Majesté Royale ce propos en manière de prologue de ce mien petit labeur, car suivant votre royal commandement les simples mariniers de présent non ayant eu tant de crainte de se mettre en l'aventure d'iceux

périls et dangers qu'ils ont eus et ont désir de vous faire très humble service à l'augmentation de la très sainte foi chrétienne ont connu le contraire d'icelle opinion des philosophes par vraie expérience » (CARTIER, Jacques. *Voyages au Canada*. Montréal : Lux, 2000, p. 56)

« [...] exécutée si près de la vérité, tant à raison des sauvages naturels, qui étaient mêlés parmi eux, comme pour les mariniens, qui par plusieurs voyages avaient trafiqué et par longtemps domestiquement résidé avec les sauvages, qu'elle semblait être véritable, et non simulée, pour la probation de laquelle chose, plusieurs personnes de ce royaume de France, en nombre suffisant, ayant fréquenté longuement le pays du Brésil et cannibales, attesteront de bonne foi l'effet de la figure précédente être le certain simulacre de la vérité » (ANÔNIMO. *C'est la déduction...*, op. cit.)

« Le surplus de la compagnie, ayant fréquenté le pays, parlait autant bien le langage, et exprimait si naïvement les gestes et façons de faire des sauvages, comme s'ils fussent natifs du même pays » (ANÔNIMO. *C'est la déduction...*, op. cit.)

« La présence réelle des Indiens, leur nombre, il y en avait bien cinquante, leur participation qui est comme un exploit puisqu'ils sont au moins consentants, tout cela prouve, si besoin était, les excellentes relations entre les marins normands et les indigènes du Brésil. En revanche, la présence des Brésiliens retire à la fête une partie de son irréalité (MASSA, in : JACQUOT e KONIGSON (org.), *Op. cit.*, p. 111) »

« Aussi avons déclaré et déclarons ledit Chabot atteint et convaincu d'avoir déloyalement et [ilegível] pris et reçu plusieurs sommes de [deniers] par les mains des ambassadeurs du roi du Portugal, même la somme de dix mil écus pour une part, quinze mil écus pour autre, vingt mille francs sous couleur et composition faite au nom de Jean d'Ango, vicomte de Dieppe d'autre part, une tapisserie de la valeur de dix mille écus sous titre de prêt encore par autre part et avons condamné et condamnons icelui Chabot

a nous rendre et restituer lesdites sommes comme chose indûment et illicitement prise de prince étranger sans le su vouloir et permission de nous [...] » (FR 3876)

« Déclarons pareillement ledit Chabot atteint et convaincu d`avoir mal et injustement pris desdits Jean Ango et Pierre Prévost, marchands de Rouen, vers nous poursuivant lettres de marque contre ledit roi du Portugal et ses sujets, un diamant estimé à deux mil cinq cents écus [...] » (Idem)

« Plus avons déclaré et déclarons ledit Chabot atteint et convaincu d`avoir mal, indûment et injustement extorqué de Guillaume d`Aguécourt et Simon Huet, marchands de Rouen, certaine obligation par eux à Varennes en date du dix-neuvième jour de mai l`an 1523, par laquelle lesdits d`Aguécourt et Huet s`obligèrent envers ledit Chabot, moyennant le congé qu`il leur octroya, pour aller aux îles de l`Afrique avec trois ou quatre navires, de rendre et payer audit Chabot ou son receveur la dixième de toutes choses qu`ils rapporteraient dans lesdits navires dudit voyage, et au cas que par fortune de mer ils fussent contraints relâcher au Brésil, et bailler et livrer audit Chabot tout le brésil qu`ils rapporteraient au prix qu`il valait lors de ladite obligation et toutes autres qui ont été faites et passées audit Chabot de semblable forme et substance, soit pour maguigette [sic — malagueta?!], brésil ou autres marchandises comme abusivement et par impression, force et violence publiques extorquées sous couleur de l`état et autorité dudit Chabot [...] » (Idem)

« Semblablement, avons déclaré et déclarons ledit Chabot atteint et convaincu d`avoir mal, injustement et abusivement pris et extorqué plusieurs sommes de diverses personnes et en grand nombre et quantité, tant par lui que ses gens et serviteurs pour les attaches ou congés baillés pour faire voyage et navigations sur la mer en plusieurs années et saisons, encore qu`il y eut en aucunes [no sentido de algumas] d`icelles, lettres patentes de notre permission, faisant ledit Chabot ladite exaction contre notre droit déclaré par nos dites lettres patentes, et autres années y eut défenses expresses de nous aussi par lettres patentes, nonobstant lesquelles il aurait clandestinement et occultement

baillé plusieurs congés et permissions moyennant les sommes de deniers qui en auraient été reçues tant par lui que par ses serviteurs [...] » (Idem)

« Pareillement, déclarons ledit Chabot atteint et convaincu d'avoir mal, injustement et illicitement introduit, voulu nouvellement mettre sur et introduire ou fait et permis mettre et introduire par les officiers sur nos sujets nouveau tribut de cinq sous pour chaque prise de sel ou d'un dixième par avec obligations sur les maîtres des navires de garde, redondant le tout sur les marchands allant en voyage de la côte de Normandie, aussi qu'il a mal, injustement et illicitement exigé aucunes obligations pour avoir payement dudit nouveau tribut [...] » (Idem)

« Mon intention était de parvenir, au cours de cette navigation, au Cathay et à l'extrémité orientale de l'Asie ; je ne pensais pas rencontrer *un tel obstacle* du côté de la terre nouvelle que j'ai découverte. *Si j'estimais, en effet, pour certains motifs, devoir trouver cette terre, je pensais qu'elle offrait un détroit permettant de passer dans l'Océan oriental.* C'était l'opinion universellement admise par les anciens que notre Océan occidental ne faisait qu'un avec l'Océan oriental des Indes, sans aucun continent interposé. Aristote, notamment, se range à cet avis, en s'appuyant sur diverses analogies, mais son opinion est rejetée par les modernes et apparaît fautive à l'expérience » (CARTIER, Jacques. Voyages au Canada, Op. cit.)

« Si la terre était aussi bonne qu'il y a bons havres ce serait un bien, mais elle ne se doit nommer Terre Neuve, mais pierres et rochers éffarables et mal rabotés, car en toute ladite côte du nord je n'y vis [sic] une charretée de terre et suis descendu en plusieurs lieux. Fors à Blanc Sablon il n'y a que de la mousse et de petits bois avortés » (Idem, p. 31)

« Cette dite ile est la meilleure terre que nous ayons vue, car un arpent d'icelle terre vaut mieux que toute la Terre Neuve. Nous la trouvâmes pleine de beaux arbres, prairies, champs de blé sauvage et de pois en fleurs aussi épais et aussi beaux que je ne vis onques en Bretagne qu'eux [sic] semblaient y avoir été [semés] par laboureur. Il y a force groseilliers, fraisiers et roses de Provins, persil et autres bonnes herbes de grande odeur » (Idem, p. 35)

« Et pour ladite profondeur et laisse et changement de terres, eûmes espoir d'y trouver le passage, comme il lui a au passage des Chateaux. [...] Le cap de ladite terre du sud [sic] fut nommé Cap d'Esperance, pour l'espoir que nous avions d'y trouver passage » (Idem, p. 40)

« Et nous arrivés aux dits navires assemblâmes tous les capitaines, pilotes, maîtres et compagnons pour avoir l'opinion et avis de ce qu'il était bon de faire. Et après avoir l'un après l'autre dit que considéré les grands vents d'avault qui commençaient et que les marées étaient fortes tellement qu'elles ne faisaient que déchoir et qu'il n'était possible de gagner outre en cette saison et aussi que les tourmentes commençaient en celui temps en la Terre Neuve et que nous étions encore bien loin [da China ?] et ne savions les dangers qui étaient entre eux [?], qu'il était bien temps de se retirer ou de demeurer par là ; néant et davantage que si une muayson de vent d'amont nous prenait que c'était force d'y demeurer. Après lesquelles opinions prises fumes arrivés large à nous en retourner » (Idem, pp. 52-53)

« Et outre nous montraient que lesdits sauts passés, l'on pouvait naviguer plus de trois lunes par ledit fleuve. Et outre nous montraient que le long des dites montagnes étant vers le nord y a une grande rivière qui descend de l'occident comme ledit fleuve. Nous estimons que c'est la rivière qui passe par le royaume et province du Saguenay et sans que nous leur fissions aucune demande et signe prirent la chaine du sifflet du capitaine lequel est d'argent et un manche de poignard qui est de laton jaune comme or lequel pendait au côté de l'un de nos mariniers et montrèrent que cela venait d'amont ledit fleuve [...]. Le capitaine leur montra du cuivre rouge lequel ils appellent caignedazé leur

montrant vers ledit lieu et demandant par signe s'il venait de là [da terra dos agojuda, "inimigos"] et ils commencèrent à secouer la tête disant que non et montrèrent qu'il venait du Saguenay qui est au contraire du précédent » (Idem, pp. 90-91).

« Et nous ont fait entendre que au dit lieu les gens sont vêtus et habillés de draps comme nous et y a force villes et peuples et bonnes gens et qu'ils ont grande quantité d'or et cuivre rouge. [...] et que passé ledit Saguenay va la dite rivière entrant en deux ou trois grands lacs d'eaux larges puis qu'on trouve une mer douce de laquelle n'est mention avoir vu le bout ainsi qu'ils ont ouï par ceux du Saguenay, car ils nous ont dit n'y avoir été. [...] y a une rivière qui va vers le sud-ouest [...] à une terre où il n'y a jamais glaces ni neiges, mais que en cettedite terre y a guerres continuelles les uns contre les autres et que en icelle terre y a oranges, amandes, noix, prunes et autres sortes de fruits en grande abondance. Et nous ont dit les hommes et habitants d'icelle terre être vêtus et accoutrés de peaux comme eux. Après leur avoir demandé s'il y a de l'or et du cuivre nous ont dit que non. J'estime à leur dire ledit lieu être vers la Floride à ce qu'ils montrent par leurs signes et marques » (Idem, p. 104)

« Lors commanda le capitaine faire monter le dit Donnacona haut pour parler à eux et lui dit ledit capitaine [sic] qu'il fit bonne chère et que après avoir parlé au roi de France son maître et conter ce qu'il avait vu au Saguenay et autres lieux qu'il reviendrait dans dix ou douze lunes et que le roi lui ferait un grand présent. De quoi fut fort joyeux ledit Donnacona et le dît ès autres en parlant à eux. Lesquels en firent trois merveilleux cris en signe de joie » (Idem, p. 117)

“...Ce qu'il avait vu ès pays occidentaux des merveilles du monde. Car il nous a certifié avoir été à la terre du Saguenay où il y a infini or, rubis et autres richesses *et y sont les hommes blancs comme en France et accoutrés de draps de laine*. Plus dit avoir vu autre pays où les gens ne mangent point, mais font seulement eau par la verge. Plus dit avoir été en autre pays de Picquenyans et autre pays où les gens n'ont qu'une jambe et autres merveilles longues à raconter. *Le dit seigneur est homme ancien et ne cessa jamais*

*d'aller par pays depuis sa connaissance tant par fleuves, rivières que par terre » (Idem, p. 113, grifos nossos).*

« Et sur cette haute montagne ou promontoire nous trouvâmes bonne quantité de pierres, que nous estimions être diamants. De l'autre côté de ladite montagne et au pied de ladite hauteur, qui est vers le fleuve, se trouve une belle mine du meilleur fer qui soit au monde, laquelle s'étend jusque proche de notre fort, et le sable sur lequel nous marchions est terre de mine parfaite, prête à mettre au fourneau. Et sur le bord de l'eau, nous trouvâmes certaines feuilles d'un or fin, aussi épaisses que l'ongle. [...] Et au bout du dit pré à environ cent pas, il y a une terre qui s'élève en pente, laquelle est une espèce d'ardoise noire et épaisse où l'on voit des veines de l'espèce des minéraux, et qui luisent comme or et argent : et parmi toutes ces pierres il s'y trouve de gros grains de ladite mine. Et en quelques endroits, nous avons trouvé des pierres comme diamants, les plus beaux, polis et aussi merveilleusement taillés qu'il soit possible à homme de voir ; et lorsque le soleil jette ses rayons sur eux, ils luisent comme si c'étaient des étincelles de feu » (Idem, pp. 135-136).

« Après avoir rendu ses devoirs à notre général [Roberval], il [Cartier] lui dit qu'il avait apporté quelques diamants, et une quantité de pépites d'or qu'il avait trouvées au pays. Le dimanche suivant, on fit l'essai de cet or dans un fourneau, et il se révéla fort bon. De plus, il dit au général qu'il n'avait pu, avec ses hommes, résister aux sauvages, qui rodaient journellement et l'incommodaient fort, et que c'était là la cause qui le portait à revenir en France. Cependant, lui et sa compagnie louèrent fort le pays comme étant très riche et très fertile. Mais lorsque notre général, qui avait des forces suffisantes, lui eut commandé de retourner avec lui, lui et ses gens, animés semble-t-il par l'ambition, parce qu'ils voulaient avoir toute la gloire d'avoir fait la découverte de tous ces objets, se sauvèrent secrètement de nous la nuit suivante, et sans prendre aucun congé prirent le chemin du retour pour se rendre en Bretagne » (Idem, pp. 146-147)

« Tous prêts à partir et faire voile, n'attendant autre chose que la venue du général et le paiement des dépenses » ; « de partir et de faire voile incessamment à leurs vue et

réception, à peine d'encourir son déplaisir et de s'en voir imputer tout le blâme » ; « à cause de notre départ tardif » (Idem, pp. 130-131)

« Pareillement aussi voit on comme au contraire d'iceux enfants de Satan [os protestantes] les princes chrétiens et vrais piliers de l'Église Cathlique s'efforcent de icelle augmenter et accroître ainsi qu'a fait le catholique Roi d'Espagne es terres qui par son commandement ont été découvertes à l'occident de ses pays et royaumes qu'elles auparavant nous étaient inconnues, étranges et hors de notre foi comme la Neuve Espagne [México], l'Isabelle [Cuba] Terre Ferme [Panamá] et autres îles où on a trouvé innombrable peuple qui a été baptisé et réduit à notre très sainte foi » (Idem, pp. 57-58).

« Plusieurs bourgeois et marchands de cettedite ville » ; « le “remède de justice convenable” permet à la cour à la fois de se prononcer en faveur du pouvoir central et contre les bourgeois qui ne cessent d'empiéter sur ses prérogatives depuis plusieurs décennies » (HUE, *Op. cit.*, pp. 27-31).

« On le trouve souvent, comme juré, dans des actes de toute sorte, dans différents procès. En 1546, la cour de Saint-Malo le charge d'établir une échelle de la valeur du blé et du prix du pain. Témoin, grand ou petit compère, il est sans cesse sollicité dans les baptêmes célébrés dans sa petite patrie, où l'on relève son nom cinquante-trois fois comme témoin et vingt-sept fois comme parrain » (HUE, *Op. cit.*, p. 126).

« Les cartes normandes n'ont pas un tracé identique pour les diverses parties de Terre-Neuve. Il semble que chaque cartographe normand ait choisi comme prototype de son oeuvre une mappemonde portugaise et qu'il en ait modifié les contours d'après les croquis de J. Cartier. [...] La base topographique resta portugaise, et l'influence française ne se fit sentir que dans le développement de la nomenclature puisé dans la relation de Cartier [...]. Les cartographes portugais [...] empruntèrent à leur tour leurs tracés aux Normands. Ils les modifièrent à leur gré, et cet échange de délinéations entre

les Normands et les Portugais eut pour effet fâcheux de nous cacher l'oeuvre personnelle de chacun de ces deux peuples » (ANTHIAUME, *Op. cit.*, T. II, pp. 32-33).

« C'est la démonstration d'aucuns pays découverts depuis naguère pour et aux dépens du très chrétien roi de France, François premier de ce nom. [...] À iceux pays a été envoyé par ledit roi hommes et ingénieux gentilhomme Monsr. De Roberval avec grande compagnie [...]. Et pour ce qu'il n'a été possible, avec les gens du dit pays, faire traficque a raison de leur austérité, intempérance du dit pays et petit profit, sont retournés en France, espérant y retourner quand il plaira au Roi » (DESCELIERS, apud ANTHIAUME, *Op. cit.*, T. II, p. 62, grifos nossos).

« Le roi du Portugal n'a sur ces îles [sic] aucun pouvoir de plus que le roi de France, puisque la mer est à tout le monde, que les îles susdites sont ouvertes à tous ceux qui y abordent et qu'il est en conséquence permis non seulement aux Français, mais encore à toutes les autres nations de les fréquenter et d'y avoir commerce avec les indigènes. Les Français devaient être d'autant mieux traités que les Portugais circulaient librement en France et y faisaient ouvertement le commerce avec les Français, et que par réciprocité il devait en être de même pour les Français au Portugal et auxdites îles, étant donnée surtout l'alliance existant entre les deux rois » (Apud ANTHIAUME, *Op. cit.*, T. II, pp. 191-192, 194-198, grifos nossos).

« Ils [os portugueses] pensent tenir dans leur poing serré ce que de deux mains ils ne pourraient retenir ; et je crois qu'ils se sont persuadés que Dieu n'a fait la mer et la terre que pour eux et que les autres nations ne sont pas dignes de naviguer ; [...] et encore, quand ils ont navigué le long d'une côte ils la réclament toute pour eux-mêmes. Mais une telle conquête est très facile à faire et sans grande dépense, parce qu'il n'y a ni attaque ni résistance » (CRIGNON, *Op. cit.*, pp. 103-104).

« Mais ils ont la bonne fortune que le roi François leur témoigne tant d'humanité et de courtoisie, parce que s'il voulait lâcher la bride aux marchands de son pays, ils conquéraient le commerce et l'amitié des gens de toutes ces nouvelles terres en quatre ou cinq ans, et tout par amour, et sans force [...]. Et ceci est une des raisons principales pour lesquelles ils ne veulent pas que les Français aient des rapports avec eux, d'autant

plus parce que quand les Français ont visité un endroit, on ne cherche plus les Portugais, et ceux du pays les tiennent pour vils et les traitent avec le plus grand mépris » (CRIGNON, *Op. cit.*, p. 104).

« Le long de cette côte vers le sud-ouest il n'y a aucun fort ni château pour les Portugais, sauf un endroit dit Fernambuc [...] où il y a quelques fortifications en bois avec un petit nombre de gens bannis du Portugal. Du cap Santo Agostino jusqu'au port Réal, lequel est à 12° [est] l'endroit que les Français et les Bretons fréquentent le plus et où se trouve plus de brésillet [sic] ; et sur ladite côte il n'y a ni fort ni base pour les Portugais, les Français ou les Espagnols. Et les hommes de cette côte sont traitables et beaucoup plus amicaux aux Français qu'aux Portugais [...]. Cette terre du Brésil fut d'abord découverte en partie par les Portugais il y a environ 35 ans. L'autre partie fut découverte par un homme de Honfleur appelé Denis de Honfleur, et il y a 20 ans de cela ; et depuis, beaucoup d'autres navires de France y sont allés, et ils ne trouvèrent nulle part des Portugais qui tinsent [cette terre] pour le roi du Portugal » (CRIGNON, *Op. cit.*, pp. 102-103).

« Ladite terre a été découverte il y a 35 ans, c'est-à-dire cette partie qui s'étend levant et ponant, par les Bretons et les Normands, et c'est la raison pour laquelle cette terre est nommée le cap des Bretons. L'autre partie qui s'étend du nord au sud a été découverte par les Portugais du cap de Race jusqu'au cap de Bonne Viste, laquelle contient à peu près 70 lieues, et le reste jusqu'au golfe des Châteaux et au-delà a été découvert par les Bretons et les Normands » (CRIGNON, *Op. cit.*, p. 99).

## **Capítulo II**

« l'un des rares hommes politiques de son temps à comprendre que l'équilibre entre puissances européennes ne se joue pas seulement dans l'Ancien Monde, mais que le théâtre des rivalités s'élargit désormais à l'univers » (LESTRINGANT, In : LE TESTU, *Op. cit.*, p. 12).

« Chaque amirauté étend sa compétence sur un ressort délimité par des cours d'eau et qui englobe éventuellement les îles. Il couvre la mer, le littoral, les rivières et leurs berges jusqu'au point où remonte la plus grande marée du mois de mars, les ports et les quais. Sur la Garonne, la marée de mars se faisait sentir jusqu'à Langon, à 80 kilomètres du bec d'Ambès, mais plus communément les contemporains considéraient qu'elle s'arrêtait à Castets, à 64 kilomètres. L'amirauté de Bordeaux comptait donc dans son ressort 80 kilomètres de côtes maritimes, de la pointe de Cazaux à la pointe de Grave, 100 kilomètres de berges le long de la Garonne, une cinquantaine le long de la Dordogne, une vingtaine le long de l'Isle, soit environ 250 kilomètres. Les juges des amirautés rencontraient donc l'obstacle des distances et celui des conflits avec les officiers des Eaux et forêts » (MOUSNIER, Op. cit., p. 684, 864-865).

« L'Atlas de Le Testu offre à la monarchie française le spectacle de son triomphe universel. Il lui donne dans le même temps les moyens pratiques et les outils techniques pour réaliser ses ambitions. D'où la collaboration étroite de l'hydrographie et de la mythologie, de la science nautique la plus actuelle et d'une imagerie flamboyante venue du fond des âges » (LESTRINGANT, In : LE TESTU, Op. cit., p. 93).

« La grande affection que j'ai eue, mon seigneur, d'avoir dressé cette mienne petite oeuvre (que toutefois je n'estime à suffisance élaboré pour vous devoir être présenté) m'a contraint, obstant ma rudité, le mettre et dresser en l'état que je le vous présente : vous suppliant ne prendre garde aux impropriétés desquelles j'ai en la composition d'icelui usé, mais au bon coeur d'où il vous est présenté » (LE TESTU, Op. cit., p. 100).

« [...] d'emblée, l'Europe apparaît liée à l'autre bord de l'Atlantique [...]. La mer Occéane n'est plus cette limite absolue qu'elle était pour les Anciens. Dans le monde ouvert des modernes, c'est au contraire un espace d'échange, de commerce et, le cas échéant, de rivalité coloniale et de guerre » (LESTRINGANT, In : LE TESTU, Op. cit., p. 47).

« Or, pour parvenir à ses desseins, [Villegagnon] sachant que messire Gaspard de Coligny, amiral de France et dès lors favorisant autant qu'il pouvait le parti de la religion, avait grand crédit envers le roi Henri, lui déclara son intention être entièrement de trouver et fortifier en l'Amérique quelque place qui servirait de retraite à ceux de la religion qui s'y voudraient retirer, pour peu à peu peupler le pays et y avancer l'Église de Dieu en gagnant les habitants à la connaissance de la vérité. Cette entreprise sembla si belle et grande et toutefois faisable que l'Amiral remontrant au Roi, non pas ce qui concernait le Royaume de Dieu, mais les commodités que lui et son Royaume pouvaient tirer de ces quartiers là, à l'exemple des Espagnols, il lui impétra deux grands navires bien frétés, avec dix mille livres pour les premiers frais » (BÈZE, Op. cit., p. 185).

« Le système presbytéro-synodal français est un compromis entre les tendances "démocratiques" et autoritaires. Le "peuple" fait entendre sa voix pour approuver le pasteur ou "protester" contre lui ; la structure pyramidale assure un contrôle centralisé sur les assemblés des niveaux inférieurs » (JOUANNA, Histoire..., Op. cit., pp. 1215-1217).

« Or, quelques difficultés qui se présentassent de toutes parts contre les pauvres fidèles, tant s'en fallut pour tout cela qu'ils perdissent courage, qu'au contraire ce fut en ce temps que Dieu, par sa singulière grâce, inspira toutes les Églises Chrétiennes dressées en France, de s'assembler pour s'accorder en unité de doctrine et discipline, conformément à la parole de Dieu. [...] chose vraiment conduite par l'esprit de Dieu pour maintenir l'union qui a toujours persévéré depuis » (BÈZE, Op. cit., T. I, p. 198).

« En ce temps, donc Pierre Richer, retournant de l'Amérique, où il avait beaucoup souffert sous la tyrannie de Villegagnon, très méchant et très malheureux apostat, vint à La Rochelle, où il trouva environ cinquante personnes qui avaient été assemblées au Seigneur par le ministère de La Fontaine et de La Place, desquels nous avons parlé en l'histoire de l'année précédente, lequel petit troupeau il fortifia tellement en peu de temps, qu'un Consistoire avec le reste de la Discipline Écclesiastique y fut établi, et fut ce premier commencement tellement favorisé de Dieu, qu'en peu de temps une bonne partie de la ville se rangea à l'Église du Seigneur, abandonnant les superstitions de

l'église Romaine, se préparant dès lors le Seigneur cette place, pour lui faire soutenir quelque jour les plus durs efforts de ses adversaires » (Idem, p. 164).

« L'île de Ré, située à quatre lieues d'Oléron, quasi à l'endroit de La Rochelle, fut en même temps visitée par Richer, ministre de La Rochelle, avec telle faveur de Dieu, que ceux qui auparavant étaient merveilleusement débauchés et demi barbares comme font volontiers tous gens de marine, requièrent un ministre qui y a depuis constamment persévéré » (Idem, p. 238).

« L'amiral de Châtillon, seigneur plus désireux du bien public que son propre, ayant connu la volonté du roi son prince, qui était de faire reconnaître les terres neuves, fit en toute diligence équiper des vaisseaux propres pour ce fait, et lever gens dignes de telle entreprise : entre lesquels il élit le capitaine Jean Ribault, homme véritablement expérimenté au fait de la marine, lequel ayant reçu son commandement se mit en mer l'an mil cinq cent soixante-deux, le dix huitième jour de février, accompagné seulement de deux roberges du roi : mais si bien fournies de gentilshommes, du nombre desquels j'étais, et de vieux soldats, qu'il avait moyen de faire quelque chose mémorable et remarquable à jamais » (LAUDONNIÈRE, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 354).

« Chose mémorable et remarquable à jamais » ; « de grande importance pour le service du roi et le soulagement de la République française » ; « Je crois que nul de vous n'ignore de combien notre entreprise est de grande conséquence : et combien aussi elle est agréable à notre jeune roi : pourtant, mes amis, désirant et votre honneur et votre bien, je n'ai voulu faillir vous faire entendre à tous le grandissime heur que ce serait à eux, lesquels comme magnanimes et de vertueux courage voudraient essayer en notre première découverte les biens et commodités de cette nouvelle terre : qui ferait, comme je m'assure, la plus grande occasion qui leur pourrait ne jamais advenir pour parvenir aux titre et degré d'honneur. Et pour cette cause j'ai bien voulu vous proposer devant les yeux la mémoire éternelle qu'à bon et juste titre méritent ceux, lesquels oubliant et leurs parents et leur patrie, ont osé entreprendre chose de telle importance [...] De combien donc tant d'exemples mémorables vous doivent-ils inciter de demeurer, attendu même que par cela vous serez à jamais remarqués, comme ceux qui les premiers auront habité

cette terre étrangère. Je vous supplie donc tous d'y aviser, et librement me déclarer vos volontés : protestant si bien imprimer vos noms aux oreilles du roi, et des princes, que votre renommée à l'avenir reluira inextinguible par le meilleur de notre France » (Idem, pp. 363-364).

« Afin qu'il avisât avec son conseil en si notable assemblée, quelle provision pourrait-on donner pour mettre ce Royaume en repos » ; « le zèle de son service » ; « Cette requête lue, la compagnie entra en admiration, s'émerveillant de la hardiesse de l'Amiral, attendu les dangers où il se mettait. Bref, aucuns le louèrent d'avoir rendu à son Roi ce loyal service en temps si nécessaire. Autres le blâmaient d'avoir fait telle ouverture, et pris la cause en main de ceux qu'ils désiraient être exterminés, sans aucune forme ne figure de procès, comme étant les plus détestables du monde » (BÈZE, Op. cit., p. 315-317).

« Dès son jeune âge, tant en France qu'en Écosse, Piémont et Italie » ; « suite de Strozzi » ; « C'est sur le banc de la chiourme, sous le bâton des argousins, que de Gourgues contracta contre les Espagnols une de ces haines inexpiables, qui ne s'éteignent jamais. Dès lors, il leur jura haine à mort, et il tint scrupuleusement sa promesse » (Cf. GAFFAREL, Histoire de la Floride..., Op. cit., pp. 263-264).

« Mais cette attente les ayant frustrés l'espace de trois ans, ils souhaitaient qu'il se trouvât quelque particulier qui entreprit un acte si nécessaire pour l'honneur et réputation de la France » ; « racheter cette calomnie. Toutefois, le capitaine Gourgues, gentilhomme gascon, incité du zèle qu'il a toujours eu au service de son roi, [...] fermant les yeux à toutes ces difficultés qu'il prévoyait bien, entreprit d'exécuter cette si juste vengeance, ou de mourir à la poursuite » (LA REPRISE..., In : GAFFAREL, Histoire de la Floride..., Op. cit., pp. 485-487).

« [...] le Capitaine Gourgue leur eut remontré l'injure qu'ils avaient faite au Roi, lui massacrant ses sujets, et lui volant la terre que Sa Majesté avait conquise, et le fort qu'il y avait fait bâtir : et qu'ils devaient avoir pensé qu'une si lâche trahison et une si détestable cruauté exercée contre un si puissant Roi et contre une nation si généreuse, ne

demeurerait impunie, que lui, qui était un des moindres gentilshommes que le Roi eut en son Royaume en avait entrepris la vengeance à ses propres couts et dépens » (Idem, p. 510).

« Ne veut souffrir que les Français nichent si près de ses conquêtes, même que les flottes en allant et venant à la Neuve Espagne sont contraints de passer devant en là [sic] » ; « n'avouer, ni désavouer vos sujets qui y sont, ou iront dès de là » (FOURQUEVAULX, In : GAFFAREL, Op. cit., p. 411).

«...Qu'il serait bon, pour beaucoup de considérations que la navigation au dit pays et autres endroits où Sa Majesté Catholique n'a de ses gens, fut libre à vos sujets afin que ceux qui sont tant enclins et adonnés aux armes, qu'ils ne peuvent vivre en repos, ne souffrir que les autres y vivent, allassent passer leur colère au dit pays, loin de ceux qui désirent la tranquillité de votre royaume » (Idem, p. 412).

« [...] par cartes marines fort anciennes, que la côte où l'on dit que la Floride est assise, et s'appelait la côte des Bretons, et était grandement distante des îles de l'Espagnole ; Cuba et autres de la Neuve Espagne. De sorte que leur navigation ne pouvait être empêché par les Français, lesquels n'y étaient point allés par votre commandement, ne pour rien attenter, ou les déposséder, ains comme prétendant aller sur leur propre conquete et à une navigation libre et accoutumée à eux de tout temps [...] » (Fourquevaux a Carlos IX, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 414).

« [...] et quant ainsi serait que les vaisseaux d'Espagne seraient contraints de passer par devant la Floride ils se peuvent promettre d'y recevoir toute faveur et commodité ; étant croyable, puisque vos deux si grands royaumes contigus vivent paisiblement et en bons voisins, qu'aussi feront vos sujets par delà, et seront plus puissants contre les Indiens ou autres qui voudront entreprendre à les molester. Le tout va que nos Rois soient toujours bons frères, et amis, comme ils sont, car leurs sujets le seront pareillement » (Fourquevaux, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 414).

« Et écrit Menendez que tous ceux du fort, qui étaient cent cinquante, que les susdits nommément Ribault et Courset ont dit et confessé qu'ils étaient allés à la Floride par commandement de Monsieur l'Amiral, et à ces fins ont trouvé ses commissions, lettres et instructions, et pour se devoir impatroniser de la Havana. À cette cause le roi [Felipe II] prie, et requiert Votre Majesté [Carlos IX], lui faire raison, et punition dudit sieur amiral, comme perturbateur de la paix et cause du désordre advenu. Car quant un sien vassal entreprendrait telle chose encontre Votre Majesté, il en ferait une punition exemplaire [...] » (Idem, Loc. cit).

« C'est donc bien loin de votre intention, Sire, ce que le duc d'Albe allègue que Votre Majesté a désavoué les sujets qui sont allés ou iront audit pays, d'ancienne conquête, par quoi ce qui a été exécuté très inhumainement contre vos sujets, par Pierre Melendez, plus digne bourreau que bon soldat, ne touche Monsieur l'Amiral, sinon pour le devoir de sa charge laquelle veut qu'il sache qui va, et qui vient par les mers de votre royaume [...]. Ledit duc, Sire, m'a assuré que Melendez écrit le contraire de ce que son messenger a publié parmi cette cour, s'il est vrai qu'il l'aie dit ; car jamais les Français ne firent mention d'y être allés par votre commandement, mais bien de Monsieur l'amiral, auquel tant lui que toute cette nation veulent infiniment mal » (Idem, Loc. cit).

« Ledit ambassadeur essayait toujours de couvrir le fait sur l'amiral, et qu'il y avait des ministres de la religion qui était chose fort déplaisante à son maître ; mais je lui ai dit que nous ne sommes pas enquis quelles gens allaient au dit voyage, et que si c'était à souhaiter, je voudrais que tous les huguenots fussent en ce pays-là, où il ne peut justement dire qu'il ait intérêt, puisque la terre est nôtre, comme nous la prétendons ; nous faisant bien connaître qu'on ne veut guère le repos de ce royaume, puisque l'on nous veut ainsi ôter le moyen de l'y mettre » (Catarina de Médici a Fourquevaux, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 427).

« mais quoi que ce soit, ce n'est pas à eux de punir nos sujets, et ne disputons point s'ils étaient de la religion, ou non, ains du meurtre qu'ils en ont fait, dont il est bien raisonnable que son maître fasse faire justice que nous lui en demandons » (Catarina de Médici a Fouquevaux, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 427)

« [...] n'eut été que monsieur de Châtillon, avec sa façon sévère et pleine de gravité, remontra que si Gourgues avait eu tant de courage que d'entreprendre lui seul ce que toute la France devait faire, il méritait une grande récompense et non pas une punition, et que ceux qui condamnaient d'un acte si généreux semblaient déjà nous vouloir honteusement assujettir au vassalage de notre ennemi capital ; si bien que même le roi Charles Neuvième, qui était courageux et surtout ému en la jeunesse où il était ; et vous ne sauriez croire combien l'arrêt qui s'en suivit apporta de gloire et d'honneur à l'amiral, voire même par la bouche des ambassadeurs étrangers qui étaient à la cour » (*La fortune de la cour*, Apud GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 320).

« La conséquence en était grande [...] particulièrement pour ce Nouveau Monde, qui est assez large et spacieux pour suffire à tous les princes de l'Europe, et où Sa Majesté a belle matière pour exercer sa puissance, et les grands moyens de bien faire que Dieu lui a donnés. S'il veut agrandir son domaine et étendre sa domination, il n'y a endroit au monde ni plus riche, ni plus ample, ni plus aisé à conquérir et à tenir que celui-là. S'il veut à l'exemple et imitation de ses ancêtres convertir les idolâtres à la foi chrétienne, il y a un million de millions d'hommes qui ne connaissent Jésus Christ, et qui pour leur simplicité seraient plus aisés à convertir que ne furent anciennement, par nos Français, ceux de la Terre Sainte. Entreprise plus royale, ni plus auguste ne pourrait Sa Majesté faire, que de faire planter la religion chrétienne en ces pays, apprendre la civilité et les lettres à ces pauvres sauvages ignorants, leur donner lois, et y établir une bonne police. La dixième partie des hommes qui sont morts en la moindre de nos guerres civiles eut été trop plus que suffisante pour y conquérir l'étendue de plusieurs tels royaumes que celui-ci. Il y a tant de pauvres gens en un royaume tel que le notre, n'ayant ne maison ne buron, que par delà posséderaient plusieurs lieues de bonne terre et percevraient le fruit de tant de singularités que nature y produit largement. Ce royaume n'en serait de rien diminué, mais déchargé, et eux ne changeraient de foi, mais de fortune, et où maintenant, pour leur disette, ils sont sujets inutiles, ils deviendraient sujets utiles et profitables ; envoyant par deçà grandes richesses et choses exquisés et précieuses de par delà, au soulagement de tout le peuple français, et grand plaisir et contentement de Sa Majesté, laquelle Dieu veuille maintenir et accroître en toute grandeur et prospérité » (LA REPRISE, In : GAFFAREL, *Histoire de la Floride...*, Op. cit., p. 514).

### Capítulo III

« Louange de la Navigation. Avec un discours pour inciter les officiers de l'amirauté, et la jeunesse de ce Royaume ; d'entreprendre quelques beaux voyages à l'honneur de cette nation, suivant l'exemple des anciens et modernes. Lesquels n'ayant jamais eu tels moyens que nous : semblent se moquer du français. De ce que pauvre de coeur, il ne lui reste que le vouloir, à l'exécution de choses hautes et même immortelles (LA POPELINIÈRE, *L'amiral...*, *Op. cit.*).

« La seule avarice à la plupart, la curiosité à aucuns : et l'ambition aux autres, ont été vrais aiguillons, qui les ont fait sauter de terre en mer » ; « Sans doute nous serions bien mal avisés, si nous ne pratiquions tant de beaux moyens, desquels le Français se peut prévaloir sur toutes nations, soit pour le navigage, soit pour autres commodités qui en dépendent » (Idem).

« Je dirai seulement, que si l'Espagnol, Portugais ou autre, se veut prévaloir sur nous de la découverte des Indes Occidentales : qu'ils y devaient être les guides et leur donner nom Espagnol. Mais puisque le Florentin, Amérique Vespuce et Colomb Génois les y ont conduits : commençant, qui n'avaient l'esprit de les croire, non plus que le coeur pour entreprendre : ils n'en peuvent tirer tant d'honneur que de profit » (Idem).

« Joint qu'ils n'avaient le coeur de passer tant de mers. Témoin leurs sales propos et féminines mutinations contre le Conducteur [Colombo]. Moins encore de son naturel et royale conscience à traiter ces âmes sauvages. Qu'ils ont mieux aimé envoyer à tous les diables, par les abominables supplices qu'ils leur ont fait souffrir, que de les convertir à Dieu par prêches et bonne vie. Qu'ils se glorifient donc seulement, du profit qu'ils en tirent. En ce même, que l'or d'icelles a toujours eu plus de force à gagner les hommes que la valeur de cette nation [...] » (Idem).

« [...] les Espagnols et Portugais vont chercher ailleurs par leurs découvertes ce que les Romains leur avaient auparavant enlevé. Et comme toute l'Espagne fut avarement défigurée par divers étrangers, pour en tirer ces dorées entrailles dont venait un grand tribut au Sénat de Rome » (LA POPELINIÈRE, Lancelot Voisin de. *Les trois mondes...*, Op. cit.).

« [...] ne peuvent être tirés d'Espagne ni du Portugal, si mal peuplés qu'un chacun sait au respect de la France, laquelle peut mettre hors la cinquième partie des siens sans aucune incommodité. Ains en serait plus honorée e peut être mieux assurée que plusieurs ne pourraient penser » (Idem).

« C'est où les princes de ce temps devraient faire montre de l'inutile puissance de leurs sujets, soit pour illustrer, étendre, ou enrichir leur état : soit pour divertir les passions des plus mutins, pour le continuel exercice des armes que tous grands princes ont toujours jugé nécessaire au plus sûr entretien d'un État : ressemblant au bon médecin qui purge par sueurs, évacuation de sang corrompu, ou autrement le corps cacochyme et plein de mauvaises humeurs, pour obvier à la maladie qui le saisirait aussitôt » (Idem).

« Car c'est chose assurée que si l'Espagnol n'eut envoyé aux Indes ja découvertes par Colomb tous les mauvais garnements de son royaume, et notamment ceux qui après les guerres de Grenade contre les maures, ne voulaient retourner à leur métier, ou vacation ordinaire : eussent remué ménage ou donné l'occasion à quelques nouveautés en Espagne, s'ils n'eussent été employés ailleurs. Comme ils montrèrent si bien aux Indes où ils suscitèrent tant de séditions et querelles qu'ils s'entruinèrent presque tous. Si que l'Espagne était assez empêchée pour y envoyer de nouveaux d'an en an : à quoi les condamnés par justice à diverses peines, n'étaient laissés des derniers [...] » (Idem).

« Ce qu'on voit en cet état, plus qu'en autre qui soit, pour les raisons que dessous. Car il est si peuplé et le français si léger, si remuant, et par là tant susceptible de nouveautés et changements ; que si le bien avisé Politic [sic] ne va au-devant des malheurs que ces deux qualités lui apporteront, il est propre à souffrir un pernicieux accident. Il est donc

salutaire de prévenir le mal. Comme le médecin fait au corps remis en sa première santé : auquel il donne ses remèdes, de diète, d'exercice, de plaisir et autres moyens, compris sous le régime de vivre qu'il lui fait tenir. Puis le voyant selon la vicissitude, qui est commune à toutes choses : corrompu par quelques excès, ou même par sa qualité naturelle [ou seja, seu temperamento], laquelle ne peut être si bien entretenue, qu'il ne s'amasse toujours secrètement peu à peu quelque petit mal, à la diminution de ce qui est de meilleur en nous : lui ôte cette corruption par saignées, violents exercices, clystères, et autres ordonnances pour le remettre en santé, ou le garantir du moins de plus grand mal, s'il est si cacochyme et plein d'excréments, que le mal fut plus fort que l'Art du médecin » (LA POPELINIÈRE, *L'Amiral...*, Op. cit.).

« Ainsi les plus gentils Princes, ont guéri les états : c'est à dire remédié aux inconvenues qui leur étaient venus. Puis leur ont donné le régime de vivre, pour se maintenir en la santé recouverte. Qui est à dire, les ont tellement policés par réformations, ou nouvelles introductions de lois, magistrats, officiers, et autres institutions politiques : qu'ils les ont longtemps maintenus en repos et grand honneur entre leurs voisins. Mais à la survenue de quelques excès : comme d'une guerre étrangère ou sédition domestique : ils n'y ont moins dextrement pourvu, que quand il se laissait déchoir par une lente et secrète corruption du naturel du peuple, qui laisse peu à peu la bonté de ses anciennes moeurs. Comme il avient quand l'abondance des richesses, la trop grande douceur du Prince, la fréquentation de trop d'étrangers, corrompus et tels autres accidents le font trop d'aise, abuser en son devoir ; la maladie y entrant par mécontentements que les moindres et petits ont des magistrats, ou des nobles, ou divisions de tous les sujets, pour chose divine ou humaine, telle quelle soit » (Idem).

« Que si la prévoyance nous déplaît, du moins reprenons les traces de nos ancêtres : non seulement de ces vieux pères, ains de ces louables desseins de ce roi François Premier, qui [par] ses actes généreux s'est acquis le nom de Grand. Comme aucuns princes italiens, partisans et bons amis de la Couronne lui voulussent persuader de renouveler les prétentions du droit qu'il avait en Italie, surtout aux Royaume de Naples et Duché de Milan : quelque seigneur français, lui représenta l'exemple de son prédécesseur Louis Douzième : les heureux et fort louables progrès duquel en Italie, lui avaient apporté trop de notables pertes, pour le grand honneur qu'il y avait acquis, et plus encore Charles

Huitième : à la suite duquel, Louis avait marché parmi les Italiens. Mais son père Louis Onzième y fut bien plus résolu. Ne pouvant être attiré par aucune remontrance, à passer les monts pour entrer seulement en la Lombardie : qu'il prévoyait être le cimetière des Français. Quelque instance qu'on lui fit de prendre la défense des Génois partialisés entre eux, maintenant toujours que l'inconstance de cette nation lui apporterait plus de mal que son bon droit, davantage en telles querelles . Sur quoi le chancelier du Prat entre autres, lui ayant éclairci son droit ; puis récité les moyens de le maintenir, conclut en fin que vue la qualité de son état et en tout cas, il lui était très-nécessaire d'entreprendre un voyage en Italie : ou du moins en Lombardie, pour décharger la France qui fourmillait de gens inutiles et oisifs à tout fors qu'au mal. Et bien que nous n'y ayons pas toujours gagné (qui se peut assurer de l'entresuite des victoires ? ) nous n'y avons pas toujours perdu. Et m'assure, que si le mérite des rencontres, batailles, surprises, assauts et autres actions guerrières, était bien balancé, que les Français emporteraient. Je dis davantage, quand nous y aurions le plus perdu : la France a toujours été si peuplée, qu'elle ne s'en est jamais sentie » (Idem, grifos nossos).

« Qui se peut assurer de l'entresuite des victoires ? » ; « pour remédier à ces malheurs [as derrotas em questão] ; peut-être que pour nous en garantir, nous fûmes tombés en un plus grand » ; « qu'au défaut de tels ennemis, nous nous sommes rendus Diables les uns aux autres, depuis le commencement de nos bigerreries [sic], pour démembrer la France en dix millions de pièces » ; « assez de coeur, si assez de cerveau » (Idem).

« Ainsi pour les accidents des États : les extrêmes maladies desquels, ne reçoivent jamais guérison assurée que par remèdes extrêmes et violents. Au reste, ce n'est pas d'aujourd'hui que ces flatteries de cour ont gâté tout le corps des États ; les uns des Conseillers, ne pouvant comprendre : les autres n'osant et plusieurs ne voulant par envie ou avarice, conseiller ce qui était le plus expédient. Comme il avient ordinairement entre plusieurs médecins : qui poussés de diverses passions : tournent leur devoir en disputes, pendant que le pauvre corps s'en va » (Idem, grifos nossos).

« Pour ce que mon dessein n'est de traiter cette matière à fond : ains seulement de représenter à notre jeunesse de France, de coeur aussi furieux à la rencontre que de

cerveau froid à la conduite : quels sont les avantages qu'on peut attendre des Navigations : je ne rechercherai plus avant le passé : ni même les voyages sur mer de nos Français, depuis cinquante ans en ça, vers le sud et le nord. [...] Je dirai seulement, que les plus avisés ont toujours dit, que comme le corps mieux composé, ne se peut maintenir sans exercice et légères purgations : aussi l'état mieux gouverné, ne peut longtemps durer s'il n'a certains ennemis : qui lui fassent perdre par forme de douces évacuations, ceux de ses sujets qui ne lui servent que d'appesantir la masse de ses corruptions ». (Idem, grifos nossos).

« Et vous, Monseigneur, Chef de Navigations si avantageuses : n'y voulez vous pas [sic] commander en personne ? N'y serez-vous point poussé par une louable envie de si hautes entreprises, qui y ont heureusement exécuté les anciens et modernes amiraux de ces divers peuples ? [...] N'est pas la nature mère commune à tous humains ? Grecs, Romains, Français, Espagnols ou autres tels qui soient ? N'avons-nous pas la force et santé du corps ? La vaillance, l'esprit et la direction pour ménager toutes ces grâces communes ? [...] Mais nous attendrons de vous le commandement et de ceux qui sont formés à votre calibre, des entreprises extraordinairement royales. [...] Du moins, visitons les pays, tant du nord que du sud, qui nous ont été si proditoirement [provisoirement?] enlevés. Si l'honneur ne vous chatouille de si près, que le désir vous aiguillonne d'enrichir ce pays ou l'accommoder de tant de choses singulières qui se trouveront en ces provinces étranges. Ou du moins de le soulager, par tant de levées des plus volontaires français que vous mènerez ou enverrez sous l'espoir de votre bonheur : peupler tant de pays, qui ne sont encore connus ni même découverts que de prime vue et trop générale découverte. Laquelle ramenée aux particulières recherches ; ne fera moins de beautés, de richesses, de singularités et autres choses nouvelles, que font les plus fréquentées. Le tout par votre honneur immortel et merveilleux avantage de la Couronne française » (Idem, grifos nossos).

« Empêcher qu'elle [a França] ne retombe en ses calamités premières » ; « Il est impossible que parmi eux quelques gens de bien ne s'en aillent. Mais le particulier n'est que pour le public. [...] Qui monta jamais à brèche bien défendue, que sur le corps des premiers et aux dépens des plus malheureux ? Bref, la Lombardie fut un temps, si vous dites cimetièrre de nos pères ; je dirai l'école de la vertu ; boutique du vrai métier des

armes ; maitresse de la discipline militaire : le théâtre d'honneur; le rendez-vous des plus délibérées âmes des Français » (Idem).

« Aux remèdes ordonnés pour la guérison du corps ou réformation d'un État ne se faut fâcher si peu de bon sang ou quelques-uns des bons sujets s'en vont avec les mauvais. Car nul bien ne vint jamais sans quelque incommodité, pour l'inséparable connexité des accidents qui sont en la nature humaine » (Idem).

« Tantôt après du Guesclin, qui aimait grandement le bien du roi et du royaume, à fin de délivrer le pays de plusieurs gens de guerre, courant et pillant le royaume, lesquels se faisaient appeler la grande compagnie, comme gens ramassés de plusieurs nations, tant Anglais, Navarrais, Normands, Gascons, que français, fit tant envers les capitaines, devers lesquels il alla, par sauf-conduit, qu'il les assembla et furent contents d'aller combattre pour la foi contre les Sarrasins, qui étaient en Espagne, et contre Pierre d'Espagne, le plus méchant, tyran et déloyal qui fut lors sur terre » (THEVET, André. *Les vrais pourtraits...*, *Op. cit.*, f. 260).

« Le Nostradamus astrophile et prophète est ainsi un médecin que transfère et applique son épistémologie à la compréhension du temps humain pour tenter d'offrir une thérapie à ses contemporains aux prises avec leur devenir. Une méthode oscillant entre aphorismes, sentences, proverbes et énigmes oraculaires » (CROUZET, *Nostradamus...*, *Op. cit.*, p. 21).

« [...] que se pourrait-il désirer plus à propos pour tâcher à la [a França] restaurer de telles pertes, que par la représentation du passé apprendre les survivants et la postérité à être plus sages, et, par les vertueuses actions des morts au fidèle service de cette couronne, les provoquer à imiter leur fidélité et valeur » ? (Cf. TORSAY, *Op. cit.*, p. 403).

« Mais il était [durante São Bartolomeu] dès quelque temps auparavant en Brouage avec un bon nombre de vaisseaux de ses amis pour l'accompagner en une entreprise de mer,

où il avait un continuel désir d'employer sa vie hors de France pour en détourner la ruine autrement toute évidente par si fréquentes guerres civiles, comme il y avait grande apparence que ce sien dessein y eût pu grandement aider, se rencontrant avec un autre dessein à même fin, qui se traitait fort sourdement par monsieur le prince d'Orange et monsieur le comte Ludovic de Nassau, son frère ; qui s'étant trouvés à la guerre avec ceux de la religion ès troubles de l'an soixante et neuf, les assistants de leurs personnes et conseil, et de ce qu'ils avaient pu amener de forces contre les perturbateurs du repos public et infracteurs des édits concernant ledit repos et la religion, se trouvant en pareil accessoire et nécessité, traitaient secrètement avec monsieur l'amiral et autres seigneurs de la religion en France, pour être aussi pareillement par eux assistés » (Idem, p. 429).

« De ce que ceux de la religion emportaient même le roi à un si haut dessein » ; « en telle défiance de monsieur l'amiral (que le roi gouttait fort) » ; « avec tant de peines et frais » ; « Mais outre ce qu'il était ennemi des troubles et guerres civiles en France [...], il est certain qu'il n'avait entrepris un si grand apprêt de mer, avec telle dépense de ses amis [...], sans une commune bien pesée résolution entre eux, tous gens d'honneur et bons Français, et sans l'avoir communiqué à monsieur l'amiral et eu sur ce bon avis et conseil, qui autrement aussi l'eut empêché, comme il pouvait en conséquence de sa charge d'amiral. Lequel, au contraire, non seulement l'approuva et l'y encouragea, mais l'y favorisa en tout ce qu'il put ; comme aussi firent même ceux de La Rochelle [...] » (Idem, pp. 431-432).

« capitaine Testu (très excellent pilote) vers le Nombre de Dios » ; « toujours plus mis que reçu, hormis une fois » ; « Ledit seigneur Strozzi, poussé de la susdite joie et contentement, s'avisa de porter lesdites plaques d'or montrer au Roi Charles, son bon maître, qui, lui demandant que c'était et comment il les avait, lui en fit particulièrement tout le discours ; et comme il était fort privé de Sa Majesté, icelle lui ayant toujours fait l'honneur de l'aimer uniquement et avec grande familiarité, prit occasion de lui conter que (comme l'on avait proposé à ceux qu'il avait envoyés audit voyage) s'ils eussent été en plus grand nombre, ils eussent bien fait davantage, voire s'y nicher en quelque coin pour y pouvoir retourner à meilleures enseignes, comme il penserait bien pouvoir encore faire si Sa Majesté le voulait assister, entreprise digne d'elle, et qui lui tournerait

à grand profit, et accroissement de grandeur, et avantage sur ses ennemis, avec assuré repos à la France, la déchargeant même des humeurs peccantes qui la faisaient si souvent récidiver. Et Sa Majesté, joignant par ce moyen ces mines d'or, d'argent, perles, pierreries, épiceries et autres telles richesses que nous n'avons que par la miséricorde d'autrui, aux mines de la France, de blés, vins, sel, toiles, draps, pastel, merceries, et autres telles choses nécessaires dont elle abonde, et dont les Espagnols et autres voisins et étrangers ne se peuvent passer, elle leur serait non seulement redoutable, mais dominante, voire à toute la chrétienté, voire à tout le monde. Sa Majesté lui fit assez connaitre combien cette proposition lui agréait, mais s'excusa de n'y pouvoir encore entendre » (Idem, pp. 433-437).

« Capitaine Testu (très excellent pilote) vers le Nombre de Dios » ; « toujours plus mis que reçu, hormis une fois » ; « Ledit seigneur Strozzi, poussé de la susdite joie et contentement, s'avisa de porter lesdites plaques d'or montrer au Roi Charles, son bon maître, qui, lui demandant que c'était et comment il les avait, lui en fit particulièrement tout le discours ; et comme il était fort privé de Sa Majesté, icelle lui ayant toujours fait l'honneur de l'aimer uniquement et avec grande familiarité, prit occasion de lui conter que (comme l'on avait proposé à ceux qu'il avait envoyés audit voyage) s'ils eussent été en plus grand nombre, ils eussent bien fait davantage, voire s'y nicher en quelque coin pour y pouvoir retourner à meilleures enseignes, comme il penserait bien pouvoir encore faire si Sa Majesté le voulait assister, entreprise digne d'elle, et qui lui tournerait à grand profit, et accroissement de grandeur, et avantage sur ses ennemis, avec assuré repos à la France, la déchargeant même des humeurs peccantes qui la faisaient si souvent récidiver. Et Sa Majesté, joignant par ce moyen ces mines d'or, d'argent, perles, pierreries, épiceries et autres telles richesses que nous n'avons que par la miséricorde d'autrui, aux mines de la France, de blés, vins, sel, toiles, draps, pastel, merceries, et autres telles choses nécessaires dont elle abonde, et dont les Espagnols et autres voisins et étrangers ne se peuvent passer, elle leur serait non seulement redoutable, mais dominante, voire à toute la chrétienté, voire à tout le monde. Sa Majesté lui fit assez connaitre combien cette proposition lui agréait, mais s'excusa de n'y pouvoir encore entendre » (Idem, pp. 433-437).

« [...] comme il était naturellement ennemi de la guerre civile et désireux de l'étrangère (l'estimant le salut et repos de la France), se présentant l'occasion d'accorder quelques secours au Roi Don Antonio, Roi du Portugal, pour le rétablir en ses royaumes et États, la Reine, mère du Roi, l'entreprit pour l'intérêt qu'elle y avait aussi de son chef, comme venue d'une fille et héritière de la maison de Boulogne, descendue en droite ligne d'un Roi de Portugal ; dont elle et ledit Roi don Antonio étaient demeurés d'accord que, lui rétabli en ses États, elle aurait pour ses prétentions la région du Brésil. Désirant aussi avancer le seigneur Strozzi, voulut qu'il fut général de l'armée de mer par elle dressée, avec le congé du Roi, pour ledit secours, de laquelle l'amas et rendez-vous fut à Bellile ; où, le douzième de juin mille cinq cent quatre-vingt et deux, le Roi don Antonio arriva, en la réale des galères du Roi, qui séjournaient en la rivière de Nantes, avec pouvoir généralement sur toute l'armée et entreprise, et commandement aux seigneur Strozze et comte de Brissac de le recevoir et lui obéir ; ladite armée composée des compagnies et vaisseaux qui ensuivent » (Idem, p. 443).

« Ce même jour, le Roi don Antonio descendit en terre et vint loger dans l'armée, où de toutes parts les habitants de l'île et officiers le vindrent trouver. Mêmement lui furent apportées toutes les bannières des villes en témoignage d'obéissances, avec les clés et offres de tout ce qui était en leur pouvoir, dont ils furent remerciés par Sa Majesté, avec toutes les promesses et assurances de bon traitement qu'ils pourraient désirer de lui, qui, pour l'heure, ne leur demanda autre chose que des vivres pour les Français, à quoi ils promirent de donner ordre » (Idem, p. 449).

« Ce nonobstant, contre la coutume entre gens de guerre même chrétiens, le marquis, insolemment abusant de la victoire, traita plus barbarement et cruellement les prisonniers français, contre la foi promise quand ils s'étaient rendus, que s'ils eussent été Turques ou cannibales, les qualifiant, pour colorer sa cruauté, pillards, larrons, pirates, perturbateurs du repos public, et infracteurs de la paix jurée et publiée entre le Roi très chrétien et le Roi son maître, comme s'il eut ignoré (ce qui était connu à tout le monde) que la majesté chrétienne n'était aucunement mêlée en cette entreprise, mais que c'était une querelle particulière du roi Antonio de Portugal, revendiquant ce qu'il estimait justement lui appartenir ; et ledit sieur marquis en avait eu un témoignage particulier au bon recueil qu'on lui avait mandé avoir été fait audit Roi don Antonio par

les habitants de l'île de Saint-Michel, et au désir que généralement les Portugais, par tout le Portugal et États en dépendant, déclaraient de l'avoir pour Roi. Desquels états se voyant exclus à son retour de prison d'Afrique, où le roi Sébastien avait été tué, ainsi dénué de tous moyens, il avait eu recours à la Reine mère du Roi très chrétien, Cathérine de Médici, qui aussi y avait notable intérêt, et en avait accordé avec lui et moyennant ce secours, comme il s'est dit ci-dessus » (Idem, p. 458).

« La ville de Lisbonne croissait à vue d'oeil, étant l'une des principales non point du Portugal seulement, mais de toute l'Europe, et peut-etre le plus beau port de tout l'Océan. Des Indes aussi ce roi recevait un profit nonpareil, où après la défaite du Roi de Cambaie [?] les citadelles s'étaient redressées et remises en pied, toutes choses lui riaient en toute tranquillité. Finalement le Royaume de Portugal avait, ce semble, atteint le faite de et comble de son bien » (THEVET, *Les Vrais pourtraits...*, Op. cit., f. 470 v°).

« C'étaient deux barbares, qui s'entre-guerroyaient, à savoir si Sebastien, puisqu'il n'y allait pas pour les réconcilier et mettre d'accord, n'eut pas mieux fait de ne bouger de son pays que de mener trois mille lansquenets, six cents Italiens, deux mille Espagnols, six cents soldats de Tingi, deux mille cinq cents aventuriers, cinq cents chevaux de Tingi, quinze cents tant de l'arrière-ban du Portugal que de gentilshommes de sa maison ? Mais ce qui rend davantage condamné Sébastien est que la cause du parti, auquel il voulait favoriser, n'était équitable, premièrement quand Mahemet eut vaincu son oncle, la Chrétienté n'en recevait aucun profit d'autant que toujours la puissance fut demeurée pendue au bras de l'Infidèle. En après il voulait dévaliser Abdelmelech, qui portait les chrétiens, et ne leur était pas autrement contraire, pour entendre les aisles de Mahemet, qui ne voulait pas les voir ni ouïr. Et néanmoins il prenait ce beau prétexte qu'il entreprenait ce voyage pour exterminer le Mahemetisme. De fait, avoir en sa compagnie le Légat du Pape, chargé d'élargir une milliasse de pardons à ceux qui tiendraient escorte au Roi. Mais les articles secrets accordés entre lui et Muley Mahemet, c'est ce, qui lui fit mettre les treize cents voiles au vent, et présumant attraper deux ou trois ports de mer en Barbarie et plusieurs terres pour la sureté et soutien d'icelles, Muley Xeq, fils de Mahemet, qui lui avait été donné en otage ne put le garantir de la mort, où par sa faute il se précipita lors de cette mal-contrée bataille [...] » (Idem, f. 471 r°).

« Quoi donc que ce Marquis eut demeuré dix ans dans la mer entre deux eaux, et que tous les Espagnols se missent à le frotter, pour lui ôter une telle et si laide tâche, toujours la difformité y demeurera, d'autant que (comme l'on dit) toutes les eaux de la mer ne sauraient blanchir ou dénoircir en dix mille ans un more » (Idem, f. 482 r<sup>o</sup>).

« la main de l'Éternel n'eut retenu le bras de cet Espagnol » ; « il eut donné un rude coup sur le sceptre fleurdelisé » ; « [...] sur la fin de l'année mille cinq cent quatre-vingt et deux avant sa mort, prit Lisbonne et réduisit le Royaume du Portugal sous l'obéissance du Roi son maître, qui l'y établit gouverneur, et après sa mort y a été substitué un jeune Cardinal qui ne manque point en superfluité, bombance et banquets, tels et non moindres, ou bien peu s'en faut, que ceux du Roi d'Espagne même » (Idem, f. 484 r<sup>o</sup>).

« Comme il n'y a rien plus pernicieux en un état que l'oisiveté des sujets, aussi il n'y a rien plus nécessaire que de les occuper en exercices vertueux dont le public et chacun en particulier en puisse sentir utilité. [...] ce ne sera pas sans raison de dire que lesdites navigations doivent tenir le premier lieu des louables et nécessaires labours en quoi les hommes se puissent exercer. [...] nos voisins qui n'étaient rien sont devenus si puissants par ce moyen que des commodités qui leur abondent il en regorge sur nous [...], mais le plus souverain bien que l'on en tire c'est d'ôter les hommes de la paresse et oisiveté mère nourrice de tous les maux pour les élever en honneurs et richesses par un honnête travail et ne se trouvera point qu'aucun état aie jamais duré en repos ni en sa grandeur, s'il n'a eu en quoi dépêcher et exercer ses hommes, si cela ne fut jamais à considérer en aucune nation, c'est aujourd'hui en la Française, par le grand nombre d'hommes qu'elle produit et les commodités qu'elle a plus que les autres de pratiquer si honnête et louable occupation » (ANÔNIMO, In : ANTHIAUME, Op. cit., p. 565).

« Mais au contraire en doit attendre ou espérer de très grandes commodités » ; « rapporter à leur serment » ; « [...] n'y a doute que si le trafic était libre en tous les lieux et endroits habités par les sujets du roi du Portugal ce serait le seul remède et vrai moyen pour faire cesser la tyrannie et cruautés qui se commettent de part et d'autre pour

la souvenance et fraîche mémoire des choses advenues entre les deux royaumes et de faire réciproque justice aux sujets de l'un et de l'autre quand il leur sera fait tort » (Idem, pp. 565-566).

« [...] ils [os franceses] peuvent aussi avec juste occasion demander que lesdits Portugais leur quittent quelques entrées des dits pays par eux habités en considération de peu d'hommes qu'ils ont pour embrasser une si grande quantité de terres qu'ils disent leur appartenir par donation qu'ils maintiennent en avoir eues du pape Alexandre sixième du nom, sur quoi l'on peut répliquer et même si besoin est en faire instance au pape le présent régnant et remontrer en premier lieu que lesdites donations ont été faites à condition d'établir auxdits pays la foi de Jésus Christ, ce que n'ont su ni pu faire les dits portugais comme il est à présupposer à l'occasion susdite pour le peu d'hommes qu'ils y ont, et à mieux dire étant fort apparu qu'ils préfèrent leur utilité particulière à la réduction des dites nations à la connaissance de Dieu, et pour témoignage on le peut juger par les Juifs que le roi du Portugal a mis au Brésil qu'il leur a baillé à ferme pour les offres qu'ils en ont faites plus avantageuses que ceux de sa même nation, sans avoir égard au judaïsme qu'ils maintiennent et exercent aux dits pays [...] » (Idem, p. 566).

« [...] demander au nom de ses sujets d'entrer tout de nouveau en partage avec le dit roi de Portugal pour lesdits pays lointains et pour ne laisser aucune contention entre les sujets des dits royaumes il semble à beaucoup n'être hors de propos demander que lesdits Portugais quittent toute la côte du Brésil avec tous les accommodements qui y peuvent être [...] » (Idem, p. 567).

« [...] insiste de faire quitter aux Portugais quelques-uns des îles qui sont sur le chemin de la France et du dit Brésil comme de Madère, Saint-Michel et [não consta] qui est pour la commodité des dits Français navigateurs allant venant de ce royaume au dit pays du Brésil [...] » (Idem, Loc. cit).

« [...] pour en faciliter les moyens sera permis d'avoir des hommes de chacune nation aux principaux ports et havres lesquels pourront demander visitation être faite en leurs

présences des marchandises qui seront rapportées de pays en autre pour voir si elles seront acquittées et provenues de bon et loyal trafic, pour en cas d`abus et contravention en faire requérir la confiscation et faire sortir punition corporelle ou telle que au cas appartiendra » (Idem, Loc. cit).

« Estimer à peu de chose ce que lesdits Français demandent aux dits portugais pour acheter une paix et amitié perpétuelle » ; « [...] chose plus dommageable aux dits portugais si on leur refuse les conditions susdites, étant sollicités par les rois de Fez et Maroc d`entrer à leur parti contre lesdits Portugais qui enfin pourront perdre non seulement les côtes demandées par lesdits Français, mais aussi beaucoup d`autres pays qui leur seraient plus préjudiciables » (ANÔNIMO, In: ANTHIAUME, Op. cit., Loc. cit).

« Et là ou lesdits Portugais ne voudraient accorder toutes les conditions susdites, et la liberté du commerce indifféremment en tout leur pays, à tout le moins sera persisté à demander ladite côte du Brésil de tant qu`ils en possèdent avec l`une des dites trois îles, demeurant aussi entiers les dits français à traffiquer au Cap de vert et autres lieux où ils traitent ordinairement avec les sauvages sans contredit ». (Idem, p. 568).

#### **Capítulo IV**

« au naturel et à la cervelle des français que je reconnais, à mon grand regret, n`avoir ni la persévérance ni la prévoyance requise pour telles choses, et ne portent ordinairement leur vigueur, leur esprit et leur courage qu`à la conservation de ce qui leur touche de proche en proche [...]. Tellement que les choses qui demeurent séparées de notre corps par des terres ou de mers étrangères ne nous seront jamais qu`à grande charge et à peu d`utilité » (Apud VIDAL e HAVARD, Op. cit., p. 68).

« Explorateur, dessinateur, cartographe et homme d`action, Champlain fut certes un acteur central de l`expansion, mais il ne fut pas “le” fondateur de l`Amérique française ; à trop le mettre sous les feux de la rampe, on occulte le rôle des marchands et des

entrepreneurs (Du Gua de Monts, Chauvin, Gravé du Pont) dans l'établissement de la Nouvelle-France » (VIDAL e HAVARD, Op. cit., p. 81).

« Et comme on dit de certains poissons consacrés à Vénus, qui naissent de l'écume de la mer, comme pour se garantir de l'injure et de la gourmandise des plus grands, ils s'assemblent par milliers, et entrelacent en tant de pelotons, qu'ils se rendent assez forts pour se défendre : Ainsi m'a semblé bon de mettre en un corps tant de relations et menus écrits qui étaient comme ensevelis, afin de les faire revivre, et par cet assemblage m'essayer de leur donner une meilleure [?] contre la lime sourde du temps qui tout consomme » (LESCARBOT, Op. cit., p. 5).

« Je puis dire du sieur de Poutrincourt (et ce sans flatterie) qu'en tout notre voyage il n'a jamais frappé un seul des siens, et si quelqu'un avait failli il faisait tellement semblant de le frapper qu'il lui donnait loisir d'évader » (Idem, pp. 55-56).

« Je trouve un autre défaut en ceux qui ont fait tant les voyages du Brésil que de la Floride, c'est de n'avoir porté grande quantité de blés et farines, et chairs salées pour vivre au moins un an ou deux, puisque le Roi fournissait, honnêtement aux frais de l'équipage, sans s'en aller par delà pour y mourir de faim, par manière de dire. Ce qui était fort aisé à faire, vu la fécondité de la France en toutes ces choses qui lui sont propres, et ne les emprunte point ailleurs (Idem, pp. 178-179).

« Si le dessein d'habiter la terre de Canada n'a ci-devant réussi, il n'en faut jà blâmer la terre, mais accuser notre inconstance et lâcheté. Car voici qu'après la mort du roi François premier on entreprend des voyages au Brésil et à la Floride, lesquels n'ont pas eu meilleur succès, quoique ces provinces soient sans hiver et jouissent d'une verdure perpétuelle » (Idem, p. 403).

« Mais après avoir découvert le pays on s'est contenté de cela, et le nom de français est tombé à mépris, non par faute d'hommes vertueux, qui pouvaient le porter sur les ailes des vents les plus hautains : mais par les menées, artifices, et pratiques des ennemis de

votre Couronne, qui ont su gouverner les esprits de ceux qu'ils ont reconnu pouvoir quelque chose à l'avancement d'une telle affaire » (Idem, f. III).

« Le feu sieur de Poutrincourt, Gentilhomme d'immortelle mémoire brûlait d'un immuable désir de christianiser (ce qu'il avait bien commencé) les terres échues à son lot : et à cela il a toujours été traversé, comme aussi son fils aîné, qui habite le pays il y a dix ans, n'ayant jamais trouvé que bien peu de support en chose si haute, si chrétienne, et qui n'appartient qu'à des Hercules chrétiens. Les sieurs de Monts et de Razilli [sic] font même plainte à leur égard. Je laisse les entreprises plus reculées de notre mémoire ès voyages de Jacques Cartier, Villegagnon et Laudonnière, au Canada, au Brésil et en la Floride » (Idem, loc. cit).

« Ainsi, que continuellement votre civilité, votre justice, votre piété, votre lumière se transporte là même par vos enfants, lesquels dorénavant par la fréquente navigation qu'ils feront en ces parties Occidentales seront appelés Enfants de la mer, qui sont interprétés Enfants de l'Occident, selon la phrase hébraïque, en la prophétie d'Osée » (Idem, f. XVII).

« Le premier Ogyges (qui fut Noé) fut surnommé Le Gaulois, pour ce qu'au déluge du monde s'étant garanti des eaux, il en garantit aussi la race des hommes et repeupla la terre ; de là vient (dit-il) que les Sages (qui sont peuples de la Scythie Asiatique, c'est-à-dire de l'Arménie, où l'arche de Noé s'arrêta) appellent un vaisseau de mer Gallerim, pour ce qu'il garantit du naufrage. Et de ce mot nous avons retenu les noms de galère et galiote, qui ne viennent pas de galerus, comme a voulu dire Érasme » (Idem, pp. 11-12).

« Au XVI<sup>e</sup> siècle, le langage réel n'est pas un ensemble de signes indépendants, uniforme et lisse où les choses viendraient se refléter comme dans un miroir pour y énoncer une à une leur vérité singulière. Il est plutôt chose opaque, mystérieuse, refermée sur elle-même, masse fragmentée et de point en point énigmatique, qui se mêle ici ou là aux figures du monde, et s'enchevêtre à elles : tant et si bien que, toutes ensemble, elles forment un réseau de marques où chacune peut jouer, et joue en effet, par rapport à toutes les autres, le rôle de contenu ou de signe, de secret ou d'indication.

Dans son être brut et historique du XVI<sup>e</sup> siècle, le langage n'est pas un système arbitraire ; il est déposé dans le monde et il en fait partie à la fois parce que les choses elles-mêmes cachent et manifestent leur énigme comme un langage, et parce que les mots se proposent aux hommes comme des choses à déchiffrer » (FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris : Gallimard, 2009, pp. 49-50)

« Dieu donne meilleur succès aux entreprises qui se renouvellent aujourd'hui pour le même sujet, lesquelles sont vraiment saintes, et sans autre ambition que d'accroître le royaume celeste. Je ne veux pas dire pourtant que les autres eussent un autre désir et but que celui-ci, mais on peut dire que leur zèle n'était point accompagné de science, ni d'une ferveur suffisante à telle entreprise » (LESCARBOT, Op. cit., p. 192).

« Et amener à la bergerie de Jésus-Christ les peuples d'outre-mer qui ne sont encore à aucun prince assujettis, ou effacer de nos livres et de la mémoire des hommes ce nom de Nouvelle-France, duquel en vain nous nous glorifions » (Idem, f. III).

« Quoi, sire, nos rois vos grands aïeux auront-ils épuisé la France d'hommes et de trésors, et exposé leurs vies à la mort pour conserver la religion aux peuples orientaux ; et nous n'aurons pas le même zèle à rendre chrétiens ceux de l'occident, qui nous donnent volontairement leurs terres et nous tendent les bras il y a cent ans passés ? Pourrons-nous trouver aucune excuse valable devant le trône de Dieu quand ils nous accuseront du peu de pitié que nous aurons eu d'eux, et nous attribueront le défaut de leur conversion » (Idem, pp. VI-VII).

« Ô, France, qui as ce bonheur d'être fille aînée de l'Église, si comme la soeur jumelle de cette nouvelle France Équinoxiale (quoi que sauvage et païenne maintenant, mais élue et prédestinée pour le Ciel en son temps) tu es unie avec elle par amour et conjointe par charité, comme tu es avec tous les autres royaumes et nations catholiques, pourquoi ne ressentiras-tu pas la douleur qu'elle endure en cette si longue captivité du Paganisme ? Pourquoi ne ressentiras-tu pas les blessures que ces pauvres âmes ont

reçues du Diable, qui les a navrés jusqu'à la mort » ? (ABBEVILLE, *Histoire...*, Op. cit., f. 7).

« Le Seigneur ton Dieu te va faire entrer en un bon pays de torrents d'eau, de fontaines, et abimes, qui sourdent par campagnes, etc. Pays où tu ne mangeras point le pain en disette, auquel rien ne te défaudra, pays duquel les pierres sont fer, et des montagnes duquel [sic] tu tailleras l'airain » ; (Deuteronômio, 3:7-9) ; « Le pays auquel vous allez passer pour le posséder n'est pas comme le pays d'Égypte, duquel vous êtes sortis, là où tu semais ta semence, et l'arrosais avec le travail de ton pied, comme un jardin à herbes. Mais le pays auquel vous allez passer pour le posséder est un pays de montagnes et campagnes, et est abreuvé d'eaux selon qu'il pleut des cieux » (Deuteronômio, 3:7-9, 11:10; LESCARBOT, Op. cit., pp. 541).

« It was in a *scientific* spirit that scholars approached Biblical prophecy. It was the job of mathematicians and chronologers, like Napier, Brightman, Mede, Ussher, and Newton. Such men believed in the possibility of establishing a science of prophecy, just as Hobbes believed in the possibility of establishing a science of politics" (HILL, Op. cit., p. 92).

« C'était chose digne du feu Roi de glorieuse mémoire votre père, Sire, de réparer ces choses : mais ayant de hauts desseins pour le bien de la république chrétienne, il avait laissé à vos jeunes ans ces exercices et l'établissement d'un Royaume nouveau au Nouveau Monde, tandis que par deçà il travaillerait à réunir les diverses religions, et mettre en bonne intelligence les Princes chrétiens entre eux fort partialisés » (LESCARBOT, Op. cit., f. III, grifo nosso).

« En ces derniers temps la France commençant à respirer par la valeur incomparable de notre grand Henri, quelques-uns se sont efforcés de reprendre les errements délaissés, à savoir les sieurs Marquis de La Roche Gentilhomme Breton, de Monts Gentilhomme Saintongeais, et de Poutrincourt, Gentilhomme Picard » (Idem, p. 4).

« [...] tout votre Royaume en serait grandement orné plusieurs de vos villes bonifiées et quelques-unes deviendraient d'autres Paris, tout votre peuple en sentirait de grands

fruits et de commodités et non seulement votre Peuple, mais toute la terre y participerait et serait à vous sire une grande gloire d'avoir pensé et être venu a bout d'une telle entreprise [...] » (*Lettre de monsieur le cardinal de Joieuse au roi Henri IV sur la jonction des deux mers, en l'année 1598*. Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 2751).

« Qui cherchent leur profit et non l'avancement de l'honneur de Dieu et de la France » ; « il n'avait fait aucun chrétien » ; « qui ont donné gratuitement toute leur marchandise aux sauvages, afin d'empêcher l'entreprise sainte du Sieur de Poutrincourt, tant est grande l'avarice des hommes » ; « le caractère Chrétien est trop digne pour l'appliquer de premier abord en une contrée inconnue à des barbares qui n'ont aucun sentiment de religion » (LESCARBOT, Op. cit., pp. 611-613).

« On dit qu'il ne faut point empêcher la liberté naturellement acquise à toute personne de trafiquer avec les peuples de delà. Mais je demanderai volontiers qui est plus à préférer ou la Religion chrétienne, et l'amplification du nom français, ou le profit particulier d'un marchand qui ne fait rien pour le service de Dieu, ni du roi ? Et cependant cette belle dame Liberté a seule empêché jusqu'ici que ces pauvres peuples errants n'aient été faits chrétiens, et que les Français n'aient parmi eux planté des colonies, qui eussent reçu plusieurs des nôtres, lesquels depuis ont enseigné nos arts et métiers aux Allemands, Flamands, Anglais, et autres nations. Et cette même Liberté a fait que par l'envie des marchands les castors se vendent aujourd'hui dix livres pièce, lesquels au temps de ladite Commission ne se vendaient qu'environ cinquante sous. Certes la considération de la foi et Religion Chretienne mérite bien que l'on octroie quelque chose à ceux qui emploient leurs vies et fortunes pour l'accroissement d'icelle, et un mot, pour le public. Et n'y a rien plus juste que celui qui habite une terre jouisse du fruit d'icelle » (Idem, p. 205).

« C'est une chose fort favorable que la liberté du trafic, puis que le Roi aime ses sujets d'un amour paternel : mais la cause de la Religion, et des nouveaux habitants d'une province est encore plus digne de faveur. Tous ces marchands ne donneront point un coup d'épée pour le service du Roi, et à l'avenir Sa Majesté pourra trouver là de bons hommes pour exécuter ses commandements. Le public ne se ressent point du profit de

ces particuliers, mais d'une Nouvelle-France toute l'antique France se pourra un jour ressentir avec utilité, gloire et honneur » (Idem, p. 612).

« Car comme si on se voulait opposer à la conversion de ces pauvres peuples occidentaux, et à l'avancement de la gloire de Dieu, et du Roi, il se trouve des gens pleins d'avarice et d'envie, gens qui ne voudraient avoir donné un coup d'épée pour le service de Sa Majesté, ni souffert la moindre peine du monde pour l'honneur de Dieu, lesquels empêchent qu'on ne tire quelque profit de la province même pour fournir à ce qui est nécessaire à l'établissement d'un tel oeuvre, aimant mieux que les Anglais et Hollandais s'en prévalent que les Français, et voulant faire que le nom de Dieu demeure inconnu en ces parties là. Et telles gens, qui n'ont point de Dieu (car s'ils en avaient, ils seraient zélateurs de son nom) on les écoute, on les croit, on leur donne gain de cause » (Idem, p. 456).

« Avec Urbain Chauveton en 1579, Du Plessis-Mornay, La Popelinière et le "sympathisant" Marc Lescarbot qui clôt la liste au début du siècle suivant, c'est toute une lignée de théologiens et d'historiens protestants qui se constitue, statuant solidairement sur l'avenir de nouveaux horizons bientôt arrachés au joug des ibériques, et rendus simultanément à la liberté du commerce et aux espérances du Refuge » (LESTRIGANT, *Le huguenot...*, Op. cit., pp. 192-193, 410, 457).

« Au reste ces peuples-là sont si heureux en leur façon de vivre, qu'ils ne la voudraient pas quitter pour la nôtre. Et en cela est la condition du menu peuple de deçà bien misérable (je laisse à part le point de la Religion) qu'ils n'ont rien qu'avec une incroyable peine et travail, et ceux-là ont abondance de tout ce qui leur est nécessaire à vivre. [...] Mais encore chacun n'a-t-il point ces artifices : car tel a envie de travailler, qui ne trouve pas à quoi s'occuper ; et tel travaille, à qui son labeur est ingrat : et de là mille pauvretés entre nous. Et entre ces peuples tous sont riches s'ils avaient la grâce de Dieu, car la vraie richesse du monde, c'est d'avoir contentement » (LESCARBOT, Op. cit., pp. 44-45).

« Pour la commodité et retraite de plusieurs pauvres gens dont la France n'abonde que trop, lesquels pressés ici de nécessité, ou autrement, se fussent allés cultiver cette terre

plutôt que d'aller chercher leur vie en Espagne (comme font plusieurs) et ailleurs hors le Royaume » (Idem, p. 197).

« Non pas la France, mais un cadavre de la France ». Babelon descreve, a partir dos estudos de Jean Jacquart, as condições da Ile-de-France após o édito de Nantes: “as casas reduzidas a destroços, as fazendas a ruínas, os vilarejos desertados, um abandono dos trabalhos agrícolas e de toda vida rural. O mato ganhou em todo lado, as vinhas estão degradadas, o gado falta, sobretudo os animais de tração, única fonte de energia para os trabalhos » « les habitations réduites à des masures, les fermes à des ruines, les hameaux désertés, une vacance des travaux agricoles et de toute vie rurale. Les friches ont partout gagné, les vignes sont dégradées, le bétail manque, surtout les animaux de trait, seule source d'énergie pour les labours » (BABELON, Op. cit., p. 768).

« La force et richesse des rois et princes souverains consistent en l'opulence et nombre de leurs sujets. Et le plus grand et légitime gain et revenu des peuples, même des nôtres procède principalement du labour et culture de la terre, qui leur rend, selon qu'il plaît à Dieu, à usure, le fruit de leur travail, en produisant grande quantité de blés, vins, grains, légumes et pâturages ; de quoi non seulement ils vivent à leur aise, mais en peuvent entretenir le trafic et commerce avec nos voisins et pays lointains, et tirer d'eux or, argent, et tout ce qu'ils ont en plus grande abondance que nous, propres et communs à l'usage de l'homme » (Apud BABELON, Op. cit., p. 776).

« Le sieur de Poutrincourt en fit tout autrement en notre voyage. Car dès le lendemain que nous fumes arrivés au Port Royal [...] il employa ses ouvriers à cela, comme nous dirons en son lieu, et prit garde aux vivres de telle façon que le pain ni le vin n'a jamais manqué à personne, ains avions dix barriques de farines de reste, et du vin autant qu'il nous fallait, voire encore plus » (LESCARBOT, Op. cit., p. 52 ; cf. pp. 580, 599).

« On voudrait trouver les trésors d'Atabalippa sans travail et sans peine, mais on y vient trop tard, et pour en trouver il faut chercher, il faut faire de la dépense, ce que les grands ne veulent pas. Les demandes ordinaires que l'on nous fait, sont : Y-a-t-il [sic] des trésors, y-a-t-il des mines d'or et d'argent ? Et personne ne demande, "Ce peuple là est il disposé à entendre la doctrine ?" » (Idem, p. 17).

« Avant les voyages du Pérou on pouvait serrer beaucoup de richesses en peu de place, au lieu qu'aujourd'hui l'or et l'argent étant avilis par l'abondance, il faut de grands coffres pour retirer ce qui se pouvait mettre en une petite bouge. [...] Ce que considéré, nous pouvons à bon droit maudire l'heure quand jamais l'avarice a porté l'espagnol en l'Occident, pour les malheurs qui s'en sont ensuivis. Car quand je me représente que par son avarice il a allumé et entretenu la guerre en toute la Chretienté, et s'est étudié à ruiner ses voisins, et non point le Turc, je ne puis penser qu'autre que le diable ait été auteur de ces voyages. Et ne faut m'alléguer ici le prétexte de la Religion. Car (comme nous avons dit ailleurs) ils ont tout tués les originaires du pays avec des supplices les plus inhumains que le diable a pu leur suggérer : Et par leurs cruautés ont rendu le nom de Dieu un nom de scandale à ces pauvres peuples, et l'ont blasphémé continuellement par chacun jour au milieu des gentils, ainsi que le prophète le reproche au peuple d'Israël » (Idem, pp. 441-442).

« Mais parce que l'issue en a été douce et toute autre que quelques ennemis de la paix et jaloux de la double alliance qui est entre les deux plus grandes couronnes qui soient en Europe de France et d'Espagne ont voulu publier mal à propos, j'ai pensé être de mon devoir de faire entendre à chacun ce qui s'y est passé au vrai [...] » (*Anais...*, Op. cit., pp. 321-322).

« Mais nous qui sommes nourris en une meilleure école de la Religion Chretienne sommes assurés que tout ce qui se passe ici-bas est conduit par la seule volonté de Dieu, non seulement ès affaires civiles, mais aussi, et avec une remarque plus soudaine, ès combats des hommes et plus sanglantes batailles, qu'il sait par son infinie puissance convertir en une profonde paix, et des ennemis les plus entiers, dont nous avons un témoignage tout récent en la dernière rencontre qui s'est faite en l'île de Maragnan au pays des Toupinambous, entre les Français et les Portugais assistés tant d'un côté que d'autre des sauvages du pays, laquelle à la vérité a été rude de prime abord, et auparavant qu'ils se fussent bien reconnus » (*Idem*, p. 321).

« Je suis ici avec eux pour panser tous leurs blessés [...]. Jamais je n'ai vu de si honnêtes gens, et si entiers comme ils sont, mais avaient bien besoin de moi. [...] je fais bonne chère avec eux, et suis toujours à la table du sieur d'Albuquerque[sic]. Monsieur de la

Ravardière les a bien obligés de préférer leurs blessés aux siens, mais la France ne sera jamais sans courtoisie[...] » (Idem).

« Ici est à remarquer qu'en toutes conquêtes nouvelles, soit en mer, soit en terre, les entreprises sont ordinairement troublées, étant les rebellions aisées à se lever, tant par l'audace que donne aux soldats l'éloignement du secours, que par l'espoir qu'ils ont de faire leur profit, comme il se voit assez par les histoires anciennes [...] ». — « Et si les grandes assemblés des hommes qui sont fondés de longue main, sont bien souvent ruinés par cette division, que pourra faire une petite poignée de gens faible et imbécile de soi qui ne se peut à peine soutenir ? Certes elle deviendra en proie au premier qui la viendra attaquer, ainsi qu'il est arrivé à cette petite troupe de Français, qui avec tant de peines et périls s'était transportée au Brésil, et comme nous avons rapporté de ceux qui s'étaient divisés en la Floride, encore qu'ils ne fussent en discord pour la Religion » (LESCARBOT, *Op. cit.*, pp. 85-86, 195).

« Le Diable qui reste encore couvert sous les cendres demi-mortes des anciennes divisions de votre royaume, pourra penser que Votre Majesté lui fait la guerre dehors pour le laisser en paix au dedans : mais il ne voit pas que ces apôtres instruments de Votre Pieté, n'auront pas si tôt ravi à sa tyrannie ce peuple demi-brutal, qu'ils seront plus dignes et capables de ravir à son hérésie les âmes si bien nées des Français ; que cette guerre éloignée est seulement flatter le mal domestique et non pas l'abandonner. Qui osera dans Votre État refuser l'hommage à cette croix qui aura vaincu le Diable dans sa propre maison et aura fait naître une nouvelle France dedans la mer » ? (ABBEVILLE, *Histoire...*, *Op. cit.*, f. I-II).

« Leur donner une mauvaise teinture » ; « je réjouissais de ce que (quoi que par envie et contention, et non purement) en quelque manière que ce fut, ou par feintise, ou en vérité, Christ était annoncé » ; « L'amiral de Coligny n'a pas toujours vécu : un autre eut fait des colonies purement catholiques, et eut révoqué les autres : et ne trouve point quant à moi que les Espagnols soient plus excusables en leurs cruautés, que les luthériens en leur religion » (LESCARBOT, *Op. cit.*, pp. 123-125).

« [...] je dirai que ce nous est chose honteuse que les ministres de la Rochelle priassent Dieu chaque jour en leurs assemblées pour la conversion des pauvres peuples sauvages,

et même pour notre conduite, et que nos ecclésiastiques ne fissent pas le semblable. De vérité nous n'avions prié ni les uns, ni les autres de ce faire, mais en cela se reconnaît le zèle d'un chacun » (Idem, pp. 503, 512-513).

« The conflicts at Port Royal were the product of quarrels over the purpose of the mission, but Poutrincourt, Biencourt, Lescarbot and Biard turned Port Royal into something more. Instead of recognizing Port Royal as an epic power struggle between men with very different ideas about what New France should be, the participants turned Port Royal into an extension of the imperial wars and religious strife that plagued the European continent. By constructing their histories in this way, they made their newly-found conclusions real to their readers. It was easy for seventeenth century French subjects to understand the mission in terms of a battle between different Christian churches or European powers. Despite these interpretations, Port Royal actually collapsed under the tension that existed between trade and religion” (WACHTEL, Op. cit., p. 44).

« Incontinent après notre arrivée, le Reverend Père Commissaire susdit accompagné du sieur de Razilly et de moi, conduit les susdits Indiens au Louvre, où selon les anciennes cérémonies de France ils firent hommage à notre Roi Très-Chrétien, soumirent leur terre et leurs personnes à son sceptre, et comme ajoutant une nouvelle perle à sa couronne, ou plutôt une nouvelle couronne à sa tête, le reconnurent pour leur Roi et souverain monarque de leur pays [...] » (ABBEVILLE, Op. cit., ff. 340-341).

« Grand Monarque, tu as eu agréable [sic] de nous envoyer de grands personnages avec des Prophètes pour nous enseigner la Loi de Dieu et nous maintenir contre nos ennemis. À jamais nous t'en serons redevables : d'autant que jusqu'à présent nous avons mené une vie misérable, sans loi et sans foi, nous entremangeant les uns les autres. J'admire ta grandeur te voyant le Monarque d'une telle nation et d'un si grand pays. Et suis honteux de me présenter ici devant toi, reconnaissant la différence qu'il y a entre les enfants de Dieu, que vous êtes, et les enfants de Ieropary, tel que nous avons toujours été. Tu as bien de l'honneur de nous avoir envoyé de tels Prophètes et de si braves hommes ; et tu as fort bien fait, car ils n'ont pas été inutiles. En reconnaissance de quoi les Principaux de notre pays nous ont ici envoyé au nom de toute notre nation pour faire hommage à ta grandeur telle que nous devons, et te supplier de nous envoyer nombre desdits

Prophètes pour nous faire enfants de Dieu et de grands guerriers pour nous maintenir, protestant qu'à jamais nous demeurerons tes sujets et tes serviteurs très-humbles, très-fidèles, et fidèles amis de tous les Français » (Idem, ff. 341-342).

« Cependant, les sauvages de tous les environs venaient pour voir le train des Français, et se rangeaient volontiers auprès d'eux. Même en certains différends faisaient le sieur de Monts juge de leurs débats, qui est un commencement de sujétion volontaire, d'où l'on peut concevoir une espérance que ces peuples s'accoutumeront bientôt à notre façon de vivre » (LESCARBOT, *Histoire...*, Op. cit., pp. 451-452).

« The only circumstance in which the Castilian monarchy might claim sovereignty and property rights in America was if the Native American themselves could be said to have surrendered their natural legislative authority to the empire voluntarily. [...] By the terms of this formulation, the rights that the Castilian crown could now claim in the Indies were similar, not to those it had over the peoples of the peninsula, but to those it had in Milan or Naples. The Native American chieftains, like the Dukes of Milan, ruled over polities which were, in all respects, 'perfect republics' and their subjects were consequently free men with full authority under their own laws ». (PAGDEN, Op. cit., pp. 47-62).

« L'idée selon laquelle les Français et les Indiens nouèrent une relation idyllique fut consacrée en France sous la III<sup>e</sup> République, c'est-à-dire au temps du Second Empire colonial français. L'historien français Gabriel Louis-Jaray par exemple, en 1938, attribuait le "succès de la politique indigène française en Amérique" à de "hautes qualités colonisatrices" et, en définitive, aux "dons de la race" ; à la même époque, son confrère Georges Hardy s'extasiait devant "le sens des différences géographiques et ethniques, l'esprit d'adaptation" et "le don de sympathie" des colonisateurs français » (VIDAL e HAVARD, Op. cit., pp. 251-253).

« Quant à ce qui est de la nature du peuple de cette contrée, nos Français en parlent tout autrement que les espagnols, aussi étant naturellement plus humains, doux et courtois, ils y ont reçu meilleur traitement. [...] Notre Florentin Verrazzan s'étant (comme il est à présumer) comporté plus humainement envers ces peuples, n'en reçut que toute courtoisie [...] » (LESCARBOT, Op. cit., pp. 34-35).

« Parmi tant de découvertes, nos rois se sont aussi mis aux champs, mais d'une autre façon, et à une autre fin que nos voisins méridionaux. Car se voit par leurs commissions qu'ils ne respirent que l'avancement de la religion chrétienne, sans aucun profit présent : et ne vois aucun écrit qu'en l'exécution de leurs entreprises ils aient, comme eux, cruellement dépeuplé les provinces qu'ils ont voulu faire habiter, ayant plus estimé la conversion des âmes à Dieu, et la louange de l'humanité, que la possession de la terre » (Idem, p. 3).

« Bien est vrai que plus avant vers le nord il y a quelque nation farouche qui guerroye perpétuellement nos mariniers faisant leur pêcherie. Mais j'entends que la querelle n'est pas si vieille, ains est depuis vingt-ans seulement, que les Malouins tuèrent une femme d'un capitaine [indígena], et n'en est point encore la vengeance assouvie. Car tous ces peuples barbares généralement appètent la vengeance, laquelle ils n'oublient jamais, ains en laissent la mémoire à leurs enfants » (Idem, p.39, grifos nossos).

« Voilà comme pour la vie on est contraint de rompre les plus étroites amitiés [...] Ce fut une pauvre providence aux Français de porter des vivres si escarcement qu'il n'y en eut que pour une chétive année. Et puis qu'on voulait habiter en la province [...] il fallait se pourvoir de vivres pour deux ou trois ans [...] et s'adonner courageusement à la culture de la terre, ayant l'amitié du peuple » (Idem, p. 101).

« Car comme dit bien souvent ledit sieur de Poutrincourt : "Il ne faut jamais tendre aux larrons", c'est qu'il ne faut donner sujet à un ennemi de penser qu'il puisse avoir prise sur vous, ains toujours montrer qu'on se défie de lui, et qu'on ne dort point : et principalement quand on a affaire à des sauvages, lesquels n'attaqueront jamais celui qui les attendra de pied ferme » (Idem, pp. 561-562).

« Et comme ainsi soit que Dieu le Créateur ait donné la terre à l'homme pour la posséder, il est bien certain que le premier titre de possession doit appartenir aux enfants qui obéissent à leur père et le reconnaissent, et qui sont comme les aînés de la maison de Dieu, tels que sont les chrétiens, auxquels appartient le partage de la terre premier qu'aux enfants désobéissants, qui ont été chassés de la maison, comme indignes de l'héritage, et ce qui en dépend » (Idem).

« Car nous sommes en la loi de Grâce, loi de Douceur, de piété et de miséricorde, en laquelle notre Sauveur a dit, « Apprenez de moi que je suis doux et humble de coeur ». Item, 'Venez à moi vous tous qui êtes travaillés et chargés, et je vous soulagerai ». Et ne dit point, « Je vous exterminerai ». Et puis, ces pauvres peuples indiens étaient sans défense au pris de ceux qui les ont ruinés : Et d'ailleurs, que s'il fallait ruiner les peuples de conquête, ce serait en vain que le même Sauveur aurait dit à ses apôtres : Allez vous-en par tout le monde, et prêchez l'Évangile à toute créature. [...] La terre donc appartenant de droit divin aux enfants de Dieu, il n'est ici question de recevoir le droit des gens, et politique, par lequel ne serait loisible d'usurper la terre d'autrui. Ce qu'étant ainsi, il la faut posséder en conservant ses naturels habitats, et y planter sérieusement le nom de Jésus Christ et le vôtre, puisqu'aujourd'hui plusieurs de vos enfants ont cette résolution immuable de l'habiter, et y conduire leurs propres familles » (Idem, ff. XIX-XXI).

## **Capítulo V**

« Sire, il y a longtemps que vos véritables sujets ont remarqué avec sensible regret, les défauts et la faiblesse du commerce et navigation des français dans les pays étrangers et particulièrement le peu de forces navales qu'à Votre Majesté à l'égard de celles qu'elle pouvait avoir si on y apportait les ordres nécessaires, ils ont eu avec autant plus de raison et sentiment qu'ils ont considéré que votre Royaume était le mieux situé de l'Europe le plus rempli de peuples ayant de bons ports et havres sur l'une et l'autre mer, quantité de gros fleuves et rivières, où toutes sortes de marchandises abondent, plus qu'en tous les autres pays, propres à faire le commerce et la navigation, par conséquent capables de conquérir des terres proches et éloignées, faire de puissantes colonies d'avoir des forces sur les mers aussi bien que sur la terre, et d'être par ce moyen le plus fleurissant empire de l'Europe » (*Avis très important...*, Op. cit).

« Toutefois, il se voit que vos sujets sont ceux qui font le moins de commerce et de navigation et conquêtes dans les Indes possédant seulement ce que les étrangers n'ont point voulu, le Canada et l'île de Madagascar et deux ou trois petites îles vers l'Amérique qui servent de refuge à quantité de pauvres Français qui ont par leur industrie et travail donné le [ilegivel] aux sucres, gengimbre, teintures et tabacs qu'ils y

ont plantés, d'où l'on peut inférer ce qu'ils feraient s'ils étaient dans de bonnes et riches terres, comme sont les étrangers, et aidés par la puissance de Votre Majesté » (Idem).

“From the beginning, all the European powers seem to have regarded their overseas settlements as either simple deposits for the waste products of the metropolitan society or, more far-sightedly (and more humanely), as a place where the disadvantaged, those whom Richard Hakluyt called the ‘superfluous peoples’, could create lives for themselves which they would be denied in Europe” (PAGDEN, Anthony. *Lords of all the World*. Londres : Yale University Press, 1995, p. 104).

« Par conséquent, c'est une grande perte que fait la France d'abandonner le commerce et la navigation et encore bien honteux de la voir réduite à mander dans ses besoins les navires de guerre des étrangers. Ce qui contribue beaucoup à faire mépriser et maltraiter vos sujets lorsqu'ils leurs rencontrent en mer là tant bien que Votre Majesté n'a aucune force navale pour en tirer raison » (*Avis très important...*, Op. cit).

« Pour rétablir le commerce et la navigation il est nécessaire de faire une compagnie Royale de laquelle Votre Majesté sera le chef et intéressé d'une notable somme, pour convier les puissants de votre royaume à en faire autant, et pour intéresser plus facilement les autres aisés que l'on nommera ou qui se présenteront volontairement, et rendre la compagnie plus riche et puissante que l'on pourra, afin que moyennant l'aide de Dieu elle puisse mieux réussir dans ses desseins et entreprises. [...] Les principaux emplois des vaisseaux de la compagnie sera [sic] d'aller faire des conquêtes et colonies dans les Indes Orientales et Occidentales ce qui leur sera facile, par le grand nombre de peuples qu'il y a en France, et tout ce qui est nécessaire pour telles entreprises même par le moyen des Français qui sont habitués sur les routes aux îles de l'Amérique que [sic] seront bien aisés de changer de lieu pour en aller conquérir de meilleures » (Idem).

« Et comme l'intérêt spirituel n'est pas moins à désirer que le temporel, il plaira à Votre Majesté comme Roi Très-Chrétien et fils aîné de l'église donner ordre et de [ilegivel] d'avoir religieux [ilegivel] et embarqués sur les vaisseaux de sa compagnie pour aller aux Indes et pays qu'elle conquerra pour le maintien de la foi et piété parmi les Français et pour la conversion des Indiens et sauvages. Enfin pour l'augmentation et propagation de la religion catholique, apostolique et romaine » (Idem).

« Les avantages que la France retire du commerce maritime, se remarquent en un nombre infini de choses : il produit quantité de mariniers, de soldats et de capitaines, capables de servir au besoin pour la défense de l'État, et donne lieu à la navigation qui a mis les Français en quelque réputation sur la mer ; il fait que nous ayons correspondance avec les pays les plus éloignés ; que nous en attirons le commerce en France, et que nous entreprenons même d'aller d'un bout du monde à l'autre, pour y faire des conquêtes et des établissements, qui ne sont pas moins utiles que glorieux à la France : Et sans chercher au loin ce qui nous est familier, il suffit de dire que plus de mille grands navires, sans un nombre incroyable de moyens et de petits vaisseaux, sont employés en ce commerce étranger : Que plus de trente mille mariniers s'y occupent : que le radoub, l'équipement, l'avictuaillement de ces vaisseaux, et la construction de ceux qui se bâtissent journallement, donnent la vie à autant d'autres personnes : enfin, que les marchandises qui entrent et sortent de France par la mer, servent de matière à tout le commerce qui se fait au dedans du royaume : ces choses seront d'autant plus aisées à croire, si on prend garde combien seulement la pêche des morues et la chasse et fonte des baleines que nous allons faire en un monde anciennement inconnu, occupent de vaisseaux, de mariniers, et d'autres différentes personnes : Et combien ces deux importants commerces que nous entretenons en France par le moyen de la navigation, apportent de commodités à tout le Royaume, par leurs suites et par leurs enchainures, étant certain que plus de trois cents navires, et dix mille mariniers français vont tous les ans à ces voyages (Idem).

« Le mépris qu'on a fait jusqu'ici de cette affaire dans le Conseil du Roi, se remarque par la réponse qui a été rendue par les principaux ministres aux bourgeois de Bordeaux, lorsque la cour était au dit lieu : « Armez leur a on dit contre les anglais, et prenez leurs navires comme ils prennent les vôtres » ; c'est une belle consolation pour des gens ruinés qui ont perdu leur bien et leur crédit, ou qui sont d'ailleurs incapables de pouvoir mettre des navires sur mer (Idem).

« Néanmoins soit que les nécessités des affaires du Roi n'aient pu permettre à ceux qui en ont eu la conduite, de pourvoir à la conservation du commerce, comme il était nécessaire, ou soit qu'ils en aient méprisé les conséquences, un bien si important a été négligé depuis plusieurs années : on peut dire même qu'on a fait diverses choses

capables de le détruire, tantôt par les emprunts et les taxes desquelles on a accablé et rendu les peuples impuissants pour continuer leurs dépenses ordinaires ; tantôt par la diversité et par la multiplicité immodérée des droits qu'on a mis sur les marchandises sans ordre et sans distinction : par l'inégalité des impositions qui n'ont été mises que sur ceux qui ont volontairement obéi : par les défenses qui ont été faites en divers temps de sortir des blés de France, pour ensuite donner des passeports, et exiger des propriétaires à discrétion, en leur faisant acheter en particulier la liberté de vendre leurs denrées, ce qui est une vexation indirecte : par l'interdiction d'apporter en France des draperies d'Angleterre, contre les articles accordés entre les deux royaumes ; ce qui a produit un très mauvais effet, les Anglais ayant de leur part défendu l'entrée de nos vins en leur pays, tellement que la Guyenne et les provinces où passe la rivière de Loire, en souffrent un préjudice qui leur est insupportable : et encore par diverses autres choses mal digérées, qui se pourraient examiner par le menu, si l'altération que cette confusion a apportée au commerce ne se faisait assez sentir dans la désolation générale de toute la France » (Idem).

« Que deviendront aussi les colonies que nous avons dans la Nouvelle-France, la Cadie, les îles de l'Amérique, et ailleurs, lesquelles ne se peuvent encore soutenir d'elles-mêmes, et qui n'ont presque d'autre vivres, que ceux qui leur sont envoyés de France par la Mer du Ponant ? Elles périront sans doute, ou par la faim, ou par les entreprises des Anglais, ou autres nations, ou pour le moins seront réduites à d'extrêmes nécessités ; qui peut concevoir toutes ces désolations et n'en être point touché ! Pourrons-nous encore sans jalousie voir passer le commerce de France entre les mains d'étrangers, et particulièrement des Hollandais, qui déjà commencent à profiter de nos désordres, et à s'insinuer dans nos principales affaires ? Ce ne sont point ici des imaginations, nous sommes dans le mal, nous le sentons, et il s'accroît même tous les jours par les prises continuelles que les Anglais font de nos vaisseaux, l'étonnement est si grand partout, que les plus hardis négociants ont déjà cessé leur trafic n'osant rien entreprendre, les préparatifs pour la Terre Neuve ne se font point comme il serait nécessaire, le temps se perd sans qu'on sache à quoi se résoudre, et ces voyages que nous n'avons fait voir être les plus considérables que nous ayons, cesseront apparemment, ou si l'espérance de passer fait hasarder quelques vaisseaux, ce ne sera peut être que pour accroître le butin des Anglais. Les plaintes et les clameurs éclatent de

toutes parts, et en ont été portés à la cour de divers lieux, après quoi qui doutera du mauvais effet de ces confiscations ? » (Idem).

« Certes, il utilise la ruse et la raison d'État comme des moyens, des ficelles ; car il est conscient des forces décuplées qu'il peut tirer d'une administration puissante, d'une fiscalité avide et d'une armée moderne, disponibles sur le territoire français. Mais les buts du cardinal (même un peu distordus) restent ceux de la république chrétienne : pitié et justice indissolublement mêlées ; repos public, bien public aurait dit Saint Thomas ; mise à la raison (mais non point anéantissement) des huguenots et surtout des grands, compte tenu du fait que le cardinal lui-même veut devenir un grand, un très grand, le grand des grands » (LE ROY LADURIE, Op. cit., pp. 63-82, 107-108).

« Le roi Louis 13<sup>e</sup> désirant rétablir la navigation et commerce en son royaume. Après avoir donné toute sorte de contentement audit Sieur de Montmorency pour ledit office d'amiral, le supprima pour établir l'émminentissime Cardinal de Richelieu grand Maître Chef et Intendant général de la Marine et négoce de France. Et quelque temps après ledit sr. de Montmorency fut fait Maréchal de France » (Idem).

« L'Illustrissime Cardinal de Richelieu Grand Maître Chef et Surintendant général de la Navigation et Commerce de France Armand Jean du Plessis illustrissime cardinal de Richelieu ayant avec autant d'affection que de fidélité embrassé les affaires du roi et de son État, considère qu'une des principales choses qui le peut rendre florissant est le rétablissement de la Navigation et du Négoce, unique moyen pour enrichir le peuple et le Royaume l'ayant représenté et fait voir au Roy et a son Conseil, Sa Majesté en supprimant l'office d'amiral en l'Année MDCXXDII [sic] le constitua Grand Maître Chef et Surintendant general de la Navigation et Commerce de France. À quoi s'étant généreusement employé comme aussi en toutes les autres occasions qui se sont présentées, il a fait voir non des progrès, mais des miracles. Au secours de L'Isle de Roy Prise de la Ville de La Rochelle, Passage de Suze et réduction des Villes rebelles du Languedoc, et nous sommes attendant les heureux succès de ceste grande Armée que ce très digne prélat conduit et commande maintenant en Italie sous les heureux auspices de notre Juste Roi » (Idem).

« [...] nous a été diversement représenté que la perte et ruine arrivée dans les ports et havres du Roi de quantité de navires de Sa Majesté bâtis en ce royaume pour servir à la guerre, faute d`avoir été bien liés et construits, se sont perdus et ouverts de leur propre poids sans naviguer, ou se sont ouverts a la mer avec perte d`hommes et de marchandises à cause que leur fabrique et liaison n`était point en guerre, ce qui a procédé du manquement de science et pratique de ceux qui en ont fait la construction, et édifice » (Idem).

« Davantage qu`étant besoin pour la guerre d`avoir des meilleurs ordres, et que les officiers sachent la fonction de leurs charges à cause des peines perpétuelles où ils sont, qui sont sans doute plus grandes que celles des marchands [navios mercantes], il était besoin d`employer dans tous les navires de guerre des officiers en quantité capables de leurs charges et de la qualité requise pour s`acquitter d`icelles bien et dûment, affin que toutes les flottes et navires du Roi naviguent toutes d`une même façon et par les mêmes règles, à cette fin qu`il leur soit prescrit la fonction de leurs charges et donné des lois par lesquelles ils soient retenus dans une sûre justice ou discipline » (Idem).

« Comme aussi prescrire la fonction comme il faut faire les montres et l`ordre qui doit être tenu dans les ports du Roi. Régler les fonctions des commissaires de la Marine, donner les ordres pour les flottes et pour la distribution des navires dans les ports, et finalement donner encore l`instruction pour les chefs d`escadres et pour les corps d`armée » (Idem).

« Enfin doués de la première et principale vertu qui est de craindre Dieu et faire que son équipage écoute les prières avec attention et révérence. Pour cet effet ils doivent choisir chacun un chapelain, hommes de bons exemples et de bonne vie qui les instruisent autant par leurs bonnes actions que par leurs paroles, et en effet hommes de bien, aussi les doivent ils honorer tant par tout l`équipage, et en considération de ce qu`ils aient toujours devant les yeux perpétuellement et se souviennent que le Roi leur a baillé et mis entre les mains lesdits navires pour y vivre et mourir plutôt que de les rendre à ses ennemis, et y commettre la moindre lâcheté du monde » (Idem).

« Troisième — En premier lieu, il est ordonné à tous capitaines ou en leur absence aux lieutenants, de faire prier Dieu soir et matin, et tenir la main que pendant qu`on prie

Dieu, nul de l'équipage ne soit diverti, et qu'il prie avec attention et révérence sur peine [sic] aux contrevenants pour la première fois de trois sous d'amende, et pour la deuxième être huit jours au pain et à l'eau, et d'être callés trois fois. Quatrième — Item que personne ne jurera le nom de Dieu, sur peine [sic] d'être attaché au mât et battu par le quartier-maître, et outre plus de deux sous pour les pauvres » (Idem).

« Qu'il ne faut s'imaginer l'établissement des Français aux Indes Orientales pourrait être fait en une seule année, et que telle entreprise doit être bien prévue. Et considérer que l'humeur des Français est, que ne succédant en un voyage avec profit ils n'y retournent le second. Que sortant d'un pays tempéré et si abondant comme est celui de leur naissance s'ils en rencontrent d'incléments et difficiles ils en sont incontinent rebuttés. Ainsi que de les envoyer d'une traite en Sumatra, Java Major, Sian, Conchichina, les Molucques, Japon, et autres lieux éloignés et y rencontrer les obstacles tels que peuvent faire naître les Hollandais, c'est jeter de l'argent en la mer et perdre des hommes. Puis toute entreprise en trafic qui admet le transport d'argent en quantité hors du Royaume doit être rejetée. Mais recevoir celles qui apportent le débit aux pays étrangers des manufactures de France et d'où on rapporte des marchandises qui manquent dans le royaume et qu'il convient suracheter de nos voisins. Pour donc ôter tout moyen aux Espagnols, Portugais, Anglais et Hollandais de nuire et empêcher ladite navigation, éviter les ruses et monopoles des Indiens, la perte des hommes et l'enlèvement de l'argent je prends la hardiesse de dire. Qu'il serait besoin que monseigneur le Cardinal, dont la générosité prudence et valeur est connue par tout le monde se déclarât protecteur de cette entreprise [...] » (BEAULIEU. *Mémoire*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826).

« Et par ce moyen avec un très petit fonds, on fera quatre grands efforts qui tourneront en honneur et grandeur de la France. Le premier, la peuplade du pays étranger laquelle causera la commission de grande quantité de sauvages au Christianisme. La seconde un grand commerce naval tant pour les peletiers que navigation du Détroit. La troisième l'emploi de douze navires du roi qui ne seront plus à charge sur ses finances d'autant que le [ilegivel] qu'ils gagneront payera leurs radoubs et entretiens. La quatrième qui est grandement considérable et utile au public est que douze navires du Roy croisant annuellement les [ilegivel] armes et munitions comme tels navires doivent être pour la

navigation tant de détroit que de mer [ilegível] empêcheront une infinité de pirateries qui se font journellement sur les sujets du roi et rendront la navigation plus libre et appelleront plusieurs sujets du Roi experts en la navigation qui faute d'emploi cherchent conditions chez les étrangers » (Idem).

« Il se peut faire de grandes choses ès colonies des Indes Occidentales où il y a plusieurs lieux non occupés des chrétiens. Mais il faut des cinq années de dépenses et frais [ilegível] grand service pour ledit temps. À quoi les particuliers ne voudraient contribuer ? Aussi qu'il est besoin de la puissance du grand monarque pour s'y maintenir contre l'Espagnol qui ne souffrira prendre pied en ce pays là que par la force. Même on pourrait avec justice reprendre Maragnon sur les Portugais l'ayant usurpé sur les Français avec trois cents lieux de côte de mer où les Srs. De Razilly, Ravardière et leurs amis ont planté la croix avec la mission du pape, les étendards et armes Françaises avec commandement de Sa Majesté et ont tenu ledit pays près de cinq ans avec la bonne volonté de ceux du pape. Ils ont aussi pris sur les Français la Floride et le Riú [sic] de Genève dans le Brésil où on a fait des colonies au nom du Roy qui sont des pays de merveilles et qu'on peut dire avec vérité que c'est comme un paradis terrestre » (Bibliothèque Nationale de France, Seção de Manuscritos Ocidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826).

« L'on peut dire avec vérité que le meilleur trafic c'est d'aller pêcher de la morue car il ne sort rien du Royaume pour avoir ladite moule ne constant que la peine de la pêché et du débit on en retire de grands deniers d'Espagne d'un million d'hommes [ilegível] en France. C'est pourquoi on a grand intérêt de presser la reddition de la Nouvelle-France qu'occupent les Anglais d'autant que s'ils se rendent maitres de ceste côte nous serions privés de ce profit qui vaut à la France huit millions de livres par an et nous fait des mariniers » (Idem).

« Pour les voyages de la mer Méditerranée qui se font en Turquie ils sont très préjudiciables à la France d'autant que l'on y porte tous les ans plus de six millions en argent et tout ce que l'on rapporte de là l'on s'en pourrait bien passer les mêmes choses se trouvant vers le gouffre persique où l'on aurait de la première main les choses [ilegível] à meilleur marché en troc de nos marchandises de France » (Idem).

« Il est très nécessaire de se fortifier au Port Royal et vers le Cap-Breton pour avoir des lieux assurés pour ladite pêche autrement dans les deux ans les Français perdront toute la pêche d'autant que les Anglais font tous les efforts de fortifier tous les ports et l'année passée ont déjà commencé à faire payer deux écus par millier de morue aux Français qui ont pêché en ladite côte et [ilegível] grande importance pour le service du roi et bien public et est à propos de le donner deux navires de guerre pour les accompagner » (Idem).

« Aux voyages de long cours il ne s'y faut plus aient [sic] d'autant plus que Marignan est perdu qui était un lieu de retrait où les vaisseaux s'allaient rafraîchir et qui voudrait faire renaître ces voyages-là il serait nécessaire d'avoir un lieu dans les côtes du Brésil ou îles vers [trecho ilegível] d'autant que [ilegível] pour aller là et autant pour revenir il ne se pourrait porter assez de victuailles pour un si long voyage. Et pour ce moyen l'on pourrait [ilegível] le trafic des Espagnols et prendre les vaisseaux comme l'on a fait par le passé lesquels sont fort riches » (Idem).

« Au bout du compte, les rêveries mercantilistes de l'Éminence, réduites en fumée par suite de la guerre et de la boulimie fiscale qu'elle entraîne en son sillage, se sont matérialisées principalement dans le domaine qui de ce fait leur demeurait ouvert : la mise sur pied, justement, d'une flotte de combat. Le "commerce honorable", sans pour autant périlcliter, demeure en seconde position » (LADURIE, *L'Ancien Régime...*, Op. cit., pp. 116-118).

## **Capítulo VI**

« Réduit à ce point que je suis obligé d'assurer le gouvernement et de me charger du ministère ecclésiastique. Or cette chose m'avait causé la plus grande inquiétude. Ozias m'avait détourné de ce type de vie, mais il fallait l'assumer, de peur que nos travailleurs (...), influencés par les habitudes des indigènes, ne soient contaminés par leurs vices, ou qu'ils se déshabituent de la religion pour se tourner vers l'apostasie » VILLEGAGNON, In : MARIZ & PROVENÇAL, Op. cit., p. 153.

« La richesse des Singularitez de Thevet, en définitive, est qu'elles ne se réduisent ni à un livre de problemata, ni à une cosmographie, ni même à un récit de voyage, et

qu'elles laissent de nombreuses questions sans réponses. Poursuivant l'ambition de dresser l'inventaire du monde, un monde désormais entr'ouvert et disjoint, elles font apercevoir, dans les interstices du cadre descriptif, des voies par où s'évader loin des certitudes admises et des syllogismes attendus » (LESTRINGANT, Frank. *Sous la leçon...*, *Op. cit.*, 2003, pp. 195-209)

« Throughout this period, the British, the French and the Spanish watched each other constantly. They measured their behaviour against each other, and, far more frequently than has been supposed, borrowed form each other in their continuing attempts to understand the evolving shape of the empires wich they had created” (PAGDEN, *Op. cit.*, p. 4).

« Lors que les Espagnols entrepirent la conquête du Pérou don Nuño Ramires de Gusinan leur général voulut faire précéder les persuasions à ses armes, et parlementer avec les Péruviens et leur général pour tâcher de le disposer par la douceur à la soumission et changement de sa croyance, et lui ayant premièrement exalté la grandeur du Roi Catholique, et son immense puissance, le persuada enfin de se soumettre à lui, et d'embrasser en même temps la religion chrétienne comme la vraie et la seule qui pouvait conduire au salut et à la béatitude éternelle de laquelle il lui en fit sommairement entendre les principaux points, à quoi ledit général nommé Pencatan lui fit répondre par des sacrificateurs du pays en semblables termes » (Idem).

« Les hommes se persuadent par vives et vraies raisons par plusieurs exemples par divers témoignages d'écritures ou de paroles qui doivent être certaines et non par la force, par imagination, par faux arguments et par mensonges. Si vous êtes bien affermis dans vos croyances demeurez y donc, et si vous êtes obligés de croire les choses impossibles et les plus éloignées de la raison et du sens commun, il faut que vous avouiez que votre raison ne vous sert de rien pour toutes ces choses, et que si elle vous est baillée pour beaucoup de moindres que l'on vous a fait tort de ne la vous avoir donnée suffisante pour des choses si importantes que de ne les croire pas, vous tombez dans une éternelle misère » (Idem).

« Nous ne sommes pas si ignorants que nous ne croyons qu'il y a un Dieu souverain modérateur de toutes choses, mais nous ne le connaissons pas, ni le pouvons

comprendre ni ne savons pas s'il veut être prié ni servi, ni comme il se faut prier et servir, et ce qu'il lui faut dire, ou offrir, et il est fort vrai que toutes nos prières et sacrifices sont des institutions faites par les hommes, qui ont cru que Dieu les avait agréables en cette sorte, ou qu'il fallait donner aux hommes ces préceptes afin qu'ils eussent une même façon de le croire, et de l'adorer et servir, ou bien que les législateurs pour rendre leurs lois plus respectées faisaient croire qu'ils les tenaient du Ciel par révélations et apparitions quoi que nous ne les sachions que par des traditions, car il y a apparence que connaissant les lois humaines n'être pas capables de contenir les hommes en leur devoir, ils crurent qu'avec celles qu'ils disaient tenir de Dieu ils les retiendraient plus facilement et cela encore par l'espérance du bien futur ou du châtement en l'autre vie, c'est la même raison pour laquelle ils disent aussi que l'âme était immortelle, mais aucun de nos philosophes ne l'ayant jamais pu démontrer, ils se sont contentés d'en donner quelques arguments par inductions et rapports, qui ne concluent pas démonstrativement, ni nécessairement. [...]J'avoue bien que l'on peut persuader (vu ce qui a été dit) qu'il y a un Créateur avec les attributs que nous lui donnons, et un million de fois plus excellents, mais de dire qu'il est tel, et tel qu'il fait cela pour cela, qu'il a fait ceci, qu'il fera cela, qu'il faut parler à lui, ainsi qu'il le faut servir de la force, et ainsi l'adorer, ainsi lui sacrifier, et qu'il nous donnera telle chose, il me semble que c'est avoir trop de présomption dans une profonde ignorance, et parlant d'une chose si haute, et telle qu'elle ne se peut nommer, et qu'il se faut contenter de la croire et l'adorer en esprit de vérité suivant les formes accoutumés des lieux, où l'on sera contraint de vivre et de mourir, je dis plus qu'étant Dieu, il est immuable, et s'il est immuable pourquoi le prier, car s'il a résolu de toute éternité de faire ce dont vous le priez, il le fera encore que vous ne le priez pas, et s'il a destiné le contraire, toutes les prières que vous lui saurez faire ne l'en détourneront pas » (Idem).

« Puisque si constamment tu as eu le courage,/de venir si loin rechercher ce rivage, pour établir ici un royaume français,/Et y faire garder mes statuts et mes lois./Par mon sacré trident, par mon sceptre je jure/Que de favoriser ton projet j`aurai cure,/Et oncques je n`aurai en moi-même repos/Qu`en tout cet environ je ne voie mes flots/Abanner sous le faix de dix mille navires/Qui fassent d`un clin d`oeil tout ce que tu désires./Va donc heureusement, et poursuis ton chemin/Où le sort te conduit : car je vois le destin/Préparer à la France un florissant Empire/En ce monde nouveau, qui bien loin fera bruire/Le renom immortel de De Monts et de toi/Sous le règne puissant de Henri

votre roi » (LESCARBOT, Op. cit., p. 19 – os poemas ao fim da *Histoire de la Nouvelle France* possuem uma numeração independente do resto do livro).

« Vive Henri le grand roi des Français/Qui maintenant fait vivre sous ses lois/Les nations de sa Nouvelle-France,/Et sous lequel nous avons espérance/De voit bientôt Neptune révééré/Autant ici qu'oncques`il fut honoré/Par ses sujets sur le gaulois rivage,/Et en tous lieux où le brave courage/De leurs ayeux jadis les a porté./Neptune aussi fera de son côté/Que leurs neveux s`employant sans feintise/À l`ornement de leur belle entreprise/Tous leurs desseins il favorisera, et prospérer sur ses eaux il fera » (Idem, p. 22).

## Bibliografia

### Fontes impressas

ABEVILLE, Claude et alii, *L'arrivée des pères capucins en l'Inde Nouvelle Appellée Maragnon, avec la reception que leur ont fait les sauvages de ce pays, et la conversion d'iceux à notre sainte foi*. Paris: Abraham Le Febvre, 1612.

ABEVILLE, Claude et alii. *Discours et congratulation à la France sur l'arrivée des peres capucins en l'Inde nouvelle de l'Amérique Meridionale en la terre du Brésil*. Paris: Denis Langlois, 1613.

ABBEVILLE, Claude. *Histoire de la mission des pères capucins en l'Île de Maragnan et terres circonvoisines où est traité des singularités admirables et des moeurs merveilleuses des indiens habitants de ce pays*. Paris: François Huby, 1614.

ANÔNIMO. *C'est la deduction du sumptueux ordre plaisantz spectacles et magnifiques theatres dressés et exhibés par les citoiens de Rouen ville Metropolitaine du pays de Normandie, à la sacree Maiesté du treschristian Roy de France, Henri Secõd leur souverain Seigneur, et à Tresillustre dame, ma Dame Katharine de Medicis, la Royne son espouze, lors de leur triumphant ioyeux & nouvel advenement en icelle ville [...]*. Rouen: Robert le Hoy, Robert & Jehan dictz du Gord, 1551.

ANÔNIMO. *Grande fête historique des 12, 13 et 14 juin: entrée de Henri II à Rouen*. Rouen: Cagniard, 1880.

ANÔNIMO. *Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les français et les portugais en l'Isle de Maragnan au pays des Toupinambous*. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904.

ARMAND, Jean. *Voyages d'Afrique faits par le commandement du roi où sont contenues les navigations des français entreprises en 1629 et 1630 sous la conduite de Monsieur le Commandeur de Razilly*. Paris: Nicolas Traboulliets, 1631.

BEAUCOUSIN, A. (org.). *L'entrée à Rouen du Roi et de la Reine Henri II et Catherine de Médicis d'après la relation imprimée en 1550*. Rouen: E. Cagniard, 1882.

BÈZE, Théodore de. *Histoire ecclésiastique des églises réformées au royaume de France*. Paris: Fischbacher, 1883.

CALVINO, João. *Commentary on Acts – Volume 2*. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 1999.

CALVINO, João. *Commentary on Genesis – Volume 1*. Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 1999.

CALVINO, João. *Ioannis Calvini Opera Quae Supersunt Omnia*. Bad Feilnbach: Schmidt Periodicals GmbH, 1990.

CARTIER, Jacques. *Voyages au Canada*. Montréal: Lux, 2000.

CHESNAYE DES BOIS, François-Alexandre Aubert de la. *Dictionnaire de la noblesse*, Paris: Veuve Duchesne, 1775.

CRIGNON, Pierre. *Pierre Crignon, poète et navigateur: oeuvres en prose et en vers*. Birmingham: Summa Publications, 1990.

*Interrogatório dos prisioneiros franceses do combate de Guaxenduba*. In: *Documentos para a história da conquista e colonização da costa leste-oeste*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1915.

ÉVREUX, Yves. *Voyage dans le Nord du Brésil*. Paris e Leipzig: Librairie A. Franck, 1864.

FLACOURT, Étienne de. *Histoire de la grande ile Madagascar*. Paris: Gervais Clouzier, 1661.

LA POPELINIÈRE, Lancelot Voisin de. *L'Amiral de France et par occasion, de celui des autres nations, tant vieilles que nouvelles*. Paris: Thomas Perier, 1584.

LA POPELINIÈRE, Lancelot Voisin de. *Les trois mondes*. Paris: Pierre L'Huillier, 1582.

LESCARBOT, Marc. *Histoire de la Nouvelle-France contenant les navigations, découvertes et habitations faites par les françois ès Indes Occidentales et Nouvelle-France, par comission de nos Rois Très-Chrétiens, et par les diverses fortunes d'iceux en l'exécution de ces choses, depuis cent ans jusques à hui. Troisième édition enrichie de plusieurs choses singulières, outre la suite de l'Histoire*. Paris: Adrian Perier, 1617.

LE TESTU, Guillaume. *Cosmographie universelle selon les navigateurs tant anciens que modernes*. Paris: Arthaud, 2012.

MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Paris: Gallimard, 2009.

RICHER, Étienne (Org.). *Mercure François*. Paris: Étienne Richer, 1630, T. XVI.

THEVET, André. *Les vrais pourtraits et vies des hommes illustres*. Paris: veuve Jacques Kerver et Guillaume Chaudière, 1584.

TORSAY, H. T. S. *Vie, mort et tombeau du puissant seigneur Philippe de Strozzi*. In: *Archives curieuses de l'Histoire de France*, 4<sup>a</sup> série, T. IX. Paris: Beauvais, 1836.

## Fontes manuscritas

ANÔNIMO. *Coletânea de traduções sobre a América*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 6116, FR 6117.

ANÔNIMO. *Mémoire concernant le Haut et Bas Canada et Acadie*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

ANÔNIMO. *Mémoire touchant la navigation*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de manuscritos occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

ANÔNIMO. *Plainte publique sur l'interruption du commerce*, Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

ANÔNIMO. *Questions curieuses divisées en douze traités*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 1059.

ANÔNIMO. *Traité historique et politique du commerce de toutes les nations dans les divers endroits du monde*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 646.

BEAULIEU. *Mémoire*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

BYTHARNE, Jean. *Livre de guerre tant par mer que par terre*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 3890.

JOYEUSE, Cardeal de. *Lettre de monsieur le cardinal de Joieuse au roi Henri IV sur la jonction des deux mers, en l'année 1598*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 2751.

LA PORTE et alii. *État general de la marine, avec les ordonnances et réglemens qui s'y observent, l'ordre pour employer tous les beaux réglemens et obvier à l'avenir aux inconvénients survenus ci devant, et la manière pour combattre dans un navire, etc.* Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 19800.

MENEUST et CHAMBRIAND. *Avis très important pour le rétablissement du commerce et navigation de France*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 6119.

*Recueil de copies de pièces. 52. Arrest contre M.re Phelippes Chabot, admiral de France; 53. Lettres de grâce données par François Ier en faveur dudit amiral; 54. Commission pour revoir le procès de l'admiral Chabot; 55. Advis donné par les commissaires de l'innocence de l'admiral Chabot; 56. Absolution et abolition de*

*l'admiral Chabot*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de manuscritos occidentais, Ancien Fonds Français, FR 3876.

RAZILLY, Isaac de. *Mémoires*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

VALLÈS. *Recueil de tous les chevaliers de l'ordre du Saint Esprit, depuis l'institution jusques en la présente année mil six cens trente un, avec les armoiries[...] le tout recueilly et mis en ordre par le sr. de Vallès*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 2769.

VALLÈS. *Recueil des armoiries de tous les amiraux de France qui ont été successivement créés, depuis leur institution en titre d'Office, jusqu'au règne de Louis XIII*, Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 2767.

*Traduction de l'original arabe des articles de la paix entre l'empereur de Barbarye Mullay [ilegível] que Dieu prospere et messieurs le Commandeur de Razilly et du Chalard au nom et faisant pour l'Empereur de France et de Navarre suivant la commission à eux donnée par sa Majesté très Chrestienne sous la charge de Monseigneur le Cardinal de Richelieu grand maître chef et surintendant général de la navigation et commerce de France*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4826.

THEVET, André. *Le livre contenant la description de tout ce qui est compris sous le nom de Gaule, fait et observé par André Thevet, cosmographe du roi et Chevalier de Jérusalem*. Bibliothèque Nationale de France, Departamento de Manuscritos Occidentais, Ancien Fonds Français, FR 4941.

### **Livros, artigos e teses**

ACERRA, Martine e MARTINIÈRE, Guy (Org.). *Coligny, les protestants et la mer*. Paris: PUPS, 1997.

ANTHIAUME, Albert. *Cartes marines, constructions navales, voyages de découverte chez les Normands, 1500-1650*. Paris: Ernest Dumont, 1916.

ARIKHA, Noga. *Passions and tempers*. Nova York: Harper Collins, 2008.

AUGERON, Mickaël, POTON, Didier e VAN RUYMBEKE, Bertrand (org.). *Les huguenots et l'Atlantique*. Paris: Presses Universitaires de Paris Sorbonne, 2009.

BABELON, Jean-Pierre. *Henri IV*. Paris: Fayard, 2009.

BÉLY, Lucien. *La France Moderne 1498-1789*. Paris: PUF, 2006.

- BENNASSAR, Bartolomé. 'L'explosion planétaire'. In: BENNASSAR, Bartolomé e CHAUNU, Pierre (org.). *L'ouverture du monde*. Paris: Armand Colin, 1977.
- BINOCHE, Bertrand. *Religion privée, opinion publique*. Paris: Vrin, 2012.
- BLUCHE, François. *Richelieu – El guardián del poder real*. Buenos Aires: El Ateneo, 2005.
- BOXER, Charles. *O império marítimo português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.
- BUCHAN, James. *Desejo congelado*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BURKE, Peter e HSIA, R. Po-chia (org.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- CARREIRA, Ernestine, DAURES, Christiane et alii. *Éclats d'Empire*. Toulon: Maisonneuve & Larose, 2003.
- CASTARÈDE, Jean. *Louis XIII et Richelieu*. Chaintreaux: France-Empire, 2011.
- CHARTIER, Roger. *História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In: *História Cultural-Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHARTIER, Roger. *O príncipe e a biblioteca*. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian (org.). *O poder das bibliotecas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, pp. 182-199.
- CHAUNU, Pierre. *A América e as Américas*. Lisboa-Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1969.
- CHEVALIER, Pierre. *Henri III*. Paris: Fayard, 1985.
- CLOULAS, Ivan. *Henri II*. Paris: Fayard, 1985.
- COELHO, Luiz Filipe A. G. *Os reinos de Daniel*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012 [dissertação].
- COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CROUZET, Denis. *La nuit de la Saint-Barthélemy – Un rêve perdu de la Renaissance*. Paris: Fayard, 2010.
- CROUZET, Denis. *Le haut coeur de Catherine de Médicis*. Paris: Albin Michel, 2005.

- CROUZET, Denis. *Nostradamus – Une médecine des âmes à la Renaissance*. Paris: Payot, 2011.
- DAHER, Andrea. *O Brasil francês – As singularidades da França Equinocial, 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Fiction in the Archives*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- DELMAS, Ana Carolina Galante. “Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008 [dissertação].
- DEMARSY, Arthur. *Note sur Marc Lescarbot, avocat vervinois* Vervins: A. Flem, 1868.
- DU PLESSIS, Jean-Marie Montbarbut. *Histoire de l'Amérique française*. Montreal: Typo, 2004.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Mozart – Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- ERLANGER, Philippe. *Richelieu*. Paris: Perrin, 2006.
- FARGE, Arlette. *Dire et mal dire – L'opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 2009.
- GAFFAREL, Paul. *Histoire de la Floride française*. Paris: Firmin-Didot, 1875.
- GAFFAREL, Paul. *Histoire du Brésil français au seizième siècle*. Paris: Maisonneuve, 1878.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GINBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GRUZINSKI, Serge. *A guerra das imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- GRUZINSKI, Serge. *Que horas são... Lá, no outro lado? América e Islã no limiar da época moderna*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GUILLEMINOT, Geneviève. *La polémique en 1561: les règles du jeu*. In: AULOTTE, Robert (org.). *Le pamphlet en France au XVIe siècle*. Paris: Centre National des Lettres, 1983.
- HAMON, Philippe. *Histoire de France: Les Renaissances (1453-1559)*. Paris: Belin, 2009.
- HERMANN, Jacqueline. *No reino do Desejado*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HILL, Christopher. *The world upside down*. Londres: Penguin, 1991.
- JOUANNA, Arlette (org.). *France de la Renaissance – Histoire et dictionnaire*. Paris: Robert Laffont, 2001.
- JOUANNA, Arlette (org.). *Histoire et dictionnaire des Guerres de Religion*. Paris: Robert Laffont, 1998.
- JOURDIN, Michel Mollat du e LA RONCIÈRE, Monique de. *Les Portulans – Cartes marines du XIIIe au XVIIe siècle*. Friburgo: Office du Livre, 1984.
- JULIEN, Charles-André. *Les voyages de découverte et les premiers établissements*. Paris: P.U.F., 1948.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Jerônimo Albuquerque Maranhão*. São Luís: UEMA, 2006.
- LAUNAY-DEMONET, Marie-Luce. *Les mots sauvages: étude des listes utiles à ceux qui veulent naviguer*. In: CEARD, Jean e MARGOLIN, Jean-Claude (org.). *Voyager à la Renaissance*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1987.
- LE ROY LADURIE, *L'Ancien Régime I*. Paris: Hachette, 1991.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. *L'État Royal*. Paris: Hachette, 2009.
- LESTRINGANT, Frank. *Le cannibale, grandeur et décadence*. Paris: Perrin, 1994.
- LESTRINGANT, Frank. *Le huguenot et le sauvage*. Genebra: Droz, 2004.
- LESTRINGANT, Frank. *Lumière des martyrs*. Paris: Honoré Champion, 2004.
- LIECHTENHAN, Francine-Dominique (org.). *Histoire, écologie et anthropologie. Trois générations face à l'oeuvre d'Emmanuel Le Roy Ladurie*. Paris: PUPS, 2011.
- LIMA, Luís Filipe Silvério. *Entre o Quinto Império e a Monarquia Universal*. In: SOUZA, FURTADO e BICALHO (org.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

- MACBEATH, George. *Razilly, Isaac de*. In: *Dictionary of Canadian Biography, vol. 1*. Toronto: University of Toronto/Université Laval, 1966 – Disponível em [www.biographi.ca/en/bio/razilly\\_isaac\\_de\\_1E.html](http://www.biographi.ca/en/bio/razilly_isaac_de_1E.html).
- MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *La Ravardière e a França Equinocial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MARIZ, Vasco e PROVENÇAL, Lucien. *Villegagnon e a França Antártica*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005.
- MASSA, J.-M. *Le monde luso-brésilien dans la joyeuse entrée de Rouen*. In: JACQUOT, Jean e KONIGSON, Elie (org.). *Les fêtes de la Renaissance*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1975, Tomo III.
- MELLO, José Antonio Gonsalves. *La Ravardière em Pernambuco (1616) e uma memória de um companheiro seu oferecida aos holandeses em 1630*. In: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1979, vol. LI.
- MÉNIEL, Bruno. “Henri Lancelot Voisin de La Popelinière, Du “Contre Machiavel” au “Contre-Prince de Machiavel”, suivi de “Response pour l’Histoire” (1585), éd. Brigitte Lourde. In: Cahiers de recherches médiévales et humanistes, março 2012.
- MILES, Jack. *Deus – Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MITCHELL, David. *Cloud Atlas*. Nova York: Random House, 2012.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOUSNIER, Roland. *Les institutions de la France sous la monarchie absolue*. Paris: PUF, 2005.
- NELSON, William. *Fact or fiction*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- OBERMEIER, Franz. *Documentos sobre a colônia francesa no Maranhão (1612-1615): as partes censuradas do livro de Yves d’Évreux, Suite de l’Histoire*. In: COSTA, Wagner Cabral da. *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís: EdUFMA, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista – Discurso de confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PAGDEN, Anthony. *Lords of all the world*. Londres: Yale University Press, 1995.
- PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.
- PIEPER, Renate. Cartas de nuevas y avisos manuscritos en la época de la imprenta. Su difusión de noticias sobre América durante el siglo XVI. In: ALVARÉZ, Fernando Bouza (org.). *Cultura epistolar em la alta Edad Moderna. Usos de la carta y de la correspondência entre el manuscrito y el impreso*. Madri: Publicaciones Universidad Complutense de Madrid, 2005.

- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *O mito do bom francês*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, [artigo disponível no site [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos)].
- PETITFILS, Jean- Christian. *Louis XIII*. Paris: Perrin, 2008.
- PIANZOLA, Maurice. *Os papagaios amarelos*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EdUSP, 2003.
- RAMINELLI, Ronald. *Escritos, imagens e artefatos: ou a viagem de Thévet à França Antártica*. In: FRANÇA, Jean Marcel de Carvalho (org.). *Dossiê França Antártica. História*, São Paulo: UNESP, 2008.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- REZA, German A. de la. *Las Memorias del duque de Sully (o los avatares del primer proyecto de unión europea)*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.º 52(2), 2009.
- SAINT BRIS, Gonzague. *Henri IV et la France réconciliée*. Paris: Le livre de poche, 2009.
- SAULNIER, Frédéric. *Le Parlement de Bretagne*. Rennes: Plihon et Hommay, 1909.
- SCHAMA, Simon. *O desconforto da riqueza*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Impérios intolerantes: unidade religiosa e o perigo da tolerância nos impérios ibéricos da Época Moderna*. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Império de várias faces – relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- TAVARES, Luiz F. F. *A ilha e o tempo – Séculos e vidas de São Luís do Maranhão*. São Luís: Instituto Geia, 2012.
- TAVARES, Luiz Fabiano de Freitas. *Da Guanabara ao Sena*. Niterói: EdUFF, 2011.
- TAVARES, Luiz F. F. *Entre Genebra e a Guanabara – a discussão política huguenote sobre a França Antártica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.
- THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- TORRES, Milton. *O Maranhão e o Piauí no espaço colonial*. São Luís: Instituto Geia, 2006.
- UNTERMAN, Alan. *Dicionário judaico de lendas e tradições*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- VAGNON, Emmanuelle. *Carte à la une: la carte marine de Pierre de Vaulx, 1613. Les ambitions françaises en Amérique*.
- VIDAL, Cécile e HAVARD, Gilles. *Histoire de l'Amérique française*. Paris: Flammarion, 2008.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac-Naify, 2011.
- WACHTEL, Joseph Robert. *"Very advantageous beginnings": Jesuit conversion, secular interests, and the legacy of Port Royal, 1608-1620*. Miami: Miami University, 2008.
- YEO, Yong Joo. *O pensamento jurídico da reforma calvinista*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.
- ZARCA, Yves Charles (org.). *Jean Bodin – Nature, Histoire, Droit et Politique*. Paris: P.U.F., 1996.